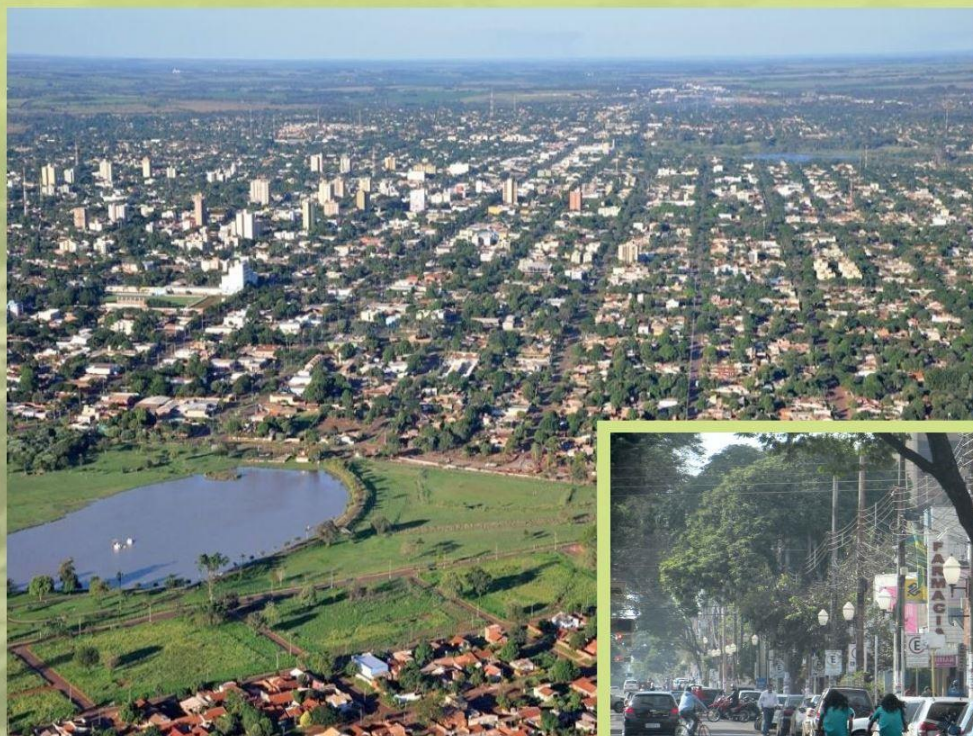


Marina de Souza Santos

Dourados: Planejamento, Experiências e Olhares Sobre a Cidade (1970 - 2003)



Dourados-MS
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DOURADOS: PLANEJAMENTO, EXPERIÊNCIAS E OLHARES SOBRE A CIDADE
(1970-2003)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/FCH/UFGD).

Orientador: Professor Dr. João Carlos de Souza.

Área de concentração: História, Região e Identidades.

DOURADOS-MS
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UFGD, Dourados, MS, Brasil

S237d Santos, Marina de Souza.
Dourados: planejamento, experiências olhares sobre a cidade (1970-2003) / Marina de Souza Santos – Dourados-MS : UFGD, 2016.
390 f.

Orientador: Professor Dr. João Carlos de Souza.
Tese (Doutorado em História) Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Planejamento urbano – Dourados. 2. Cidade de Dourados. I. Souza, João Carlos de. II. Título.

CDD: 711

MARINA DE SOUZA SANTOS

**DOURADOS: PLANEJAMENTO, EXPERIÊNCIAS E OLHARES SOBRE
A CIDADE (1970-2003)**

TESE APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM HISTÓRIA.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/FCH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientador:

João Carlos de Souza (Dr. História/UFGD) _____

1º Examinador

Eudes Fernando Leite (Dr. História/UFGD) _____

2º Examinador

Jones Dari Goettert (Dr. Geografia/UFGD) _____

3º Examinador

Méri Frotischer (Dra. História/UNIOESTE) _____

4º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr. História/UFGD) _____

Dourados, 29 de agosto de 2016.

A minha mãe Tereza de Souza Santos e meu pai José Alves dos Santos (*in memoriam*) que partiu antes que este trabalho terminasse, por sempre terem me incentivado aos estudos.

Ao meu esposo Aureo Cezar de Lima e à minha filha Mariana Souza Lima, pelo carinho e amor compartilhado.

AGRADECIMENTO

Ao Deus eterno imortal, invisível mais real, por me sustentar durante essa jornada.

Ao longo destes quatro anos e meio de estudo e pesquisa foram muitas as pessoas que passaram por minha vida contribuindo, algumas de maneira mais direta, outras indiretamente para que este trabalho chegasse ao final. Foram familiares, amigas antigas de uma vida toda, amigas feitas ao longo dos estudos, funcionários de várias instituições dentre tantos outros que percorreram esse caminho comigo... Mesmo correndo o risco de esquecer alguém, gostaria de agradecer nominalmente a algumas dessas pessoas.

Aos meus pais Tereza de Souza Santos e José Alves dos Santos (*in memoriam*), pelo exemplo de coragem, amor, dedicação, por acreditaram na educação, pelos incentivos prestados ao longo de todos os estudos.

Ao meu esposo Aureo Cezar de Lima e minha filha Mariana Souza Lima, pela paciência, presença, disponibilidade, renúncia, ajuda, colaboração...

Ao professor Dr. João Carlos de Souza, pela cuidadosa orientação e por ter pensado comigo no desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores Dr. Eudes Fernando Leite, Dr. Jones Dari Goettert, e Dra. Célia Rocha Calvo, pelas valiosas sugestões no momento do Exame de Qualificação.

Aos professores Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, Dr. Jones Dari Goettert, Dr. Eudes Fernando Leite, Dra. Méri Frotischer, que em conjunto com o professor Dr. João Carlos de Souza, aceitaram compor a banca de defesa da tese.

Aos professores do PPGH Dr. Eudes Fernando Leite, Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, Dr. Eliazar João da Silva, Dr. Jérri Roberto Marin, Dr. Linderval Augusto Monteiro e Dr. João Carlos de Souza, pelo conhecimento compartilhado durante as disciplinas.

Às minhas queridas amigas Ana Paula Squinelo e Luzia Araújo Figueiredo, por sempre acreditarem que este trabalho seria possível e ao longo da minha vida compartilharem das alegrias, tristezas e esperanças.

A Ivanir Martins de Souza e Carlos Barros Gonçalves, funcionários do CDR (Centro de Documentação Regional FCH/UFMG), pelo carinho, disponibilidade e simpatia com que sempre me atenderam, por me permitirem usar aquele espaço para

realizar, além da pesquisa, o estudo. Ao Carlos Barros Gonçalves agradeço ainda por compartilhar material pertinente a minha pesquisa e pelas conversas sobre a pesquisa e estudos.

À funcionária da Câmara Municipal de Dourados, Kelen Cristine, pela disponibilidade e dedicação com que sempre me atendeu, suprimindo todas as minhas necessidades em relação às Leis.

À Josineide Maria dos Santos Félix por durante todos esses anos ter se tornado a nossa filha: em alguns momentos amiga, em outros irmã, e até mãe da minha filha Mariana, suprimindo com carinho, dedicação e amor a minha ausência.

Às minhas queridas “amigas do chá”, pela amizade, carinho, conversas, passeios, incentivo, alegrias e tristezas compartilhadas ao longo dos anos.

À amiga Suzana Arakaki, pelas sessões de terapia conjunta realizada nos cafés da cidade. Obrigada ainda por emprestar a sua história de vida para compor este trabalho.

À amiga Marilze Tavares, por dispor do tempo dos seus finais de semana para me ajudar e fazer sugestões a respeito da escrita do trabalho.

À sobrinha Mileny Lima pela ajuda com os mapas, plantas e desenhos.

Às mulheres do meu PG (pequeno grupo), pelas orações, apoio e carinho.

Ao longo do período em que cursei as disciplinas, muitas amizades foram feitas, mas duas delas, apesar da distância física, criaram laços de afetividade e se mantêm. À Cássia Queiroz da Silva, por compartilhar comigo, além dos seminários, a amizade, o carinho, as conversas realizadas pelos corredores da UFGD, nos cafés, na biblioteca. À Camila Marné Pschisky, igualmente, pela empatia e laço de afetividade que criamos ao longo dos estudos e após o término destes.

À Débora Mosqueira, pelos muitos cafés tomados na biblioteca e as caminhadas feitas pela UFGD enquanto conversávamos sobre, teoria, metodologia, nossas pesquisas e elaboração dos trabalhos.

Às pessoas que se dispuseram colaborar com as entrevistas, sem as quais este trabalho não teria sido possível.

À CAPES, pela bolsa recebida durante parte dos estudos.

Oi, oi, oi... olha aquela bola
A bola pula bem no pé, no pé do menino

Quem é esse menino? Esse menino é meu vizinho...
Onde ele mora? Mora lá naquela casa...
Onde está a casa? A casa tá na rua...
Onde está a rua? Tá dentro da cidade...
Onde está a cidade? Do lado da floresta
Onde é a floresta? A floresta é no Brasil
Onde está o Brasil? Tá na América do Sul, no
continente americano, cercado de oceano
e das terra mais distantes de todo o planeta
E como é o planeta? O planeta é uma bola que
rebola lá no céu

Oi, oi, oi... olha aquela bola
A bola pula bem no pé, no pé do menino.

“Ora bolas”
de Paulo Tatit e Edith Derdyk
Palavra Cantada.

RESUMO

Discutir a cidade de Dourados é um anseio que venho expressando ao longo de minha carreira acadêmica. Assim, analiso, neste trabalho, documentos da cidade planejada e reconstruo o urbano praticado, em especial, através das vivências dos entrevistados, das fotos e do jornal *O Progresso*. Com base em três documentos – o Plano de Complementação Urbana de 1978, a sua revisão em 1984 e o primeiro Plano Diretor de 2003, apresento a organização e a reorganização do município, a partir dos programas, projetos, leis e vivências que influenciaram a moradia, a mobilidade e a recreação no período entre 1970 e 2003. Infiro, por fim, sobre a integração da cidade, o viver, o recrear e o mover-se, sob as diretrizes do Plano Diretor de 2003, destacando os benefícios obtidos para a cidade de Dourados e os problemas associados à desestruturação dos projetos urbanísticos planejados.

Palavras-chave: Dourados; planejamento urbano; plano diretor.

ABSTRACT

Discuss the city of Dourados is a longing that I have been expressing throughout my academic career. Thus, I analyze in this work, documents of the planned city and rebuild the practiced urban, in particular, through the experiences of respondents, photos and newspaper *O Progresso*. Based on three documents – the *Plano de Complementação Urbana* of 1978, its review in 1984 and the first Master Plan (*Plano Diretor*) of 2003, I present the organization and the municipal reorganization, from programs, projects, laws and experiences that have influenced the housing, the mobility and the recreation in the period between 1970 and 2003. I infer, finally, on the integration of the city, living, recreating and moving, under the guidelines of the Master Plan of 2003, highlighting the benefits for city of Dourados and the problems associated with the breakdown of planned urban projects.

Keywords: Dourados; urban planning; master plan.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Planta do Patrimônio de Dourados no ano de 1934.....	48
Figura 2: Representação do limite urbano da cidade de Dourados no ano de 1934.....	50
Figura 3: Aumento demográfico na população rural e urbana de Dourados – MS no período entre 1960 e 2010	54
Figura 4: <i>Slogan</i> da prefeitura na administração de José Elias Moreira (1977-1982)	55
Figura 5: População indígena residente na Reserva Francisco Horta Barbosa, Dourados-MS, no período de 1969-1991	57
Figura 6: Folheto comemorativo de aniversário de 39 anos da cidade de Dourados	61
Figura 7: Municípios integrantes da região definida como Grande Dourados em 1977	66
Figura 8: Trecho da BR 163 rodovia de acesso à cidade de Dourados em 1973	69
Figura 9: Delimitação das áreas de abrangência dos projetos CURA 1, 2, 3 e 4	71
Figura 10: Propaganda do loteamento Portal de Dourados	96
Figura 11: Propaganda da Imobiliária Rigotti para venda de terrenos.	101
Figura 12: Localização dos bairros onde moravam os entrevistados	104
Figura 13: Ilustração do modelo da cidade concebida por Jaime Lerner	108
Figura 14: Delimitação das áreas dos Projetos CURA 1, 2, 3 e 4.....	111
Figura 15: Situação dos equipamentos distribuídos na cidade de Dourados no ano de 1978	116
Figura 16: Relação entre o custo de equipamentos e a densidade habitacional no Brasil.....	118
Figura 17: Vantagens e desvantagens de baixas e altas densidades populacionais.....	123
Figura 18: Zoneamento urbano de Dourados proposto por Jaime Lerner.....	125
Figura 19: Representação do zoneamento ao longo do eixo da Av. Marcelino Pires na Minuta da Lei do Uso do Solo	128
Figura 20: Perímetro Urbano de Dourados proposto em 1984.....	134
Figura 21: Áreas não loteadas a serem utilizadas para as novas habitações em 1984	134
Figura 22: Faixa de serviço ampliada no perímetro urbano ao longo da Avenida de Contorno	135

Figura 23: Área de transição ao sul da rodovia de contorno	136
Figura 24: Área de transição na proximidade da reserva indígena.....	137
Figura 25: Proposta para o Sistema Viário do Projeto CURA 1	147
Figura 26: Proposta para o Sistema Viário do Projeto CURA 2	148
Figura 27: Proposta para o Sistema Viário do Projeto CURA 3	148
Figura 28: Proposta para o Sistema Viário do Projeto CURA 4	149
Figura 29: Programa de obras por setor da Atualização do Plano Diretor de Dourados em 1984	157
Figura 30: Localização dos grandes equipamentos urbanos próximos a rodoviária	162
Figura 31: Projeto de edificação da rodoviária, 1979.....	165
Figura 32: Lançamento da obra de construção da rodoviária.....	166
Figura 33: Locais da cidade referenciados na fala dos entrevistados.....	173
Figura 34: Propaganda da imobiliária Continental sobre novo lançamento de bairros.....	178
Figura 35: Propaganda do loteamento do Parque Alvorada	183
Figura 36: Localização dos bairros referenciados – anos 80.....	187
Figura 37: Localização e curvas de nível da Vila Cachoeirinha	189
Figura 38: Localização dos loteamentos sociais nos anos 90.....	198
Figura 39: Projeto do Parque I – Parque Esportivo e Recreativo Arnulpho Fioravante	212
Figura 40: Projeto do Parque II - Parque Antenor Martins	218
Figura 41: Recreação e lazer no Plano de Complementação Urbana.....	223
Figura 42: Eixo de lazer da Rua Onofre Pereira de Matos	224
Figura 43: Eixo de lazer da Rua Major Capilé	225
Figura 44: Perspectiva e corte transversal do eixo de lazer da Rua Onofre Pereira de Matos.....	226
Figura 45: Perspectiva e corte transversal do eixo de lazer da Rua Major Capilé	227
Figura 46: Perspectiva dos eixos de lazer.....	229
Figura 47: Proposta para eixo de lazer na Rua Onofre Pereira de Matos.....	230
Figura 48: Polo esportivo com salão coberto na Rua Cafelândia.....	231
Figura 49: Corte transversal da rua residencial	232
Figura 50: Núcleos de recreação ao nível de vizinhança.....	234
Figura 51: Perspectiva dos núcleos de recreação ao nível de vizinhança	235
Figura 52: Núcleos de recreação ao nível de vizinhança na Atualização do Plano Diretor ...	236
Figura 53: Localização dos setores de pedestre no Plano de Complementação Urbana.....	238
Figura 54: Setor de Pedestre na Avenida Presidente Vargas.....	239
Figura 55: Setor de Pedestre em planta e corte na Região Central	240

Figura 56: Setor de Pedestre na Área Central.....	242
Figura 57: Setor de Pedestre na Avenida Marcelino Pires	243
Figura 58: Terminal de integração das linhas urbanas e terminal rodoviário	262
Figura 59: Transporte coletivo em Dourados em 1978	263
Figura 60: Ligação entre as linhas urbanas no Mercado Municipal em 1979.....	265
Figura 61: Linha e itinerários do transporte coletivo urbano do Plano de Complementação Urbana	267
Figura 62: Transporte coletivo em Dourados em 1984	268
Figura 63: Linhas e itinerários do transporte coletivo urbano da Atualização do Plano Diretor	269
Figura 64: Estação Marcelino Pires de transporte coletivo.	270
Figura 65: Ilustração do corredor de ônibus proposto para Avenida Marcelino Pires	271
Figura 66: Ponto de ônibus simples e equipado na Atualização do Plano Diretor.....	272
Figura 67: Projeto do abrigo de parada de ônibus	272
Figura 68: Cortes transversais do sistema viário de Dourados.....	279
Figura 69: Dimensionamento da largura mínima de uma calçada	280
Figura 70: Sistema viário de Dourados – circulação básica.....	281
Figura 71: Sistema viário básico proposto para Dourados	282
Figura 72: Pavimentação existente e proposta para Dourados em 1984	284
Figura 73: Proposta para estacionamento nos eixos de lazer	285
Figura 74: Proposta para estacionamento nas vias locais e avenidas	286
Figura 75: Espaço equivalente entre o automóvel e o ônibus para o transporte de 75 pessoas	289
Figura 76: Proposta para ciclovia nos eixos de lazer.....	294
Figura 77: Proposta para ciclovia nas vias locais - avenidas.....	295
Figura 78: Proposta da ciclovia no loteamento industrial	296
Figura 79: Proposta da ciclovia nas áreas verdes	297
Figura 80: Projeto do sistema de ciclovias em Dourados.....	299
Figura 81: Hierarquia segundo a Política Nacional de Mobilidade Urbana.....	310
Figura 82: Deslocamentos dos entrevistados para o trabalho, estudo e recreação	311
Figura 83: Zona de Restrição Urbana – limite com a Reserva Indígena.....	320
Figura 84: Plano Diretor de 2003 – Zonas Especiais de Interesse Social	330
Figura 85: Localização dos loteamentos sociais implantados de 2001 a 2004	331
Figura 86: Perímetro Urbano de Dourados no ano 1979 e no ano 2003.	333

Figura 87: Plano Diretor de 2003 – regiões no urbano de Dourados	336
Figura 88: Zoneamento urbano definido pela Lei Complementar nº 08 de 5 de novembro de 1991	339
Figura 89: Ilustração da metodologia Desenvolvimento Orientado pelo Transporte.....	341
Figura 90: Diagramas baseados na estrutura proposta por Smets – à esquerda uma rede de conexões diretas e à direita o sistema DOT.....	342
Figura 91: Ilustração da distribuição espacial das densidades populacionais em função do setor estrutural.	343
Figura 92: Ciclovias e ciclofaixas em projetadas em 1984, instaladas e retiradas até o ano 2004	348
Figura 93: Ciclofaixa unidirecional e bidirecional instalada entre a calçada e a faixa de tráfego ou estacionamento	349
Figura 94: Ciclofaixa bidirecional na calçada	350
Figura 95: Ciclovia bidirecional na lateral da via de veículo	350
Figura 96: Proposta das áreas de preservação, revitalização e recreação.....	357
Figura 97: Córregos no urbano de Dourados	358

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Vista da Rua Oliveira Marques no Jardim Ouro Verde em 1978	82
Foto 2: Vista aérea da Avenida Marcelino Pires nos anos 70	83
Foto 3: Vista aérea do Colégio Imaculada Conceição e proximidades na segunda metade dos anos 70.....	84
Foto 4: Vista aérea de Dourados no início dos anos 70	85
Foto 5: Vista aérea parcial da região central de Dourados nos anos 70	86
Foto 6: Vista sudoeste de Dourados com o Jardim Itália nos anos 70	87
Foto 7: Padrão original das casas do BNH 3º Plano.....	89
Foto 8: Vista aérea parcial do bairro BNH 1º Plano no começo dos anos 70	91
Foto 9: Vista parcial do acesso aos bairros BNH 2º e 3º Plano no final dos anos 70.....	92
Foto 10: Vista aérea parcial dos bairros BNH 2º e 3º Plano final dos anos 70	93

Foto 11: Padrão ocupacional adjacente ao bairro BNH 2º e 3º Planos	97
Foto 12: Obras de drenagem em 1979 no BNH 3º Plano	141
Foto 13: Pavimentação do Bairro BNH 3º Plano em 1980	142
Foto 14: Prefeito vistoriando obras de asfalto do projeto CURA	144
Foto 15: Tubos para galeria de água pluvial sendo descarregados na Rua Guarapuava	145
Foto 16: Obras de Galerias Pluviais	145
Foto 17: Vista parcial da cidade de Dourados nos anos setenta	154
Foto 18: Pontos de ônibus no Bar Douradense em 1982.....	159
Foto 19: Vista interna da Rodoviária na Avenida Marcelino Pires com Rua Quintino Bocaiuva em 1984	159
Foto 20: Vista externa da Rodoviária na Avenida Marcelino Pires com Rua Quintino Bocaiuva em 1984	160
Foto 21: Casa em desnível com a Avenida Marcelino Pires, anos 80, na região atual do Shopping Avenida Center de Dourados	161
Foto 22: Região da desapropriação para a rodoviária – família da Sr. ^a Sandra Maria de Lima Santos no quintal da sua residência	164
Foto 23: Vista aérea do Terminal Rodoviário de Dourados em 1985	167
Foto 24: Serraria Alvorada localizada no Jardim Marabá	169
Foto 25: Ruínas de olaria no bairro Jardim Ouro Verde	170
Foto 26: Vista aérea do bairro BNH 4º Plano	174
Foto 27: Vista aérea dos bairros BNH 4º Plano e Campo Dourado em 1985	177
Foto 28: Campo Dourado em 1979	178
Foto 29: Vista aérea do bairro Portal de Dourados	180
Foto 30: Vila Cachoeirinha em 1990.....	191
Foto 31: Ferramentas fornecidas para construção do Jardim Canaã 1	194
Foto 32: Construção das casas do bairro Canaã 1	195
Foto 33: Praça Antônio João no começo dos anos 70	201
Foto 34: Vista área da Praça Antônio João nos anos 80.....	202
Foto 35: Praça Mário Correa nos anos 70	204
Foto 36: Campinho de futebol no bairro Santa Brígida nos anos oitenta.....	206
Foto 37: Clube Indaiá de Dourados	209
Foto 38: Cartão postal de Dourados nos anos 70	210
Foto 39: Parque I - Parque Esportivo e Recreativo Arnulpho Fioravante.....	213

Foto 40: José Elias Moreira e secretário de obras inspecionando a área do Parque Arnulpho Fioravante	215
Foto 41: Galeria de água pluvial em base de concreto próximo ao Parque I	216
Foto 42: Parque II - Parque Antenor Martins	219
Foto 43: Vista aérea da ligação entre os Parques I e II.....	224
Foto 44: Rua João Cândido Câmara BNH 3º Plano	237
Foto 45: Ilustração da rua de pedestre – Rua das Flores, Curitiba–PR	241
Foto 46: Ilustração rua de pedestre – Avenida 24 horas, Curitiba–PR.....	241
Foto 47: Calçadão da Rua Nelson de Araújo em 1988.....	244
Foto 48: Construção do calçadão da Rua Nelson de Araújo	245
Foto 49: Calçadão na Rua João Cândido da Câmara e a Catedral	246
Foto 50: Espaço reservado para construção do CEPER do 1º Plano nos anos 70.....	247
Foto 51: Ginásio Municipal de Dourados em 1990.....	248
Foto 52: Clube Atlético Douradense – CAD.....	249
Foto 53: Vista parcial da Praça do Cinquentenário 1988.	251
Foto 54: Praça do Cinquentenário	252
Foto 55: Praça do Cinquentenário – brincadeira de escorregar na grama.....	253
Foto 56: Parque dos Ipês	254
Foto 57: Teatro Municipal de Dourados.....	254
Foto 58: Ônibus do transporte coletivo do início dos anos 80	260
Foto 59: Vista aérea do Mercado Municipal no final dos anos 70	264
Foto 60: Pessoas esperando transporte coletivo na Praça Antônio João em 1979	266
Foto 61: Abrigo na parada de ônibus na área central de Dourados em 1986	273
Foto 62: Terminal de Transbordo.....	274
Foto 63: Construção de estacionamento na Rua João Rosa Góes	287
Foto 64: Construção de estacionamento na Avenida Joaquim Teixeira Alves	287
Foto 65: Cosme e Damião andando de bicicleta na Avenida Marcelino Pires, 2016.....	291
Foto 66: Cosme e Damião andando de bicicleta pela Rua Cuiabá, 2016.....	292
Foto 67: Ciclovía na Rua Joaquim Távora – em frente à residência dos Srs. Cosme e Damião em 2016	293
Foto 68: Ciclistas trafegando pela rua Bela Vista em 1988.	300
Foto 69: Carroças com indígenas na Avenida Presidente Vargas.....	300
Foto 70: Indígena caminhando na rodovia MS 156 em 1979.....	302
Foto 71: Tráfego na via secundária da MS-156, trecho que liga a Reserva a área urbana.....	303

Foto 72: Modelo de calçada verde implantado em Dourados nos ano setenta.....	308
Foto 73: Arborização da cidade no ano de 1985.	309
Foto 74: Ocupação irregular em área alagável na região do Parque Arnulpho Fioravante....	322
Foto 75: Ocupação irregular na reserva ambiental na região da Vila Cachoeirinha.	322
Foto 76: Moradores das proximidades da região de implantação da Vila Brasil 500 em 2001	325
Foto 77: Fase de construção do Bairro Brasil 500, Dourados, 2002.	327
Foto 78: Ciclofaixa na Rua Eulália Pires com tachões.....	351
Foto 79: Ciclovia na Rua João Vicente Ferreira	352
Foto 80: Protesto contra a permanência da ciclofaixa na Rua Cafelândia	353
Foto 81: Implantação de placa de área de preservação ambiental.....	362
Foto 82: Cercamento do parque Antenor Martins, 2002.	364
Foto 83: Obra de canalização da Rua Joaquim Távora em 2002.	365
Foto 84: Festa do Peixe no Parque Antenor Martins.....	365

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estratificação percentual das profissões dos primeiros mutuários nos BNH de Dourados.....	94
Quadro 2: Estratificação percentual da renda familiar mensal em salários mínimos dos moradores nos BNH de Dourados	94
Quadro 3: Zoneamento do Uso do Solo de Dourados na Lei 1.040 de 11 de julho de 1979 .	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Aumento demográfico na população rural e urbana de Dourados – MS no período entre 1960 e 2010	54
---	----

Tabela 2: Conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação em Dourados nos anos 70.....	89
Tabela 3: Distribuição percentual das faixas de renda nas Áreas do Projeto CURA por moradias em 1978.....	111
Tabela 4: Distribuição percentual da condição da moradia por faixas de renda familiar nas Áreas do Projeto CURA em 1978	112
Tabela 5: Indicação percentual das prioridades de melhoramento por faixas de renda familiar nas Áreas do Projeto CURA em 1978	113
Tabela 6: Percentual de famílias não atendidas por infraestrutura nas Áreas do Projeto CURA em 1978	114
Tabela 7: Percentual de famílias não atendidas por equipamentos urbanos comunitários nas Áreas do Projeto CURA em 1978	115
Tabela 8: Imposto predial e territorial urbano alíquotas progressivas a partir de 1978	119
Tabela 9: Densidade habitacional de Dourados por zoneamento de uso do solo.....	120
Tabela 10: Consolidação dos dados do Projeto CURA para Dourados	143
Tabela 11: Investimento nas vias de circulação da Área do CURA 1.....	146
Tabela 12: Loteamentos sociais construídos entre 1993 e 1996	197
Tabela 13: População residente no município de Dourados em 1970.....	261
Tabela 14: Estrutura viária proposta para Dourados	278
Tabela 15: Distâncias máximas de percurso de pedestre	307
Tabela 16: Loteamentos sociais edificadas entre 2001 e 2004	331
Tabela 17: Variação no Perímetro Urbano e na Densidade Demográfica de Dourados entre 1979 e 2003	333
Tabela 18: Limite de pavimentos do Plano de Complementação Urbana ao Plano Diretor ..	338

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AABB	Associação Atlética do Banco do Brasil
ABV	Rede de supermercado da região de Dourados
AFI	Atualidades Forenses e Interioranas (revista)
AID	Aldeia Indígena de Dourados
ARENA	Aliança Renovada Nacional
Art.	Artigo
BNH	Banco Nacional de Habitação
BR-163	Rodovia sob jurisdição federal
CAD	Clube Atlético Douradense
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CAND	Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CASEMAT	Companhia de Armazéns e Silos de Mato Grosso
CDR	Centro de Documentação Regional
CEIM	Centro Educacional Infantil
CEMAT	Companhia Elétrica do Mato Grosso
CEPER	Centro Esportivo e Recreativo
CERGRAND	Cooperativa de Eletrificação Rural da Grande Dourados
CEU	Centro de Educação Unificada
COHAB	Cooperativa Habitacional
COHAFABA	Cooperativa Habitacional dos Funcionários Públicos e Bancários de Dourados Ltda.
COIMASA	Coimasa Comércio e Indústria de Madeiras S.A.
CRAS	Centro de Geração de Emprego e Renda
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CSU	Centro Social Urbano
CURA	Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada
DOT	Desenvolvimento Orientado pelo Transporte
DRD-013	Rodovia sob jurisdição do município de Dourados

EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENERSUL	Empresa Energética de Mato Grosso Do Sul
FCH	Faculdade de Ciências Humanas
FI	Faixa de interação com as edificações
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FIEGE	Financiamento de Infraestrutura Geral
FINC	Financiamento para Urbanização de Conjuntos Habitacionais
FISP	Financiamento de Infraestrutura de Serviços Industriais de Utilidade Pública
Fls	Folhas
FMA	Faixa de mobiliário urbano e arborização
FMA	Faixa de mobiliário urbano e arborização
FP	Faixa de passeio
FS	Faixa de segurança
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
ha	hectare (unidade de áreas – equivalente a 0,01 km ²)
hab	Habitante
INCC	Índice Nacional da Construção Civil
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPLAN	Instituto de Planejamento e Meio Ambiente
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
JK	Juscelino Kubitscheck
LEDA	Liga Esportiva Douradense de Amadores
m	Metro (unidade de comprimento)
m ²	Metro quadrado (unidade de área)
MDU	Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
MS	Mato Grosso do Sul
MS-162	Rodovia sob jurisdição do estado do Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
MT-748	Rodovia de jurisdição do Mato Grosso (referência antes da divisão do estado)
MVA	Megavoltampère (unidade de potência elétrica aparente)
OpenGEO	Programa da prefeitura municipal de Dourados de acesso livre para representação geográfica da cidade
P.I	Posto Indígena

pav	Pavimento
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PDS	Partido Democrático Social
PLADESCO	Plano Experimental de Desenvolvimento Social e Comunitário para a Região Centro-Oeste
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMA	Política Municipal de Meio Ambiente
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRODEGRAN	Programa Especial da Região da Grande Dourados
PRODOESTE	Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PSB	Partido Social Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
R\$	Unidade monetária vigente no Brasil
RC	Resolução do Conselho
RD	Resolução da Diretoria
RID	Reserva Indígena de Dourados
s.n	Sem numero
SALVAR	Sociedade de Defesa do Meio Ambiente
SANEMAT	Companhia de Saneamento do Estado do Mato Grosso
SANESUL	Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul
SeMOB	Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SMR	Salários Mínimos de Referência
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste
SUS	Sistema Único de Saúde
TELEMAT	Telecomunicações do Mato Grosso
TELEOESTE	Telefônica Oeste do Brasil
UEMT	Universidade Estadual do Mato Grosso
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
unid.	Unidade

USP	Universidade de São Paulo
VLT	Veículos Leves sobre Trilhos
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
§	Parágrafo
%	Porcentagem

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	24
CAPÍTULO 1	
CIDADE EM EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO DE DOURADOS NOS ANOS 70.....	40
1.1. A criação e a formação do município de Dourados.....	40
1.2. A reorganização do município de Dourados.....	51
1.3. Os programas e projetos que contribuíram para o desenvolvimento de Dourados na década de 70	62
1.4. O projeto CURA e o Plano de Complementação Urbana para Dourados	70
CAPÍTULO 2	
A CIDADE SE FAZENDO – OS DESAFIOS E OS PLANOS DE URBANIZAÇÃO	81
2.1. Chegar, ficar e fazer – os espaços, a cidade.....	81
2.2. Novas perspectivas para a cidade – 1979 e o Plano de Complementação Urbana..	107
2.3. Ajustes necessários – 1984 e a Atualização do Plano de Complementação Urbana	132
CAPÍTULO 3	
DINÂMICAS DOS ESPAÇOS E SEGREGAÇÃO: O MORAR EM DOURADOS NOS ANOS 80 e 90	140
3.1. A infraestrutura de drenagem, água potável e asfalto – o Projeto CURA	141
3.2. As novas oportunidades nos anos 80 e 90 em Dourados	149
3.3. O Terminal Rodoviário de Dourados e outras mudanças no urbano	158
3.4. A encomenda para as classes trabalhadoras – o conjunto habitacional 4º Plano – Campo Dourado.....	174
3.5. Enaltecendo um modo de morar- O Portal de Dourados e o Parque Alvorada	179
3.6. Ocupação e sobrevivência - A Vila Cachoeirinha e os loteamentos nos anos 90....	188
CAPÍTULO 4	
QUALIDADE DE VIDA EM MOVIMENTO - REPENSAR DOURADOS: LAZER, ESPORTE E CULTURA	201

4.1	Os poucos espaços alternativos de lazer na Dourados dos anos 70.....	203	
4.2	Os parques Arnulpho Fioravante e Antenor Martins – marcos referenciais para a cidade.....	210	
4.3	Os eixos de lazer no Plano de Complementação Urbana	221	
4.4	Ruas de recreação a nível local no Plano de Complementação Urbana	232	
4.5	Setores de livre circulação de pedestres – poucos e modificados.....	238	
4.6	Outros projetos de recreação, lazer e sociabilidade em Dourados nos anos 80 e 90 246		
4.7.	Praça do Cinquentenário e o conjunto do Parque dos Ipês – comemorações e cultura	249	
CAPÍTULO 5			
MOBILIDADE E IMOBILIDADE URBANA: OS SENTIDOS DE IR E VIR.....			256
5.1.	O transporte Coletivo – muitas histórias de travessias e de olhares	258	
5.2.	As ruas e o Automóvel: hegemônico e questionável	275	
5.3.	A mobilidade não motorizada, andar a pé, de bicicleta e de carroça.....	289	
CAPÍTULO 6			
NOVOS OLHARES SOBRE A CIDADE: VIVER, RECREAR E MOVER-SE EM DOURADOS NO INÍCIO DOS ANOS DOIS MIL			312
6.1.	Na virada do século XXI, o Plano Diretor de Dourados	312	
6.2.	A cidade, um espaço de preservar, recrear e sociabilizar	318	
6.3.	Os loteamentos sociais, as áreas de preservação, o perímetro e o zoneamento urbano – desafios persistentes	321	
6.4.	A cidade, um espaço de vida, trabalho e mobilidade integrados – projeções.....	340	
6.5.	As ciclovias em implantação, tensões e maior mobilidade para população	347	
CONSIDERAÇÕES FINAIS			369
BIBLIOGRAFIA			375

INTRODUÇÃO

Discutir a cidade de Dourados¹ é um anseio que há tempo vem sendo expresso em minha carreira acadêmica, sobretudo, porque é a cidade que eu cresci, assim, as ruas, os bairros o centro e o seu desenvolvimento faz parte de minha vivência. Este interesse inicia-se na dissertação de mestrado, quando trabalho com os viveres de nordestinos em Dourados.

Na década de setenta, os nordestinos mudavam do campo para cidade e, em suas narrativas, apresentavam a Dourados que encontravam. Eu, ainda criança, posso lembrar quando cheguei a esta cidade. Intriga-me o crescimento do espaço urbano, o surgimento de novos bairros, a construção e a destruição de prédios e outras edificações.

Lembro-me que, em 1993, quando passeava pela cidade e seu entorno, observava os bairros surgindo. Certo dia, ao olhar ao horizonte, vi o bairro Canaã I sendo construído e, quando observei tantas casas iniciadas exclamei: Nossa, aqui será um bairro enorme! Ao olhar ao fundo, as chaminés da antiga olaria que fabricava telhas, agora desativada; mais adiante o bairro ia invadindo a plantação de soja.

Percorrendo os documentos da cidade planejada e buscando uma cidade sendo praticada, delimito o objetivo deste trabalho: analisar a cidade de Dourados a partir do final dos anos setenta, enfocando os projetos para esta através da implantação do Projeto Lerner, sua revisão em 1984 e o Plano Diretor de 2003.

Busco entender as mudanças ocorridas no espaço urbano da cidade de Dourados ao longo de trinta e três anos (1970-2003); verificando a institucionalização dos projetos, procuro a cidade de épocas e formas diferentes, as transformações nas ruas, nas praças, o constituir-se da cidade através dos seus projetos e dos seus sujeitos; procuro uma cidade vivida e praticada contrapondo a uma cidade projetada e implementada, ou não implementada.

Para analisar a cidade e partir do presente em busca do passado, objetivo deste trabalho, Marc Bloch apresenta um caminho:

¹ A cidade de Dourados localiza-se na região Centro-Oeste do Brasil, no sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Está distante 220 km da capital do Estado (Campo Grande) e 120 km de Ponta Porã, cidade que faz fronteira com o Paraguai.

[...]para interpretar os raros documentos que nos permitem penetrar nessa brumosa gênese, para formular corretamente os problemas, para até mesmo fazer uma ideia deles, uma primeira condição teve que ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje. Pois apenas ela dá as perspectivas de conjunto de que era indispensável partir.²

Assim como em minhas memórias, que vão ao passado de minha infância e retornam ao presente, transitando entre a cidade vivida e a cidade que vivo, através de entrevistas buscarei, ora no passado, ora no presente, lembranças que reconstruam a cidade. Desta forma, as indagações da pesquisa começam do presente, questionando algo passado.

É a partir da paisagem de hoje que se reconstrói o passado, como escreve Pesavento:

Como historiadores, temos a tendência de buscar as cidades do passado que cada urbe abriga, em palimpsesto, e que devem ter deixado traços para serem recuperados mediante um trabalho de pesquisa. Mas essa cidade do passado é sempre pensada através do presente, que se renova continuamente no *tempo do agora*, seja através da memória/evocação, individual ou coletiva, seja através da narrativa histórica pela qual cada geração reconstrói aquele passado. É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos.³

As cidades planejadas, normalmente o são por urbanistas, pessoas de outras regiões, de outras vivências, descontextualizadas das múltiplas contradições já estabelecidas no urbano, pautados no desenvolvimento, no progresso e no crescimento; Déa Fenelon, sobre essa temática, pondera:

Se compreendemos a cidade como o lugar onde as transformações instituem-se ao longo do tempo histórico com características marcantes, queremos lidar com estas problemáticas como a história de constantes diálogos entre os vários segmentos sociais, para fazer surgir das múltiplas contradições estabelecidas no urbano, tanto o cotidiano, a experiência social, como a luta cultural para configurar valores, hábitos, atitudes, comportamentos e crenças. Com isto, reafirmamos a ideia de que a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como o lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder. E ainda mais importante, é valorizar a memória, que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto no resultado e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos, ruas e avenidas ou nos seus espaços de convivência ou no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade.⁴

² BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*, p. 67.

³ PESAVENTO, S. J. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*, p. 16.

⁴ FENELON, D. R. (org.), *Cidades*, p. 7.

As cidades são planejadas e constituídas não somente pela inspiração e criação dos urbanistas, como espaço de manipulação do poder, mas também, pelas contradições do urbano e as experiências sociais; a cidade suscita paixões e no tempo se apagam as datas que se ligam às lembranças, como discute Paul Ricoeur sobre o espaço:

É na escala do urbanismo que melhor se percebe o trabalho do tempo no espaço. Uma cidade comporta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que no edifício isolado. A cidade também suscita paixões mais complexas que a casa, na medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximação e de distanciamento. É possível ali sentir-se extraviado, errante, perdido, enquanto que seus espaços públicos, suas praças, justamente denominadas, convidam às comemorações e às reuniões ritualizadas.⁵

No urbanismo, quando o autor discute o espaço habitado, é possível identificar a cidade de vários tempos nos vários espaços. A cidade, então, se constitui mais complexa que seus edifícios; ela é construída das relações estabelecidas entre as pessoas, espaços, lembranças, sentimentos, comemorações e ritualizações.

A cidade ainda pode ser apreendida pela maneira que seu morador a consome, assim como consome os bens a ele disponibilizados. Giulio Carlo Argan, ao abordar a cidade moderna e as novas tecnologias, escreve como o indivíduo a consome:

Não temos nenhuma dificuldade em admitir que a cidade, no sentido mais amplo do termo, possa ser considerada um bem de consumo, ou melhor, até mesmo um imenso e global sistema de informações. Mas a única possibilidade de conservar ou restituir ao indivíduo uma certa liberdade de escolha e decisão e, portanto, de liberdade e disponibilidade para engajamentos decisivos, inclusive no campo político, é colocá-lo em condições de não consumir as coisas que gostariam de fazê-lo consumir ou de consumi-las de maneira diferente da que gostariam que as consumisse, de consumi-las fora daquele tipo de consumo imediato, indiscriminado e total que é prescrito, como sistema de poder, pela sociedade de consumo. Trata-se em suma, de conservar ou restituir ao indivíduo a capacidade de interpretar e utilizar o ambiente urbano de maneira diferente das prescrições implícitas no projeto de quem o determinou; enfim, de dar-lhe a possibilidade de não se assimilar, mas de reagir ativamente ao ambiente.⁶

Nesse sentido, quando o cidadão consome a cidade, qual uso faz dos diversos espaços. Os moradores reagem ou apropriam-se dos espaços dispostos pelo poder público. Em uma

⁵ RICOEUR, P., *A memória, a história, o esquecimento*, p.159.

⁶ ARGAN, G. C., *História da arte como história da cidade*, p. 219-220.

análise detalhada da cidade, devemos estar atentos aos olhares e à leitura que cada entrevistado faz das praças, dos monumentos, dos espaços e de suas mudanças, pois, é certo que se formem cidades distintas da concebida pelo historiador, pelo projeto urbanista, ou mesmo, por qualquer outro sujeito entrevistado.

A cidade apresenta-se com diversas funções e significados, conforme as reflexões do arquiteto Flávio Villaça sobre as políticas públicas para a cidade. Ao abordar o tema do espaço urbano na ótica dos urbanistas, partindo da sua própria experiência e local onde mora e vive, o autor chama essa abordagem de “vontade política”:

[...] muito dos interesses, das ideias e posições políticas das pessoas é fortemente modelado pelos seus espaços de vida, e quando se trata de interesses, frequentemente nosso inconsciente fala mais alto que o consciente. E quando digo “nosso”, me refiro não só a nós, arquitetos, membros de uma elite de profissionais liberais e intelectuais, mas a toda nossa elite dominante, pois é muito a partir dos interesses e do cotidiano dessa elite que se molda muito das políticas públicas urbanas em nosso país. Esses espaços de vida, por outro lado, contribuem para modelar os interesses urbanos da minoria, não apenas porque ela neles circula, mas principalmente porque neles estão suas propriedades, suas moradias, as escolas de seus filhos, os consultórios de seus médicos e dentistas, seus shoppings centers e as ruas por onde circulam seus automóveis.⁷

Considerando Flávio Villaça, devo pensar em quem projeta e, acima de tudo, para quem a cidade é projetada. Normalmente, a população, em sua diversidade, não insere suas ideias no processo de desenvolvimento urbanístico, embora seja a maior interessada no assunto. Desta forma, na maioria das vezes, as demandas da população periférica no contexto social são postergadas ou subjugadas pelos pensadores e executores da cidade pública.

Rachel Rolnik, ao estudar a história na cidade, afirma que o espaço habitado se constitui como “uma marca, como expressão, como assinatura, como notação das relações sociais, como cartografia das relações sociais... nessa história, é esta marca que faz o território; ou seja, o território não existe previamente”.⁸ O território é, desta forma, marcado pelos espaços ocupados e modificados pelos sujeitos sociais. Assim, uma praça e uma avenida constituem-se para além de um espaço físico e geográfico de um mapa. Estes lugares são, principalmente, espaços de múltiplas vivências e modos de vida elaborados na cidade.

Nesse sentido, qual é, por exemplo, o significado de uma rua “... uma rua para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que seu grupo teve e

⁷ VILLAÇA, F. *A urbanização contemporânea no Brasil*, p. 5.

⁸ ROLNIK, R.. *História Urbana: História na cidade*, p. 28.

que a história de seu grupo naquele espaço teve”.⁹ A rua não é apenas um espaço físico, ela está carregada de movimentos e de relações de pessoas que nela se encontram e passam. Michel de Certeau também desenvolve a ideia de que o espaço precisa de pessoas para que seja praticado:

Em suma, o *espaço é um lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos - um escrito.¹⁰

Para o autor, os espaços tomam forma quando é praticado; e uma rua passa a existir quando se constitui de signos. O poder público, ainda que projete e execute uma avenida arborizada com espaçosas calçadas, será apenas um espaço se não for praticada pelas pessoas. Michel de Certeau e Raquel Rolnik apresentam, em seus trabalhos, o espaço vivido. Em meu trabalho, proponho-me a pensar a cidade construída nos espaços planejados e a cidade constituída nos espaços praticados. Paul Ricoeur também contribui no pensar sobre o espaço vivido e o espaço habitado.

[...] Entre o espaço vivido do corpo próprio e do ambiente e os espaços públicos intercala-se o espaço geométrico. Com relação a este, não há mais lugares privilegiados, mas locais quaisquer. É nos confins do espaço vivido e do espaço geométrico que se situa o ato de habitar. Ora, o ato de habitar não se estabelece senão pelo ato de construir. Portanto, é arquitetura que traz à luz a notável composição que formam em conjunto o espaço geométrico e o espaço desdobrado pela condição corpórea. A correlação entre habitar e construir produz-se assim num terceiro espaço – se quisermos adotar um conceito paralelo ao de terceiro tempo, que proponho para o tempo da história, em que as localizações espaciais corresponderiam às datas do calendário. Esse terceiro espaço pode ser interpretado tanto como um quadriculado geométrico do espaço vivido, aquele dos “locais”, quanto como uma superposição de “locais” sobre a grade das localidades quaisquer.¹¹

A cidade se forma não somente do habitante em seus espaços públicos, a partir de sua presença nas ruas, praças e edificações, mas, e principalmente, é pelo ato de habitar que a cidade se constitui; ela se constrói e se constitui enquanto é praticada pelos seus moradores.

Doreen Massey, em sua obra, apresenta três proposições para pensar o espaço: a ideia do espaço como inter-relações de trajetórias vividas e experiências acumuladas; a multiplicidade das práticas materiais nos lugares; e que o espaço está sendo construído, jamais estará acabado.

⁹ Op. cit., p. 28.

¹⁰ CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, p. 202.

¹¹ RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*, p. 158.

Primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. *Segundo*, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. *Terceiro*, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado. Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de estórias-até-agora.¹²

O espaço habitado, na dinâmica da cidade, reforça a ideia que “as relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo uso ou relações de uso: aqui lugar de morar; aqui lugar de trabalhar; aqui lugar de circular”.¹³

Os espaços habitados estabelecidos na cidade estão implicados de relações sociais vividas por sujeitos, manifestam-se na forma de morar, divertir-se e trabalhar. “Assim agindo, esses moradores deixam registradas ou vão imprimindo suas marcas no decorrer do tempo histórico, marcas que traduzem a maneira como se relacionaram ou construíram seus modos de vida neste cotidiano urbano”¹⁴. Doreen Masey também apresenta o espaço enquanto interação social.

Se o tempo se revela como mudança, então o espaço se revela como interação. Neste sentido, o espaço é a dimensão *social* não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas - diversidade, subordinação, interesses conflitantes. À medida que o debate se desenvolve, o que começa a ser focalizada é o que isso deve trazer à tona: uma política relacional para um espaço relacional.¹⁵

Na discussão apresentada por Paul Ricoeur sobre as escalas, é interessante observar a escala do urbanista e a do geógrafo. Pensando na cartografia, ele escreve:

Em cartografia, existe um referente externo, o território que o mapa representa; além disso, as distâncias medidas pelos mapas de escalas

¹² MASSEY, D. B. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*, p. 29.

¹³ ROLNIK, R. *História Urbana: História na cidade*, p. 28.

¹⁴ FENELON, D. R. (org.). *Cidades*, p. 6.

¹⁵ MASSEY, D. B. *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*, p. 97-98..

diferentes são comensuráveis segundo relações homotéticas, o que permite falar da redução de um terreno pela colocação em uma determinada escala. Todavia, observamos de uma escala para outra uma mudança do nível de informação em função do nível de organização. Pensemos na rede rodoviária: em grande escala, vemos grandes eixos de circulação, em escala menor, a distribuição do *habitat*. De um mapa a outro, o espaço é contínuo, o território é o mesmo, assim a mudança discreta de escala mostra um mesmo terreno; é esse o aspecto positivo de uma simples mudança de proporção: não há lugar para a oposição entre escalas. Sua contrapartida é certa perda de detalhes, de complexidade, e, portanto, de informação, na passagem a uma escala maior.¹⁶

Paul Ricoeur ainda compara o uso da escala pelo urbanista ao tratamento historiográfico dos detalhes, quando este faz o balanço entre o ganho e a perda das informações, determinado pela escala de proximidade o afastamento ao evento estudado.

O papel da ideia de escala em arquitetura e em urbanismo não é indiferente a nosso assunto; colocam-se relações de proporção comparáveis às da cartografia, bem como o balanço entre ganho e perda de informação de acordo com a escala escolhida. Mas, diferentemente da relação entre o mapa e o território, o plano do arquiteto ou do urbanista tem por referente um edifício, uma cidade ainda por construir; além disso, o edifício e a cidade mantêm relações variáveis com contextos escalonados entre a natureza, a paisagem, a rede de comunicação, as partes da cidade já edificadas, etc.¹⁷

Assim como o urbanista reconstrói uma obra inserida em um ambiente edificado, a cada releitura do passado, o pesquisador reconstrói a história em um exercício de construir, desconstruir e reconstruir. Paul Ricoeur escreve:

Essas características próprias da noção de escala em arquitetura e urbanismo dizem respeito ao historiador, na medida em que a operação historiográfica é, num certo sentido, uma operação arquitetônica. O discurso histórico deve ser construído em forma de obra; cada obra se insere num ambiente já edificado; as releituras do passado são outras tantas reconstruções, às vezes ao preço de custosas demolições: construir, desconstruir, reconstruir são gestos familiares para o historiador.¹⁸

Em meu trabalho, busco compor a história da cidade não limitada pela arquitetura das construções e espaços, mas constituída também pelos relatos orais, pelas fotografias, pelos mapas, projetos urbanísticos, documentos oficiais e jornais; assim, a cidade vai sendo constituída dos vários olhares do espaço, do tempo e das relações, em um exercício de construir, desconstruir e reconstruir, enquanto as fontes vão sendo utilizadas.

¹⁶ RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*, p. 221.

¹⁷ Op. cit., p. 222.

¹⁸ Op. cit., p. 222.

Das fontes orais, neste trabalho, surgem as experiências de vida das pessoas, as relações de trabalho, de moradia e de lazer; trata-se do habitar a cidade, o seu praticar a cidade planejada, como olham, vivem e sentem a cidade, enquanto olham sua vida através do passado e presente. Sandra Pesavento, em seu trabalho *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*, destaca o que se obtém das fontes orais no constituir da cidade.

E, para além da palavra escrita, há aquela da oralidade, que implica outra forma de dizer a cidade, através do som e das palavras ditas. Entram em cena, assim, os recursos de uma história oral, recuperando depoimentos e relatos de memória, que retraçam uma experiência do vivido e do possível de ser recuperado pela reminiscência, transmitido no presente para aqueles que não estiveram na cidade do passado. Fala-se e conta-se, então, dos mortos, dos lugares que não mais existem, de sociabilidades e ritos já desaparecidos, de formas de falar desusadas, de valores desatualizados. Traz-se ao momento do agora, de certa forma, o testemunho de sobreviventes de um outro tempo, de habitantes de uma cidade que não mais existe. ... o depoente, no caso, é o senhor do tempo, refazendo o que diz sobre o passado da cidade em cada vez que discorre sobre ele.¹⁹

Os entrevistados trafegam em suas lembranças recriam espaços, ruas e edificações e enquanto apresentam suas relações sociais no espaço e no tempo, reconstroem outras cidades contidas na cidade do presente, como apresenta Pesavento:

A cidade sempre se dá a ver, pela materialidade de sua arquitetura ou pelo traçado de suas ruas, mas também se dá a ler, pela possibilidade de enxergar, nela, o passado de outras cidades, contidas na cidade do presente. Assim, o espaço construído se propõe como uma leitura no tempo, em uma ambivalência, de dimensões que se cruzam e se entrelaçam.²⁰

Nas entrevistas, busco abranger os muitos olhares sobre a cidade, sem, no entanto, almejar alcançar todos os olhares; procuro obter das muitas falas, dos muitos olhares, as muitas cidades na mesma cidade: adentro ao urbano e reconstruo a Dourados praticada. A partir dos vários bairros, nas falas de índios e não índios, de diferentes idades, as entrevistas abrangem uma Dourados dinâmico que, sob os diversos olhares, apresenta pessoas que moram, movem-se, recreiam-se e divertem-se diferentemente nos espaços da cidade e ao longo do tempo estudado.

¹⁹ PESAVENTO, S. J. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*, p. 20.

²⁰ Op. cit., p. 16

Além das entrevistas realizadas para este trabalho, faço uso das entrevistas produzidas por mim no mestrado²¹, entendendo que aqueles sujeitos sociais me revelaram muito do que era viver na cidade naquele momento. Foram as suas falas sobre Dourados, sobre a época em que chegaram ao urbano nos anos 70, que me despertaram ainda mais o interesse por esse tema. Essas entrevistas foram realizadas no ano de 2002, porém, referenciavam o período estabelecido na pesquisa.

Naquela ocasião, uma das pessoas que fez parte da rede de entrevistados para aquele este trabalho foi o meu pai, migrante nordestino, que chegou a Dourados em 1977. Utilizando-se da sua fala; trago também a lembrança das minhas próprias experiências de viver com ele a cidade. Em meio às entrevistas, exponho a minha própria experiência em Dourados que, conjuntamente à cidade, vai se alterando à medida que também vou crescendo e os espaços vão se transformando. Buscando os muitos olhares, também valorizei meus laços familiares, uma vez que foi com eles que vivi a cidade.

A fotografia foi uma fonte utilizada para representar a cidade, assim como as suas mudanças. São fotos do meu trabalho de campo, de arquivos pessoais, de instituições, de propagandas, todas retratando situações temporais ou transformações urbanas; são ruas, avenidas, parques, praças, edifícios, pessoas, paisagens fotografadas por interesses pessoais ou mesmo profissionais.

O registro fotográfico oficial também foi utilizado neste trabalho, pois retrata o olhar do poder público sobre a cidade através dos projetos sendo realizados, da comemoração do aniversário da cidade e dos eventos no município; são ruas, avenidas, parques, praças, edifícios públicos, autoridades, canteiros, pessoas trabalhando, obras em andamento, enfim, a representação da cidade pública.

Assim, reconstruo a cidade através de fotografias. Sejam elas de uso pessoal, profissional ou oficial, materializam os espaços dos entrevistados, os lugares onde moravam, passavam e divertiam-se – são casas, loteamentos, ruas, clubes, praças e parques. Nesse contexto, considero que “a materialidade da cidade expressa a história dos indivíduos e sua imagem reproduz os diferentes momentos do processo histórico.”²² Maria Stella M. Brescianni reporta-se à cidade como uma experiência visual e, dessa forma, a fotografia é

²¹ SANTOS, Marina de Souza. *Memórias, trajetórias e viveres: a experiência de ser nordestino(a) em Dourados-MS (1940-2002)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

²² DANTAS, S. M. *Entre o real e o ideal: a cidade que se tem e a cidade que se quer Uberlândia (1900-1950)*, p. 197.

uma das fontes que representa a cidade de cada tempo. Assim, também utilizo a fotografia para analisar os espaços, as edificações, as ruas e as praças.

As cidades são antes de tudo uma experiência visual. Traçado de ruas, essas vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas e edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço. E mais, um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularidades arquitetônicas.²³

Pesavento ainda afirma que a cidade revela-se pelo discurso, que se coloca em lugar da materialidade e a representa. Assim, das vivências no urbano e dos sentimentos e sentidos dos entrevistados, é que construo a cidade, quando apresento os seus viveres através da fotografia.

A cidade é objeto da produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e os representam. Assim, a cidade é um fenômeno que se revela pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo *viver urbano* e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia.²⁴

Utilizo, ainda, como fonte neste trabalho os mapas, pois possibilitam representar as mudanças no espaço urbano desde a primeira representação gráfica encontrada nos registros históricos, o embrião projetado. Os mapas revelam o nascer dos bairros, a expansão dos arruamentos, os projetos de moradias, as praças; desde os espaços públicos aos privados. Os projetos urbanísticos, disponíveis em plantas e detalhes, também são fontes deste trabalho; sinalizam o plano de organização do urbano, representam o projeto em um tempo, quase sempre das obras públicas de infraestrutura.

Os documentos oficiais, gerados pelos poderes públicos, Planos Diretores, Lei de Uso do Solo, Leis e Projetos de Lei relativos aos espaços urbanos, são referenciados e analisados neste trabalho enquanto práticas governamentais em plano, projeto, execução e modificação, do legislar o urbano. Na busca por essas fontes, o Arquivo Público Municipal de Dourados, pouco favoreceu o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que se encontra em local desapropriado, desorganizado e sem as devidas sistematizações das informações. Diferentemente, a Câmara Municipal de Dourados, que contém todas as Leis municipais impressas ou digitalizadas, assessoram prontamente a comunidade.

²³ BRESCIANI, M. S., *História e Historiografia das Cidades, um percurso*, p. 237.

²⁴ PESAVENTO, S. J., *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*, p. 14

No Centro de Documentação Regional – CDR, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), busquei e encontrei documentos essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Em especial, destaco duas cópias diferentes do denominado “Projeto Lerner”, ponto de partida deste trabalho.

Arquivadas no CDR, há duas versões desse projeto: uma de novembro de 1978 e, outra de dezembro de 1978. A versão de novembro aparece com o nome “*Dourados: Plano de Complementação Urbana. Jaime Lerner Planejamento Urbano*”. Em forma de relatório, contém a proposta detalhada para o projeto Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada (CURA) em seus anexos. A outra versão encontra-se com o nome “*Dourados: estrutura urbana. Jaime Lerner Planejamento Urbano*” e apresenta poucas alterações no texto com relação à primeira; não contém o anexo do projeto CURA. Concluo que a primeira foi submetida para aprovação do Projeto CURA e, a segunda, seja o documento final entregue para a gestão pública municipal. Na apresentação do documento, por exemplo, a primeira versão refere-se ao Projeto CURA.

A montagem do Plano de Complementação Urbana (Projeto CURA/BNH (Banco Nacional de Habitação)) para a cidade de Dourados tem como objetivo básico viabilizar os investimentos essenciais que possibilitem a consolidação da sua estrutura de crescimento. As quatro áreas que serão beneficiadas com esses investimentos, foram selecionadas de acordo com as prioridades previamente definidas e pela capacidade de geração de recursos, proporcionada pelos mecanismos tributários instituídos pela Administração Municipal.²⁵

Enquanto que, na segunda versão, trata da estrutura para o crescimento da cidade.

A definição de uma estrutura de crescimento para a cidade de Dourados – respeitadas as peculiaridades regionais e a escala do assentamento urbano – possibilita estabelecer um critério objetivo de prioridades que venha a orientar uma atuação eficiente da Administração Municipal. Em relação a área rural do Município, a necessidade de consolidar o enorme potencial agrícola da região conduziu à proposição de uma política de valorização do homem no campo – fator essencial para a sua fixação à terra.²⁶

Apesar dos nomes diferentes, o Projeto manteve-se referenciado nos escritos da época como Plano de Complementação Urbana, citação também adotada neste trabalho para qualquer um dos dois documentos. Ora também utilizo “Projeto Lerner”, referência muito comum na cidade, utilizada na imprensa e pelos entrevistados. Uma vez que o responsável

²⁵ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: Plano de complementação urbana*. Curitiba, novembro de 1978.

²⁶ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: Estrutura urbana*. Curitiba, dezembro de 1978.

pelo projeto foi o Urbanista Jaime Lerner, apesar do trabalho em equipe, associa o projeto a sua pessoa, sobretudo quando busco explicar decisões, definições e detalhes urbanísticos através da sua concepção de cidade.

Assim, os dois projetos encontram-se no CDR, na coleção da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO). O primeiro, sob o tombo 1469, utilizado para referenciar o projeto CURA, enquanto que o segundo, com tombo 1461, utilizo para as demais citações ao longo do trabalho.

A atualização do projeto é denominada “*Cidade de Dourados. Atualização do Plano Diretor*. Administração Luiz Antônio. Curitiba, 1984”. Fonte relevante para este trabalho, este documento foi emprestado do Sr. Manoel Frost Capilé, arquiteto aposentado que trabalhou na gestão do prefeito Sr. Luiz Antônio. O Plano Diretor de 2003, constituído pela Lei Complementar nº 72, foi cedido em versão digital pela procuradoria da Prefeitura de Dourados.

Ainda no CDR/FCH/UFGD, pesquisei as coleções de Ayrthon Barbosa Ferreira²⁷, Harrison de Figueiredo²⁸, Luiz Antônio Alvares Gonçalves²⁹ e José Henrique Marques³⁰. Nessas coleções obtive recortes de jornais, informações, documentos e fotografias, ligadas às vidas públicas e particulares dessas personalidades em sua relação com a história da cidade de Dourados.

O jornal *O Progresso* foi a fonte de pesquisa na imprensa – veículo que, em parte, está disponível em formato digital (até o ano 1993³¹) no CDR e teve circulação ininterrupta no período estudado. Nessa fonte sistematizei as buscas em: edições especiais de aniversário do jornal e da cidade, que circulam nos dias 21 de abril e 20 de dezembro e em temas específicos, como Projeto Lerner, loteamento, bairros, calçadas, ciclovia, rodoviária, Praça do Cinquentenário e parques. Outros jornais, quando citados, fazem parte de recortes ou matérias encontradas em arquivos pessoais.

O jornal *O Progresso* teve sua primeira edição em Dourados em abril de 1951, como descreve Suzana Arakaki.

²⁷ Assessor jurídico da prefeitura no período de 1983-1988.

²⁸ Exerceu vários cargos na prefeitura entre eles o de Assessor Jurídico e secretário de administração no período de 1989-1992.

²⁹ Prefeito de Dourados no período de 1983-1988.

³⁰ José Henrique Marques esteve por muitos anos na direção do jornal *Gazeta Popular*, que não existe mais na sua versão impressa, apenas digital, o seu acervo se compõe de fotos usadas no periódico na época em que este era impresso.

³¹ O Projeto de digitalização do jornal encontra-se em andamento, e, no momento em que encerro esta pesquisa, estava digitalizado e à disposição do público até o ano de 1993.

A história do jornal *O Progresso* começa na cidade vizinha de Ponta Porã, cujo proprietário original foi o advogado e jornalista Rangel Torres. Segundo Banche Torres, sua neta, o jornal começou a circular em 1920 e, por meios de perseguição política, deixou de ser editado naquela cidade. Voltou a circular em 1951, por iniciativa do filho de Rangel, também advogado e jornalista Weimar Gonçalves Torres, desta vez já na cidade de Dourados.³²

Segundo a autora, a direção do jornal sempre esteve envolvida na política local, de forma que o Sr. Weimar Gonçalves Torres foi eleito deputado estadual e, depois federal pelo PSD. Após a sua morte em 1969, o seu sogro, que também se envolvia com as questões políticas de Dourados, assume o jornal

Wlademiro Muller do Amaral, também filiado ao PSD, deu continuidade à linha editorial do jornal. Após a morte de Wlademiro, assumiu a direção do jornal a viúva de Weimar Torres, Adiles do Amaral Torres, que permanece na direção até os dias atuais. *O Progresso* é uma empresa familiar. O nome no jornal, aliado a seu slogan, *O Progresso, pensamento e ação por uma vida melhor*, expressa a crença e a ideologia de seus proprietários. Desde a primeira edição, o jornal se revela um incentivador do desenvolvimento da região, especialmente da própria cidade de Dourados.³³

As matérias citadas do jornal *O Progresso* passaram, sobretudo, pela análise contextualizada das matérias; quando busco obter as informações em meio aos fatos apresentados e as ideologias defendidas, como descreve Tania Regina de Luca.

Dai a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos.³⁴

Ainda no CDR pesquisei nas seguintes coleções: Prefeitura Municipal de Dourados; Temas Indígenas; Documentos Originais; Câmara Municipal de Dourados; Dourados-Histórias; Fontes primárias para História de Dourados; Memória Fotográfica de Dourados. Além destas coleções pesquisei no acervo bibliográfico, Folhetos, Separatas/Excertos e no acervo da SUDECO.

³² ARAKAKI, S. *Dourados: memórias e representações de 1964*. 2008, p. 107.

³³ ARAKAKI, S. *Dourados: memórias e representações de 1964*. 2008, p. 107-108.

³⁴ LUCA, T. R. de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*, p. 140.

A produção acadêmica sobre Dourados representou uma importante fonte de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho. Os trabalhos de graduação, as dissertações e as teses que abordam planos, projetos e construções urbanísticas, que tratam do cotidiano dos indivíduos da cidade, relatam as memórias dos moradores e discutem a história do município, foram pesquisados neste trabalho. Destaco, sobretudo, o uso de duas teses: *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, de Maria José Martinelli Silva Calixto e *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*, de Mário Cezar Tompes da Silva³⁵.

A pesquisa nas dissertações do PPGG/UFGD contribuiu para a constituição do espaço urbano e suas mudanças. Os trabalhos pesquisados abordam temas sobre Dourados a partir dos anos 70; destacam o crescimento demográfico e as transformações ocorridas em decorrência deste crescimento; outros abordam, como temáticas, as ruas da cidade, o papel do Shopping Avenida Center na redefinição espacial, as questões de moradia, a questão indígena e bairros específicos da cidade.

Nas dissertações do PPGH/UFGD que tratam da cidade de Dourados, verifiquei abordagens com amplitude e profundidades diversas sobre os titulados pioneiros do final do século XIX e começo do século XX; migrantes de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul que deram origem ao povoado. Observei trabalhos que trata da presença da companhia Mate Laranjeira, da criação do Território Federal de Ponta Porã e da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) no ano de 1943. Outros trabalhos são específicos sobre a presença de determinados grupos em Dourados, como os nordestinos, os japoneses, os sírios e libaneses e os paraguaios; por fim, em meio a toda essa diversidade de material bibliográfico, encontrei o trabalho de Mercolis Alexandre Ernandes. *A construção da identidade douradense: (1920 a 1990)*, o único que se propõe a discutir este tema.

Citadas as fontes utilizadas, apresento a disposição dos seis capítulos deste trabalho. No Capítulo 1, intitulado *Cidade em Expansão, Modernização de Dourados nos Anos 70*, apresento a criação e a formação de Dourados, a reorganização do município, os programas e os projetos que contribuíram para o desenvolvimento de Dourados nos anos 70, introduzindo o Projeto CURA e o Plano de Complementação Urbana para Dourados.

A institucionalização do município é apresentada, nesse Capítulo, através dos Atos Públicos de criação; em sequência, discuto o primeiro plano de ocupação, ainda muito

³⁵ O Sr. Mário Cezar Tompes da Silva é citado em dois contextos durante a tese como autor desta obra e como entrevistado.

limitado, que definia uma pequena área da cidade e estabelecia o traçado da Avenida Principal, hoje, Avenida Marcelino Pires e, a partir dela, ruas e quadras em corte padrão de 100 por 100 metros; ruas e avenidas largas, propostas quando quase não se circulavam veículos na cidade.

As mudanças no espaço urbano da cidade de Dourados na década de oitenta são descritas no Capítulo 1 através das políticas nacionais e os programas e projetos que contribuíram para o desenvolvimento da cidade. É nesse período que ocorrem: o PDN – Plano de Desenvolvimento Nacional, proposto pelo Governo Federal, o PRODEGRAN – Programa Especial da Região da Grande Dourados, e os projetos CURA. O PDN abrangeu várias regiões do país e se desdobrou em muitos projetos para as cidades; o PRODEGRAN se desenvolveu na década de 70 em Dourados, especialmente na área rural; já os projetos CURA possibilitaram em Dourados, dentre seus benefícios, a contratação do Plano de Complementação Urbana de 1978, que foi também chamado "Projeto Lerner". Desenvolvido pelo escritório de Arquitetura e Urbanismo Jaime Lerner em dezembro de 1978. Esse Plano de Complementação Urbana constitui-se o centro do desenvolvimento deste trabalho.

No Capítulo 2, *A Cidade se fazendo – os desafios e os planos de urbanização*, apresento, inicialmente, as questões relativas à moradia na cidade. Descrevo a criação e formação de loteamentos e conjuntos habitacionais que antecederam ao Projeto Lerner. Para isso, utilizo-me das entrevistas e autores que discutem o processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano, a política habitacional e o processo de urbanização de Dourados. A implementação dos bairros financiados pelo BNH nos anos 70 e as manchas vazias no urbano são abordadas através de suas causas e problemas gerados no urbano da cidade.

Os bairros abordados foram Jardim Ouro Verde, o BNH 3º Plano, Jardim Água Boa, Parque das Nações I e II e Jardim Flórida. Em sua maioria constituídos ao longo dos anos 70, os bairros descritos determina a situação inicial de Dourados, constatada pela equipe de desenvolvimento do Plano de Complementação Urbana em seu levantamento inicial da cidade. Esclareço, no entanto, que este trabalho não se trata de uma pesquisa dos bairros de Dourados, os mesmos são descritos na intenção da reconstrução da cidade vivida no momento da chegada da equipe do Projeto Lerner.

Em sequência, apresento o Plano de Complementação Urbana e a Atualização do Plano Diretor de 1984, focando, nesse Capítulo, o tema morar em Dourados.

No Capítulo 3, intitulado *Dinâmicas dos espaços e segregação: o morar em Dourados nos anos 80 e 90*, busco mostrar as experiência do morar após o Plano de Complementação Urbana e a Atualização do Plano Diretor de 1984. A infraestrutura implantada através do

Projeto CURA, as novas oportunidades no morar e trabalhar e viver, bem como as mudanças no urbano vividas nesse período é abordado nesse Capítulo. Por fim, os conjuntos habitacionais de financiamento público ou privado, criados e implantados entre 1980 e 2000, perfazendo-se pela descrição do 4º Plano, Campo Dourado, Portal de Dourados, Parque Alvorada, Vila Cachoeirinha e demais loteamentos nos anos 90. Os bairros instituídos e abordados nesse período, sobretudo, aparecem para mostrar os problemas e as soluções que foram surgindo e tratadas pelos gestores públicos municipais.

No Capítulo 4, intitulado *Qualidade de Vida em movimento – repensar Dourados: Lazer, esporte, cultura*, abordo as propostas do Plano de Complementação Urbana e da Atualização do Plano Diretor de 1984 para a recreação e o lazer em Dourados, que foram realizadas e que não foram. Detalho a construção de dois parques no final dos anos 70 e início dos anos 80, os eixos de lazer, as ruas de recreação a nível local, os setores de pedestres e outros projetos de recreação, lazer e sociabilidade, onde apresento a Praça do Cinquentenário, que marca os 50 anos da criação da Cidade.

No Capítulo 5, *Mobilidade e Imobilidade Urbana: os sentidos de ir e vir*, é discutida a mobilidade a partir do Plano de Complementação Urbana e Atualização do Plano Diretor. Nesse Capítulo abordo o transporte coletivo como uma alternativa confortável e eficiente para o deslocamento na cidade; o automóvel, como uma outra alternativa, e a mobilidade não motorizada, utilizadas pelas viagens a pé, de bicicleta e de carroça, normalmente utilizada pelos indígenas. .

O Capítulo 6, o último do trabalho, com o título *Novos Olhares sobre a Cidade: viver, recrear e mover-se em Dourados no início dos anos dois mil*, vai abordar a cidade como um espaço de vida, trabalho e mobilidade integrados, como também um espaço de preservar, recrear e sociabilizar. Para tanto, discuto o limite do número de pavimentos, a densidade populacional, o perímetro urbano, o zoneamento urbano abordando as legislações municipal e federal até a sua consolidação no Plano Diretor de 2013. Retomo a premissa do urbanista Jaime Lerner e sua concepção de cidade quanto um sistema de vida, trabalho e mobilidade integrados, busco explicar a metodologia aplicada no desenvolvimento do Plano de Complementação Urbana e na Atualização do Plano Diretor, e analiso a implantação dos Projetos, seus sucessos e fracassos, até chegar ao Plano Diretor de 2003.

Capítulo 1

CIDADE EM EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO DE DOURADOS NOS ANOS 70

O povoado que dá origem a cidade de Dourados data do final do século XIX, quando chegam famílias, vindas, principalmente, de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Estas famílias instalam-se na região e formam as primeiras fazendas para criação de gado. A história da formação e da consolidação da cidade de Dourados está registrada na historiografia pelos memorialistas e pela produção acadêmica pautada em alguns marcos que apresentam a influência da companhia Matte Laranjeira, a doação das terras para o patrimônio, a criação do território federal de Ponta Porã e a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), são os momentos mais referenciados.

Os marcos citados são apresentados neste Capítulo, adicionando-se a eles a criação da Reserva Indígena da cidade de Dourados em 1915 que, apesar de pouco citada pelos memorialistas, precisa ser destacada como parte importante da história. Apresento em sequência a reorganização do Município, os programas e projetos que contribuíram para o desenvolvimento da Cidade nos anos setenta e o projeto CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada) que propiciou a contratação do Plano de Complementação Urbana para Dourados.

1.1. A criação e a formação do município de Dourados

Um dos marcos estabelecidos na história do município de Dourados, ainda no final do século XIX, é a presença da Companhia Mate Laranjeira, que se instala na região após o término da Guerra contra o Paraguai (1864-1870). Esta empresa obteve permissão do Governo Imperial para a exploração do mate através do Decreto-lei nº 8.795 de 9 de dezembro de 1882, e sua atuação se estende até a metade do século seguinte, quando, no governo Vargas, o seu poder é diminuído através da política de resguardar as fronteiras. Nesse

período predominava o arrendamento das terras pela Companhia, o que dificultava o povoamento da região. Ainda assim, os posseiros, como eram denominadas as pessoas que adentravam a região, enfrentavam a Companhia e se estabeleciam na área arrendada à empresa.

Outro acontecimento apontado nos escritos sobre a cidade de Dourados, ainda no começo do século XX, diz respeito à doação das terras que, posteriormente, viriam dar origem ao patrimônio. Na maioria dos trabalhos escritos até o momento, observa-se o registro de que essas terras foram doadas por Marcelino Pires no ano de 1909. Estes trabalhos não fazem menção das fontes utilizadas para fazer tal afirmação, como escrituras ou outro tipo de material, apenas registram que foi assim, se pautando, em sua maioria, em escritos anteriores que já referenciavam esse contexto, principalmente em escritos de memorialistas. O que existe são apenas relatos orais.

Uma versão que contesta essa doação encontra-se no trabalho de Mário Cezar Tompes da Silva: ele afirma que esta doação teria sido fruto de uma disputa por terras devolutas entre Marcelino Pires e Joaquim Teixeira Alves. Nesta disputa, para que nenhum ficasse com as terras, Marcelino Pires resolveu requerê-las para a instalação do povoado. Ao fazer referência ao processo de povoamento ocorrido no final do século XIX e início do século XX, o autor esclarece:

A origem, no entanto, do embrião urbano data de 1909, quando a disputa pela posse de uma mesma gleba entre dois fazendeiros – Marcelino Pires e Joaquim Teixeira Alves – resultou na destinação da área em litígio para o patrimônio de um futuro povoado. Marcelino Pires, por ter sido o autor da ideia de doação da gleba em disputa para a fundação do patrimônio, passou a ser considerado o fundador da cidade³⁶.

As terras não eram de Marcelino Pires, todavia, foi dele a ideia da doação para a criação do patrimônio, ficando, assim, com o crédito de doador na versão oficial sobre o surgimento da cidade. É por este motivo que a avenida inicialmente denominada Avenida Principal tem agora o seu nome, Marcelino Pires. Por fim, ainda que não sejam encontrados documentos oficiais escritos que comprovem esta versão, relatos orais vão sendo transmitidos de geração em geração sobre a história da doação das terras para a criação da cidade de Dourados.

³⁶ SILVA, M. C. T. da. , *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*, p. 88.

Novas levas de migrantes chegam à região na primeira década do século XX, agora vindas principalmente de São Paulo. No entorno de algumas fazendas e onde hoje se encontra o núcleo urbano de Dourados começam ser construídas as primeiras casas de madeira, todavia, somente em 1914, através da Resolução Estadual nº 658 de 15 de junho, que o Distrito de Paz de Dourados é criado.

Ainda no começo do século XX, em meio ao surgimento do povoado, se dá a criação da Reserva Indígena de Dourados. Marechal Rondon, indigenista que mapeava o País para a passagem do telégrafo, foi o primeiro a sugerir a separação de uma porção de terra para os indígenas. A Reserva foi criada no ano de 1915³⁷, momento em que se formava o povoado de Dourados, conforme se constata no trabalho de Marina Wenceslau:

O povoado que até então se formava, recebeu a denominação de São João Batista de Dourados, consequência de sua proximidade com o rio Dourados. Neste período (1910), foi solicitada a posse da terra para os kaiowás nesta região, pois os mesmos compunham uma grande população dispersa trabalhando na extração da erva-mate, desde que a Companhia Mate Laranjeira iniciou a exploração deste produto com fins de mercado. Foi, então, fundado em 1925, o Posto Indígena de Dourados, quando o Inspetor do Serviço de Proteção ao Índio (Major Nicolau Horta Barbosa) começou a demarcar sua área, tendo em vista a doação feita pelo Presidente da Província de Mato Grosso, através do Decreto nº 401 de 03 de setembro de 1915, de um lote de terras de três mil e seiscentos hectares para a Reserva Indígena de Dourados.³⁸

Destaco que a Lei de doação das terras é de 1915, a demarcação oficial começa dez anos depois com a criação do Posto Indígena de Dourados e a escrituração destas terras somente acontece em 1985. Durante esse período houve redução de 61 hectares na área originalmente doada, conforme apontado no trabalho da mesma autora:

No entanto, as terras do atual Posto Indígena de Dourados, tiveram seu Título definitivo de propriedade expedido em 26 de outubro de 1985 e foram registradas em 14 de dezembro de 1985, com uma área de 3539 ha, ou seja, da doação original 61 hectares foram perdidos para proprietários circunvizinhos.³⁹

³⁷ Encontrei, em outros trabalhos que abordam a Reserva indígena de Dourados, outra data para a sua criação, sendo esta o ano de 1917, dado que consta, por exemplo, em MOTA, J. G. B. Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. Há uma diferenciação também na data da escritura alguns apontam o ano de 1965 e Marina Wenceslau aponta 1985, os trabalhos são unânimes com a data da criação do Posto Indígena em 1925. Não tendo encontrado documentos que possam esclarecer a data exata da fundação da Reserva optei por deixar a data estabelecida pela autora citada.

³⁸ WENCESLAU, M. E. *O índio kaiowá e a comunidade dos brancos*, p. 113-115.

³⁹ WENCESLAU, M. E. *O índio kaiowá e a comunidade dos brancos*, p. 115.

Antes do processo de reserva, os índios habitavam os arredores da região em sistema de aldeias. Segundo estudiosos da questão indígena, como Antônio Brand⁴⁰ e Marina Evaristo Wenceslau,⁴¹ a criação da reserva foi uma decisão deliberada para liberar terras, e transformá-las em propriedade privada, confinando os indígenas em um pedaço de terra.

Assim, os índios que antes andavam por toda essa região foram levados à reserva e, a medida que se aumentava a especulação fundiária com a colonização privada e estatal, também se disponibilizavam propriedades para a formação dos latifúndios.

Residem hoje na Reserva de Dourados índios de três etnias: os Guarani Kaiowá (que também se autodenominam apenas Kaiowá), os Guarani Nãndeva (ou apenas Guarani) e os Terenas. Para mais informações sobre as diferenças entre os subgrupos Guarani, sugiro a consulta ao trabalho de Simone Almeida de Oliveira⁴². Nesta pesquisa, utilizo as denominações mais correntes: Guarani, Kaiowá e Terena.

Os Kaiowá eram os habitantes originários deste território e os Terenas vieram posteriormente trazidos pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) para esta região; segundo estudos, esta não seria a região originária deles. Os índios Guarani chegaram vindos de correntes migratórias do Paraguai após o término da Guerra contra este mesmo país. Os indígenas das etnias Guarani e Kaiowá, antes do processo de reserva, viviam em aldeias espalhados pela região desde o rio Apa até o rio Ivinhema. Levi Marques Pereira explica como se deu a ocupação da Reserva pelas três etnias:

A presença dos Kaiowá e dos Guarani no sul de MS é atestada em documentos produzidos pelo SPI nas primeiras décadas do século XX. O território ocupado pelos Guarani antes da ocupação colonial ficava situado

⁴⁰ Refiro-me à Dissertação e à tese de Antônio Brand. BRAND, Antônio. *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1993. BRAND, Antônio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1997.

⁴¹ Refiro-me à dissertação e à tese de Marina Evaristo Wenceslau. WENCESLAU, Marina Evaristo. *O índio kaiowá e a comunidade dos brancos*. Dissertação. Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da universidade de São Paulo. 1990. WENCESLAU, Marina Evaristo. *O índio kaiowá: suicídio pelo tekoha*. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tese de doutorado. São Paulo, 1994.

⁴² OLIVEIRA, Simone Almeida de. *Discursos da imprensa douradense: demarcações de terras indígenas e a retomada do Panambizinho pelos Kaiowá* (1995-2009). Dourados, MS: UFGD, 2014. p. 13. Em nota de rodapé a autora esclarece que: Os Guaranis são normalmente divididos em três subgrupos: os Pãi/Kaiowá, os Nãndeva ou Chiripá e os Mbyá. Kaiowá é a denominação no Brasil e Pãi – Tavyterã no Paraguai; a denominação Pãi/Kaiowá – P/K é utilizado por Antonio Brand (1993) em sua dissertação para designar aspectos comuns aos dois países. No caso dos Guaranis, cumpre esclarecer que no Mato Grosso do Sul esse povo indígena se autodenomina com o mesmo nome de sua língua nativa, a guarani, e também é chamado de Nãndeva. No Paraguai eles são mais conhecidos como “Ava-Guarani” ou simplesmente “Ava”. No caso dos Kaiowá, sabe-se que esta é a autodenominação de um povo indígena que também se reconhece como “Paĩ-Tavyterã”, ou simplesmente “Paĩ”, sobretudo naquele país vizinho. Kaiowá e Paĩ-Tavyterã ou Paĩ são, portanto, uma mesma etnia indígena. Ademais, os Kaiowás não apreciam ser chamados de Guarani, tampouco os Guarani gostam de ser chamados de Kaiowá.

na margem direita do rio Iguatemi, mais próximo da atual fronteira com o Paraguai . A exploração da erva mate, iniciada a partir da penúltima década do século XIX, provocou muitos deslocamentos na população de várias comunidades da etnia guarani. Nesses deslocamentos, muitas famílias se transferiram para a margem esquerda do rio Iguatemi, adentrando no território de ocupação tradicional kaiowá. Assim, em 1917, quando ocorreu a criação da RID (Reserva Indígena de Dourados) em pleno território kaiowá, os Guarani já viviam na região e já interagiam frequentemente com os Kaiowá nos acampamentos de coleta da erva. Dessa forma, os Guarani acompanharam os deslocamentos de famílias kaiowá para o interior das reservas. O mesmo aconteceu com famílias terena, já inseridas nas formas de ocupação econômica introduzidas pelas frentes de expansão da sociedade nacional. Resulta daí que desde seu início a RID se constituiu como área de acomodação das três etnias, produzindo um sistema multiétnico *sui generis*, que já dura quase um século.⁴³

Em vários momentos são perceptíveis tensões na região, a Reserva e a cidade vão sendo formadas em meio a uma relação pouco tranquila entre os índios e os não índios, como apresenta Marina Wenceslau.

Quando os kaiowá começaram a se reagrupar na AID⁴⁴ a eles destinada, sob a liderança do pessoal do SPI, iniciou-se também o processo de colonização e urbanização de Dourados. Com o declínio do “Ciclo do Mate” e devido à excelente qualidade da terra da região, teve início a chegada de imigrantes, atraídos tanto pela fertilidade da terra, como pelas facilidades concedidas para obtenção de lotes. Esta atração deu início a uma frente de expansão agrícola que já encontrou os kaiowá dentro de uma área previamente assegurada, mas muito próxima do centro urbano. As relações entre a frente de expansão agrícola e os kaiowá caracterizam-se pela instigação constante daqueles sobre o território físico ocupado pelos índios.⁴⁵

O núcleo urbano de Dourados começa de forma ordenada. O traçado da atual Avenida Marcelino Pires e suas primeiras quadras foram definidos por um dos primeiros agrimensores que chegaram à cidade, o Sr. Paulo Martorelli, conforme descreve o trabalho de Mario Cezar Tompes da Silva.

Já nesses primeiros tempos, a estruturação do novo embrião urbano não se deu de forma espontânea, ao contrário, seguiu um traçado prévio que, embora tosco, estabeleceu um esboço das primeiras ruas e quadras, definiu certa ordem e passou a orientar o processo posterior de crescimento. Assim, conforme relata um dos pioneiros da cidade “o primeiro agrimensor que entrou em Dourados, um tal de Paulo Martorelli, ele chegou em Dourados mais ou menos em 1900, chegou para medir umas fazendas e anos depois mediu também a fazenda de Pancho Torraca e ficou amigo do Pancho e como o Pancho era um homem mais ou menos letrado, então juntou com ele

⁴³ PEREIRA, L. M., *A atuação do órgão indigenista oficial Brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indígena de Dourados*, p. 4.

⁴⁴ A autora fez uso da sigla AID para se referir à Aldeia Indígena de Dourados.

⁴⁵ WENCESLAU, M. E., *O índio kaiowá: suicídio pelo tekoha*, p. 62.

mais o Januário de Araújo e mais o Marcelino Pires e fizeram o primeiro levantamento da área que tinha sido doada pelo Marcelino para o patrimônio e aí fizeram uma planta. Mas era um plano urbano muito limitado. Ele se restringia à av. Marcelino Pires. Eles abriram essa rua e aí fizeram a medição do alinhamento, começaram a tirar quarteirão 100 x 100 metros. E a medida da largura da (atual avenida) Marcelino que eles tiraram, de 40 metros, é a que permanece até hoje. Agora as outras de 30 metros que foram abertas logo depois, como a Rio Grande do Sul, atual Weimar Torres, era um trilheiro dentro da mata (...). Essa planta não incluía as chácaras, era só mesmo um trecho da Marcelino e a praça Antônio João. (A planta) ia desde onde hoje é a (rua) Toshinobu Katayama até aproximadamente a (rua) Albino Torraca. Eu não cheguei sequer a ver essa planta, soube dela através de outras pessoas, como o Juca de Matos, chegado aqui no princípio do século⁴⁶.” Infelizmente essa primeira planta se perdeu, não restando dela atualmente nenhuma cópia disponível, só permaneceu registrada na memória dos mais antigos.⁴⁷

A entrevista citada no trabalho de Mário Cezar Tompes é do ex-prefeito João Augusto Capilé Junior (Sinjão), que esteve no comando da prefeitura no período de 1945-1947 e acompanhou o crescimento urbano naquele momento. Destaco que, enquanto uma autoridade municipal, ao referendar que as terras para o surgimento do povoado foi uma doação de Marcelino Pires, ele contribuiu para que esta versão fosse divulgada e aceita por muito tempo na historiografia local; e, assim, essa história vai se perpetuando por várias décadas.

O primeiro plano de ocupação, ainda muito limitado, definia uma pequena área da cidade, estabelecendo o traçado da Av. Principal, hoje, Av. Marcelino Pires e, a partir dela, quadras e ruas, modelo que permanece até os dias atuais. Os idealizadores deste projeto estabeleceram o corte padrão das quadras de 100x100 metros e pensaram em avenidas largas, em um tempo em que praticamente não existiam carros circulando na cidade.

O Sr. Asturio Dauzacker, topógrafo entrevistado⁴⁸, comenta sobre o primeiro traçado das ruas e quadras de Dourados e apresenta o porquê do corte da Av. Marcelino Pires ter 40 metros de largura, em época em que poucos carros circulavam na região.

O Januário de Araújo, ele que construiu a primeira casa do patrimônio... Ele escolheu essa casa na beira de uma estrada, era a estrada carreteira, dali que ele fez o primeiro cruzamento, a primeira, a segunda, a terceira, a quarta e a quinta casa foi ele quem fez, daí que surgiu o cruzamento da Marcelino Pires com a João Rosa Góes, então o princípio está aí. Ele veio de Bela Vista esse Januário, e em Bela Vista ele era comerciante lá, ele tinha um hotel, de lá ele

⁴⁶ Entrevista realizada por Mario Cezar Tompes da Silva com João Augusto Capilé Júnior, o Sinjão, a 13/02/1998.

⁴⁷ SILVA, M. C. T. da. , *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*, p. 89.

⁴⁸ Na transcrição da fala dos entrevistados, optei por manter o registro linguístico utilizado, ainda que não estivesse de acordo com a norma culta da língua portuguesa.

foi para o Paraguai, casou com uma paraguaia e veio para cá, eles procuraram um engenheiro que veio medir a fazenda naquela época, pelo nome de Paulo Mortarelli, esse Paulo Mortarelli, foi o primeiro engenheiro que pisou aqui nessa terra para fazer esse tipo de engenharia de serviço, eles usaram ele para fazer o primeiro alinhamento urbanístico de Dourados, que é mais ou menos da João Rosa Góes até onde é a igreja matriz, e voltando até a rua Benjamin Constant aquela região ali, então eles fizeram um esquadro em cima de uma tábua, isso em torno de 1911 e 1912 e por esse esquadro que eles fizeram a primeira esquina, e a partir desse ponto que esse Paulo Mortarelli seguiu os alinhamentos que fez, e daí eles resolveram que a Marcelino teria quarenta metros naquela época; por que eles decidiram quarenta metros. Porque eles ouviram uma notícia que no Rio de Janeiro e em São Paulo estavam usando bonde, tinha bonde na cidade, eles imaginaram que um dia o bonde ia chegar aqui também, por isso eles deixaram quarenta metros, porque daí o bonde ia andar pelo meio da Marcelino, essa foi a ideia na época, então esse que é o motivo disso daí.⁴⁹

Na fala do Sr. Asturio, a largura da Av. Marcelino Pires justifica-se por ser uma ideia visionária, fundamentada na expectativa da implantação dos Veículos Leves sobre Trilhos (VLT), cuja concepção inicial era o bonde; assim se fazia necessária a largura estabelecida neste primeiro traçado das ruas de Dourados.

Mario Cezar Tompes da Silva ainda relata que, no começo do povoado, não havia controle sobre a posse das terras; as pessoas chegavam e levantavam suas casas. Somente em 1914 o município de Ponta Porã passou a responsabilizar-se pela distribuição das terras.

Em 1914⁵⁰, em função da existência de um certo contingente de população rural e da constituição de um povoado embrionário, foi criado pelo governo do Estado, através do Decreto nº 658 daquele mesmo ano, o distrito de Paz de Dourados. O novo Distrito tornou-se subordinado ao município de Ponta Porã que a partir de então passou a administrar as terras do patrimônio de Dourados, tornando-se responsável pela sua distribuição aos interessados em se fixarem no povoado⁵¹.

A partir de 1914, com a criação do distrito de Paz de Dourados subordinado a Ponta Porã, a fiscalização do uso do solo começa a ser feita. Conforme apontado por Mario Cezar Tompes da Silva, têm-se apenas relatos orais sobre o traçado embrionário da cidade; a primeira planta da cidade encontrada data de 1934, Figura 1. Nessa planta já aparece o traçado atual da cidade, com a delimitação das quadras, das avenidas do centro e das chácaras ao redor.

⁴⁹ Asturio Dauzacker. Entrevista realizada em 01/12/2015.

⁵⁰ O autor usa o ano de 1914 como marco, todavia, em outros trabalhos encontramos 1915 como ano da criação do Distrito de Paz. Isto se deve ao fato de que a Lei que cria o Distrito é de 15 de setembro de 1914, no entanto a ata de instalação é de 24 de fevereiro de 1915.

⁵¹ SILVA, M. C. T. da. , *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*, p. 89.

Somente em 1934 foi confeccionada uma segunda planta do patrimônio. Elaborada por um agrimensor, Theodoro S. Mello, ela incluía, além da área do povoado, o conjunto das chácaras que se distribuíam em torno do núcleo urbano. Foi somente a partir dos trabalhos de confecção dessa planta mais detalhada que teve efetivamente início o controle da distribuição de lotes pelo poder público municipal⁵².

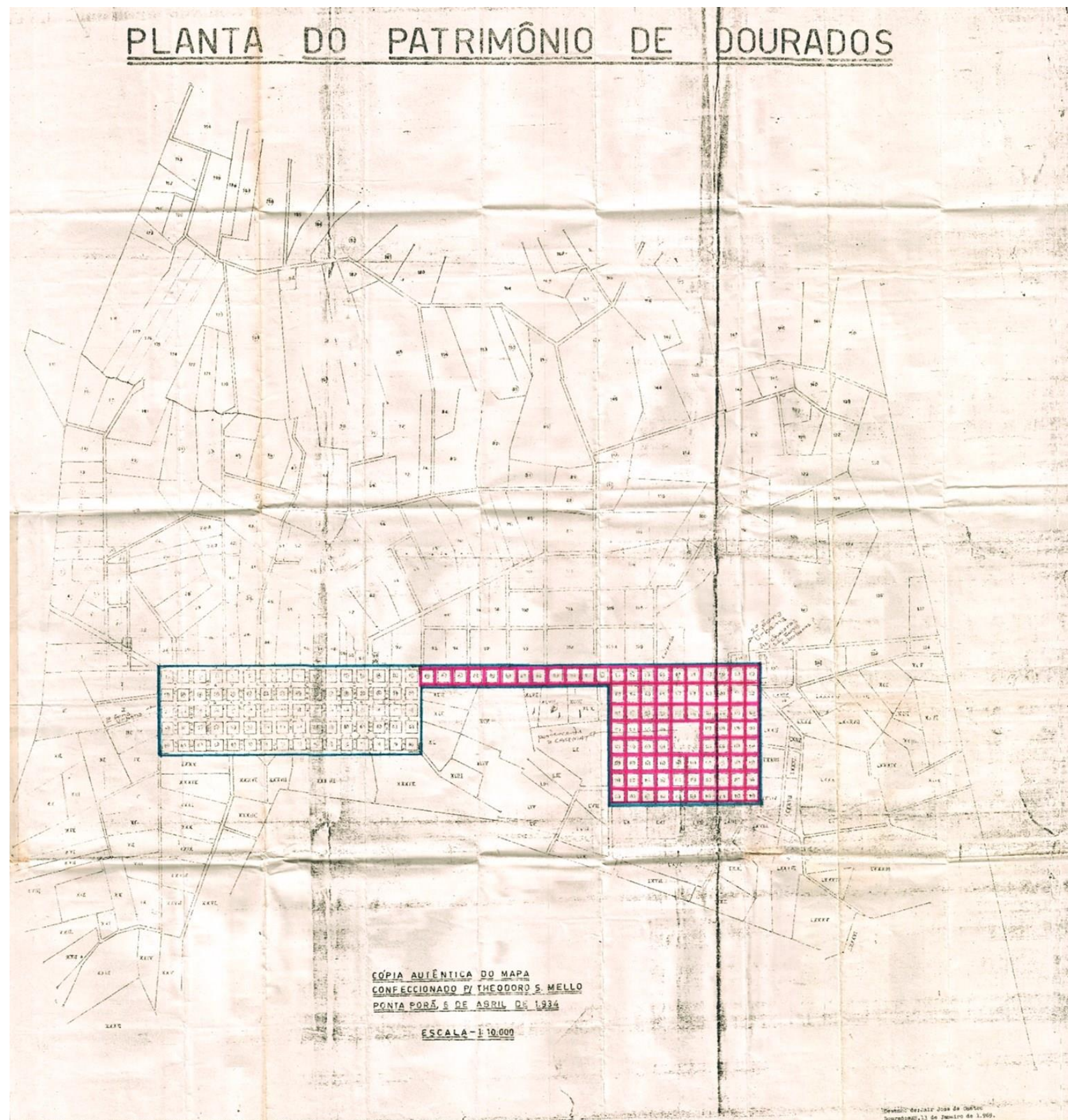
Destaco na Figura 1⁵³ o traçado da cidade, o esquadrejamento das quadras com 100x100 metros na região sul da atual Avenida Weimar Gonçalves Torres. As chácaras aparecem numeradas no mapa em algarismo romano na área sul e em algarismo arábico na área norte da atual Avenida Weimar Gonçalves Torres. Assim, Dourados foi pensada, elaborada, desenhada com quadras padronizadas e ruas paralelas, sem becos ou traçados irregulares. Em Dourados é usual a referência norte e sul ser substituída por lado de cima e de baixo da Avenida Marcelino Pires.

Destaco que, considerando a legenda contida na Figura, o mesmo trata-se de uma cópia autêntica do projeto elaborado em 1934 por Theodoro S. Mello, desenvolvido um ano antes da emancipação política da Cidade. Chamo a atenção para a informação registrada no canto inferior direito da Figura em letras datilografadas: “Desenho de: Jair de Castro” e, na linha abaixo, “Dourados MS, 13 de Janeiro de 1969”. Todavia, apresento duas considerações sobre a planta: a primeira quanto à data da cópia ter sido realizada em 1969 e a segunda sobre as anotações dispostas nesse documento.

⁵² Op. cit., p. 91.

⁵³ Este mapa foi encontrado junto com a monografia referida na fonte e faz parte de uma vasta documentação anexada ao trabalho. Encontra-se avulso, porém citado pelo autor no corpo do texto. Por esse motivo não é paginado. Nesse mesmo trabalho, encontram-se vários documentos sobre a cidade, como a ata de fundação, decretos e leis a cerca de uso do solo, além de mais de uma centena de escrituras de registro de imóveis de vários períodos até o ano 2000. Há também várias autorizações para abertura de loteamentos; constituindo-se em um rico material para pesquisas sobre a cidade. O mapa encontra-se no CDR digitalizado com o tombo 9697 e a monografia com o tombo 1144.

Figura 1: Planta do Patrimônio de Dourados no ano de 1934



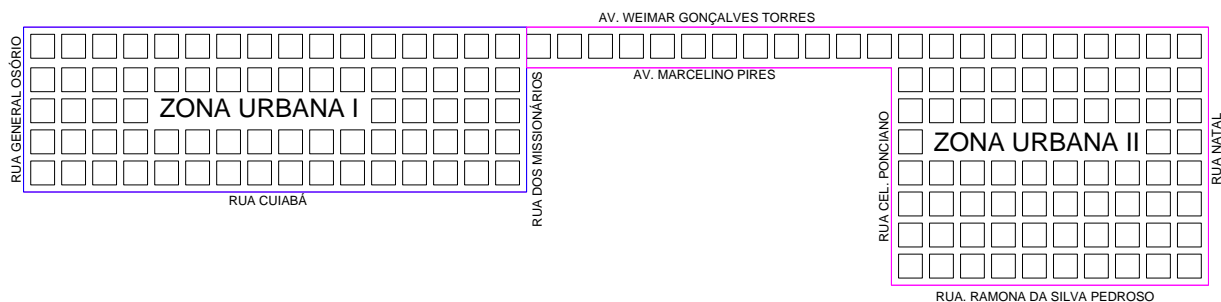
Fonte: RODRIGUES, Elvio Pissurno. *Crescimento físico da área urbana da cidade de Dourados/MS*. 2000.

Considero que no ano de 1969 ainda não havia ocorrido a divisão do Estado de Mato Grosso, apontamento, desta forma, que o desenho de Jair de Castro teria sido realizado após 1978, ano da divisão do Estado. A segunda consideração versa sobre as anotações que aparecem na Figura, indicando que o mesmo tenha sido utilizado para atualizar ocupações de quadras posteriores ao ano de 1969, como se observa no caso da CASEMAT (Companhia de Armazéns e Silos de Mato Grosso) e da COIMASA (Coimasa Comércio e Indústria de Madeiras S.A), identificados no lado direito dessa fonte. A CASEMAT recebe uma anotação manuscrita no Mapa, em linha de chamada fora do espaço propriamente dito. O espaço determinado para a COIMASA apresenta-se desenhado *a posteriori*, uma vez que seu traçado não segue a formatação original do mapa quanto ao alinhamento das quadras e à escrita no interior do quadrado.

Embora considere a Figura 1 a partir da leitura apresentada no parágrafo anterior, este documento é útil à historiografia, pois ajuda apreender as permanências e mudanças que ocorreram na cidade de Dourados ao longo de várias décadas. Assim, o referido documento trata-se da representação de uma figura de 1934, pois o traçado das ruas centrais da cidade permanece após 80 anos, enquanto que os traçados e anotações manuscritas são atualizações ainda mais recentes realizadas em uma cópia feita por Jair de Castro, posteriormente, ao final dos anos setenta.

Destaco outras anotações em manuscrito realizadas na figura, posteriormente ao ano de sua cópia: um traçado em azul definindo a delimitação das quadras no limite da zona urbana subdividida em primeira e segunda zona urbana; um traçado em rosa das quadras na segunda zona urbana e uma anotação questionando se as chácaras são zonas suburbanas. A linha em azul no limite superior da zona urbana refere-se à Av. Weimar Gonçalves Torres que, chamava rua Rio Grande do Sul na época, delimitava o urbano ao norte da cidade. A primeira zona urbana, como indicado no manuscrito a direita na Figura 1, era delimitada ao sul pela rua Cuiabá e, no sentido leste oeste, pelas ruas dos Missionários e Marechal Osório (atual General Osório), Figura 2.

Figura 2: Representação do limite urbano da cidade de Dourados no ano de 1934



Fonte: Produção própria, baseado na Figura 1 de RODRIGUES, Elvio Pissurno. *Crescimento físico da área urbana da cidade de Dourados/MS*.

A segunda zona urbana é definida por um corredor de doze quadras delimitado pelas avenidas Weimar Gonçalves Torres e Marcelino Pires, entre as ruas dos Missionários e a, não nominada na figura, identificada como rua Cel. Ponciano. Em sequência ao corredor citado, ao lado leste da cidade, na segunda zona urbana, as ruas não aparecem com os nomes indicados na Figura 1, todavia, correspondendo este traçado ao mapa atual da cidade, verifiquei tratar-se da Rua Natal a leste e da Rua Ramona da Silva Pedroso ao sul, conforme indico na Figura 2. Assim, para o ano de 1934, de acordo com Figura 1 e 2, o perímetro urbano de Dourados era constituído de dois conjuntos de 80 quadras, separados por um corredor de ligação composto por 12 quadras alocadas na Zona Urbana 2, ou ainda, 172 quadras, 3,13 km². Considerando separadamente as áreas relativas às Zonas Urbanas 1 e 2, observamos 1,46 km² para a primeira e, 1,67 km² para a segunda.

Considerado a Figura 1, ainda é possível identificar como outros espaços delimitados à época são referências para a cidade de Dourados no ano de 2016. A região limitada entre a primeira e a segunda zona urbana, abaixo da faixa de ligação entre elas, atualmente encontra-se construída a rodoviária, o Shopping Avenida Center e a Havan. Essa região foi inicialmente loteada como chácara, uma vez que necessitava de investimento em obras de drenagem e aterro para resolver problemas relativos ao rebaixamento do lençol freático e ao nível do terreno.

Lembro-me que ao caminhar pelos bairros na década de 90 ainda encontrava três casas com o nome COIMASA pintado em suas paredes; a COIMASA foi uma serraria com vilas de operários, dentre as muitas que se instalaram em Dourados. Os moradores da cidade da década de 70 ainda se lembram dos apitos das máquinas a vapor avisando o início e o fim dos trabalhos nas serrarias.

O traçado de ruas e quadras da cidade de Dourados persistiu e serviu de base para o crescimento e expansão do centro urbano. Naquele momento, em 1934, ou mesmo nas

anotações feitas posteriormente, a Reserva Indígena de Dourados ainda não se encontrava mencionada ou alocada na Planta Patrimonial, revelando a invisibilidade das etnias indígenas.

Este era o traçado da cidade um ano antes da sua emancipação política, Regina Heloisa Targa Moreira, descreve como estava o Município a época,

Dourados se transforma em Município. No entanto, a fisionomia do povoado não apresentou grandes mudanças. Os espaços vazios dentro da área urbana eram muitos e continuavam predominando os hábitos pacatos e tranquilos, típicos dos pequenos agrupamentos distantes dos grandes centros... Não havia ainda luz elétrica e nem cinema.⁵⁴

A institucionalização do município de Dourados, através do decreto nº 30 de 20 de dezembro de 1935⁵⁵, tornou-se um referencial na história para a cidade.

1.2. A reorganização do município de Dourados

Um importante marco para a história da cidade foi a criação do Território Federal de Ponta Porã através do Decreto-lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943. Dourados também fica subordinado a esse Território, cuja criação foi uma estratégia do Governo Federal para tirar o poder de atuação sobre a criação das Colônias Federais do Governo do Estado. O Governo do Estado queria a implantação de uma Colônia Federal no norte do Estado, enquanto que o Governo Federal entendia que seria melhor a implantação no sul, o que se consolidou com a criação do Território Federal, como relata Demostenes Martins:

Essa colônia deveria ter sido criada antes, mas como declarou o despacho presidencial, de 19 de fevereiro de 1942, "Não querendo o Estado fazer cessão das terras escolhidas (que eram em Dourados) pelo técnico do Ministério da Agricultura, não pode ser criada a Colônia". Instalado o Território Federal de Ponta Porã, pelo Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, abrangendo os municípios de Ponta Porã, Dourados, Maracajú, Bela Vista, Porto Murtinho, Miranda e Nioac (sete), a Colônia foi criada em Dourados, conforme indicação do Ministério da Agricultura.⁵⁶

⁵⁴ MOREIRA, R. H. T. *Memória fotográfica de Dourados*, p. 55.

⁵⁵ A ata de instalação e posse do primeiro prefeito do município de Dourados data de 22 de janeiro de 1936. O fato desta ata ser efetivada um mês após o decreto que cria o município foi apontada, por alguns autores, como motivo para problemas no futuro em relação à data em que deveria ser comemorado o aniversário da cidade. Em 2015 foi instituída uma comissão para realizar uma revisão na história de Dourados e discutir dentre outros pontos a data do aniversário da cidade.

⁵⁶ MARTINS, D., *História de Mato Grosso: os fatos, os governos, a economia*, p. 117.

No mês seguinte à criação do Território Federal foi criada a CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) pelo decreto nº 3.059 de 28 de outubro de 1943 do então presidente Getúlio Vargas. Este projeto tinha como proposta doar lotes entre 20 e 50 hectares para trabalhadores que ainda não possuísem propriedade e se interessasse em produzir.

Ainda em 1943 foi instalada a Comarca de Dourados através do decreto Lei nº 9.055 de 12 de março, sendo sua ata de instalação registrada no fórum de Dourados em 26 de agosto do mesmo ano.

A década de 50 é referendada por diversos estudiosos como um período de desenvolvimento do núcleo urbano, em grande medida devido à criação da CAND. Ernandes, que escreve sobre a construção da identidade douradense, aponta esta década como o primeiro marco de desenvolvimento urbano.

A cidade passou a se desenvolver com mais rapidez. Traçado urbano, escolas, igrejas e postos de saúde passaram a ser reivindicados, pela imprensa, em nome da população. Era necessário consolidar os ideais de progresso e civilização tão sonhados. Com o aumento da demografia novas demandas surgiram. A preocupação em organizar o espaço urbano conferia a cidade características de um lugar em transformação⁵⁷.

Nessa década, como apontado pelo autor, surgem pensões, hotéis, lojas, bem como outras ruas são abertas; é um período de desenvolvimento do comércio e também das atividades relacionadas ao rural.

Exemplificando o crescimento de Dourados, cito o número de aprovação e autorização de loteamentos por décadas pela Prefeitura. No período entre 1941 e 1950, foi aprovado pela Prefeitura apenas um loteamento no ano de 1949, o Vila Aparecida. Na década seguinte, foi aprovada a construção de nove loteamentos novos⁵⁸. Nesse período a aparência do centro comercial da cidade vai se alterando com novas lojas sendo construídas. Com isso, surge também a dificuldade e as iniciativas da Prefeitura para fiscalizar os novos empreendimentos.

Devido ao crescimento populacional, aumenta a preocupação com o espaço urbano, os arruamentos e os loteamentos da cidade, verificando-se deficitária a fiscalização sobre a ocupação do espaço urbano. Para resolver este problema, surge “A primeira iniciativa do poder público local datando de 1951 com a criação da Comissão de Urbanização de Dourados”⁵⁹.

⁵⁷ ERNANDES, M. A. „A construção da identidade douradense: (1920 a 1990), p. 38.

⁵⁸ Esses dados encontram-se citados no trabalho de RODRIGUES, E. P. *Crescimento físico da área urbana da cidade de Dourados/MS*. 2000. Não paginado.

⁵⁹ SILVA, M. C. T. da., *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*, p. 121.

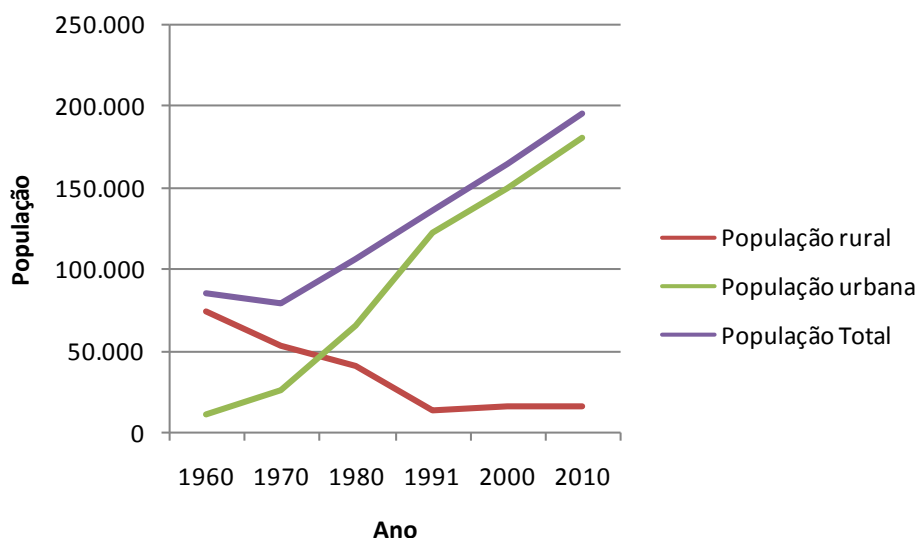
Nas décadas de 50 e 60, devido ao aumento do número de casas e loteamentos, o poder público passa a legislar sobre o tema para ordenar o uso do solo. Duas Leis são criadas para ordenar o crescimento da cidade.

O trabalho da Comissão de Urbanização da Prefeitura parece de fato não ter produzido os efeitos desejados, pois em 28/12/1960, a Câmara de Vereadores teve que aprovar a Lei nº 266, que veio a constituir-se na segunda tentativa de disciplinamento do parcelamento do solo urbano em Dourados. Aquele instrumento legal estabelecia que somente seriam registrados na Prefeitura os loteamentos que: tivessem demarcado os lotes e quarteirões segundo determinação da Seção de Engenharia da Prefeitura; implantassem o completo arruamento do loteamento e apresentassem planta e memorial descritivo assinados por profissional habilitado pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia). Por último, ficava a Prefeitura autorizada a cassar os registros de alvará para venda de lotes do proprietário de loteamento que deixasse de cumprir alguma das exigências acima referidas. Em 1965, nova iniciativa foi efetivada com a aprovação da Lei nº 476 de 26/05/1965 que estabeleceu o primeiro Código de Postura e Código de Obras do Município. O último Código revogou a Lei 266 e tratou de definir nova regulamentação para a abertura de loteamentos na cidade⁶⁰.

A euforia do crescimento urbano dos anos cinquenta se repete nos anos 70, quando mudanças no espaço urbano se consolidam de maneira ainda mais efetiva. Este período constitui-se em um novo referencial histórico para Dourados, marcado pela migração do campo para a cidade, principalmente a partir do final dos anos 70. Atraídas pelas terras férteis e pelo núcleo urbano de Dourados, pessoas chegam das cidades próximas e de outras regiões do Brasil. Este fato provoca uma inversão na localização da população na década seguinte, registrando-se uma maior população urbana que rural, conforme é possível verificar pelos números da Figura 3.

⁶⁰ SILVA, M. C. T. da., *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*, p. 122.

Figura 3: Aumento demográfico na população rural e urbana de Dourados – MS no período entre 1960 e 2010



Fonte: Gráfico construído a partir dos dados de SILVA, V. F. da. *Os papéis de Dourados-MS no contexto regional: apontamentos para análise de uma cidade média*, 2011.

Na Figura 3, destaco a variação da população urbana registrada no período compreendido entre as décadas 70 e 80. Observa-se, ainda nesse período, uma inversão da proporção entre a população rural e urbana, quando, somente na década de 80, há um crescimento populacional no urbano de Dourados de 153%, conforme apresento na Tabela 1.

Tabela 1: Aumento demográfico na população rural e urbana de Dourados – MS no período entre 1960 e 2010

Ano	POPULAÇÃO RURAL		POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO TOTAL	
	(Nº de habitantes)	(Variação %)	(Nº de habitantes)	(Variação %)	(Nº de habitantes)	(Variação %)
1960	74.198		10.757		84.955	
1970	53.209	-28%	25.977	141%	79.186	-7%
1980	40.690	-24%	65.803	153%	106.493	34%
1991	13.128	-68%	122.856	87%	135.984	28%
2000	15.021	14%	149.928	22%	164.949	21%
2010	15.030	0%	181.005	21%	196.035	19%

Fonte: Adaptado de: SILVA, V. F. da. *Os papéis de Dourados-MS no contexto regional: apontamentos para análise de uma cidade média*, 2011.

A inversão da população rural para urbana de Dourados refletia a tendência Nacional, como cita José Afonso da Silva:

As estatísticas, por exemplo, informam que a população urbana no Brasil era cerca de 32% em 1940, 45% em 1960, mais de 50% em 1970, atingindo 70%

na década de 80 do século passado, revelando urbanização crescente, mas urbanização prematura, que decorreu de fatores nem sempre desenvolvimentistas[...].⁶¹

O *slogan* da prefeitura sob a administração do Sr. José Elias Moreira (1977-1982) era *Trabalhando com você*, representado por um homem, um boi, um trator arando a terra, prédios e a frase *Cidade Campo*, Figura 4. Esse *slogan* representa a importância da agricultura e da pecuária, da chegada das máquinas ao campo e da cidade, identificada pelos prédios ao fundo. O foco da administração municipal constituía-se, naquele momento, nas rápidas mudanças nos espaços rurais e urbanos.

As novas técnicas de produção no campo a partir dos anos 70 proporcionam início de uma nova fase na cidade de Dourados: a agricultura das grandes plantações de soja e milho. A partir dessas mudanças, Dourados torna-se polo e referência econômica para a região, atraindo mais pessoas e concentrando armazéns, empresas de implementos, lojas de insumos agrícolas, além do conseqüente aumento no comércio de roupas, calçados e alimentos.

Figura 4: *Slogan* da prefeitura na administração de José Elias Moreira (1977-1982)



Fonte: Jornal *O Progresso*, 12/06/1980, p. 14.

A implantação de um novo modelo de produção no campo na década de 80 é apontada como um fator de desestruturação do modelo vigente até aquele momento, tornando-se também um problema para os indígenas. O novo modelo de produção desaloja, desabriga e tira muitos indígenas que ainda viviam nos fundos das fazendas que, após serem usados como mão de obra na derrubada das matas, são conduzidos às reservas, como explica Antônio Brand:

⁶¹ WILHEIM, J. *Urbanismo no Subdesenvolvimento*, p. 28 apud SILVA, J. A. da. *Direito Urbanístico Brasileiro*, p. 26.

[...] pois, "no entanto, como constatamos através da pesquisa, será a partir de 1960, em especial no final dessa década, que o território P/K⁶² sofre profundas transformações pela ação de fazendeiros e granjeiros, que vão implantar uma agropecuária moderna". Esta nova integração econômica vai impor rápido e total confinamento dos índios P/K, em pequenas reservas de terra, localizadas no meio de fazendas modernas. A mata desaparece, dando lugar a pastos para a criação de gado e a grandes plantações de soja.⁶³

É no contexto da derrubada das matas para a expansão da agricultura e pecuária, bem como o uso intensivo das máquinas no campo, que se estabelecem mudanças nos espaços urbano e rural da cidade de Dourados, afetando também o cotidiano da Reserva Indígena. O autor demonstra, com propriedade, a maneira como se dá o esbulho das terras indígenas e a participação dos órgãos oficiais nesse processo.

Os índios foram desaldeados e, os que resistiram, acabaram sendo levados a reservas, causando problemas de superpopulação na Reserva. O próprio SPI e depois a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) foram os órgãos responsáveis por essa redistribuição, conforme dados citados por Antônio Brand sobre a população no Posto Indígena (P.I) de Dourados.

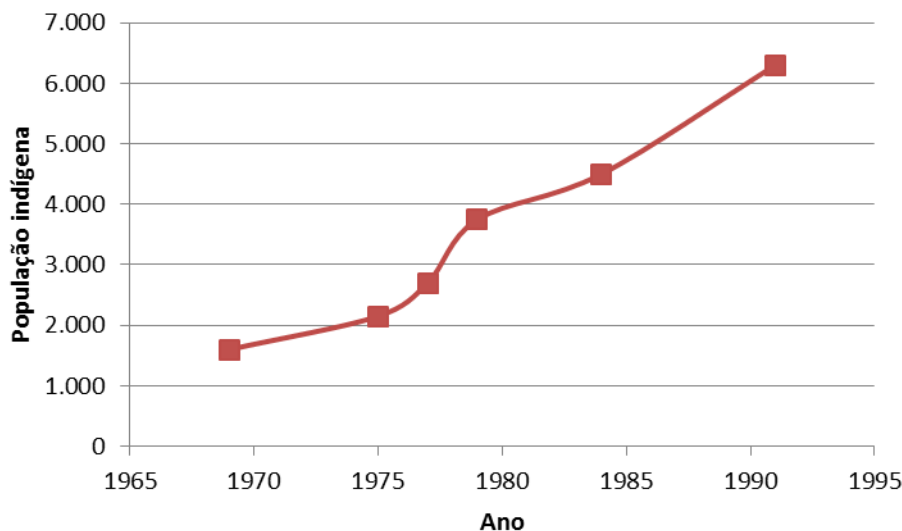
Conforme dados dispostos na Figura 5, para o período entre 1975 e 1984, quase uma década, a população indígena na Reserva cresceu de 2.150 para 4.500, o que equivale a um aumento de 109%. Os próprios indígenas, quando entrevistados, me dizem que não havia tantas casas na Reserva como hoje. O Sr. Alicio, ao olhar para os lados, disse: "antigamente não tinha esse tanto de casa assim, de vizinho, as casas eram bem pouca"⁶⁴; confirmando a intensificação do problema de superpovoamento na Reserva.

⁶² O estudo do autor abrange a história do povo Guarani, subgrupo Kaiowá ou Pãi-Tavyterã. Kaiowá é sua denominação no Brasil e Pãi-tavyterã no Paraguai, por esse motivo adotou para o seu trabalho a sigla P/K.

⁶³ BRAND, A. *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowa*, p. 3

⁶⁴ Alcício Lopes. Entrevista realizada em 30/09/2014.

Figura 5: População indígena residente na Reserva Francisco Horta Barbosa, Dourados-MS, no período de 1969-1991



Fonte: Gráfico construído com dados citados por Antônio Brand.⁶⁵

As décadas de 50 a 70 foram apresentadas na tese de Antônio Brand como o tempo do esparramo, ou seja, índios viviam em aldeias esparramadas nos fundos de fazendas próximas as cidades. No período posterior, quando se dá o ajuntamento dos indígenas na Reserva, o autor denomina como fase de confinamento.

No período caracterizado pelo *esparramo*, que vai aproximadamente da década de 1950 a 1970, período, também, de implantação das fazendas, inúmeras aldeias kaiowá/guarani foram destruídas e seus moradores dispersos... Com o fim do desmatamento e, portanto, do *esparramo*, o processo se inverteu. As fazendas estavam formadas e a presença de famílias e aldeias indígenas, mesmo que nos fundos das fazendas, representou um atrapalho. Assim, os kaiowá/guarani foram, compulsoriamente, confinados dentro das Reservas, extinguindo-se qualquer alternativa de *ogwata* (caminhar), ou de buscar outros refúgios. Este processo atingiu seu auge durante a década de 1980.⁶⁶

Nesse período há uma concorrência da mão de obra indígena com a mão de obra não indígena. O êxodo rural provoca um excedente de mão de obra não indígena; o indígena, agora em reserva, sem opção para o seu sustento se dispõe a changa, serviços remunerados fora da Reserva. Na visão de Marina Wenceslau e Antônio Brand, existia uma intenção deliberada em transformar a mão de obra indígena em trabalho desqualificado e barato, o que justificava todo esse processo de esparramo e confinamento.

⁶⁵ BRAND, A. *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*, p. 166.

⁶⁶ BRAND, A. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*, p. 90.

À medida que a cidade vai crescendo e se aproximando da Reserva, problemas começam surgir. Nos anos 70, um dos problemas apontados na fala dos indígenas, foi a derrubada das matas dentro da Reserva. Nessa época havia muitas serrarias na cidade, uma vez que se tratava de um negócio lucrativo: a madeira era usada para construção de casas e a lenha usada nos hotéis, restaurantes e nas próprias casas em um tempo em que poucos tinham fogão a gás. Nas narrativas aparece a convivência e a existência de uma serraria da própria FUNAI, contribuindo para o processo de desmatamento. Dona Edite, índia Guarani, denunciou que, na década de 80, chegaram os desmatadores com as motosserras e destruíram a mata existente na Reserva: "aí que veio a serraria da FUNAI, daí acabou com as árvores, destruiu tudo, acabou, isso foi em 75 uma serraria grande lá na beira do corgo (rio) elas que destruiu tudo a nossa área, acabou com tudo".⁶⁷

A destruição das matas é um problema que está vinculado com o urbano e com as mudanças pelas quais a cidade vinha passando naquele momento. A expansão da agricultura, aliada ao crescimento demográfico, levava à necessidade de construção de casas. Nesse processo a madeira consistia-se na principal matéria-prima para sua edificação. A Reserva, sendo uma área com madeira em abundância, uma vez que suas matas estavam próximas, de fácil acesso e baixo custo, foi sendo rapidamente desmatada, como relata a Sr.^a Aparecida do Carmo Almirão:

Tinha uma serraria aqui perto do córrego. Ali era uma serraria enorme... aqui era rico de fruta, o nosso capitão liberou, acabou o nosso laranjal... Quantas viagem de madeira a gente via, eu chegava chorá, pegava tudo para ele, falava que ia dar lote de madeira pra gente não dava nada. O pessoal ficou muito bem na nossa costa, os índios de primeiro vivia dormindo, nenhum acordou, aqui tinha mel, tinha tudo, menina! Mas era fartura demais aqui, dá uma tristeza muito grande vê.⁶⁸

Essa mudança no urbano afetou diretamente o cotidiano na Reserva. A consequência desse desmatamento foi a escassez dos alimentos – as abelhas sumiram, não havia mais floradas para produção do mel, os pés de laranja foram cortados. Antes do desmatamento existia muita fartura de produtos da própria natureza, hoje reclamam da escassez que começou na década de 80.

Quando Dona Aparecida diz que naquele tempo os índios *viviam dormindo*, está se referindo ao fato de que eles não intervinham nas decisões tomadas pelo capitão, que, segundo ela, foi o responsável, junto com a FUNAI e as serrarias, por todo o desmatamento na

⁶⁷Edite Martins. Entrevista realizada em 13/05/2014.

⁶⁸Aparecida do Carmo Almirão. Entrevista realizada em 28/10/2014.

Reserva. Os indígenas apenas acatavam as decisões tomadas pelo capitão, sem contestar, poucos resistiram a esse mando.

Ao conversar com o Sr. Alicia⁶⁹, índio Guarani, ele relata, de maneira muito tranquila, esse processo de desmatamento. Ele lembra que trabalhava na década de 80, fornecendo lenha para cidade; vinha com sua carroça e entregava lenha nas casas, hotéis e restaurantes, mas conta que as árvores foram derrubadas em grande quantidade, quando chegaram as serrarias e as motosserras. Eu perguntei a ele se não precisava de autorização para derrubar as matas, ao que me respondeu: "naquele tempo não precisava disso, nosso pedaço nós mesmo mandava".

O crescimento populacional urbano da cidade de Dourados nesse período se dá, além da migração do rural provocado pelo novo modelo de produção no campo, pelas oportunidades que a cidade oferece relativamente a toda a região. Analisando novamente a Tabela 1, para a década de 80, houve uma redução de 12.519 habitantes da população rural enquanto se aumenta em 39.826 os habitantes do urbano, ou seja, 27.307 habitantes, ou ainda, 68,5% do crescimento populacional do urbano não representavam migrantes do rural de Dourados. Muitas famílias que habitavam o urbano das cidades vizinhas foram atraídas pelas oportunidades de emprego, de estudo para os filhos e de outras estruturas que possibilitavam uma melhor qualidade de vida na cidade de Dourados.

De acordo com Maria José Martinelli Calixto, o crescimento populacional urbano na cidade de Dourados implicava em mudanças nos serviços fornecidos e na estrutura da cidade. A autora destaca que esta demanda de serviços públicos se torna um problema, uma vez que parte dos migrantes trabalhava no mercado informal, não contribuindo com os impostos.

O processo de crescimento populacional significou uma enorme sobrecarga para o município, isso porque, entre outros fatores, parcela significativa do contingente vindo do campo, embora demandasse por serviços públicos, não se tornou contribuinte, pois não se inseriu no mercado formal de trabalho. Por outro lado, essas transformações aconteciam num momento em que as decisões e grande parte dos recursos necessários para uma receita municipal estavam centralizadas na esfera Federal, implicando em dependência não apenas financeira, mas também, e sobretudo, política⁷⁰.

A autora destaca que nesse período a maior parte dos recursos era proveniente do Governo Federal, tornando-se, a Cidade, financeiramente e politicamente dependente. Assim, "foi no âmbito dos novos direcionamentos assumidos pela política urbana Federal, que ocorreram as maiores transformações urbanas em Dourados, trazendo novas condições para o

⁶⁹ Alício Lopes. Entrevista realizada em 30/09/2014.

⁷⁰ CALIXTO, M. J. M., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, p. 54.

processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano"⁷¹. A partir desse momento a cidade passa a receber novo impulso em seu desenvolvimento.

Os serviços básicos de energia, água, esgoto e telefonia da cidade eram precários e, somente com a intervenção do Governo Federal, a partir de 1970, foram melhorando, conforme apontado no trabalho de Mário César Tompes da Silva.

Assim, a geração e distribuição de energia elétrica, que até final dos anos 60 era de responsabilidade da Prefeitura, que mantinha alguns precários geradores movidos a diesel, passou a partir de maio de 1970, à responsabilidade da Companhia Elétrica do Mato Grosso – CEMAT, que integrou Dourados nesse mesmo ano ao sistema nacional de fornecimento de energia elétrica, através da instalação de uma subestação de 10 MVA (Mega Volt Ampere) na cidade, recebendo energia das usinas de Jupiá e Mimoso por uma extensão da linha de transmissão de Campo Grande. Da mesma forma dos serviços de água esgoto foram transferidos, em setembro de 1972, através de concessão para a Companhia de Saneamento do Estado do Mato Grosso – SANEMAT. Já a exploração da telefonia foi transferida em 1975 de uma empresa privada, a Cia. Telefônica Oeste do Brasil – TELEOESTE, para a Telecomunicações do Mato Grosso – TELEMAT. Da mesma forma, a implantação ou ampliação dos demais equipamentos urbanos – pavimentação, drenagem pluvial, habitação social, áreas de lazer, serviços de educação e saúde etc. – ficou em grande medida subordinada à possibilidade de apoio Federal⁷².

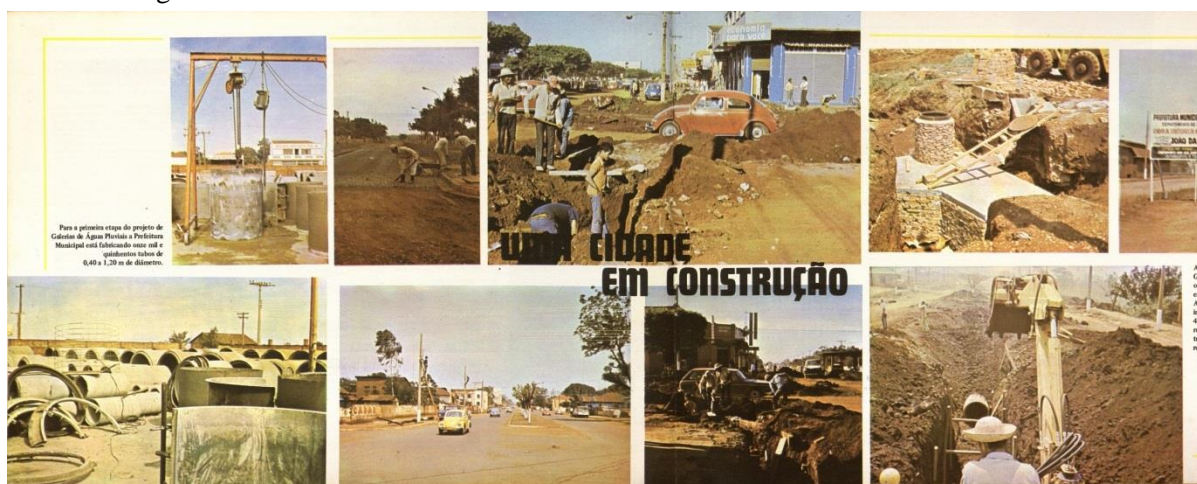
É somente a partir de 1970, quando os sistemas básicos de abastecimento de água e esgoto sanitário, telefonia e distribuição de energia são assumidos pelas empresas Públicas SANEMAT, TELEMAT e CEMAT que se inicia uma significativa melhora na infraestrutura básica da cidade de Dourados.

Em 1974, por ocasião das comemorações de 39 anos de emancipação política de Dourados, o prefeito João da Câmara (1974-1977) lançou o *slogan* "uma cidade em construção", conforme apresento na Figura 6. Destaco, nessa Figura, a publicidade sobre a ampliação da infraestrutura da cidade, demonstrada através das imagens da construção de galerias de drenagem de água pluvial e pavimentação asfáltica.

⁷¹CALIXTO, M. J. M., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, p. 6.

⁷²SILVA, M. C. T. da. *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*, p. 151-152.

Figura 6: Folheto comemorativo de aniversário de 39 anos da cidade de Dourados



Fonte: DOURADOS. *Dourados: A tarefa de todos*, [s.n]. Coleção Harisson de Figueiredo. Acervo do CDR/FCH/UFGD.

No discurso do encarte comemorativo do aniversário da cidade, o prefeito João da Câmara apresenta a promessa dos representantes do Governo Federal para a construção de asfalto na área central de Dourados e na ligação dos três bairros recém-construídos do BNH, com recursos do Banco Nacional de Habitação.

No folheto intitulado de *Dourados: a tarefa de todos*, o prefeito faz um balanço das realizações do seu mandato e cita as construções e o compromisso do povo com a cidade. Partindo desse *slogan*, na primeira página do folheto, o prefeito destaca o compromisso do povo para o desenvolvimento da cidade:

Dourados, hoje, é uma cidade em construção. Não vamos afirmar ainda que o milagre está acontecendo, mas podemos garantir que da *comunhão de esforços do povo e governo* (destaque meu) as tão sonhadas obras de infraestrutura estão aqui sendo documentadas nas páginas desta publicação, ao lado de outras realizações que se espalham pelo interior do município⁷³.

Destaco ainda no encarte comemorativo que o prefeito João da Câmara convoca a população a juntar-se aos esforços governamentais para o desenvolvimento da cidade. Nessa década intensificaram os investimentos em obras de infraestrutura, uma vez que se tratava de uma necessidade premente, como destacado nas falas dos entrevistados e nos trabalhos escritos sobre a época. Dourados, nesse momento, contava com a ajuda do povo e o financiamento dos Governos Estadual e Federal para o desenvolvimento da cidade.

⁷³ DOURADOS, *Dourados: A tarefa de todos*, [s.n]. Coleção Harisson de Figueiredo. Acervo do CDR/FCH/UFGD.

1.3. Os programas e projetos que contribuíram para o desenvolvimento de Dourados na década de 70

As mudanças na cidade a partir da década de 70 são perceptíveis principalmente nas ruas e no comércio da área central da cidade, como aponta Elaine Cristina Musculini. Em seu trabalho, a autora registra esta década como o período do fortalecimento do comércio na região central da cidade:

A década de 1970 poderia ser considerada o marco que delimita a cidade de Dourados antes e depois. A cidade passa a sofrer transformações que se vão modificar significativamente as ruas do centro urbano, bem como seus usos. É no decorrer dos anos 1970 que o centro urbano de Dourados passa a ser definido como o lócus do comércio, dos serviços – não exclusivamente – porém intensificando-se gradativamente⁷⁴.

O cotidiano da cidade se modifica, não somente o comércio e as ruas. A cidade outrora pacata e sossegada transforma-se, como se podia ver pelo consumo dos lugares onde se andava e vivia. Juliana Pereira, ao analisar as várias mudanças na região de Dourados, destaca o aspecto físico:

Em seu aspecto físico as mudanças foram visíveis, com as principais ruas asfaltadas e iluminadas, energia elétrica nas residências, casas de alvenaria eram mais constantes que as de madeira, entre outros aspectos. Naqueles anos, além da economia agropecuária se fortalecer, houve também uma diversificação expressiva em outros setores como o comércio e o imobiliário. As transformações econômicas eram vistas conforme os anos se passavam. As obras de infraestrutura eram realizadas, e tanto o homem rural quanto o urbano gozavam de tais mudanças.⁷⁵

Essa nova etapa de desenvolvimento da cidade é apontada na tese de Mario Cezar Tompes Silva como período de forte intervenção Estatal no urbano. O autor divide a história de Dourados em quatro períodos, referindo-se a esse como terceiro:

[...] com a chegada das lavouras tecnificadas de trigo e soja a partir de 1968-1970 e com a intensificação das intervenções Federais no espaço urbano-regional. A entrada dessas lavouras, ao mesmo tempo em que marcou a integração da região aos interesses do Complexo Agroindustrial da soja, desencadeou também transformações profundas que alteraram simultaneamente e com grande intensidade o espaço rural e urbano nessa porção austral do Mato Grosso do Sul. O processo de urbanização de

⁷⁴MUSCULINI, E.C., *A rua como lugar dos viveres e fazeres: transformações e persistências na área central de Dourados-MS*, p. 110.

⁷⁵PEREIRA, J. dos S., *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*. p. 69

Dourados, que ganhou grande intensidade nesse período em função da mecanização e esvaziamento demográfico do campo, passou, por outro lado, a ser balizado e a se tornar crescentemente dependente dos investimentos Federais que sustentaram parcela ponderável do crescimento da cidade nessa etapa. Por outro lado, os efeitos desses novos fluxos de dinamização da economia regional concentraram-se sobretudo em Dourados, que, em decorrência, assumiu o papel de principal polo urbano e capital regional do cone sul do Estado.⁷⁶

Mario Cezar Tompes Silva associa o crescimento da cidade de Dourados ao modelo desenvolvimentista implantado no Brasil a partir de 1964 pelo regime militar. Juliana Pereira, ao avaliar a interferência dos poderes públicos Federal, Estadual e Municipal na década de 70, credita esse crescimento a primeira intervenção Federal em 1971: “Em 1971, o governo criou o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o PRODOESTE, que tinha como meta principal a construção de uma rede rodoviária que ligasse os principais municípios da região.”⁷⁷ Ao se referir à questão econômica dessa década, Juliana Pereira apresenta o panorama de Dourados destacando a importância da pecuária.

A década de 1970 caracterizou-se entre diversos aspectos, pelas inúmeras mudanças que ocorreram no setor econômico no município de Dourados e também nas cidades vizinhas, da qual faziam parte da denominada Grande Dourados. Foi neste decênio que a agropecuária se consolidou como a principal economia da região, recebendo estímulos para garantir sua modernização assim como os demais setores econômicos do país naquele momento. A economia transformou-se de produção de base familiar e pouco comercializável para uma produção destinada ao mercado consumidor. A pecuária também recebeu estímulos e transformou-se em uma atividade destinada em grande escala para o comércio.⁷⁸

O desenvolvimento de Dourados caracterizava-se pela melhoria e intensificação da produção no campo, impulsionado pelo Governo Federal. Aproveitando a vocação agropecuária da cidade, projetos Federais incentivavam a construção de frigoríficos, silos para a estocagem de grãos e infraestrutura para o escoamento da produção regional. Um dos programas desenvolvido pelo Governo Federal foi o PRODOESTE, apontado por Juliana Pereira como tendo favorecido à cidade de Dourados.

⁷⁶ SILVA, M. C. T. da., *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*, p. 76-77. O primeiro período reporta-se à primeira década do século XX, até aproximadamente 1940, dominado pela extração da erva-mate e a pecuária extensiva. A segunda fase, 1940 a 1970, está marcada por intervenções Estaduais na região e pelo novo reordenamento das atividades econômicas. O quarto, e último período, inicia-se em 1989/90 com o esgotamento do modelo de urbanização fortemente dependente do financiamento Federal e com a emergência de um novo padrão urbano para Dourados.

⁷⁷ PEREIRA, J. dos S., *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*. p. 42

⁷⁸ PEREIRA, J. dos S., *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*. p. 49

Além da construção de uma rede rodoviária e de estradas vicinais, o PRODOESTE visava também a construção de silos, armazéns e frigoríficos em Mato Grosso. Sobre os frigoríficos, algumas áreas foram selecionadas e estudadas para ver se de fato seriam aptas às instalações. Em primeiro lugar foi avaliada a disponibilidade de gado gordo ou para engorda; era necessário também escolher regiões que disponibilizassem energia elétrica; outro elemento seria a existência de um sistema viário para o escoamento do produto.⁷⁹

Outro programa implantado pelo Governo Federal no começo dos anos setenta foi o Plano Experimental de Desenvolvimento Social e Comunitário para a Região Centro-Oeste (PLADESCO), que objetivava

“[...] promover reajustes na estrutura da mão de obra de que dispõe a região, no sentido de reencaminhá-la para as habilitações requeridas pelo esforço de desenvolvimento em que o país se empenha”. Ou seja, seria difícil o país atingir o pleno desenvolvimento sem que houvesse a integração de todas as regiões. Era necessária a cooperação de cada uma delas para que o país atingisse esse período.⁸⁰

A estrutura da mão de obra proposta no PLADESCO é abordada por Juliana Pereira na discussão da capacidade dos habitantes em contribuir para o desenvolvimento regional:

[...] como o desenvolvimento tão discutido a nível nacional, poderia acontecer na região se nem os próprios habitantes tinham capacidade de “lidar” com ele. Por isso a inquietação e preocupação em lançar um programa de “capacitação” profissional, que se iniciaria pela educação, em todo o Centro-Oeste, tendo como objetivo imediato por meio de ações, a elevação do padrão de renda familiar, a aquisição da casa própria e treinamento de trabalhadores... O prazo de execução do PLADESCO, como seu próprio nome diz, de caráter experimental, foi estimado para ser desenvolvido em oito meses, no decorrer do ano de 1971. O lema daquele momento era “É tempo de construir!”. Os jornais publicavam isso, os planos e programas Federais apontavam para isso.⁸¹

De fato, a acomodação e a adaptação às demandas de trabalho na cidade pela população migrante do campo era um desafio. Com pouco ou nenhum grau de escolaridade, sem renda e moradia, esse novo contingente urbano tinha que se reinventar na cidade; nesse momento a educação, a qualificação e o estabelecimento de uma estrutura básica de moradia e sustento eram necessários para agregar este grupo aos projetos de desenvolvimento regional.

⁷⁹ PEREIRA, J. dos S., *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*.p. 76-77

⁸⁰ SUDECO – PLADESCO, 1970 apud, PEREIRA, J. dos S. *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*. p. 78.

⁸¹ PEREIRA, Juliana dos Santos. *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*. 2013.p. 79.

Todavia, ainda que o PLADESCO tratava-se de um projeto experimental, oito meses de programa pode ser considerado um prazo exíguo para o cumprimento dos objetivos de qualificação a que se propunha.

Outro esforço do Governo Federal para o desenvolvimento da cidade de Dourados foi o lançamento do PRODEGRAN⁸² que se incluía no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e o projeto CURA. A implementação desse programa coincide com o período que o poder Público Municipal encontra-se descapitalizado e com dificuldade em realizar investimentos estruturais na cidade.

Mário Cezar Tompes da Silva aponta três fatores que contribuíram para descapitalização financeira das prefeituras: a concentração de arrecadação de tributos fiscais na esfera Federal; processo inflacionário das décadas de 70 e 80; e a inversão demográfica que gera um contingente de pessoas desqualificadas no espaço urbano. Desta forma, é por meio dos investimentos Federais, como foi o caso PRODEGRAN, que a cidade começa a tomar novos rumos.

O PRODEGRAN vigorou de 7 de abril de 1976 a 31 de dezembro de 1978 e foi o primeiro projeto do Governo Federal diretamente para cidade de Dourados e região. A nomenclatura “Grande Dourados” foi criada durante a elaboração desse projeto e visava definir a abrangência tanto para a área rural como para as cidades circunvizinhas, conforme apresentado na Figura 7.

⁸²Nos relatórios oficiais elaborados sobre o PRODEGRAN, o significado apresentado para a sigla é Programa Especial da Região da Grande Dourados, no entanto, observei que na imprensa local, bem como em outros trabalhos, é chamado de Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados. Neste trabalho foi adotada a nomenclatura oficial.

Figura 7: Municípios integrantes da região definida como Grande Dourados em 1977



Fonte: Adaptado de PRODEGRAN. *Desempenho do PRODEGRAN, 1976-1978*, p. 111 Coleção SUDECO. Acervo do CDR/FCH/UFGD.

A região da Grande Dourados envolvia 28 municípios: Amambai, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aral Moreira, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Deodópolis, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brilhante, Sidrolândia e Vicentina.

O PRODEGRAN tinha como objetivo principal o desenvolvimento do potencial agrícola da região, com a intenção de expandir a fronteira agrícola, aumentar a produção e incentivar novas técnicas aplicadas à agroindústria, como apresenta Juliana Pereira.

O Governo Federal tinha como propósito incentivar a produção agrícola nacional a fim de que a importação desses mesmos produtos diminuísse. Gerando uma forte produção, o país passaria da condição de importador para exportador agrícola. Além das novas técnicas que já vinham sendo utilizadas na agricultura, Dourados e região foram beneficiadas com o PRODEGRAN, que estimularia ainda mais o potencial regional.⁸³

⁸³ PEREIRA, J. dos S., A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70, p. 84-85.

Para o cumprimento dos objetivos propostos no programa, por sua vez, era preciso melhorar as questões estruturais ligadas à cidade, investindo-se em infraestrutura, como proposto em suas metas: “Promover o combate e a prevenção da erosão urbana; e melhorar e ampliar a infraestrutura da região (energia, transporte e armazenamento) bem como os equipamentos sociais de suas principais cidades”⁸⁴. Juliana Pereira, fazendo uso do relatório do PRODEGRAN, ressalta como metas na região de Dourados:

Com a finalidade de incorporar aproximadamente “700 mil hectares de lavouras ao sistema de produção agrícola do país até 1978”, o PRODEGRAN apresentava os seguintes objetivos: estimular a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais; fortalecer as atividades produtivas da região, consistindo em: expandir a fronteira agrícola; criar incentivos ao aumento da produtividade; utilizar práticas conservacionistas; introduzir novas culturas; modernizar suas práticas de comercialização; criar e fortalecer sua agroindústria; promover o combate à erosão urbana; e melhorar e ampliar a infraestrutura da região (energia, transporte e armazenamento) bem como os equipamentos sociais de suas principais cidades.⁸⁵

Para certificar-se do potencial da região foi criado um Grupo de Estudos que também avaliou outras regiões brasileiras para a implantação do programa. Nesse período, a região da Grande Dourados foi visitada por Ministros da Presidência da República que manifestavam apoio à implantação do PRODEGRAN; assim, com maior potencial para investimento, solo fértil, terreno plano, chuvas bem distribuídas e potencial para ligação aos grandes centros, a Grande Dourados foi eleita a região para o desenvolvimento do programa.

A relevância do PRODEGRAN pode ser observada pela presença do Presidente Ernesto Geisel em 1976 e do Presidente João Batista Figueiredo em 1979 para o lançamento dos investimentos no programa. O potencial da região de Dourados e os objetivos do programa são citados no discurso do Presidente Ernesto Geisel na cerimônia de lançamento do programa em Dourados:

Preocupamo-nos em assegurar uma infraestrutura que possa assegurar esse progresso de desenvolvimento agropecuário, com estradas, energia elétrica, em assistência técnica, com silos. São vias de escoamento, são outros processos inclusive de natureza social que permitirão que nós andemos mais

⁸⁴ PRODEGRAN. *Desempenho do PRODEGRAN, 1976-1978*. CDR/coleção SUDECO. p. 1

⁸⁵ PRODEGRAN – Desempenho até junho de 1977, p. 1. apud, PEREIRA, J. dos S., *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*. p. 85.

rapidamente, não só no interesse imediato da população que aqui vive mas principalmente no meu ponto de vista, do interesse geral da nação⁸⁶.

Em seu discurso, o Presidente da República faz um apelo ao sentimento nacionalista lembrando que o povo brasileiro é um só, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, e conclama o povo a participar e apoiar a iniciativa do Governo Federal.

Neste sentido a região da Grande Dourados é extraordinariamente favorável, não só pelo subsolo, nem somente pelo seu clima, nem pela sua condição geográfica mas, principalmente pelo seu povo. Originários de diferente regiões do país, do nordeste e sobretudo do sul, da região do Rio Grande e de S. Catarina, aqui se misturaram harmoniosamente diferentes correntes, todas imbuídas de um mesmo sentimento de nacionalidade⁸⁷.

As condições favoráveis para a produção agrícola foi, e ainda é, motivo para propaganda, atraindo pessoas e investimentos para Dourados. O PRODEGRAN, sendo um projeto de desenvolvimento agrícola, contava na região da Grande Dourados com terra e clima favoráveis ao desenvolvimento da lavoura, principalmente da soja e do trigo, como aparece nos discursos e nos relatórios do projeto.

Ao término do programa em 1978, a avaliação foi positiva. Houve aumento na safra de grãos, construção de novos armazéns e silos, melhoria nas estradas e ampliação da rede de distribuição de energia elétrica. Após comparar os resultados às propostas do programa, o Grupo de Estudos e apoio ao PRODEGRAN avalia:

A criação do PRODEGRAN foi, sem dúvida, oportuna e objetiva. Durante sua vigência, veio a propiciar alguns instrumentos para o equacionamento de diversos problemas que preocupavam e ainda preocupam a população (urbana e rural) da região, tais como: melhoria de sua malha rodoviária; diminuição do déficit da sua capacidade estática de armazenagem; ampliação de sua rede de distribuição de energia elétrica; realização de obras visando impedir a progressão dos efeitos erosivos em determinadas cidades; iniciação de um processo de pesquisa e assistência técnica voltada para o combate à erosão rural; e o aumento da fronteira agrícola dos municípios integrantes do Programa⁸⁸.

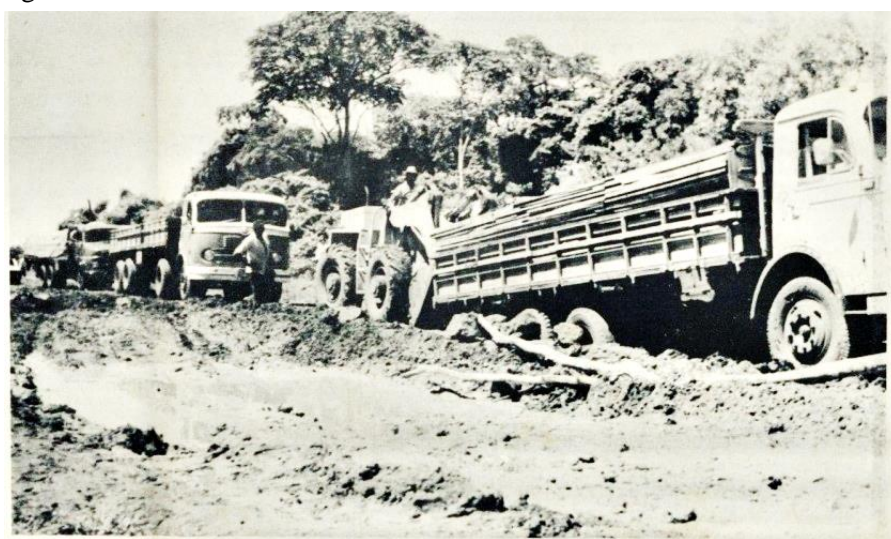
⁸⁶ Este trecho é parte do discurso do Presidente de lançamento do PRODEGRAN em Dourados e encontra-se na revista AFI – Atualidades Forenses e Interioranas, também publicado no jornal local e em vários outros meios de comunicação. AFI – Atualidades Forenses e Interioranas. *Presidente Ernesto Geisel e o PRODEGRAN*, Programa Especial da Região da Grande Dourados. Ano VI nº XXVIII – Julho 1976 – Três Lagoas – Mato Grosso. CDR/Coleção Harisson de Figueiredo. p. 29

⁸⁷ AFI – Atualidades Forenses e Interioranas. *Presidente Ernesto Geisel e o PRODEGRAN*, Programa Especial da Região da Grande Dourados. Ano VI nº XXVIII – Julho 1976 – Três Lagoas – Mato Grosso. CDR/Coleção Harisson de Figueiredo. p. 29

⁸⁸ PRODEGRAN. *Desempenho do PRODEGRAN, 1976-1978*. Coleção SUDECO CDR/FCH/UFGD. p. 25

Dentre os benefícios para a cidade de Dourados, destaco o término da pavimentação da BR 163 e a criação da Cooperativa de Eletrificação Rural da Grande Dourados (CERGRAND). A pavimentação da BR 163 no trecho entre Dourados e Rio Brillhante, rodovia que liga Dourados a Cuiabá, capital do Estado na época, há mais de oito anos estava abandonada e somente foi concluída através do PRODEGRAN. Essa era uma antiga reivindicação da população, haja vista a dificuldade de tráfego pela rodovia em período de chuva, conforme apresento na Figura 8.

Figura 8: Trecho da BR 163 rodovia de acesso à cidade de Dourados em 1973



Fonte: *Folha de Londrina*. 08 de maio de 1973. Coleção Harrison de Figueiredo. Acervo do CDR/FCH/UFGD.

Na denúncia publicada em 1973 no jornal *Folha de Londrina* sob o título: *BR 163 a estrada que parou*⁸⁹, está registrado que a obra estava paralisada há oito anos, faltando apenas 65 km para sua conclusão. Ligando Cuiabá ao porto no Paraná e ao Estado de São Paulo, essa rodovia representa uma importante rota para o escoamento da produção do Estado.

Integrando-se à meta de ampliação da rede de distribuição de energia, o PRODEGRAN também favoreceu a criação da CERGRAND. O prefeito da cidade, Sr. José Elias Moreira, com recursos financeiros do Governo Federal, criou a CERGRAND, cooperativa destinada à ampliação do fornecimento de energia elétrica na área rural da região.

[...] outra cooperativa que fundamos aí já foi em 76, 1976. Nós fundamos a CERGRAND, uma cooperativa de eletrificação rural... O Governo Federal tinha lançado o PRODEGRAN – Programa Especial da grande Dourados.

⁸⁹ A *Folha de Londrina*. *BR 163: A estrada que parou*. 08/05/1973. Recorte de jornal encontrado na Coleção Harrison de Figueiredo. Acervo do CDR/FCH/UFGD.

Junto com esse programa nós aquinhoamos parcelas boas para eletrificação rural⁹⁰.

A ampliação da rede de energia elétrica, através do PRODEGRAN, também contemplou outros espaços urbanos de Dourados. Assim, além do centro, outros bairros da cidade passaram a contar com luz elétrica no começo da década de 80. .

Diante dos programas de investimentos do Governo Federal apresentados, PRODOESTE, PLADESCO, PRODEGRAN, posso inferir que o aumento da população urbana de Dourados na década de 70 não é consequência exclusiva do uso intensivo de maquinários no campo e a escassez da demanda de mão de obra, mas também pelo desenvolvimento da região estimulado pelos programas Federais que propiciavam oportunidades de trabalho e renda a esta população trazendo melhores condições de vida as suas famílias.

1.4. O projeto CURA e o Plano de Complementação Urbana para Dourados

Após o término do PRODEGRAN, o projeto CURA foi lançado em 1978 pelo Governo Federal. Este projeto tinha como objetivo a disponibilização de infraestrutura e equipamentos nas regiões desprivilegiadas que se encontravam inseridas no urbano da cidade. Assim, muitas interferências ordenam os espaços da cidade nesse momento. Como descreve Mario Cezar Tompes da Silva, esse foi um dos projetos mais significativos no espaço urbano de Dourados.

As ações dessas intervenções em Dourados concentraram-se na segunda metade dos anos 70. Como resultado da atuação desses e de outros programas Federais (sobretudo o Projeto CURA), nesse mesmo período, o espaço urbano douradense foi dotado pela primeira vez de uma extensão de pavimentação e de rede de drenagem pluvial suficiente para enfim sanar, pelo menos na parte central e nos principais bairros, o antigo e onipresente problema de erosão de suas vias de circulação⁹¹.

Como proposta submetida ao Governo Federal para a obtenção de recursos do Projeto CURA, a Administração Pública de Dourados apresentou quatro áreas distintas, também identificadas como etapas 1, 2, 3 e 4. A escolha dessas áreas estava associada ao objetivo do Projeto CURA citado e baseava-se em uma análise técnica apresentada sobre o levantamento

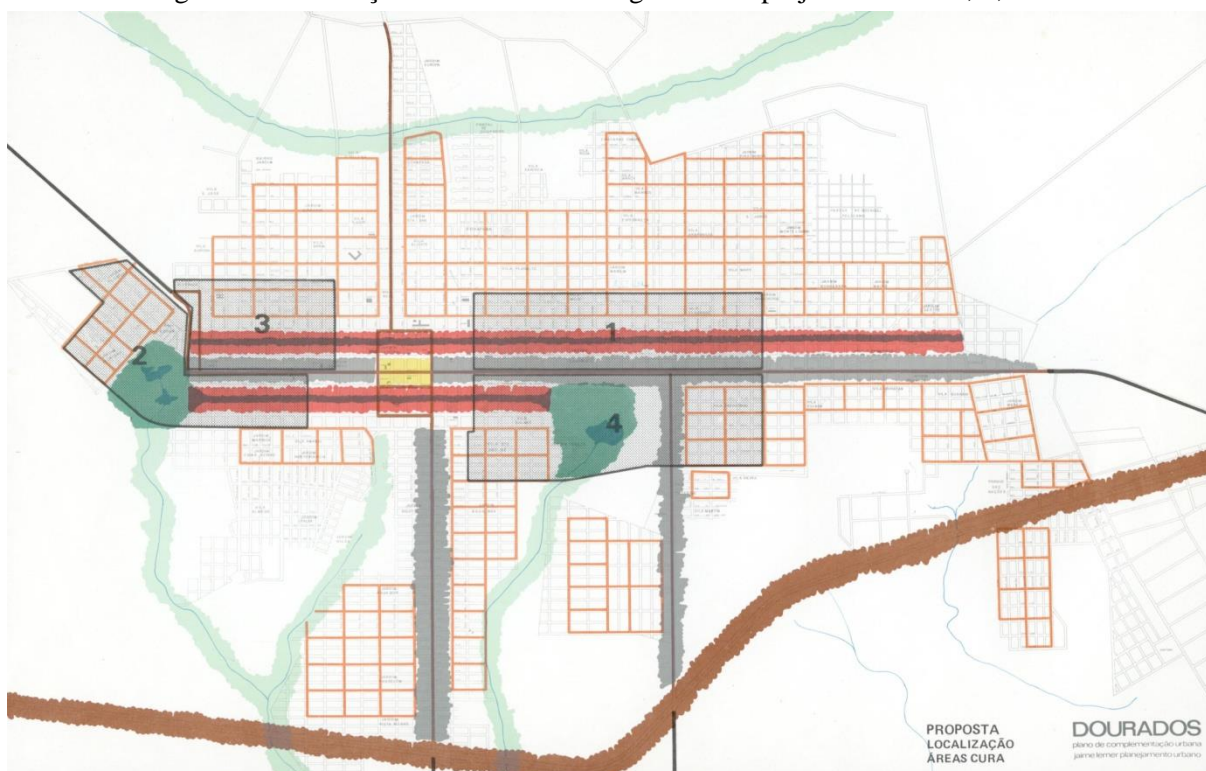
⁹⁰ Entrevista realizada com o Senhor José Elias Moreira em 09/11/2013.

⁹¹ SILVA, M. C. T. da., *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*, p. 154.

sócio econômico e físico urbanístico. A Figura 9 representa a delimitação das áreas de abrangência das quatro etapas propostas no Projeto CURA.

Os investimentos programados atendem a áreas parcialmente ocupadas, próximas à área central, através, da execução integrada de obras de infraestrutura e de equipamentos. Objetiva-se, com essa atuação, estimular o adensamento dos setores estruturais e atenuar a tendência atual de dispersão, verificada através da multiplicação de loteamentos cada vez mais distantes das áreas equipadas.⁹²

Figura 9: Delimitação das áreas de abrangência dos projetos CURA 1, 2, 3 e 4



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: Plano de Complementação Urbana*, p. 41.

Para Maria José Martinelli Calixto, os quatro Projetos CURA propostos passavam a ideia de interesses comuns, todavia estimulava o processo especulativo territorial direcionando-se a uma região localizada próxima à área central da cidade.

Em Dourados, o programa CURA restringiu sua atuação à área central da cidade, ampliando os eixos comerciais e de serviços, provocando um adensamento da área e dando novos rumos ao processo especulativo, porém trabalhando com a idéia de atendimento às necessidades comuns.⁹³

⁹²JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: Plano de Complementação Urbana*, p. 40.

⁹³CALIXTO, M. J. M., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, p. 188.

O Sr. José Elias Moreira, prefeito de Dourados à época da submissão do Projeto CURA ao Governo Federal, explica o objetivo desse investimento e como se deu esse processo em sua administração.

[...] O projeto CURA foi um projeto do BNH e nós dividimos, por exemplo, o BNH segundo plano, o terceiro plano e o primeiro. Então o projeto CURA tinha então as regiões junto aos conjuntos habitacionais, tinha condição de receber equipamentos comunitários. Um deles é o asfalto e a drenagem, essa coisa toda, o próximo estimular para se ter as farmácias, de se ter os empórios, enfim tudo aquilo que os conjuntos habitacionais precisassem. Eu aproveitei dessa vaga lá dentro do banco e fiz o projeto. Então fizemos o projeto CURA um, dois, três e quatro, que fomos até a região lá da COHAB (Cooperativa Habitacional) um, na região lá do parque Antenor Martins.⁹⁴

A mais significativa ação do projeto CURA para o planejamento urbano de Dourados foi a contratação, pelo Poder Público Municipal, do “Plano de Complementação Urbana”. Esse plano foi elaborado pelo escritório do arquiteto e urbanista Jaime Lerner e, por isso, ficou conhecido como Projeto Lerner. O Plano de Complementação Urbana define a estrutura básica do uso do solo e fundamenta o Projeto CURA em Dourados, sendo documento exigido para a proposta encaminhada ao Governo Federal.

Inicialmente o programa foi considerado irrealizável, dadas as exigências impostas a qualquer município para sua liberação; tanto que o CURA atende somente as cidades de médio porte. As exigências eram: planejamento básico para o crescimento urbanístico e plano piloto desse crescimento. Dourados, no entanto, conseguiu atender a esses requisitos com a apresentação de reformas determinadas pelo prefeito José Elias Moreira, com a reformulação do zoneamento e a instituição da Lei do Uso do Solo, ambos baseados no plano de complementação urbana realizado pelo arquiteto Jaime Lerner em 1979.⁹⁵

O Plano de Complementação Urbana, em sua introdução, destaca que "A montagem do Plano de Complementação Urbana (Projeto CURA/BNH) para a cidade de Dourados tem como objetivo básico viabilizar os investimentos essenciais que possibilitem a consolidação da sua estrutura de crescimento."⁹⁶ Assim, os Projetos CURA 1, 2, 3 e 4 foram submetidos ao Governo Federal prevendo obras de infraestrutura no Sistema Viário: drenagem de água pluvial, pavimentação, paisagismo, passeios e iluminação; prevendo água potável; de

⁹⁴ José Elias Moreira. Entrevista realizada em 09/11/2013.

⁹⁵ GOMES, S. de T.; SILVA, C. A. da., *Dourados: urbanização e dinâmica climática*, p. 844.

⁹⁶ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: Plano de Complementação Urbana*.

equipamento de recreação: desapropriação do terreno e a construção de Parque e Eixo de Lazer; por fim, cumpriu-se somente os Projetos CURA 1 e 2.

A definição de uma estrutura de crescimento para a cidade de Dourados – respeitadas as peculiaridades regionais e a escala de assentamento urbano – possibilita estabelecer um critério objetivo de prioridades que venha orientar uma atuação eficiente da Administração Municipal.⁹⁷

A imprensa noticiou o desenvolvimento e, posteriormente, a implementação de ações constantes no Plano de Complementação Urbana e nos Projetos CURA; a primeira informação veiculada em 1º de março de 1977 relatava o convite do Prefeito José Elias Moreira ao ex-prefeito de Curitiba Jaime Lerner para visitar Dourados e fazer o levantamento urbano da cidade. Lembro que o Sr. José Elias Moreira é engenheiro agrônomo e, tão logo assumiu a Prefeitura em janeiro de 1977, iniciou as articulações para a organização e desenvolvimento urbanístico da cidade.

No dia 09 de agosto de 1977, com o título *Os resultados da viagem do Prefeito*, a matéria veiculada na imprensa informava sobre os recursos financeiros recebidos da Secretária de Planejamento do Governo Federal: "com esses recursos liberados, o Prefeito disse que pretende colocar como prioridade um, o Plano Diretor da cidade. "Dourados está crescendo desordenadamente e precisamos ordenar esse desenvolvimento", acrescentou o Prefeito."⁹⁸

No dia 10 de agosto de 1977, sob o título "Lerner e a urbanização", aparece esboçada a primeira impressão do urbanista sobre a cidade de Dourados:

Jayme Lerner, depois de visitar Dourados, segunda-feira última, conhecer suas largas avenidas e receber um minucioso trabalho de uma equipe de engenheiros da prefeitura, não escondeu seu espanto com esta cidade, que ele qualificou como "a maior do novo Estado de Mato Grosso do Sul." E prometeu que brevemente terá um plano para Dourados uma das poucas cidades no País, a contar com esse esquema planejado de urbanização. Quanto ao trabalho que realizará em Dourados, Jayme Lerner disse que não terá grandes dificuldades, devido as condições naturais que possui Dourados, para receber o tratamento paisagístico planejado por sua equipe.⁹⁹

O arquiteto urbanista Manoel Frost Capilé lembrou, em sua entrevista, sobre a malha de divisão das quadras e loteamentos de Dourados ainda na década de 50, o que facilitaria o trabalho urbanístico desenvolvido por Jaime Lerner:

⁹⁷ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana.*

⁹⁸ Jornal *O Progresso*, 09 de agosto de 1977, p. 1.

⁹⁹ Jornal *O Progresso*. 10 de agosto de 1977, p. 1.

O Nelson de Araújo (prefeito de Dourados no período de 1951-1955) percebeu que tinha que fazer alguma coisa para a cidade não crescer desordenadamente. Então essas chácaras da Weimar (se refere à avenida Weimar Gonçalves Torres) para cima começou a ser loteada, o município estabeleceu um decreto para os loteamentos. As ruas teriam que continuar no mesmo sentido, na mesma malha, na mesma largura e teria que obedecer isso... Esse tipo de intervenção favoreceu o crescimento urbanístico de Dourados e era a isso que o Jaime Lerner se referia. Dourados foi o melhor plano que ele fez, ele comentava isso, mas ele falava, as pessoas aqui comentavam.¹⁰⁰

Dourados apresentava condições favoráveis para a organização do urbano; relevo plano ou pouco inclinado e um traçado regular nas ruas e avenidas através de linhas paralelas. A cidade que o urbanista encontrou consistia-se na cidade que se expandiu do primeiro traçado representado na Figura 2, composto de 172 quadras dispostas paralelamente em uma área de 3,13 km². O Sr. Manoel Capilé e o ex-prefeito de Dourados, Sr. José Elias Moreira, relataram que Jaime Lerner afirmava orgulhar-se do projeto de urbanismo desenvolvido para a cidade de Dourados, referindo-se a esse projeto como modelo para outras cidades.

Logo após a notícia veiculada no Jornal do dia 10 de agosto, circulam matérias com opiniões de vereadores que criticam a contratação do escritório de Arquitetura e Urbanismo Jaime Lerner para realização do projeto, argumentando que Dourados não era cidade grande para esse tipo de intervenção e o dinheiro deveria ser utilizado em outras necessidades na cidade.

Ao longo do ano de 1978, o Jornal segue publicando matérias sobre a estada de Lerner na cidade e o Plano de Complementação Urbana. Observo, nessas fontes, o predomínio das críticas ao Projeto, embora se tratasse de um avanço à Cidade, ao que constato tratar-se de um posicionamento parcial na veiculação das notícias desse novo momento político da cidade de Dourados. A matéria de primeira página do Jornal, veiculada em 25 de janeiro de 1978, “Equipe Lerner hoje em Dourados”, exemplifica o exposto:

Para contatos com o prefeito José Elias Moreira e sua assessoria, chega hoje à nossa cidade a equipe do urbanista Jaime Lerner, encarregado de fazer o levantamento de dados técnicos, visando a urbanização e paisagística da cidade e da zona rural. Embora duramente criticado pela Câmara de vereadores o prefeito José Elias não desistiu de sua ideia de contratar o também criticado Jayme Lerner, para este serviço considerado supérfluo, se considerada as atuais características de Dourados e seu estágio de desenvolvimento. Jayme Lerner já esteve em Dourados, conheceu seus problemas “in loco” e já deve estar preparando o seu projeto urbanístico.¹⁰¹

¹⁰⁰ Manoel Frost Capilé. Entrevista realizada no dia 17/09/2014.

¹⁰¹ Jornal *O Progresso*, 25 de janeiro de 1978, p. 1.

"Equipe Lerner explica como será a urbanização de Dourados" foi o título da notícia de primeira página publicada no dia 27 de janeiro de 1978. Essa matéria, encaminhada pela Prefeitura, tem outro posicionamento, e apresenta a fala do Prefeito e de um técnico do Projeto; trata das reuniões com autoridades representativas e vereadores para discutir o que seria melhor para cidade.

Nosso trabalho garantiu Cássio – é além de planejar a urbanização, mostrar para onde a cidade deve e pode crescer. Nossos primeiros contatos foram proveitosos e todo mundo se interessou. Queremos ainda traçar um plano para as Vilas da zona rural, e dentro da orientação do prefeito, levar o conforto da cidade, contendo a migração e mantendo o homem rural no seu meio, pois aí residem as bases econômicas deste Município.¹⁰²

No processo de elaboração do Plano de Complementação Urbana, a equipe de desenvolvimento fez uso de várias fontes para levantamento das informações sobre a cidade: a Secretária Municipal de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Dourados, o Projeto de Construção de Centros Escolares, o Programa Especial da região da Grande Dourados, o PRODEGRAN, o Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Cooperativa de Eletrificação Rural da Grande Dourados (CERGRAND). Aspectos demográficos, socioeconômicos e físico-urbanísticos foram analisados para o embasamento do Projeto.

O vertiginoso crescimento da produção agrícola (principalmente, o arroz e a soja) é causa e consequência de um intenso movimento social. A grande afluência de gaúchos, catarinenses e paranaenses acabou por provocar diferentes matizes culturais no Município. Por outro lado, a abertura de novas terras, a mecanização da lavoura e o aparecimento do cultivo extensivo, determinaram e determinam um agitado movimento horizontal das populações rurais, levando-as, muitas vezes, a se estabelecerem na periferia da cidade, criando sérios problemas de ordem social.¹⁰³

O diagnóstico apresentado pela equipe constatava a migração do campo para a cidade como fator gerador de uma periferia, que se formava com sérios problemas de ordem social. A cidade estava recebendo uma grande quantidade de pessoas advindas não somente do campo, mas também de cidades próximas a Dourados e de outros estados vizinhos; o que se caracterizava naquele momento como um problema urbanístico a ser resolvido.

A equipe do Plano de Complementação Urbana caracterizava Dourados com uma cidade com crescimento acelerado, grande potencial à mudança e a investimento futuro,

¹⁰²Jornal *O Progresso*, 27 de janeiro de 1978, p. 1.

¹⁰³Relatório citado em: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 11.

destacando ainda o fluxo migratório do campo para a cidade como um importante problema a ser resolvido.

Em suma, os dados até agora apresentados, caracterizam um município em rápido crescimento, com potencialidade praticamente ilimitada. Exatamente por isso, Dourados, como qualquer outra cidade brasileira em desenvolvimento, enfrenta desafios de toda ordem. Um desses desafios é a solução que deve ser dada ao problema da evasão do homem do campo para a cidade¹⁰⁴.

O problema do êxodo rural, também apontado em outros trabalhos da época, receberia um projeto que fixaria o homem no campo através da estruturação dos distritos rurais próximos à cidade. Os distritos teriam finalidade habitacional e conteriam as estruturas necessárias para a produção da agricultura; características similares à cidade seriam implantadas no distrito de Douradina, de Vila Vargas e de Indápolis, formando um "rurbano", um misto de rural e urbano pensado por Jaime Lerner.

O desenvolvimento da cidade, observado no Projeto, era de base pecuária e, mais intensamente, agrícola – "a agricultura tem incrementado o movimento comercial de corretivos, herbicidas, fungicidas, maquinários, implementos e combustíveis."¹⁰⁵

A preocupação com o crescimento ordenado consolida-se com a contratação do Plano de Complementação Urbana, publicado no dia 7 de Março de 1978: "Assinado o Plano de Urbanização de Dourados com o arquiteto Jaime Lerner". A matéria não traz detalhes do contrato, mas cita a justificativa do Prefeito para o serviço:

"Lerner como se sabe, já planejou para as médias, pequenas e grandes cidades brasileiras. Agora, com o contrato assinado com a prefeitura de Dourados o crescimento da cidade será disciplinado, ou seja, o plano diretor deverá mostrar onde pode e como deve crescer Dourados."¹⁰⁶

O historiador Gulio Carlo Argan enfatiza a função interpretativa do urbanista para dirigir o desenvolvimento da cidade considerando sua forma natural e moral como um organismo urbano.

[...] Não é o urbanista que decide a degradação de um bairro ou a mudança de seu conteúdo, a expansão da cidade para uma direção em lugar de para uma outra, a destinação de certas zonas a uma construção intensiva ou pouco densa. Sabemos perfeitamente que alguns desses fenômenos se produzem como contragolpe de movimentos sociais mais vastos ou são decididos por

¹⁰⁴ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 12.

¹⁰⁵ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 12.

¹⁰⁶ *Jornal O Progresso*, 7 de março de 1978, p. 11.

uma autoridade municipal ou governamental, que, ao menos teoricamente, deveria ser portadora e expoente de exigências reais da coletividade cidadina. O urbanista, nesses processos evolutivos, tem mais uma função interpretativa do que deliberante ou de iniciativa. Sua tarefa, em substância, parece reduzir-se à de “diretor”, no sentido de impedir que o desenvolvimento urbano ocorra de maneira *inatural* ou, como não se trata de fatos naturais, mas de ações humanas, de maneira *imoral*. Sua função em relação ao organismo urbano é semelhante à do médico em relação ao organismo humano: ninguém lhe pede que crie um tipo humano perfeito e imune a qualquer possibilidade de doença, mas que cure as doenças e, como higienista, que faça tudo para que o processo da existência humana se desenvolva seguindo seus ciclos naturais, da infância à velhice¹⁰⁷.

Maria José Martinelli Calixto apresenta o Projeto elaborado por Jaime Lerner como um dos principais instrumentos de intervenção na cidade.

O Plano de Complementação Urbana de Dourados (elaborado pela equipe do urbanista Jaime Lerner em 1976) pode ser considerado um dos principais instrumentos de intervenção na cidade, respaldando inclusive ideologicamente, em razão do papel que desempenhou no imaginário social, a atuação do poder público municipal. Ele continha em seu bojo a preocupação de equipar a cidade, visando atender à nova realidade imposta pelo novo ciclo econômico da agricultura agroexportadora, embora tentasse se justificar pela necessidade de solução de problemas sociais.¹⁰⁸

A autora identifica o papel que desempenhou o Plano de Complementação Urbana no imaginário social, ideologicamente, trabalhado pela Prefeitura. A solução de problemas sociais era uma ideia passada, enquanto que o Projeto atenderia o novo ciclo econômico da agricultura exportadora. Na visão de outros moradores da cidade, o Projeto se apresenta como uma intervenção positiva, como defende o arquiteto e urbanista Luciano Ribeiro:

Quando Jaime Lerner e equipe estiveram em Dourados entre 1978 e 1979 desenvolvendo o Plano de Complementação Urbana entendeu-se que esse trabalho seria o primeiro grande Plano Diretor da cidade. O conceito, em certa medida, acabou ganhando o inconsciente coletivo. Não se tratava de um Plano Diretor cujo conteúdo é mais complexo e pressupõe uma discussão democrática com a sociedade, mas foi sem dúvida um avanço urbanístico porque pelo menos foram traçados parâmetros para a ocupação urbana e a prefeitura passou então a intervir melhor na organização e expansão da cidade que acontecia de forma acelerada, antes da situação se complicar e o espaço urbano virar um caos irreparável¹⁰⁹.

¹⁰⁷ ARGAN, G. C., *História da arte como história da cidade*, p. 236.

¹⁰⁸ CALIXTO, M. J. M., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, p. 186.

¹⁰⁹ LUCIANO, L. C., *Ribeiro: arquitetura, urbanismo e meio ambiente: exercício de cidadania*, p. 219.

Na opinião do autor, embora o Projeto Lerner não tenha sido aprovado como Plano Diretor e, nem mesmo possua detalhamento de um plano diretor, ordenava o crescimento da cidade e evitava que se tornasse um caos urbano irreparável. Luciano Ribeiro ainda destaca que "pelo menos o prefeito José Elias Moreira percebeu que era preciso esse ordenamento e buscou técnicos qualificados em Campo Grande e, do Paraná, trouxe a equipe do urbanista Jaime Lerner"¹¹⁰.

O topógrafo Sr. Asturio Dauzacker se lembra do Plano de Complementação Urbana como marco para a organização dos espaços da cidade de Dourados nos anos setenta:

Foi o Zé Elias que contratou isso daí, o governo do Zé Elias, esse projeto aí que modificou o arruamento da cidade, onde estreitaram muitas ruas o canteiro ficou mais largo, esse que determinou algumas fachadas de terreno, largura, o tamanho. Que fez esse parque ali do Fioravante o Antenor Martins a ideia saiu daí, só que esse projeto foi muito bom na época, mas ele tinha, assim, um período de duração para depois ser feito alguma coisa, e nunca foi feito isso daí, parou por aí. Foi muito comentado, foi muito discutido na época a partir daí que foi definido onde seria definido o distrito industrial de Dourados, o pontapé foi a partir daí.¹¹¹

Segundo o Sr. Asturio Dauzacker, nesse projeto ficaram definidos importantes pontos para a organização e crescimento da cidade, como por exemplo, os arruamentos, a caracterização dos terrenos, a localização dos parques Antenor Martins e Arnulpho Fioravante e do distrito industrial.

O geógrafo Sr. Lauro Joppert Swensson, por outro lado, aponta falhas nesse Plano:

O Plano Diretor do Jaime Lerner foi falho, porque ele ficou famoso, fez o perímetro urbano tal... mas ele deixa as pessoas perdidas, todas as pessoas, elas têm medo do desconhecido, você tem que ter marcos na cidade, se você sair daqui e for para Itaporã (cidade vizinha a Dourados) como é que você faz. Então, ou é uma árvore grandiosa, é uma estátua, então falta referências para cidade. E também, as classes sociais elas têm diferentes necessidades sociais. Então o plano diretor você tem que levar em conta a classe social que seria a classe econômica, sua densidade e suas necessidades, através desses elementos você distribui a área, e as linhas de ônibus elas deveriam servir a área de grande densidade, por mapeamento.¹¹²

O Sr. Lauro Swenson critica o Plano quanto à previsão e definição de referenciais físicos e quanto a consideração da classe econômica em seu desenvolvimento. Segundo o geógrafo, Dourados necessita de pontos de referência para a identificação dos endereços, pois,

¹¹⁰ LUCIANO, L. C., *Ribeiro: arquitetura, urbanismo e meio ambiente: exercício de cidadania*, p. 220.

¹¹¹ Asturio Dauzacker. Entrevista realizada em 01/12/2015.

¹¹² Lauro Joppert Swensson. Entrevista realizada em 22/10/2014.

sendo uma cidade planejada e com quadras iguais, apresenta dificuldade na localização na cidade. O Sr. Lauro Swenson aponta que o Plano Diretor deve considerar as diferenças sociais para a sua elaboração.

Na análise de Maria José Martinelli Calixto, o Plano pensado para cidade de Dourados se pautava em uma ideologia de desenvolvimento e crescimento e tratava todos os segmentos como iguais e unânimes, não trabalhando as diferenças sociais, econômicas e cotidianas dos seus moradores.

Assim o projeto de intervenção na cidade, que se assegurou mediante a criação de um “espaço abstrato” que negou o espaço social, justificou-se em face da impressão de que o que realmente importava não era a qualidade de vida dos cidadãos, a casa, o edifício, a rua, o conjunto habitacional, mas aquilo que eles representavam/representam – o crescimento, o progresso, o desenvolvimento, enfim, o moderno. Essa forma de intervenção tentou veicular um discurso cuja pretensão era fazer com que toda a sociedade (marcada pela divergência de interesses) se reconhecesse no processo; era o discurso da afirmação de um padrão de desenvolvimento/crescimento único e tido como ideal para todos os segmentos sociais. Mais do que um discurso novo, era um discurso que tentou engendrar uma nova realidade¹¹³.

Segundo a autora, o Projeto Lerner estruturava a cidade pensando a partir do centro, e a realidade ali existente; focava o progresso, as vias de comércio, os eixos centrais, os cidadãos e suas diferenças não foram consideradas. Os bairros, quando não esquecidos, apareciam nas linhas de ônibus, nos projetos paisagísticos ou nas ruas de recreação. A infraestrutura dos bairros, ainda que não apresentada no Projeto Lerner, seria implantada somente nos BNH e em seu acesso e entorno, sendo as mesmas financiadas pelo projeto CURA.

No final do ano de 1979, no quadro DICAS *in Box*, assinado por Cícero Farias, a imprensa divulga a aprovação do projeto CURA:

Com a aprovação do CURA I, o douradense poderá ver, finalmente, o decantado, em verso e prosa projeto do urbanista Jaime Lerner, que custou ao município 1,5 milhão de cruzeiros. Uma série de problemas serão resolvidos, como a sinalização das ruas, para facilitar o trânsito de veículos, coisa que não foi feita até agora, porque o Ciretran esperava o CURA ser aprovado.¹¹⁴

Os recursos do Projeto CURA destinados a diversas obras em Dourados estava sendo aguardada pela Prefeitura e pelos moradores da cidade. Por fim, o Plano de Complementação Urbana ou Projeto Lerner, depois das discussões que se iniciaram em março de 1977, foi

¹¹³ CALIXTO, M. J. M., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, p. 191.

¹¹⁴ Jornal *O Progresso*, 4 de dezembro de 1979, p. 1.

entregue pelo escritório de Arquitetura e Urbanismo Jaime Lerner em dezembro de 1978, teve seu primeiro efeito observado na aprovação do Projeto CURA 1 ao final de 1979. Seu impacto direto na comunidade foi através das obras que se iniciaram em Dourados no início de 1980.

CAPÍTULO 2

A CIDADE SE FAZENDO – OS DESAFIOS E OS PLANOS DE URBANIZAÇÃO

Eu cheguei a Dourados ainda criança em 1977. Lembro-me que fomos morar no Jardim Ouro Verde, região oeste da cidade que durante muito tempo ficou conhecida como Cabeceira Alegre. Meu pai, ainda nesse dia, explicava o endereço da casa a minha tia dizendo: é onde tem uma escola perto, tem uma escola bem pertinho – mais tarde descobri que se tratava da escola Floriano Viegas Machado.

Era em 77. Aí mudei, comprei uma casa pra eu morar e comprei mais duas casas e aluguei, aí comprei um salão naquele tempo na Marcelino Pires aqui na cidade pra entra na Marcelino Pires tinha que comprar ponto não tinha uma porta fechada... daí eu comprei o salão o ponto por 27 mil conto, comprei uma casa 170, sei que empreguei todo o dinheiro. Aí comecei a cortar cabelo em 77, aí graças a Deus tinha colégio perto matriculei meus filhos eles todos começaram a estudar e eu trabalhando de barbeiro.¹¹⁵

2.1. Chegar, ficar e fazer – os espaços, a cidade

Antes, morávamos na zona rural do município de Ivinhema, a 140 quilômetros de Dourados, também em Mato Grosso do Sul. Meu saudoso pai, José Alves dos Santos, plantava café em sua propriedade, mas, devido a problemas de saúde, vendeu o sítio e mudou-se para Dourados. Pai de cinco filhos, quase todos em idade escolar, sua referência de morar naquele momento priorizava a proximidade a um equipamento público comunitário – a escola.

Quando chegamos, não havia luz elétrica no bairro, todavia, isso não me causava estranheza, pois vínhamos da zona rural, onde este equipamento público urbano não existia;

¹¹⁵ José Alves dos Santos. Entrevista realizada em 07/08/2002. Como explicado na introdução esta entrevista foi realizada na época da pesquisa para o mestrado.

também não tinha abastecimento de água, serviço de esgoto, coleta de águas pluviais. Esses serviços, se bem me lembro, eu nem conhecia, pois, como no sítio, tínhamos poço, fossa séptica e a água corria livremente provocando buracos nas ruas.

Pavimentação asfáltica nas ruas, assim como na zona rural, não existia no bairro, todavia lembro-me que esta foi a minha primeira estranheza: a cor da terra. Morávamos em uma região de areia e, em Dourados, a terra é vermelha e possui uma liga, um barro, muito diferente de Ivinhema. Inicialmente observei a cor, mas quando choveu, descobri que aquela terra grudava nos calçados de um jeito jamais imaginado em minha mente. Minha mãe sofria ainda mais, pois, se quando molhada, a terra das ruas se transformava em barro, quando seca, o vento varria os loteamentos vazios e as ruas formando uma nuvem de poeira. O mês de agosto, que sempre venta muito em Dourados, ainda era mais difícil – as roupas do varal ficavam impregnadas pelo pó avermelhado da poeira. A solução era estender as roupas à noite, quando cessavam os ventos, reduzia o fluxo de veículo e, também, a poeira.

Lembro-me que havia poucas casas no bairro, em nossa quadra, por exemplo, tinha apenas três casas. Nós tínhamos um vizinho ao lado e ninguém na quadra da frente; dava até para enxergar a escola que ficava a dois quarteirões. A Foto 1 foi tirada da casa em que morei, no ano 1978.

Foto 1: Vista da Rua Oliveira Marques no Jardim Ouro Verde em 1978



Fonte: Acervo pessoal da autora

Assim, como na Foto 1, tirada do quintal da minha casa, minha vista atravessava a Rua Oliveira Marques e mais a frente, ainda podia enxergar o muro da escola Floriano Viegas

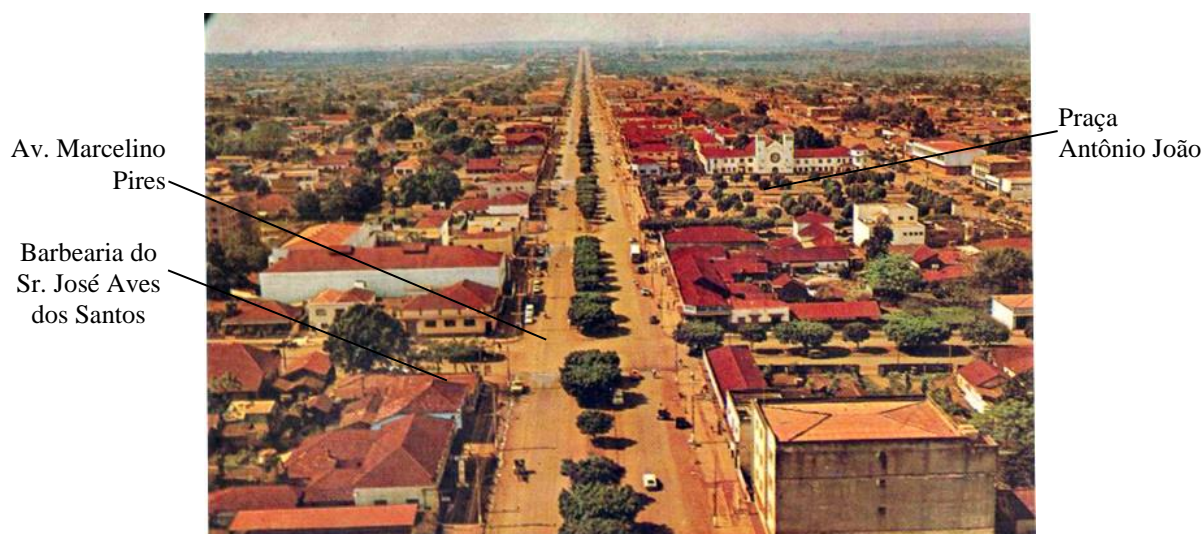
Machado, onde por muito anos estudei. Próximo havia postes de energia, todavia a luz ainda demorou alguns anos até chegar a minha casa. Seguindo a Rua Oliveira Marques, um quarteirão à frente, podia ver uma quadra vazia onde crianças brincavam na semana e jovens jogavam futebol aos sábados e domingos.

A paisagem tranquila do bairro quase parecia zona rural, sem energia, água, esgoto, escoamento da água da chuva e asfalto. Todavia, morava próximo a indústrias e a um extenso espaço para eventos. Lembro-me de uma distribuidora de combustíveis, uma olaria, uma cerealista e do parque de exposições da cidade.

Ao lado da escola, uma distribuidora de combustível, que chamávamos simplesmente Ipiranga, recebia e expedia caminhões carregados com combustíveis para outras cidades. Da olaria lembro-me que, por vezes, busquei o tijolo antes de ser queimado – era a argila que os funcionários nos davam para brincar de fazer vasos e outros brinquedos. Quase ao fundo da minha casa, a cerealista trabalhava dia e noite na época da safra da soja. Neste período os caminhões que traziam e levavam a soja chegavam até a rua de casa, faziam muito barulho, o pó do cereal se espalhava por todo o bairro. Assim havia poeira na seca e barro nas chuvas.

Passando a cerealista e, atravessando a Avenida Weimar Gonçalves Torres, estava o parque de exposições, que durante uma semana por ano tornava-se o centro do maior evento de Dourados e da região. A Igreja Católica era da Cabeceira Alegre, a Nossa Senhora de Fátima, que ainda está no mesmo lugar da Avenida Weimar Torres. Mais tarde, acompanhada de meu pai que trabalhava na região central, Foto 2, visitando minha vó no Jardim Flórida e minhas tias no Jardim Itália, fui conhecendo a Dourados para além do Jardim Ouro Verde.

Foto 2: Vista aérea da Avenida Marcelino Pires nos anos 70



Fonte: disponível em < <http://www.douradosnews.com.br/dourados/serie-retratara-80-anos-de-dourados-em-momentos-curiosos>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

Em entrevista, o Sr. José Alves dos Santos apresenta a Dourados de quando chegou em 1977 e retrata o centro da cidade e a região do Colégio Imaculada Conceição, conforme podemos também constatar na Foto 3.

Dourados só tinha o miolinho de Dourados mesmo o resto era tudo mata, soja, aqui onde eu moro mesmo era soja, aqui era um sojão... não tinha um prédio de jeito nenhum o prédio que tinha era aquele da imobiliária Dinho prédio de quatro andares, hoje está cheio de prédio de 12 andares, e asfalto que é bom, só no centro, onde era o Imaculada Conceição por ali era tudo mato [...] ¹¹⁶

Foto 3: Vista aérea do Colégio Imaculada Conceição e proximidades na segunda metade dos anos 70



Fonte: Arquivo pessoal de Manoel Frost Capilé

Nos anos 70, a região central de Dourados continha uma grande quantidade de áreas vazias, umas loteadas e outras ainda sem divisões, ainda como chácaras. Naquele tempo já havia um canteiro central que percorria uma longa extensão da Avenida Marcelino Pires, todavia esse canteiro não passava de alguns quarteirões na Joaquim Teixeira Alves, Foto 4.

¹¹⁶ José Alves dos Santos. Entrevista realizada em 07/08/2002.

Foto 4: Vista aérea de Dourados no início dos anos 70



Fonte: Arquivo pessoal de José Elias Moreira

A Sr.^a Suzana Arakaki morava na região central e seus familiares mudaram-se para Dourados nos anos sessenta. Seu pai tinha uma cerâmica e o comércio e depósito de telha ficava nessa região, local privilegiado como ela mesma narra.

[...] ali eu tinha uma paisagem privilegiada porque na frente da cerâmica era a Rodoviária. A rodoviária antigamente tinha, eles chamavam bar douradense. Bar douradense, além de bar ele funcionava como rodoviária, então ali da frente da cerâmica eu ficava observando aquela movimentação de toda a cidade, ali era o centro, era o centro da cidade... ali tinha o bar douradense que era de uma família de japoneses, esqueci o nome agora, depois tinha um outro bar do Sr. Oshiro, depois tinha uma loja de armarinhos do Sr. Murakami... você vê como tinha japonês naquela época, eram três estabelecimentos japonês naquela época. Me lembra depois pra falar do armarinho porque ali também tem umas lembranças fantásticas... uma série de lojinhas que as pessoas iam pra comprar. Uma cidade toda, isso nós estamos falando de uma cidade ainda sem asfalto, de charrete nas ruas, quando chovia assim, enxurradas tremendas aquilo vira um rio... Toda a movimentação, quem chegava quem saía, eu ficava ali, olhando aquela movimentação toda, e foi fantástico. Aí eu falei da lojinha do seu Murakami, porque eu gostava muito, assim, aos sábados geralmente, havia casamentos e os noivos vinham de ônibus. Eu adorava ficar lá olhando, aquele ônibus, descia noiva, gente bonita, toda bem vestida, eu achava muito divertido que algumas noivas saíam pra comprar ali na lojinha do seu Murakami, e elas ficavam ali passeando, toda aparántada de noiva. Olha, era muito divertido... Era muita segurança, a gente não tinha medo, é bem diferente de hoje. Então dessa esquina eu via o mundo.¹¹⁷

¹¹⁷ Suzana Arakaki. Entrevista realizada em 01/03/2013.

A Sr.^a Suzana Arakaki morava na esquina da Rua Hilda Bergo Duarte com Avenida Marcelino Pires e descreve o centro da cidade de Dourados do começo dos anos 70 como o mundo que via – a rodoviária, que chamamos rodoviária velha, os bares, os armarinhos, as ruas sem pavimentação asfáltica com muito barro, enxurradas como um rio. Não muito diferente do Jardim Ouro Verde, no início dos anos 70, na região central, a água da chuva escorria pelas ruas de terra fazendo barro e buracos, enquanto que no período seco era a poeira o problema. A entrevistada destaca, sobretudo, a tranquilidade, e descreve essa região da cidade como segura, sem violência, onde as pessoas desciam dos ônibus e caminhavam pelas lojas da proximidade, Foto 5.

Foto 5: Vista aérea parcial da região central de Dourados nos anos 70



Fonte: Coleção Luiz Antônio Alvares Gonçalves. Acervo do CDR/FCH/UFGD

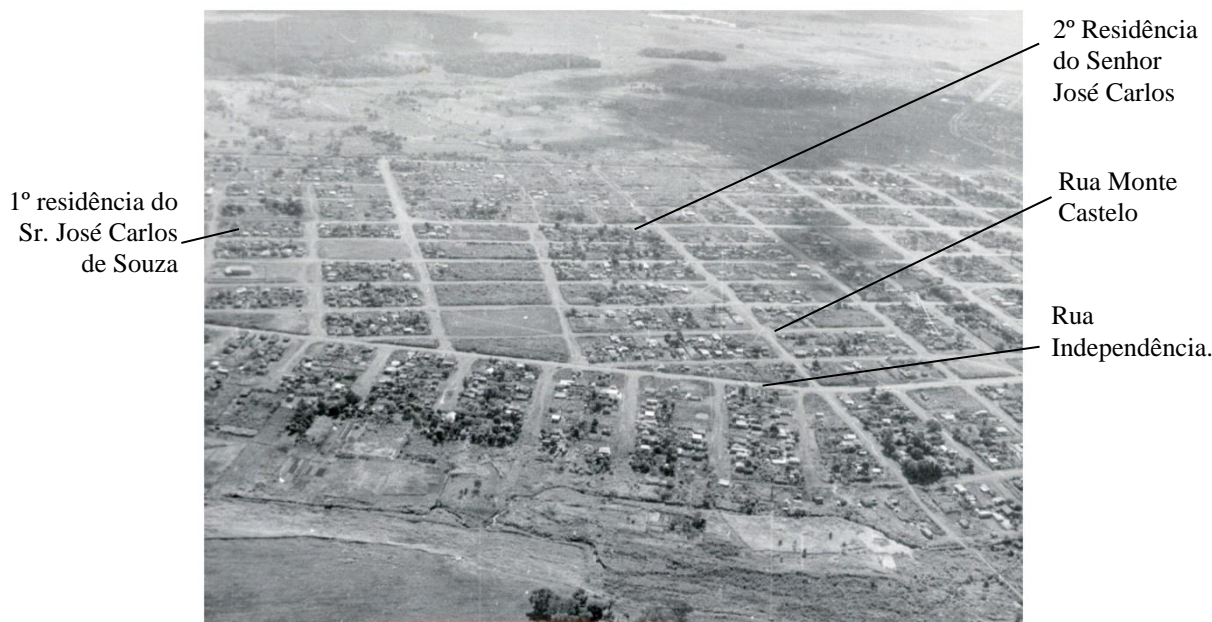
Na Foto 5 podemos observar o cruzamento relatado pela Sr.^a Suzana Arakaki, com poucos carros circulando, árvores plantadas no canteiro central, e a Praça Mário Correa aparece ao fundo. A entrevistada relata que a moradia era precária, vivia com sua família na loja de telha, um barracão velho que antes abrigava um depósito de refrigerantes. Sobretudo ela sentia-se privilegiada, pois, de sua janela conseguia observar as noivas que vinham se casar em Dourados ademais de toda a movimentação dessa região. Também destaco na Foto 5 o único prédio com mais de um andar da cidade, onde funcionava a Imobiliário Dinho, anteriormente citado pelo Sr. José Alves dos Santos.

No Jardim Itália, onde moravam minhas tias, também residia o entrevistado José Carlos Silva. Ele chegou a Dourados em 1975, vindo com seus familiares do estado do Paraná ainda criança, como relata.

Vimos aqui para Dourados fomos morar aqui na Tiete (rua da cidade) final da Independência que pra baixo hoje é o Cachoeirinha, não tinha nada aqui era tudo mato, o 4º Plano não tinha era tudo mato. Daí meu tio montou uma eletrônica aqui. Eu aqui quando eu era pequeno eu engraxeí, fui engraxate, vendi picolé, para ajudar a minha mãe. Trabalhou (refere-se à mãe) numa firma um ano e pouco fez um acerto e daí fez um acerto e comprou um terreno lá na Monte Castelo e construiu uma pecinha para gente morar. Aqui só tinha o Itália, Cachoeirinha foi fundado bem depois, não tinha asfalto não tinha nada, quando chovia era um barro danado.¹¹⁸

Eram três famílias em um mesmo caminhão de mudança, a do Sr. José Carlos Silva, a da sua avó e a de um tio – todos moravam no interior do estado do Paraná, em uma pequena cidade chamada Icaraíma. Seu tio consertava rádio e televisão, mas como a cidade era pequena, havia poucas oportunidades, buscando melhores condições de vida, conheceram Dourados, gostaram e decidiram se mudar. Já na nova cidade, foram morar no Jardim Itália, Foto 6.

Foto 6: Vista sudoeste de Dourados com o Jardim Itália nos anos 70



Fonte: Coleção Luiz Antônio A. Gonçalves. Acervo do CDR/FCH/UFGD

¹¹⁸ José Carlos Silva. Entrevista realizada em 06/03/2016.

Ao sudoeste da cidade, o Jardim Itália, era pouco povoado nos anos 70 e, não diferente dos demais bairros, não havia energia, abastecimento de água, serviço de esgoto, drenagem de águas pluviais e pavimentação asfáltica. Esse bairro era procurado, em especial, por pessoas de baixo poder aquisitivo, como era o caso da mãe do Sr. José Carlos Silva. Mais tarde, ele e sua mãe mudaram-se para o Jardim Flórida, onde morava sua avó.

O Flórida era só um pedaço, só tinha até a rua 19, 20 o resto era fazenda. Não tinha o CEPER (Centro Esportivo e Recreativo), ali era mato, tinha mina ali bem depois construíram o CEPER, era tudo mato o Flórida ia só até um pedaço e lá para cima era fazenda não tinha o Panambi Vera era mato, também do lado do Indaiá era tudo fazenda do lado. A cidade onde era fazenda tá tudo já cidade, loteado, cada vez mais está crescendo... e tinha uma olaria do lado da usina, serraria tinha muita serraria, no centro aqui tinha serraria, serraria do Pederiva ali no Flórida, onde hoje é o primeiro DP (Departamento de Polícia) tinha uma serraria, na Rua Oliveira Marques tinha uma serraria, serrava tora, tudo, tinha muita madeira.¹¹⁹

Com aproximadamente 20 ruas paralelas, o Sr. José Carlos Silva relata ainda não existia o CEPER, o Clube Indaiá e o Bairro Panambi Vera no Jardim Flórida. O CEPER do Flórida é um grande parque construído nesse bairro em 1984, e o Clube Indaiá já existia, mas em seu entorno havia apenas fazendas. Já o Bairro Panambi Vera foi loteado no começo dos anos dois mil.

Nos anos 70, a madeira era explorada economicamente em Dourados para a construção das casas e para os fogões a lenha. Na abertura das fazendas para a agricultura e pecuária, as matas nativas eram derrubadas – Dourados possuía uma grande quantidade de serraria, por isso toras e madeiras serradas não faltavam na região. Lembro-me da serraria do Jardim Flórida, pois, quando chovia a minha avó pedia para buscar pó-de-serra para espalhar pela casa. Esse era uma forma que as pessoas utilizavam para que o barro não grudasse no piso e calçadas das casas.

Depois de morar na região central de Dourados, a Sr.^a Suzana Arakaki mudou-se para o BNH 3º Plano. Nos anos 70 houve a implantação dos loteamentos habitacionais financiados pelo BNH, Foto 7. Após sua construção, embora recebessem designações oficiais pela Prefeitura, esses loteamentos continuavam sendo chamados na cidade pela sua sequência de construção: BNH 1º, 2º e 3º Plano, como apresento na Tabela 2.

¹¹⁹ José Carlos Silva. Entrevista realizada em 06/03/2016.

Tabela 2: Conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação em Dourados nos anos 70

Etapa	Nome	Ano da entrega	Número de casas construídas
BNH 1º Plano	Eudes de Souza Leão	1973	316
BNH 2º Plano	Rubens Vaz Costa	1975	288
BNH 3º Plano	Vila Sant'Ana	1977	544

Fonte: Adaptado de CALIXTO, M. J. M. S. O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS. Presidente Prudente, 2000.

Foto 7: Padrão original das casas do BNH 3º Plano



Fonte: CALIXTO, M. J. M. S., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS. Presidente Prudente*, p. 99

As áreas das casas dos BNH 1º 2º e 3º Plano, em seu projeto original, variavam entre 43,35 m² e 82,5 m².

O BNH 1º Plano, [...]. Esse conjunto era composto por unidades residenciais do tipo C - 73,15 m², D - 63,51 m², E - 49,69 m² e F - 43,35 m². [...] BNH - 2º Plano, [...] tamanho da residência que, por sua vez, variava de 45,14 m² a 82,5 m²; 3º Plano, [...] tamanho das unidades residenciais, que obedeciam à mesma metragem do BNH 2º Plano.¹²⁰

Em cinco anos a quantidade de casas edificadas em Dourados através desse sistema de financiamento aumentou 1.148 – a cidade toma novos rumos a partir desse investimento. São investimentos do Governo Federal que mudam o espaço urbano de Dourados, conforme

¹²⁰ CALIXTO, M. J. M. S., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, p. 82.

observamos nas falas dos entrevistados e nas teses de Mario Cezar Tompes da Silva¹²¹ e de Maria José Martinelli Calixto¹²².

A partir dos anos 70, em função da nova escala de ação e poder do capital imobiliário, o espaço urbano sofreu uma importante reestruturação com base na criação de áreas e bairros cada vez mais socialmente homogêneos e territorialmente apartados. Essa segmentação não se restringiu ao espaço residencial, mas inclui também uma idêntica segmentação do comércio e serviços, produzindo um modelo de cidade dividida e segregada, bem diferente daquele vigente até os anos 60, em que os diferentes estratos sociais se encontravam misturados nos diversos quadrantes do espaço urbano¹²³.

Mário Cezar Tompes da Silva destaca o marco do início da criação de bairros territorialmente afastados e socialmente homogêneos – os anos 70 estabelecem-se na segregação habitacional. Enquanto que encontrávamos o Jardim Ouro Verde, a região central, o Jardim Itália e o Jardim Flórida formando-se a partir das possibilidades econômicas dos novos habitantes de Dourados, agora os BNH estabelecem-se como uma medida institucional de homogeneização dos loteamentos, fundamentada na defesa dos responsáveis, pela disponibilidade de áreas e economia de projeto, Foto 8.

Apresento, na Foto 8, o conjunto habitacional BNH 1º Plano implantado, ao seu lado, a quadra vazia com uma caixa d'água, onde mais tarde foi construído o CEPER do bairro. Destaco também a Rua Monte Alegre que representava, à época, quase que o limite ao norte da ocupação imobiliária. Sobre aquele momento e, olhando em retrospectiva, o Sr. José Alves manifesta sua admiração:

Dourados ficava da Monte Alegre pra baixo, mais ou menos e pra cima tinha algumas casas mais bem rala, e hoje tá esse centrão quem diria quem diria que Dourados ia ficar do jeito que tá.¹²⁴

¹²¹ SILVA, M. C. T. da., *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*. 2000. Tese de doutorado. Departamento de geografia da faculdade de filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.

¹²² CALIXTO, M. J. M. S., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS. Presidente Prudente, 2000*. Tese. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

¹²³ SILVA, M. C. T. da. *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*, p. 171.

¹²⁴ José Alves dos Santos. Entrevista realizada em 07/08/2002.

Foto 8: Vista aérea parcial do bairro BNH 1º Plano no começo dos anos 70



Fonte: Coleção Luiz Antônio Alvares Gonçalves. Acervo do CDR/FCH/UFGD.

Entende-se, sobretudo, que, ao se autorizar o afastamento dos novos conjuntos habitacionais, o Poder Público estava induzindo o crescimento da cidade através de um planejamento urbano subscrito. Áreas da cidade foram designadas para a implantação dos projetos e, assim, os equipamentos públicos urbanos de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica e pavimentação asfáltica, bem como equipamentos públicos comunitários de educação, cultura, saúde e lazer seriam instalados nestas regiões com investimentos prioritariamente Federais. Ainda como consequência, a ligação destas áreas habitacionais à cidade produziria uma região parcialmente, ou potencialmente, com equipamentos e infraestrutura que valorizariam os lotes trazendo desenvolvimento para a cidade ou, sob a ótica pessimista, especulação imobiliária.

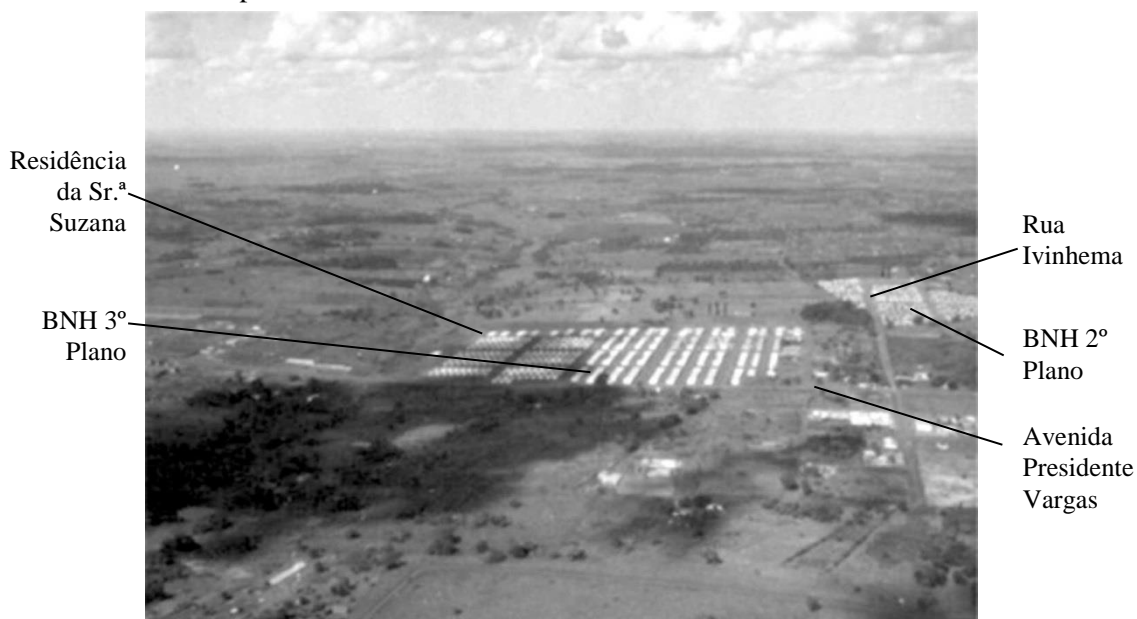
Enquanto a infraestrutura de ligação dos bairros à cidade não se consolidava, os moradores reclamavam do acesso e da distância. A Sr.^a Suzana Arakaki, que se mudou da região central de Dourados para o Bairro BNH 3º Plano com sua família, lembra como eram poucas as vias de acesso ao bairro, Fotos 9 e 10.

[...] eu lembro que quando a gente mudou para o BNH 3º Plano, naquela época eu trabalhava na cidade, era um matagal, você não conseguia vencer o 3º Plano, a Rua Bahia (atual Hayel Bon Faker), ela acabava ali mais ou menos na onde hoje é o presídio semiaberto (localizado na esquina da rua Ponta Porã com Hayel Bon Faker) e era mato, não tinha como você atravessar... então você tinha que ir pela Avenida Presidente Vargas porque a estrada de Itaporã já existia, ou você tinha que atravessar um matagal e ir pro

2º plano... era pela Presidente Vargas, era única rua que tinha de acesso, senão você tinha que... dando voltas ou atravessar pelo mato¹²⁵

Destaco nas Fotos 9 e 10 os caminhos que fazia a Sr.^a Suzana Arakaki entre o bairro BNH 3º Plano e o centro da cidade. Passar pela Rua Bahia (atual Hayel Bon Faker) não era possível devido ao mato; a opção era diretamente pela Avenida Presidente Vargas ou utilizando-se a Rua Ivinhema que passava pelo BNH 2º Plano, todavia a interligação entre os bairros BNH 2º e 3º Plano se dava através de matagais.

Foto 9: Vista parcial do acesso aos bairros BNH 2º e 3º Plano no final dos anos 70



Fonte: Arquivo pessoal de Manoel Frost Capilé

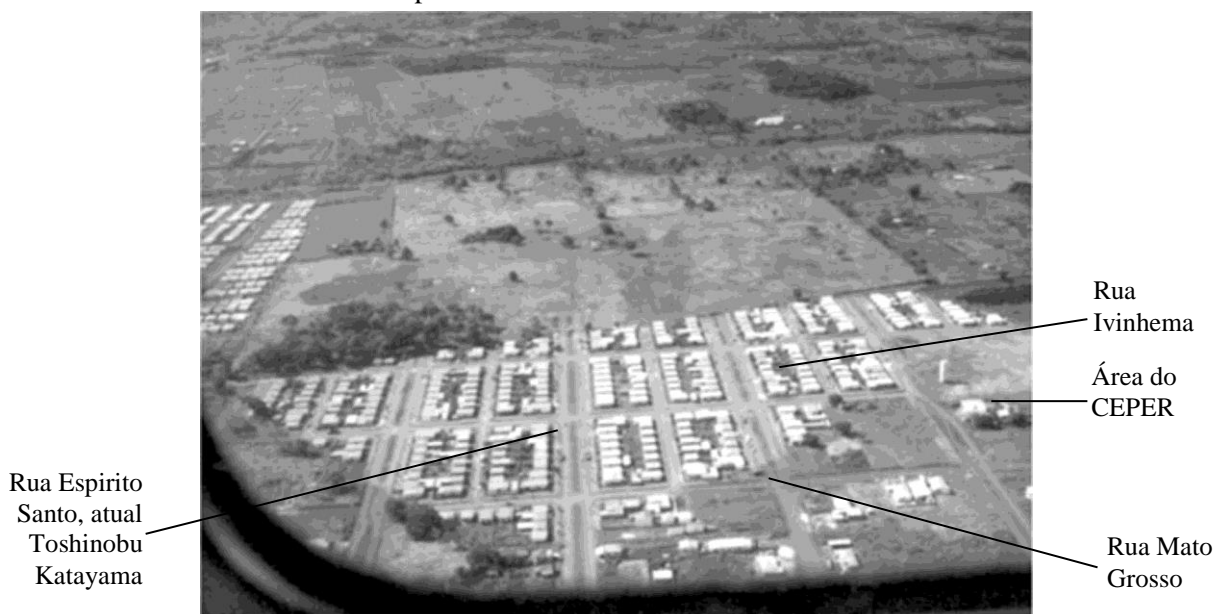
Observo na Foto 10 que os acessos do BNH 2º Plano ao centro da cidade se davam através da Rua Mato Grosso e da Rua Espírito Santo, atual Rua Toshinobu Katayama. Ainda destaco que no local onde se encontra a Caixa d'água, anos mais tarde foi construído o CEPER do 2º Plano (Centro esportivo e recreativo).

Nas Fotos 9 e 10 é possível constatar outra dimensão desse projeto. A vista aérea oferece uma visão de como, no momento da implantação desses BNHs, havia uma padronização, possibilita apreender, em seu conjunto, a dimensão das casas homogêneas, representada enquanto unidade pela Foto 7 em páginas anteriores e descrita pela Sr.^a Suzana Arakaki. Essa característica começa a ser alterada quase que imediatamente após a entrada dos moradores, que vão personalizando suas moradias a partir de suas necessidades e valores,

¹²⁵ Suzana Arakaki. Entrevista realizada em 01/03/2013.

quer pela ampliação, incorporando garagens e novos cômodos, quer pela modificação de suas fachadas.

Foto 10: Vista aérea parcial dos bairros BNH 2º e 3º Plano final dos anos 70



Fonte: Arquivo pessoal de Manoel Frost Capilé

O Sr. Lauro Joppert Swensson, vindo do estado do Paraná, também era morador do BNH – "Eu fui o primeiro morador do 3º Plano, eu fui o primeiro morador em 76 na segunda etapa a primeira etapa foi na parte de traz".¹²⁶ O entrevistado relata que neste período, logo que veio trabalhar na Universidade Estadual do Mato Grosso (UEMT), mudou-se para o BNH 3º Plano ainda no momento da entrega das primeiras casas, quando não havia pavimentação asfáltica.

Era interessante que ficava muito distante do centro e como não tinha asfalto aqui, o vento levava a poeira e todas as pessoas que moravam tinham a pele impregnada dessa terra oleosa. Todo mundo que pegava alguma coisa era sujo, e a tardezinha como tinha muito movimento vinha àquela poeira no 3º Plano, era uma nuvem de poeira, é uma característica da cidade, então consequentemente todas as roupas eram encardidas.¹²⁷

Maria José Martinelli Calixto conclui, através de sua pesquisa, que os BNH 1º, 2º e 3º Planos vão atender um migrante diferenciado, em especial quando comparado ao BNH 4º Plano, implantado anos mais tarde. A autora avaliou que os profissionais de nível superior, os

¹²⁶ Lauro Joppert Swensson. Entrevista realizada em 22/10/2014.

¹²⁷ Lauro Joppert Swensson. Entrevista realizada em 22/10/2014.

comerciantes e os funcionários públicos constituíam-se a maioria, conforme apresento na Quadro 1.

Quadro 1: Estratificação percentual das profissões dos primeiros mutuários nos BNH de Dourados

PROFISSÃO	BNH 1º PLANO	BNH 2º PLANO	BNH 3º PLANO	BNH 4º PLANO
Profissionais de nível superior (médico, engenheiro agrônomo, veterinário, professor, analista de sistemas, economista, advogado, , dentista, farmacêutico, bioquímico, assistente social, etc.)	28,63	29,17	37,98	8,90
Comerciantes	17,72	24,65	20,57	9,50
Profissionais de nível médio e inferior (mecânico, contador, topógrafo, comerciário, cozinheira, corretor de imóveis, cobrador, vendedor, motorista, escriturário, enfermeiro, policial, indústriário, construtor, costureira, confeitiro, radialista, encanador, técnico agrícola, garçom, desenhista, recepcionista, cabeleireira, carpinteiro, pintor, pedreiro, eletricitista, etc.)	17,64	23,61	18,36	53,10
Funcionários públicos (municipal, estadual ou federal)	14,2	2,78	7,59	14,20
Agropecuáristas	13,92	11,11	9,49	2,70
Bancários	3,48	4,17	4,11	7,70
Outros	4,41	4,51	1,90	3,90

Fonte: Cartório do 1º Ofício de Dourados
Org.: Maria José Martinelli Silva Calixto

Fonte: CALIXTO, M. J. M. S., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, p. 86

O perfil econômico diferenciado dos moradores dos conjuntos habitacionais BNH, confirmando a rentabilidade das profissões apresentadas no Quadro 1, também se encontra expresso na estratificação percentual da renda familiar em salários mínimos dos moradores, conforme apresento Quadro 2.

Quadro 2: Estratificação percentual da renda familiar mensal em salários mínimos dos moradores nos BNH de Dourados

N.º de salários	Conjunto habitacional			
	BNH 1º PLANO	BNH 2º PLANO	BNH 3º PLANO	BNH 4º PLANO
3 → 5	5,72	25,80	11,67	33,06
5 → 10	31,43	12,90	13,33	39,52
10 → 15	34,29	12,90	41,66	19,34
15 → 20	17,15	19,35	18,33	4,03
+ de 20	5,71	29,05	11,68	2,42
Não declarou	5,71	----	3,33	1,62

*Salário Mínimo – R\$ 130,00 (2º semestre - 1998)

Fonte: Pesquisa de campo

Org.: Maria José Martinelli Silva Calixto

Fonte: CALIXTO, M. J. M. S., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, p. 155

Consequentemente, nas proximidades dos BNH 1º, 2º e 3º Planos, houve um impacto positivo no desenvolvimento da região com a implantação de bairros procurados por pessoas também com maior renda familiar e, negativo, quando se considerada a especulação imobiliária desencadeada. Usufruindo-se dos equipamentos urbanos viabilizados pelo Poder Público, novos loteamentos são criados nessa área – é o caso da Vila Tonani, próxima ao Portal de Dourados.

A localização privilegiada do loteamento, advinda do conjunto de benfeitorias implementadas com a implantação dos conjuntos habitacionais (inclusive a pavimentação asfáltica das ruas de acesso e internas a partir de 1975), assegurou o preço elevado dos lotes, definindo assim, o perfil dos moradores que passaram a ocupar a área.¹²⁸

O setor imobiliário em Dourados exerce forte influência no processo de ocupação do espaço urbano nesse período. Na disputa dos interesses públicos e privados, a especulação imobiliária apropria-se dos investimentos em infraestrutura e equipamentos implantados pelo Estado valorando os lotes e imóveis dessa região, como conclui Maria José Martinelli Calixto.

Em Dourados, a partir da década de 1970, o processo de expansão territorial urbana ocorreu de forma acelerada, contudo, não contínua, expressando um parcelamento ou desmembramento de glebas transformadas em lotes urbanos, em decorrência dos interesses dos proprietários. Tais práticas caracterizam uma configuração urbana “desordenada”, advinda da “valorização” da terra urbana em face dos interesses imobiliários, ou seja, o processo de apropriação do espaço urbano pautou-se/pautou-se pela lógica dos interesses privados. Essa correlação ou articulação de interesses concretizam-se no espaço. Portanto, neste sentido, o grau de articulação entre o poder público e os interesses privados tem como cerne a garantia da propriedade privada¹²⁹.

Ainda no ano de implantação do BNH 3º Plano, aproveitando-se dos espaços entre os novos conjuntos habitacionais e na expectativa da infraestrutura que os mesmos trariam, o loteamento Portal de Dourados é lançado no jornal *O Progresso*, Figura 10. A Promarcos Empreendimentos e Participações Ltda anunciava a “última oportunidade de ser um dos privilegiados moradores do Bairro Nobre de Dourados, ou para fazer o melhor investimento do momento.”¹³⁰

¹²⁸CALIXTO, M. J. M. S., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, p. 260

¹²⁹CALIXTO, M. J.M., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, p. 243.

¹³⁰ Jornal *O Progresso*, 2 de agosto de 1977, p. 3.

Figura 10: Propaganda do loteamento Portal de Dourados



Fonte: Jornal *O Progresso*, 2/08/1977, p. 3

O anúncio ainda destacava que o loteamento já estava pronto para construir, dispunha de ruas pavimentadas com guias de sarjeta, iluminação pública com lâmpadas tipo vapor de mercúrio, rede elétrica, água potável – infraestrutura pouco existente até mesmo no centro da cidade.

As regiões próximas aos bairros BNH 1º, 2º e 3º Planos passam a segregar um grupo diferenciado na habitação em Dourados ao longo dos anos, Foto 11, como afirma Maria José Martinelli Calixto.

A partir da implantação dos conjuntos habitacionais, teve início a ocupação efetiva da porção norte da cidade por segmentos socioprofissionais de maior poder aquisitivo, processo que permaneceu e se reforçou no decorrer das décadas seguintes, 1980 e 1990, como um elemento básico na (re)definição da (re)estruturação urbana de Dourados. A porção norte da cidade passou a

ser ocupada preferencialmente tanto pela camada de maior poder aquisitivo como por segmentos socioprofissionais de nível médio, formando bairros como Portal de Dourados, Jardim Europa, Jardim Girassol, Vila Tonani I e II, dentre outros.¹³¹

Foto 11: Padrão ocupacional adjacente ao bairro BNH 2º e 3º Planos



Fonte: CALIXTO, M. J. M. S. *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, p. 93

Mario Cezar Tompes Silva, além de destacar o impacto dos conjuntos habitacionais para a moradia de Dourados, elege a construção financiada pelo BNH como uma importante estratégia para absorver a mão de obra vinda do campo para cidade nesse momento.

O processo de esvaziamento do campo e de transferência de enormes contingentes de população rural para as cidades que se verificou durante as décadas de 60 e principalmente de 70, foi um processo programado, fez parte de uma política industrial onde o SFH (Sistema Financeiro de Habitação) desempenhou o papel de instrumento operacionalizador. Os massivos investimentos em construção civil nas áreas urbanas, promovidos pelo BNH, possibilitaram a concentração de empregos não-especializados nas cidades, atraindo as correntes migratórias do campo e concentrando um fabuloso volume de mão de obra não-especializada e de baixo custo no espaço urbano, utilizado como atrativo para o avanço do processo de industrialização¹³².

O Sr. Pedro Gomes é um trabalhador entrevistado que representa esse fato no processo migratório para o urbano de Dourados nos anos 70 – ele conta que quando chegou à cidade foi trabalhar na construção civil dos conjuntos habitacionais BNH.

¹³¹ CALIXTO, M. J. M. S., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, p.159.

¹³² SILVA, M. C. T. da., *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*, p. 20.

[...] a cidade de Dourados não era uma cidade boa para trabalho porque era uma currutela, e eu, chegando do sítio, sem nenhum conhecimento... eu que cheguei, eu não tinha conhecimento e daí consegui um emprego na Construmat (Construmat Engenharia Comércio e Construção Ltda - empreiteira responsável pela construção dos bairros) ali no BNH 2º Plano foi o meu primeiro emprego como carpinteiro, depois, um pouco do pessoal começou o 3º Plano e a outra metade foi construir a Matel, que foi a primeira indústria frigorífica que entrou aqui em Dourados. Eu trabalhei nos dois bairros e lá no frigorífico e aí depois essa empreiteira o último serviço dela aqui em Dourados foi construir o BNH 4º Plano e depois o Campo Dourado... lá no Campo Dourado eu já trabalhei terceirizado¹³³.

Uma vez trabalhador rural, não possuía a qualificação para as profissões exercidas na cidade. Tão logo chegou à cidade, aprendeu o serviço de carpintaria e foi trabalhar na construção dos BNH enquanto Dourados crescia, desenvolvia-se e ainda propiciava trabalho através da requalificação da mão de obra do campo. O Sr. Pedro Gomes ainda descreve onde foi morar quando chegou a Dourados no começo dos anos 70.

[...] a primeira casa que eu construí, comprei o terreno e construí a casa foi ali na esquina do ginásio, na Rua Duque de Caxias, pelo meio da quadra era onde eu morava, eu comprei ali em 73 e construí, aí já teve uma valorização exuberante, em 1975 eu tinha pago dois milhões e quinhentos mil cruzeiros e construí a casa e depois dois anos e meio de morando na casa eu vendi ela por trinta milhões daí eu falei eu vou vende e vou comprar mais terra e daí comprei uma casa na Vila Mary e outra no Jardim Ouro Verde onde eu moro hoje, mas era tudo mato... coruja, tucano, tinha toda espécie inclusive de quadrúpedes tinha lobinho, era mato mesmo, a rua que chegava na minha casa era um trieiro isso em 75 para 76 da metade do ano para frente, Dourados desenvolveu de uma maneira assustadora.¹³⁴

O entrevistado destaca a valorização dos imóveis em Dourados que lhe permitiu, em três anos, negociar uma casa por dois imóveis, no entanto, um pouco mais afastados do centro da cidade, um na Vila Mary e outro no Jardim Ouro Verde. Observo que os operários da construção civil construía suas próprias estratégias de morar; enquanto seu padrão econômico não lhe permitia morar nos conjuntos habitacionais onde trabalhava e ajudava a construir, o Sr. Pedro Gomes, como exemplo, adquiriu um lote em um bairro com terrenos mais baratos e ele mesmo ergueu sua mordida, com a valorização do imóvel, vendeu e conseguiu adquirir dois outros em loteamentos mais afastados. O Sr. Pedro Gomes ressalta que tudo era mato, havia pássaros e animais e o acesso era através de um trieiro – sua casa localizava-se acima da Rua Monte Alegre, região pouco habitada naquele momento.

¹³³ Pedro Gomes Sobrinho Filho. Entrevista realizada em 02/03/2013.

¹³⁴ Pedro Gomes Sobrinho Filho. Entrevista realizada em 02/03/2013.

O Sr. José Soares de Mora, chegando a Dourados em 1975 e também teve o seu primeiro emprego na Construmat, período em que estava sendo construído o BNH 3º Plano; sobretudo, reforço a ideia da segregação sócio espacial que se formava na cidade naquele período. O Sr. José Soares de Mora chegava da zona rural, sem qualificação para as atividades desenvolvidas na cidade, comprou um terreno e foi morar no Parque das Nações II.

[...] quando eu vim comprar eu vim comprar no 1º Plano mas quando eu cheguei lá o corretor era um tal de Pitu. Oh seu Mora, já acabou, mas daqui dois meses vai abrir ali o 2º Plano, mas eu já vou colocar o nome do senhor. Eu falei vou compra um terreno para mim... O terreno era barato aqui eu paguei nove conto, para lá (aponta para o lado do centro) era mais caro... daí de repente com dez anos expandiu tudo hoje não se encontra mais um terreno vazio e se encontra é setenta oitenta, não foi fácil mas a dificuldade logo passa né.¹³⁵

O Sr. Adão José de Carvalho, que comprou um terreno no bairro Parque das Nações II, fala da distância desse bairro em relação ao centro da cidade e se recorda do tempo que permaneceu sem infraestrutura. Ele ainda achava que não se formaria um bairro ali, pois próximo existia outro bairro pouco habitado.

Eu fui em 1981, não tinha energia, a gente comprou um terreno ali, quando estava mais ou menos na metade da venda dos terrenos a gente comprou, eu falei para minha falecida esposa, naquele tempo falei:- ali é o seguinte não vai formar vila, ali tem a Vila Guarani antes, e agora vai outra vila mais para lá se acha que vai. Quando chegou mais ou menos na metade da venda do segundo plano a gente comprou um terreno, construiu uma casinha de madeira e não tinha energia era lamparina a gente mudou para lá em 81 não tinha energia.¹³⁶

O bairro Parque das Nações II já se encontrava quase todo loteado, no entanto, ainda não havia esgotamento sanitário, galerias de água pluvial, meio fio, luz elétrica e asfalto, enfim, não possuía infraestrutura e equipamentos necessários para moradia. Mário César Tompes da Silva esclarece que é nesse momento, nos anos 70, que surgem os bairros periféricos e elege o Parque das Nações I e II e o Jardim Água Boa como regiões representantes da segregação social em Dourados.

Os marcos mais importantes desse processo de separação e segregação das classes subalternas na periferia urbana foram três loteamentos de grande porte – Água Boa e Parque das Nações I e II – que foram concebidos especificamente para atender à população de baixa renda, da própria cidade,

¹³⁵ José Soares de Mora. Entrevista realizada no dia 04/03/2026.

¹³⁶ Adão José de Carvalho. Entrevista realizada em 06/03/2016.

e à recém-chegada, constituída por levas de ex-colonos expulsos pela marcha inexorável da soja¹³⁷.

Maria José Martinelli Calixto constata que aqueles excluídos no processo de transformação dos anos 70, migrantes da zona rural, também ficam excluídos dos espaços e condições adequadas de moradia na cidade de Dourados.

[...] os conjuntos habitacionais implantados pelo BNH em Dourados na década de 1970, mais especificamente o 1º, o 2º e o 3º Planos, surgiram com o objetivo de atender à demanda por moradia da mão de obra mais qualificada ou de um novo tipo de morador, restando aos excluídos do processo de transformação vivido pelo meio rural (o pequeno produtor, o trabalhador rural) a ocupação de áreas afastadas e desprovidas de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos básicos¹³⁸.

Assim, migrando do campo, esses trabalhadores não se encontram preparados para o desenvolvimento das atividades laborais da cidade, não obstante, possuem baixa escolaridade e pouco, ou quase nada, de recursos financeiros para a aquisição de imóveis mais próximos ao centro da cidade. Sobretudo, as atividades que exigem menor qualificação são pouco remuneradas e, naquele momento, estavam ligadas principalmente aos serviços da construção civil – como consequência, resigna-se este grupo a uma segregação formalizada pela distância, preço, infraestrutura e equipamentos comunitários precários que servem a esses imóveis.

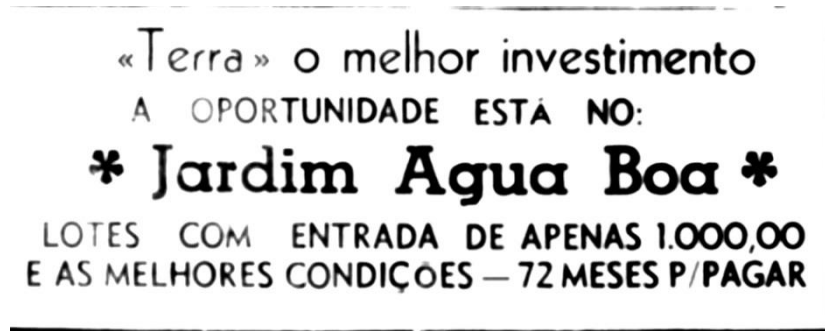
Aos bairros afastados, e também caracterizados como moradia do grupo social de baixa renda, não havendo equipamentos públicos urbanos de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica e pavimentação asfáltica, assim como equipamentos públicos comunitários de educação, cultura, saúde e lazer, esvaem-se as esperanças, enquanto se passa o tempo de espera pela melhoria na infraestrutura básica.

Aos citados Jardim Ouro Verde, Jardim Itália, Jardim Flórida, somo agora o Parque das Nações I e II e o Jardim Água Boa. Em 1977 o loteamento Jardim Água Boa estava sendo publicitado para venda, destacando que terra é o melhor investimento, como reportado no jornal *O Progresso*, Figura 11.

¹³⁷SILVA, M. C. T. da., *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*, p. 220.

¹³⁸CALIXTO, M. J. M. S., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, p. 78.

Figura 11: Propaganda da Imobiliária Rigotti para venda de terrenos.



Fonte: Jornal *O Progresso*, 26/04/1977

A família do Sr. Aroldo Diniz vieram da zona rural da vizinha cidade Caarapó e, aproveitou a oportunidade para comprar um terreno nesse bairro novo, ainda pouco habitado.

Em 76 deu uma geada eles eram cafeicultor perderam a plantação com a geada e daí vieram aqui para cidade, isso era 76, cidade bem pequena né, Dourados mesmo era pequeno, a gente falava que era campo de guavira¹³⁹, da W 12 (nome da rua) pra cá assim era só guaviral, da 12 pra baixo tinha uma casa lá, outra cá, era só guaviral, mas antes era assim, a gente chamava campo de guaviral... Eu recordo que a gente quando morava ali no jardim Água Boa luz só tinha até a rua Palmeira aí meu pai a gente tinha lampião... Tinha asfalto só até na Moreninha W 1(Uma lanchonete W 1). Só tinha asfalto ali até ali, da Rua Araguaia pra baixo não tinha asfalto nenhum nem na Rua Bahia nem na Bela Vista.¹⁴⁰

O Sr. Aroldo Diniz mudou-se para Dourados no ano de 1976 e lembra que o entorno do bairro onde foi morar era somente plantação de soja.

[...] Porque quando ele saiu lá do sítio ele veio aqui para cidade na época estava loteando o Jardim Água boa daí ele chegou ali tava começando construir uma casa lá, ele perguntou se o homem vendia, ele falou: vendo, daí ele comprou. O pessoal que loteou ali foi o pessoal dos Rigotti. Era soja, era soja, sojão era ali do começo da Vila Adelina da W 8 ia até na chacinha dele ali, eles plantavam soja até ali na beirada da bela vista margeando a bela vista ali. Na Bela Vista até a Cafelândia foi o primeiro lugar que foi loteado... depois de muito tempo foi tudo loteado.¹⁴¹

O Sr. José Barbosa da Silva, que se mudou para Dourados em 1977, vindo da zona rural da cidade de Glória de Dourados, relata o morar no Jardim Água Boa naquele momento.

Dourados naquela época, olha, nós moramos ali perto do Maria da Glória (escola da cidade) naquele tempo quando formava uma chuva, daí ficava

¹³⁹ Campo de guavira, além de caracterizar a existência de planta nativa existente a região com fruto comestível, regionalmente é utilizado para indicar área de mato baixo, que nunca foi lavrada, sem edificação.

¹⁴⁰ Aroldo Diniz. Entrevista realizada em 06/03/2016.

¹⁴¹ Aroldo Diniz. Entrevista realizada em 06/03/2016.

aquele tempo, ficava tudo vermelho Dourados. É ali eu morava no W-5 (rua da cidade) tinha uns caras que trabalhava com aqueles caminhões de carregar boi, quando chovia eles iam pra frente pra trás para poder sair do barro, quando secava ficava aqueles buraco assim, passava de bicicleta só faltava tampar o pneu da bicicleta.¹⁴²

Inicialmente o Sr. José Barbosa da Silva alugou um imóvel, e dois meses depois conseguiu comprar uma casa no mesmo bairro, porém, mais próximo à região central da cidade.

Eu cheguei aqui, eu aluguei uma casa, mas só foi por dois meses, aluguei a casa mais não aguentei não, paguei dois meses de aluguel falei não, não quero mais não, daí troquei o carro numa casa lá no Maria da Glória (escola da cidade), daí naquele tempo tinha um asfalto só até lá naquele posto da Rua Bahia era só uma pista só né, e tinha asfalto ali, daí eu mudei, troquei, lá na Rua Palmeira da sete quadras do hospital Evangélico, daí já diminuiu, vinha de lá até na Rua Bahia né, daí pegava o asfalto, daí um começou na escola o outro começou trabalha numa loja fazendo o pacotinho, o outro pegou serviço no escritório e foram assim, tem um que trabalhou no Bradesco.¹⁴³

Morar e viver para o Sr. José Barbosa da Silva, em sua narrativa, está associado à disponibilidade de escola próxima para os filhos, de hospital, de trabalho, do afastamento até a região central da cidade e a distância até a rua com pavimentação asfáltica. Sua preocupação remete-se aos filhos e à distância ao acesso à educação, à saúde e ao trabalho: um estuda e outros trabalham. Quando indagado do que ele foi trabalhar na cidade, responde:

É de carpinteiro, pedreiro, fazia tudo, pegava a casa e deixava pronta, de tudo eu fazia menos pintura, mais o resto, eu fazia. Daí depois os menino foram crescendo eles trabalhava, no começo eles trabalhava comigo né, depois eles pegaram serviço no escritório.¹⁴⁴

Ao Sr. José Barbosa da Silva que chegou a Dourados sem as qualificações necessárias para as atividades da cidade, restou os serviços na construção civil; já aos filhos, novas oportunidades surgiram – os estudos, o trabalho na loja, no escritório e no banco. Trata-se, portanto, de uma geração que na cidade, apesar das dificuldades, viram suas perspectivas profissionais se ampliar.

¹⁴² José Barbosa da Silva. Entrevista realizada em 09/05/2002.

¹⁴³ José Barbosa da Silva. Entrevista realizada em 09/05/2002.

¹⁴⁴ José Barbosa da Silva. Entrevista realizada em 09/05/2002.

O Sr. Ozeias Marcondes, morador de outra região da cidade de Dourados, em um bairro próximo ao Jardim Água Boa, o Jardim Santo André, com lote em condição topográfica desfavorável, relata como eram as condições do bairro.

Era tudo mato ali entendeu, era uma região ali tudo de mato não tinha asfalto era tudo brejo entendeu. Na verdade era brejo aquela piçarra escura, tinha aquelas taboa ali até ali onde a mãe mora ali tinha aquelas taboa que dá aqueles pendões que solta assim tipo algodão doce que solta assim era tudo assim aquela região ali. Naquela região ali muitas vezes quando chovia por não ter esgoto, os encanamentos de esgoto eram feito tudo na rede pluvial de chuva e acabava voltando, enchia as redes de esgoto e voltava para casa, às vezes as pessoas não tinha condições de fazer fossa mandava para o esgoto na galeria de água e daí quando chovia enchia muito voltava pra dentro das casas. Era difícil. Na casa assim, bem fraquinha, de tábuas, era uma região muito baixa ali também, inundava todas as casas ali praticamente inundava ali naquela região ali. Com o tempo foi abrindo rua fazendo saneamento esgoto, mesmo assim tinha pessoa que não tinha condição financeiramente de construir fazer uma casa mais alta quando vinha a chuva a água batia, entrava dentro e acabava inundando, entendeu¹⁴⁵

Essa área do Jardim Santo André possui uma topografia desprivilegiada para a moradia, com área de várzea, que hoje faz divisa com uma reserva ambiental, encontra-se em terrenos abaixo do plano definido como a primeira delimitação das quadras de Dourados.

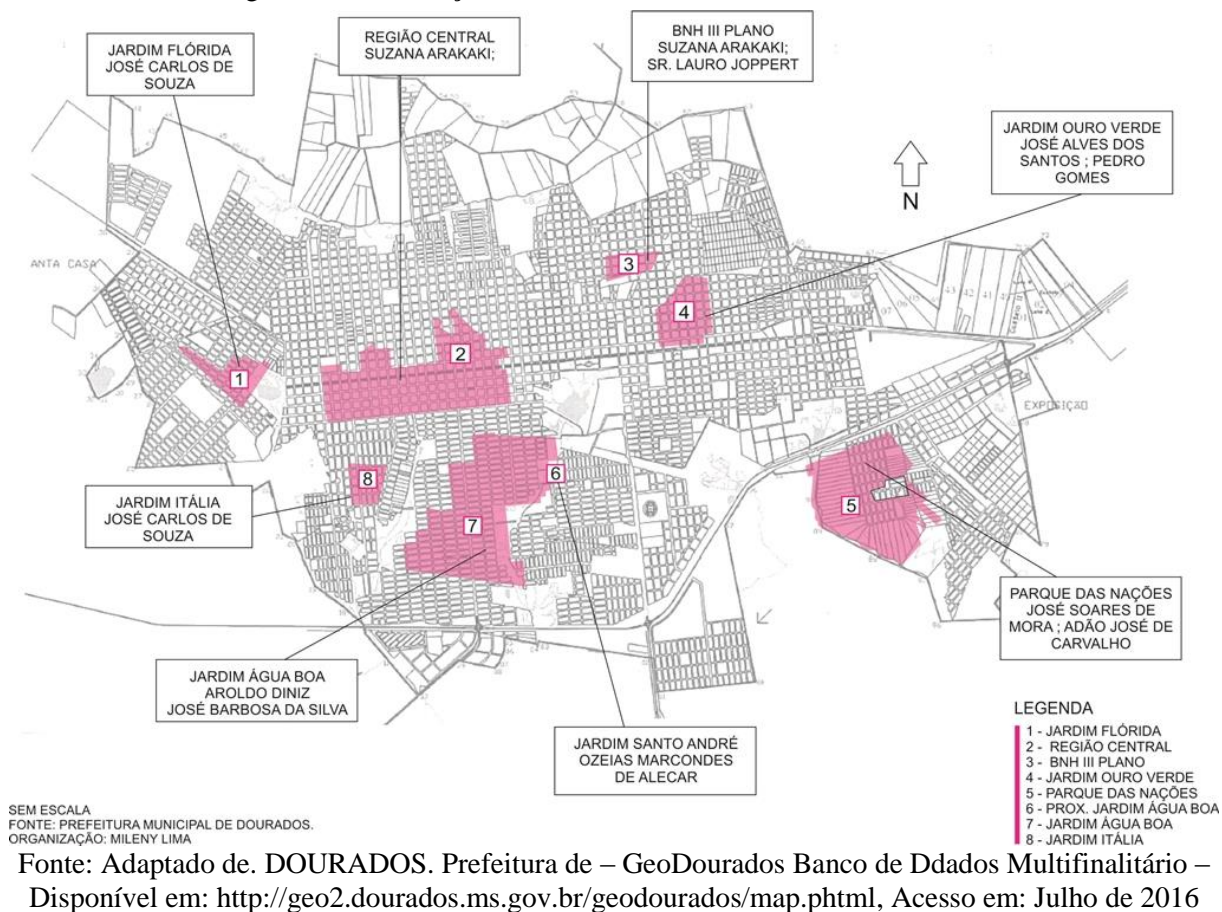
A narrativa do Sr. Ozeias Marcondes demonstra um tempo de dificuldades devido à localização da casa de sua mãe, o que se podia avistar ao redor do bairro e da casa onde residia era taboa, tipo de planta que nasce em região de brejo, diferente dos outros bairros onde havia plantações de soja. O bairro em questão é o Jardim Santo André, uma de suas áreas era imprópria para moradia, pois, próximo à região de brejo, em dias de chuva um grande volume de água escorria pela rua e entrava em sua casa.

Considerando a Figura 12, localizo os bairros onde moravam os entrevistados citados neste capítulo. Indico o Jardim Ouro Verde, em que morei com meu pai, o Sr. José Alves dos Santos, bairro onde também já morava o Sr. Pedro Gomes. Na região central morava a Sr.^a Suzana Arakaki, que depois se mudou para o BNH 3º Plano, onde também morou o Sr. Lauro Joppert Swensson. O Sr. José Soares de Mora, que ajudou na construção dos conjuntos habitacionais BNH, morava no mesmo bairro afastado que o Sr. Adão José de Carvalho, chamado Parque das Nações. Indico também o Jardim Itália, bairro de minhas tias, onde morava o Sr. José Carlos da Silva que se mudou para o Jardim Flórida onde também residia a

¹⁴⁵ Ozeias Marcondes de Alencar. Entrevista realizada em 02/11/2015.

minha avó. No Jardim Água Boa os Srs. Aroldo Diniz e José Barbosa da Silva residiam na década de 70 onde, na sua proximidade, também morou o Sr. Ozeias Marcondes de Alencar.

Figura 12: Localização dos bairros onde moravam os entrevistados



Na fala do Sr. Ozeias, a melhoria veio com o tempo, descrita através da abertura de ruas e da implantação do sistema de esgoto e galeria de água pluvial, condição indispensável para melhoria da qualidade de vida de sua família. Ele lembra que ainda criança brincava com os amigos nos tubos da galeria de água pluvial que estava sendo construída.

A galeria de água é bem antiga fizeram na Palmeira até no córrego ali embaixo e daí despejava no córrego, a gente fazia uma brincadeira que era até arriscada, ali na frente ali da Palmeira, esquina com a Vereador, a gente brincava ali pra tudo quanto é canto, tinha uma galeria aberta ali, os tubos era bem grandão, a gente entrava ali e ia andando nele até no corguinho e perigo de uma cobra, e moleque não vê perigo, saía um na frente os outros ia atrás até sair lá no rio. Ali na esquina ali da Humaitá com a Álvares Brandão, ali tinha um lugar ali que tinha tipo aquelas taboa e uns matos bem macio, aquela época era época do tarzam tinha um monte de árvore a gente amarrava umas cordas e brincava lá era a selva, ficava pulando de uma árvore para outra. E daí foi se modernizando um cara comprou lá aterrou loteou, mesmo assim ficou um terreno vazio daí a gente comprou uns seis metros de areia e esparramou lá fez um campinho de vôlei e futi areia e

ficava brincando lá toda tarde juntava uns trinta moleques ali e ficava brincando.¹⁴⁶

A galeria retratada pelo Sr. Ozeias refere-se ao sistema de drenagem de água pluvial daquela região que desaguava em um varjão próximo a sua casa, de onde se retirava argila para a fabricação de tijolos e onde, anos mais tarde, foi construído o lago do Parque Arnulpho Fioravante. Em sua fala, o Sr. Ozeias apresenta as mudanças dos espaços a sua volta – do mato, da taboa, do vazio aos loteamentos que, sobretudo, estavam ligadas as suas experiências de infância, do inventar e reinventar das brincadeiras com as alterações dos espaços da cidade.

Muitos entrevistados referem-se ao acolhimento como um diferencial dos bairros que se formavam naquele momento, é como relata Sr. Lauro Joppert.

[...] a sociabilidade foi também uma outra característica... Essa sociabilidade é o seguinte, qualquer sociedade quer queira quer não, nós dependemos dos outros e grande parte da sociedade douradense não tinha laços de família eles começaram a formar as famílias aqui. Interessante umas histórias do 3º Plano, todos que vieram para o 3º Plano sem famílias, e eles começaram a formar família na mesma época, então, minha filha, por exemplo, saía de manhã ia para casa dos vizinhos brincar e etc, eles vinham para nossa, existia aí no início características de cidade pequena, às vezes na hora do almoço chegava uma criança do vizinho falava “oh, tia, vim almoçar aqui”, eles brincavam na rua, foram características que nós perdemos. Na década de setenta o meu vizinho era o meu irmão.

As relações de amizade e companheirismo se estabeleciam no bairro, substituindo os familiares distantes. O vizinho acabava tornando-se irmão, as crianças brincavam nas ruas, e o bairro também era sossegado e seguro. Os entrevistados retratam Dourados dos anos 70 como pacata e tranquila onde havia sociabilidade nas relações entre os vizinhos. Para o BNH 3º Plano, em especial, todos mudaram quase ao mesmo tempo, todas as casas foram entregues e todos se tornaram recém-vizinhos, o que facilitou ainda mais o estabelecimento dos laços de amizade.

Pierre Mayol escreve sobre a relação entre as pessoas e sobre o habitar no bairro.

Quanto ao bairro, ele é também o lugar de uma passagem pelo outro, intocável porque distante, e no entanto passível de reconhecimento por sua relativa estabilidade. Nem íntimo, nem anônimo: vizinho. A prática do bairro é desde a infância uma técnica do reconhecimento do espaço enquanto social; deve-se, então, tomar aí o seu lugar:... Assinatura que atesta uma origem, o bairro se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo

¹⁴⁶ Ozeias Marcondes de Alencar. Entrevista realizada em 02/11/2015.

de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública.¹⁴⁷

Entendo que essas relações de sociabilidade transcendem ao material, ao concreto, ao aço e aos tijolos, para a construção de sentimentos de pertencimento ao bairro, à paisagem e, em especial, à cidade. O Sr. Antônio Braz Genelhu Melo veio do estado do Rio de Janeiro com sua esposa para trabalhar como engenheiro na construção das galerias de água que começavam ser executadas na área central da cidade naquele momento e destaca as relações de sociabilidade quando chegou a Dourados no ano de 1973.

[...] quando eu cheguei aqui, o seu vizinho virava o seu irmão, todo mundo vinha de fora, isso para mim foi muito importante, aqui eu tinha condição de pedir uma colher de café para o meu vizinho isso daí eu acho que faz com que Dourados tenha um calor mais humano, isso faz com que a gente se aproxima mais.¹⁴⁸

Os migrantes que chegavam à cidade a partir dos anos 70 podem ser divididos em duas categorias quanto a sua qualificação técnica. Uma delas refere-se àqueles que vinham para trabalhar como mão de obra especializada, sendo eles técnicos agrícolas, engenheiros, médicos, professores, e outras profissões relacionadas à agricultura mecanizada, como manutenção de máquinas, por exemplo. Outra categoria refere-se aos migrantes do campo, sem as devidas qualificações exigidas pelo mercado de trabalho local da cidade.

Assim, os migrantes, quais fossem eles, técnicos especializados ou oriundos da zona rural desqualificados para os labores da cidade, encontram na Dourados dos anos 70 acolhimento, formavam e constituíam a cidade, e assim, no Parque das Nações ao Jardim Flórida, do BNH 3º Plano ao Jardim Água Boa foram construindo o seu próprio morar e viver o urbano.

Pierre Mayol, quando escreve sobre as relações que se estabelecem no bairro, explica o conhecimento e o reconhecimento nos espaços da cidade.

A cidade, é no sentido forte, “poetizada” pelo sujeito: este a re-fabricou para o seu uso próprio desmontando as correntes do aparelho urbano; ele impõe à ordem externa da cidade a sua lei de consumo de espaço. O bairro é, por conseguinte, no sentido forte do termo, um objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo da privatização do espaço público. Aí se acham reunidas todas as condições para favorecer esse exercício: conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio

¹⁴⁷ CERTEAU, M.; G., L.; MAYOL, P., *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar e cozinhar*, p.44.

¹⁴⁸ Antônio Braz Genelhu Melo. Entrevista realizada em 23/11/2015.

território (etologia), tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o *lugar de um reconhecimento*.¹⁴⁹

Dessa maneira, as pessoas vão consumindo a cidade na medida em que não só se apropriam dos espaços, mas os consomem e se reconhecem neles. Assim, um tubo de galeria de água em um bairro significa uma infraestrutura para a cidade, mas também a proteção contra alagamento para a dona de casa, uma brincadeira divertida de uma criança, ou ainda a qualidade de vida aos moradores de um bairro.

Por fim, o contingente de pessoas que chegavam à cidade, motivadas especialmente pelas novas perspectivas de trabalho, constituía uma cidade segregada socialmente e desorganizada territorialmente. O crescimento de Dourados e a criação dos seus bairros nos anos 70, reconstruídos neste capítulo pelas experiências do morar e viver dos entrevistados, pelas fotos e pelo jornal, é marcado pelo Plano de Complementação Urbana da cidade de Dourados, desenvolvido pelo engenheiro civil, arquiteto e urbanista Jaime Lerner, assunto que apresento no item a seguir.

2.2. Novas perspectivas para a cidade – 1979 e o Plano de Complementação Urbana

O planejamento da cidade, princípio de qualquer ação urbanística, fundamenta-se no conhecimento e na vivência do projetista, nos referenciais teóricos e, acima de tudo, na sua concepção de cidade. Jaime Lerner, com formação em engenharia civil e arquitetura urbanística, identifica a cidade como um sonho coletivo que deve ter o envolvimento de seus habitantes.

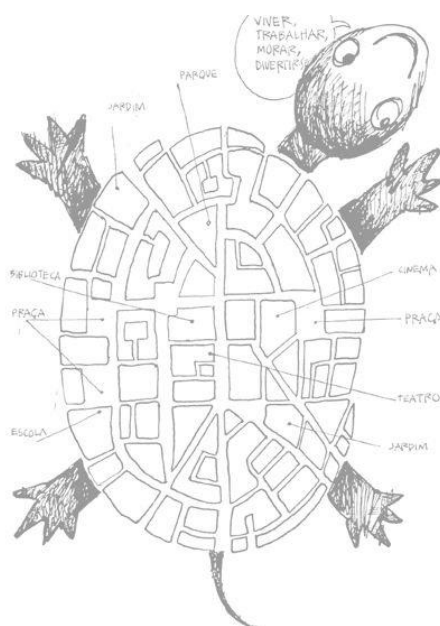
Finalmente, a cidade é um sonho coletivo. Construir esse sonho é vital. Sem ele, não haverá o envolvimento essencial de seus habitantes. Portanto, aqueles responsáveis pelos destinos da cidade precisam desenhar cenários claros – cenários que sejam desejados pela maioria, capazes de motivar os esforços de toda uma geração.¹⁵⁰

¹⁴⁹ CERTEAU, M.; G., L.; MAYOL, P., *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar e cozinhar*, p.45.

¹⁵⁰ Jaime Lerner Arquitetos Associados. Disponível em <http://www.jaimelerner.com/escrit%C3%B3rio.html>, Acesso em: em 14 de abril de 2016.

Para Lerner, a cidade deve ser vista “como uma estrutura integrada de vida, trabalho e mobilidade, juntos.”¹⁵¹ Em seu site, já na abertura, Jaime Lerner apresenta o modelo ilustrativo da cidade como uma tartaruga, Figura 13. A tartaruga é descrita como um ser que "vive, trabalha, mora e diverte-se" no mesmo lugar; seu casco representa as divisões de uma cidade com suas ruas e equipamentos públicos integrados. Segundo o Urbanista, quebrando-se o casco da tartaruga, dividindo-se os objetivos integrados da cidade, mata-se a cidade.

Figura 13: Ilustração do modelo da cidade concebida por Jaime Lerner



Fonte: Jaime Lerner Arquitetos Associados. Disponível em <http://www.jaimelerner.com/escrit%C3%B3rio.html>, Acesso em: 14 de abril de 2016.

Giulio Carlo Argan sugere a função do urbanismo na arquitetura e apresenta uma proposta para a maneira como este deve trabalhar com os valores urbanos. Para ele, historiador de arte, o urbanista trabalha com a administração dos valores urbanos, compostos por uma cidade real, uma sociedade real e indivíduos reais, homens e mulheres que transitam e relacionam-se neste espaço.

Mas, como essa interpretação individual do espaço urbano pode interessar ao urbanismo... Por ora, basta observar que nenhuma análise sociológica pode ser seriamente efetuada, se não tiver por base a análise psicológica e que, portanto, o estudo da experiência urbana individual é o princípio de qualquer pesquisa sobre os modos de vida urbana de uma sociedade real. Como toda

¹⁵¹ Jaime Lerner Arquitetos Associados. Disponível em <http://www.jaimelerner.com/escrit%C3%B3rio.html>, Acesso em: 14 de abril de 2016.

disciplina, também o urbanismo deve começar delimitando seu campo de pesquisa, seu objeto, seus materiais, e esse campo não pode ser a cidade ideal feita por uma sociedade ideal composta por indivíduos ideais. A tarefa do urbanismo não é projetar a cidade do futuro, mas administrar no interesse comum um patrimônio de valores, econômicos, por certos, pois o terreno é um bem que deve render (conquanto não possa ser explorado), mas também históricos, estéticos, morais, coletivos e individuais, devidamente reconhecidos e inventariados, ou sedimentados, latentes no inconsciente. Queremos tentar uma definição dessa disciplina flutuante entre estética e sociologia, economia e política, higiene e tecnologia, eu sugeriria a seguinte: o urbanismo é a ciência da administração dos valores urbanos¹⁵².

José Afonso Silva, em seu livro *Direito Urbanístico Brasileiro*, apresenta os problemas gerados pela urbanização das cidades, para depois tratar dos mecanismos jurídicos para organizá-la.

A urbanização gera enormes problemas. Deteriora o ambiente urbano. Provoca a desorganização social, com carência de habitação, desemprego, problemas de higiene e de saneamento básico. Modifica a utilização e transforma a paisagem urbana. A solução desses problemas obtém-se pela intervenção do Poder Público, que procura transformar o meio urbano e criar novas formas urbanas.¹⁵³

No Plano de Complementação Urbana, desenvolvido por Jaime Lerner e sua equipe, continha as propostas dos Projetos CURA 1, 2, 3 e 4; e delas pudemos obter informações sobre o levantamento socioeconômico e a caracterização físico-urbanística de Dourados nesse período. A pesquisa socioeconômica de campo foi realizada em 1978 levantando elementos como o nível de distribuição de renda familiar, as aspirações da população residente, as condições de ocupação das moradias, o tamanho da família, o número de pessoas que trabalha e a população atual residente. Esse levantamento foi realizado pelas equipes da Administração Municipal e possibilitou avaliar as deficiências das redes de infraestrutura e de equipamentos, ou seja, das instalações públicas ou privadas tais como hospital, clube, rodoviária, cemitério, estádio, parque de exposição, faculdade, escolas particulares, estaduais e municipais e praças.

Jaime Lerner, para o desenvolvimento do Plano de Complementação Urbana, considerou o aumento da população devido ao crescimento vegetativo e ao fluxo migratório a partir dos dados do Censo Demográfico de 1970, como descreve em seu trabalho. O projeto considerou um aumento de 46% da população urbana de Dourados desde o Censo de 1970 até o início dos seus trabalhos em 1977, quando considera a população de Dourados igual a 54.000 habitantes, estimando uma taxa de crescimento populacional rural de 1,3% ao ano,

¹⁵² ARGAN, G. C., *História da arte como história da cidade*, p. 233.

¹⁵³ SILVA, J. A., da., *Direito Urbanístico Brasileiro*, p. 27.

10,8% ao ano para a área urbana e 9,8% como sendo o índice de crescimento populacional total.

O distrito-sede contava, então com 31.528 habitantes, dos quais 82% na área urbana. Cerca de 57% da população residente no município, em 1970, era procedente de outros estados. A população economicamente ativa estava ocupada, em sua maioria (64,5%) no setor primário.¹⁵⁴

Um indicador do crescimento da cidade de Dourados utilizado naquele momento foi o número de construções licenciadas pela Prefeitura entre 1970 e 1975 por 1.000 m²: em 1970 houve 26 obras autorizadas, enquanto que essa quantidade passou para 103 em 1975¹⁵⁵; representando um aumento de 285% das obras autorizadas em cinco anos.

Jaime Lerner observou os problemas provocados pelo aumento das edificações urbanas sem a existência de uma lei de uso do solo para a organização dos espaços na cidade. "Esse tipo de expansão, além de desorientar o poder público na implantação de infraestrutura, deu-se à custa da destruição de áreas verdes outrora existentes, gerando uma carência de espaços destinados à recreação".¹⁵⁶

As consequências do uso do solo sem a ordenação através de uma lei, apresentadas por Jaime Lerner, sobretudo, foram verificadas no cenário nacional no período de 1960 e 1996, como observado no Estatuto da Cidade.

A urbanização vertiginosa, coincidindo com o fim de um período de acelerada expansão da economia brasileira, introduziu no território das cidades um novo e dramático significado: mais do que evocar o progresso e o desenvolvimento, elas passam a retratar - e reproduzir - de forma pragmática as injustiças e desigualdades da sociedade [...] Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infra-estrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso às oportunidades de trabalho, cultura e lazer.¹⁵⁷

O problema da ociosidade dos terrenos nas áreas próximas ao centro da cidade é constatado e apresentado por Jaime Lerner no levantamento físico urbanístico mais detalhado efetuado para os projetos CURA, que foram desenvolvidas para áreas específicas da cidade.

As regiões delimitadas pelo Projeto CURA são apresentadas na Figura 14. Para cada uma das Áreas 1, 2, 3 e 4, a equipe de projeto levantou a condição de ocupação da moradia e os melhoramentos necessários na opinião dos moradores da região abrangida.

¹⁵⁴ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 9.

¹⁵⁵ Dados disponíveis em: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 12.

¹⁵⁶ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 13.

¹⁵⁷ ESTATUTO da Cidade: *Guia para implementação pelos municípios e cidadãos*, 2002, p. 23.

Figura 14: Delimitação das áreas dos Projetos CURA 1, 2, 3 e 4



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: Plano de Complementação Urbana, 1978.*

Na Tabela 3, apresento a distribuição percentual das faixas de renda para cada uma das Áreas delimitadas pelo Projeto CURA. Destaco na Tabela 3 que o Projeto CURA 2 abrangia as famílias de menor renda, ou seja, 60% das residências encontravam-se com renda até 3 Salários Mínimos de Referência (SMR). Por outro lado, o Projeto CURA 1, 3 e 4 abrangiam famílias com renda superior a 9 SMR, com 11%, 13% e 9% respectivamente, enquanto que, em todas as áreas do Projeto CURA, a grande maioria, ou seja, mais de 73%, encontravam-se com renda inferior a 6 SMR.

A Tabela 4, por sua vez, retrata a distribuição percentual da condição da moradia por faixa de renda familiar em cada uma das Áreas delimitadas pelo Projeto CURA. Nessa tabela destaco que o maior déficit de moradia encontrava-se na Área do Projeto CURA 3, onde 42% das famílias moravam em casas alugadas, refletindo a situação das famílias com renda até 3 SMR, 47%, e as famílias com renda superior a 12 SMR, 50%. Outro dado que ressaltar refere-se às famílias da Área do CURA 2 – região com maior índice médio de residência própria, 64% e, onde as famílias com renda entre 6 e 12 SMR já adquiriam sua casa.

Tabela 3: Distribuição percentual das faixas de renda nas Áreas do Projeto CURA por moradias em 1978

Faixas de Renda (SMR)	CURA 1		CURA 2		CURA 3		CURA 4	
	Relativa	Acumulada	Relativa	Acumulada	Relativa	Acumulada	Relativa	Acumulada
Até 3	43	43	60	60	38	38	45	45
3 a 6	34	77	32	92	35	73	33	78
6 a 9	12	89	6	98	14	87	13	91
9 a 12	4	93	1	99	7	94	5	96
Mais de 12	7	100	1	100	6	100	4	100
TOTAL	100	-	100	-	100	-	100	-

Fonte: Adaptado de JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados*: Plano de Complementação Urbana, 1978.

Tabela 4: Distribuição percentual da condição da moradia por faixas de renda familiar nas Áreas do Projeto CURA em 1978

Faixas de Renda (SMR)	MORADIA PRÓPRIA Projeto CURA				MORADIA ALUGADA Projeto CURA				MORADIA CEDIDA Projeto CURA			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Até 3	55	51	61	60	35	45	47	36	10	4	2	4
3 a 6	59	79	50	57	38	19	36	40	3	2	4	3
6 a 9	70	100	63	48	27	-	42	48	3	-	5	4
9 a 12	86	100	67	83	14	-	33	17	-	-	-	-
Mais de 12	76	50	50	40	24	50	50	53	-	-	-	7
TOTAL	61	64	55	58	34	33	42	38	5	3	3	4

Fonte: Adaptado de JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados*: Plano de Complementação Urbana, 1978.

A equipe de desenvolvimento do Plano de Complementação Urbana, assessorado por técnicos da Prefeitura de Dourados, levantou e escalonou as prioridades para as melhorias para cada Área do Projeto CURA, conforme Tabela 5. Na Área 1, as prioridades foram pavimentação, água encanada e iluminação pública, enquanto que na Área 2 foram posto telefônico, rede de esgoto e pavimentação e água encanada empatadas em terceiro lugar. Na Área 3, por sua vez, foram rede de esgoto, posto telefônico e iluminação pública e; por último, a Área 4 priorizou pavimentação, iluminação pública e coleta de lixo.

Na Tabela 5, quando analisada pelas rendas familiares, destaco que a pavimentação asfáltica, água encanada, rede de esgoto, posto telefônico e rede de água pluvial encontram-se entre as primeiras prioridades para os moradores com renda familiar até 3 SMR. Analiso que, considerando essa faixa de renda familiar, o meio de locomoção é fator determinante para a escolha da pavimentação como prioridade, enquanto que custo da construção da fossa séptica implica na escolha da rede de esgoto, assim como a perfuração de poço; também é de se

imaginar que este grupo não tivesse telefone em casa e, assim, necessitasse de posto telefônico – por outro lado, aquelas famílias com renda superior a 9 SMR, prontamente teriam essas necessidades satisfeitas.

Tabela 5: Indicação percentual das prioridades de melhoramento por faixas de renda familiar nas Áreas do Projeto CURA em 1978

DENOMINAÇÃO	PROJETO CURA 1 Renda Familiar (SMR)							PROJETO CURA 2 Renda Familiar (SMR)						
	< 3	3 a 6	6 a 9	9 a 12	> 12	Total	Ordem	< 3	3 a 6	6 a 9	9 a 12	> 12	Total	Ordem
Pavimentação	58	64	68	71	76	63	1º	88	65	50	0	50	76	3º
Água encanada	62	56	62	57	48	59	2º	86	65	63	0	50	76	3º
Iluminação Pública	59	50	51	57	29	53	3º	68	63	75	50	50	66	6º
Rede de esgoto	41	49	46	71	67	48	4º	93	81	63	50	50	86	2º
Coleta de lixo	33	37	38	21	14	33	5º	60	35	13	50	50	49	8º
Praça	33	20	30	14	10	26	6º	33	35	38	0	0	33	9º
Posto telefônico	24	25	30	29	29	26	7º	98	93	100	50	100	96	1º
Rede água pluvial	15	25	19	21	29	20	8º	84	65	63	0	0	75	4º
Correio	-	-	-	-	-	-	-	78	56	50	0	0	67	5º
Comércio	-	-	-	-	-	-	-	61	37	25	0	0	50	7º
Transporte coletivo	-	-	-	-	-	-	-	38	21	13	0	0	30	10º
Centro Comunitário	-	-	-	-	-	-	-	35	23	13	0	0	29	11º
Play-ground	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Escolas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 5: Indicação percentual das prioridades de melhoramento por faixas de renda familiar nas Áreas do Projeto CURA em 1978 (continuação)

DENOMINAÇÃO	PROJETO CURA 3 Renda Familiar (SMR)							PROJETO CURA 4 Renda Familiar (SMR)						
	< 3	3 a 6	6 a 9	9 a 12	> 12	Total	Ordem	< 3	3 a 6	6 a 9	9 a 12	> 12	Total	Ordem
Pavimentação	80	47	26	11	12	53	6º	57	71	68	56	67	63	1º
Água encanada	86	45	42	22	12	58	4º	38	32	43	28	20	35	5º
Iluminação Pública	61	72	53	56	50	64	3º	46	40	36	28	20	41	2º
Rede de esgoto	84	70	63	56	38	73	1º	29	44	34	61	40	36	4º
Coleta de lixo	43	30	16	0	12	31	10º	37	39	36	39	20	37	3º
Praça	12	45	53	22	63	33	9º	-	-	-	-	-	-	-
Posto telefônico	80	83	95	67	100	65	2º	-	-	-	-	-	-	-
Rede água pluvial	84	45	26	33	0	55	5º	-	-	-	-	-	-	-
Correio	73	32	21	22	12	45	7º	-	-	-	-	-	-	-
Comércio	69	28	32	22	0	42	8º	-	-	-	-	-	-	-
Transporte coletivo	-	-	-	-	-	-	-	25	12	9	17	13	18	7º
Centro Comunitário	47	21	16	11	12	30	11º	-	-	-	-	-	-	-
Play-ground	8	23	16	0	25	15	12º	-	-	-	-	-	-	-
Escolas	-	-	-	-	-	-	-	45	19	20	28	20	21	6º

Fonte: Adaptado de JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: Plano de Complementação Urbana, 1978.*

Quando o levantamento refere-se ao percentual de não atendimento pelos equipamentos urbanos públicos (infraestrutura), vemos o retrato das condições existentes em Dourados nas Áreas do Projeto CURA, Tabela 6. Observo que somente 11% das famílias da Área 2 possuíam pavimentação asfáltica na rua de sua residência, enquanto que representavam 17%, 33% e 17% para as áreas 1, 3 e 4 respectivamente. O esgotamento sanitário e a galeria de água pluvial eram quase inexistentes, onde a Área melhor atendida era a 3 com 7% e 15% dos domicílios, enquanto que a água potável atendia em 20%, 24%, 50% e 28% das moradias nas Áreas 1, 2, 3 e 4.

Tabela 6: Percentual de famílias não atendidas por infraestrutura nas Áreas do Projeto CURA em 1978

DENOMINAÇÃO	PROJETO CURA			
	1	2	3	4
Energia elétrica	2	6	0	13
Água potável	80	76	50	72
Esgoto sanitário	100	96	93	100
Sistema viário	2	6	0	13
Transporte coletivo	10	30	20	70
Águas pluviais	100	94	85	100
Iluminação pública	10	10	0	13
Pavimentação	83	89	67	83
Comunicações	50	80	60	90

Fonte: Adaptado de JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: Plano de Complementação Urbana, 1978.*

Por fim, o levantamento determinou o percentual de famílias não atendidas por equipamentos urbanos comunitários está apresentado na Tabela 7. Destaco, a partir dessa Tabela, a inexistência de equipamentos de recreação e lazer na Área do Projeto CURA 2 e o atendimento de 10% nas Áreas 1 e 4. Os equipamentos de saúde e educação são críticos na Área 4, onde somente 10% das famílias possuem o primeiro e 20% o segundo.

Tabela 7: Percentual de famílias não atendidas por equipamentos urbanos comunitários nas Áreas do Projeto CURA em 1978

DENOMINAÇÃO	PROJETO CURA			
	1	2	3	4
Educação	50	30	10	80
Comércio	40	50	60	60
Prestação de serviços	50	70	50	70
Serviços públicos	80	80	80	80
Recreação	90	100	60	90
Saúde	90	100	50	90

Fonte: Adaptado de JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: Plano de Complementação Urbana*, 1978.

Considerando que as áreas abrangidas pelo Projeto CURA, que compreendia a região central de Dourados e suas proximidades, encontravam-se desequipadas de infraestrutura e equipamentos, pode se esperar que os demais bairros da cidade estivessem em situações ainda piores. Os relatos dos entrevistados comprovam tal condição para o Jardim Ouro Verde, Jardim Itália, Jardim Flórida, Parque das Nações I e II e Jardim Água Boa. Essa situação também é constatada pela equipe de desenvolvimento do Plano de Complementação Urbana.

O elevado índice obtido é justificado pelas condições das redes de infraestrutura e dos equipamentos: a poeira e o barro constituem numa constante, enquanto os equipamentos são disponíveis apenas na área central. As áreas de recreação praticamente inexistem, a não ser em clubes privados.¹⁵⁸

O Plano de Complementação Urbana levantou os obstáculos à expansão da cidade, determinados pelo Córrego Laranja Doce e a Reserva Indígena ao norte e pelo futuro contorno rodoviário interligando a BR 163 (São Paulo e Paraná) à MT 748¹⁵⁹ (Caarapó) e a BR 463 (Ponta Porã), ao sul.

A expansão da cidade tem como obstáculo o Córrego Laranja Doce e a Reserva Indígena ao norte e o futuro contorno rodoviário interligando a BR-163 (São Paulo e Paraná) à MT - 748 (Caarapó) e a BR - 463 (Ponta Porã), ao sul. Esses bloqueios definem, praticamente, a faixa de ocupação preferencial da cidade, uma vez que a topografia plana facilita uma expansão onidirecional. A tendência de crescimento é, basicamente, no sentido leste-oeste (eixo da Rua Marcelino Pires) e uma ramificação em direção ao sul (ao longo da Rua Bahia).¹⁶⁰

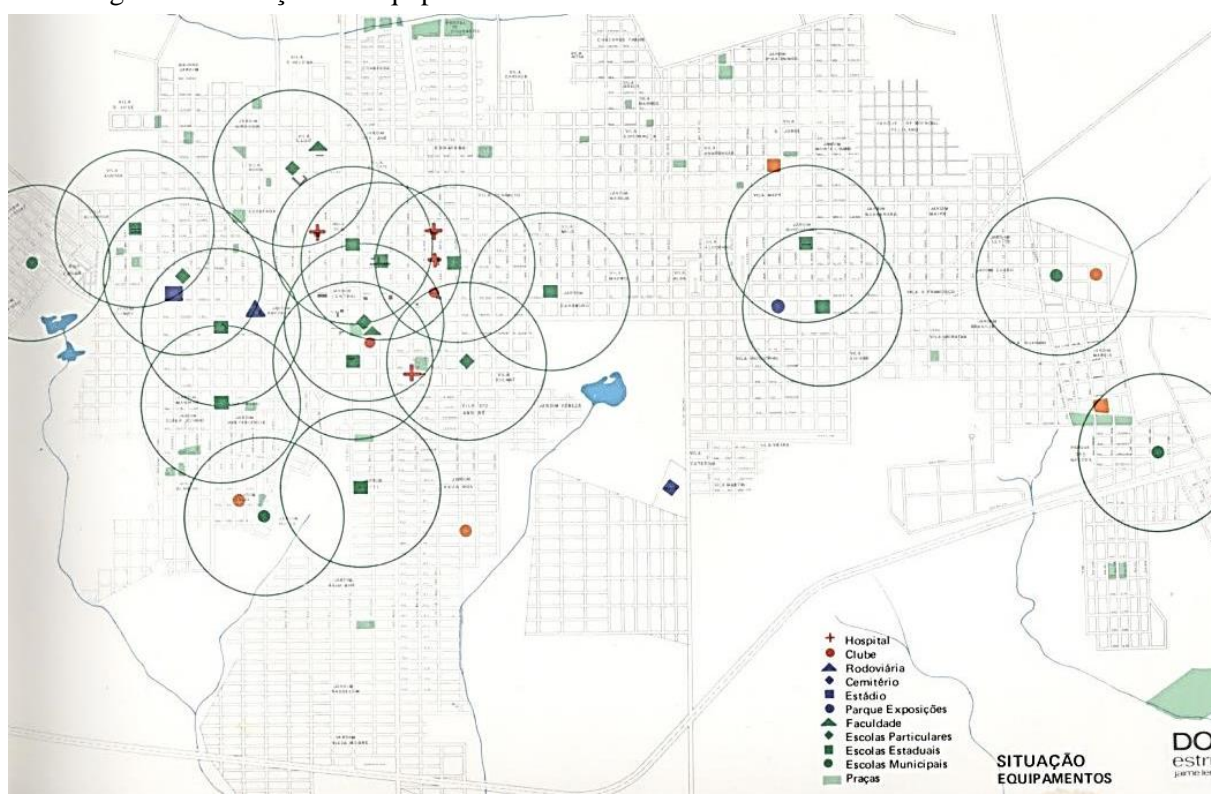
¹⁵⁸ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 47.

¹⁵⁹ Atual MS 156.

¹⁶⁰ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 13.

O Plano de Complementação Urbana alertava que o crescimento desordenado da cidade, caracterizado pela desconcentração populacional, estava onerando a Prefeitura, que teria a responsabilidade de disponibilizar, ou viabilizar, a infraestrutura: rede viária, asfalto, esgoto, drenagem, galeria pluvial, água encanada, iluminação, arborização; e equipamentos urbanos. A Figura 15 apresenta a distribuição dos equipamentos urbanos em Dourados naquele momento.

Figura 15: Situação dos equipamentos distribuídos na cidade de Dourados no ano de 1978



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados*: estrutura urbana, 1978.

Observo que, embora Jaime Lerner relatasse o ônus da Prefeitura para a disponibilização de infraestrutura e equipamentos às regiões afastadas do núcleo central da cidade, pode-se observar na Figura 15 que essa população encontrava-se desatendida das importantes estruturas necessárias para morar e viver adequadamente, considerando os padrões urbanísticos.

A demora na organização dos espaços urbanos da cidade, por sua vez, trazia a Dourados consequências desastrosas, como Jaime Lerner adverte que “Enquanto isso, a cidade vem sendo pressionada pelos contingentes populacionais resultantes das migrações do

campo, motivando o aparecimento de favelas na periferia.”¹⁶¹ A situação encontrada em Dourados nesse momento pouco diferia do diagnóstico da condição urbana brasileira apresentado no *Estatuto da Cidade*.

Em geral a população de baixa renda só tem possibilidade de ocupar terras periféricas - muito mais baratas porque em geral não têm qualquer infraestrutura - e construir aos poucos suas casas. Ou ocupar áreas ambientalmente frágeis, que teoricamente só poderiam ser urbanizadas sob condições muito mais rigorosas e adotando soluções geralmente dispendiosas, exatamente o inverso do que acaba acontecendo.¹⁶²

O problema da ociosidade dos terrenos nas áreas próximas ao centro da cidade é constatado e apresentado por Jaime Lerner no levantamento físico urbanístico das Áreas do projeto CURA. De acordo com o cadastro fiscal, atualizado em 1978, através de pesquisa direta realizada pela Administração Municipal, constatou-se uma ociosidade de terrenos da ordem de 69% na Área CURA 1; de 50% na área CURA 2; de 52% na área do CURA 3; de 80% na área do CURA 4.¹⁶³

Esses vazios urbanos podem ser observados na Foto 4, relativa a região central da cidade, assim como nas Fotos 8, 9, e 10 que mostram as áreas de implantação dos BNHs e bairros vizinhos nos anos 70, anteriormente apresentadas. Essa situação comprava o problema apresentado por Maria José Martinelli Calixto: edificações descontínuas, como consequência da especulação imobiliária.

O impacto nos orçamentos municipais para a implantação de equipamentos água, esgoto, pavimentação, e o conjunto deles, pode ser observado na Figura 16. Por meio dessa figura é possível verificar que, enquanto densidades de 400 hab/ha possuem o custo dos equipamentos de aproximadamente U\$ 600,00 por habitação, com 75 hab/ha chega a U\$ 2.500,00 por habitação.

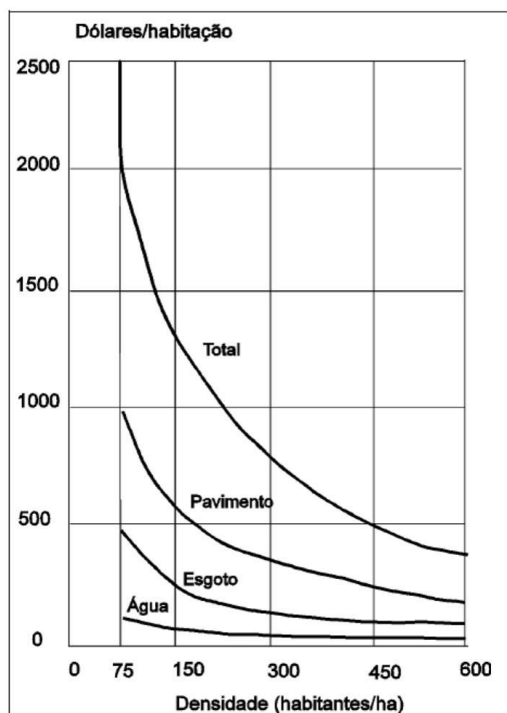
O custo apresentado na Figura 16 indica que em maiores densidades habitacionais haverá menores comprimentos de redes de água e de esgoto para o atendimento de um maior número de habitantes e, conseqüentemente, menor custo de implantação e, posteriormente, de manutenção. Da mesma forma, reduzindo-se a área necessária de asfalto por habitante, uma vez que há um maior adensamento populacional, menor será o investimento do Poder Público para a implantação deste equipamento.

¹⁶¹ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 13.

¹⁶² ESTATUTO da Cidade: *Guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. 2002, p. 23.

¹⁶³ Dados disponíveis em: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: Plano de Complementação Urbana, novembro de 1978*.

Figura 16: Relação entre o custo de equipamentos e a densidade habitacional no Brasil



Fonte: Fonte: BRAGA, Roberto, *Política urbana e gestão ambiental; considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano*. p. 102. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/rbraga08.pdf>. Acessado em 11 de março de 2016.

Discutindo o quadro de contraposição na distribuição dos espaços urbanos, o *Estatuto da Cidade*¹⁶⁴ apresenta tal fato como uma expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais.

Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam nos meios daqueles que já vivem melhor, pois a sobreposição das diversas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população faz com que a permeabilidade entre as duas partes seja cada vez menor. Este mecanismo é um dos fatores que acabam por estender a cidade indefinitivamente: ela nunca pode crescer para dentro, aproveitando locais que podem ser adensados, é impossível para a maior parte das pessoas o pagamento, de uma vez só, pelo acesso a toda a infra-estrutura que já está instalada.

O problema do afastamento dos loteamentos habitacionais, enquanto o centro da cidade apresentava uma taxa de ociosidade superior a 50%, havia sido observado pela Administração Municipal, como expresso no Plano de Complementação Urbana quando trata da viabilidade econômica e financeira para a implantação dos projetos CURA. Este fato gerou, conforme a Tabela 8, o estabelecimento de alíquotas progressivas a partir de 1978.

¹⁶⁴ ESTATUTO da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos, p. 23.

Com a entrada em vigor do novo Código Tributário Municipal, através da Lei 996, de 21.12.77, o Município de Dourados passou a contar com mecanismos institucionais como a aplicação de alíquotas progressivas incidentes sobre os terrenos ociosos. O lançamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), em 1978, foi efetuado com base em um cadastro atualizado, cujos reflexos sobre a receita foram consideráveis: um crescimento real da arrecadação desse tributo, em mais de 100%.¹⁶⁵

Tabela 8: Imposto predial e territorial urbano alíquotas progressivas a partir de 1978

Item	Discriminação	ANO DE VIGÊNCIA DO CÓDIGO				
		1º	2º	3º	4º	5º e segs.
1	Terreno edificado em alvenaria	1	1	1	1	1
2	Terreno edificado em madeira	1	1	1	1	1
3	Terreno não edificado, cujo proprietário não tenha outro imóvel na cidade e loteamento aprovado pela PMD	2	2,5	3,13	3,9	5,28
4	Terreno não edificado, cujo proprietário tenha mais de um imóvel na cidade	2	3	4,5	6,75	10,125
Notas:	1) Loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal de Dourados, constante do item 03 – findo o quinto ano, a alíquota incidente será a constante do item 04, ou seja, 10,125%.					
	2) Terreno não edificado cujo proprietário não tenha outro imóvel na cidade e loteamentos aprovados pela Prefeitura, cujo proprietário construir muro e calçada, desconto de 30%					
	3) Terreno não edificado onde foi construído muro e calçada, cujo proprietário tenha mais de um imóvel na cidade ou loteamento aprovado pela Prefeitura Municipal e sem equipamentos de infra-estrutura, desconto de 20%					

Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: Plano de complementação urbana*, p. 62.

É fato que o Plano de Complementação Urbana de Jaime Lerner caracterizou Dourados como uma cidade em rápido crescimento que, sendo construída sem o direcionamento de uma lei de uso do solo, apresentava como problemas físicos urbanísticos a alta taxa de ociosidade de terrenos na região central da cidade, a inexistência da determinação dos usos específicos de cada região da cidade, a construção de loteamentos afastados do núcleo central e a carência de infraestrutura e equipamentos urbanos para o atendimento dessas regiões.

Nesse contexto, o Plano de Complementação Urbana desenvolvido por Jaime Lerner focava a definição de uma estrutura urbana para Dourados, integrando o uso do solo, ao sistema viário e ao transporte coletivo para a década de 70.

¹⁶⁵ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: Plano de complementação urbana*, p. 62.

A necessidade de dirigir esse processo de crescimento rápido conduziu à definição de uma estrutura urbana para Dourados que integrasse em uma única diretriz, o uso do solo, o sistema viário e o transporte coletivo. Esses três fatores permitem consolidar a estrutura de crescimento da cidade, dirigindo o seu processo de ocupação. A proposta procura consolidar como eixos estruturais, a Rua Marcelino Pires e suas paralelas, que abrigariam os usos já consagrados e que definiria um eixo linear gerador de empregos. Eliminar-se-iam, todavia, atividades geradoras de tráfego de veículos pesados¹⁶⁶.

Jaime Lerner concentrou o seu projeto na definição do uso dos espaços da cidade e, sobretudo ao adensamento populacional, considerando cada uso específico. O adensamento é tratado no urbanismo como densidade habitacional, uma relação entre o número de habitantes pela área da cidade, normalmente em hectare (ha), em que um hectare equivale a uma quadra regular de 100 m por 100 m, ou ainda, 10.000 m². Lerner delimitou as áreas para um projeto de densidade habitacional conforme apresentadas na Tabela 9.

Tabela 9: Densidade habitacional de Dourados por zoneamento de uso do solo

Discriminação	Densidade hab/ha
Zona de Média Densidade	400
Zona de Baixa Densidade 1	125
Zona de Baixa Densidade 2	100
Zona de Serviços 1	200

Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: Plano de Complementação Urbana*, p. 40.

A relevância do adensamento populacional está expressa na justificativa dos projetos CURA, quando Jaime Lerner afirma:

Objetiva-se com essa atuação, estimular o adensamento dos setores estruturais e atenuar a tendência atual de dispersão, verificada através da multiplicação de loteamentos cada vez mais distantes das áreas equipadas. A fixação dos setores estruturais possibilita a hierarquização do sistema viário - atualmente superdimensionado e sem qualquer critério quanto a prioridades na sua implantação - reduzindo a ociosidade das redes de infraestrutura. Procurou-se definir as áreas que, na maturidade do projeto, venha - a curto prazo - apresentar maiores densidades de ocupação, possibilitando otimizar o uso da infra-estrutura e dos equipamentos implantados. O uso do solo proposto, em perfeita harmonia com a escala desejável para a cidade, prevê

¹⁶⁶JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 16

adensamentos diferenciados em função dos usos programados para cada área.¹⁶⁷

A densidade habitacional encontrada nas regiões atendidas pelos projetos CURA 1, 2, 3 e 4 era de, respectivamente, 21 hab/ha, 31 hab/ha, 28 hab/ha, 8 hab/ha. O resultado proposto por Jaime Lerner consistia-se em aumentar essa taxa, que alcançaria na maturidade do projeto obtida em 10 anos, 227 hab/ha, 145 hab/ha, 189 hab/ha, 142 hab/ha, para os projetos CURA 1, 2, 3 e 4, respectivamente.

O impacto desse adensamento na Arrecadação do IPTU consta no projeto na avaliação econômica financeira dos projetos CURA, que apresentava, juntamente com a Arrecadação da Contribuição de Melhoria, uma taxa de retorno do investimento de 1,64 em dez anos. Jaime Lerner definia, em seu projeto, que o adensamento populacional contribuiria na capacidade financeira da Administração Municipal para a viabilização dos projetos CURA.

A primeira Lei que detalha a organização dos espaços urbanos de Dourados resultou da minuta apresentada no Plano de Complementação Urbana. A legislação existente, até aquele momento, consistia-se na Lei nº 266 de 1960, que regulamentava os registros de loteamentos e vilas, e a Lei nº 766 de 1971, que dividia o perímetro urbano de Dourados em zonas.

Art. 1º. Fica dividida em 1ª, 2ª, 3ª e 4ª zonas o perímetro urbano da cidade de Dourados. Art. 2º. Entende-se por primeira zona urbana, toda área da cidade, localizada entre as ruas Santa Catarina, Piauí, Ciro Mello e Quintino Bocaiuva, inclusive os dois lados das mesmas. Art. 3º. Entende-se por Segunda zona urbana toda área localizada fora da 1ª zona urbana e entre as ruas Cuiabá, Aquidauana, Monte Alegre e Eulália Pires, inclusive os dois lados das mesmas. Art. 4º. Entende-se por terceira zona urbana toda área localizada fora da 2ª zona e entre ou seja dentro do perímetro urbano e que o loteamento seja registrado na Prefeitura. Parágrafo único. Fazem parte da 3ª zona urbana todas áreas em que foram abertas ruas, e estejam localizadas até a quinta rua distante da 2ª zona urbana. Art. 5º. Entende-se por Quarta zona urbana, todas áreas além da quinta rua distante da 2ª zona, e dentro do perímetro urbano, que são denominadas chácaras ou sítios.¹⁶⁸

Há que se destacar que a caracterização e a organização dos espaços citados vinculam-se a uma região denominada por urbano e delimitada pelo perímetro urbano. Considerando a inicial inexistência de lei que diferencie imóvel rural de imóvel urbano, foi aceita a teoria da destinação: "se o imóvel era destinado a simples moradia, ao comércio ou à indústria

¹⁶⁷JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: Plano de Complementação Urbana*, p. 40.

¹⁶⁸ Lei nº 766 de 1971. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

qualificava-se como urbano; se à agricultura ou pecuária, tinha-se como rural ou rústico"¹⁶⁹. O Código Tributário Nacional, Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, ainda que sua diferenciação entre zona urbana e rural remeta-se à necessidade de legislar sobre o imposto da propriedade predial e territorial urbana, e não para fins urbanísticos, estabelece:

[...] entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público: I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; II - abastecimento de água; III - sistema de esgotos sanitários; IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.¹⁷⁰

Zona de assentamento urbano é, por fim, caracterizada pela existência de dois elementos essenciais:

(a) as unidades edilícias - ou seja, as edificações nas quais os membros da coletividade urbana moram ou desenvolvem sua atividade produtiva ou intelectual; (b) os equipamentos públicos - ou seja, as obras criadas para servir às unidades edilícias e destinadas a satisfação das necessidades de que os habitantes não podem prover-se diretamente, por sua própria conta (estradas, ruas, praças, jardins, canalizações subterrâneas, escolas, hospitais, mercados, equipamentos de transportes coletivos, edifícios públicos, equipamentos esportivos etc.).¹⁷¹

A delimitação da zona urbana, embora alicerçada em interesses tributários e em benefícios de investidores imobiliários, tem uma implicação direta no desenvolvimento e na qualidade de vida dos moradores da cidade.

A delimitação da zona de expansão urbana deve ser bastante criteriosa pois, se por um lado o sub-dimensionamento da zona de expansão urbana, pela diminuição da oferta de solo urbanizável, pode favorecer a especulação imobiliária, levando ao aumento de preço da terra, por outro lado, o super-dimensionamento pode produzir uma urbanização muito rarefeita com uma densidade urbana muito baixa, aumentando excessivamente os custos de implementação da rede de serviços e equipamentos urbanos.¹⁷²

¹⁶⁹ BORGES, P. T. Institutos Básicos do Direito Agrário, p. 53 *apud*: SILVA, J. A. da. *Direito Urbanístico Brasileiro*, p. 167.

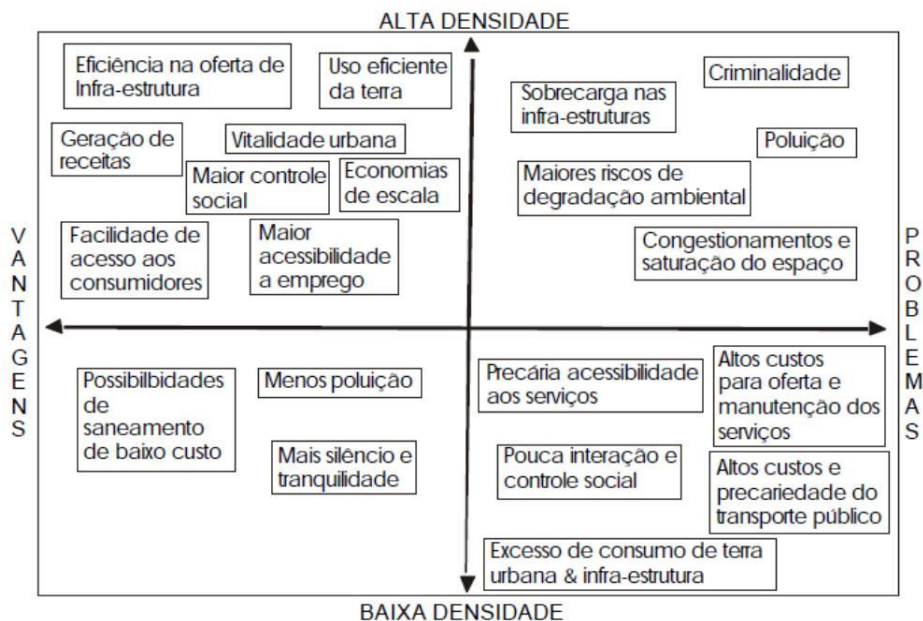
¹⁷⁰ Código Tributário Nacional, Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm. Acessado em 06 de maio de 2016.

¹⁷¹ TESTA, V. Disciplina Urbanística, p. 6 *apud*: SILVA, J. A. da. *Direito Urbanístico Brasileiro*, p. 174.

¹⁷² CARVALHO, Pompeu F. de; BRAGA, Roberto (orgs.). *Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias*. 2001, p. 101.

Outras vantagens e desvantagens do adensamento populacional podem ser observadas na Figura 17.

Figura 17: Vantagens e desvantagens de baixas e altas densidades populacionais



Fonte: BRAGA, Roberto, *Política urbana e gestão ambiental; considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano*. p. 108. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/rbraga08.pdf>. Acessado em 11 de março de 2016.

Considerando a Figura 17, observo que um projeto urbanístico adequado deve perfazer-se na melhor configuração dentre situações como eficiência na oferta da infraestrutura e sobrecarga na mesma; saneamento de baixo custo e riscos de degradação ambiental; vitalidade urbana e pouca interação e controle social ou ainda criminalidade; enfim, destaco aqui a responsabilidade do arquiteto e urbanista para delimitar o perímetro urbano, dimensionando-o de forma que contemple, ao mesmo tempo, as funções sociais da cidade, o viver com qualidade, e os baixos custos de implantação, operação e manutenção dos seus equipamentos.

Estabelecendo o perímetro urbano de Dourados, o Plano de Complementação Urbana definiu o zoneamento para a cidade, fundamentado em princípios que posteriormente pode ser observado no Estatuto da Cidade.

Mas o macrozoneamento não se restringe à atribuição de densidades demográficas satisfatórias: ele pode qualificar os usos que se pretende induzir ou restringir em cada macroregião. Pode indicar, por exemplo, as regiões de esvaziamento populacional que se quer repovoar; as regiões com infraestrutura completa e altos índices de vazios urbanos, a serem

adensados; as regiões de interesse ambiental ou paisagístico a serem preservadas.¹⁷³

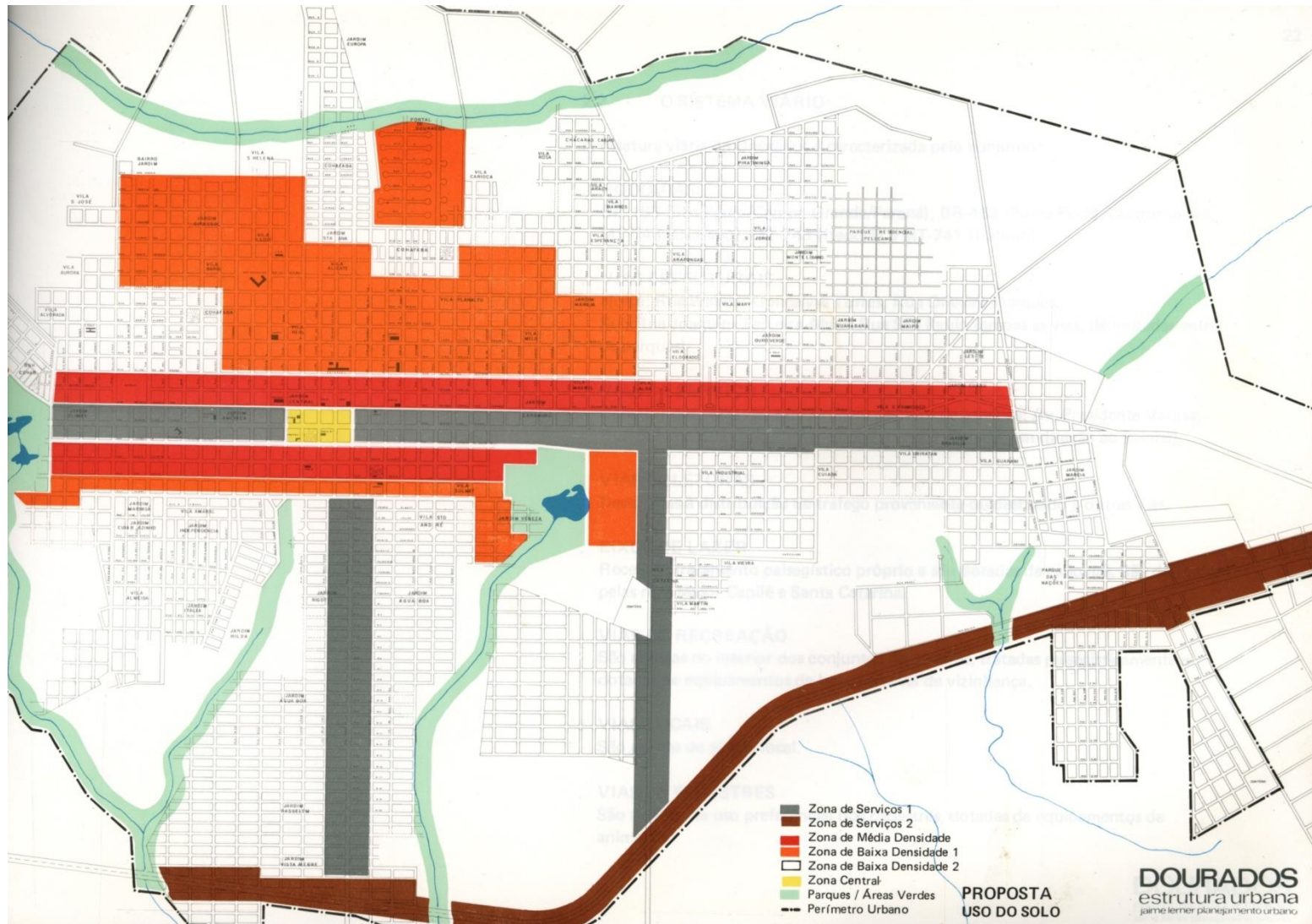
Assim, outra linha central do Projeto de Complementação Urbana era a definição dos usos do solo para cada eixo da cidade. A Avenida Marcelino Pires, à época Rua Marcelino Pires, se consolidava como lugar de destaque, a partir da qual o uso do solo seria traçado. Na Figura 18 apresento a estrutura urbana de Dourados definida no Projeto Lerner.

Na Figura 18 estão representadas as delimitações das Zonas de Serviço 1 e 2; Zona de Média Densidade, Zona de Baixa Densidade 1 e 2; Zona Central; Parques e Áreas Verdes e o Perímetro Urbano do Zoneamento do Uso do Solo de Dourados; o Anexo I do Plano de Complementação Urbana.

Considerando o eixo da Avenida Marcelino Pires, os terrenos lindeiros correspondem a Zona de Serviço 1, representados na cor cinza na Figura 18; com densidade demográfica de 200 hab/ha, é caracterizado por terrenos com área mínima de 450 m² e 15 m de fachada, com edificações de altura máxima de 4 pavimentos e coeficiente de aproveitamento do terreno igual 2. Para a Zona de Serviço 1, foi prevista a instalação de pequenas indústrias não poluentes, comércio, habitação e comércios relativos, dentre outros usos. Este zoneamento também foi definido para a Rua Hayel Bon Faker e Rua Coronel Ponciano ao Sul da Avenida Marcelino Pires.

¹⁷³ ESTATUTO da Cidade: *guia para implementação pelos municípios e cidadãos*, p. 41.

Figura 18: Zoneamento urbano de Dourados proposto por Jaime Lerner



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, Dourados: estrutura urbana, p. 21

Antônio Bezerra Baltazar define urbanismo como ciência, arte e técnica ao mesmo tempo para a organização do espaço para o bem-estar coletivo nas funções elementares: habitação, trabalho, recreação do corpo e do espírito e circulação no espaço urbano.

O urbanismo é uma ciência, uma técnica e uma arte ao mesmo tempo, cujo objetivo é a organização do espaço urbano visando ao bem-estar coletivo – através de uma legislação, de um planejamento e da execução de obras públicas que permitam o desempenho harmônico e progressivo das funções urbanas elementares: habitação, trabalho, recreação do corpo e do espírito, circulação no espaço urbano.¹⁷⁴

O lema formal do escritório Jaime Lerner Arquitetos Associados retrata o princípio norteador para o planejamento de uma cidade, e que se consolida em seus projetos urbanísticos.

Mais do que uma simples transferência de modelos ou projetos, a proposta é a aplicação prática e conceitual de princípios urbanísticos que considerem o papel estratégico das cidades em seus países e no cenário mundial; a busca pelo desenvolvimento sustentável das cidades; a prioridade para o transporte público, pedestres e áreas de encontro nas cidades; a necessidade de se promover uma mistura de rendas e funções na cidade e nos bairros; a preservação e valorização da identidade local e da memória urbana; a valorização dos espaços públicos; a valorização das paisagens urbana e natural; o desenvolvimento das vocações econômicas locais e a atração de novos negócios.¹⁷⁵

A ordenação do uso do solo tem sido tratada também como zoneamento do solo e constitui-se em um "instrumento legal utilizado pelo Poder Público, para controlar o uso da terra, as densidades de população, a localização, a dimensão, o volume dos edifícios e seus usos específicos, em prol do bem-estar social."¹⁷⁶ O zoneamento definirá o local para cada atividade desenvolvida no urbano, inclusive as incômodas; é a formalização dos espaços na cidade para viver, trabalhar, morar e divertir-se.

Não é o modo de excluir uma atividade indesejável, descarregando-as nos Municípios vizinhos. Não é meio de segregação racial ou social. Não terá por objetivo satisfazer interesses particulares, nem de determinados grupos. Não será um sistema de discriminação de qualquer tipo.¹⁷⁷

¹⁷⁴ Baltazar, A. B. Introdução ao Planejamento Urbano, p. 136 *apud* SILVA, J. A. da. *Direito Urbanístico Brasileiro*, p. 30.

¹⁷⁵ JAIME LERNER ARQUITETOS ASSOCIADOS. Disponível em <http://www.jaimelerner.com/escrit%C3%B3rio.html>, Acesso em: 14 de Abril de 2016.

¹⁷⁶ AZEVEDO, A. A. de. Uso desconforme com a destinação do bairro, p. 78 IN: SILVA, J. A. da. *Direito Urbanístico Brasileiro*, p. 27.

¹⁷⁷ Associação Internacional dos Administradores Municipais, *Planejamento Urbano*, p. 309 *apud*: SILVA, J. A. da. *Direito Urbanístico Brasileiro*, p. 238.

O zoneamento do uso solo remonta à larga data. Um exemplo é o estabelecimento de ruas e vias largas, a definição da altura dos edifícios, a exigência da distância entre as construções e a execução de praças amplas previstas no projeto urbanístico de reconstrução de Roma citado por José Afonso Silva.

Sabe-se que Roma, após o incêndio provocado por Nero, foi objeto de cuidados urbanísticos. Previu-se que na reconstrução da *Urbes* se criassem ruas e vias largas, que fosse limitada a altura dos edifícios e que estabelecessem praças amplas e se guardasse distância, em relação ao prédio existente, de até 100 pés.¹⁷⁸

O zoneamento estabelece um referencial baseado na compatibilidade entre a "capacidade da infraestrutura instalada, as condições do meio físico, as necessidades de preservação ambiental e de patrimônio histórico e as características de uso e ocupação existentes".¹⁷⁹

Para alcançar os objetivos e metas do urbanismo moderno, é necessário contar com uma política do solo que se inspire num justo equilíbrio entre o direito de propriedade imobiliária, constitucionalmente garantido, e o dever que, por sua função social, recai sobre ela e que tem idêntico fundamento constitucional.¹⁸⁰

O Plano de Complementação Urbana organizava os espaços definindo as atividades permitidas e permissíveis, e também definia o número de pavimentos para cada zona da cidade.

Por outro lado, em termos de uso do solo, seria estimulado o adensamento das quadras subsequente àquelas localizadas junto ao eixo estrutural da Rua Marcelino Pires (gerador de empregos), destinando-os ao uso habitacional de média densidade, permitindo-se a construções de até 4 pavimentos, na escala do casarão.¹⁸¹

As duas faixas paralelas à Zona de Serviço 1, também paralelas ao eixo da Avenida Marcelino Pires, correspondente a duas quadras à direita e a duas à esquerda na cor vermelha na Figura 18, foram projetadas como Zona de Média Densidade. Com densidade demográfica de 400 hab/ha, possui as mesmas características da Zona de Serviço I, ou seja, terrenos com

¹⁷⁸ Enciclopedia Universal Ilustrada Europea - Americana, t, 65, p 1.336 *apud*: SILVA, J. A. da. Direito Urbanístico Brasileiro, p. 27.

¹⁷⁹ ESTATUTO da Cidade: *guia para implementação pelos municípios e cidadãos*, 2002, p. 41.

¹⁸⁰ BRONEZEK, W. La ordenación del suelo, in Josef Wolff e outros, La Ley Federal Alemana de Ordenación Urbanística y los Municipios, p. 126 *apud*: SILVA, J. A. da. Direito Urbanístico Brasileiro, p. 165.

¹⁸¹ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, Dezembro, 1978, p. 15.

área mínima de 450 m² e 15 m de fachada, com edificações de altura máxima de 4 pavimentos. Para a Zona de Média Densidade, foi prevista a instalação de habitações, comércios e serviços relativos, dentre outros usos.

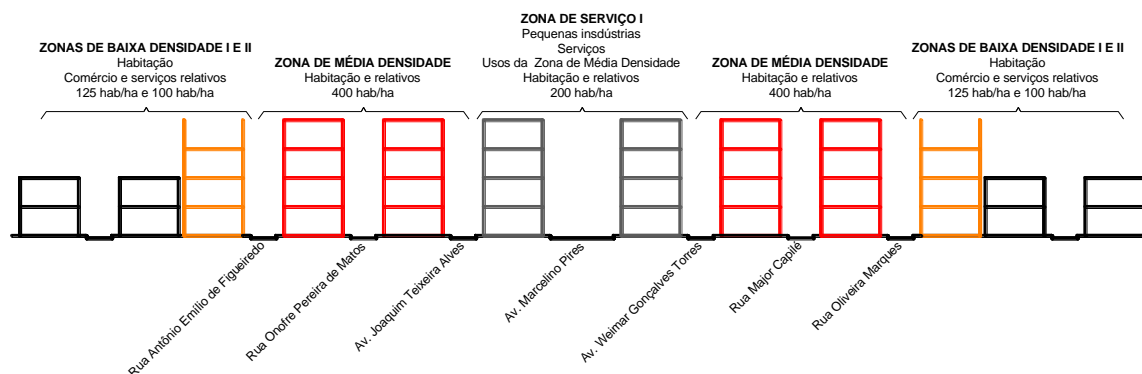
Afastando-se três quadras da Avenida Marcelino Pires, tanto ao sul quanto ao norte, foram definidas as Zonas de Baixa Densidade I e II, conforme seu posicionamento em relação à Zona Central. Representadas na cor laranja e branco, respectivamente, essas áreas são caracterizadas por densidade demográfica de 125 hab/ha e 100 hab/ha, terrenos de área mínima de 450 m² e 300 m² com 15 m e 12 m de fachada, com edificações de altura máxima de 2 pavimentos para a Zona de Baixa Densidade II;

A Zona de Baixa Densidade II foi também definida para o eixo paralelo à Rua Hayel Bom Faker e à Rua Coronel Ponciano, após a Zona de Serviço I; ao definir os eixos de serviço, em direção ao sul da cidade, Jaime Lerner justifica.

Os eixos definidos pelos acessos a MT - 748 (Caarapó) e a BR - 163 (Paraná), teriam usos semelhantes aos da Rua Marcelino Pires, que constituiriam eixos secundários de empregos, que dariam um suporte a população residente no setor sul da cidade, onde predominam as faixas de renda mais baixa.¹⁸²

A Figura 19, a seguir, é a representação esquemática dos usos e zoneamento projetados por Jaime Lerner, considerando o eixo da Av. Marcelino Pires. Observo, sobretudo, que a concepção de cidade do urbanista, aproximando e, até unindo o trabalho à habitação fica expressa no esquema a seguir, que se estende por aproximadamente 7,5 km ao longo da Avenida Marcelino Pires.

Figura 19: Representação do zoneamento ao longo do eixo da Av. Marcelino Pires na Minuta da Lei do Uso do Solo



Fonte: Adaptado de JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, 1978.

¹⁸² JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, Dezembro, 1978, p. 16.

O Plano de Complementação Urbana de Dourados define, ainda, a Zona Central, a Zona de Serviço II, os Parques e as Áreas Verdes e o Perímetro Urbano. A Zona Central, indicada na cor amarela, corresponde ao trecho da Avenida Marcelino Pires delimitado pela Avenida João Rosa Góes a oeste e Hayel Bon Faker (na época Rua Bahia) a leste. Similar à Zona de Média Densidade, com terrenos de área mínima de 450 m² e 15 m de fachada, permitiam-se edificações de altura máxima de 4 pavimentos. Nessa área previa-se a instalação de habitações, comércios e serviços relativos, dentre outros usos.

A Zona de Serviço II foi projetada para desviar o trânsito de veículos pesados da região central, bem como concentrar os usos incômodos à habitação; representado em marrom na Figura 18, consiste-se no trecho da rodovia que interliga a BR 163 à BR 463 na parte inferior do Mapa. Essa região foi caracterizada por terrenos com área mínima de 800 m² e 20 m de fachada, com edificações de altura máxima de 2 pavimentos; prevendo-se a instalação de comércio e indústrias de maquinaria pesada.

Ainda que o lote seja de propriedade de quem o adquiriu, a edificação sobre o mesmo vincula-se ao direito de construir que, inicialmente, depende da qualificação urbanística do terreno, sua organização em zonas e intensidade de uso; posteriormente às restrições determinadas pelos índices urbanísticos: dimensionamento dos lotes, taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento, recuos e gabarito das edificações.

O dimensionamento dos lotes vincula-se à categoria de uso, uma vez que aqueles que se destinam ao uso industrial ou serviços especiais exigem estabelecimentos de grande porte. Outro fator que influencia no dimensionamento dos lotes está associado ao poder aquisitivo dos futuros moradores a que o bairro destina-se e a densidade demográfica esperada. Bairros destinados a construções de alto padrão terão lotes maiores e serão de baixa densidade demográfica, consistindo-se, normalmente, de construções unifamiliares; por fim, os lotes para moradia variam de "600 m² [...] 200 m²"¹⁸³, enquanto que os industriais e de serviços especiais dependem da necessidade de cada empreendimento.

A taxa de ocupação "É um índice que estabelece a relação entre área ocupada pela projeção horizontal da construção e a área do lote".¹⁸⁴ Assim este número sempre será igual ou menor que 1, onde este valor representa a construção total do lote. O coeficiente de aproveitamento, por sua vez, é

¹⁸³ SILVA, J. A. da. Direito Urbanístico Brasileiro, p. 249.

¹⁸⁴ Op. Cit., p. 251.

[...] a relação existente entre a área total da construção e a área do lote [...]. A legislação urbanística estabelece o aproveitamento máximo para as diversas zonas e áreas. A de São Paulo estabelece o coeficiente de aproveitamento entre 1,0 a 4,0 de modo geral, mas em casos especiais chega a 0,2; assim quem tem um terreno de 1.000 m² poderá construir nele até 1.000 m² se o coeficiente for 1,0; 4.000 m² onde o coeficiente for 4,0; e apenas 200 m², onde for 0,2.¹⁸⁵

Os recuos ou afastamento, por sua vez, "são distâncias medidas entre o limite da projeção horizontal da edificação e a divisa do lote"¹⁸⁶, enquanto que gabarito indica, normalmente, a altura da edificação, ou ainda, como apresenta João Afonso da Silva.

A determinação do número de pavimentos ou de andares é outro modo de fixar o gabarito. Há zonas em que se recomenda a construção apenas de casas térreas. Em outras admitem-se casas de dois pavimentos, sobrados. Noutras são aconselhadas edificações de vários andares, tudo em função do modelo do assentamento urbano e da densidade fixada para elas.

Os Parques e Áreas Verdes aparecem em verde na Figura 18, acompanhando nascentes e lagos existentes na cidade e o Perímetro Urbano está representado em traço e ponto. A caracterização completa dos espaços urbanos de Dourados pode ser observada no Anexo III da Lei do Uso do Solo, nº 1.040 de 11 de julho de 1979, conforme apresento no Quadro 3.

¹⁸⁵ Op. Cit., p. 250.

¹⁸⁶ Op. Cit. p. 251.

Quadro 3: Zoneamento do Uso do Solo de Dourados na Lei 1.040 de 11 de julho de 1979

Usos Permitidos	Usos Permissíveis	Altura Máxima	Dimensões e áreas mínimas dos lotes
ZONA DE MÉDIA DENSIDADE			
<ul style="list-style-type: none"> . Habitação coletiva (1) . Habitação unifamiliar . Comércio Varejista de pequeno e médio porte . Restaurantes similares . Padaria, confeitaria, cafés e bares . Serviços particulares em habitação . Artesanato . Pequenas oficinas de reparos exceto veículos em geral . Instalações de rádio . Hotéis e similares . Locais de reuniões e cultos . Teatro, cinema . Escritórios 	<ul style="list-style-type: none"> . Serviços Públicos . Estabelecimento de Saúde . Estabelecimento de ensino e cultura . Clubes recreativos . Editoras, tipografias, gráficas . Estacionamento e garagens coletivas . Manufaturas não incômodas relacionadas com comércio varejista 	4 pav	15 m 450 m ²
ZONA DE BAIXA DENSIDADE I			
<ul style="list-style-type: none"> . Habitação unifamiliar isolada . Comércio varejista de pequeno porte . Estabelecimento de ensino e cultura . Serviços particulares de habitação . Clubes recreativos . Artesanato 	<ul style="list-style-type: none"> . Restaurante e similares 		15 m 450 m ²
ZONA DE BAIXA DENSIDADE II			
<ul style="list-style-type: none"> . Habitação coletiva (1) . Habitação unifamiliar . Comércio Varejista de pequeno e médio porte . Serviços particulares em habitações . Clubes recreativos . Locais de reuniões e culto . Artesanato . Padarias, confeitarias, cafés, bares 	<ul style="list-style-type: none"> . Estabelecimentos de saúde . Estabelecimentos assistenciais . Restaurante e similares 	2 pav	12 m 360 m ²
ZONA DE SERVIÇO I			
<ul style="list-style-type: none"> . Todos os usos permitidos na zona de média densidade . Pequenas indústrias não incômodas (3) . Concessionárias e oficinas mecânicas . Postos de serviços e abastecimento de veículos automotores (5) . Estabelecimento de saúde . Editoras, tipografias e gráficas . Supermercados (1) . Bancos (3) 	<ul style="list-style-type: none"> . Serviços Públicos . Estabelecimento de ensino e cultura . Estabelecimento de saúde 	4 pav	15 m 450 m ²

Quadro 3: Zoneamento do Uso do Solo de Dourados na Lei 1.040 de 11 de julho de 1979
(continuação)

Usos Permitidos	Usos Permissíveis	Altura Máxima	Dimensões e áreas mínimas dos lotes
ZONA DE SERVIÇO II			
. Indústria de qualquer tipo, exceto as nocivas e/ou perigosas (4) . Comércio de equipamentos pesados (máquinas agrícolas, equipamentos de terraplanagem, etc.) (3) . Concessionárias e oficina de veículos automotores (3) . Pequenas indústria não incômodas (3) . Depósitos, silos, armazéns (3) . Oficina de mecânica leve e pesada de veículos automotores (5) . Estabelecimento de saúde . Editoras, tipografia, gráfica . Transportadora (3)		2 pav (6)	20 m 800 m ²
ÁREA CENTRAL			
. Habitação coletiva (1) . Habitação unifamiliar . Comércio Varejista de pequeno e médio porte . Restaurantes e similares . Serviços particulares . Artesanato . Hotéis e similares . Locais de reuniões e cultos . Bancos (8) . Escritórios	. Serviços Públicos . Estabelecimento de ensino e cultura . Clubes recreativos	4 pav	15 m 450 m ²
ZONA VERDE E FUNDO DE VALE			
. Áreas destinada a lazer/recreação . Faixas não edificáveis, de proteção dos córregos, rios e lagos			
(1) Atendidas as exigências de estacionamento (3) Obrigatório a existência de pátio de manobra em que possam ocorrer operações de carga e descarga e estacionamento (4) A localização de indústrias nocivas e perigosas indicadas pela Administração Municipal, principalmente em área que possam infraestrutura adequada para este fim fora da área urbana (5) Respeitando o distanciamento mínimo de 500 m de outra já existente (6) Com exceção de construções especiais justificadas tecnicamente (8) exceto nas áreas de pedestres			

Fonte: Adaptado de JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados*: estrutura urbana, 1978.

2.3. Ajustes necessários – 1984 e a Atualização do Plano de Complementação Urbana

A atualização do Plano de Complementação Urbana é intitulada como *Cidade de Dourados – Atualização do Plano Diretor – Administração Luiz Antônio*, ao que destaco a intenção de denominá-lo Plano Diretor, ainda que não haja lei municipal que o regulamente. Seu detalhamento, apresentado como de nível preliminar, vem adequar as metas do primeiro trabalho às condições de 1984 onde “os poucos recursos disponíveis fazem com que os

investimentos públicos devam ser, além de sóbrios, racionalizados ao máximo.”¹⁸⁷ As novas propostas da Atualização do Plano Diretor são.

[...] o estabelecimento de diretrizes de crescimento, como orientação para o poder público à aprovação de novos loteamentos. Estas diretrizes referem-se, basicamente, ao sistema viário, ao uso do solo, e ao transporte coletivo. Por fim, foi elaborado um Plano de Governo para esta gestão, com definição das obras a serem executadas, e seus respectivos investimentos.¹⁸⁸

O perímetro urbano de Dourados proposto por Jaime Lerner através da Minuta da Lei do Uso do Solo até 1984, ano desta atualização, foi definido através das Leis 1.058 de 02 de outubro de 1979 e 1.140 de 27 de novembro de 1981. Observei que a delimitação do perímetro urbano em Dourados, de uma forma geral, vem sendo para regularizar a inserção de novas porções de terras, haja vista a necessidade da criação dos loteamentos. Esse procedimento, aparentemente normal, apresenta-se em desacordo com o Plano de Complementação Urbana e a Atualização do Plano Diretor, que tratam o perímetro sob a ótica do projeto urbanístico, estruturado ao sistema viário, ao uso do solo e ao transporte coletivo a partir de uma densidade populacional projetada. Desta forma,

[...] em consequência ao crescimento da cidade, o perímetro urbano foi redefinido, passando a obedecer novos limites. Assim, acrescentou-se ao perímetro urbano uma faixa ao longo da Avenida de Contorno, que se destinaria ao uso predominante de serviços.¹⁸⁹

Observo que essa Atualização, conforme Figura 20, ratificou o Plano de Complementação Urbana, definindo um espaço urbano contíguo onde permanece a premissa da cidade que integra os espaços do morar, trabalhar, viver e divertir.

¹⁸⁷ CIDADE de Dourados, Atualização do Plano Diretor, p. 6.

¹⁸⁸ Op. Cit., p. 6.

¹⁸⁹ Op. Cit., p. 9.

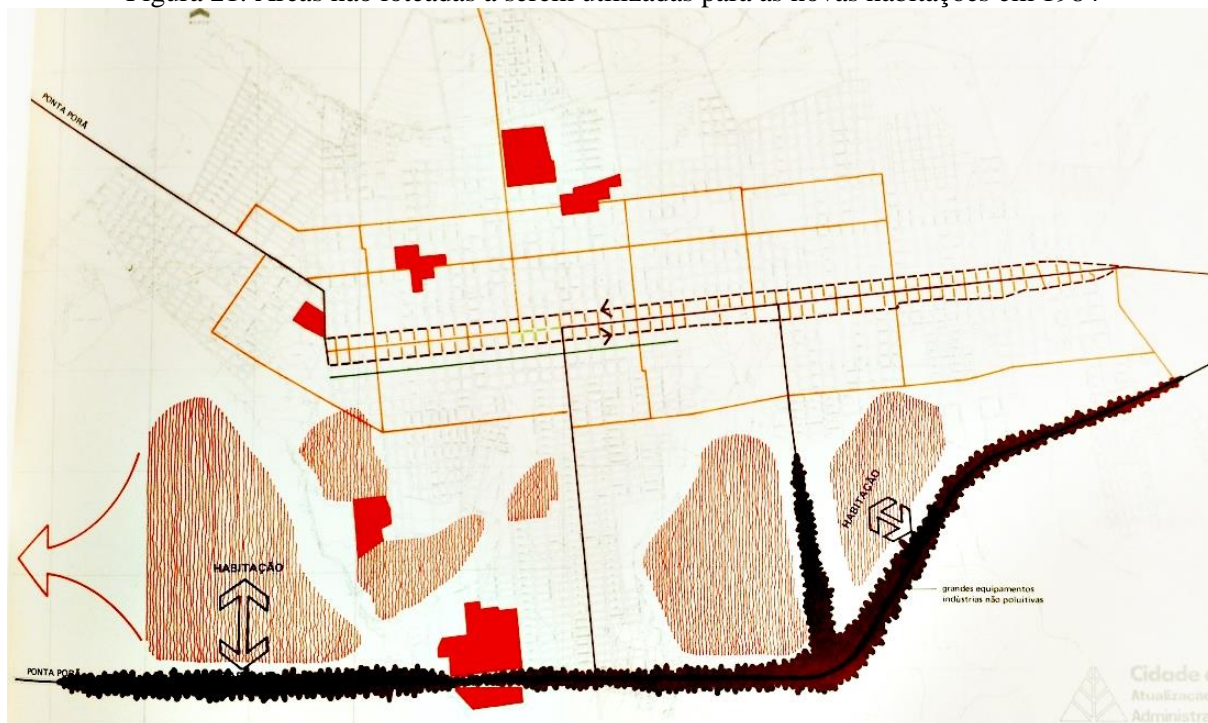
Figura 20: Perímetro Urbano de Dourados proposto em 1984



Fonte: CIDADE de Dourados, *Atualização do Plano Diretor*, 1984, p.10.

A necessidade impressa na Atualização do Plano Diretor da manutenção do especificado Perímetro Urbano e do adensamento demográfico pode ser observada na Figura 21, onde ficam indicadas as áreas não loteadas que deveriam ser utilizadas para habitação.

Figura 21: Áreas não loteadas a serem utilizadas para as novas habitações em 1984



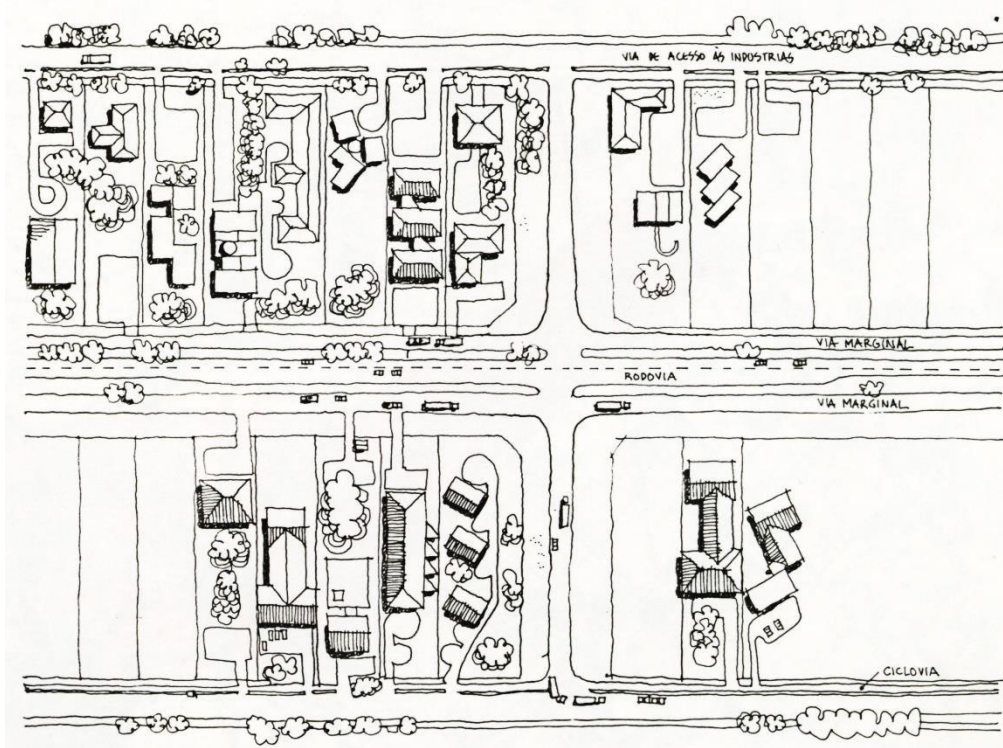
Fonte: CIDADE de Dourados, *Atualização do Plano Diretor*, 1984, p. 25.

Observo que em vermelho mais forte, estão representadas na Figura 21 as áreas dos conjuntos habitacionais recentemente implantados, enquanto que em vermelho mais fraco, ao

lado sul da cidade, encontravam-se as áreas de expansão habitacional previstas na Atualização do Plano Diretor de 1984.

A Atualização do Plano Diretor de 1984 prevê que a ampliação do perímetro se daria através da implantação de uma faixa de 100 m que, quando tratar-se de loteamento industrial, deveria ser estimulado pela Prefeitura através da disponibilização da infraestrutura necessária. Seu acesso seria através de vias marginais, evitando-se o congestionamento e a descaracterização da rodovia de contorno – interligação entre a BR 163 (São Paulo e Paraná) à BR 463 (Ponta Porã), passando pela MS 156 (Caarapó), conforme Figura 22.

Figura 22: Faixa de serviço ampliada no perímetro urbano ao longo da Avenida de Contorno

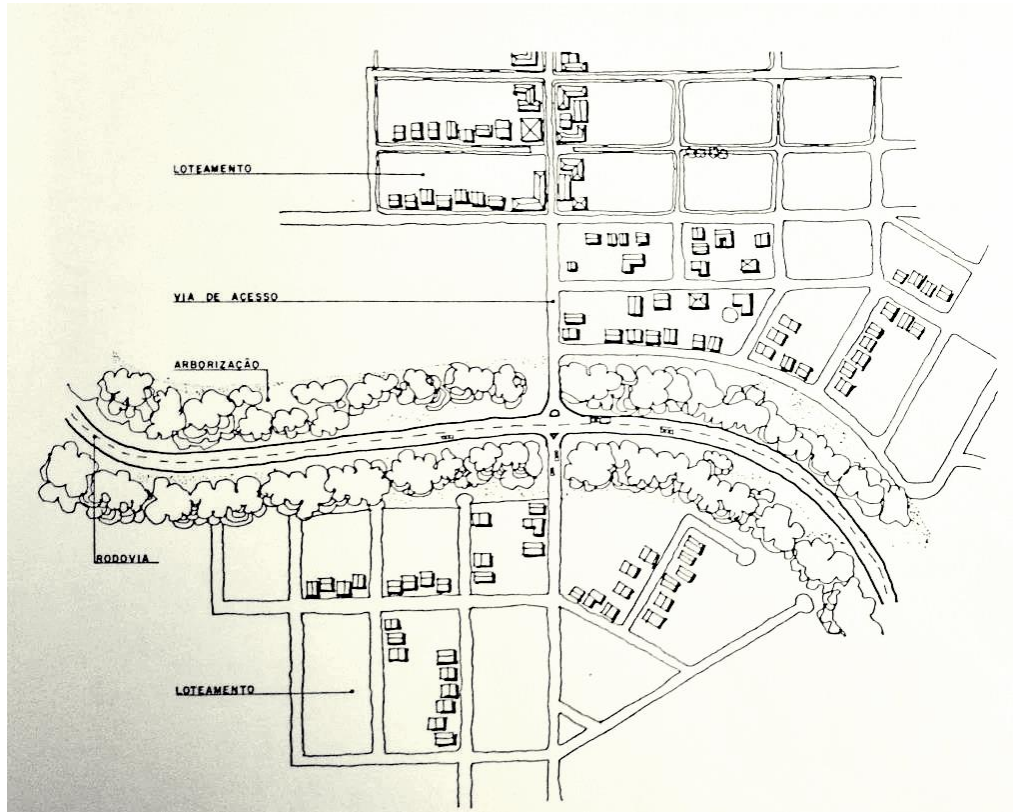


Fonte: CIDADE de Dourados, *Atualização do Plano Diretor*, p. 9.

Foram previstas duas áreas de transição na Atualização do Plano Diretor, uma ao sul da rodovia de Contorno e outra entre o Córrego Laranja Doce e a reserva Indígena. A primeira tem como objetivo evitar o acesso de pedestres e automóveis ao longo da rodovia, conforme ilustrado na Figura 23.

Ao sul da rodovia de Contorno os loteamentos deverão acontecer ao longo dos eixos rodoviários existentes (BR-163, MT-748 e DRD-013) e com faixas de transição com a função de barreiras de proteção ao longo destes eixos, com arborização e vias marginais.

Figura 23: Área de transição ao sul da rodovia de contorno



Fonte: CIDADE de Dourados, *Atualização do Plano Diretor*, p. 12.

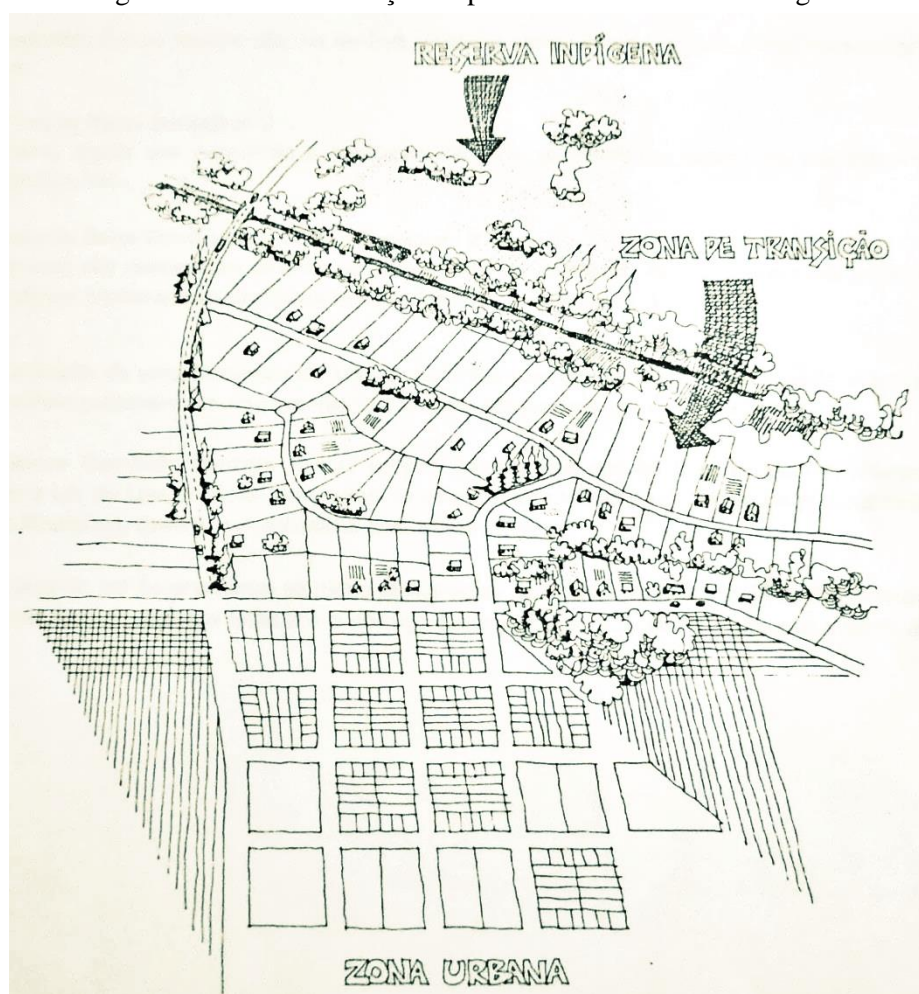
A segunda área de transição tem um aspecto importante a ser ressaltado, pois, nesse momento é feita a primeira referência à Reserva Indígena de Dourados. O documento prevê a criação de "uma faixa de transição entre a área urbana de Dourados e a reserva indígena, preservando ao máximo as características desta."¹⁹⁰ A Figura 24 ilustra essa área de transição.

A proposta prevê uma área de baixíssima densidade na faixa compreendida entre o Córrego Laranja Doce e a coletora definida pela interligação de vários corredores públicos, e um uso de baixíssima densidade (lotes mínimos de 1.500 m²) na área compreendida entre esta coletora e o Córrego São João, no limite do perímetro urbano e o início da reserva indígena.¹⁹¹

¹⁹⁰ CIDADE de Dourados, *Atualização do Plano Diretor*, p. 12.

¹⁹¹ Op. Cit. p. 12.

Figura 24: Área de transição na proximidade da reserva indígena



Fonte: CIDADE de Dourados, *Atualização do Plano Diretor*, p. 12.

A Lei do Uso do Solo recebe duas sugestões na Atualização do Plano Diretor, uma para Zona de Baixa Densidade 1 e outra para Baixa Densidade 2. A Atualização também incorpora a transformação da Avenida Presidente Vargas em eixo de serviços leves até o córrego Laranja Doce e de serviços pesados a partir deste ponto.

As sugestões que se seguem são, na verdade, medidas complementares à Lei, e visam sua consolidação: a) Zona de Baixa Densidade 2 – Incluir como uso permitido a habitação em série, geminada ou superposta sob forma de condomínio. b) Zona de Baixa Densidade 1 e Baixa Densidade 2 – Os usos não residenciais deverão ser localizados nas coletoras. As vias residenciais terão, em qualquer hipótese, uso exclusivamente residencial, com exceção às escolas.¹⁹²

¹⁹² CIDADE de Dourados, *Atualização do Plano Diretor*, p. 13.

A Atualização do Plano Diretor ainda avalia e define as necessidades de equipamentos de educação, saúde, bem como um plano para pavimentação asfáltica para a cidade de Dourados. O levantamento da equipe do projeto de Atualização verificou um déficit na rede escolar de ensino de 6.500 crianças aproximadamente e, na área de saúde, a necessidade da construção de mais quatro postos de saúde, uma vez que Dourados contava com somente um.

As necessidades foram classificadas de acordo com as suas prioridades de reconstrução, construção e ampliação, sendo que a prioridade 1 é relativa ao uso de salas alugadas para extensão, a prioridade 2 ao funcionamento de períodos intermediários e a prioridade 3 à falta de vagas para atender alunos o bairro e imediações. Para a classificação, foram usadas as siglas P1, P2, P3, etc.¹⁹³

Por fim, diante da Atualização do Plano Diretor apresentada, ora focado nas informações relacionadas ao zoneamento e aos equipamentos urbanos comunitários, destaco a notícia disponibilizada no jornal *O Progresso*, no dia 26 de julho de 1984, "prefeitura lança obras para dinamizar sistema viário e manter a urbanização". Na notícia o prefeito Luiz Antônio Alvares Gonçalves lança um pacote de obras e faz menção à Atualização do Plano Diretor.

Essas obras, segundo o secretário, só estão sendo lançadas agora devido ao período de crise financeira que impediu a administração de desenvolver suas metas. Agora, com a arrecadação dos impostos, a Prefeitura, que antes somente podia arcar com a sua manutenção, poderá iniciar investimentos em obras de grande importância para a comunidade. Além desse fator, Valdemar Vasconcelos explicou que o plano diretor da cidade, elaborado em 1978 pelo urbanista Jaime Lerner, foi remodelado e enquadrado com a realidade atual, possibilitando o lançamento de um programa de obras condizentes com a necessidade da população. Ele disse que todo plano diretor é dinâmico e evolui conforme o processo de crescimento da cidade. A sua remodelação a cada cinco anos é recomendada pela Lei Orgânica do Município. O secretário ainda frisou que este programa corresponde a parte inicial da plataforma de governo pretendida pelo prefeito Luiz Antônio, que prevê beneficiar a comunidade com uma série de obras vitais para o desenvolvimento de Dourados.¹⁹⁴

A notícia destaca que o Plano de Complementação Urbana agora estava remodelado e enquadrado com a realidade daquele momento. Enquanto que aquele Plano contemplava obras que seriam realizadas com recursos Federais do projeto CURA I, II e III, e que não foram

¹⁹³ CIDADE de Dourados, *Atualização do Plano Diretor*, p. 42.

¹⁹⁴ Jornal *O Progresso*, 26 de julho de 1984, p. 1.

executadas completamente, a Prefeitura, que antes somente podia arcar com a manutenção dos serviços públicos, dá início a investimentos importantes em obras.

Por fim, a Atualização do Plano Diretor define obras relacionadas a melhorias na infraestrutura como a pavimentação, que era um anseio de grande parte dos moradores. Também estabelece investimentos em equipamentos, escolas, praças e postos de saúde, estrutura necessária à população de Dourados que se encontrava em acelerado crescimento.

Apresentado o Plano de Complementação Urbana e a Atualização do Plano Diretor, no Capítulo 3 abordarei as dinâmicas dos espaços e segregação da moradia em Dourados nos anos 80 e 90. Nesse Capítulo destaco as alterações na infraestrutura urbana que se deu através dos investimentos do Projeto CURA, as novas oportunidades aos moradores da cidade, o projeto e a obra do terminal rodoviário de Dourados e os conjuntos habitacionais criados nesse período.

CAPÍTULO 3

DINÂMICAS DOS ESPAÇOS E SEGREGAÇÃO: O MORAR EM DOURADOS NOS ANOS 80 e 90

Ao elaborar o Plano de Complementação Urbana de Dourados, a equipe de Jaime Lerner também propôs uma minuta de Projeto de Uso do Solo, conforme já apresentado neste trabalho. Após a discussão na Câmara dos Vereadores durante o mês de junho de 1979, o Projeto da Lei do Uso do Solo recebe emendas e é aprovado no Legislativo Municipal. A Lei do Uso do Solo nº 1.040, promulgada no dia 11 de julho de 1979, juntamente com o Plano de Complementação Urbana de Dourados e o Projeto CURA estabeleceram as condições necessárias para a ampliação do crédito no BNH, como definia o seu Conselho de Administração.

Em 30 de março de 1973, o Conselho de Administração do BNH pôs em vigor a Resolução do Conselho de Administração – RC (Resolução do Conselho) nº 7/73, que dispunha sobre “programa de Complementação Urbana, a ser executado através de Projetos CURA – Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada”. Em 6 de junho de 1973 a Diretoria do BNH pôs em vigor a Resolução da Diretoria – RD (Resolução da Diretoria) nº 38/73, que “aprova normas para financiamento, elaboração e execução de Planos Plurianuais e Projetos de COMUNIDADE URBANA PARA RECUPERAÇÃO ACELERADA (CURA) e dá outras providências”.¹⁹⁵

Sobretudo, outros investimentos em infraestrutura geral e de serviços industriais de utilidade pública estavam sendo viabilizado pelo Programa de Financiamento para Urbanização de Conjuntos Habitacionais, o FINC.

3.1. Financiamento de Infra-Estrutura Geral – FIEGE, objetivando o financiamento de obras de terraplanagem, abertura e pavimentação de ruas

¹⁹⁵ FEST, F. D. de C., *Projeto CURA – complementação urbana e mudanças espaciais*, p. 47.

internas e da periferia dos conjuntos habitacionais, assim como de acessos diretos destes aos centros urbanos e/ou mercado de trabalho mais próximo, construção de galerias pluviais, canalização de rios e córregos, obras de arte e outras que venham a ser aceitas pelo BNH. 3.2. Financiamento de Infra-Estrutura de Serviços Industriais de Utilidade Pública – FISP, objetivando o financiamento de obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, abastecimento de gás, telefonia e semelhantes, executadas através de concessionárias de serviços públicos.¹⁹⁶

3.1. A infraestrutura de drenagem, água potável e asfalto – o Projeto CURA

Ao final de 1979, o Projeto CURA estava aprovado e as obras de drenagem e pavimentação asfáltica no bairro BNH 3º Plano encontravam-se em andamento, Fotos 12 e 13. Dourados apresentava uma transformação urbana jamais observada até aquele momento. No dia 8 de janeiro de 1980, o jornal *O Progresso* divulgava, em primeira página, a notícia:

30% da pavimentação do BNH III Plano já está concluída, [...]. A urbanização seguirá os padrões previstos no Plano de Complementação Urbana no Município, elaborado pela equipe do arquiteto e urbanista Jaime Lerner. Com isso, serão implantadas calçadas verdes a exemplo do que ocorrerá nas áreas abrangidas pelos Projetos CURA I e II.¹⁹⁷

Foto 12: Obras de drenagem em 1979 no BNH 3º Plano

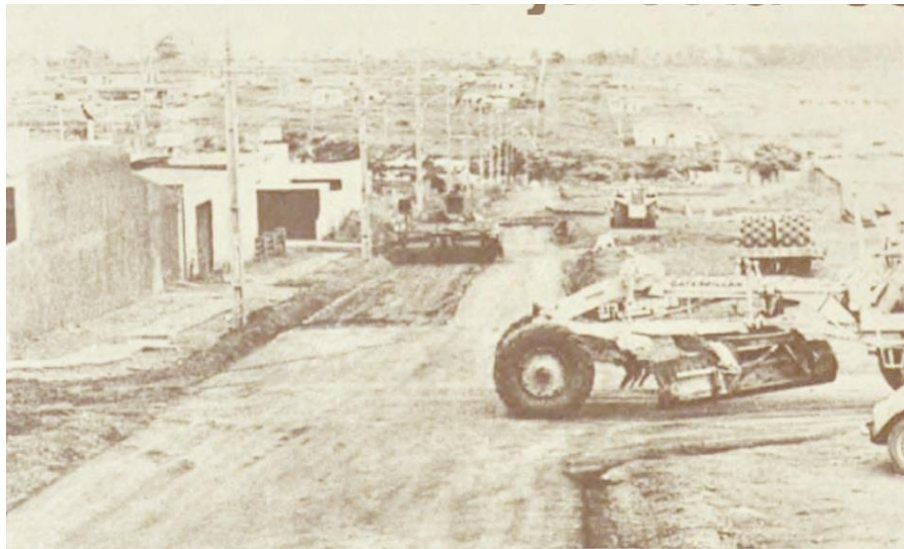


Fonte: Jornal *O Progresso*, 19 e 20/05/1979, p. 2.

¹⁹⁶ BANCO NACIONAL DA HABITAÇÃO. HABITAÇÃO – Informativo de Atualização do B. N. H. Disponível em < <http://www.prognum.com.br/legislacao/leis/BNH-RES-50-80.htm#.V3GC2RLdn1U>>.

¹⁹⁷ Jornal *O Progresso*, 8 de janeiro de 1980, p.1.

Foto 13: Pavimentação do Bairro BNH 3º Plano em 1980



Fonte: Jornal *O Progresso*, 8 /01/1980, p. 1.

A proposta de investimento nas áreas do CURA, ainda que demandasse o desenvolvimento de projetos detalhados, expressa uma estimativa muito próxima do que seria investido em Dourados naquele período. A referida proposta era o plano exigido na primeira etapa do processo de aprovação do financiamento pelo Projeto CURA, denominada convênio de adesão.

1ª etapa - Convênio de Adesão – O município, espontaneamente, dirigia ao BNH solicitação para participar do CURA, com a concordância do poder público local aos princípios básicos do Programa. Nesta etapa, obtida da Câmara Municipal a lei autorizativa de alíquotas progressivas do Imposto Territorial Urbano, elaborava seu Projeto CURA (ou seu Plano de Complementação Urbana), documento básico para análise das solicitações de investimentos. 2ª etapa - Analisado o Projeto CURA proposto, um Convênio de Promessa de Refinanciamento era assinado, no valor acatado pelo BNH. O Município desenvolvia os projetos técnicos, com vistas a licitá-los e buscava obter autorização do Senado Federal para endividar-se no montante prometido. 3ª etapa - Obtida a autorização do Senado, eram realizadas as licitações, definindo o valor exato das obras. O município submetia à análise do BNH a documentação referente aos projetos executivos e eram feitos Contratos de Obras, dos quais faziam parte cronogramas de execução física e financeira. O BNH repassava os recursos através do Agente Financeiro credenciado para a operação, dando-se início à execução das obras.

A Tabela 10 consolida a proposta de investimento disponível no documento submetido ao BNH (Projeto CURA), anexo ao Plano de Complementação Urbana. Os valores foram atualizados para o dia primeiro de junho de 2016 pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC). O investimento total, atualizado, corresponde a R\$ 132.568.747,00, distribuídos em

sistema viário, água potável, recreação, centro comunitário/serviço, escola de 1º grau, estudos e projetos e gerência de implantação.

Tabela 10: Consolidação dos dados do Projeto CURA para Dourados

DENOMINAÇÃO	CURA 1			CURA 2			CURA 3			CURA 4			TOTAL		
	Extensão (m)	Investimento		Extensão (m)	Investimento		Extensão (m)	Investimento		Extensão (m)	Investimento		Extensão (m)	Investimento	
		(R\$)	%		(R\$)	%		(R\$)	%		(R\$)	%		(R\$)	%
Pavimentação	17.490	15.902.698	38,4	4.280	4.037.609	20,4	3.520	3.134.506	15,5	11.410	11.221.437	22,0	36.700	34.296.250	25,9
Drenagem	17.490	11.182.783	27,0	4.280	3.091.166	15,6	3.520	2.026.418	10,0	11.410	8.067.604	15,8	36.700	24.367.972	18,4
Paisag., passeio e Ilum.	-	8.253.262	19,9	-	3.057.197	15,4		4.656.662	23,0		3.095.852	6,1	-	19.062.973	14,4
Sistema Viário		35.338.742	85,3		10.185.973	51,4		9.817.586	48,5		22.384.893	43,8		77.727.194	58,6
Água Potável	25.730	3.013.858	7,3	15.040	1.761.695	8,9	15.040	1.170.169	5,8	21.950	2.571.091	5,0	77.760	8.516.813	6,4
Parque I											20.266.525	39,6	-	20.266.525	15,3
Parque II				-	6.126.694	30,9							-	6.126.694	4,6
Eixo de Lazer				-	263.552	1,3					213.770	0,4	-	477.321	0,4
Recreação					6.390.245	32,27					20.480.294	40,1		26.870.540	20,3
Centro comercial/serviço								2.225.546	11,0					2.225.546	1,7
Escola de 1º grau											1.897.571	3,7		1.897.571	1,4
Estudos e projetos		1.150.842	2,8		549.944	2,8		396.499	2,0		1.420.250	2,8		3.517.534	2,7
Gerência de implantação		1.917.484	4,6		916.574	4,6		6.612.800	32,7		2.366.692	4,6		11.813.550	8,9
FONTE DE RECURSO															
Financiamento BNH/CURA		34.793.577	84		16.239.633	82		16.784.758	83		43.963.881	86		111.781.849	84
Recursos próprios		3.727.883	9		1.782.399	9		1.820.034	9		4.600.871	9		11.931.187	9
Governo do Estado		2.899.465	7		1.782.399	9		1.617.808	8		2.556.040	5		8.855.711	7
TOTAL		41.420.925	100		19.804.431	100		20.222.599	100		51.120.792	100		132.568.747	100

Adaptado de JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: Plano de Complementação Urbana*, novembro, 1978¹⁹⁸

Em resposta à demanda da população, o maior investimento projetado destinou-se ao sistema viário. Nesse setor, a pavimentação, a drenagem, o paisagismo, o passeio e a iluminação pública totalizavam R\$ 77.727.194,00, ou ainda, 58,6% do total do recurso a ser investido, Foto 14. Com 20,3% dos recursos, a implantação dos Parques I e II e do Eixo de Lazer receberia R\$ 26.870.540,00. A implantação das redes de água potável, em terceiro lugar nos investimentos, receberia R\$ 8.516.813,00, ou seja, 6,4%. Os estudos e projetos, juntamente com a gerência de implantação, representariam 11,6% dos recursos, ou seja, R\$ 15.331.084,00.

¹⁹⁸ Atualização dos valores pelo INCC (Índice Nacional da Construção Civil) de 31/12/1978 a 01/06/2016. Fator de conversão Cr\$ 1000,00 = R\$ 585,67, utilizando o site: <http://drcalc.net/correcao.asp>.

Foto 14: Prefeito vistoriando obras de asfalto do projeto CURA



Fonte: Jornal *O Progresso*, 4 /02/1984, p. 2.

O Projeto CURA contemplaria 36.700 m de pavimentação asfáltica que seriam executados após a mesma extensão das galerias de drenagem de água pluvial, Fotos 15 e 16; 77.760 m de redes de água potável seriam instaladas, todavia, o Projeto não contemplava o sistema de esgoto.

Outro melhoramento solicitado pela população residente – rede de esgotos sanitários – deverá ser objeto de um estudo global no que se refere ao seu tratamento final. Assim, a Administração Municipal passará a exigir e a orientar a construção de fossas sépticas, uma vez que o abastecimento de água potável estará suprido através de rede.¹⁹⁹

¹⁹⁹ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados Plano de Complementação Urbana*, p. 58.

Foto 15: Tubos para galeria de água pluvial sendo descarregados na Rua Guarapuava



Fonte: Arquivo pessoal José Elias Moreira

Foto 16: Obras de Galerias Pluviais



Fonte: Jornal *O Progresso*, 10/04/1981, p. 1.

Destaco ainda, que os referidos investimentos, alinham-se aos objetivos definidos para o Projeto CURA, uma vez que contemplam ações voltadas para a urbanização e uso racional do solo, bem como, promovem a oferta de equipamentos e serviços e terrenos urbanizados.

Eram objetivos básicos do CURA, entre outros, colocar à disposição das administrações locais recursos financeiros para ações voltadas à urbanização, contribuir para a ordenação racional do uso do solo e para a coordenação e integração dos investimentos urbanos. Também se objetivava promover uma adequada oferta de equipamentos e serviços e aumentar a oferta de terrenos urbanizados. Essa ação se complementava com instrumentos legais de combate à retenção especulativa de terras urbanas (“vazios urbanos”).²⁰⁰

Observando a planilha que detalha os investimentos no sistema viário da Área 1, Tabela 11, destaco os custos na pavimentação e no paisagismo e passeio. O Eixo de Lazer contaria com R\$ 5.102.357,04 para o calçamento de 34.050 m², 12.750 m² para o gramado e a plantação de 1.000 árvores. Nas Vias Estruturais e Coletoras, seriam investidos R\$ 5.202.506,61, e R\$ 5.165.609,40 para se pavimentar 3.100 m e 6.300 m respectivamente, transformando a região central da cidade abrangida pela Área do Projeto CURA 1.

Tabela 11: Investimento nas vias de circulação da Área do CURA 1

DENOMINAÇÃO	PAVIMENTAÇÃO		DRENAGEM		PAISAGISMO PASSEIO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA				Investimento Total (R\$)	
	Extensão (m)	Investimento (R\$)	Extensão (m)	Investimento (R\$)	Calçadas (m ²)	Gramas (m ²)	Árvores (unid.)	Ilum. Pública (Luminárias)		
Estruturais	3.100	5.202.506,61	3.100	2.108.412,00		5.950	755	119	597.383,40	7.908.302,01
Coletoras	6.300	5.165.609,40	6.300	4.796.637,30			1.476	212	892.561,08	10.854.807,78
Eixo de Lazer	2.250	770.741,72	2.250	1.317.757,50	34.050	12.750	1.000	71	5.102.357,04	7.190.856,26
Ruas Locais	4.840	3.968.499,92	4.840	2.608.574,18			1.105		129.433,07	6.706.507,17
Ruas Residenciais	1.000	795.339,86	1.000	351.402,00	9.194	20.528	338		1.531.527,05	2.678.268,91
TOTAL	17.490	15.902.697,51	17.490	11.182.782,98	43.244	39.228	4.674	402	8.253.261,64	35.338.742,13

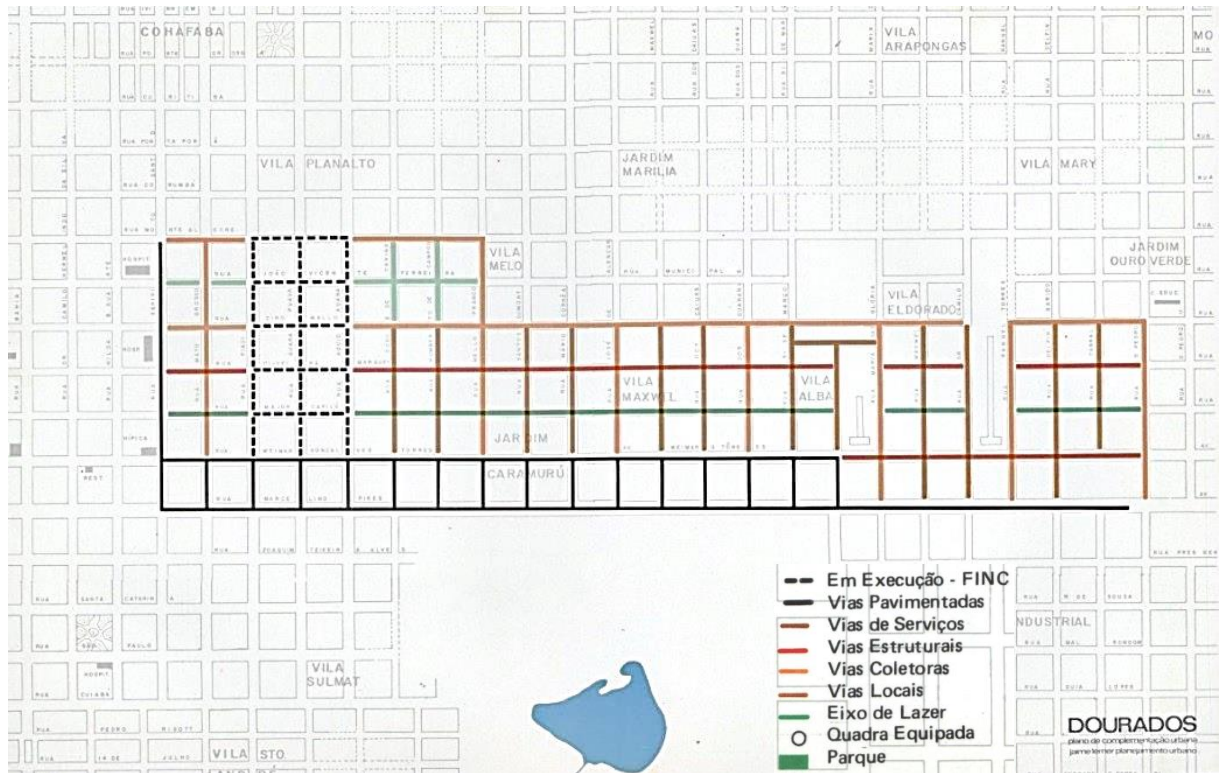
Fonte: Adaptado de JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: Plano de Complementação Urbana*, 1978.²⁰¹

Na Figura 25, apresento o impacto na infraestrutura viária na Área 1 do Projeto CURA, onde somente 17% área encontravam-se pavimentada. O Projeto previa acrescentar 63% de asfalto para essa região, onde 85,6%, ou seja, 17.490 m seriam financiados pelo BNH/CURA, enquanto 14,4%, 2.940 m, já se encontravam em execução com recursos do BNH/FINC.

²⁰⁰ FEST, F. D. de C., Projeto CURA – complementação urbana e mudanças espaciais, p.48.

²⁰¹ Atualização dos valores pelo INCC (Índice Nacional da Construção Civil) de 31/12/1978 a 01/06/2016. Fator de conversão Cr\$ 1000,00 = R\$ 585,67, utilizando o site: <http://drcalc.net/correcao.asp>.

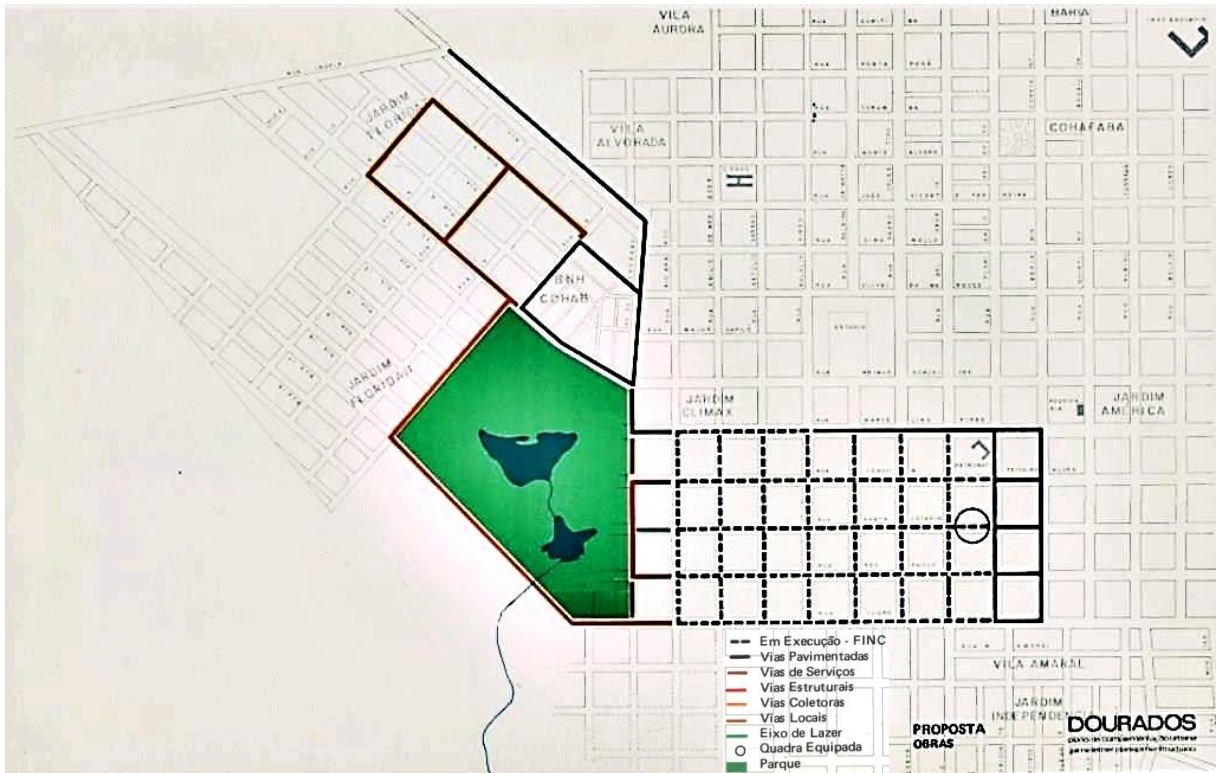
Figura 25: Proposta para o Sistema Viário do Projeto CURA 1



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: Plano de Complementação Urbana*, p. 55.

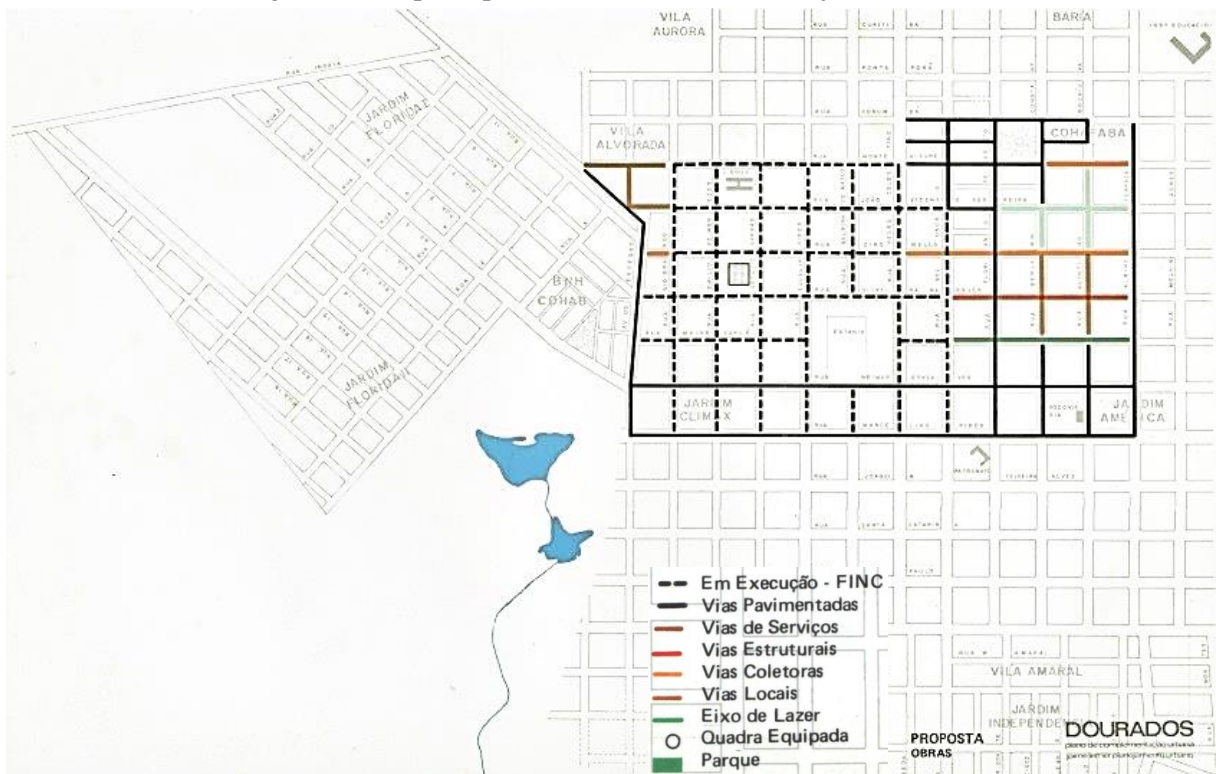
Ressalto que a área da cidade demonstrada na figura seria transformada com a drenagem e a pavimentação asfáltica das Vias Estruturais, representadas pela cor vermelha, Vias Coletoras, na cor laranja, Vias Locais, na cor marrom, Eixo de Lazer, na cor verde e Vias Residenciais que estão indicadas na cor verde claro. Assim, como na Área 1, as Figuras 26 a 28 representam a drenagem e a pavimentação asfáltica das Áreas 2, 3 e 4 respectivamente.

Figura 26: Proposta para o Sistema Viário do Projeto CURA 2



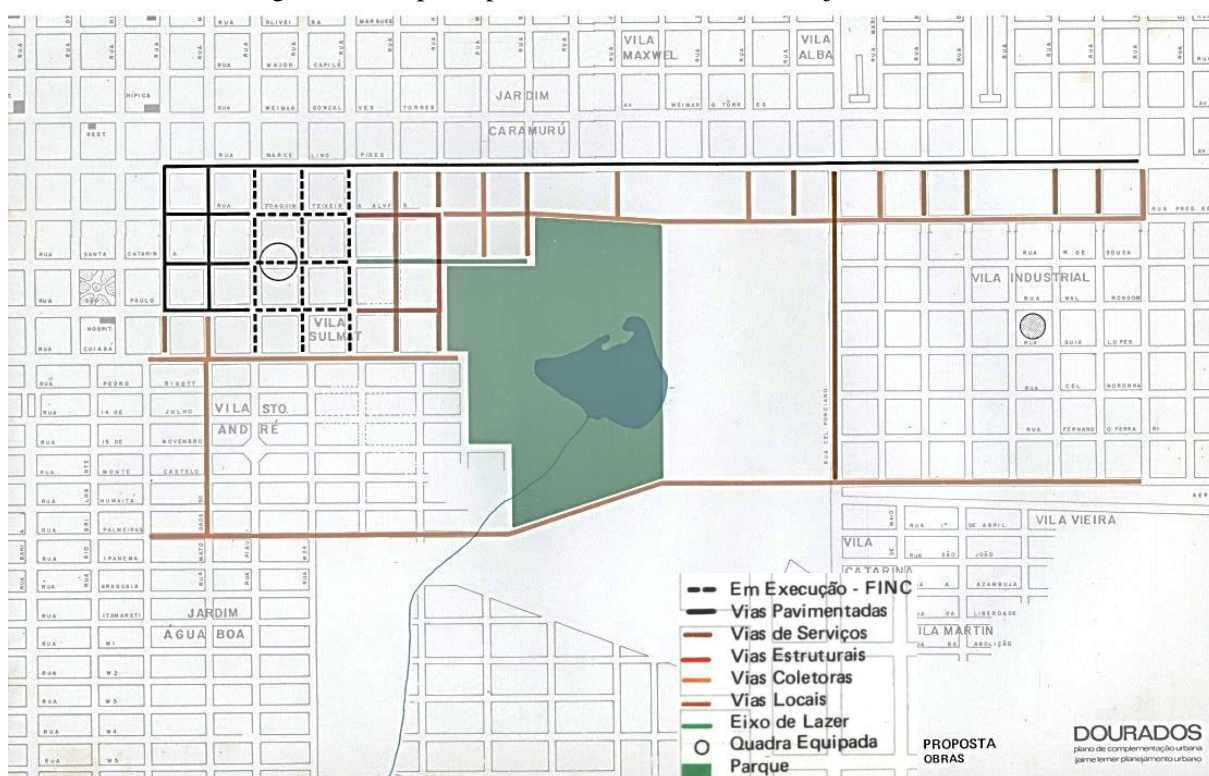
Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: Plano de Complementação Urbana*, p. 81.

Figura 27: Proposta para o Sistema Viário do Projeto CURA 3



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: Plano de Complementação Urbana*, p. 104.

Figura 28: Proposta para o Sistema Viário do Projeto CURA 4



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados* Plano de Complementação Urbana, p. 127.

Os recursos, principalmente do projeto CURA, vão transformando Dourados no início dos anos 80. A imprensa contribuía na divulgação dessas obras.

A área “1” é aquela onde deverá localizar-se o lago, os serviços de Rodoviária, Prefeitura, Fórum e outros órgãos públicos. Serão declarados de utilidade pública aproximadamente 68 hectares para estes serviços. A Área “2” é a que está próxima ao Jardim Flórida e que chega até a rua da atual Rodoviária, servindo a Rua Cuiabá até a Rua Monte Alegre, também muito carente de recursos.²⁰²

3.2. As novas oportunidades nos anos 80 e 90 em Dourados

Às vezes, quando ficava com meu pai no trabalho, no centro da cidade, próximo à Praça Antônio João, observava o movimento das lojas de roupas e calçados, o mercado Catarinense, mercado que fazíamos compra também ficava lá perto – o centro sempre estava movimentado. Eu me lembro da Rodoviária que ficava perto da Barbearia, no centro da cidade eu via pessoas conversando nas ruas, homens que liam o jornal enquanto as crianças

²⁰² Jornal *O Progresso*, 21 de abril de 1980, p. 1.

engraxavam seus sapatos nas cadeiras nas calçadas, ou até mesmo em pé; via crianças vendendo jornal nas esquinas e nas portas das residências e casas comerciais. Lembro-me ainda das lanchonetes do centro, que estavam sempre muito cheias de gente.

Elaine Cristina Musculini, que se dedicou ao estudo das ruas de Dourados, analisa os vários viveres e olhares sobre a rua.

[...] tentar compreender a rua pode vir a constituir-se como importante forma de análise da vida urbana atual. Por ser espaço público, comum, de acesso irrestrito (não há quem não possa transitar por ela), e onde também se convivem as diversidades, o coletivo, os embates e os negócios, é onde tudo acontece, onde tudo é vivido e feito. É o lugar da apropriação, da produção e da reprodução de usos, de vínculos, de táticas, de práticas, de relações, de dinâmicas sociais, de transformações.²⁰³

Assim as pessoas, nas suas ações cotidianas do deslocar para o trabalho, para escola, nas atividades de recreação e lazer, vão vivendo a cidade. A mesma autora ainda afirma:

A cidade é um produto social, é trabalho materializado, construído (e reconstruído diariamente) pelo homem, que produz o lugar a partir do momento em que o ocupa. Esse modo de ocupação do lugar da e na cidade acontece da necessidade da realização de determinada ação, podendo ser ela a produção, o consumo, ou simplesmente o viver.²⁰⁴

Célia Rocha Calvo, ao mostrar as várias possibilidades de olhar sobre a cidade, destaca que

[...] é possível dizer que a cidade é sempre um lugar que se expressa como realização histórica, no decurso de um tempo, num determinado espaço, mas sempre como demonstração dessas muitas e diferentes ações humanas. Às suas vistas, atuam antes como paisagem inscrita na constituição dos muitos desejos e sonhos, realizados ou não, que se descortinam em seu plano físico e simbólico, isto é, nos muitos traçados das ruas e avenidas, nas construções que atentem ao funcionamento de inúmeras práticas, realizadas pelos seus moradores. Nessa perspectiva, os espaços articulados em seu plano expressam antes as realizações de seus muitos e diferentes sujeitos, que, no dia-a-dia das suas ações, vão imprimindo nela uma gama variada de significados, que não podem ser lidos apenas nos discursos que buscam apagar esses diferentes modos de concebê-la.²⁰⁵

²⁰³ MUSCULINI, E. C., *A rua como lugar dos viveres e fazeres: transformações e persistências na área central de Dourados-MS*, p. 39.

²⁰⁴ MUSCULINI, E. C., *A rua como lugar dos viveres e fazeres: transformações e persistências na área central de Dourados-MS*, p. 45.

²⁰⁵ CALVO, C. R., *Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos, Uberlândia 1938-1990*, p. 45.

Assim as cidades vão sendo constituídas através de múltiplos olhares e viveres, dando aos espaços, muitas vezes construídos e edificadas, outros significados que não aqueles aos quais esses se destinam.

As obras galeria de água, pavimentação asfáltica, água potável, construção dos parques e da rodoviária, além de mudar o urbano de Dourados no início dos anos 80, proporcionava emprego a um grupo que chegava à cidade naquele período. O Sr. João Ferreira dos Santos teve seu primeiro emprego nas obras de infraestrutura civil quando chegou do campo.

Aqui eu fui trabalhar em uma empresa de terraplanagem né, com terraplanagem depois ela foi embora, daí eu enfrentei uma porta de loja fui trabalhar na Brasimac trabalhei seis anos. Eu trabalhei de montador de móveis. Como eles não valorizaram o meu trabalho, eu pedi a demissão. Daí entrei em outra loja de móveis, Trivelato, trabalhei quatro anos, aí quando eu fui poder, como se diz dar um pouco de educação pra minha família né.²⁰⁶

O Sr. José Barbosa da Silva conta o seu viver na cidade, comprova a transformação da cidade e destaca as oportunidades geradas no urbano.

Eu vim por causa das crianças né, lá o estudo era bem fraco naquele tempo, o mais velho já tinha uns onze anos, daí vim pra cá, daí cheguei aqui não tinha conhecimento nenhum, fiquei trabalhando por dia pros outro, daí foi indo, foi indo, eu trabalhava prum cara, eu falei pro cara, rapaz me da um emprego pra eu trabalha muito, porque eu não sei trabalha pouco, eu gosto de trabalha muito, daí o cara me deu uma empreita né, daí depois eu peguei uma casa grande pra faze... Daí depois os menino foram crescendo eles trabalhava, no começo eles trabalhava comigo né, depois eles pegaram serviço no escritório... eu arranjei um serviço pra ele no escritório, daí ele trabalhou quatro anos nesse escritório, daí ele aprendeu o serviço... daí o menino já entrou no outro escritório já entrou como contador mesmo já registraram ele tudo certo, daí ele hoje tem o escritório dele... e o caçula, o Walter, ele trabalha lá na EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) é contador... daí um começou na escola o outro começou trabalha numa loja fazendo pacotinho, o outro pegou serviço no escritório e foram assim, tem um que trabalhou no Bradesco.²⁰⁷

Observo a trajetória de trabalho do Sr. José Barbosa da Silva e de seus filhos. O mais velho começou trabalhando em uma oficina mecânica, mas relata que a oficina armazenava gasolina em tambores para vender no final de semana, quando os postos eram fechados – isso era muito perigoso. Em seguida ele começou a trabalhar em um escritório, foi aprendendo até

²⁰⁶ João Ferreira Santos. Entrevista realizada em 16/10/2002.

²⁰⁷ José Barbosa da Silva. Entrevista realizada em 09/05/2002.

conseguir montar o seu próprio escritório. Relembrou os empregos ao longo dos anos 80 que seus filhos foram passando: lojas, escritórios, EMBRAPA, e banco.

O trabalho, e suas oportunidades, se consolidam de forma dinâmica aos moradores da cidade. A construção civil caracterizava-se como restrita oportunidade aos migrantes do campo e demais pessoas sem qualificações necessárias ao desempenho de outras atividades de trabalho na cidade. Todavia, é a cidade que potencializa opções, enquanto o trabalho é criado, ou o trabalhador é moldado às novas demandas e, sobretudo, são os filhos que crescem vivenciando as novas oportunidades.

O Sr. Mário Cezar Tompes da Silva acompanhou as administrações dos ex-prefeitos Luiz Antônio Alvares Gonçalves, partido PDS de 1983 a 1988; Antônio Braz Genelhu de Melo, PMDB de 1989 a 1992; Humberto Teixeira, PRN de 1993 a 1996 e Antônio Braz Genelhu de Melo em seu segundo mandato de 1997 a 2000. Ele relata como observou a gestão dos prefeitos.

Depois da administração do Luiz Antônio nós tivemos a administração do Braz Melo, a primeira administração dele, diferentemente do Luiz Antônio, ele realizou uma administração muito pro-ativa, aquele prefeito obrista, que realiza, põe a mão na massa. Ele foi beneficiado pelo momento histórico também, que propiciou melhores condições econômicas para prefeitura, comparado com aquele momento do Luiz Antônio. O Braz Melo sem tirar o mérito dele, evidentemente, tem a capacidade da pessoa de aproveitar as oportunidades quando elas surgem a sua frente, naquele momento havia uma certa descentralização dos recursos fiscais que começaram a beneficiar um pouco mais o município, isso como um resultado da constituição de 1988. O Braz Melo soube aproveitar bem isso.²⁰⁸

Valéria Ferreira da Silva, ao abordar Dourados como uma cidade de porte médio, caracterizada como polo regional, aponta as mudanças ao longo das décadas. Os anos 80 é citado como momento de importante transformação na cidade.

Contudo, é em 1980 que se tem o aprofundamento do processo de agroindustrialização, através dos Complexos Agroindustriais com a incorporação de empresas ligadas à agricultura, como a SADIA, AVIPAL e CEVAL, além da ampliação da rede bancária, como a Caixa Econômica Federal (1974), Banco Mercantil do Brasil (1975), Banco da América do Sul (1976), Banco do Brasil (1978), Banco Banorte (1981), Banco Nacional de Crédito Cooperativo (1981), UNIBANCO (1982), Banco de Crédito Nacional (1982), Banco Sudameris do Brasil (1984), Banco Itaú (1985), Banco Bamerindus (1989). Essa moderna rede bancária e a topologia empresarial visava atender ao capital investido em Dourados e região, tanto no setor agrícola, como no setor terciário, além de atender às novas formas

²⁰⁸ Mario Cezar Tompes da Silva. Entrevista realizada em 12/12/2005.

de consumo da população formada por profissionais liberais como médicos, dentistas, professores e gerentes de banco, que migravam para a cidade.²⁰⁹

O Sr. Mário Cezar Tompes da Silva chegou à cidade no final dos anos 80. Ele faz uma análise das transformações que foram acontecendo em Dourados.

Quando a gente chegou aqui, eu percebi de imediato o potencial da cidade... era uma cidade que tinha um dinamismo econômico visível na paisagem... essas lavouras tecnificadas, na época era soja e trigo, isso impactava a cidade, era um polo comercial muito forte, com diversas lojas fornecedores de implementos agrícolas, a cidade tinha determinadas carências mas havia uma promessa de que isso daqui poderia vir evoluir positivamente. De fato o tempo terminou revelando que esse potencial, ele de fato era real, a cidade mudou muito de lá para cá, são quase vinte anos quase trinta e nesse sentido Dourados hoje é uma cidade completamente diferente daquela que nos deparamos quando chegamos aqui.²¹⁰

Vindo do interior de São Paulo, acostumado com outro ritmo de cidade, sentiu falta, principalmente, de livrarias, cafés, restaurantes, teatros. Vislumbrou, sobretudo, o potencial da cidade, observando o comportamento econômico baseado na agricultura tecnificada.

Dessa forma vai se desenhando o novo urbano em Dourados. A partir dos anos 80, com uma consolidada rede bancária, se desenvolve a agroindústria e o setor terciário da cidade. São novas empresas, outros consumidores e, sobretudo, oportunidades de trabalho que surgem na construção civil e na distribuição de empregos nos setores secundários, da transformação dos produtos agropecuários, e terciários, do comércio de roupas, calçados, máquinas e ferramentas. Nessa dinâmica, os moradores vão sendo beneficiados, em especial os filhos pelas oportunidades de estudo e trabalho disponibilizados na cidade.

No entorno da praça já havia cinco bancos instalados, enquanto que a cidade contava com 11 agências bancárias, conforme Valéria Ferreira da Silva, Foto 17.

²⁰⁹ SILVA, V. F. da. *Sob a perspectiva do novo: um olhar sobre a dinâmica intraurbana de Dourados –MS e seu processo de urbanização*, p. 113.

²¹⁰ Mario Cezar Tompes da Silva. Entrevista realizada em 12/12/2005.

Foto 17: Vista parcial da cidade de Dourados nos anos setenta



Fonte: <http://profgilbertocantu.blogspot.com.br/2015/09/dorados-80-anos-primeiros-passos-em-seu.html>. Acesso em: 05 de março de 2016.

A Sr.^a Suzana Arakaki lembra que a propaganda da cidade trouxe crescimento, que também atraiu novos investimentos: “[...] e os bancos foram chegando, eu lembro que, tinha o banco Financial... é, banco Financial, que funcionava onde hoje é o Bamerindus né, tinha um hotel, que hoje é o Grande Hotel.”²¹¹ O hotel que aparece na Foto 17 é o Alphonsus Hotel, diferentemente do Grande Hotel citado pela entrevistada.

E a cidade seguia passando por mudanças ao longo dos anos oitenta; a relação com o centro e com o comércio vai se alterando na vida de alguns dos entrevistados. O Sr. José Alves dos Santos faz, em sua fala, uma relação das mudanças em sua vida com as mudanças ocorridas na cidade.

[...] daí eu fiquei dez anos pagando aluguel na Marcelino Pires, mas eu sempre tive um sonho de comprar um lugar um ponto comercial pra saí do aluguel, daí Deus me ajudou-me que apareceu um ponto ali no centro e eu consegui comprar já tinha uma casa feita, vendi a casa que eu morava lá no Ouro Verde e comprei ali pertinho da feira, pertinho do centro, e construí o meu salão na frente, faz quinze anos graça a Deus sai do aluguel e hoje to nesse ponto até hoje. Depois a família foi crescendo, os filhos foram casando eu já construí outra casa, aqui onde eu to morando na Vila Adelina e uma das minhas filhas mora lá no salão na casa do salão, e já tá com quinze anos que eu saí do aluguel graças a Deus.²¹²

²¹¹ Suzana Arakaki. Entrevista realizada em 01/03/2013.

²¹² José Alves dos Santos. Entrevista realizada em 07/08/2002.

Num período de dez anos, entre 1977 a 1987, o Sr. José Alves dos Santos conseguiu realizar um dos seus desejos que era ter o seu próprio ponto comercial. Negociando, vendendo e comprando outros imóveis, ele vai “se acertando” com a cidade, lembrando, como citado no capítulo anterior, que a sua profissão, diferentemente da profissão da maioria das pessoas que advinham do campo, era barbeiro.

O Sr. João Ferreira dos Santos sente-se realizado com a cidade de Dourados, pelas oportunidades que proporcionou aos seus filhos.

Eu vim pra cidade porque o campo não deu mais pra vive, tava muito difícil, e aqui eu estudei os meus filhos né, e tão trabalhando né, e uma é professora o outro está se formando farmacêutico né..., estão todos realizados né, e eu também estou contente, porque já cheguei a idade que tô né, graças a Deus sou bem realizado, porque se eu criei dois filhos, nunca passou necessidade, estudei né, então tô realizado, agora como se diz, eles têm que fazer a parte deles, que a minha eu já fiz.²¹³

Enquanto a cidade crescia e realizava obras de infraestrutura, também oportunizava trabalho àqueles que chegavam nas mais variadas áreas: construção civil, comércio de roupas e móveis, estabelecimentos ligados às atividades agrícolas.

A Sr.^a Doralia Rocha Saldanha lembra a distância das escolas na época em que foi morar no BNH 4º Plano. Mencionando os filhos em idade escolar, a entrevistada explica: [...] “estudavam no Presidente Vargas, tinha que pegar ônibus não tinha nenhuma escola aqui perto, a mais perto era lá no centro mesmo, a Andreia estudou no Erasmo Braga e os meninos no Presidente Vargas.”²¹⁴

As escolas que existiam concentravam-se no centro. Os moradores do BNH 4º Plano, Parque das Nações, Ouro Verde precisavam deslocar-se para escolas distantes de suas casas, como também relata o Sr. José Alves dos Santos.

Porque quando eu cheguei aqui essas escolas nenhuma tinha o segundo grau, a única que tinha o segundo grau aqui em Dourados era o Presidente Vargas, eu morava lá no Jardim Ouro Verde e a minha filha mais velha, a Maria, ela pra fazer o segundo grau ela vinha de circular toda noite pro Presidente Vargas.²¹⁵

O Sr. José Alves revela a carência de vagas no ensino médio, uma vez que se dispunha somente de uma escola naquele momento. Adolescentes e jovens de todos os bairros da

²¹³ João Ferreira Santos. Entrevista realizada em 16/10/2002.

²¹⁴ Doralia Rocha Saldanha. Entrevista realizada em 24/06/2016.

²¹⁵ José Alves dos Santos. Entrevista realizada em 07/08/2002.

cidade se dirigiam até o Presidente Vargas para fazer o ensino médio. A Sr. Doralia Rocha que morava no 4º Plano lembra ainda que “não vinha ônibus aqui por causa do barro, atravessava a rodovia e ia pegar lá no Campo Dourado.”²¹⁶

O Sr. José Carlos Silva também se lembra de onde ia estudar: “eu morava aqui no Jardim Itália e ia estudar lá no Reis Veloso, não tinha escola nenhuma aqui, tinha só o Abigail, mas não tinha vaga, depois nós passamos a estudar lá.”²¹⁷ Em sua fala, observa-se a carência de escolas naquele momento. Eu também me lembro de que quando cheguei à idade escolar, em 1977, foi difícil conseguir uma vaga, pois havia poucas escolas na cidade, até mesmo para o ensino fundamental.

O Plano de Atualização Plano Diretor, não obstante, fez o levantamento da oferta e da demanda de vagas e propôs uma priorização nos investimentos para a instalação dos equipamentos comunitários, conforme apresentado na Figura 29.

Em 1984 havia o déficit de 6.500 vagas nas escolas, aproximadamente. As necessidades foram classificadas quanto as prioridade de reconstrução, construção e ampliação:

[...] prioridade 1 é relativa ao uso de salas alugadas para a extensão, a prioridade 2 ao funcionamento de períodos intermediários e a prioridade 3 à falta de vagas para atender alunos do bairro e imediações. Para a classificação, foram usadas as siglas P1, P2 e P3.²¹⁸

Outro setor que não correspondia às novas demandas era o da saúde. Os postos de saúde existentes em Dourados não mais atendiam a necessidade da população,

[...] sendo necessária a construção de quatro postos de saúde. A localização destes postos seria: Jardim Itália, Entre a Vila Rosa e a Vila Índio, Parque das Nações II e entre o Jardim Flórida II e o BNH.²¹⁹

Os equipamentos comunitários de educação e saúde estavam sendo planejados para funcionarem nos bairros mais afastados do centro, como o Jardim Itália, Entre a Vila Rosa e a Vila Índio, Parque das Nações II e entre o Jardim Flórida II e o BNH.

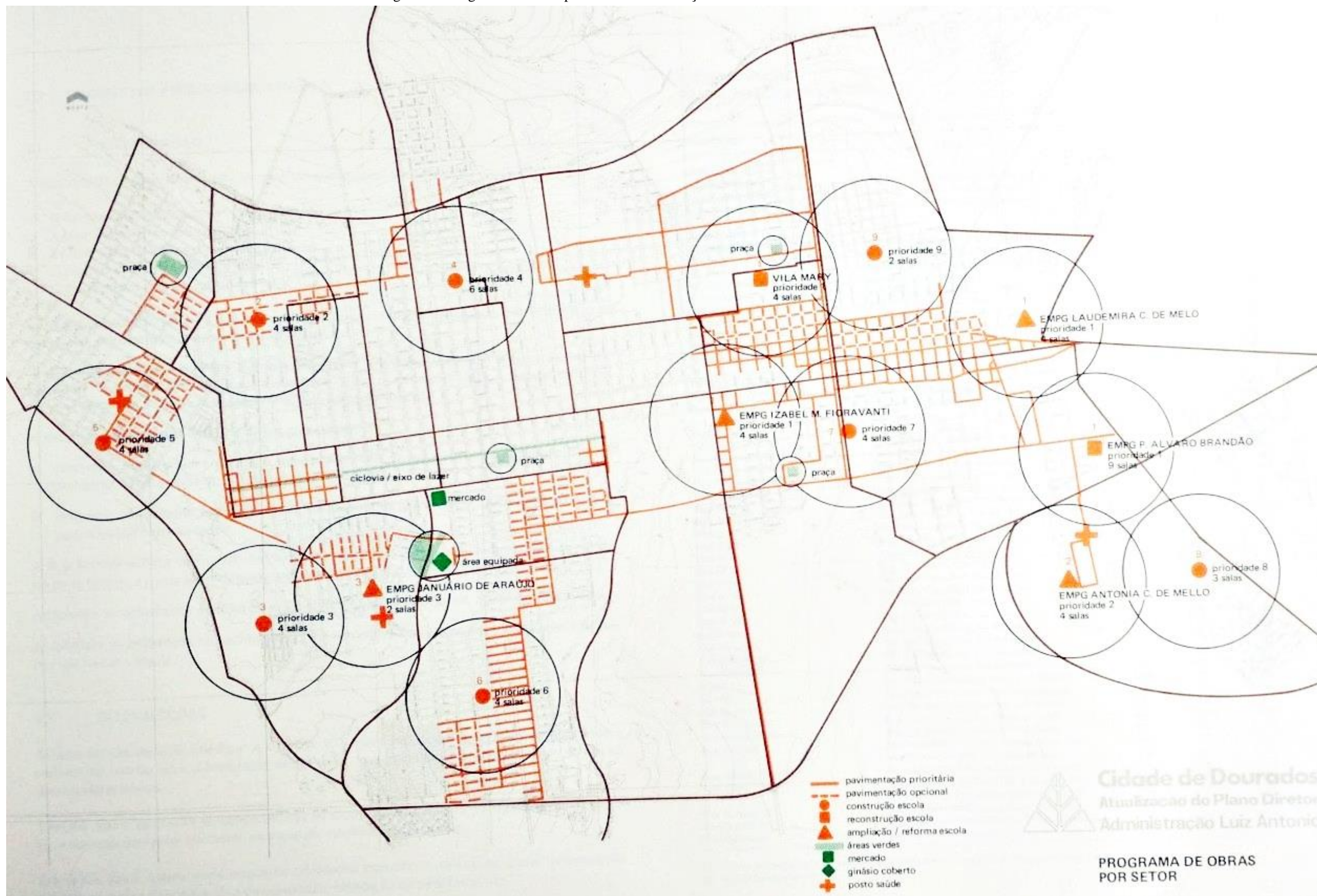
²¹⁶ Doralia Rocha Saldanha. Entrevista realizada em 24/06/2016.

²¹⁷ José Carlos Silva. Entrevista realizada em 06/03/2016.

²¹⁸ CIDADE de Dourados, *Atualização do Plano Diretor*, p. 42.

²¹⁹ CIDADE de Dourados, *Atualização do Plano Diretor*, p. 42.

Figura 29: Programa de obras por setor da Atualização do Plano Diretor de Dourados em 1984



Fonte: CIDADE de Dourados, *Atualização do Plano Diretor*, p. 28

O CEU (Centro de Educação Unificada) foi uma escola criada com uma proposta de ensino diferenciada: os alunos passariam mais tempo na escolar, parte estudando e parte fazendo atividades complementares. Esse equipamento foi importante para a redução do déficit de vagas naquele momento.

O Sr. Mário César Tompes Silva identificou a construção das escolas como “uma atuação destacada na educação, que significou construir prédios escolares”²²⁰. Embora ele admita que a construção das escolas não significasse melhoria na qualidade da educação, ressalta que, no momento, essas obras resolviam um grave problema da cidade, o déficit de vagas que já permanecia desde os anos 80.

3.3. O Terminal Rodoviário de Dourados e outras mudanças no urbano

Nos anos 70, Dourados não tinha um terminal rodoviário com plataformas de embarque, guichês de vendas de passagem por empresa de ônibus e estrutura que acomodasse os passageiros nos períodos de espera. Tereza de Souza Santos lembra-se dos locais que funcionavam como rodoviária: “ali o bar do ponto, era antes da Rua Bahia que era um bar bem movimentado ali, chamava do ponto porque o ônibus parava ali, quem vinha de Naviraí, do Paraná parava ali.”²²¹ A entrevistada refere-se ao Bar Douradense, como apresento na Foto 18. Na Figura 33 apresento os locais da cidade que foram citados pelos entrevistados ao longo deste item.

Como pode ser observada na Foto 18, o ponto de parada de ônibus sempre estava movimentado; as pessoas ficavam nas calçadas com malas, sacos e todos os objetos que deveriam levar na viagem. O Sr. José Carlos de Souza faz menção aos vários locais de parada de ônibus.

A rodoviária, as antigas, começou ali onde era a Farmácia Universal, depois mudou mais pra lá, perto da Farmácia Popular, depois mudou mais pra lá onde é os barracão, era ponto, a primeira rodoviária foi ali perto da Seller, pra cá da Seller (Loja da cidade), ali nós descia quando chovia era aquele barro vermelho, a gente vinha lá do Paraná era areia, aqui era um barro vermelho a gente estranhava, e daí foi mudando, ia trabalhando no centro ia vendo a mudança da rodoviária²²².

²²⁰ Mario Cezar Tompes Silva. Entrevista realizada em 12/12/2015.

²²¹ Tereza de Souza Santos. Entrevista realizada em 30/06/2016.

²²² José Carlos de Souza. Entrevista realizada em 06/03/2016.

Foto 18: Pontos de ônibus no Bar Douradense em 1982



Fonte: jornal *O Progresso*, 20/01/1982, p. 1

Existia um local onde passavam ônibus de todas as linhas e ficavam parados por mais tempo. Nesse local também eram vendidas as passagens; era a rodoviária em 1984. Na Foto 19 apresento os espaços internos da rodoviária e na Foto 20 a vista externa do terminal localizado na esquina da Avenida Marcelino Pires com Rua Quintino Bocaiuva.

Foto 19: Vista interna da Rodoviária na Avenida Marcelino Pires com Rua Quintino Bocaiuva em 1984



... os passageiros tem que aguentar a "barra" na atual "rodoviária".
Fonte: Jornal *O Progresso*, 19/06/1984, p. 3

Foto 20: Vista externa da Rodoviária na Avenida Marcelino Pires com Rua Quintino Bocaiuva em 1984



Fonte: Jornal *O Progresso*, 19/06/1984, p. 1

Além das mudanças no centro, nas praças, nas ruas e nos bairros, a construção do novo Terminal Rodoviário de Dourados chamou a atenção dos moradores da cidade. O Sr. José Alves descreve a região antes da edificação da rodoviária.

Onde é a rodoviária era um taboal, só tinha imbaúba e taboa, ninguém sabia que existia aquilo ali, pensava que era só água ali, o Dr. José Elias Moreira que fez aquela rodoviária, aquele lago ali, limpou, tudo e fez a Joaquim Teixeira Alves.²²³

Eu me lembro de que quando passava pela Avenida Marcelino Pires de ônibus, avistava um lugar baixo com várias casinhas de madeira bem simples lá ao fundo, e muito mato. Numa dessas casinhas, em primeiro plano, margeando a avenida, no sentido centro, morava a Sr.^a Sandra Maria de Lima Santos, que narra.

Meus pais chegaram e colocaram uma oficina lá na Rua Benjamim Constant e a gente morava lá do lado... depois o meu pai comprou ali na Marcelino Pires onde agora é o shopping e construiu a oficina, construiu a nossa casa, e do lado tinha uma casinha que alugava sempre, e a nossa vida toda foi ali. Nessa época não tinha asfalto era bem baixo ali, e a nossa casa era assim no nível da rua, da Avenida Marcelino Pires, e não tinha quase nada assim e daí, depois, quando foram fazer o asfalto começaram a colocar caminhões e caminhões de terra... colocaram alto assim para fazer a rua, o asfalto, daí a

²²³ José Alves dos Santos. Entrevista realizada em 07/08/2002.

nossa casa ficou uns dois metros da rua, a rua lá em cima e a casa lá embaixo... vai descendo eles quiseram nivelar ali assim o pai pegou colocou o padrão de luz assim, e colocou uma escada para gente descer, a gente descia uns doze degraus, daí a oficina também tinha ficado embaixo e daí ficava difícil assim para os carros entrar, ele pegou, não sei como, que chama um negócio grande assim²²⁴ e em cada pilar ele colocou um, e as pessoas iam levantando, ele levantava um pouco aqui, um pouco ali, mais de metro, e daí depois ele colocou caminhões e mais caminhões de terra daí ficou da altura da rua e a casa lá em baixo e ali era assim um lugar de muita nascente, você cavava assim vinte centímetros já saía água.²²⁵

Ela ainda se lembra de quando seu imóvel foi desapropriado.

Quando a prefeitura desapropriou lá que iria construir, eles tinham ideia de construir né, primeiro falaram que ia construir a prefeitura, depois a rodoviária, a gente nem sabia ao certo... Quando desapropriaram a ideia era construir a prefeitura ou a rodoviária, daí eles ofereceram um valor, daí meu pai sempre foi muito inteligente, ele falou tá muito baixo isso daí, com tanta árvore frutífera que tem, tanta benfeitoria, daí eles falaram, então relaciona todas as árvores... para cada árvore frutífera tem um valor, eu sei que com o dinheiro que recebeu comprou uma casinha ali na Melo Franco e comprou o terreno ali na Weimar Torres, e ele desmanchou o barracão com a madeira as coisas ele veio e montou ali na Weimar Torres, usou as madeiras as telhas mas construiu de material. Desapropriou ali com a ideia dessa coisa, e ficou anos e anos ali e fizeram a rodoviária mais pra cá e tudo...²²⁶

Na Foto 21 apresento o telhado da casa da Sr.^a Sandra Maria de Lima Santos, que ficou abaixo do nível da rua após o aterro e asfaltamento da Avenida Marcelino Pires.

Foto 21: Casa em desnível com a Avenida Marcelino Pires, anos 80, na região atual do Shopping Avenida Center de Dourados



Fonte: Arquivo pessoal da Sr.^a Sandra Maria de Lima Santos

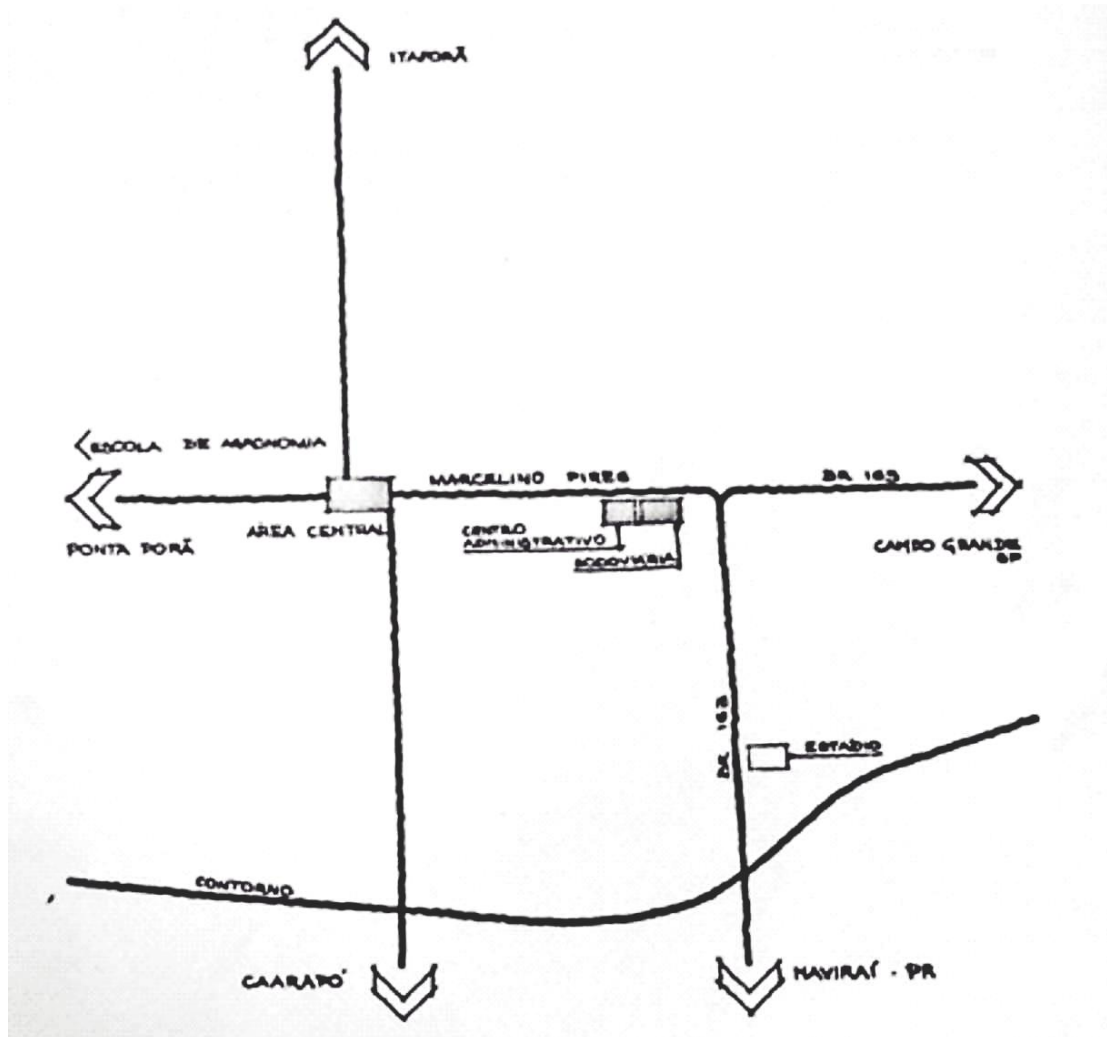
²²⁴ Trata-se do chicão, uma espécie de macaco de grande dimensão (1,5 m) acionado por manivela manual.

²²⁵ Sandra Maria de Lima Santos. Entrevista realizada em 21/02/2016.

²²⁶ Sandra Maria de Lima Santos. Entrevista realizada em 21/02/2016.

O local dos grandes equipamentos, aqueles que norteiam o crescimento e o fluxo da cidade já estava definido no Plano da Complementação Urbana, conforme a Figura 30.

Figura 30: Localização dos grandes equipamentos urbanos próximos a rodoviária



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: Estrutura Urbana*, p. 19.

A proposta continha a justificativa da localização projetada.

A localização proposta para o centro administrativo e a estação rodoviária junto à Rua Marcelino Pires, próximo ao entroncamento com o acesso ao Paraná e adjacente ao parque mais central da cidade é aquela que proporciona integração perfeita com a cidade: o acesso fácil e a posição equidistante em relação à malha urbana; a infra-estrutura já disponível; as alternativas de deslocamento oferecidas pelo transporte coletivo; o uso

compatível com o zoneamento estabelecido e, finalmente, a facilidade de comunicação com os diversos núcleos de distritos.²²⁷

Diversas vantagens foram elencadas pelo urbanista para a instalação do centro administrativo e da rodoviária naquele local: o entroncamento entre os acessos ao Paraná e a Campo Grande; o centro geométrico da cidade projetada; a infraestrutura disponível de drenagem, água, asfalto e energia; a facilidade para o deslocamento em transporte coletivo, a compatibilidade com o zoneamento, eixo de serviços, avenida estrutural, enfim, a ligação com os diversos núcleos de distrito.

A Sr.^a Sandra Maria de Lima Santos morava na área onde estava previsto o centro administrativo. Ela lembra que essa área ficou ociosa por muitos anos, todavia, a rodoviária foi construída logo em seguida à desapropriação, que se deu através do Decreto nº 057 de 23 de maio de 1980.

A Sr.^a Sandra Maria ainda guarda cópia do jornal com o decreto com destaque a caneta feito pelo seu pai. No artigo 2º, do referido Decreto, consta:

Os imóveis referidos no artigo anterior serão necessários às obras de canais, barragens, lago artificial, arruamentos, Parque 1, áreas de lazer, instalação do centro administrativo, fórum, terminal rodoviário, Câmara Municipal e outros equipamentos.²²⁸

Dos objetivos propostos no Decreto, foram construídos apenas o Parque I e a rodoviária. Ela conclui dizendo, “e a rodoviária construíram mais para cá. Onde é o shopping ficou abandonado, abandonado muitos anos, depois que veio essa firma comprou e construiu o shopping”.²²⁹

A Sr.^a Sandra Maria relata que o local onde era a sua casa ficou cercado por tapumes e que de vez em quando passava pela frente e tinha vontade de olhar pelas frestas para ver se a ruína de sua casa ainda estava por lá. Ela conta também, que depois de algum tempo, não mais gostava de passar em frente, e raramente passava, pois sentia saudades quando olhava o local. Por fim, se remete às obras do shopping, pensando como seria entrar no local que antes era a sua casa.

[...] passaram a patrôla para construir o shopping e daí eu ficava pensando aí meu Deus do céu quando eu entrar no shopping, como será quando eu entrar no shopping como será que eu vou me sentir. Aí eu lembro que a primeira

²²⁷ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: Estrutura Urbana*, p. 19.

²²⁸ Decreto nº 057 de 23 de maio de 1980. *Jornal O Progresso*. 12 de junho de 1980, p. 14.

²²⁹ Sandra Maria de Lima Santos. Entrevista realizada em 21/02/2016.

vez que eu fui lá, quando eu entrei assim, meu Deus do céu! entrei ali pela porta principal que dava bem aonde era a calçada da nossa casa, a entrada da nossa casa, daí na hora que eu coloquei o pé assim eu comecei a lembrar assim, a entrar, deu a impressão que eu estava pisando no quintal, pisando na terra, a minha sensação foi de estar pisando no quintal da casa, na terra, as vezes a gente tá lá na praça da alimentação, a gente lembra, olha aqui era isso, isso e isso, ali era o quintal dos fundos da nossa casa.²³⁰

Foto 22: Região da desapropriação para a rodoviária – família da Sr.^a Sandra Maria de Lima Santos no quintal da sua residência



Fonte: Arquivo pessoal da Sr.^a Sandra Maria de Lima Santos

A Sr.^a Sandra Maria mantém a memória da sua casa, das ruas onde passava, das transformações dos espaços e do tempo que ficou fechado com tapume o seu antigo local de residência. Para Giulio Carlos Argan, se vivemos na cidade, a nossa memória é constituída por espaços da cidade.

É evidente que, se nove décimos da nossa existência transcorrem na cidade, a cidade é a fonte de nove décimos das imagens sedimentadas em diversos níveis da nossa memória. Essas imagens podem ser mnemônicas, perceptivas, eidéticas. Cada um de nós, em seus itinerários urbanos diários, deixa trabalhar a memória e a imaginação: anota as mínimas mudanças, a nova pintura de uma fachada, o novo letreiro de uma loja; curioso com as mudanças em andamento, olhará pelas frestas de um tapume para ver o que estão fazendo, do outro lado; imagina e, portanto, de certa forma projetada, que aquele velho casebre será substituído por um edifício decente, que aquela rua demasiado estreita será alargada, que o trânsito será mais disciplinado ou até mesmo proibido naquele determinado ponto da cidade; lembra-se de como

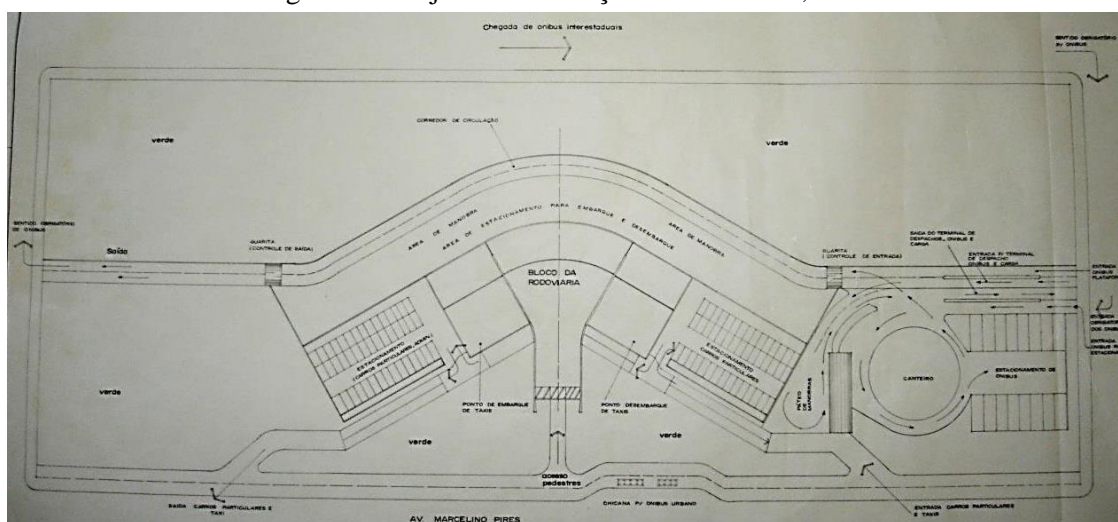
²³⁰ Sandra Maria de Lima Santos. Entrevista realizada em 21/02/2016.

era aquela rua quando, menino, a percorria para ir à escola ou quando, mais tarde, por ela passeava com a namorada; ou o famoso incêndio, o crime de que falaram todos os jornais, etc²³¹.

Com o passar dos anos, o projeto da implantação do centro administrativo, fórum, terminal rodoviário, Câmara Municipal e outros equipamentos foram abandonados pelos gestores municipais, embora planejados no Plano de Complementação Urbana. O centro administrativo e o fórum foram construídos em outros locais, enquanto que o espaço desapropriado deu lugar ao Shopping Avenida Center de Dourados e ao Íbis Hotel.

O Sr. José Elias Moreira apresenta a edificação da rodoviária como uma grande obra do seu mandato, “a rodoviária! a rodoviária, minha nossa! era aqui na Marcelino Pires aquilo era um antro de sujeira, de tudo, as pessoas desciam no meio do barro, daí nós fizemos esse projeto, desta rodoviária”²³², Figura 31.

Figura 31: Projeto de edificação da rodoviária, 1979



Fonte: Arquivo Público Prefeitura Municipal de Dourados

A construção da rodoviária foi anunciada na primeira página no jornal do dia 31 de março de 1979, Figura 32, no entanto, o decreto de desapropriação da área data de maio de 1980.

²³¹ ARGAN, G. C., *História da arte como história da cidade*, p. 232-233.

²³² José Elias Moreira. Entrevista realizada em 09/11/2013.

Figura 32: Lançamento da obra de construção da rodoviária



Fonte: Jornal *O Progresso*, 31/05/1979, p. 1.

O Terminal Rodoviário de Dourados foi projetado para 30 mil passageiros por dia, o que previa o crescimento da cidade para os próximos vinte anos, a partir de então, podendo ainda ser ampliada quando necessário. Seria composto por quinze plataformas de embarque e cinco de desembarque, como anunciado no Jornal *O Progresso* do dia 31 de maio de 1979.

O Prefeito José Elias Moreira anunciou que a construção do Terminal Rodoviário de Dourados deverá ser iniciada dentro de aproximadamente noventa dias, com prazo de execução da obra previsto para dezoito meses. A rodoviária de Dourados incluída na classe D, terá vinte plataformas, sendo quinze de embarque e cinco de desembarque para atender um fluxo de trinta mil passageiros por dia, entre os que chegam e os que saem... Foi projetada para suportar vinte anos de crescimento da cidade, e mesmo após a sua ocupação total, a sua capacidade poderá ser ampliada para 32 plataformas, passando para a Classe C.²³³

A obra da rodoviária foi anunciada em 1979, o Decreto de desapropriação do terreno é de 1980, as obras foram iniciadas em 1981, e a inauguração aconteceu em 1984. Na Foto 23 apresento o prédio da rodoviária pouco tempo depois de sua inauguração.

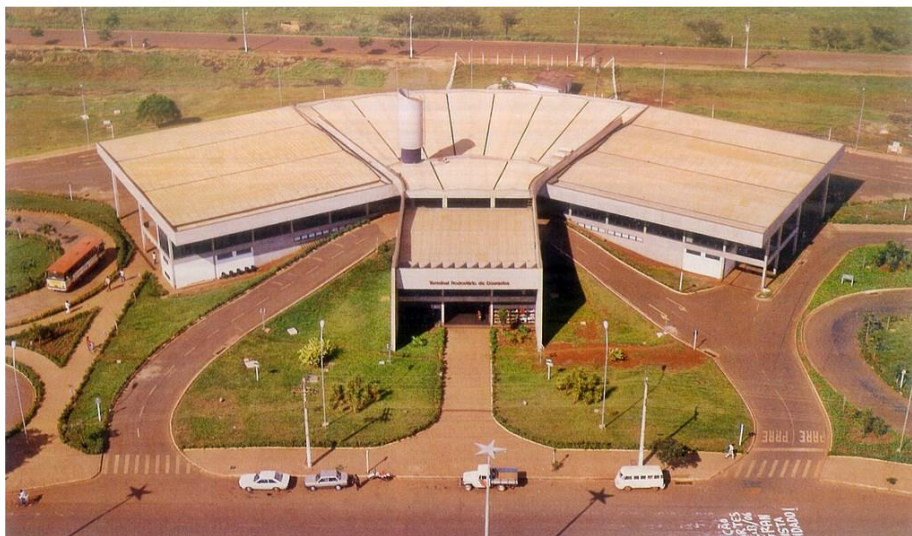
O Terminal Rodoviário de Dourados, por um tempo, tornou-se um local de passeio e até atração turística. Muitos jovens, e mesmo adultos, sem muitas opções de lazer nos finais de semana, saíam de suas casas no final de semana para passear na rodoviária. A Sr.^a Sandra Fernandes nos relata que ia à rodoviária para se divertir.

Nós andávamos todo domingo na rodoviária, subindo e descendo aquelas escadas. Eu não perdia um domingo, de subir e descer do outro lado, e daí quando abri tinha um pessoal que ficava falando os ônibus que iam sair colocavam uma música para nós... era uma festa.²³⁴

²³³ Jornal *O Progresso*. 31 de maio de 1979. p. 1.

²³⁴ Sandra Aparecida Fernandes. Entrevista realizada em 08/07/2016.

Foto 23: Vista aérea do Terminal Rodoviário de Dourados em 1985



Fonte: DOURADOS 50 anos: Capital Econômica de Mato Grosso do Sul. Administração Luiz Antônio, 1985.

Dourados se modificava com as obras de galeria e pavimentação asfáltica. No ano de 1991 o Jornal *Gazeta Popular*, apresentou um suplemento especial com o título “Projeto Grande Dourados”, a matéria anunciava as obras nos primeiros dois anos da gestão do prefeito.

Em apenas dois anos, o prefeito Braz Melo já investiu, com recursos próprios, quase um bilhão de cruzeiros numa obra que é considerada essencial pela população: a pavimentação asfáltica. Somando as galerias e o asfalto que estão sendo implantados no Jardim Ouro Verde, a única obra com dinheiro do Produrb, chega mais 500 m² a quantidade de pavimento. Somente no Jardim Água Boa, serão implantados mais de 200 mil m².²³⁵

A matéria ainda destacava a construção de escolas, postos de saúde, melhoramentos de ruas e pontos de ônibus no centro urbano.

Com o plantio de milhares de mudas de árvores frutíferas ao longo das linhas de ônibus, o asfalto nessas vias, a iluminação diferenciada, somando-se a construção de calçadas por parte dos moradores, bairros inteiros sofreram uma transformação visual. A prefeitura já implantou mais de 200 novos abrigos de ônibus na periferia e no centro.²³⁶

²³⁵ *Gazeta Popular*. Suplemento Especial. Dourados 12, de junho de 1991. p. 10. Folhetos sobre Dourados. Acervo do CDR/FCH/UFGD.

²³⁶ *Gazeta Popular*. Suplemento Especial. Dourados 12, de junho de 1991. p. 11. Folhetos sobre Dourados. Acervo do CDR/FCH/UFGD.

A pavimentação das linhas de ônibus nos anos 90, sobretudo, trouxe melhor qualidade nas ruas dos bairros. Uma vez que o transporte coletivo não deixaria de circular em dias de chuva, havia também uma rota de acesso próxima a cada residência uma vez que o bairro não era afastado.

O Sr. Aroldo Diniz trabalhou por muitos anos na Nosde Engenharia, empresa que também fazia pavimentação asfáltica, dentre outras obras da construção civil. Ele lembra algumas regiões onde trabalhou no asfaltamento nos anos 90.

Eu trabalhei também no asfalto da General Osório, da Monte Castelo até aqui, asfaltou a General Osório. Braz Melo, no primeiro mandato dele, foi um dos melhores prefeito de Dourados. Ali nos fundos do Imaculada foi a Nosde que fez o asfalto. Eu cheguei a trabalhar ali. Essa região aqui do Jardim Itália foi tudo a Nosde que fez, então a gente trabalhou aí com tudo isso daí, e muitos outros trabalhos, ali onde é a prefeitura a gente começou a construir ali.²³⁷

O Sr. Aroldo Diniz lembra-se de ter trabalhado nos anos 90 em várias obras públicas, como a construção do Terminal de Transbordo, o Centro Administrativo da Prefeitura, o Parque dos Ipês, além de ter acompanhado a pavimentação de muitas ruas e bairros da cidade.

Posso observar, porém, que nem tudo crescia e se desenvolvia nos anos 90. Foram os casos das serrarias e olarias da cidade. O Sr. Pedro Gomes descreve os apitos das serrarias que, movidas a vapor, indicavam os começos e fins dos turnos de trabalho.

Tinha uma serraria chamada serraria Coimasa, uma das maiores serrarias que já entrou aqui no estado... você não conseguia dormir com os apitos das serrarias, uma aqui, outra lá, aqueles apitos (fez um barulho com a boca para demonstrar como era o apito das serrarias), e principalmente da Coimasa que era aqui na divisa do Jardim Coimasa com o Jardim Ouro Verde... então em Dourados foi acabando as matas, com a entrada dos agricultores foram desmatando.²³⁸

Lembro-me de andar pelo local descrito pelo Sr. Pedro Gomes nos anos 90 e observar as antigas casas dos operários, nas quais se viam, em suas paredes, a identificação, em letras grandes, “Coimasa”. A Sr.^a Sandra Aparecida Fernandes lembra com saudade do tempo das serrarias.

Eu lembro da serraria ali, eu lembro daquela serraria, às vezes a gente ia buscar pó de serra ali para colocar nas portas, porque quando chovia era muito barro. A minha mãe mandava a gente ir lá buscar pó de serra, quando

²³⁷ Aroldo Diniz. Entrevista realizada em 06/03/2016.

²³⁸ Pedro Gomes Sobrinho Filho. Entrevista realizada em 02/03/2013.

foi mudando, as serrarias eu achava uma pena, quando acabava as serrarias, eu era acostumada com elas, tinha aquela olaria ali, então ali era enorme, e lá perto do cemitério também tinha uma serraria bem grande.²³⁹

O Sr. José Carlos Silva também faz menção a esse tempo: “tinha uma olaria do lado da usina velha, antigamente tinha olaria, hoje não tem mais, e serraria, tinha muita serraria”²⁴⁰. Na Foto 24 apresento a Serraria Alvorada, localizada no Jardim Marabá, que também fechou nos anos 80.

Foto 24: Serraria Alvorada localizada no Jardim Marabá



Fonte: Arquivo pessoal de Sandra Maria de Lima Santos

Na Foto 25, apresento as ruínas das chaminés da olaria próxima ao Jardim Ouro Verde; como mencionado no Capítulo 2, era nessa olaria que eu buscava argila quando criança.

²³⁹ Sandra Aparecida Fernandes. Entrevista realizada em 08/07/2016.

²⁴⁰ José Carlos de Souza. Entrevista realizada em 06/03/2016.

Foto 25: Ruínas de olaria no bairro Jardim Ouro Verde



Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/13101435> Acesso em: 08 de junho de 2016.

Logo que chegam à cidade, os novos moradores reelaboram sua vida, que se define pela sua moradia, trabalho e demais atividades e necessidades: saúde, educação, recreação e lazer e cultura. A Sr.^a Anisia Francisca da Silva, veio para Dourados em 1982, e seu marido foi trabalhar na construção civil como carpinteiro. A sua história, ela mesma conta.

Eu trabalhei um pouco de doméstica, não muito tempo, eu de lavadeira eu trabalhei de lavadeira muitos anos, dez anos eu trabalhei de lavadeira teve época que eu lavava de cinco família porque eu precisava, os filhos tudo grande, a despesa era grande e eu trabalhava. Daí foi através do clube de mães que eu comecei a fazer curso de bordado, de crochê de tricô de tudo quanto é coisa, daí uma época eu tava no clube de mãe fazendo curso de pintura, daí me elegeram presidente do clube, trabalhei oito anos, depois larguei mão de lava roupa, de passa, daí eu fiquei nessa, faço chinelo, tudo isso eu aprendi no clube de mães.²⁴¹

Sem qualificação para as atividades desenvolvidas no urbano, a opção da Sr.^a Anisia Francisca da Silva foi o serviço doméstico; ela lembra que tinha muitos filhos e precisava ajudar no sustento da casa. Já os filhos tiveram outras oportunidades.

Ali naquela quadra que era o antigo Cotrijui foi ali que a minha filha arrumou o primeiro emprego dela, na frutaria Jaruchi, ela chegou lá conversou com o cara lá, dono da Jaruchi lá, ele perguntou dos documentos dela, ela falou – eu só tenho a certidão de documento, não tenho mais nada, ele falou, faz de conta que eu te conheço desde que você nasceu, vem trabalhar amanhã... daí ela saiu da Jaruchi e entrou na Cotrijui (antigo

²⁴¹ Anisia Francisca da Silva. Entrevista realizada em 06/08/2002.

mercado da cidade)... Esse meu filho mais velho, foi trabalhar na Casa Mariano foi o primeiro emprego dele, depois, ele saiu da Casa Mariano veio trabalhar na Leon, ali onde não existe mais, era lá no centro, quando o meu filho trabalhou na Leon era lá no centro, depois que mudou aqui na Marcelino.²⁴²

A Sr.^a Anisia Francisca da Silva demonstra sua satisfação pelo sucesso dos filhos na primeira entrevista de emprego. O mercado Cotrijui pertencia a uma cooperativa agrícola do sul do país, a Leon representava máquinas e peças agrícolas, enquanto que a Casa Mariano era uma loja que vendia materiais em geral. Naquele momento, o trabalho baseava-se nas atividades agropecuárias, de produção, transformação e comércio de produtos e serviços ligados ao campo.

Em 1987 a Sr.^a Tereza de Souza Santos mudou-se do Jardim Ouro Verde para uma região mais próxima ao centro da cidade. Ela conta como via as mudanças em Dourados.

Quando nós mudamos aqui no centro em 87, porque lá no Ouro Verde não tinha asfalto, quando nós mudamos aqui, ficava perto do centro, era tudo asfaltado já era outra situação. A rua era muito movimentada, tinha a feira final de semana, o pessoal voltava da feira era aquele barulho, eu estranhei muito, fiquei doente, com dor de cabeça por causa do barulho, eu não conseguia dormir de noite por causa do barulho. Final de semana era aquele barulho por causa das festas, da feira, o pessoal que vinha para feira e morava no Água Boa, voltava tudo a pé. É a mudança que eu vi, é que foi melhorando o centro, né? Quase não tinha calçada no centro, quando chovia virava aquele barreiro a maioria das frentes não tinha calçada e daí foi começando a melhorar mais o centro lá foi arrumando cada um fazia uma calçadinha melhor, tinha alguma já arrumada²⁴³.

A Sr.^a Tereza de Souza mudou para Rua Bela Vista, via movimentada que liga o centro ao Jardim Água Boa e a todo o lado sul da cidade. Ela estranhou o movimento de pessoas, carros e o barulho que podia ouvir de sua residência. Lembra-se ainda de quando ocorreram as mudanças na cidade.

A cidade começou a desenvolver depois do plano real, porque ali, até onde é a Seller, tinha o Catarinense que era o único mercado que tinha em Dourados. Era o Catarinense, era o que a gente ia mais, e depois do Catarinense pra cima não tinha quase nada de comércio, não tinha quase nada, o movimento grande era até ali, aquelas quadras ali da igreja até lá no Catarinense, da rua Bahia para baixo era menos movimentado. Eh! Dourados, na verdade, evoluiu muito de vinte anos pra cá né, vinte anos

²⁴² Anisia Francisca da Silva. Entrevista realizada em 06/08/2002.

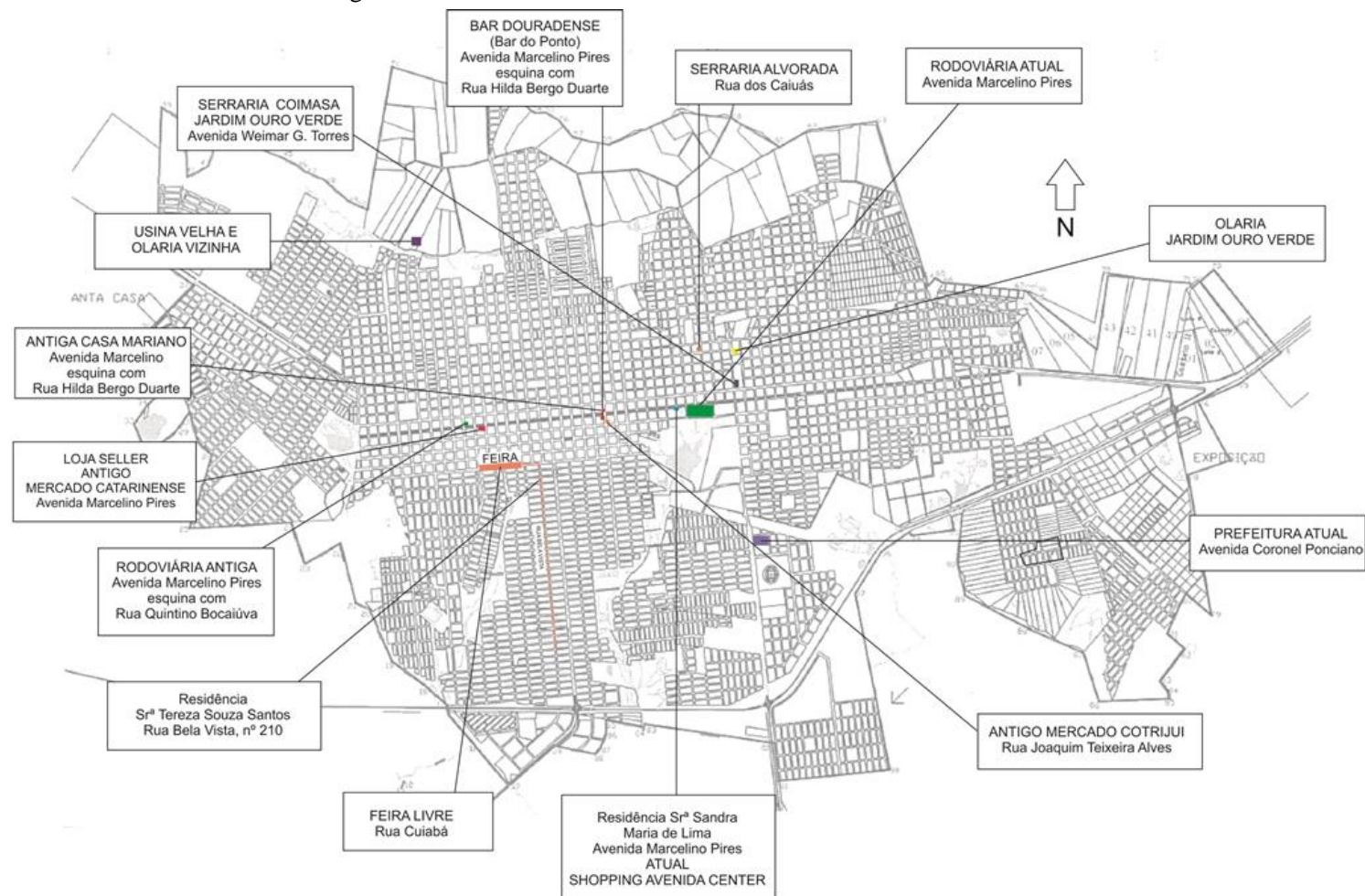
²⁴³ Tereza de Souza Santos. Entrevista realizada em 07/06/2016.

atrás. Até 90 ela tava muito pacata, muito parada, depois que ela foi e começou a melhorar.²⁴⁴

Nos anos 90, eu trabalhava próximo ao centro da cidade. Lembro-me do surgimento das galerias de lojas, as ruas eram pintadas, limpas e o centro transformava-se. À medida que eu passava pelo centro via as mudanças nas ruas, a implantação das rotatórias, o surgimento de outros comércios. Na Figura apresento os locais da cidade referenciados na fala dos entrevistados

²⁴⁴ Tereza de Souza Santos. Entrevista realizada em 07/06/2016.

Figura 33: Locais da cidade referenciados na fala dos entrevistados



MUDANÇAS NO URBANO DA CIDADE DE DOURADOS SEM ESCALA
 FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS.
 ORGANIZAÇÃO: MILENY LIMA

Fonte: Adaptado de DOURADOS. Prefeitura de – *GeoDourados Banco de Ddados Multifinalitário* – Disponível em: <http://geo2.dourados.ms.gov.br/geodourados/map.phtml>, Acesso em: Julho de 2016.

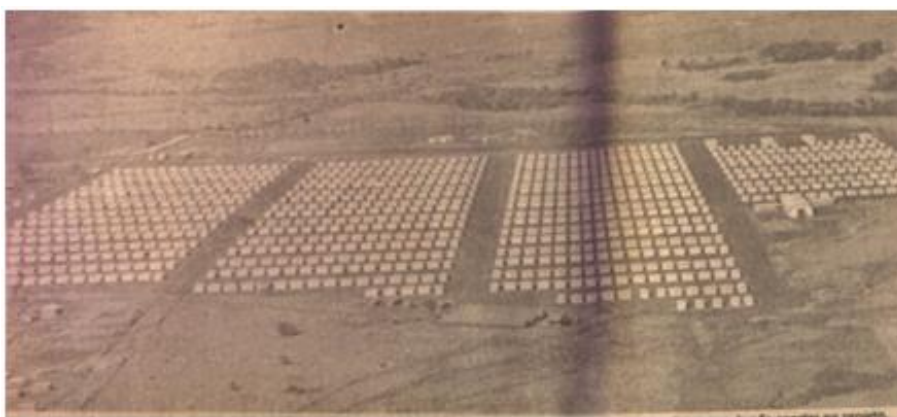
3.4. A encomenda para as classes trabalhadoras – o conjunto habitacional 4º Plano – Campo Dourado

A Sr.^a Doralia Rocha Saldanha havia morado em Dourados quando criança e jovem. Depois que se casou mudou-se para Brasília mas, retornou à cidade em 1981.

Quando eu cheguei aqui, pra começar o nosso caminhão da mudança atolou, teve que chamar um trator para tirar, era uma descida, eu cheguei aqui em 1981 tinham poucas pessoas habitando no bairro, tinha uns seis meses que tinham entregado o bairro aqui. Não vinha ônibus aqui por causa do barro, atravessava a rodovia e ia pegar lá no Campo Dourado, no tempo do barro era muito barro, no tempo seco era a poeira, a casa era tão pequena era quatro pecinha, que de dia a gente tinha que tirar as coisas para fora, de noite recolhia para dentro, a mesa de comer era dentro do quarto e um quartinho para os três irmãos. Eu vim passear aqui um ano antes de eu mudar, não tinha previsão de mudança, eu vim de Bela Vista olhei aquele monte de negociinho assim branco, falei – quem é o louco que vai vir morar aqui? Aqui era longe, a Água Boa só tinha uma rua.²⁴⁵

O bairro que a Sr.^a Doralia Rocha Saldanha se refere é o conjunto habitacional BNH 4º Plano. Ela observa que o transporte coletivo não circulava no bairro devido ao barro, também não havia escolas na região. Lembra que o acesso ao centro da cidade somente era possível através de outro bairro, o Campo Dourado, ou mesmo do Jardim Água Boa, que somente tinha a Rua Hayel Bon Faker pavimentada; toda a região era pouco povoada, Foto 26.

Foto 26: Vista aérea do bairro BNH 4º Plano



Fonte: Jornal *O Progresso*, 05 e 06 /05/1979, p.1.

²⁴⁵ Doralia Rocha Saldanha. Entrevista realizada em 24/06/2016.

Assim que chegou, a Sr.^a Doralia Rocha Saldanha começou a trabalhar em sua própria casa. Vinda do urbano de outro município, ela era cabeleireira profissional, e chegou até a dar aula no curso de cabelereira no SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

Responsável pela viabilização do BNH 4º Plano, o ex-prefeito Sr. José Elias Moreira, expressa o objetivo desse conjunto habitacional: "daí vi que os menores de renda, o menor não tinha mais onde morar, daí fiz o 4º Plano para quem ganhava um salário mínimo"²⁴⁶. Indagado sobre a localização, justifica que aquela região era a única disponível que conciliava o custo proposto para os lotes e o tamanho necessário para o bairro naquele momento; tratava-se, todavia, de um grande conjunto habitacional, foram construídas e entregues em 1981 mil casas. Outro projeto que destaca o ex-prefeito é a construção das casas populares.

Fui à Caixa Econômica Federal, mostrei a necessidade de eles financiarem casas nos lotes, para nós preenchermos os vazios da cidade, que foram as casa econômicas, fizemos duas mil e oitocentos casas enchendo esses vazios. Tudo isso foram projetos que foram um ajudando o outro.²⁴⁷

Maria José Calixto apresenta a marca deixada pelo ex-prefeito José Elias Moreira.

É possível afirmar que o governo municipal de José Elias Moreira (ARENA – 1977/1982) marcou a inauguração de uma nova fase na história de Dourados, implicando na redefinição/exigência de novas formas de intervenção, sobretudo no espaço interno da cidade, evidenciando que as diferentes formas de produção do espaço urbano são, em cada momento histórico, marcadas por determinadas conjunturas políticas e econômicas, fazendo com que o espaço passe por um constante processo de diferenciação física, social e simbólica.²⁴⁸

Nesse contexto, a autora discute a segmentação da cidade que consolidou espaços a partir da diferenciação social. Assim, a Avenida Marcelino Pires, a partir desse marco, vem sendo utilizada como separador da cidade em sua estruturação imobiliária e de territorialidade: acima da Marcelino (lado norte) desenvolveu-se uma maior valorização dos imóveis, enquanto que, abaixo da Marcelino (lado sul), os terrenos e as casas têm menor valor, o que se caracteriza uma nítida segmentação social. A autora ressalta que a criação do conjunto habitacional BNH 4º plano, abaixo da Marcelino, também corrobora na referida teoria.

²⁴⁶ Entrevista realizada com o Sr. José Elias Moreira em 09/11/2013.

²⁴⁷ Entrevista realizada com o Sr. José Elias Moreira em 09/11/2013.

²⁴⁸ CALIXTO, M. J. M., *O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS*, p. 136.

Maria José Martinelli Calixto destaca que a construção dos conjuntos habitacionais impulsionou a referida diferenciação, uma vez que trazia à região infraestrutura de água, energia e, alguns casos, pavimentação asfáltica.

A partir da implantação dos conjuntos habitacionais, teve início a ocupação efetiva da porção norte da cidade por segmentos socioprofissionais de maior poder aquisitivo, processo que permaneceu e se reforçou no decorrer das décadas seguintes, 1980 e 1990, como um elemento básico na (re)definição da (re)estruturação urbana de Dourados. A porção norte da cidade passou a ser ocupada preferencialmente tanto pela camada de maior poder aquisitivo como por segmentos socioprofissionais de nível médio, formando bairros como Portal de Dourados, Jardim Europa, Jardim Girassol, Vila Tonani I e II, dentre outros.²⁴⁹

Com a criação do conjunto habitacional BNH 4º Plano foi executado um novo acesso à cidade. O Sr. Aroldo Diniz recorda-se que juntamente com esse bairro foi construído o anel viário interligando as Rodovias BR 163 a BR 463, acesso a Ponta Porã e ao estado do Paraná, respectivamente.

Da W-12 para baixo até o 4ª Plano era só guaviral. Eu me lembro que começou mesmo a crescer quando fez esse mini anel, antigamente a estrada vinha e passava direto para o aeroporto, e aí que começou a crescer bastante o Água Boa, o 4º Plano, o Campo Dourado, mas isso aí começou a crescer mesmo de 81 pra cá... ali onde tem aquele posto de gasolina da entrada no Campo Dourado, eu lembro que bem ali naquela esquina onde é o posto, era um cemitério, bem ali, era um cemitério, pouca gente sabe disso daí, mas era um cemitério.²⁵⁰

Outros espaços foram mudando ao longo dos anos, e o Sr. Aroldo Diniz lembra-se das proximidades de sua residência no Jardim Água Boa, que faz divisa com o BNH 4º Plano. O entrevistado foi percebendo as alterações em seu entorno e destaca que a construção do BNH 4º Plano e do anel viário trouxe melhorias para a região. Apresento na Foto 27 uma vista do bairro BNH 4º Plano e do Campo Dourado em 1985.

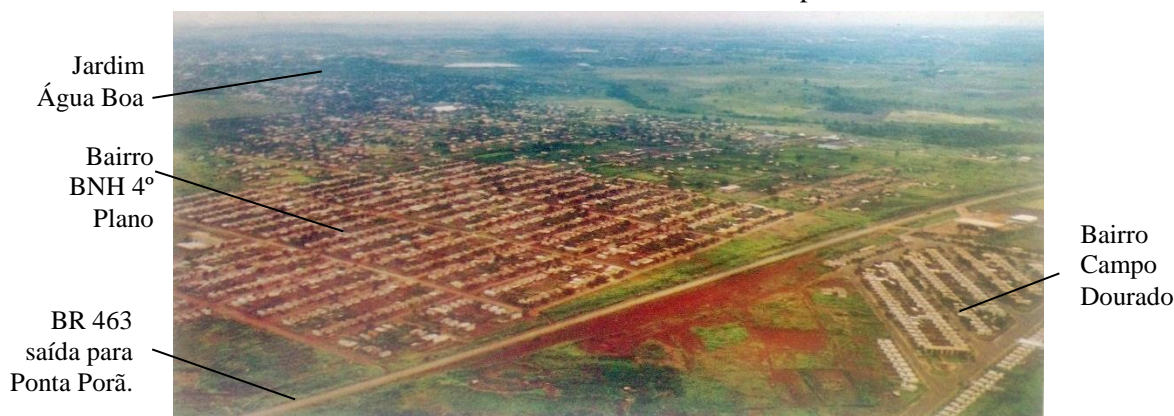
Bem aqui na beirada do 4º Plano onde é a horta, tinha duas olarias. Lá onde era o CSU (Centro Social Urbano), era um campo de futebol, mas juntava tanta gente, tudo ali jogar bola, ali.²⁵¹

²⁴⁹ Op. Cit. p.159.

²⁵⁰ Aroldo Diniz. Entrevista realizada em 06/03/2016.

²⁵¹ Aroldo Diniz. Entrevista realizada em 06/03/2016.

Foto 27: Vista aérea dos bairros BNH 4º Plano e Campo Dourado em 1985



Fonte: DOURADOS 50 anos: Capital Econômica de Mato Grosso do Sul. Administração Luiz Antônio, 1985. [s.n]

A Sr.^a Sandra Aparecida Fernandes, moradora do Jardim Arapongas, visitava suas tias que moravam no Jardim Água Boa e sua prima que residia no Campo Dourado.

Eu lembro quando foi inaugurado o Campo Dourado. Minha prima casou e foi morar lá. Era super chique, sabe por quê? Porque chegava na portaria tinha um guarda que erguia a cancela, não era portão, aí você chegava, ele erguia aquele cancela, os carros chegavam, ele erguia a cancela, era muito engraçado. Meu primo trabalhava no Bradesco, né? Tinha um fusquinha verde, era o carro, e a minha prima era a que morava melhor.²⁵²

Era um condomínio fechado, cercado pelo muro do fundo das residências. O jornal *O Progresso* anunciou sua venda, que seria entregue com calçada e pavimentação asfáltica, Foto 28.

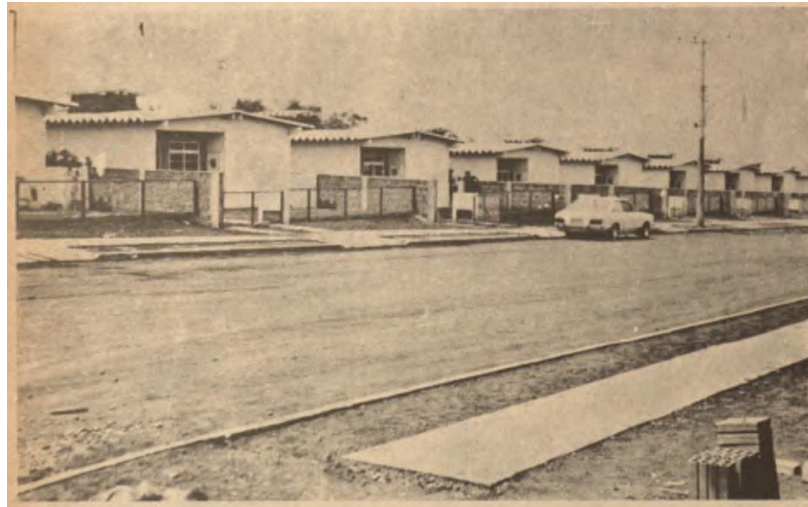
Campo Dourados: uma opção para quem gosta de morar bem. [...] Um verdadeiro paraíso, onde predomina a agradabilidade de um meio ambiente tranquilo para quem gosta de morar bem. Projetado especialmente para as pessoas de bom gosto, o conjunto habitacional Campo Dourado localiza-se a margem da rodovia Dourados-Ponta Porã.²⁵³

Novos bairros foram surgindo nas proximidades do conjunto habitacional BNH 4º Plano e do Campo Dourado, como é o caso dos Jardins Vista Alegre e Manoel Rasselen, conforme pode ser observado na Figura 34.

²⁵² Sandra Aparecida Fernandes. Entrevista realizada em 08/07/2016.

²⁵³ Jornal *O Progresso*, 13 e 14 de outubro de 1979, p. 4.

Foto 28: Campo Dourado em 1979




Fonte: Jornal *O Progresso*, 13 e 14/10/1979, p. 4.

Figura 34: Propaganda da imobiliária Continental sobre novo lançamento de bairros

NO LANÇAMENTO !

50 MESES P/ PAGAR

MAIS UM
EMPREENDIMENTO



IMOBILIÁRIA CONTINENTAL



LOCALIZE SE:

- AO LADO 1700 CASAS
- L. CIRCULAR
- VISTA PANORAMICA
- APROVADO P/ NORMAS DO ZONEAMENTO URBANO P/ VOCE CONSTRUIR S/ CASA

ISTO É O - BAIRRO VISTA ALEGRE E M. RASSELEN ...

Promoção e Vendas:
Av. Weimar G. Torres n.o 1839 - Fone 421-3211

Fonte: Jornal *O Progresso*, 22/08/1980, p. 7.

O anúncio lançava os Jardins Vista Alegre e Manoel Rasselen. Os benefícios dos loteamentos eram as 1.700 casas próximas, a soma dos imóveis do BNH 4º Plano e do Campo Dourado, a linha circular, a vista panorâmica e a aprovação pelas normas do zoneamento urbano.

O Sr. José Alves dos Santos avalia o crescimento da cidade e apresenta o surgimento dos novos bairros, desde a sua chegada à cidade em 1977.

Dourados, ali onde é o Isidro Pedroso, o campo de futebol, o 4º Plano, o Campo Dourado, o 3º Plano estava fazendo naquele tempo, lá onde é o Parque Alvorada. Ih! Não existia nada, não existia nada... asfalto que é bom, só no centro, depois que fizeram o 3º Plano lá pra cima, daí começaram a asfaltar.²⁵⁴

Os loteamentos que não eram empreendimentos imobiliários, não teriam infraestrutura a menos que houvesse financiamento recursos do governo federal, ou ainda, se através das concessionárias estatais ENERSUL (Empresa Energética de Mato Grosso Do Sul) e SANESUL (Empresa de Saneamento Básico de Mato Grosso do Sul) fossem atendidos com energia e água potável. A galeria de água pluvial, a pavimentação asfáltica e demais equipamentos comunitários, tais como escolas, posto de saúde, parques e praças ficavam aguardando, por anos, recursos dos projetos e investimentos municipais.

3.5. Enaltecendo um modo de morar- O Portal de Dourados e o Parque Alvorada

Um grupo de empreendedores foi responsável pela implantação de três importantes loteamentos no lado norte de Dourados no final dos anos 70 e início dos anos 80: o Portal de Dourados, o Parque Alvorada e o Jardim Europa. Na Foto 29 apresento uma vista aérea do Portal de Dourados e, na Figura 36, a localização dos bairros citados neste item.

²⁵⁴ José Alves dos Santos. Entrevista realizada em 07/08/2002.

Foto 29: Vista aérea do bairro Portal de Dourados



Fonte: DOURADOS 50 anos: Capital Econômica de Mato Grosso do Sul. Administração Luiz Antônio, 1985.[s.n]

Primeiro condomínio fechado, construído objetivamente para a segregação de um grupo de alto poder aquisitivo, com casas de alto padrão, esse bairro foi edificado anteriormente à Lei do Uso do Solo, nº 1.040 de 1979. Fechado ao fundo pelo muro das residências, possui acesso único pela Rua Toshinobu Katayama, através de uma construção em forma de portal. Solicitando à Prefeitura alteração no projeto da guarita, transcrevo parecer do Assessor Jurídico do Município.

Antes mesmo de lograr aprovação do requerido, a Associação dos Moradores do sobre aludido bairro, de “motu” próprio determinou a construção, além da guarita, de duas paredes com portas de minúsculas dimensões, interrompendo parcialmente os pedestres que utilizam o passeio dos prédios vizinhos, cujas obras, encontram-se embargadas pela Prefeitura Municipal de Dourados, uma vez que vulnerou o artigo 3º da Lei Municipal nº 1040 – in fine... Nos tempos atuais, e na maioria dos casos, verifica-se, porém que a cidade não é mais a simples consequência de um apelo à produção, ao consumo e à troca. Vai mais além. Embasada no planejamento racional do uso do solo e da distribuição dos serviços urbanos, os responsáveis pela administração local, devem procurar com a ereção de uma cidade mais humana, onde os munícipes sentem-se a alegria de viver...²⁵⁵

O condomínio em questão foi construído em 1979, e, 1981, a Associação de Moradores do Portal de Dourados pedia o deslocamento da guarita e o fechamento completo do condomínio. Ao pedido, o Assessor opina:

²⁵⁵ Parecer da Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Dourados. Arquivo Ayrthon Barbosa Ferreira. CDR/FCH/UFGD.

[...] dessa maneira, além da construção de uma guarita mais além da atual, em plena via pública, que no momento pleiteia-se a licença, como também a construção de dois tapumes no passeio, à revelia da Prefeitura Municipal de Dourados, mutilam a estética daquele bairro nobre e por extensão, da “urb”. E por outro lado, o deslocamento da guarita mais além, conforme o já frisado, vai ensejar o aparecimento de outra área urbana, desligando-se do “Portal de Dourados” e, por conseguinte, trazendo inúmeros prejuízos àquela população... Desta forma opino pelo indeferimento do requerido ante ao todo o exposto.²⁵⁶

O Assessor Jurídico indefere o pedido, lembrando a função da cidade e os prejuízos à estética e à livre passagem dos pedestres, uma vez que o referido bairro foi construído entre os BNH 2º e 3º Planos. Destaca a recém-aprovada Lei do Uso do Solo e a responsabilidade do gestor público pelo desenvolvimento de uma cidade onde os moradores sintam prazer em viver.

Descontentes com o estabelecido pela Lei do Uso do Solo e, sobretudo, com a postura do Poder Público Municipal, o grupo de investidores expressa sua opinião:

Como o nosso Grupo, diz o Dr. Renato, podemos dizer, sem medo de erro, nasceu em Dourados, no setor da iniciativa privada, a preocupação com os princípios do desenvolvimento urbano. Em verdade, nos antecipamos ao “Plano Lerner” quando implantamos, pela vez primeira nesta cidade, em 1976, um projeto exemplar, sob a forma de um loteamento fechado. Naquele ensejo “salvamos” uma área encurralada entre dois conjuntos BNH de baixa renda, nitidamente populares, para transformá-la em área nobre, que constitui hoje, sem dúvida, um dos mais preciosos setores residenciais da cidade. Neste projeto, sem que a Lei ou a Prefeitura nos exigisse, implantamos tudo o que pode ser desejado, em termos de qualidade de vida.²⁵⁷

O Plano de Complementação Urbana e a sua implantação através da Lei do Uso do Solo, nº 1.040 de 1979 começa seu impacto na organização do urbano de Dourados. Destaco, sobretudo, ao inferido pelo investidor, que os equipamentos públicos de infraestrutura, fornecidos juntamente no loteamento, como a pavimentação asfáltica, a água potável, a iluminação pública, a energia elétrica e a arborização, comprovadamente propiciam qualidade de vida dos moradores. Todavia, naquele momento, os bairros passam ser analisados em seus impactos na vizinhança e, sobretudo, o procurador ao se referir à qualidade de vida dos munícipes tratava de todos que se utilizavam daquelas vias para sua mobilidade, e não

²⁵⁶ Parecer Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Dourados. Arquivo Ayrthon Barbosa Ferreira. CDR/FCH/UFGD.

²⁵⁷ Jornal *O Progresso* 5 de dezembro de 1979, p. 3.

exclusivamente aos moradores do Portal de Dourados. Estava instaurado um novo paradigma no urbano de Dourados.

O Sr. Manoel Gonçalves Neto chegou a Dourados nos anos 80 e trabalhou como construtor civil, como conta.

Eu construí bastante casa, predinho, para fazendeiro. Eu construí para o Sr. Wilson uma casa de 420 metros quadrados, predinho com 11 apartamentos. Cada pessoa tem um gosto e tem o poder aquisitivo para construir... Esse pessoal constrói muito, mais pro centro ou bairro nobre, aqui no Parque Alvorada, no Jardim Europa, no Girassol, ali mesmo tem muita casa bonita ali eu construí bastante ali.²⁵⁸

No começo dos anos 80, o Sistema Financeiro de Habitação e o Banco Nacional de Habitação reduzem seus financiamentos na construção civil. Em Dourados, o último conjunto habitacional financiado foi o BNH 4º Plano em 1981. O Sr. Manoel Gonçalves destaca que construía para os agricultores e criadores de gado, que investiam seus lucros após safra ou a venda do gado.

Um dos bairros em que os agropecuaristas investiam era o Parque Alvorada, onde o Sr. Manuel Gonçalves também reside. O bairro era dividido em uma área diferenciada para investimento imobiliário e outra região, identificada pelo entrevistado, como parte de classe média baixa.

O Parque Alvorada começa lá da Guaicurus e vai até lá embaixo no córrego. Aqui, essa região aqui, daqui para baixo da Arael Pompeu filho para baixo, era só buraco, porque não tinha asfalto. Agora da Arael Pompeu Filho pra cima tinha asfalto, da praça pra cima. Mas tudo é Parque Alvorada. O Parque Alvorada aqui sempre foi dividido, viu? Na realidade, a área nobre do Parque Alvorada é ali da Arael Pompeu Filho para cima... pra lá tinha até padrão para construir. Nós estamos na parte da classe média baixa, lá para baixo tem pobre mesmo morando, tem até umas maloquinhas por ali.²⁵⁹

Do dia dois a oito de dezembro de 1979, o jornal *O Progresso* divulgou a propaganda apresentada na Figura 35.

²⁵⁸ Manoel Gonçalves Neto. Entrevista realizada em 23/06/2016.

²⁵⁹ Manoel Gonçalves Neto. Entrevista realizada em 23/06/2016.

Figura 35: Propaganda do loteamento do Parque Alvorada



Fonte: Jornal *O Progresso*, 1 e 2 /12/ de 1979. p. 3

O grupo imobiliário responsável pela implantação do Parque Alvorada, o mesmo do Portal de Dourados, descreve seu novo empreendimento.

Pois bem, terminado aquele empreendimento, entregamo-nos ao trabalho de planejamento do PARQUE ALVORADA, sobre as planuras da magnífica área que se debruça, qual vitrine, sobre a via de ligação Cidade-Aeroporto. Esta área, com a sua vegetação exuberante, sem os problemas de vizinhança e topografia encontrados na anterior, permitiu-nos um projeto amplo e gratificante. Trabalhamos nele por mais de 2 anos, uma vez que o nosso Prefeito (faça-se justiça, firmou posição irreduzível em não apreciar qualquer projeto antes do plano diretor da cidade) desdobrava-se na época em dotar a cidade de um plano diretor da lei de uso do solo. O projeto do PARQUE nasceu, portanto, e terminou junto com o Plano Lerner. Por isso a nossa afirmação, com boa dose da vaidade e orgulho: PARQUE ALVORADA – ano um do Urbanismo em Dourados.²⁶⁰

A matéria continua apresentando a formação do Parque Alvorada – “conseguimos o mais expressivo nível de compradores. Os jovens nos deram um enorme voto de confiança: engenheiros, médicos, advogados, comerciantes, fazendeiros, bancários, compraram maciçamente e já planejam suas construções”²⁶¹. Destacando, ainda, como conquista para o bairro, o “Núcleo Residencial da EMBRAPA, constituído de 18 residências de alto padrão, para pessoal de nível universitário”²⁶².

²⁶⁰ Jornal *O Progresso* 5 de dezembro de 1979. p. 3.

²⁶¹ Jornal *O Progresso* 5 de dezembro de 1979. p. 3.

²⁶² Jornal *O Progresso* 5 de dezembro de 1979. p. 3.

A lógica da segregação espacial e social em Dourados, vinculada às estratégias de produção do espaço, dos vazios destinados a futuras especulações, foi abordada por pesquisadores tais como Maria J. M. Calixto, Mario S. Tompes, já comentados e citados neste trabalho. Contudo, constata-se nos casos do Portal e Parque Alvorada a explicitação, sem nenhum subterfúgio da desqualificação social. É o caso dos empreendedores quando comentam a constituição do Portal, “Naquele ensejo “salvamos” uma área encurralada entre dois conjuntos BNH de baixa renda, nitidamente populares, para transformá-la em área nobre.” e ao se referirem ao Parque Alvorada: “Esta área, com a sua vegetação exuberante, sem os problemas de vizinhança. A expressão salvar uma área entre conjuntos de baixa renda e sem problemas de vizinhança...”, não deixam dúvida quanto a desqualificação da situação social de bairros menos favorecidos e o perigo e risco que representavam para os negócios. Tal situação será recorrentemente reportada por vários entrevistados, a discriminação que sofriam por residir em certos bairros ou conjuntos residenciais da cidade, tanto que trabalhadores/as omitiam o efetivo local de moradia com medo de não obterem o emprego.

Em 1980, o grupo de empreendedores imobiliários anunciava o loteamento Jardim Europa.

PROMARCOS assumiu a administração e vendas do JARDIM EUROPA onde já está sendo implantado, tudo que existe no Portal de Dourados, você terá no JARDIM EUROPA asfalto, iluminação pública, água, arborização, por preço acessível, com pequena entrada e grandes facilidades de pagamento.²⁶³

A cidade continua sua expansão nos anos 80, todavia, os bairros existentes ainda permaneciam carentes de infraestrutura e, conforme o Relatório de Atividades de 1987, da Assessoria Especial Gabinete, a moradia era uma presente preocupação.

O setor de habitação preocupa-nos seriamente, uma vez que há sensível carência de moradias, especialmente as de baixo custo, compatíveis com os rendimentos da parcela de menor poder aquisitivo da população. Procuramos investir em 87, com os poucos recursos com que pudemos contar, na melhoria da qualidade de vida de nossa população, estendendo a pavimentação asfáltica a novos bairros, urbanizando áreas no centro da cidade, construindo praças e espaços de lazer, ampliando e reformando centros sociais urbanos e rurais, enfim, procurando atender aquelas necessidades básicas que, sanadas, podem acrescer sensível melhora ao cotidiano dos cidadãos. Vias urbanas: Execução da drenagem de água

²⁶³ Jornal *O Progresso*, 3 de junho de 1980. p. 7

pluviais e pavimentação asfáltica de parte do Jardim Flórida I e II, execução de drenagem e pavimentação asfáltica do Jardim Santo André.²⁶⁴

Os Jardins Flórida I e II e Santo André haviam recebidos melhoras advindas do Projeto Cura na região circunvizinha ao Parque I e II, no entanto, seus problemas, o que reporta o investimento em drenagem de água pluvial e pavimentação asfáltica naquele ano.

O Sr. Mário Cezar Tompes, professor da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), chegou para trabalhar em Dourados em 1987. Ele relata as necessidades de infraestrutura asfáltica em Dourados e a atuação dos gestores públicos a partir do período em que chegou.

Teve também uma outra atuação, assim, mais significativa na cidade na pavimentação. Você precisava ver, mais naquela época as nossas ruas aqui, boa parte dos bairros principalmente essas vilas mais afastadas eram tudo de terra, uma época como essa aqui, meu Deus, era um pesadelo, era um lama, era um transtorno. Na época de seca também, era um poeirão, os carros passavam levantava poeira aquele troço horroroso, então para as donas de casa manter a casa limpa era uma dificuldade, era um sofrimento na verdade, [...]²⁶⁵

O Sr. Mário Cezar Tompes analisa o efeito da chuva e da seca sobre as vias sem asfalto da cidade. No momento em que eu o entrevistava estava chovendo, e ele referia-se ao barro que se formava nas ruas. Já nos períodos de seca, conforme o entrevistado relata, era a poeira que trazia sofrimento às donas de casas. Sobre esse assunto ele conclui:

[...] o asfalto para a população de Dourados, ele significou uma mudança de patamar importante em termos de qualidade de vida... para você administrar urbanisticamente um solo desse é muito complicado, então o asfalto ele sempre foi um sonho acalentado com muito desejo por parte da nossa população e o Braz Melo soube perceber isso e direcionou muito investimento no sentido de atender um pouco esses anseios aí.²⁶⁶

A Sr.^a Sandra Aparecida Fernandes fala sobre as mudanças que observou, quando voltou a residir em Dourados.

O asfalto mudou, os bairros, as ruas, né? Não tinha rua ali perto de onde eu morava, depois já tinha rua. Quando eu voltei, eu já tive que me adaptar de

²⁶⁴ Prefeitura Municipal de Dourados. Relatório de Atividades. Exercício de 1987. Assessoria Especial do Gabinete. Coleção Ayrthon Barbosa Ferreira. CDR/FCH/UFMGD. Fls. 28-30.

²⁶⁵ Mário Cezar Tompes Silva. Entrevista realizada em 12/12/2015.

²⁶⁶ Mário Cezar Tompes Silva. Entrevista realizada em 12/12/2015.

novo na cidade, porque já estava mudado de quando eu era adolescente, a cidade já tinha crescido bastante que eu já nem sabia de todos os bairros, as ruas tinham mudado de nome, era Rua Curitiba e depois foi Izzat Bussuan. Os prédios mudou bastante, né? Bastante coisa foi construindo diferente, lojas diferentes, porque... Naquela época era umas lojas mais simples, né? Quando nós chegamos aqui era mais simples, depois qualquer loja já era mais arrumadinha, muda o aspecto.²⁶⁷

Ela observava a alteração dos nomes das ruas, o surgimento e o crescimento dos bairros e, sobretudo, as lojas da cidade que estavam diferentes: “arrumadinhas”. A cidade crescia na década de 90. A quantificação de algumas instituições e profissionais liberais apresentada no Jornal *O Progresso* de 20 de dezembro de 1989 confirma essa afirmação.

Bancos: 23, Hospitais: 5, Escolas Estaduais: 26 entre zona rural e urbana, Escolas Municipais: 14, Escolas Particulares: 11, Universidades: 2. Profissionais Liberais: Advogados: 300, Médicos: 200, Dentistas: 120, Veterinários: 20, Agrônomos: 300, Bancários: 1.100, Contadores: 250, Assistentes Sociais: 30, Fisioterapeutas: 10, Arquitetos: 24, Engenheiros Cívicos: 111, Farmacêuticos: 43, Administrador de Empresas: 510, Nutricionistas: 6, Farmácias: 51.²⁶⁸

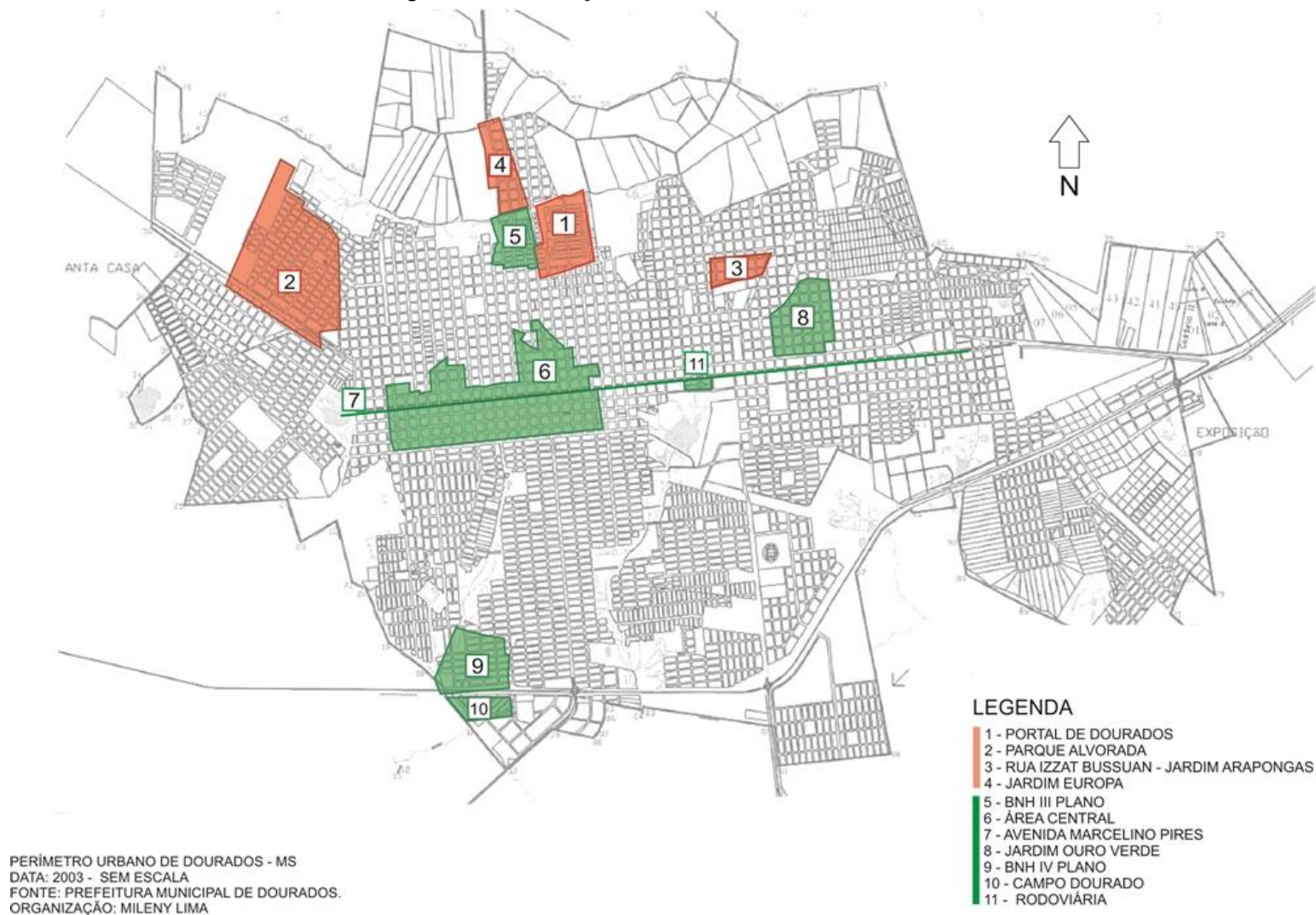
Era o crescimento da cidade que a edição comemorativa do aniversário da cidade desejava apresentar. Destaco que, para as 11 unidades bancárias existentes na cidade na primeira metade dos anos 80, em 1989, havia 23 agências com 1.100 empregados. Convém destacar ainda a grande quantidade de outros profissionais atuando na cidade: 300 agrônomos, 300 advogados e 200 médicos.

A localização dos bairros citados neste item é apresentada na Figura 36.

²⁶⁷ Sandra Aparecida Fernandes. Entrevista realizada em 08/07/2016.

²⁶⁸ Jornal *O Progresso*, 20 de dezembro de 1989. p. 37

Figura 36: Localização dos bairros referenciados – anos 80



Fonte: Adaptado: DOURADOS. Prefeitura de – *GeoDourados Banco de Ddados Multifinalitário* – Disponível em: <http://geo2.dourados.ms.gov.br/geodourados/map.phtml> Acesso em: julho de 2016.

3.6. Ocupação e sobrevivência - A Vila Cachoeirinha e os loteamentos nos anos 90

O ex-prefeito, Sr. Braz Melo, em seu primeiro mandato, propiciou visíveis mudanças na cidade; um de seus feitos é o loteamento denominado Vila Cachoeirinha. Em 1989, a prefeitura fez a divisão dos lotes, doou os terrenos e os novos proprietários deveriam construir seus imóveis em até 90 dias, sob a pena de perder o terreno. A Sr.^a Cláudia Carvalho Santos Oliveira participou desse momento, como relata.

[...] o meu bairro mudou... eu mudei aqui no Cachoeirinha...Cachoeirinha era só um valetão aqui, eu vim pra cá para o Cachoeirinha, quando eu cheguei aqui só tinha valetão e barraco, barraco, barraco, não tinha casa assim não, carro ninguém tinha, a água escorria. E as enchentes, nossa, alagava tudo²⁶⁹.

O novo bairro localiza-se nas proximidades do BNH 4º Plano, no encontro dos Córregos Rego D'água e Água Boa, fazendo limite com duas áreas de preservação ambiental, Figura 37. Com cotas altimétricas entre 374 m a 395 m, caracterizada pelas curvas de nível na cor vermelha, a Vila Cachoeirinha encontra-se em uma das regiões mais baixas da cidade.

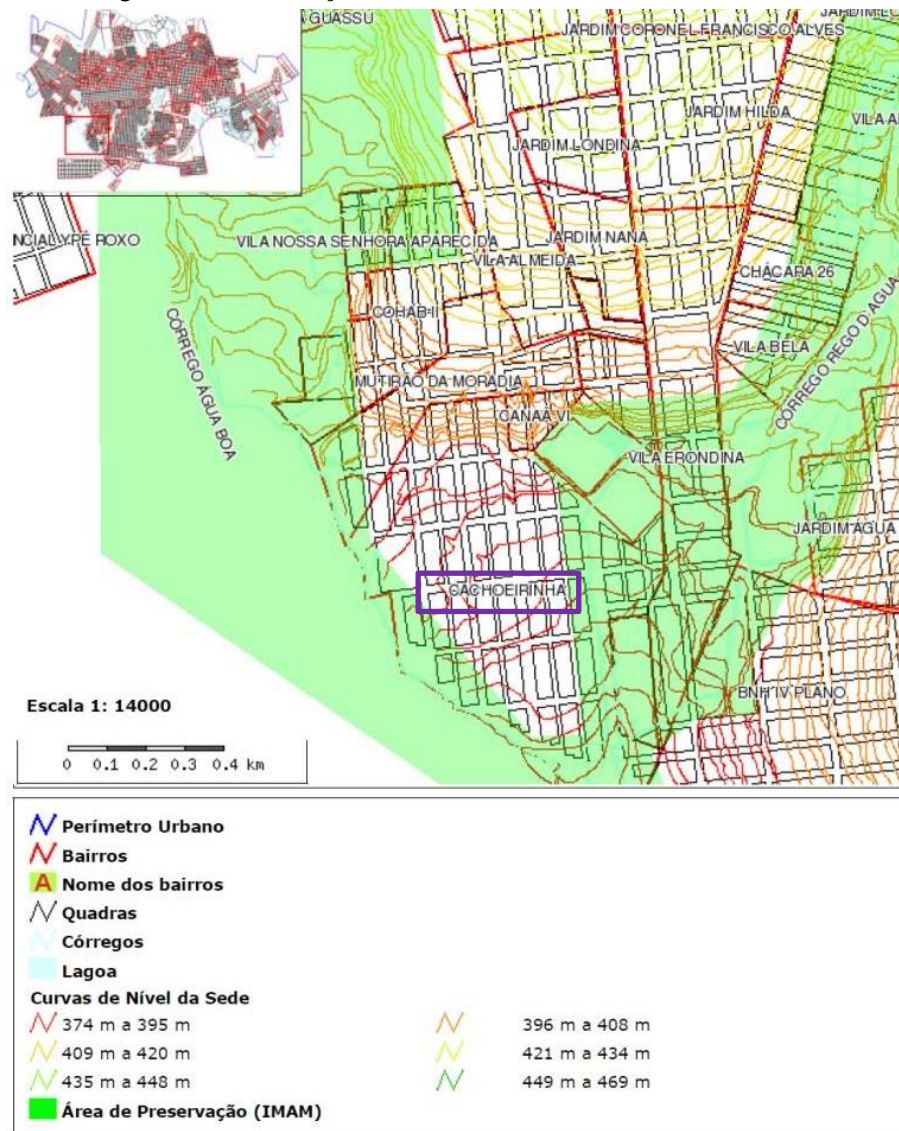
O ex-prefeito, Sr. Antônio Braz Genelhu de Melo, explica como criou a Vila Cachoeirinha.

Fui eu que fiz, a ideia é a seguinte, Cachoeirinha é o seguinte: tinha uma área que era da prefeitura, que era o matadouro antigo, tinha uma outra área grande que era do Clube Social, Clube Social de um lado, matadouro, tinha uma área de um outro senhor que morou muito tempo aqui, seu Valdomiro Monteiro. Eu vi que muita gente queria casa, naquela época não tinha Minha Casa Minha Vida, não tinha nada, daí eu falei, gente, se eu fizer um lote, eu tinha ambiente com o Governo do Estado, a ENERSUL, a SANESUL era do Governo do Estado e eu fui no Marcelo (governador do estado na época) e falei pra ele, governador se eu der o lote, o senhor dá energia e dá água? mas ele falou, mas tem que ter gente, eu falei em noventa dias tem. O que eu fiz, comprei a área do Valdomiro Monteiro, fiz o loteamento, dava mil lotes e doamos para quem quisesse construir, fizemos um levantamento quem queria e tal, e daí começou a aparecer gente, ia para prefeitura se cadastrava via que não tinha lote nem casa aqui.²⁷⁰

²⁶⁹ Cláudia Carvalho Santos Oliveira. Entrevista realizada em 26/08/2015.

²⁷⁰ Antônio Braz Genelhu Melo. Entrevista realizada no dia 23/11/2015.

Figura 37: Localização e curvas de nível da Vila Cachoeirinha



Fonte: DOURADOS. Prefeitura de – *GeoDourados Banco de Ddados Multifinalitário* – Disponível em: <http://geo2.dourados.ms.gov.br/geodourados/map.phtml> Acesso em: 08 de junho de 2016.

O Sr. José Carlos de Souza também se lembra do loteamento da Vila Cachoeirinha: “oitenta e pouco, o pessoal começou a fazer barraco, era os barracos, e daí o Braz Melo cortou e deu para o pessoal que morava aqui. Há, pouco tempo depois, outro prefeito legalizou e deu a escritura.”²⁷¹

Observo, todavia, que o custo do lote naquela região para a prefeitura seria baixo, uma vez que parte da área já era de propriedade do município. Entendo, ainda, que a demanda por loteamentos sociais era premente naquele momento, e a pressão estava sobre a gestão pública. O questionável, no entanto, é a área escolhida para a alocação das famílias que estavam em

²⁷¹ José Carlos de Souza. Entrevista realizada em 06/03/2016.

situação de risco, naquela área e outras da cidade – a Vila Cachoeirinha foi criada na congruência dos córregos Água Boa e Rego d'Água, em região alagável, que após avaliação, foi definida como fundo de vale, área de preservação ambiental. A Sr.^a Cláudia Oliveira era moradora do bairro e contou as experiências com o alagamento.

O Sr. Aroldo Diniz, esposo da Sr.^a Cláudia Oliveira, lembra-se de quando seu pai foi contemplado por um lote na Vila Cachoeirinha.

A gente morava no Jardim Água Boa, daí nossos pais venderam a nossa casa no Jardim Água Boa, fomos para Rondônia, não deu certo, voltamos para trás. Daí quando nós chegamos era aquela época que o Braz Melo estava dando os terrenos aqui, daí o meu pai se inscreveu, nós ganhamos o terreno, fomos sorteado, aí a gente veio pra cá e muito difícil, né? Sem infraestrutura nenhuma. Ele só limpou, foi marcado os terrenos, não tinha nem água, aqui na Eulália Pires, bem no rumo da nossa casa, tinha uma torneira. Era para todo mundo ir buscar água, daí, logo que o povo entrou começou a vir luz, a água demorou mais. Eram os moradores que construía, era muito barraco, na verdade era uma favela, largou o povo e falou: vocês tem que construir, se vira, o povo que não tinha condições se virava, construía um barraco de lona né.²⁷²

Somente após cinco anos que a moradora recebia o documento de posse, como destaca o ex-prefeito.

Dava um documento em nome da mulher, porque o homem vende, a mulher não vende. Não era escritura, era um documento que ela poderia escriturar depois de cinco anos. Em noventa dias, ela tinha que estar dentro da casa. A pessoa chegava lá, levava mil tijolos, no outro dia ia lá, tinha roubado os tijolos, ela fazia uma barraquinha e ficava lá cuidando, e em noventa dias ela tinha que construir, aí nós passamos a luz e a água, fazia uma rua, já metia luz e água, o Estado cumpria direitinho, eu sei que com seis meses estava praticamente habitado.²⁷³

Reforço a ideia do Sr. Aroldo Diniz a respeito da exigência da prefeitura para obtenção do lote. Noventa dias para construção de uma casa para o recebimento do documento de direito de posse era, sem dúvida, um grande sacrifício aos pretendentes a moradores do bairro. Ora, tratava-se de pessoas, em sua maioria, que moravam em casas alugadas ou em ocupações irregulares, com poucos recursos financeiros teriam três meses para, conjuntamente às suas obrigações, construir o seu próprio imóvel. No entanto, moraram em barracos de lona por que não tinham onde morar, ou para cuidar seu material de construção, ou mesmo para ficar perto da empreita e começar muito cedo o trabalho, todavia

²⁷² Aroldo Diniz. Entrevista realizada em 06/03/2016.

²⁷³ Antônio Braz Genelhu Melo. Entrevista realizada no dia 23/11/2015.

muitos conseguiram – o Sr. Aroldo Diniz e a Sr.^a Cláudia Oliveira construíram a sua casa e ainda moravam no mesmo lugar no dia da entrevista. Na Foto 30 apresento as edificações das moradias na Vila Cachoeirinha.

Foto 30: Vila Cachoeirinha em 1990



Fonte: Jornal *O Progresso*, 26/10/1990, p. 1

A Lei 1.394 de 02 de outubro de 1986 criou o Programa Mutirão de Moradia, que autorizou a doação de áreas para moradia, obedecendo às diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Art. 1º. Fica Criado o Programa Mutirão da Moradia, conforme as diretrizes fixadas, pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – MDU e as disposições contidas na presente Lei. Art. 3º. Fica o Executivo Municipal autorizado a doar áreas de propriedade do município que não tenham destinação de uso específico. Art. 5º As áreas onde serão edificadas as habitações deverão obedecer ao que dispuser a Lei do Uso do Solo, devendo estar dotada de infra-estrutura.²⁷⁴

Ao final de 1989, as ruas foram abertas e os terrenos marcados. Em 1990 teve início a construção das casas e a mudança dos novos moradores para a Vila Cachoeirinha. Em 26 de outubro de 1990, o jornal *O Progresso* divulgava: “Braz entrega energia e água no Cachoeirinha”.

Na Vila Cachoeirinha, por exemplo, resta apenas um pequeno trecho para a conclusão das obras de extensão da rede de água, porque a SANESUL tem encontrado problemas de perfuração numa área rochosa. Os padrões de luz instalados são do tipo econômico e muitos moradores trabalham atualmente

²⁷⁴ Lei 1394 de 02 de outubro de 1986. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

na ligação da rede de água do cavalete até suas casas, bem como dos serviços de colocação de fiação elétrica.²⁷⁵

A Sr.^a Maria Izabel revela que os moradores do bairro eram discriminados na cidade. Sendo criado com objetivo de disponibilizar moradia aos que se encontravam em situações desfavoráveis financeiramente, a Vila Cachoeirinha foi estigmatizada, uma vez que seus moradores consistiam-se na classe de baixa (ou até, sem renda), e eram lembrados nos noticiários pelos problemas de violência, como ela relata: “Eu fui trabalhar num restaurante lá no centro, eu não falava que morava no Cachoeirinha, porque era a maior zueira, eu falava que morava no Água Boa, depois que eu falava que morava no Cachoeirinha.”²⁷⁶

É importante ressaltar que o Jardim Água Boa que era um bairro constituído por pessoas de baixa renda e que outrora também possuía o estigma da violência, passou a ser uma melhor referência para a moradora da Vila Cachoeirinha.

Henry Lefebvre, em sua obra *O direito à cidade*, apresenta-a como um bem a ser consumido, intrinsecamente relacionado aos valores de liberdade e de escolha do indivíduo. Esse direito muitas vezes é negado a uma classe social.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade²⁷⁷.

Anos depois, em 1995, no mandato do Sr. Humberto Teixeira, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)²⁷⁸ de 1993 a 1996, me chamou a atenção a construção do Canaã 1. Passeando pela cidade, observei a construção de um grande conjunto habitacional que se erguia em meio a campos de soja. Em outro momento, eu acompanhava alunos de uma escola particular em um passeio com fins didáticos. O objetivo era levá-los a conhecer os extremos do perímetro urbano da cidade. Na ocasião, pude mostrar a eles o Canaã 2. Lembro-me que ao passarmos em frente ao bairro, alguns alunos ironizaram: “Professora, mas aquilo é uma casa? É do tamanho do banheiro da minha casa”

O pesquisador Mário Cezar Tompes Silva analisa o cenário da habitação em Dourados nos anos 80 e 90.

²⁷⁵ Jornal *O Progresso*, 26 de outubro de 1990, p.3.

²⁷⁶ Maria Izabel de Souza. Entrevista realizada em 06/03/2016.

²⁷⁷ LEFEBVRE, H. ,*O direito à cidade*, p. 133.

²⁷⁸ Após a eleição do Presidente Collor este se filiou ao PRN – Partido da Renovação Nacional.

Frente ao rápido agravamento do processo de ocupação de terrenos na cidade e à vigorosa disseminação de precárias favelas de barraco de lona, o poder público local, a partir do início da década de 90, passou a assumir, de forma até então inédita em Dourados, iniciativas sucessivas e de abrangência crescente na área da habitação social. Assim, ao longo dos anos 90, sucederam-se e intensificaram-se as ações do executivo municipal através da implantação e distribuição de lotes urbanizados, da regularização de posses urbanas, da construção de conjuntos habitacionais dirigidos para os setores de baixa renda, da definição de uma legislação específica regulamentadora dessa política habitacional local, do estabelecimento de órgãos específicos para coordenar as ações municipais na área e da constituição de fundo com o objetivo de destinação de recursos para o setor.²⁷⁹

A grande quantidade de migrantes que adentraram a cidade nos anos 80 e a migração urbano-urbano é apontada pelo autor como a principal causa da formação de favelas nesse período em Dourados. Essa situação, sobretudo, vinha pressionando a Administração Pública a desencadear iniciativas para conter as posses e a moradia em barracos.

Em sua entrevista, o ex-prefeito Sr. Humberto Teixeira apresentou a situação da Vila Cachoeirinha em seu mandato e a sua preocupação em propiciar melhorias aos que estavam vivendo em barracos.

Nós fizemos um projeto na minha administração, então quando começou a surgir em Dourados os primeiros barracos de lona na periferia, Dourados expandiu muito, o povo não tinha onde morar. Tinha um bairro aqui o Cachoeirinha, era praticamente um alagado, pessoas dentro da água e eu tinha facilidade, eu era piloto, eu arrumei um avião emprestado aí com um amigo, meu sobrevoei Dourados durante umas cinco horas para poder observar onde estava os pontos fracos e, uma das coisas que eu encontrei que era realmente preocupante, eram esses barracos de lona que estavam lá no Cachoeirinha. Então eu vi isso pelo ar, olhei a região toda, o perímetro da cidade onde tinha mais possibilidade de crescer com loteamento digno. Depois que eu desci, peguei o carro e fui por terra.²⁸⁰

Focado na proposta de campanha, o Sr. Humberto Teixeira objetivava resolver o problema das pessoas que moravam em barracos de lona. O projeto foi desapropriar áreas em locais onde não houvesse problemas com alagamento e construir um loteamento social – o primeiro desses conjuntos habitacionais foi o Jardim Canaã 1.

[...] eu comecei a pensar, eu fui procurar áreas onde a gente pudesse começar esse projeto de habitação popular, o primeiro foi ali o Canaã 1, era de um amigo meu, e a prefeitura estava sem recurso. Quase mil casas tem, quando nós fizemos o nosso projeto, o nosso plano de governo, eu tinha contado as

²⁷⁹ SILVA, M. C. T. da., Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados, p.240.

²⁸⁰ Humberto Teixeira. Entrevista realizada em 11/12/2015.

famílias que estavam em barraco de lona e eram 913 em toda a periferia. Daí eu fui falar com esse amigo meu que era o dono do sítio lá, o nome dele é Hugo, morava em Itaporã, eu preciso desapropriar aquela área sua lá para construir um bairro. Não precisa desapropriar, a gente faz um negócio, um acordo, eu vendo para você pra prefeitura, eu não vendo, vende que eu avalizo, o Município pagou tudo certinho e começamos o projeto através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, fizemos o loteamento, abriu as ruas ali, deu 978 lotes, então aquilo dali satisfazia às 913 famílias e foi um sucesso, eu criei um departamento de habitação e cadastrava as pessoas, o princípio era que fosse uma família: pai, mãe e filho. Em segundo lugar que fosse gente realmente pobre, que não tinha nenhuma propriedade, isso foi pesquisado e depois cadastrado.²⁸¹

O Canaã 1 foi construído no extremo nordeste do perímetro urbano de Dourados. Suas casas eram construídas em sistema de mutirão, todavia, diferentemente da edificação na Vila Cachoeirinha. A prefeitura dava o terreno e fornecia o material para construção, enquanto que os proprietários se reuniam e construíam suas casas; só habitavam quando estavam prontas, de forma que não surgiam barracos de lona no loteamento, Foto 31.

Foto 31: Ferramentas fornecidas para construção do Jardim Canaã 1



Coleção José Henrique Marque, acervo do CDR/FCH/UFGD.

A Lei nº 1.871, de 23 de setembro de 1993, permitia a Prefeitura doar o material para a construção de conjuntos habitacionais sociais.

Art. 1º Fica o poder Executivo autorizado a, nos termos desta Lei, doar materiais de construção. Art. 2º A doação prevista no artigo 1º desta lei

²⁸¹ Humberto Teixeira. Entrevista realizada em 11/12/2015.

somente poderá ser feita a proprietários de terrenos localizados em loteamentos sociais, como definido na Lei local nº 1.741 de 22 de outubro de 1991, e com utilização vinculada estritamente à construção de casas residenciais com, no máximo 48 metros quadrados. Parágrafo Único – Os benefícios previstos nesta Lei também podem se estender aos que sejam proprietários de terrenos com características assemelhadas aos localizados em loteamentos sociais. Art. 3º - O donatário somente poderá usufruir do benefício uma única vez.²⁸²

A Sr.^a Maria Siqueira Campos da Silva explica como se dava a construção das casas, ao que ilustro com a Foto 32, da construção de uma residência no bairro.

[...] teve fila em frente à prefeitura antiga. Meu marido ficou três dias e três noites lá para fazer a inscrição, e daí fez a inscrição, teve o sorteio a gente foi sorteado, tinha que dar oito horas de serviço aqui. Aqui a gente trabalhou quando tava cavucando desde o começo da obra, tudo era mutirão, todo mundo ajudou na casa de todo mundo.²⁸³

Foto 32: Construção das casas do bairro Canaã 1



Fonte: Coleção José Henrique Marques, acervo do CDR/FCH/UFGD

A moradora lembra-se da felicidade de ser uma das primeiras moradoras do conjunto habitacional, todavia, não se esquece das dificuldades do início do bairro.

[...] daí quando tava cobrindo a casa, a gente já tava mudando porque o sonho era ter uma casa, nunca tinha, morava de aluguel, e aí acabou de colocar as telha a gente colocou a mudança, desde que começou, desde o primeiro sorteio. Não tinha asfalto, era um bairro que a gente era muito

²⁸² Lei nº 1871 de 23 de setembro 1993. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

²⁸³ Maria Siqueira Campos da Silva. Entrevista realizada em 22/04/2016.

discriminado, as crianças para ir para escola foram muito discriminado, não tinha escola... Aqui era o último lugar do mundo que existia, não existia outra vila aqui, aqui já era fora da cidade, a cidade acabava lá em cima... nós viveu aqui sem recursos mesmo uns oito anos, nos era atendido no posto do Ouro Verde, depois no Maracanã.²⁸⁴

A Sr.^a Maria Siqueira Campos da Silva destaca que sendo um bairro longe, não tinha escola, posto de saúde, parque ou qualquer outro equipamentos comunitário de um bairro. Relata que, muitas vezes, o diretor impedia seus filhos de entrarem na escola do bairro vizinho devido o barro nos sapatos. Ela teve que enfrentar a direção da escola e levar seus filhos até a sala.

Também destaca a discriminação aos moradores do bairro. O estigma de bairro de malfetores de violência os acompanhava, dificultando a obtenção de emprego. Lembra-se que tal preconceito foi desaparecendo ao longo do tempo.

O Sr. Severino Nunes também foi um dos primeiros moradores da primeira etapa do Jardim Canaã; ele lembra como foi a construção e como era o bairro no começo,

Essa casa aqui é a primeira etapa. Aqui tem no Canaã, no tempo foi financiado 900 casas, paga só a água e a luz. Dava o material, dava tudo, os caminhões rolava de material aí. Aí ele dava o material e a gente construía a casa, hoje em dia, nem parece aquele Canaã que eu mudei, essas casas não tinha muro, e era tudo chão barro, Nossa Senhora! pra cima era só braquiária, era plantação.²⁸⁵

A Sr.^a Ana Liria Capilé de Souza foi contemplada na segunda fase da construção do Jardim Canaã I e lembra como era quando tudo começou.

Pra cima do Canaã assim não tinha tudo essas vilas que tinha, não tinha, era tudo matagal, aquela escola que tem ali não tinha... mudou tudo, até asfalto não tinha aqui no Canaã, era matagal, mato mesmo, aqui era mato porque era trieiro de vaca... Não tinha rua ainda era um trieiro de vaca era uma parte de chão que eu cortava eu cortava e saía no asfalto mais rápido, até chegar na rua para pegar o asfalto. Era só o Canaã a vila mesmo, só as casas, nem muro nem nada não tinha, foi feito tudo depois.²⁸⁶

O Sr. Humberto Teixeira relata como a Prefeitura atuou na construção do bairro.

A maioria do material o município comprou em uma cerâmica de Ponta Porã, Sanga Puitã, a secretaria de obras acompanhava tecnicamente e as pessoas que ganhavam a casa, a pessoa que era aprovada recebia um

²⁸⁴ Maria Siqueira Campos da Silva. Entrevista realizada em 22/04/2016.

²⁸⁵ Severino Nunes. Entrevista realizada em 22/04/2016.

²⁸⁶ Ana Liria Capilé de Souza. Entrevista realizada em 01/05/2016.

cartãozinho com o nome da rua e o nome do lote, então a casa que ele ia ajudar a construir era a dele. Eu consegui construir ali no Canaã em duas etapas, na primeira houve uma colaboração do Governo do Estado, mas as primeiras cem casas houve uma ajuda de cinquenta por cento do Governo do Estado. Nós entregamos no Jardim Canaã 600 e poucas casas, foi um sucesso tão grande, que um advogado tinha uma áreas ali perto do Jóquei, ele doou uma área, porque era muita gente pobre, que não tinha aonde morar, barraco de lona, de madeira, depois o Asturio era uma das pessoas, ele é técnico em medição de terreno essas coisas e ele procurava as áreas, para não formar um bolsão de pobreza em um lugar só, podia criar um bolsão de pobreza muito grande. Paralelo com o Canaã dois, nós fizemos o três.²⁸⁷

Nos anos 90 foram construídos seis loteamentos sociais Canaã, seguidos da Vila dos Ofícios, Vila Mariana e Vila Valderez, sendo que os primeiros quatro Canaã foram entregues no mandato do ex-prefeito Sr. Humberto Teixeira. Suas datas e quantidade de casas estão relacionadas na Tabela 12, sua localização apresentada na Figura 38 juntamente com a localização do bairro Cachoeirinha.

Tabela 12: Loteamentos sociais construídos entre 1993 e 1996

Loteamento	Ano	Unidades
Canaã I	1993	933
Canaã II	1994	190
Canaã III	1995	888
Canaã IV	1995	328
Subtotal =		2.339
Canaã V	1997	512
Canaã VI	1997	47
Vilas dos Ofícios	1998	112
Vila Mariana	1999	61
Vila Valderez	1999	181
Subtotal =		913
Total =		3.252

Fonte: Adaptado de QUEIROZ, F. da S., *Análise das desigualdades socioespaciais na distribuição da moradia em Dourados MS: Apontamentos para o estudo de uma cidade média*, p. 84.

²⁸⁷ Humberto Teixeira. Entrevista realizada em 11/12/2015.

Figura 38: Localização dos loteamentos sociais nos anos 90



Fonte: Adaptado de DOURADOS. Prefeitura de – *GeoDourados Banco de Ddados Multifinalitário* – Disponível em: <http://geo2.dourados.ms.gov.br/geodourados/map.phtml>, Acesso em: Julho de 2016

O Sr. Mário César Tompes Silva caracteriza a dispersão dos loteamentos nos anos 90 em Dourados em três modalidades: o loteamento para a baixa classe média, o loteamento de autoconstrução transvestido de chácara e o condomínio fechado.

Essa descontinuidade é o resultado da implantação de empreendimentos residências (loteamentos de autoconstrução, condomínios fechados etc.) cada vez mais distantes do tecido urbano já constituído. Eles são separados da cidade por áreas, às vezes extensas, de lavouras, pastagens, silos e celeiros, configurando uma paisagem nova, constituída de fragmentos urbanos descolados e dispersos em pleno meio rural. Em Dourados, essa tendência de produção de fragmentos urbanos afastados ganha intensidade na década de 90. A expansão dessas formas urbanas descontínuas no Município, no referido período, assumiu basicamente três modalidades de manifestação: o loteamento para a baixa classe média, o loteamento de autoconstrução transvestido de chácara e o condomínio fechado.²⁸⁸

O autor destaca o espraiamento desses loteamentos com a conseqüente inserção de espaços desabitados, às vezes extensos, de lavouras, pastagens, silos e celeiros. Tal

²⁸⁸ SILVA, M. C. T. da. , Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados, p. 213.

fragmentação induz, sobretudo, o carreamentos de espaços que passam ser valorizados até que o bairro se ligue às áreas de povoamento no urbano.

No entanto, apesar de suas inúmeras deficiências e das distorções que os afetam, esses assentamentos promovidos pela Prefeitura, tanto os conjuntos Canaãs quanto os diversos loteamentos sociais, provocam alterações no arranjo espacial da cidade. Isso ocorre principalmente em função da implantação, mesmo que muitas vezes de forma rarefeita, dos benefícios infra-estruturais e serviços implantados em suas áreas. Esses benefícios terminam promovendo a valorização das áreas intermediárias àqueles assentamentos e dinamizando o seu processo de ocupação. Nesse sentido, esses conjuntos e loteamentos sociais funcionam, em certa medida, como ordenadores do crescimento urbano. A partir de sua implantação, contribuem para carrear para sua vizinhança áreas de produção e circulação de mercadorias, novos empreendimentos imobiliários ou mesmo acelerar a ocupação de antigos loteamentos encalhados. Da mesma forma, na esteira desse processo, outros lotes e glebas são estocados, visando à futura valorização e à especulação imobiliária.²⁸⁹

Mário César Tompes da Silva, ainda conclui sobre o loteamento social Canaã.

Esse conjunto, a partir de sua implantação, passou a abrigar uma parcela dos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora douradense, que nele foi confinada espacialmente em um aglomerado de casas homogêneas, de baixo padrão construtivo e que enfrenta um rol de carências em serviços e equipamentos urbanos essenciais. Apesar dessas condições adversas, essa população, no transcorrer do tempo, vem demonstrando ser um agente capaz de reordenar e reconstruir seu espaço de vida.²⁹⁰

Por fim, com o distanciamento desses loteamentos, agrava-se a disponibilização de equipamentos públicos comunitários e de infraestrutura. São regiões que por tempo, permanecem carentes de escolas, postos de saúde, transporte coletivo e, sobretudo, de galerias de água pluvial e pavimentação asfáltica.

Maria José Martinelli Calixto destaca que, com a descentralização da política habitacional feita pelo Governo Federal via SFH, os projetos passam a ser implantados com maior aporte dos próprios municípios.

Dentro da política de descentralização adotada, intensificaram-se, as iniciativas municipais, a partir do final da década de 1980 e início da década de 1990, tendo como mola propulsora a pressão popular. Nesse contexto, houve a implantação da Vila Cachoeirinha (1989), mediante a distribuição de 1082 lotes urbanizados, visando à autoconstrução; da Vila São Braz (1990), com 282 lotes, e do projeto Canaã (1994), que previa inicialmente a

²⁸⁹ Op. Cit. p.267.

²⁹⁰ Op. Cit. p.270.

implantação de cinco conjuntos, totalizando 2804 unidades residenciais. Posteriormente foram anexadas ao projeto Canãa mais duas fases ou dois conjuntos. Contudo, apesar desse acréscimo no número de conjuntos inicialmente previstos, até o final de 1999, havia apenas 1933 unidades construídas, sendo que destas, 919, ou 47,5% foram financiadas com recursos exclusivos do município.²⁹¹

Mário Cezar Tompes da Silva conclui que a construção dos loteamentos sociais nos anos 90 em muito contribuiu para a redução do déficit habitacional. Essas moradias acabaram sendo destinadas a um grupo diverso do migrante rural dos anos 80.

Por outro lado, nesse novo contexto dos anos 90, é importante estar atento às transformações que estão em desdobramento. Nessa nova realidade, parcela importante dos sem-teto de Dourados se origina, não mais do êxodo rural, como ocorria até bem pouco tempo atrás, mas de desempregados e/ou despejados de casas alugadas que já residiam há algum tempo na própria cidade (Dourados) ou nos pequenos aglomerados urbanos circunvizinhos. Assim, o sem-teto de nossos dias em Dourados, distintamente do que ocorria na urbanização desenvolvimentista, não é mais o recém-chegado do campo, mas basicamente o expulso da cidade, expulso tanto pelo desemprego quanto pelo aumento do aluguel.²⁹²

²⁹¹ CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS. Presidente Prudente, 2000, p. 130-131.

²⁹² SILVA, M. C. T. da. , Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados, p. 264-265.

Capítulo 4

QUALIDADE DE VIDA EM MOVIMENTO - REPENSAR DOURADOS: LAZER, ESPORTE E CULTURA

Eu lembro que meu pai costumava me levar para passear na Praça Antônio João²⁹³, que fica na região central da cidade. No Jardim Ouro Verde, onde morávamos, não havia praça e, às vezes, quando ele ia trabalhar, ou fazer qualquer outra coisa pelo centro da cidade, eu ia junto de ônibus circular e aproveitávamos para passear pela Praça, Foto 33.

Foto 33: Praça Antônio João no começo dos anos 70



Fonte: <http://www.douradosnews.com.br/dourados/parabens-minha-dourados> Acesso em: 19 de janeiro de 2016²⁹⁴

²⁹³ Essa praça, que fica no centro da cidade, foi construída nos anos 60 e, desde então, passou por inúmeras reformas. O seu nome foi dado em homenagem ao Militar Antônio João, que lutou na Guerra Contra o Paraguai (1864-1870) e morreu em combate na Colônia Militar dos Dourados, que não se localiza na cidade de Dourados. Outros esclarecimentos sobre Antônio João podem ser encontrados em: CREMONESE-ADAMO, Camila. *Fronteira, mitos e heróis: A criação e apropriação da figura do tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso*. 2010.

²⁹⁴ A foto faz parte de uma edição especial publicada no jornal on line *Dourados News* por ocasião do aniversário de 77 anos de emancipação política de Dourados. Publicada em 06/12/2012. Consta como fonte da foto, enviada por: César Lima.

A praça da qual eu me lembro pouco se parece com a apresentada na Foto 33, existente no começo dos anos 70. A Sr.^a Suzana Arakaki lembra-se de uma reforma realizada na Praça Antônio João.

A cidade se transformava na nossa vista, eu lembro uma vez eu olhando a Praça Antônio João, daí eu vi um trator derrubando a calçada, derrubando árvore, estavam reformando a praça e eu fiquei olhando eles derrubarem aquelas árvores. Cada prefeito que entrava queria imprimir a sua marca e destruía o que o outro tinha feito. Essa lembrança do trator derrubando a árvore e levantando a calçada, eu fiquei assim olhando, será que precisava derrubar a árvore. E a praça sempre foi a nossa referência da cidade. Essa praça já foi derrubada duas três vezes depois.²⁹⁵

A praça que eu conheci tinha piscina, chafariz e tartaruga – ainda criança eu ficava admirada vendo as tartarugas que nadavam na piscina, era a praça de 1985, Foto 34.

Foto 34: Vista área da Praça Antônio João nos anos 80



Fonte: DOURADOS 50 anos: Capital Econômica de Mato Grosso do Sul. Administração Luiz Antônio, 1985.

A Sr.^a Suzana Arakaki acompanhava as mudanças em Dourados através das reformas na praça, que representava seu referencial da cidade. “As novas relações tendem a imprimir sentidos diferentes daqueles que até então estavam estabelecidos, bem como podem causar estranhamento nas pessoas que vivem e fazem dessas áreas, os seus lugares”²⁹⁶. Essa é uma

²⁹⁵ Suzana Arakaki. Entrevista realizada em 01/03/2013.

²⁹⁶ MUSCULINI, E. C. *A rua como lugar dos viveres e fazeres: transformações e persistências na área central de Dourados-MS*, p. 153.

reflexão de Elaine Cristina Musculini, que identifica os efeitos das mudanças nos espaços da cidade nos moradores.

4.1 Os poucos espaços alternativos de lazer na Dourados dos anos 70

Nos anos 60 e 70, as áreas públicas de lazer e recreação restringiam-se a duas praças localizadas na região central de Dourados: a Praça Antônio João e a Praça Mário Correa²⁹⁷, como relata o Sr. Aroldo Diniz.

E a gente saía aqui do Água Boa (referindo-se ao Jardim Água Boa) e a gente ia lá na Praça Mário Correa, em frente ao Evangélico (referindo-se ao Hospital Evangélico) assistir televisão e daí, no domingo, era o lazer da gente era ir assistir televisão. Tinha as piscinas, reunia a sociedade de Dourados ali e na Praça Antônio João. Era ir na praça Mário Correa assistir televisão.²⁹⁸

A diversão para ele eram as duas praças da cidade. Na Praça Mário Correa, ele assistia à televisão, pois poucos possuíam esse aparelho em casa, ou ainda, sequer havia energia elétrica em suas residências. Ao lado direito da Foto 35, pintado de rosa, aparece uma parte do espaço em que ficava a televisão, onde as pessoas ficavam em pé, à frente, para assistir a novelas, jornais e filme.

Na Praça Mário Correa também havia piscinas com peixes; lembro-me de uma ponte onde as tartarugas se escondiam embaixo; para mim, aquilo era muito bonito. Havia também uma área de areia com brinquedos: balanços, gira-gira, escorregador e gangorras. Do outro lado, construída em formato circular, ainda existe uma biblioteca, frequentada por alunos do ensino fundamental e médio. Recordo-me que nos anos 80, o abrigo da televisão ainda estava lá, mas as suas portas não mais eram abertas; imagino que o aparelho já tivesse sido retirado.

²⁹⁷ Esta praça edificada no final dos anos sessenta, no ano de 1983, teve a sua nomenclatura alterada, por determinação da Lei 128, para Praça Dr. Antônio Alves Duarte. Os entrevistados continuam se referindo a ela como Praça Mário Correa. A partir dos anos noventa, não recebendo mais nenhuma reforma ou investimento do poder público, encontra-se abandonada, não servindo mais como espaço de lazer. Constitui-se apenas como local de passagem para os que trabalham ao seu redor ou aos que se dirigem ao terminal de transbordo que fica ao seu lado.

²⁹⁸ Aroldo Diniz. Entrevista realizada em 06/03/2016.

Foto 35: Praça Mário Correia nos anos 70



Fonte: <http://www.douradosnews.com.br/dourados/parabens-minha-dourados> Acesso em: 16 de janeiro de 2016.²⁹⁹

As quadras para prática de esporte eram poucas no final dos anos 70, lembra o Sr. Roberto Wagner.

Naquela época era uma coisa bem diferente assim, né?, A gente não tinha muito, eu estudava no Presidente Vargas, eu praticava muito esporte, jogava na seleção da escola, jogava na Seleção Douradense, joguei basquete... e naquela época era diferente foi quando construíram o Reis Veloso o Menodora que eram escolas novas. Havia disputas assim, mas naquela época a gente jogava na AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil) era umas arquibancadas de madeira, e a quadra ficava ali naquela esquina Antônio Emilio com a Toshinobu Katayama, na esquina ali, só que era uma coisa assim tranquila, né?.³⁰⁰

O Sr. José Elias Moreira também se recorda da carência de espaços para prática do lazer nos anos 70.

A cidade tinha, antes de 77 quando eu assumi, tinha duas áreas: a Praça do Hospital Evangélico (Praça Mário Correia) e a Praça Antônio João, quando eu entrei tinha uma quadra de esporte na igreja do relógio e uma na Associação do Banco do Brasil, e quadra lá do Operário Futebol Clube, e só, uma era da AABB e a outra era clube.³⁰¹

²⁹⁹ A foto faz parte de uma edição especial publicada no jornal on line *Dourados News* por ocasião do aniversário de 77 anos de emancipação política de Dourados. Publicada em 06/12/2012. Consta como fonte da foto: Arquivo da família (Carmos Azambuja Pires e Rosalda Gomes Pires) Enviada por Ronan Gomes Pires.

³⁰⁰ Roberto Wagner Barros Bezerra Lopes. Entrevista realizada em 20/11/2015.

³⁰¹ José Elias Moreira. Entrevista realizada em 09/11/2013.

No Jardim Ouro Verde não havia praça, mas os próprios moradores do bairro construíram campinhos de futebol para recreação aos finais de semana. Não havia grama, eles jogavam na terra. Nos domingos esses espaços eram muito movimentados pela presença dos moradores do bairro e, às vezes, havia até campeonatos; durante a semana, quando os adultos e jovens estavam trabalhando, os mesmos espaços eram ocupados para o lazer das crianças, que se divertiam brincando de bola, soltando pipa ou andando de bicicleta. A Sr.^a Maria Lucineide, moradora no bairro, lembra-se desses campinhos.

Aqui a gente tinha como opção de lazer também os dois campos de futebol, o da Recap, lá na Marilze (amiga que morava em frente ao campo). Eram os campos, era o lazer para os homens principalmente no final de semana né, vinham todos para o campo jogar bola, era de terra.³⁰²

O Sr. Donizete Pereira da Silva sempre jogou futebol, e conta como era o lazer dos que gostavam desse esporte em Dourados nos anos 80 e 90. Na Foto 36 apresento um dos campinhos de futebol onde ele jogava.

[...] era aqueles campinho de terra, ia de bicicleta, tinha o time da Retifica Globo e a gente jogava para retifica Globo, jogava no campo da São Paulina na Vila Índio, só de terra, agora é lá onde tem as quitinetes. Nunca plantou grama e daí lotearam. Nos jogávamos onde é o ginásio, ali era o Arueira, na verdade ali onde é o ginásio era o campo 15 de Maio, a gente jogava no campo da Recap (empresa recuperadora de pneus de Dourados) que depois lotearam também. Campo da Recap porque tinha a Recap Pneus eles eram responsáveis pelo campo colocaram as trave e eles tinham o time deles, a Vila Mary, Madeireira Sucupira que ia jogar contra eles. Aquele na Bela Vista ali onde tem aqueles frangos assados ali era o Campo do Palmeirinha, onde hoje é a Perkal (concessionária de veículos Chevrolet) era o campo do Vidrão ali, o campo de grama só tinha a LEDA (Liga Esportiva *Douradense de Amadores*). Jogava pra Retifica Globo só que não era funcionário que jogava, era contratado, Madeireira Sucupira, 15 de Maio que era o nome de um clube, de oitenta e nove para frente foi acabando, tipo o ginásio foi construído e daí tiraram o espaço do campinho, da Recap lotearam né mais recente.³⁰³

³⁰² Maria Lucineide Paes Lopes. Entrevista realizada em 05/11/2015.

³⁰³ Donizete pereira da silva. Entrevista realizada em 03/07/2016.

Foto 36: Campinho de futebol no bairro Santa Brígida nos anos oitenta



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Donizete Pereira da Silva

A Sr.^a Suzana Arakaki lembra-se que muitas pessoas gostavam de assistir a futebol. Essa era, segundo ela, uma opção de recreação e lazer.

Há uma coisa naquela época, Marina, muito futebol, o pessoal em função da falta de lazer, gostava de futebol. Onde hoje é a LEDA, que na verdade... era a LEDA, ali do lado do moinho de trigo. E os jogos eram lá e eu torcia pro Ubiratã. Veio a televisão, as pessoas já preferiam ficar olhando a televisão que sair, ter que se arrumar, ir pra praça, mas eram essas formas, a televisão acabou com tudo isso, com o futebol, com o Clube Social, com a praça, com os passeios na praça, a televisão acabou com tudo, que aí você queria ficar assistindo chacinha, assistindo essas coisas, bobagens.

A Sr.^a Suzana aponta para os jogos no estádio de futebol da LEDA como opção de lazer para as famílias; elas assistiam aos jogos, tinham seus times preferidos e torciam nos campeonatos regionais que eram disputados nesse estádio. Na sua análise, a popularização da televisão é que veio acabar com esse tipo de lazer, e também com o hábito dos passeios nas praças. Segundo a entrevistada, a partir dos anos oitenta, as pessoas deixaram de sair de suas casas para passear e passaram a preferir ficar em casa e assistir televisão.

Os “campinhos de terra” eram a maior referência de lazer dos bairros da cidade. Havia times de bairros e times de empresas que jogavam, brincavam, divertiam-se e disputavam campeonatos. Além dos campinhos, só sobravam as ruas, como relata o Sr. Ozeias Marcondes: "Na infância, a gente antes brincava na rua, brincava de esconde-esconde, brincava de jogar betes, brincava de bolinha de gude, na rua jogava vôlei, futebol"³⁰⁴.

³⁰⁴ Ozeias Marcondes de Alencar. Entrevista realizada em 02/11/2015.

Para o Sr. Ozeias Marcondes, morador nas proximidades do Jardim Água Boa, a rua era o espaço seguro e tranquilo para as brincadeiras de crianças, como jogar bola, betes, bolinha de gude, dentre outras atividade de lazer. A rua lembrada por ele é um espaço de uma época de poucos carros na cidade, e os que transitavam passavam lentamente nas vias esburacadas de terra. Ainda que única opção próxima, a rua era o espaço tranquilo e seguro para as brincadeiras das crianças.

Além das praças, dos campinhos de terra e da rua, o cinema era outra opção de lazer para os jovens nos anos 70. A Sr.^a Luiza de Souza e Silva, que trabalhava de cobradora no transporte coletivo, relata como era o transporte coletivo no horário de término da seção cinema.

Na praça, menina, a gente ia pra praça ali naqueles bancos da praça era cheio de gente sentado conversando, os namorados namorando. Tinha o cinema o cinema Ouro Verde, lotava de gente, eu me lembro, mesmo quando eu trabalhava na circular, era três sessão que passava naquela época, quase não existia televisão, lotava, era três sessão, ficava de fila a circular vinha lotada, o povo do Parque (das Nações) vinha, a circular do Parque vinha lotado de gente se segurando pela porta de tanta gente que vinha. Era mais divertido do que agora³⁰⁵.

O Sr. José Alves dos Santos, quando questionado sobre a diversão que existia em Dourados no final dos anos 70, também destaca o cinema, e acrescenta dois bares.

[...] era o cinema, tinha dois cinema também, só agora já tá diferente agora tem pizzaria, a vida noturna quando eu mudei pra cá pra Dourados não tinha, seis horas fechava a cidade, tinha só o chopão que era um bar que tinha do lado do cinema e o Luchesi que ficava aberto só, não tinha esses negócios dessas pizzarias, dessas lanchonetes dessas coisas.³⁰⁶

O Sr. José Alves dos Santos lembra-se de como era a vida noturna no centro de Dourados. No final dos anos 70, havia somente dois bares e dois cinemas, para a diversão noturna na cidade; já em 2002, quando anda pela cidade à noite, fica admirado com a quantidade de lanchonetes, pizzarias e bares. A Sr.^a Maria Lucineide relata com entusiasmo a primeira vez que foi ao cinema.

Tinha o cinema também que a gente gostava de ir, mas, nunca tinha dinheiro para ir, eu lembro na febre do Os Trapalhões (filme de comédia) que nós saímos daqui (Jardim Ouro Verde) para ir, sacrifício arrumar aquele dinheirinho, era o dinheiro da passagem e o da entrada. Daí, chegamos lá,

³⁰⁵ Luiza de Souza e Silva. Entrevista realizada no dia 22/10/2015.

³⁰⁶ José Alves dos Santos. Entrevista realizada em 07/08/2002.

não tinha mais entrada. Tinha o Ouro Branco e o Ouro Verde (nome dos cinemas). No Ouro Branco tava passando Os Trapalhões, não tinha mais entrada, e daí nos fomos assistir no Ouro Verde o Trinito Ritintim, só para dizer que tinha ido, a gente nunca tinha ido no cinema, no matinê³⁰⁷.

O Sr. José Carlos da Silva, quando questionado sobre o que fazia para se divertir nos anos 70, também destaca o cinema.

Ah é! Tem o cinema também, nós ia, quando era moleque eu vendia picolé a semana inteira para final de semana ir no cinema assistir Tarzan, Zorro, ia muito na matinê de domingo assistir filme, todo domingo a gente ia. Cinema hoje só tem no Shopping, não tem mais como antigamente.³⁰⁸

Além dos cinemas, as outras opções de lazer eram os clubes particulares: Clube Social, Clube Indaiá e Clube Nipônico, como lembra a Sr.^a Suzana Arakaki.

[...] principalmente bailes no Clube Social, já existia o Clube Indaiá. Eram festas ou do Clube Social ou do Clube Indaiá. E as pessoas iam pra lá. Tinha o Clube Nipônico também né, tinha o Clube Nipônico, o Clube Nipônico agora eu não lembro se tinha muita festa não, acho que era mais carnaval, porque os japoneses naquela época eles gostavam mais do carnaval, porque o carnaval, acho que rendia mais.³⁰⁹

O Clube Social possuía um grande salão para eventos onde se realizava bailes; no Clube Indaiá, havia piscinas e quadras, Foto 37; já no Clube Nipônico, havia salão de eventos em uma área e, em outra, espaço com campo de beisebol, destinado à comunidade nipônica da cidade. A Sr.^a Sandra Maria de Lima Santos também se lembra do Clube Social.

O Clube Social tinha a dona Ymera Fedrizi que fazia os bailes de quinze anos. Eu lembro que eu tinha uns treze anos eu sonhava em fazer um baile lá de quinze anos, e foi passando, foi passando, 13, 14, 15, 16, 17 e eu fiquei tão frustrada não pude fazer, era da sociedade. Dona Ymera Fedrizi era presidente, ela fazia festas, bailes de debutantes, eu tinha vontade de debutar, um sonho assim, não fiz nada. Depois no Clube Social e Nipônico tinham os bailes, assim de promoção de escola para arrecadar fundo para formatura, também promoção para arrecadar fundos, daí eu ia para trabalhar, e depois frequentei, depois eu fui em alguns bailes, depois desmancharam e começaram a construir lá.³¹⁰

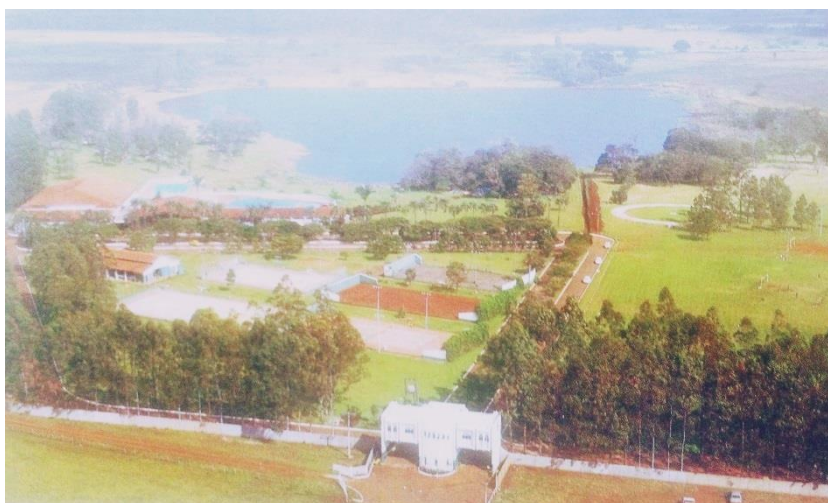
³⁰⁷ Maria Lucineide Paes Lopes. Entrevista realizada em 05/11/2015.

³⁰⁸ José Carlos Silva. Entrevista realizada em 06/03/2016.

³⁰⁹ Suzana Arakaki. Entrevista realizada em 01/03/2013.

³¹⁰ Sandra Maria de Lima Santos. Entrevista realizada em 21/02/2016.

Foto 37: Clube Indaiá de Dourados



Fonte: DOURADOS 50 anos: *Capital Econômica de Mato Grosso do Sul*. Administração Luiz Antônio, 1985.

Em sua fala, a Sr.^a Sandra Maria de Lima Santos lembra-se do Clube Social em dois momentos: no primeiro, quando adolescente, desejava que sua festa de debutante fosse realizada lá; no segundo momento, ela trabalhou em promoções da escola nesse Clube. Os clubes particulares eram restritos aos que ela indica como “da sociedade”, famílias em condições financeiras mais favoráveis.

O cinema e o Clube Social também são os referenciais de diversão da Sr.^a Gilce de Oliveira Soares. Filha de funcionário público, ela tinha acesso aos clubes particulares na época.

Cinema Ouro Verde, Cine Ouro Verde, o Clube Social, eu ia no cinema, o meu pai levava, deixava a gente na porta, eu e o meu irmão, o Clube Social, eu tinha dezessete anos eu ia, era o clube do momento, e o Clube Social tinha festa, bailinho no carnaval era o Clube Social.³¹¹

Na Foto 38, apresento a localização de algumas opções de lazer nos anos 70 indicados pelos entrevistados: Praça Mário Correa, Clube Social, Praça Antônio João, Cine Ouro Verde, Cine Ouro Branco e Clube Nipônico, todos no centro da cidade.

³¹¹ Gilce de Oliveira Soares. Entrevista realizada em 24/06/2016.

Foto 38: Cartão postal de Dourados nos anos 70



Fonte: Coleção Prefeitura Municipal de Dourados, acervo do CDR/FCH/UFGD.

4.2 Os parques Arnulpho Fioravante e Antenor Martins – marcos referenciais para a cidade

O Plano de Complementação Urbana para a recreação em Dourados projetava uma nova concepção estrutural do lazer na cidade. Consistindo-se em dois parques, dois eixos de lazer, dois setores de pedestres e ruas de recreação a nível local, essas obras produziram o atendimento de uma necessidade da cidade e uma significativa melhora na qualidade de vida dos moradores.

A existência de duas áreas verdes junto ao eixo da Rua Marcelino Pires, no sentido sul, distanciadas de 3,5 km entre si, permite a implantação de dois parques dotados de lagos e equipamentos de lazer, suprimindo uma das maiores deficiências de Dourados.³¹²

Somente a construção dos dois parques propiciaria a elevação do indicador de área verde *per capita* de 0,65 m²/hab para 16,00 m²/hab. Assim, a partir da população estimada de 48.000 habitantes, para o ano base do projeto, 1976, havia somente três praças consideradas equipadas, totalizando 31.200 m² de área verde; com o novo projeto, a partir da construção dos dois parques, seriam acrescidos 727.000 m² aos já existentes.

A implantação de dois parques, com o aproveitamento da topografia e a construção de lagos, possibilita suprir uma das grandes deficiências da cidade, que encontra lazer apenas em clubes, cujo acesso é restrito.³¹³

³¹² JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*. Curitiba, 1979, p. 30

³¹³ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: estrutura urbana*, p. 30.

O Parque I, Parque Esportivo e Recreativo Arnulpho Fioravante, como denominado pela Prefeitura posteriormente, com 373.000 m² de área, propiciava uma significativa ampliação dos espaços de recreação e lazer de Dourados, como apresentado em sua descrição e na Figura 39.

O parque I, localizado às margens da Rua Marcelino Pires, terá cerca de 373.000 m²; e abrigaria: um lago com 66.000 m²; caminhos para pedestres e ciclovias (3.000 m); acessos para veículos (1.180 m); áreas para estacionamento (146 veículos); áreas cobertas para bares, sanitários, vestiários e administração (832 m²); quiosques para churrasqueiras (módulos de 16 m² - 26 unidades); 2 áreas para “play-ground”; 1 pista de atletismo; 5 campos para futebol de pelada; 4 canchas polivalentes; 1 pista para “skate”; 1 pista para carrinhos de rolemã; 1 ancoradouro; 4 áreas para estacionamento de bicicletas; obras complementares; iluminação, paisagismo, instalação de bancos de jardim, lixeiras, etc³¹⁴.

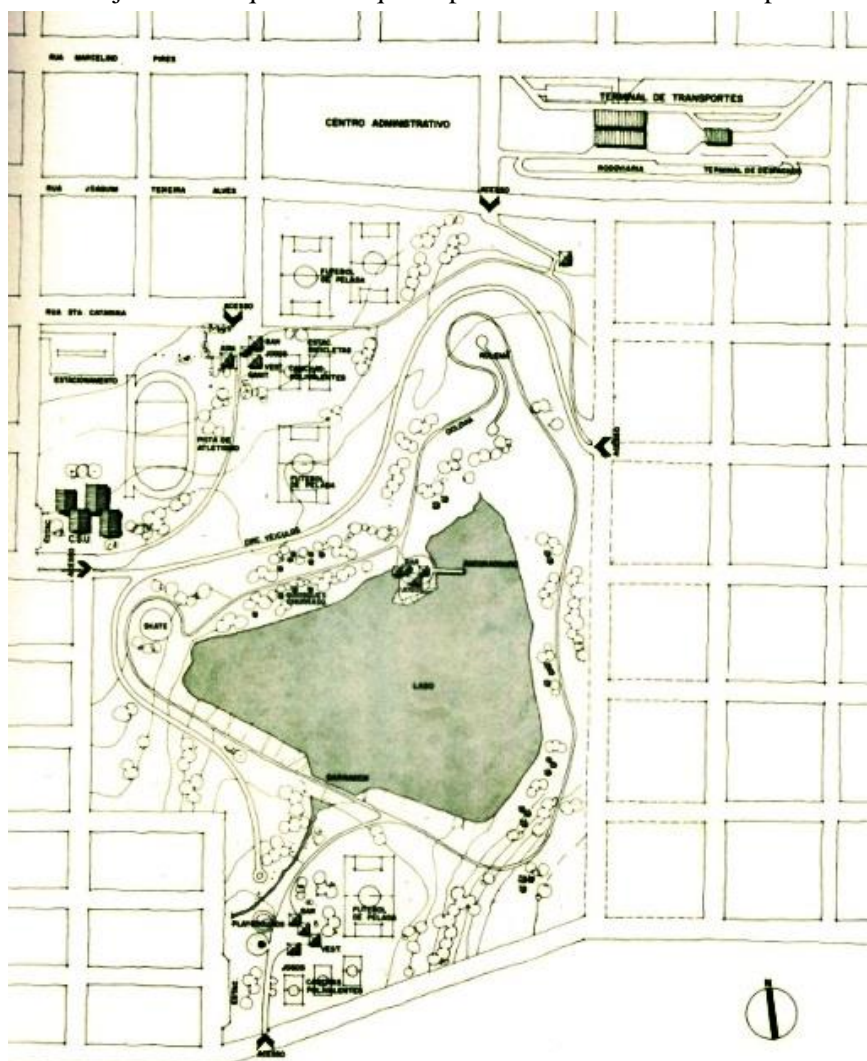
A obra do Parque I foi amplamente divulgada na imprensa local, sobretudo, como um grande feito do prefeito. Estando o Sr. José Elias Moreira afastado para concorrer às eleições ao Governo do Estado, a matéria do jornal *O Progresso* dos dias 30 e 31 de outubro de 1982, apresentava.

O prefeito José Cerveira inaugura, amanhã, às 16:00 horas, no bairro Cabeceira Alegre, em nossa cidade, o Parque Esportivo e Recreativo "Arnulfo Fioravante", a maior área de lazer do Estado, implantação esta, através do Projeto Cura I, que virá a proporcionar melhores condições de vida para a grande população daquele ponto da cidade. O ex-prefeito José Elias Moreira, responsável direto pela implantação desta gigantesca e importante obra, provavelmente estará presente na solenidade de inauguração.³¹⁵

³¹⁴JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: estrutura urbana*, p. 30.

³¹⁵ Jornal O Progresso. Amanhã na Cabeceira Alegre, será entregue ao povo a maior área de lazer do Estado. Dourados 30 e 31 de outubro de 1982, p.3

Figura 39: Projeto do Parque I – Parque Esportivo e Recreativo Arnulpho Fioravante



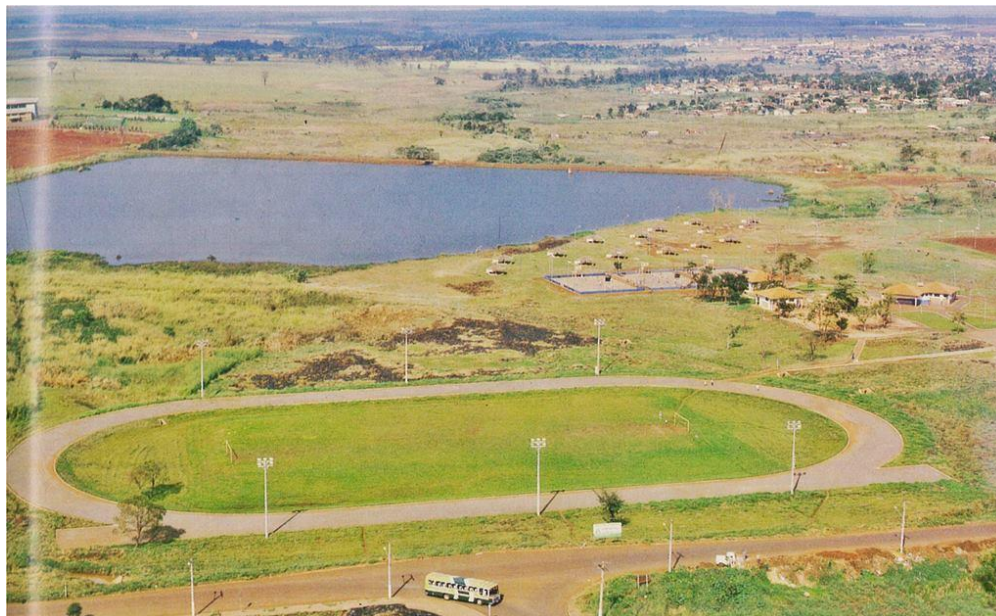
Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: estrutura urbana*, p. 31

Destaco, sobretudo, que o Parque I executado pouco diferiu da proposta inicial do Plano de Complementação Urbana. A descrição dos equipamentos disponíveis é apresentada no jornal *O Progresso* dos dias 30 e 31 de outubro de 1982 e também a Foto 39.

É dotado de quatro quadras polivalentes, cinco campos de futebol suíço e um de futebol de campo, dois play ground, uma ciclovia de lazer, 26 quiosques, uma pista de atletismo, dois estacionamentos áreas administrativa (com bar, escritórios para a gerência do Parque, salão de jogos e vestiários), e um lago, além de sua atuação paisagística, tem uma função física vital para os bairros adjacentes: servirá como dissipador das água pluviais que provocam erosão dos terrenos circundantes com as chuvas mais fortes. Estará resolvido, como previu o ex-prefeito José Elias Moreira, o problema de enchentes e a erosão dos terrenos localizados na rua Cuiabá e no Jardim Londrina³¹⁶.

³¹⁶ Jornal *O Progresso*. Amanhã na Cabeceira Alegre, será entregue ao povo a maior área de lazer do Estado. *Dourados* 30 e 31 de outubro de 1982, p.3

Foto 39: Parque I - Parque Esportivo e Recreativo Arnulpho Fioravante



Fonte: DOURADOS 50 anos: Capital Econômica de Mato Grosso do Sul. Administração Luiz Antônio, 1985.

Comparando-se o projeto à descrição apresentada na matéria, observei a inexistência da pista para skate e de carrinhos de rolimã, do ancoradouro, das áreas para estacionamento de bicicletas, da redução do estacionamento para automóveis. Como se pode observar na Figura 39, dos quatro acessos previstos, somente um foi executado, uma vez que não havia ruas e bairros nos demais lados do parque.

O Sr. Ozeias Marcondes lembra-se de como utilizava o Parque Esportivo e Recreativo Arnulpho Fioravante para recreação e lazer.

Ali, onde tinha as quadras ali no parque da rodoviária³¹⁷ a gente brincava muito ali, a gente chegava na base de umas sete horas e saía onze e meia brincando ali, jogando salão, jogando dez ou dois quem perde fica aguardando, quem ganha continua jogando, era tudo menino que você conhecia, quando acabava ia tudo embora, no outro dia ia pra escola a tarde ia brincar, era um lugar assim de descontração tinha um campo de futebol de grama também, tinha uma escolinha de futebol que o Sr. Antônio Tubaína fazia um trabalho social, não ganhava nada com isso, treinava as crianças, ele tirava dinheiro do bolso dele comprava bola, uniforme e jogava campeonato na cidade, a gente tinha isso, se ocupava assim. Final de semana jogava bola, treinava, se divertia. Englobava aquela região ali do Santo André (bairro próximo do parque), Água Boa (bairro da cidade) e vinha até menino de fora para participar ali com a gente brincar³¹⁸.

³¹⁷ Por estar próximo à rodovia, construída posteriormente, o Parque Esportivo e Recreativo Arnulpho Fioravante é conhecido pelos moradores como Parque da Rodoviária.

³¹⁸ Ozeias Marcondes de Alencar. Entrevista realizada em 02/11/2015.

O Sr. Donizete Pereira da Silva, por muito tempo, jogou nesse parque. A respeito desse local ele lembra: “o primeiro CEPER³¹⁹ era aquele ali perto da rodoviária, ali eu ia jogar nos anos 80, futsal, a primeira praça esportiva tinha as quadras tinha os campos de suíço”.³²⁰ A Sr.^a Maria Lucineide Paes Lopes, que era adolescente à época, também usava o Parque I: “a gente ia lá jogar vôlei, era tipo treininhas jogando, usando a quadra, eu jogava vôlei. A gente não tinha assim muita opção de lazer”³²¹.

Lembro-me que, na minha adolescência, ia aos finais de semana a esse parque – nos domingos à tarde, os jovens iam paquerar, havia carros de som com música e mensagens, as quadras de esportes ficavam lotadas. Os pais brincavam com os seus filhos no *play ground*, nos quiosques as famílias faziam churrasco, comiam e se divertiam o dia todo no parque.

A Sr.^a Sandra Aparecida recorda do parque Arnulpho Fioravante como a sua principal opção de lazer nos anos 80.

O parque, que a gente chamava CEPER, ia pra lá, quem tinha carro ficava parado com o som ligado, e quem não tinha, ficava andando, eu conheço tudo aquilo dali, tinha umas choupaninhas lá na beira daquele lago, a gente ia pra lá, ficava lá, aquele CEPER lotava de gente assim, e daí uns ficavam jogando bola, tinha aquela choupana maior que era a lanchonete, uns ficavam lá, a gente ficava lá pra baixo tomando tereré na choupaninha menor, uns ficavam jogando bola, era tão gostoso.³²²

No momento que falava, ela demonstrava muito entusiasmo e saudade do tempo em que andava pelo Parque com suas amigas; todos os domingos elas iam pra lá, tomavam tereré, ficavam vendo o movimento. Ela termina dizendo – “era tão gostoso”.

Além do objetivo de recreação e lazer proposto para o parque, o projeto foi concebido para resolver problemas de alagamentos na cidade que já ocorriam em regiões mais baixas, dos bairros próximos, como reporta a matéria do jornal *O Progresso* dos dias 30 e 31 de outubro de 1982.

[...] e um lago, além de sua atuação paisagística, tem uma função física vital para os bairros adjacentes: servirá como dissipador das águas pluviais que provocam erosão dos terrenos circundantes com as chuvas mais fortes. Estará resolvido, como previu o ex-prefeito José Elias Moreira, o problema de enchentes e a erosão dos terrenos localizados na rua Cuiabá e no Jardim Londrina³²³.

³¹⁹ CEPER era como alguns dos moradores na época chamavam o Parque Arnulpho Fioravante, como uma alusão aos Centros Poliesportivos e Recreativos que já haviam sido edificadas nos conjuntos habitacionais.

³²⁰ Donizete pereira da silva. Entrevista realizada em 03/07/2016.

³²¹ Maria Lucineide Paes Lopes. Entrevista realizada em 05/11/2015.

³²² Sandra Aparecida Fernandes. Entrevista realizada em 08/07/2016.

³²³ Jornal *O Progresso*, 30 e 31 de outubro de 1982, p.3.

Na série de reportagem *Memória Viva*, em homenagem aos 80 anos de Dourados, o ex-prefeito Sr. José Elias Moreira explica que o Parque I e o Parque II, Antenor Martins, foram projetados para receber o volume de água pluvial pensando-se na condição futura da cidade.

Zé Elias explica que uma das bacias de escoamento de água pluvial na cidade corre da parte mais alta do município, passa pelo centro da cidade com destino à região em que está a rua Cuiabá – que hoje “morre” no Parque Arnulpho Fioravante. Dessa forma, o lago deste parque se tornou um dissipador para receber esse volume de água. Do outro lado da cidade, água da chuva que cai a partir da rua Floriano Peixoto, corre para os lados de onde hoje é o Parque Antenor Martins, cujo lago também recebe esse volume. “Os dois lagos são dissipadores de energia, dividindo os mananciais de água. Isso evitou erosão urbana e um monte de outros problemas”, exemplifica o ex-prefeito. Os parques que estava em espaços ainda quase inabitados, foram feitos pensando no futuro. Todo o cálculo da drenagem e dimensão da tubulação foram feitos já pensando em como a cidade ficaria.³²⁴

A matéria citada, intitulada *Parques feitos no “meio do nada” livraram Dourados de ter buracão na Rua Cuiabá*, ainda apresentava a Foto 40, mostrando o terreno alagado que seria construído o Parque I.

Foto 40: José Elias Moreira e secretário de obras inspecionando a área do Parque Arnulpho Fioravante



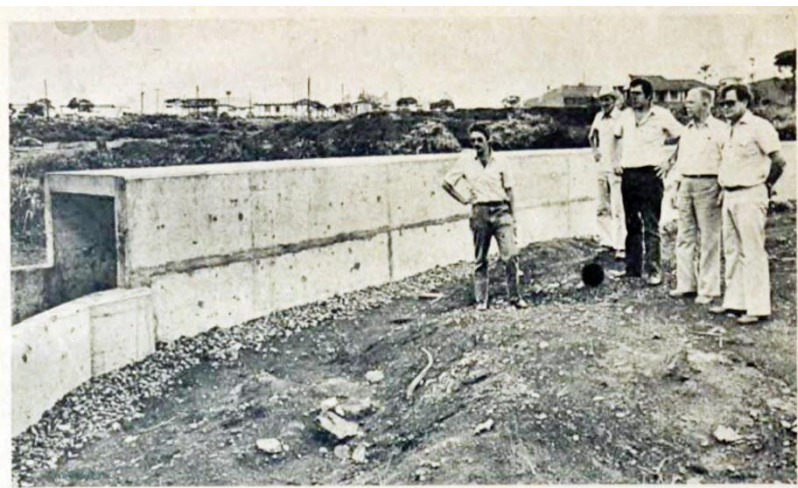
Fonte: Arquivo pessoal José Elias Moreira

³²⁴ Dourados News. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/noticias/parques-feitos-no-meio-do-nada-livraram-dourados-de-ter-buracao-na-rua-cuiaba>>. Acessado em 03 de dezembro de 2015.

O ex-prefeito José Elias Moreira orgulha-se pela construção do Parque Arnulpho Fioravante, pelo controle de alagamentos e de erosão que o projeto parque proporcionou, o que também exigiu galerias de águas pluviais adequadas Foto 41.

E daí os parques, quais os objetivos dos parques, o parque Arnulpho Fioravante eu desapropriei cem hectares. A Rua Toshinobu pega as águas aqui vai descendo, vai descendo passa a Marcelino e vai lá na Cuiabá, e vai lá para tubulação grande, lá não é tubo, lá é uma base de concreto ela tem 3,40 metros por dois metros e oitenta de altura, e essa água com essa velocidade o que que ela vai fazer. Ela vai causar erosão, ela vinha entrando e vinha subindo para Marcelino, então nós fizemos o que? nós fizemos o lago, qual o objetivo do lago? Ele funciona como um dissipador de energia, ele segura a água pra depois ela sair mais amena para lá, número dois, era pra ser uma áreas de lazer com barquinho tudo, eu cheguei a construir as choupanas, os quiosques com churrasqueira para as famílias irem para lá num domingo, ali seria uma grande área de praça de lazer para comunidade, a cidade foi enchendo, foi enchendo e não deixou áreas de lazer para ninguém.³²⁵

Foto 41: Galeria de água pluvial em base de concreto próximo ao Parque I



Fonte: Jornal *O Progresso*, 30 /10/1981, p. 1.

Para o Sr. Ozeias Marcondes, os tubos de drenagem pluvial próximo a sua residência ainda foram espaços de muitas brincadeiras. Ele e seus amigos entravam em uma das extremidades da tubulação e passava pelo subterrâneo de algumas quadras até sair do outro lado, próximo do parque, no córrego Paragem.

A galeria de água é bem antiga fizeram na Palmeira (refere-se a Rua Palmeira) até no córrego ali embaixo, e daí despejava no córrego, a gente fazia uma brincadeira que era até arriscada, ali na frente, ali da Palmeira esquina com a Vereador (refere-se a Rua Vereador Aguiar) a gente brincava

³²⁵ José Elias Moreira. Entrevista realizada em 09/11/2013.

ali pra tudo quanto é canto, tinha uma galeria aberta ali, os tubos era bem grandão, a gente entrava ali e ia andando nele até no Corguinho. É perigo de uma cobra e moleque não vê perigo, saía um na frente os outros ia atrás até sair lá no rio³²⁶.

O morador das proximidades do Parque Arnulpho Fioravante recorda-se das brincadeiras das ruas, da diversão com os amigos nos tubos da galeria de água e na área da construção do parque.

Tinha até uns corguinho ali pra baixo do CEPER ali, que a gente pescava mesmo, se divertia mesmo, hoje já é difícil as crianças se divertir, você tinha mais liberdade. Não tinha tanta maldade como tem hoje. A gente pescava ali no córrego. [...] eu acho que eu tinha uns sete anos, daí os tratores cavaram tudo ali, era fundo ali, até uma época ali morria muita criança que ia tomar banho ali, depois aterraram um pouco para diminuir o índice de morte ali.³²⁷

O Parque II, denominado Parque Antenor Martins, foi projetado para ser construído na extremidade oeste da Avenida Marcelino Pires, com área de 354.000 m² e, considerando a Figura 40, seria constituído da seguinte forma.

Lagos com áreas de 17.000 m² (lago superior) e 5.000 m² (lago inferior); caminhos para pedestres: 3.200; acessos para veículos: 1.800 m; estacionamento para veículos: 125 lugares; áreas cobertas para usos diversos: módulo de 8x8 m, totalizando 18 unidades; 5 áreas para “play-ground”; pista para “skate”; 3 campos de futebol de pelada; 5 canchas polivalentes; ancoradouro; estacionamento para bicicletas (3 áreas); formação de cascata; obras complementares; iluminação, paisagismo, instalação de bancos de jardim, lixeiras etc.³²⁸

Na matéria publicada no jornal *O Progresso* dos dias 11 e 12 de junho de 1983, o prefeito anuncia visita às obras de complementação do Parque Arnulpho Fioravante e às obras do Parque Antenor Martins.

No Parque II, o prefeito Luiz Antônio vistoriou os serviços de terraplanagem em andamento, numa área de 32 hectares. Os recursos são procedentes do Projeto CURA (Comunidade Urbana em Recuperação Acelerada) II. A obra foi iniciada pelo setor número um, compreendendo estacionamento para veículos e bicicletas, dois campos de futebol suíço, duas quadras polivalentes, play ground, bar e vestiário. O centro do Parque, segundo o projeto, será formado por lago artificial de 5 hectares, além de oito quiosques, campo de futebol suíço e quadra de areia. O último bloco, o setor

³²⁶ Ozeias Marcondes de Alencar. Entrevista realizada em 02/11/2015.

³²⁷ Ozeias Marcondes de Alencar. Entrevista realizada em 02/11/2015.

³²⁸ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*. Curitiba, 1978, p. 33.

número dois, também terá duas quadras polivalentes, play ground e estacionamento³²⁹.

Figura 40: Projeto do Parque II - Parque Antenor Martins



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: estrutura urbana*, p. 34

Pouco mais de um mês depois, em outra reportagem sobre a obra, o jornal *O Progresso* informou sobre a orientação do prefeito para que se recuperasse o bosque existente na área de composição do Parque, demonstrando como preocupação do projeto a integração entre o lazer e a natureza:

Somando-se ao plantio de árvores e grama, na composição da paisagem urbanística, o engenheiro Valdemir Barbosa, seguindo orientação do prefeito Luiz Antônio, pretende recuperar um bosque existente no local e cuidar inclusive da atração de pássaros para povoá-lo, mantendo a harmonia entre o lazer e a natureza para beneficiar o homem³³⁰.

³²⁹ Jornal O Progresso. Prefeito vistoria obras dos parques I e II. 11 e 12 de junho de 1983.

³³⁰ Jornal O Progresso. Concluídos serviços de dragagem no parque II. 20 de julho de 1983. p. 3

Comparando-se o projeto inicial aos equipamentos de recreação e lazer apresentados na matéria do jornal *O Progresso*, bem como a preocupação com o bosque e a Foto 42, observo que a proposta e a intenção não se concretizaram completamente.

Foto 42: Parque II - Parque Antenor Martins



Fonte: DOURADOS 50 anos: Capital Econômica de Mato Grosso do Sul. Administração Luiz Antônio, 1985.

A preservação do bosque, aproveitando as árvores existentes não se efetivou e o gramado tornou-se a paisagem predominante. Os dois lagos propostos, superior com 17 ha e inferior com 5 ha, tornaram-se somente um com 5 ha. Verifiquei ainda a ausência de quatro dos cinco *play ground* projetados, da pista de skate, de três das cinco canchas polivalentes, do estacionamento para 125 veículos, de dois dos três estacionamento para bicicletas previstos, da formação de cascata e da iluminação e dos bancos de jardim.

Ressalto que, apesar das alterações do projeto inicial, principalmente quanto à redução de equipamentos de lazer e mesmo de área de bosque, implicando numa paisagem com menos arborização, que era um dos objetos do projeto original, a implantação do Parque II representou melhoria da infraestrutura dos bairros circunvizinhos. Mesmo antes das obras serem concluídas, e apesar do seu atraso, o jornal *O Progresso* em matéria do dia 16 de fevereiro de 1984, comenta a importância do Parque para aquela região da cidade:

A monumental obra do Parque II e os melhoramentos que foram feitos no Jardim Flórida II Plano, como o asfalto, calçadas e arborização nas ruas mais próximas, evidenciam o sinal de progresso que chega um pouco devagar

mas chega. Não seria preciso dissertar sobre os benefícios que proporcionam estas melhorias, mas vale ressaltar, a parte, a obra do Parque II, semi-concluída, e que beneficiará toda a população da zona oeste da cidade [...] Conforme os trabalhadores da obra, o setor 1 do parque já está todo pronto, resta apenas alguns serviços complementares no setor 2, que só poderão ser concluídos quando for executada uma via que está sendo aterrada para dar acesso a todas as partes do parque. Esta melhoria está sendo feita com recursos oriundos do Projeto CURA 2.³³¹

No mesmo ano, em sua edição comemorativa do aniversário da cidade, o jornal *O Progresso* do dia 20 de dezembro, destaca o Parque II.

Os douradenses não podem negar que 1984 tenha sido um ano positivo em termos de cidade. [...] e concluir o Parque “Antenor Martins” do Jardim Florida, conhecido como “Parque da Amizade”, proporcionando lazer e recreação para toda a comunidade situada na redondeza, sendo atualmente, o ponto de encontro de jovens e das equipes esportivas³³².

O Sr. José Carlos de Souza, que morava no Jardim Flórida, lembra-se como havia atividades recreativas e de lazer no Parque Antenor Martins.

Nós íamos muito no CEPER jogar bola, futebol, todo dia, depois com o tempo fez aquele Verão Dourados que dava muita gente e a Festa do Peixe, depois teve o vereador Ceará que fazia Festa Junina, o presidente do Flórida.³³³

Quando jovem, ele praticava futebol de campo, mas se lembra de que havia o futebol de salão para aqueles que gostavam. Recordar-se que no parque encontravam-se os jovens para ouvir música e mensagem romântica, era o chamado Verão Dourado. Lembra-se da Festa do Peixe e da Festa Junina, ocasiões em que os moradores do bairro e de outras regiões da cidade vinham se divertir no parque.

O Sr. Mario Cezar Tompes, geógrafo, que foi Secretário de Planejamento no Governo do prefeito Sr. Tetila, de 2001 a 2004, analisa positivamente a implantação dos Parques I e II.

A questão dos parques é uma herança da administração do José Elias, uma herança importante porque esses parques, eles cumpriam duas funções, primeira função, sem dúvida foi preservar as nascentes dos principais córregos da cidade e a segunda função do parque foi disponibilizar para

³³¹ Jornal O Progresso. Jardim Flórida I e II: benfeitorias são realidade, mas existe o lado carente. 16 de Fevereiro de 1984. p. 3.

³³² Jornal O Progresso. Obras executadas e metas para 1985. 20 de dezembro de 1984. p.3.

³³³ José Carlos de Souza. Entrevista realizada em 06/03/2016.

população da cidade uma área que tem um potencial muito grande de lazer para população, além dessa função ambiental que essas áreas apresentam, elas também têm essa função de servir de área de lazer para população, eu queria destacar essa questão porque o lazer aqui em Dourados era uma carência muito grande e afetava sobremaneira a população mais humilde, que não tinha opção nenhuma de lazer nos seus finais de semana, nos seus dias feriados... não havia opções de lazer para essa parcela da população então essas áreas vêm atender exatamente essa demanda reprimida, vamos dizer assim... para esse universo de pessoas você disponibilizar uma área de lazer gratuita é algo indispensável... o parque ele cumpriria esse papel que é uma necessidade escancarada que existe na nossa cidade, porque existe um contingente de população humilde grande. Então os parques cumpririam esse papel.³³⁴

O ex-prefeito Sr. Tetila também destaca a importância desses parques para a cidade de Dourados: “O prefeito Zé Elias fez um acerto, ele foi muito feliz quando trouxe a equipe do Jaime Lerner para esboçar esse projeto, esses dois parques... que são duas áreas que vão ficar assim para posteridade também, eles tiveram essa antevisão.”³³⁵

Na Atualização do Plano Diretor, em 1984, os parques são novamente mencionados.

Dos dois parques originalmente propostos, um já está implantado, e o outro em fase de execução. A implantação destes parques constitui um grande avanço na reserva de áreas verdes e de lazer em Dourados.³³⁶

4.3 Os eixos de lazer no Plano de Complementação Urbana

Talvez o projeto mais visionário no que diz respeito à recreação em Dourados tenha sido os eixos de lazer planejado por Jaime Lerner, imagine que³³⁷,

[...] no domingo, José acordou bem cedo, chamou a esposa e os dois filhos. Tinham combinado passar o dia na rua Onofre Pereira de Matos, agora transformada em um dos pólos do eixo de recreação, ligando os parques Arnupho Fioravanti e Antenor Martins. Já no local encontraram muitos amigos e tiveram um final de semana bastante divertido, sem que para isso tivessem que gastar um centavo, praticando várias modalidades de entretenimento. A rua era dotada de ciclovias e outros equipamentos, como canchas polivalentes, áreas para jogos, “play-grounds” e tratamento paisagístico apropriado. Ao longo desse trecho, havia um grande número de

³³⁴ Mário Cezar Tompes. Entrevista realizada em 12/12/2015.

³³⁵ Laercio Tetila. Entrevista realizada em 11/12/2015.

³³⁶ Cidade de Dourados. *Atualização do Plano Diretor*. Administração Luiz Antônio. Curitiba, 1984, p. 21

³³⁷ O autor do artigo escreve sobre o Projeto Lerner começando por essa história fictícia que aborda como seria a recreação no final de semana com a família em Dourados, caso o eixo de lazer estivesse sido construído.

estabelecimentos ligados a atividades culturais, de ensino, clubes e outras relacionadas ao lazer.³³⁸

A história utilizada pelo autor descreve a proposta de dois eixos de lazer projetados paralelamente à Avenida Marcelino Pires, que interligariam os Parques Arnulpho Fioravante e Antenor Martins, com extensão de 7.150 m e 3.650 para as Ruas Major Capilé e Santa Catarina, respectivamente, Figura 41 e a Foto 43.

Esses dois parques, seriam interligados por um eixo de lazer, com o aproveitamento da Rua Santa Catarina (Atual Onofre Pereira de Matos), equipado para recreação. Ao longo desse eixo seria estimulada a instalação de atividades culturais, de ensino, clubes e outras que favoreçam o encontro da população. [...] Esse mesmo tratamento seria dispensado no setor norte, com a transformação da Rua Major Capilé no eixo de lazer (norte). As ruas de lazer seriam dotadas de canaletas de acesso às moradias, ciclovias e paisagismo adequado, ao uso do pedestre.³³⁹

³³⁸ MINELLA, R.. Um Norte para cidade Revista Atual. Ano 2, nº 3, Abril/95 Dourados-MS, p. 12.

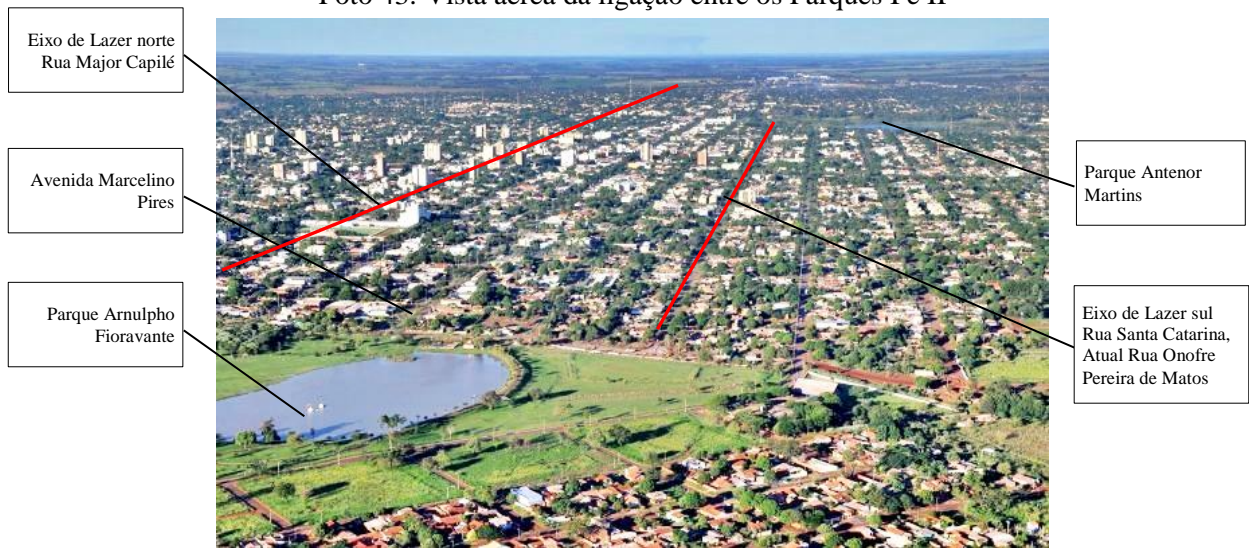
³³⁹ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urban*, p. 16 e 18

Figura 41: Recreação e lazer no Plano de Complementação Urbana



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 39

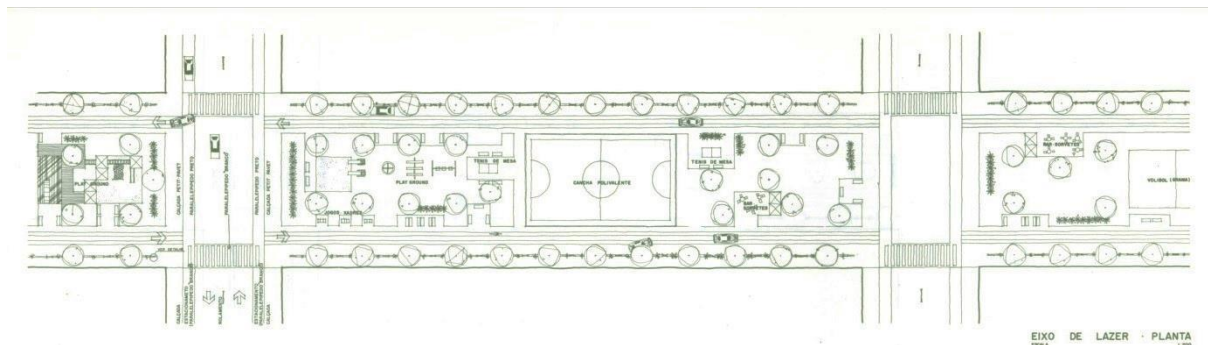
Foto 43: Vista aérea da ligação entre os Parques I e II



Fonte: <http://diarioms.com.br/tocha-olimpica-chega-a-dourados-no-dia-26-de-junho/>. Acessado em 10 de junho 2016.

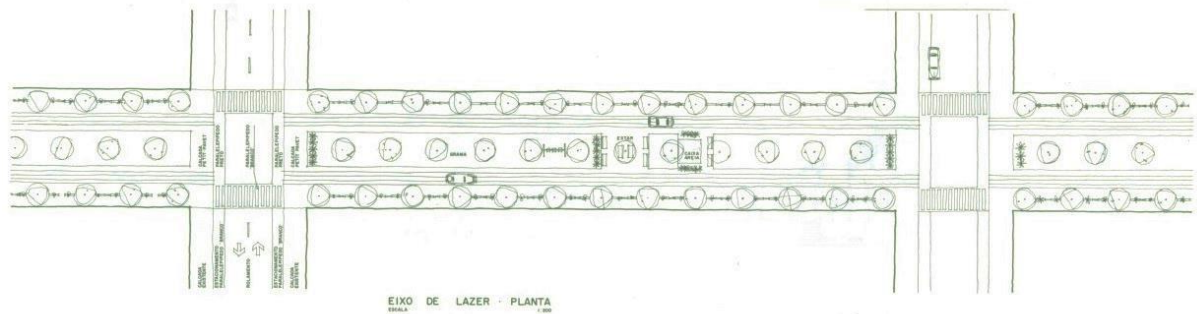
Os eixos de lazer foram planejados para serem executados com recursos das quatro fases do Projeto CURA. Assim, a estimativa dessa obra nas áreas abrangidas pelo CURA consistia-se na pavimentação asfáltica de 3.360 m, ou ainda, 8.546 m², na construção de 69.141 m² calçadas, na plantação de 33.832 m² de grama e de 1.980 árvores, além da instalação de 141 luminária, Figuras 42 e 43.

Figura 42: Eixo de lazer da Rua Onofre Pereira de Matos



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 37

Figura 43: Eixo de lazer da Rua Major Capilé



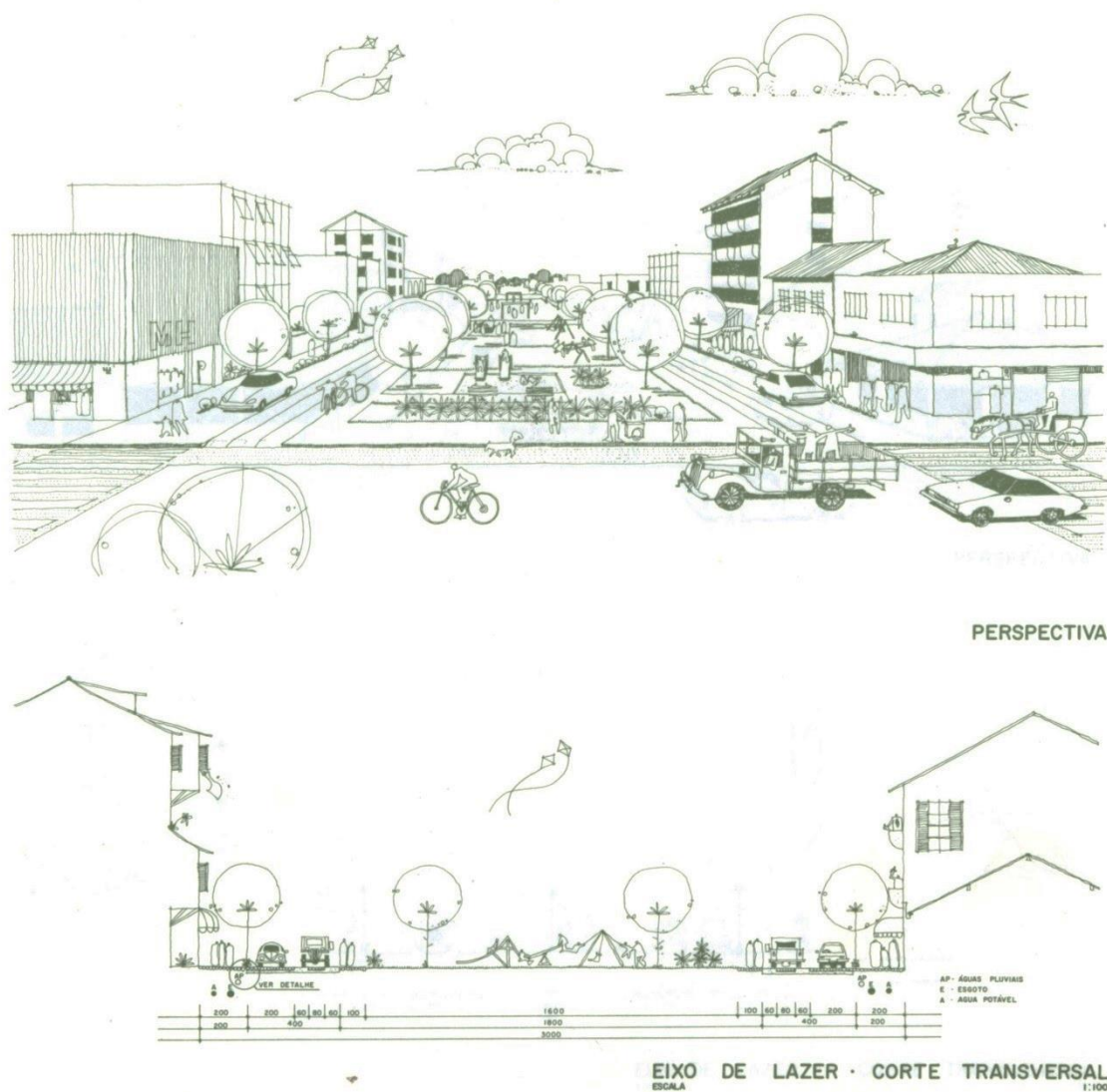
Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 38

O projeto dos eixos de lazer visava à preferência ao pedestre e ao ciclista, sobretudo, porque a implantação de equipamentos de recreação e lazer seria realizada em uma zona de média densidade, projetada para a ocupação residencial de até quatro pavimentos, onde se buscava estimular o adensamento populacional, Figuras 44 e 45.

As quadras lindeiras ao eixo de lazer, teriam uma ocupação habitacional de média densidade, permitindo-se a construção de habitação coletiva de até 4 pavimentos. [...] As ruas de lazer seria dotadas de canaletas de acesso às moradias, ciclovias e paisagismo adequado, visando a reduzir a escala da via, destinando-a, preferencialmente ao uso do pedestre.³⁴⁰

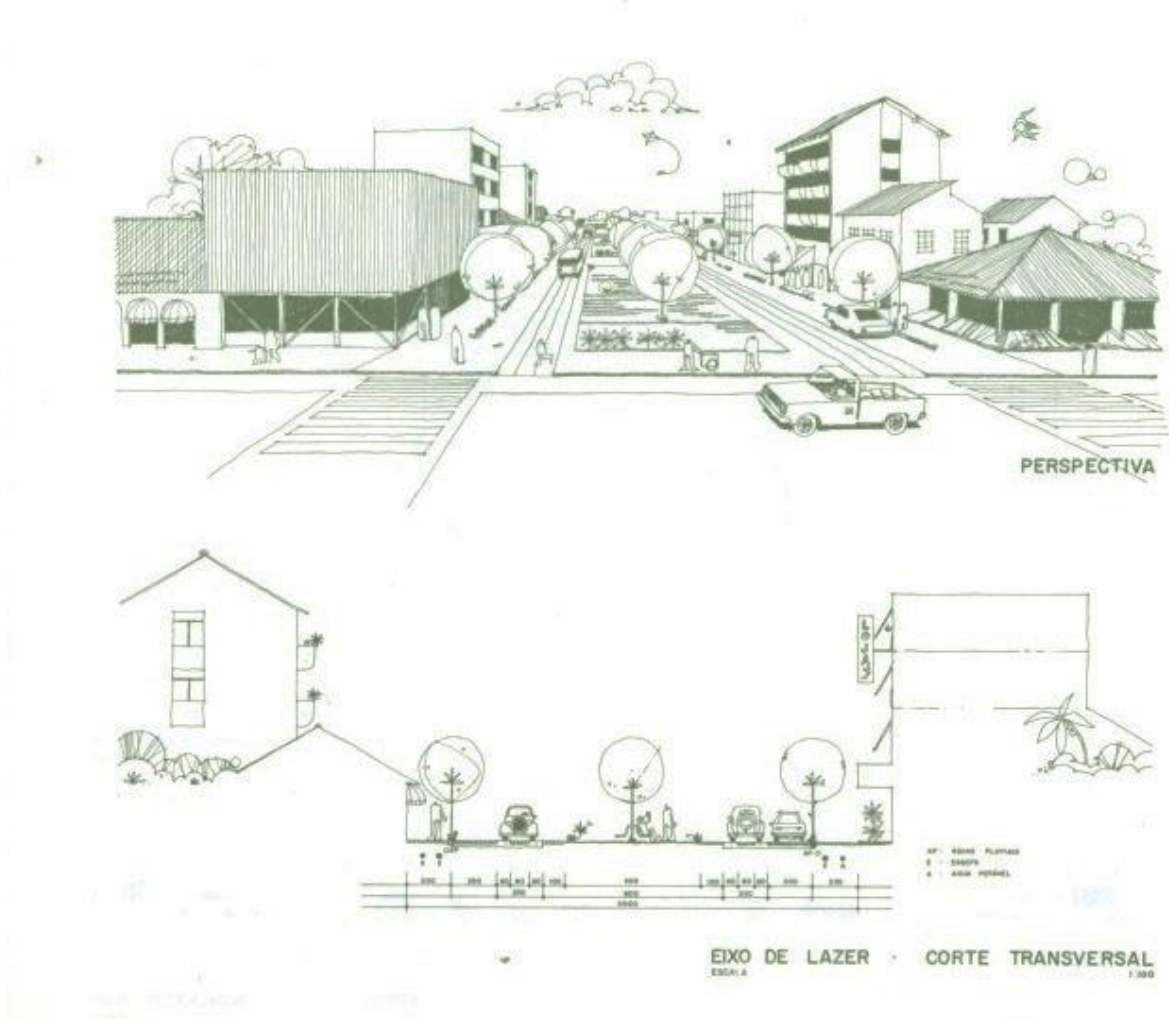
³⁴⁰ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*. Curitiba, 1979, p. 17

Figura 44: Perspectiva e corte transversal do eixo de lazer da Rua Onofre Pereira de Matos



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados*: estrutura urbana, p. 37

Figura 45: Perspectiva e corte transversal do eixo de lazer da Rua Major Capilé



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 38

O primeiro traçado da cidade, ainda no começo do povoado em 1935, definia ruas largas com calhas de 20, 30 e até 37 m, que é o caso da Avenida Marcelino Pires. O novo desenho urbanístico, definido no Plano de Complementação Urbana, diferenciava as zonas de uso para as regiões da cidade, o que levou a detecção do excesso de calha para as vias residenciais, e seu consequente elevado custo para pavimentação.

A falta de hierarquização do sistema viário existente levou à abertura de vias superdimensionadas para a escala da cidade. Assim, ruas com 20 e 30 metros de caixa são comuns, exigindo volume considerável de recursos para sua pavimentação. A pavimentação da malha viária, se mantidas as dimensões atuais, tornar-se-ia extremamente onerosa para a Administração Municipal e para o contribuinte³⁴¹.

³⁴¹ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*. Curitiba, 197, p. 18.

O eixo de lazer foi a solução definida que, além da implantação dos equipamentos de recreação e lazer em uma faixa residencial adensada, propiciaria a redução da área pavimentada e, conseqüentemente, dos investimentos em pavimentação asfáltica. Assim, das Faixas de Domínio³⁴² originais da Rua Santa Catarina e Major Capilé, 30 m e 20 m, respectivamente, projetaram-se 8 m de Faixa de Rolamento para ambas as vias, de onde se reservaria 12 m e 22 m para a instalação dos equipamentos de recreação e lazer.

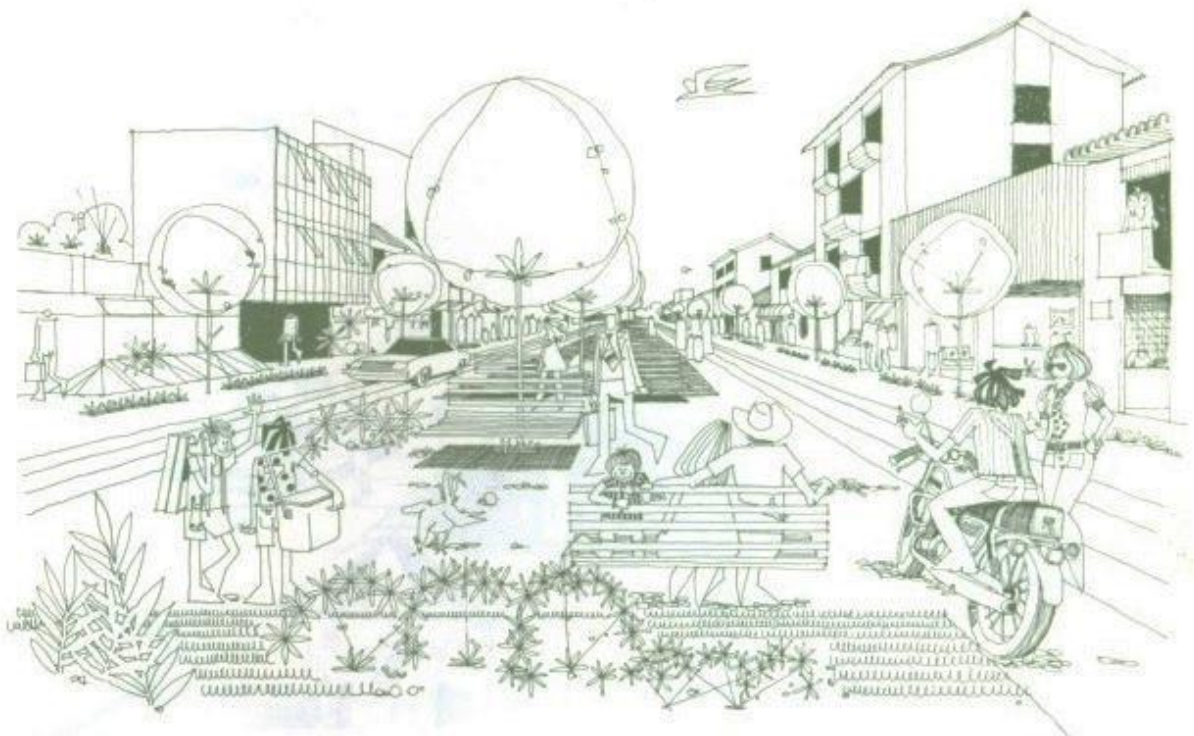
Assim, enquanto 12 m limitariam os equipamentos de recreação e lazer na Rua Major Capilé, 22 m na Rua Santa Catarina permitiriam a implantação de quadras poliesportivas e ciclovia. Os demais espaços dos eixos de lazer mantinham-se iguais: 2,0 m para a calçada de cada lado e 4,0 m para a caixa de dois veículos, também de cada lado, um em rolamento (R) e outro estacionado (E). A Figura 46 representa uma vista em perspectiva, ainda mais detalhada, dos eixos de lazer que, por sua importância, tornou-se a capa do documento desenvolvido por Jaime Lerner.

“Um sonho? Sim, mas não impossível de se tornar realidade. Tanto que nasceu da cabeça de um dos arquitetos mais consagrados do país, o atual governador do Paraná e ex-prefeito de Curitiba, Jaime Lerner”.³⁴³

³⁴² A faixa de domínio compreende toda a extensão da rua de um lado ao outro, e faixa de rolamento equivale à parte destinada à circulação dos carros.

³⁴³ MINELLA, Ricardo. Um Norte para cidade. *Revista Atual*. Ano 2 nº 3, Abril/95, p.12.

Figura 46: Perspectiva dos eixos de lazer



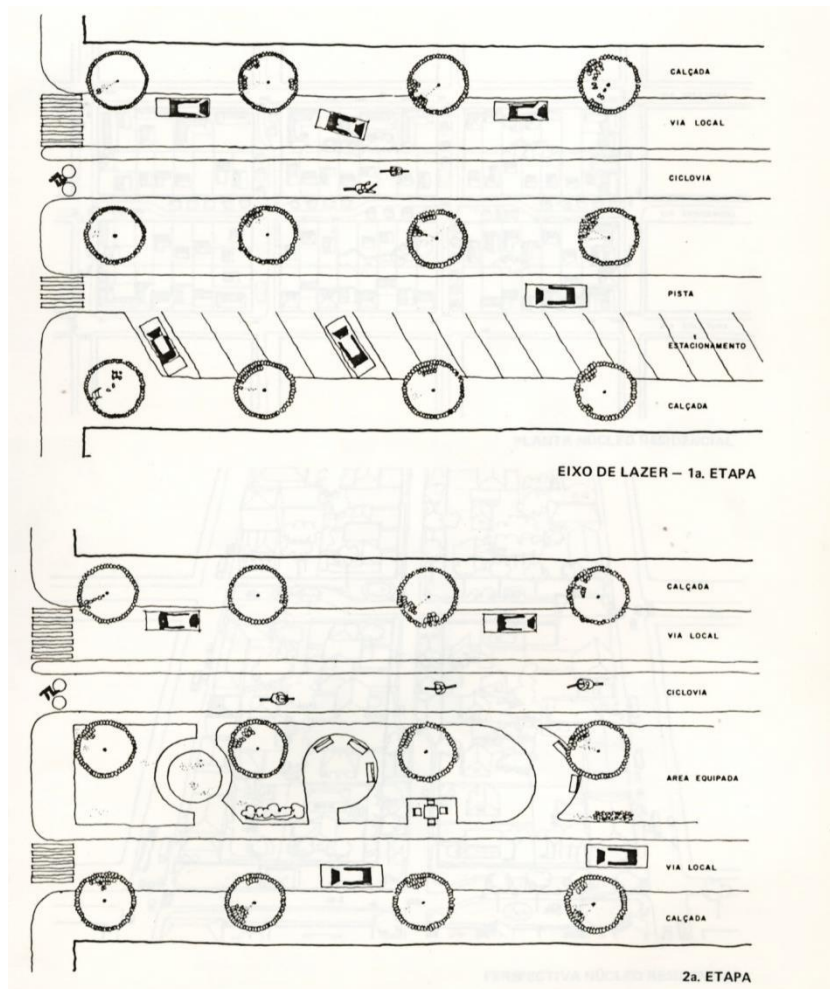
Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 37

Na Atualização do Plano Diretor, o eixo de lazer da Rua Major Capilé não aparece em projeto, enquanto que medidas preliminares são previstas para Rua Onofre Pereira de Matos para a consolidação do projeto original, Figura 47.

a) Execução de Ciclovia em uma das pistas; b) Incorporação da rua à praça existente; c) Implantação de equipamentos de recreação em uma quadra próxima ao centro (junto à praça, por exemplo); d) Transformação da rua em bolsões de estacionamento, desincentivando-se, desde já, o tráfego de passagem.³⁴⁴

³⁴⁴ CIDADE de Dourados. *Atualização do Plano Diretor*. Administração Luiz Antônio, 1984, p. 21

Figura 47: Proposta para eixo de lazer na Rua Onofre Pereira de Matos



Fonte: CIDADE de Dourados. *Atualização do Plano Diretor*, p. 21

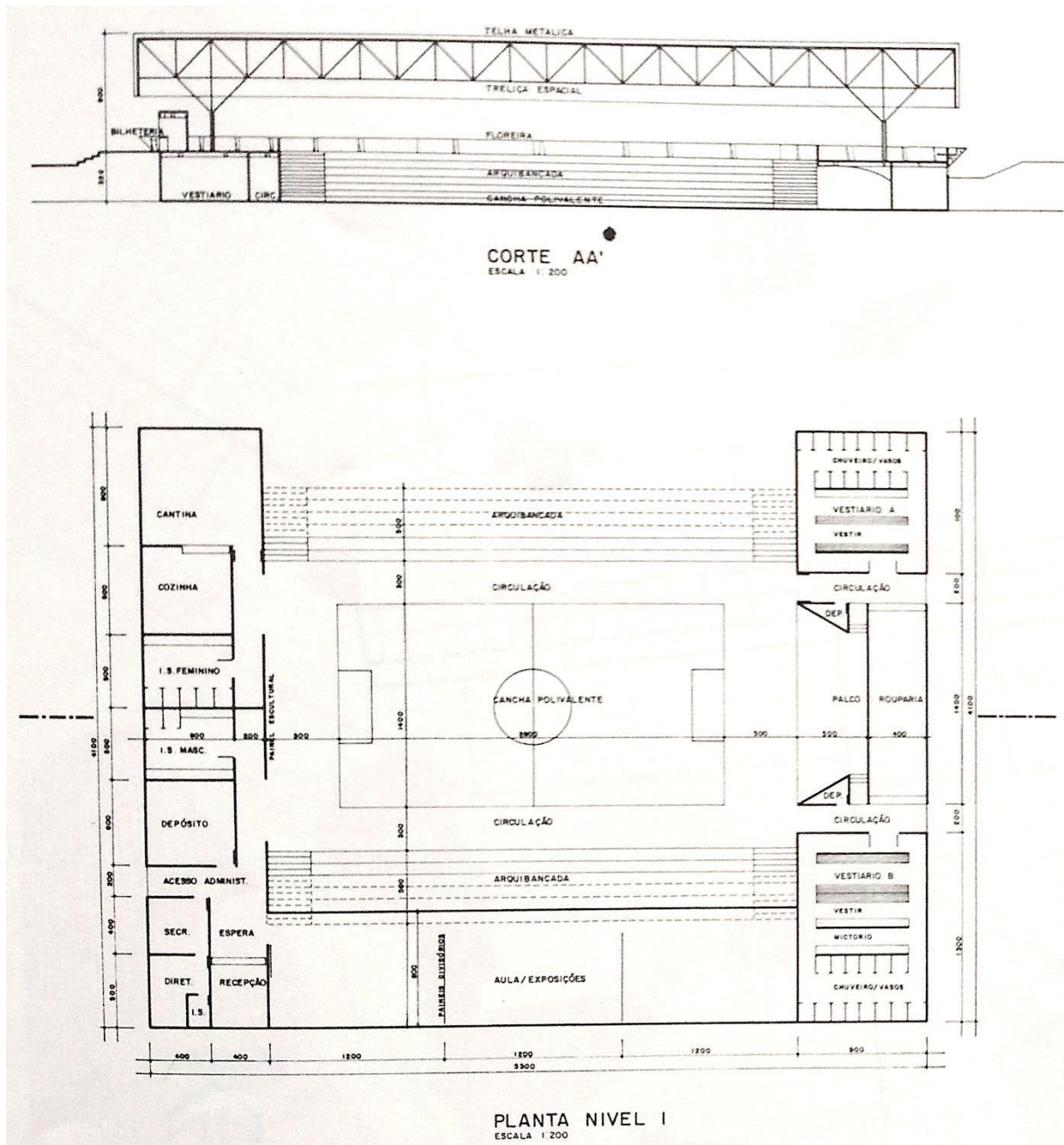
Observo, na Figura 48, a instalação da ciclovia e dos estacionamentos na primeira etapa e, da execução dos equipamentos de recreação e lazer na segunda etapa, como uma forma de desestímulo da movimentação de veículos pela rua e adequação dos espaços conforme vão sendo adensadas as regiões.

Acrescentando-se aos eixos de lazer, a *Atualização do Plano Diretor*, propõe a execução de um polo esportivo com salão coberto na Rua Cafelândia.

Este salão seria coberto e aberto, proporcionando um espaço amplo e versátil, para a utilização também de reuniões, convenções e shows. O parque Cafelândia seria equipado com quiosques e canchas de areia.³⁴⁵

³⁴⁵ Cidade de Dourados. *Atualização do Plano Diretor*. Administração Luiz Antônio. Curitiba, 1984, p. 21

Figura 48: Polo esportivo com salão coberto na Rua Cafelândia



Fonte: CIDADE de Dourados. *Atualização do Plano Diretor*, p. 25

Os campinhos de terra são lembrados na *Atualização do Plano Diretor* como espaços eleitos pela própria comunidade local para a prática de futebol, de forma que deveriam ser aceitos pela Prefeitura para a instalação de equipamentos de recreação e lazer público.

Também deverão ser desapropriadas as áreas onde espontaneamente surgiram campos de futebol para uso da população. Assim que possível,

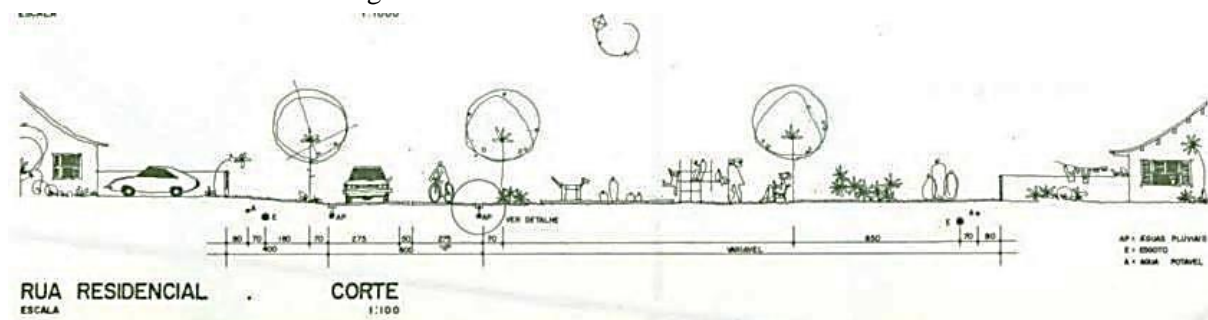
estas áreas poderiam ser dotadas de equipamentos complementares, assim como bancos, vestiários, iluminação e outros.³⁴⁶

4.4 Ruas de recreação a nível local no Plano de Complementação Urbana

Buscando-se a adequação das vias aos seus objetivos propostos, em especial as com finalidade residencial, dos 20 m de Faixa de Domínio existente, 6 m seriam destinados ao rolamento para dois veículos, enquanto que 4 m estariam reservados à calçada de um lado da via e 10 m, do outro lado, formariam os núcleos equipados com áreas de recreação destinadas à vizinhança, Figura 49.

Além disso, a implantação das ruas de recreação a nível local, permitiria ampliar, substancialmente, os espaços destinados a áreas verdes.³⁴⁷

Figura 49: Corte transversal da rua residencial



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 37

Assim, projetaram-se os conjuntos de quadras, formando núcleos cuja interligação foi concebida através de ruas internas e externas, com dimensões diferentes e destinadas a cumprir funções complementares, o que garantiria o escoamento pelas vias e reduziria o custo de pavimentação com o estreitamento das ruas, conforme descrito no projeto.

O tratamento proposto parte do princípio de agrupar um conjunto de seis ou mais quadras, formando núcleos equipados com áreas de recreação ao nível de vizinhança. As ruas internas a cada um desses núcleos seriam dimensionadas para a escala local e as vias externas, comuns a dois ou mais núcleos, formariam as coletoras (também com dimensões reduzidas para 10 metros de pistas de rolamento) destinadas aos acessos a partir das vias estruturais. A solução apontada possibilitaria reduzir os custos de pavimentação e criar áreas de lazer próximas à moradia e, simultaneamente, atenuar o problema da poeira, do barro e da erosão, a custos compatíveis com a realidade local³⁴⁸.

³⁴⁶ CIDADE de Dourados. *Atualização do Plano Diretor*. Administração Luiz Antônio, p. 21.

³⁴⁷ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 33.

³⁴⁸ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*. Curitiba, 1978, p. 18.

O conceito que se pode aplicar ao eixo de lazer e o parque implantado ao longo da via de circulação, planejado no Plano de Complementação Urbana, é conhecido como parque linear, como descreve Lucilia do Carmo Giordano.

O conceito de parque linear aparece no século XIX, na Europa em projetos inovadores, tais como o Plano de Birkenhead Park, de Joseph Paxton, na Inglaterra que propunha um conceito de parque considerando aspectos ambientais dentro de um sistema viário e o Plano para a cidade de Berlim estabelecia um sistema de parques e canais de comunicação com o rio Spree, integrando soluções para assegurar a navegabilidade e a defesa contra as cheias. O arquiteto paisagista Frederick Law Olmsted foi o precursor dessa idéia e introduziu o conceito de Parkways, que seriam caminhos de ligação entre parques e outros espaços abertos, ligados entre si.³⁴⁹

Daniela Miranda Guimarães explica que, em São Paulo, os parques lineares foram introduzidos no Plano Diretor Estratégico em 2002 pela Lei 13.430, quando são definidos os seus objetivos.

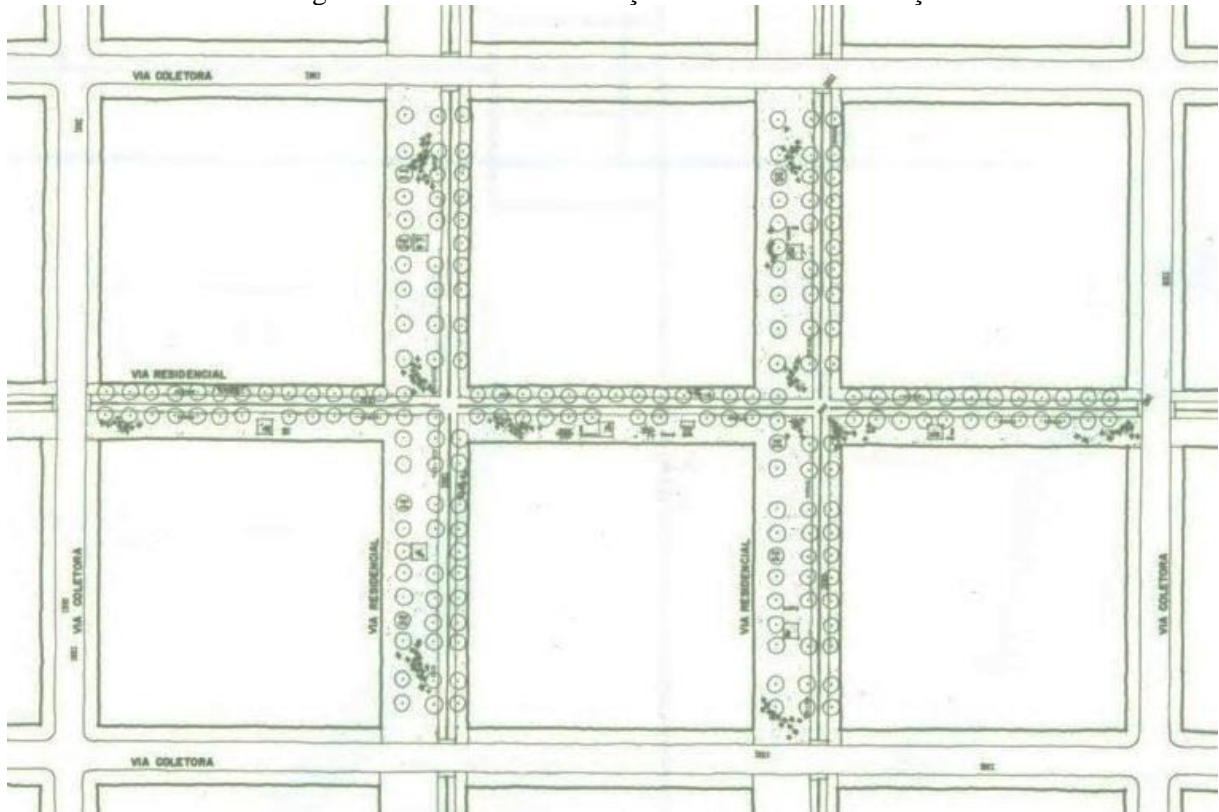
Os parques lineares são intervenções urbanísticas que visam recuperar para os cidadãos a consciência do sítio natural em que vivem, ampliando progressivamente as áreas verdes.³⁵⁰

No Plano de Complementação Urbana, os parques lineares foram projetados em núcleos, agrupando um conjunto de seis ou mais quadras. As vias comuns aos núcleos, denominadas coletoras, teriam calha de 10 m para garantir o fluxo dos veículos, enquanto que, internamente aos núcleos, a redução da calha para 6 m e a definição de via residencial garantiria menor velocidade dos carros, o que propiciaria recreação e lazer seguro aos moradores, Figuras 50 e 51.

³⁴⁹ GIORDANO, Lucilia do Carmo. Análise de um conjunto de procedimentos metodológicos para a delimitação de corredores verdes (greenways) ao longo de cursos fluviais, apud GUIMARÃES, Daniela Miranda. *Parque Linear: Perspectivas e Realidades – o estudo de caso do Parque Linear Rio Verde, Itaquera*. 2010, p. 66.

³⁵⁰ GUIMARÃES, Daniela Miranda. *Parque Linear: Perspectivas e Realidades – o estudo de caso do Parque Linear Rio Verde, Itaquera*. 2010, p. 69.

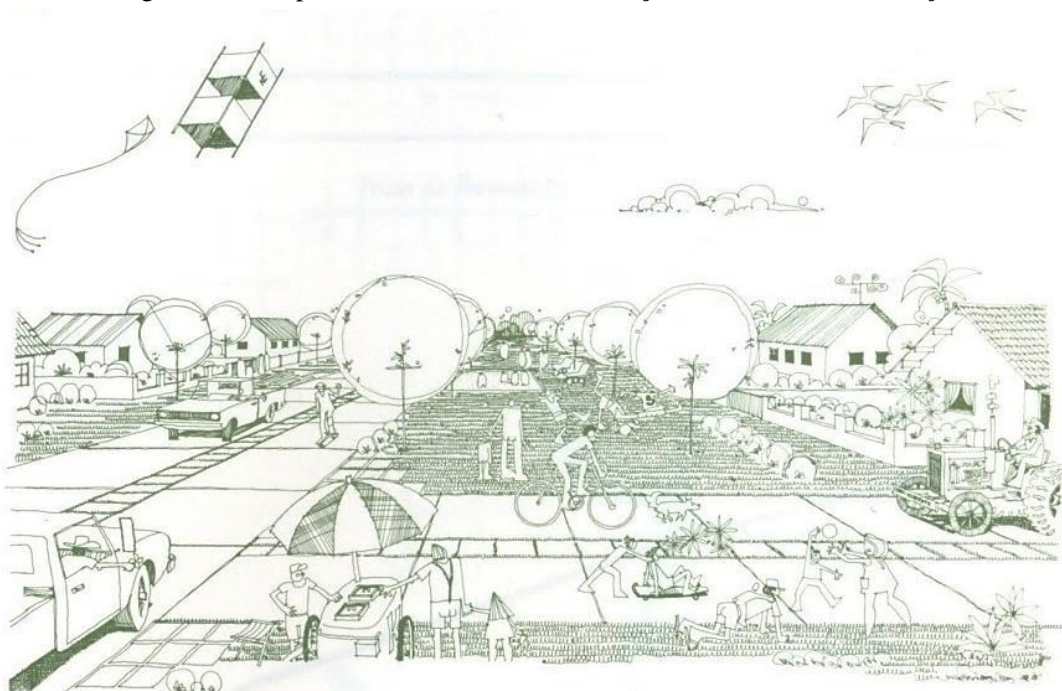
Figura 50: Núcleos de recreação ao nível de vizinhança



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 37

Dessa forma criava-se um projeto paisagístico próprio, um espaço de recreação e lazer em frente às casas, como extensão de suas próprias calçadas. O arquiteto integrava todos os consumidores desse espaço, o vendedor de cachorro quente, o ciclista, crianças brincando de bola, de carrinho de rolimã, andando de skate, harmoniosamente com veículos e uma máquina agrícola. Havia a concepção de se ter no próprio espaço dos núcleos de moradia o acesso mínimo de equipamentos de lazer, o que implicaria também em maior sociabilidade.

Figura 51: Perspectiva dos núcleos de recreação ao nível de vizinhança



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 37

Este projeto, que supriria a ausência de recreação e lazer ao nível de vizinhança, não se concretizou, todavia, o ex-prefeito relata os benefícios do projeto.

Contando com as áreas de moradias as áreas residenciais onde nós diminuimos a pista asfáltica, dois objetivos talvez três, a primeira se você tá numa área residencial você não precisa dar duas pistas, tá passando com alta velocidade colocando em risco uma criança que sai do portão da casa, e assim por diante, então o carro tem que passar devagar na área residencial, esse é um objetivo muito importante, numero dois você aumenta a área verde da cidade, com esse aumento da área verde da cidade com esse projeto as árvores e mais as gramas diminuiu três graus a temperatura.³⁵¹

Na Atualização do Plano Diretor, o urbanista reitera que a solução de equipamentos de recreação a nível local está na implantação dos núcleos residenciais com equipamentos de recreação nas calçadas.

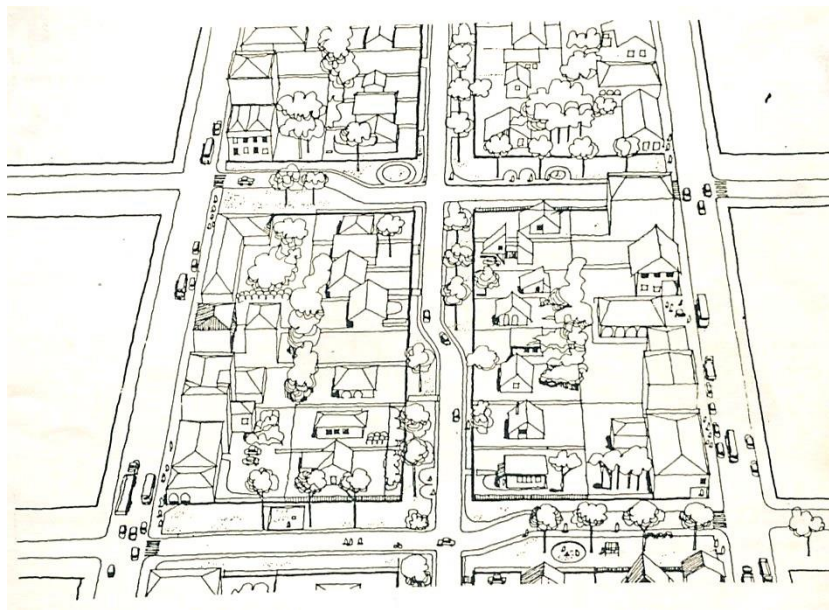
Uma importante iniciativa seria a implantação de um ou mais destes núcleos residenciais, com equipamentos de recreação e execução das calçadas. A boa receptividade junto à população seria um passo importante para a continuidade da implantação dos núcleos nas áreas mais adensadas dentro da malha urbana.³⁵²

³⁵¹ José Elias Moreira, entrevista realizada em 09/11/2013.

³⁵² Cidade de Dourados. *Atualização do Plano Diretor*. Administração Luiz Antônio. Curitiba, 1984, p. 8.

Na reavaliação do plano, Jaime Lerner mantém a proposta dos núcleos residenciais, complementando com uma gradação da implantação de projeto, conforme estariam sendo adensadas as áreas. No novo desenho, há agora uma alternância entre os lados das calçadas onde seriam implantados os equipamentos de recreação a nível local, Figura 52.

Figura 52: Núcleos de recreação ao nível de vizinhança na Atualização do Plano Diretor



Fonte: Cidade de Dourados. *Atualização do Plano Diretor*, p. 22

Segundo o ex-prefeito, Sr. José Elias Moreira, a resistência dos moradores foi o motivo do abandono do projeto das áreas de recreação ao nível de vizinhança. Assim, em relação ao projeto inicial, Dourados passou a ter vias com largas calçadas, porém sem os equipamentos propriamente de lazer. As referidas áreas se apresentam com diversidade paisagística, algumas possuem gramados, outras, pequenos bosques. Pode se dizer que foi atingido o objetivo da ampliação da área verde nesses espaços. Além disso, ao andar ao longo das ruas, ainda se encontram bancos de madeira ou concreto, peças de rochas que compõem um jardim plantado e cuidado pelos próprios moradores. Um exemplo desse paisagismo pode ser constatado na Foto 44.

Foto 44: Rua João Cândido Câmara BNH 3º Plano



Fonte: Acervo pessoal da autora

Os espaços livres para recreação “são espaços que proporcionam recreação física e psicológica para o ser humano. Esses espaços devem dar oportunidade ao ser humano de realizar atividades físicas, contato com a natureza, interação social, repouso”.³⁵³

Sobre esses espaços, a autora Maria Isabel Sobral Escada propõe uma definição e classificação conforme segue:

Parque de vizinhança que são áreas com função recreacional que podem abrigar alguns tipos de equipamentos ligados à recreação. São espaços livres pequenos inseridos no projeto de loteamento ocupando um ou mais lotes, devem conter vegetação, ambientes de jogos, bancos para descanso, etc. Para atender convenientemente a população devem estar entre 100 e 1000 m de distância das residências ou do trabalho. Parque de bairro, de maiores dimensões são utilizados para múltiplos jogos. Além de terem função recreacional intensa podem ter funções paisagística ou bioclimáticas. Ao contrário do primeiro grupo, não são concebidos como extensão das residências. Parque distrital, de grande dimensão, são áreas de bosques que contêm elementos naturais de grande beleza tais como rios, lagos, cachoeiras, praias, montanhas que devem ser conservadas na condição original.³⁵⁴

³⁵³ ESCADA, M. I. S., *Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo*, p. 9.

³⁵⁴ ESCADA, M. I. S. *Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo*, pp. 13,14 e 17.

Aplicando esta classificação aos espaços de lazer de Dourados, enquanto as ruas de recreação a nível local formaria o citado parque de vizinhança, os eixos de lazer disponibilizaria recreação e lazer caracterizado pelo parque de bairro. O Parque Arnulpho Fioravante e o Parque Antenor Martins, por sua vez, estariam na categoria de parque distrital.

4.5 Setores de livre circulação de pedestres – poucos e modificados

Interligando os dois eixos de lazer, na Avenida Presidente Vargas, e em frente à Praça Matriz, o Plano de Complementação Urbana prevê a implantação dos Setores de Pedestres, indicado na Figura 53, na cor amarela, ao lado da Praça Antônio João.

O setor de pedestre, a área central, em sua primeira etapa, compreenderia trechos da Av. Presidente Vargas, entra a Rua Major Capilé até a Praça Matriz, interligando o eixo de lazer aos pontos de encontro tradicionais da cidade, também, o entorno da Praça Matriz. Essas áreas, devolvidas ao domínio do pedestre, teriam canaletas de aceso (4 metros, em ambo os lados da rua) e seriam tratadas paisagisticamente.³⁵⁵

Figura 53: Localização dos setores de pedestre no Plano de Complementação Urbana

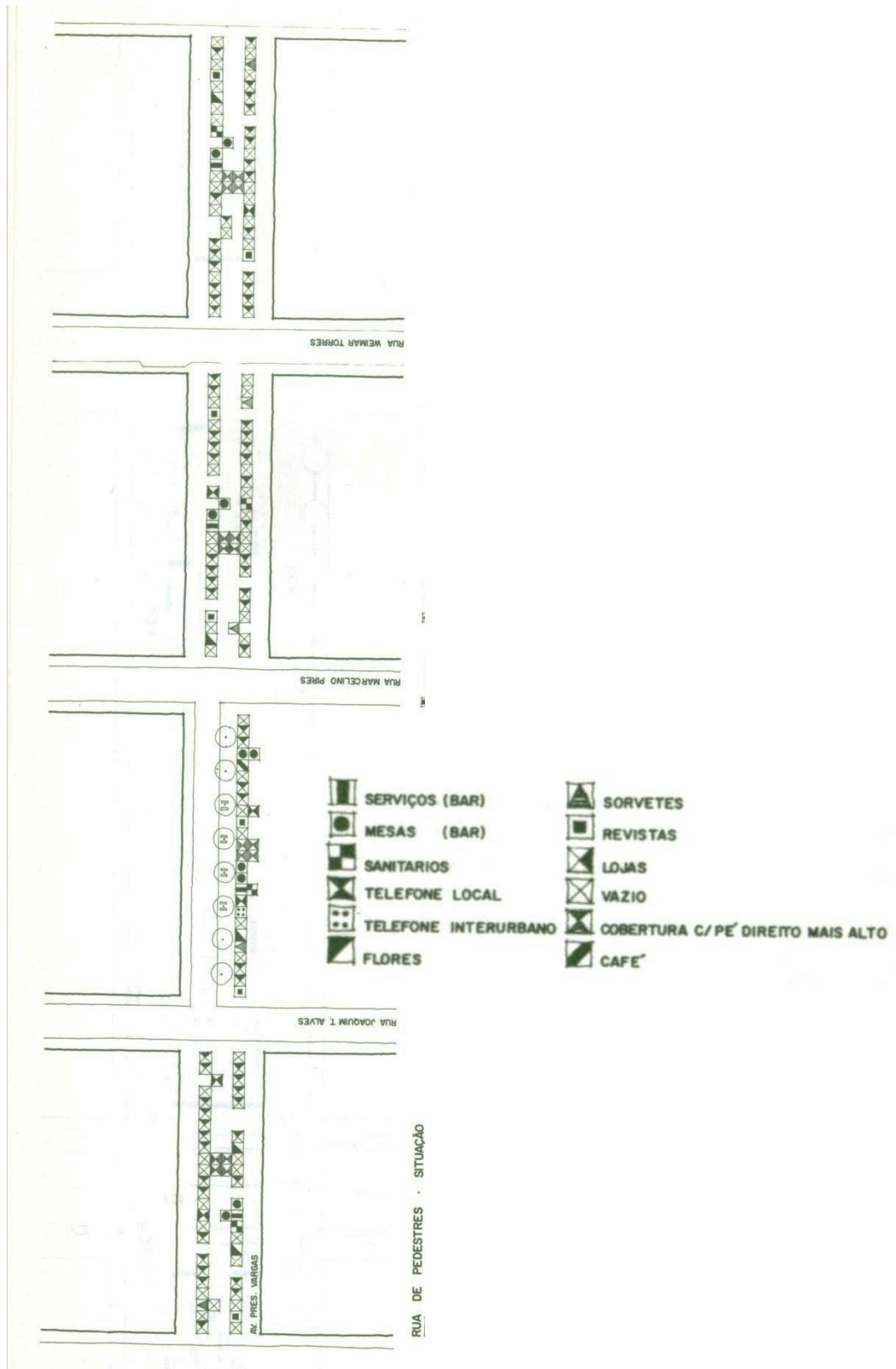


Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: estrutura urbana*, p. 23

Os setores de pedestres seriam compostos de bares, sanitários, telefone, comércio de flores, sorveterias, revistarias, lojas e cafés distribuídos ao longo de quatro quadras da Avenida Presidente Vargas, Figura 54 e 55, e em uma quadra na Rua João Candido Câmara, em frente à Igreja Matriz.

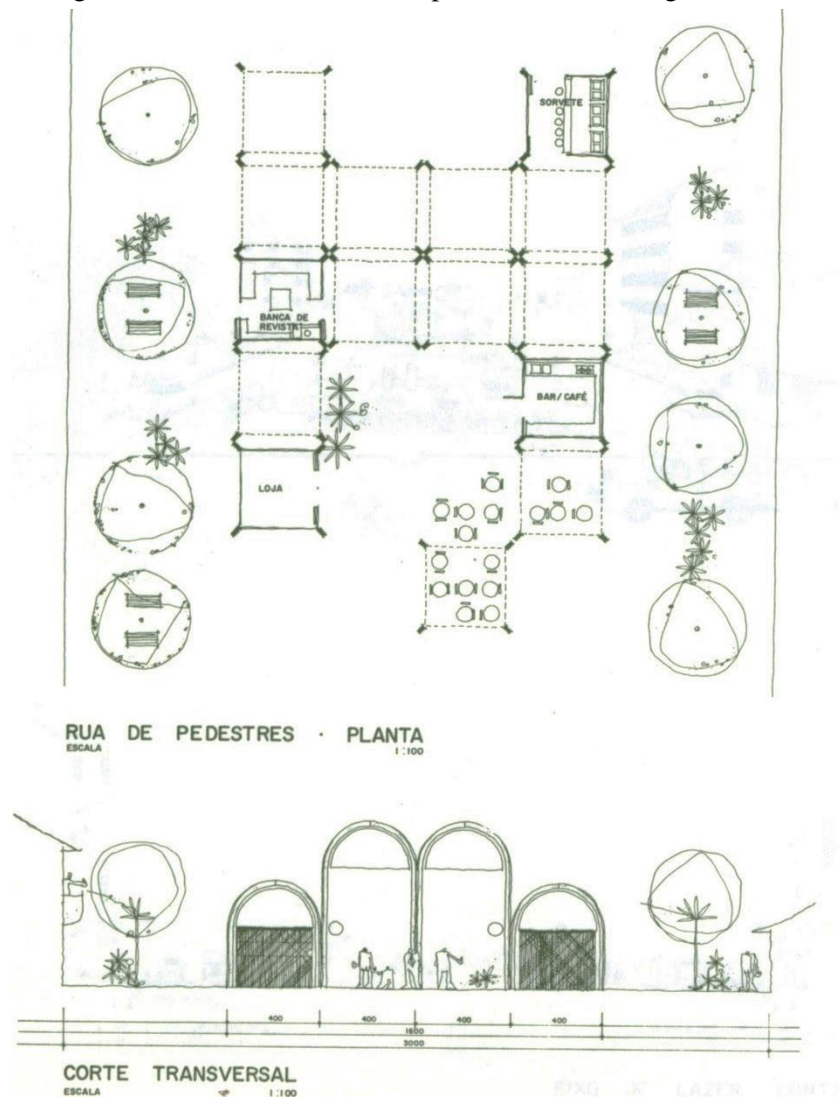
³⁵⁵ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, dezembro, 1978, p. 35.

Figura 54: Setor de Pedestre na Avenida Presidente Vargas



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: estrutura urbana*, p. 36

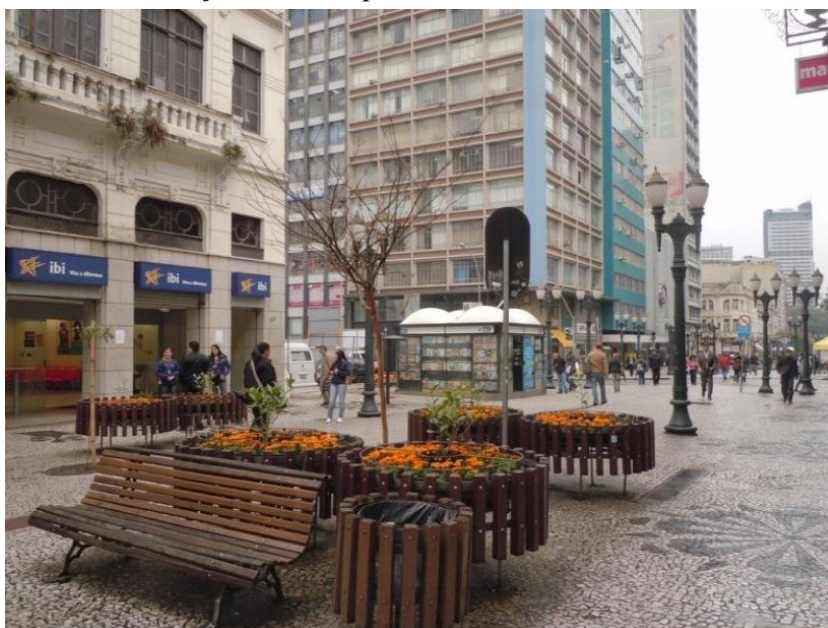
Figura 55: Setor de Pedestre em planta e corte na Região Central



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: estrutura urbana*, p. 36

A proposta das ruas de pedetres, apresentada por Jaime Lerner, baseava-se em um outro projeto implantado em Curitiba – Avenida das Flores, Foto 45. O projeto do trecho do setor de pedestre onde seriam instaladas as lojas e serviços, por sua vez, foi executado posteriormente em Curitiba com o nome de Avenida 24 horas, Foto 46.

Foto 45: Ilustração da rua de pedestre – Rua das Flores, Curitiba–PR



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/special-parana-turismo-eventos/6279686179/in/photostream/>
Acesso em: julho de 2016.

Foto 46: Ilustração rua de pedestre – Avenida 24 horas, Curitiba–PR

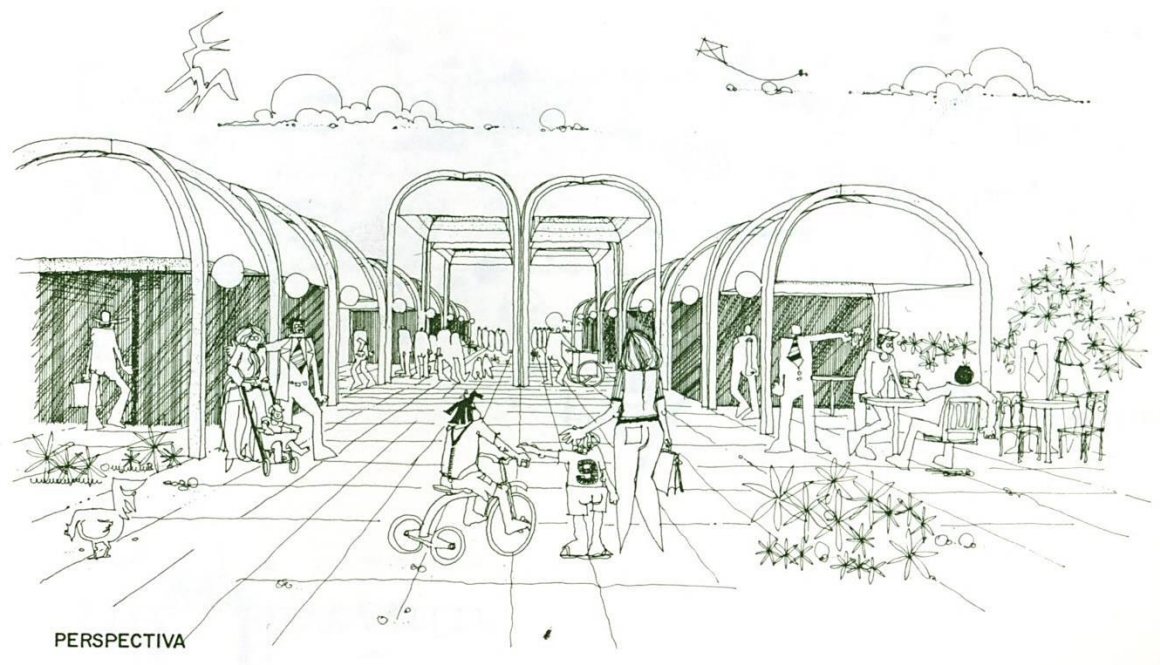


Fonte: <http://curitibaspace.com.br/rua-24-horas/>. Acesso em: julho de 2016

O projeto urbanístico definia uma cobertura espacial contínua onde se instalariam lojas e equipamentos de interesse ou necessidade dos moradores quando de passagem pelo centro da cidade, Figura 56.

A intenção é criar uma cobertura espacial contínua, separada por uma rua, formando uma galeria, ao longo da qual seriam instaladas lojas, bares, livrarias e outras atividades ligadas à animação da cidade.³⁵⁶

Figura 56: Setor de Pedestre na Área Central



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados*: estrutura urbana, p. 36

Na ilustração, o Setor de Pedestre propicia a convivência e sociabilidade. O arquiteto representa pessoas conversando na lanchonete, outras caminhando, famílias passeando, outras trabalhando, enfim, um espaço de muitos usos, sobretudo promovendo o convívio social dos moradores no centro da cidade. Observo que esse projeto baseia-se na Rua das Flores de Curitiba que, inaugurada no ano de 1972, foi executada por Jaime Lerner enquanto prefeito da cidade.

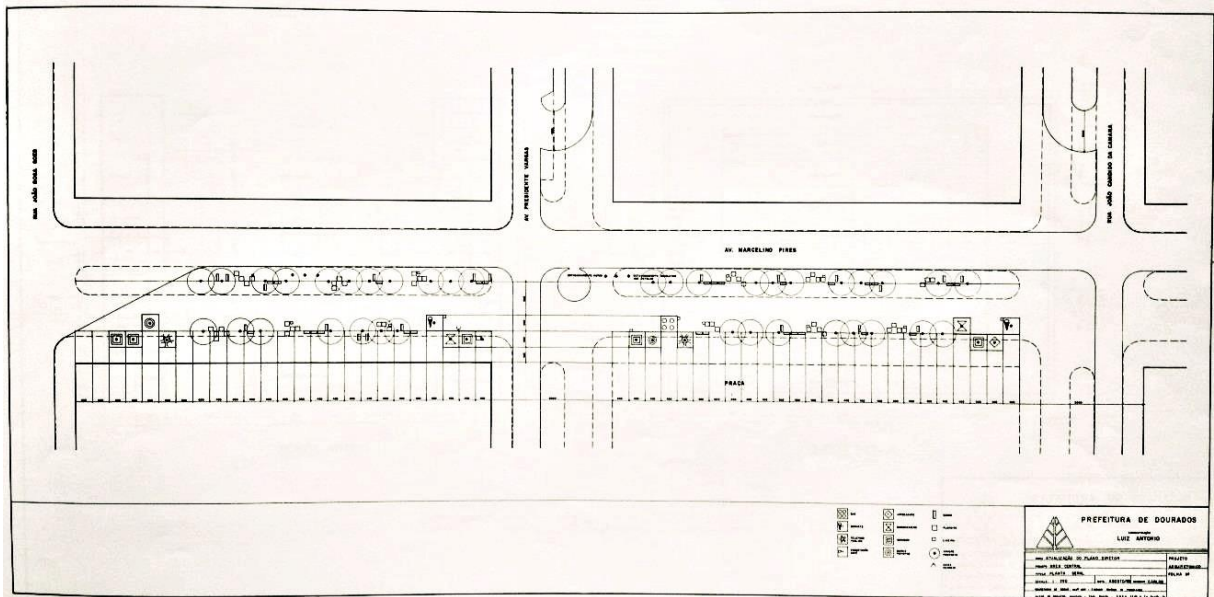
Na Atualização do Plano Diretor, o Setor de Pedestre é alterado, a um trecho da Avenida Marcelino Pires é adicionado, Figura 57, enquanto que são reduzidos os projetos para a Rua Presidente Vargas e para Rua João Candido Câmara:

- a) Rua Presidente Vargas, entre as Ruas Marcelino Pires e Joaquim Teixeira Alves;
- b) Rua João Candido Câmara, entre as Ruas Marcelino Pires e Joaquim Teixeira Alves;
- c) Rua Marcelino Pires entre as Ruas João Rosa Góes e Hayel Bom Faker.³⁵⁷

³⁵⁶ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados*: estrutura urbana, p. 35.

³⁵⁷ CIDADE de Dourados. *Atualização do Plano Diretor*, p. 22.

Figura 57: Setor de Pedestre na Avenida Marcelino Pires



Fonte: Fonte: CIDADE de Dourados. *Atualização do Plano Diretor*, p. 24

O setor de pedestre foi executado em parte e de forma diferente do projeto contido na Atualização do Plano Diretor de 1984 ao longo dos anos 80 e 90. O poder público executou um setor de pedestre na Rua Nelson de Araújo nos anos 80, outro na Rua João Candido Câmara, enfrente à Praça Matriz nos anos 90. Não foram executados os trechos projetados para as Avenidas Presidente Vargas e Marcelino Pires.

Diferentemente da disponibilização de atividades ligadas à animação da cidade, como proposto no Plano de Complementação Urbana, o setor de pedestre executado em Dourados consistiu na eliminação das calhas de rolamento de veículos e a execução de calçadões, tratamento paisagísticos e a disponibilização de alguns equipamentos complementares, como iluminação, instalação de bancos de jardim, lixeiras etc. Assim foram construídos os calçadões das Ruas Nelson de Araújo e João Cândido Câmara, Foto 47.

Foto 47: Calçada da Rua Nelson de Araújo em 1988



Fonte: Coleção Luiz Antônio Alvares Gonçalves, acervo do CDR/ FCH/UFGD

Destaco, na Foto 47, os coqueiros, a jardinagem realizada em suportes metálicos suspensos e as luminárias decorativas instaladas no calçada da Rua Nelson de Araújo. As atividades que proporcionam o movimento de pessoas nos calçadões eram disponibilizadas em construções nos próprios lotes. Existia, nesses espaços, lanchonete, pizzaria e sorveteria. Na época em que estudei na Escola Estadual Presidente Vargas, localizada no início do antigo calçada, costumava observar o fluxo constante de alunos aos finais dos horários de aula.. Aos finais de semana era a concentração de estabelecimentos de alimentação que marcava esse espaço como ponto de encontro para os jovens.

Apresento, na Foto 48, o momento do início das obras do calçada da Rua Nelson de Araújo, quando está sendo demolido o meio fio e eliminadas as pistas de rolagem para dar espaço à calçada de pedestre.

Ao final dos anos 80 e início dos anos 90, esse calçada foi amplamente frequentado como espaço de convivência e lazer pela população jovem da cidade, que se reunia nas lanchonetes e proximidades. Os jovens sentavam nos bancos, conversavam, namoravam, ou somente permaneciam observando o movimento das pessoas que por ali passavam. Wilson José Gonçalves descreve esse espaço.

Depois de algum tempo sem o centro visitar, bateu uma saudade imensa de sentir o pó da terra, tomar um sorvete e ver toda meninada a paquerar no cair da tarde. Foi então que resolvi sair da toca, para na memória reviver toda grandeza de minha cidade, mas a alegria de matar a saudade foi maior ainda ao defrontar com o calçada – coisa maravilhosa, estilo de cidade grande,

todo povo caminhando contente para cima e pra baixo num ritmo infernal. Olha só, até o sinal que a placa indica o povo obedece, coisa rara de se ver, nenhum carro violento, nenhuma pistola ou atropelo. Não pude resistir, sentei num banco para tudo contemplar, não queria nada perder e assim fiquei por horas e horas, sentado no calçadão – volto a dizer, coisa de cidade grande – que beleza de se ver. Jovens saudando o verão que está chegando já com roupas leves e coloridas como as plumas do pavão.³⁵⁸

Foto 48: Construção do calçadão da Rua Nelson de Araújo



Fonte: Coleção Luiz Antônio Alvares Gonçalves, acervo do CDR/ FCH/UFGD.

Esse texto retrata o encantamento do Sr. Wilson José Gonçalves com o calçadão; mudou o aspecto do centro, está “estilo de cidade grande”.

Outro calçadão é o existente em frente à Catedral, que foi construído no final dos anos 90, como lembra o ex-prefeito Sr. Braz Melo.

Eu achava que em frente à Catedral tinha que ampliar a praça um pouco porque nós ficamos com a praça pequena, tinha que ampliar a praça. Tinha que ampliar e era ali, porque em frente à praça nós tínhamos dois comércios, que era a Livraria Universitária, então fomos lá conversamos com o cara da Universitária, depois fomos amansando ele, amansando e acabamos que ele não chiou muito, e achamos que acabou ficando bom ali e achamos que seria um espaço também, bem maior para praça.³⁵⁹

O calçadão da Rua João Cândido Câmara em frente à Praça Antônio alargou a mesma e propiciou um novo espaço à Catedral, conforme apresento na Foto 49.

³⁵⁸ Jornal *O Progresso*, 07/01/1988, p. 5.

³⁵⁹ Antônio Braz Genelhu de Melo. Entrevista realizada em 23/11/2015.

Foto 49: Calçada na Rua João Cândido da Câmara e a Catedral



Fonte: <http://www.diocesededourados.com.br/pg/12/catedral.html> Acesso em: maio de 2016

A Sr.^a Ana Rose Vieira, arquiteta responsável pelo projeto do calçada, lembra-se que a igreja também teve um papel relevante nesta construção. Foi um pedido do padre da Catedral a construção do calçada; ele desejava esse espaço para utilização em eventos religiosos.

Eu lembro que quem solicitou que fosse feito um calçada na frente foi o padre Marcos quando ele estava na paróquia, por causa dos eventos, né? Todos os anos tem, a procissão, a missa campal... foi a igreja que deu a ideia. Tinha umas floreiras, tinha um monte de floreira e banquinho em volta.³⁶⁰

A Sr.^a Maria Lucineide, ao lembrar-se da área central e do que mudou nessa região, faz menção a execução do calçada: “Mudou o calçada, ali da igreja matriz que não era calçada, a gente andava muito ali para ir aos bancos.”³⁶¹. A entrevistada trabalhava próximo a essa região, e passava pelo local do atual calçada para ir aos bancos.

4.6 Outros projetos de recreação, lazer e sociabilidade em Dourados nos anos 80 e 90

O ex-prefeito, Sr. José Elias Moreira, lembra que, enquanto administrador público, construiu vários equipamentos de recreação e lazer em Dourados.

Quando construí os BNH não tinha água, não tinha nada, daí eu fazia o CEPER já furava o poço, já iam fazendo a caixa d'água, furava um poço

³⁶⁰ Ana Rose Vieira. Entrevista realizada em 13/07/2016.

³⁶¹ Maria Lucineide Paes Lopes. Entrevista realizada em 05/11/2015.

artesiano e daí esse poço de água tinha distribuição de água, depois nós doamos para SANESUL para eles comandarem, mas o sócio que entrou na casa estava previsto na prestação a perfuração do poço e da construção do CEPER. O sócio que entrou nas casas estava embutido na prestação a perfuração do poço e o lazer do CEPER. O CEPER servia só a comunidade do bairro.³⁶²

O Sr. José Elias Moreira descreve que o CEPER era construído em quadras situadas em áreas mais elevada do conjunto habitacional, já pensando na altura dos reservatórios para distribuir água potável pelos imóveis do loteamento. Era furado o poço, instalada a caixa e já se iniciava o abastecimento de água potável no bairro; a construção do CEPER começava posteriormente, todavia, o custo dessa área de recreação estava incluso nas prestações dos mutuários das casas do BNH.

A Sr.^a Gilce de Oliveira Soares foi uma das primeiras moradoras do BNH 1º Plano. Ela lembra-se de que no local do CEPER, inicialmente, ficou apenas a quadra fechada cercada com a caixa d'água no meio. Posteriormente esse espaço foi equipado com quadra, parquinho e pista para caminhada. “[...] aquilo lá já era fechado com aquela caixa d'água para fazer uma praça, não com a estrutura que tem dentro, era só um quadrado fechado com a caixa d'água para construir depois.”³⁶³ A Foto 50 mostra o CEPER do BNH 1º Plano somente com a caixa d'água instalada.

Foto 50: Espaço reservado para construção do CEPER do 1º Plano nos anos 70



Fonte: Arquivo pessoal José Elias Moreira

³⁶² José Elias Moreira. Entrevista realizada em 09/11/2013.

³⁶³ Gilce de Oliveira Soares. Entrevista realizada em 24/06/2016.

Nos anos 90, a cidade deu um salto em equipamentos de recreação e lazer, como construção de novas quadras, reformadas e cobertura de outras. Segundo o Sr. Roberto Wagner, esse foi um dos grandes feitos do prefeito Sr. Braz Melo na área do lazer.

Foram as quadras cobertas. Dourados não tinha um ginásio coberto eu acho que o primeiro foi esse daqui da Monte Alegre que nós fizemos, esse aqui olha eu não lembro se foi 90 ou 91 e um, foi esse ginásio aqui, o CSU (Centro Social Urbano) do Água Boa que nós fizemos aquela quadra coberta. E é um espaço de multiuso, tinha um palco.³⁶⁴

O Sr. Roberto Wagner lembra-se da construção do Ginásio Municipal e o ginásio do Centro Social Urbano (CSU). O Ginásio Municipal foi construído sobre um campinho de terra onde o Sr. Donizete Pereira, anteriormente citado, jogava futebol. O Ginásio foi inaugurado em dezembro de 1990 e passou a ser usado pela comunidade para treinos de futsal, handebol, voleibol e basquetebol, jogos e campeonatos locais e regionais; esse espaço também é utilizado para convenções, eventos culturais e religiosos, Foto 51. O CSU foi construído no final dos anos 70 e teve a cobertura da quadra anos 90, já o Jardim Água Boa possui uma quadra poliesportiva coberta e um palco onde também são realizados eventos culturais.

Foto 51: Ginásio Municipal de Dourados em 1990



Fonte: Arquivo particular do Sr. Donizete Pereira da Silva

O ex-prefeito Sr. Braz Melo destaca a construção das quadras cobertas em seu mandato: “fizemos 18 quadras cobertas, aqui não tinha quadras cobertas em Dourados, só

³⁶⁴ Roberto Wagner Barros Bezerra Lopes. Entrevista realizada em 20/11/2015.

tinha a da AABB e a do CAD (Clube Atlético Douradense), fizemos o Ginásio Municipal”³⁶⁵. Esse número também inclui a cobertura das quadras de esporte das escolas existentes e das que estavam sendo construídas naquele momento. O CAD possuía o seu próprio espaço com quadra coberta, com piso em madeira e arquibancadas, conforme pode ser observado na Foto 52 interna ao ginásio.

Foto 52: Clube Atlético Douradense – CAD



Fonte: Arquivo pessoal de Donizete Pereira da Silva

O ex-prefeito Sr. Humberto Teixeira destaca que em sua gestão, de 1993 a 1996, foram construídos 12 Centros de Convivência Esportivo, equipados com vestiários; são construções que se assemelham ao projeto proposto na Atualização do Plano Diretor de 1984.

Em todos os bairros tinha aqueles campos de futebol que a gente fazia nos bairros, era Centro de Convivência Esportivo, nós construímos doze. No Cachoeirinha, no Jardim dos Estados, no Parque I, no Parque II, no Flórida, um campo de futebol cercado, vestiário feminino e masculino, quadra de vôlei.³⁶⁶

4.7. Praça do Cinquentenário e o conjunto do Parque dos Ipês – comemorações e cultura

Ampliando-se os espaços de lazer e cultura em Dourados e, para celebrar o aniversário de 50 anos da cidade, uma praça com concha acústica foi construída. A primeira notícia sobre

³⁶⁵ Antônio Braz Genelhu de Melo. Entrevista realizada em 23/11/2015.

³⁶⁶ Humberto Teixeira. Entrevista realizada em 11/12/2015.

a praça foi veiculada na edição comemorativa do jornal *O Progresso*, de 20 e 21 de julho de 1985: "Será criada a praça do cinquentenário"³⁶⁷. Essa reportagem anunciava a construção de uma praça ao lado do Esporte Clube Ubiratan, onde existia a Praça Juscelino Kubitschek, como marco da comemoração dos cinquenta anos de Dourados. Em 24 e 25 de agosto de 1985 é publicado no Jornal a consulta à comunidade para o desenvolvimento do projeto da Praça do Cinquentenário.

Membros dos grupos de teatro da Fundação Cultural e de Esportes, integrantes do Coral Santa Cecília, artistas plásticos e artesãos foram convidados pelo prefeito Luiz Antônio na quinta-feira passada para participarem das discussões em torno do projeto de construção da concha acústica da futura praça do Cinquentenário, ao lado do Clube Ubiratan, no local que até hoje se chama praça Juscelino Kubitschek, em homenagem a visita feita pelo então presidente, em 1956, para lançamento da rodovia ligando Dourados a Campo Grande.³⁶⁸

Na matéria se diz "local que até hoje se chama Praça Juscelino Kubitschek". Um morador relembra a história do primeiro nome e reivindica o retorno ao nome original.

A tão conhecida Praça do Cinquentenário, na Cabeceira Alegre, em Dourados, já foi palco de diversos acontecimentos históricos. O local, onde antes ficava o aeroporto municipal, já teve outro nome. Muitos pioneiros acreditam que a praça deveria voltar a se chamar "Juscelino Kubitschek". Foi lá que o então candidato à Presidência da República, Juscelino, aterrissou de avião e realizou comício em 1955. O evento reuniu a maioria dos moradores da cidade. Com esse acontecimento que marcou o município, o local que virou uma praça recebeu uma enorme placa com o nome de Juscelino Kubitschek. Para Sultan, nenhum evento no local foi tão marcante como a passagem de JK (Juscelino Kubitschek). "Infelizmente o nome foi dado por força de lei e acabou sendo alterado. Mas nada mais justo que voltasse a se chamar Praça Juscelino Kubitschek. Tinha apenas 16 anos quando ele esteve em Dourados e lembro-me da mobilização que foi. Por vários anos foi o assunto na cidade, já que se elegeu naquele pleito", disse Sultan.³⁶⁹

A Sr.^a Esthér Alves da Silva,³⁷⁰ que morava nas imediações da praça, diz que, antes da construção da Praça do Cinquentenário, havia somente um parquinho, um *play ground*. O quarteirão era usado como estacionamento de caminhões que carregavam boi, e até limpavam

³⁶⁷ Jornal *O Progresso*. 20 e 21 de julho de 1985. p. 3.

³⁶⁸ Jornal *O Progresso*, 24 e 25 de agosto de 1985, p.2.

³⁶⁹ De Juscelino Kubitschek à Praça do Cinquentenário. <http://www.progresso.com.br/especiais/edicoes-especiais/de-juscelino-kubitschek-a-praca-do-cinquentenario>. 19/12/2013. Consultado em 17/11/2015.

³⁷⁰ Ester Alves da Silva. Entrevista realizada em 07/11/2015.

suas carrocerias no local. Em nove de outubro de 1985, em entrevista, o prefeito Luiz Antônio anuncia o início das obras da Praça do Cinquentenário e outras melhorias.

A praça será um marco do aniversário de Dourados e um novo espaço dedicado ao lazer e as promoções culturais e artísticas da cidade e representará um importante fator de melhoria no aspecto urbanístico de todo o bairro onde está situada, disse o prefeito Luiz Antônio. Diante disso, a Prefeitura decidiu abrir a rua Joaquim Alves até a rua Dom João VI, para facilitar o acesso ao local e colaborando para a urbanização de toda a área³⁷¹.

No dia 11 de abril de 1985 o jornal *O Progresso* publicou "Saiu a programação de inauguração da Concha" e a praça foi inaugurada no dia 15 seguinte, Foto 53 e 54.

A praça do "Cinquentenário" foi construída pela Prefeitura Municipal, como uma homenagem aos homens que construíram os 50 anos deste Município. E, também ao talento desta terra e a garantia de que a arte agora será acessível ao povo. São 15.600 metros quadrados de área verde, dotada de Concha Acústica e galerias para acolher o talento e seus expectadores. A obra foi construída numa área de 15.600 metros quadrados dos quais, 480 são *play-ground*, 562 da Concha Acústica com capacidade para receber um público de 700 pessoas nas arquibancadas, bem como 200 mudas de árvores, entre palmeiras e espécies nativas. É a principal realização da Secretária de Obras do Município, na atual administração³⁷².

Foto 53: Vista parcial da Praça do Cinquentenário 1988.



Fonte: Coleção Luiz Antônio Alvares Gonçalves, acervo do CDR/FCH/UFGD.

³⁷¹ *Jornal o Progresso*. Empreiteira começa obras na Praça do Cinquentenário. 9 de outubro de 1985. p. 3

³⁷² *Jornal O Progresso*. Saiu a programação de inauguração da Concha. 11 de abril de 1986. p. 3

Foto 54: Praça do Cinquentenário



Fonte: <http://www.douradosnews.com.br/cultura-lazer/praca-do-cinquentenario-sedia-1-evento-da-programacao-de-natal>.

A acessibilidade da praça, destacada pelo prefeito refere-se aos eventos culturais serem de acesso livre a todos os moradores da cidade, uma vez que se trata de um espaço aberto. A construção da Praça disponibilizou outro espaço de cultura e lazer da cidade e, em especial, dos moradores dos bairros próximos, como destaca Maria Lucineide Paes Lopes.

Eu lembro quando inaugurou essa praça do cinquentenário nós fomos lá para inauguração... ela tem trinta anos... Aí na Praça do Cinquentenário a gente ia muito nos domingos à tarde quando eu tinha quinze e dezoito anos, e entre dezoito e vinte a gente ia a noite tomar tereré, tinha uma turma enorme a gente tinha uns amigos mais velhos até, foi logo que eu conheci o Mauro (seu marido) né?, a gente ia tomar tereré umas vinte, trinta pessoas, era bastante gente, foi lá que eu conheci o Mauro, já conhecia né?, mas foi lá que a gente começou a namorar de verdade mesmo³⁷³.

A Sr.^a Maria Lucineide Paes tem boas lembranças da convivência com os amigos na praça e em especial do começo da história de seu casamento. A Sr.^a Esthér Alves da Silva, por sua vez, passeava e brincava na Praça com os sobrinhos.

Eu particularmente não aproveitei muito a Praça, trabalhava o dia inteiro e de lá mesmo já ia para faculdade à noite, mas na época de férias eu levava as crianças para brincar lá. Os adolescentes ouvia música porque era época dos rádios toca fita e tomava tereré, lá tudo, a gente só via, ficava de longe, tímida acanhada, mas eu levava umas caixas de papelão e daí os meus sobrinhos subia lá naquela parte mais alta do gramado e descia

³⁷³ Maria Lucineide Paes Lopes. Entrevista realizada em 05/11/2015.

escorregando. Levava a meninada para escorregar naquela grama, e daí começou a fazer umas atividades de arte, depois que construiu aquela concha acústica tinha uns pagodes, começou a fazer uns festivais, daí começou também a ter a Fanfarra Municipal e daí ensaiava ali³⁷⁴.

A Sr.^a Esthér Alves da Silva relata as muitas opções de recreação e lazer criadas e inventadas pelos frequentadores da Praça: a elevação no gramado servia para brincar de escorregar em papelões, os espaços de sobra para ouvir música e tomar tereré, a concha para os festivais, os pagodes. Na Foto 55, apresento a brincadeira de escorregar na grama.

Foto 55: Praça do Cinquentenário – brincadeira de escorregar na grama



Fonte: Acervo da autora.

Nos anos 80 e 90, além do CEPER, da Praça do Cinquentenário, do Ginásio Municipal e das quadras cobertas, dos Centros de Convivência Esportivos, dos Calçadões, há que se considerar um parque com projeto diferenciado, inaugurado em 1995. O ex-prefeito, Sr. Humberto Teixeira destaca que, entre suas obras, “na área de lazer o mais importante foi o Parque dos Ipês, o Teatro e o Centro de Convivência dos Idosos. O município construiu o Parque dos Ipês e construiu o Teatro, ficou faltando colocar as poltronas, o acabamento”.³⁷⁵

O ex-prefeito lembra-se que o Parque dos Ipês foi inspirado em um parque que conhecia na cidade de Campo Grande. Localizado na Avenida Presidente Vargas, esse parque

³⁷⁴ Esthér Alves da Silva. Entrevista realizada em 07/11/2015.

³⁷⁵ Humberto Teixeira. Entrevista realizada em 11/12/2015.

possui quadras poliesportivas, pista de caminhada, *play-ground*, canchas de areia, vestiários e um tratamento paisagístico que os destaca dentre as demais construções para esta finalidade na cidade, Foto 56.

Foto 56: Parque dos Ipês



Fonte: <http://www.douradosagora.com.br/dourados/virtual-cartao-postal-parque-dos-ipes-pede-revitalizacao> Acesso em: julho de 2016.

O Teatro Municipal foi construído integrando o espaço do Parque dos Ipês. Suas obras iniciaram-se juntamente com as do Parque dos Ipês, todavia, foi inaugurado em 1998, três anos depois, Foto 57.

Foto 57: Teatro Municipal de Dourados



Fonte: http://www.panoramio.com/user/505354/tags/Parque?photo_page=12

O Centro de Convivência do Idoso Andre's Chamorro, construído na Rua Cafelândia, próximo ao Jardim Água Boa, foi inaugurado em agosto de 1996. Sua finalidade é “a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais da pessoa idosa. Visa a garantia de direitos, a inclusão social e o desenvolvimento da autonomia, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento”³⁷⁶. Neste espaço desenvolvem-se atividades físicas e de lazer, bailes e outros entretenimentos, além de diversos cursos para os idosos.

O Teatro Municipal constituiu-se em um espaço que passou a proporcionar as mais diversas atividades culturais. É o espaço da cidade onde há festivais com apresentações de companhias teatrais locais, de diferentes cidades de Mato Grosso do Sul, de outros estados e mesmo internacionais. Na música, recebe artistas dos mais diferentes gêneros musicais, amadores e profissionais, individuais, duplas, bandas e orquestras; são também realizadas oficinas musicais e festivais de música, particularmente os universitários, que incentivam a participação e estimulam a formação de artistas. Companhias de dança da cidade apresentam-se com regularidade, assim como grupos de capoeira, enfim, o Teatro Municipal tornou-se o esse espaço das mais diversas atividades culturais. Há, contudo, que considerar o aspecto da democratização desse espaço, uma vez que a população dos bairros mais retirados demonstram dificuldades para o acesso às atividades desenvolvidas nesse local.

³⁷⁶ Prefeitura Municipal de Dourados, Secretária de Assistência Social, disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/centro-de-convivencia-da-pessoa-idosa/>

CAPÍTULO 5

MOBILIDADE E IMOBILIDADE URBANA: OS SENTIDOS DE IR E VIR

Lembro-me de que, quando criança, meu pai me levava até a casa da minha avó de bicicleta. Quando saíamos de nossa casa, no Jardim Ouro Verde, à Rua Oliveira Marques, logo seguíamos pela Avenida Weimar Gonçalves Torres e atravessávamos um trecho grande dessa rua até chegarmos à Rua Quintino Bocaiuva onde minha avó residia. Um dia observei que meu pai não parava nas esquinas, atravessa direto e os carros é que paravam. Nesse dia ele me explicou que a Avenida Weimar Gonçalves Torres era uma rua preferencial. Antes de termos um carro, íamos e vínhamos para todos os lugares, algumas vezes de bicicleta, outras de ônibus. Meu pai me levava à casa da minha avó, das minhas tias, ao seu trabalho na barbearia e fazíamos também diversos outros passeios pela cidade.

Para a escola, eu, meus irmãos e também minha amiga, sempre íamos caminhando. A escola ficava a poucas quadras de casa e, com exceção dos dias de chuva, quando o barro dificultava, sempre era muito bom andar; enquanto caminhávamos, nós conversávamos, podíamos parar sempre que desejávamos, às vezes brincávamos e brigávamos pela rua.

Ainda adolescente passei a utilizar o transporte coletivo. Os ônibus têm o seu caminho próprio; eu não tinha muita escolha, e a cidade que eu passava a conhecer coincidia com a da sua rota; ele entrava nos bairros, apresentava ruas novas e muitos outros espaços na cidade. Nesse período, meu pai já tinha conseguido comprar um carro. Era um fusca (ele sempre gostou muito de fuscas). Com a comodidade do automóvel, comecei a conhecer outros caminhos, outros espaços. Sem dúvidas, o fusca facilitava tudo: meu pai podia ir trabalhar mesmo nos dias de chuva, levar meus irmãos à escola, ir à feira, ao mercado, visitar nossos parentes.

O Sr. José Alves dos Santos, meu pai, relata que era difícil deslocar-se para o trabalho, ainda mesmo que ele ficasse no centro da cidade.

[...] o asfalto ia só até a igreja Nossa Senhora de Fátima pra lá não tinha nem um palmo de asfalto. Era lama, eu vinha pro salão trabalhar, vinha calçado de bota, bota de borracha, chegava na Marcelino pegava a circular, vinha calçado de bota, eu e todo mundo, chegava no salão, tirava a bota calçava o sapato; quando ia de noite, tornava a calçar a bota, ia de bota de borracha porque era uma lama matando mesmo.³⁷⁷

Nos dias de chuva, algumas pessoas que moravam em regiões sem asfalto e precisavam se locomover, utilizavam dois pares de calçado: geralmente um par de botas de borracha para enfrentar a lama e um outro calçado qualquer para ser usado no ambiente de trabalho. Outros ainda colocavam sacolas plásticas envolvendo os sapatos até chegar a uma rua pavimentada ou até o ponto de ônibus.

O Sr. Euclides Lopes, índio Terena, em seu relato, avalia como era andar de carroça na cidade nos anos 70,

A cidade era bem pequenininha, não tinha cidade, nós andávamos. Ela mesma (referindo-se a esposa) negociou muito de carroça, andava de carroça em tudo quanto é lugar ali, hoje em dia, não pode andar mais, nem de carroça nem de bicicleta, é muito perigoso. É muito trânsito perigoso demais, desde criança eu conhecia Dourados, hoje eu não vou mais não, tenho medo de andar de bicicleta, está muito apertado demais, até de andar de a pé eu tenho medo.³⁷⁸

Assim, mover-se para as atividades cotidianas como trabalhar, estudar, vender, fazer compras e passear, utilizando o transporte coletivo, o automóvel, a bicicleta, a caminhada ou a carroça, é o que define a mobilidade urbana.

[...] a capacidade de deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano para a realização de suas atividades cotidianas, (trabalho, abastecimento, educação, saúde, cultura, recreação e lazer), num tempo considerado ideal, de modo confortável e seguro. Para tanto, os indivíduos podem utilizar vários tipos de veículos ou apenas caminhar. Tudo vai depender das distâncias que terá que percorrer, do tempo ideal a ser despendido, dos meios de transporte e das vias de acesso disponíveis e do custo e da qualidade deste deslocamento. Pensar a mobilidade urbana é, portanto, pensar sobre como se organizam os fluxos na cidade e a melhor forma de garantir o acesso das pessoas ao que a cidade oferece, de modo mais eficiente em termos sócio-econômicos e ambientais.³⁷⁹

³⁷⁷ José Alves dos Santos. Entrevista realizada em 07/08/2002.

³⁷⁸ Euclides Lopes entrevista realizada em 28/10/2014.

³⁷⁹ VARGAS, Heliana Comin. (I) mobilidade urbana. 200, p. 1.

5.1. O transporte Coletivo – muitas histórias de travessias e de olhares

Lembro-me de usar o transporte coletivo nos anos 80 para ir de minha casa ao centro. Era uma linha que passava pelo Jardim Ouro Verde, pelos BNH 2º e 3º Planos, e por muitos outros lugares até chegar ao Centro da cidade. Outra opção era utilizar a linha de ônibus que vinha do Parque das Nações, que passava pela Avenida Marcelino Pires nas proximidades do bairro onde eu morava.

O Sr. José Soares Mora lembra-se de que o ônibus nem sequer passava pelo Parque das Nações, bairro onde morava, no começo dos anos setenta.

Dourados cresceu muito, muito, muito... Vixe! Não tinha nada, daqui você tinha que ir a pé pegar a circular lá na Mão do Braz (Monumento ao Colono), demorou muito tempo para vir aqui, depois que nivelaram as estradas, porque as águas era muito rasa aqui. Você fazia uma fossa já dava água, daí foram valetando, a água foi baixando um pouco. Vixe! Eu trabalhei cinco meses numa tal de Construmat, pegava um caminhão lá na rotatória ia pegar lá, ia de a pé.³⁸⁰

O ponto de ônibus mais próximo do Parque das Nações era na Avenida Marcelino Pires, próximo ao Monumento ao Colono. A Construmat buscava os funcionários com o caminhão da obra; todos iam em pé na carroceria. Esse transporte, porém, passava somente pelas avenidas da cidade e o Sr. José Soares Mora ainda tinha que caminhar um quilômetro de sua casa até o local em que o caminhão passava.

O Sr. José Alves dos Santos relata a dificuldade enfrentada pela filha para estudar na única escola pública com o ensino médio naquele tempo.

[...] eu morava lá no Jardim Ouro Verde e a minha filha mais velha mesmo, a Maria, ela pra fazer o segundo grau mesmo, ela vinha de circular toda noite pro Presidente Vargas estudar, pegava o calçado, calçava dois sacos de plásticos nos pés, quando chegava no ponto de ônibus tirava aquele plástico, daí subia na circular, cansei de ver ela fazer isso³⁸¹.

O Sr. José Barbosa lembra-se que até mesmo os ônibus não conseguiam trafegar por ruas sem pavimentação nos dias de chuva. "Olha, quando eu cheguei aqui, às vezes, a gente ia pro Parque das Nações, quando chegava lá, a circular estava enterrada dentro do barro, daí a gente tinha que voltar e pegar outra rua"³⁸².

³⁸⁰ Sr. José Soares de Mora. Entrevista realizada em 04/03/2016.

³⁸¹ José Alves dos Santos. Entrevista realizada em 07/08/2002.

³⁸² José Barbosa da Silva. Entrevista realizada no dia 09/05/2002.

A Sr.^a Luiza de Souza e Silva trabalhou de cobradora de ônibus circular nos anos 70 e também relata a dificuldade nos dias de barro: "Quantas vezes a gente ficava atolado, tinha que ligar para firma pedir para ir alguém lá desatolar, tinha vez que parecia que a circular ia tombar, assim naqueles atoleiros, lá na Água Boa mesmo era assim"³⁸³.

Ela reclama do barro também porque era o seu trabalho limpar o interior do ônibus após sua jornada de trabalho.

Trabalhei um bom tempo, depois eu mesmo saí porque eu quis; porque, assim, aquela época o serviço era muito bom, mas quando a gente terminava, a cobradora e o motorista tinha que deixar a circular limpa né, para no outro dia quem fosse pegar a circular ela tá limpinha né. Daí os lavador limpava só por fora e nós tinha que limpar por dentro, quando eram aqueles tempos de barro, menina, virava aqueles toletes de barro assim. A gente tinha que rapar, senão não saía, colocava pó de serra, mas o pó de serra afastava, assim virava aquele nojo, daí eu me enojei³⁸⁴.

A Sr.^a Maria Isabel de Souza, moradora da Vila Cachoeirinha, também relata a dificuldade de chegar ao ponto de ônibus em dias de chuva. Ela escondia o sapato de barro, ou deixava a sacola plástica que envolvia os sapatos para pegar o ônibus.

Pra gente ir trabalhar na cidade, tinha que ter dois calçados, um ia até ali e deixava nos matinhos e outro para ir dali pra lá, (aponta para o lado onde passava o ônibus) pra pegar o ônibus, não vinha aqui, ali naquela creche, da creche para cima na Eulália Pires lá em cima, levava um calçado, tinha muito mato tinha muita gente que deixava guardadinho ali no mato, tanta gente que ia de bicicleta ia por dentro do mato.³⁸⁵

Apesar das dificuldades com os dias de chuva a Sr.^a Luiza Silva diz que gostava de trabalhar no ônibus circular, e conta que recebia muita caixinha dos passageiros.

A gente ganhava caixinha; tinha muita caixinha. Eu mesmo comia os meus lanchinhos só com o dinheiro que eu ganhava de caixinha,. Hoje quem é que dava um centavo de caixinha. É por isso que eu falo foi um tempo muito bom. A gente que tratava bem as pessoas, aquelas cobradeiras boa eles davam. Tinha época que eles davam uns valinhos de papel, tinha gente que não andava direto de circular andava uma vez, duas vezes, daí pegava aquele papel colocava no bolso, jogava fora, molhava, então ao invés de molhar e jogar fora, dava pra mim, quando era à tarde sobrava bastante – pode ficar pra você esse daqui, vai molhar mesmo³⁸⁶.

³⁸³ Luiza de Souza e Silva. Entrevista realizada no dia 22/10/2015.

³⁸⁴ Luiza de Souza e Silva. Entrevista realizada no dia 22/10/2015.

³⁸⁵ Maria Isabel de Souza. Entrevista realizada em 06/03/2016.

³⁸⁶ Luiza de Souza e Silva. Entrevista realizada no dia 22/10/2015.

Esse vale, referido pela Sr.^a Luiza Silva, era um tíquete dado de troco em lugar das moedas. As pessoas utilizariam o vale ao usar o transporte coletivo novamente; às vezes ela ganhava esse vale como gorjeta – ela conta que era porque tratava sempre muito bem os passageiros.

Foto 58: Ônibus do transporte coletivo do início dos anos 80



Fonte: arquivo pessoal de Luiza de Souza e Silva

A estrutura do transporte coletivo, disposto no Plano de Complementação Urbana, visava a integração das áreas do perímetro urbano de Dourados e de seus distritos aos demais municípios e estados.

O transporte coletivo em Dourados seria organizado segundo três níveis de atendimento: as linhas urbanas, servindo as áreas de maior densidade (atuais e futuras), dentro do perímetro urbano, teriam itinerários preferenciais ao longo das vias estruturais; as linhas municipais, servindo os distritos, teriam seus itinerários pavimentados e horários de atendimento regularizado; as linhas intermunicipais (e interestaduais) teriam uma estação rodoviária como apoio operacional. A área prevista para o terminal rodoviário – que se integra às linhas urbanas – é de 41.000 m².³⁸⁷

Assim, o projeto urbanístico propunha que um morador de Vila Vargas, por exemplo, que desejasse fazer uma compra na sede do município, o centro urbano de Dourados, utilizaria uma linha municipal até o terminal de integração e, a partir desse, chegaria ao local desejado, no centro, através das linhas urbanas. Da mesma forma, outro morador, de qualquer

³⁸⁷ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 28

outro distrito, teria acesso a outros municípios, ou estados, através das linhas intermunicipais ou interestaduais disponíveis no terminal rodoviário integrado. Destaco, sobretudo, que, conforme a Tabela 13, o município de Dourados possuía, em 1970, 47.587 habitantes na área rural e 31.599 na área urbana, sendo que moravam na sede 25.977 habitantes no urbano e 5.551 habitantes no rural.

Ainda que não seja abordado neste trabalho, consta no Plano de Complementação Urbana, um projeto urbanístico para os distritos do Município de Dourados, que foram denominados rurbanos. Para o atendimento da população apresentada na Tabela 13, o projeto previa a integração desses distritos à sede do município através dos ônibus municipais.

Tabela 13: População residente no município de Dourados em 1970

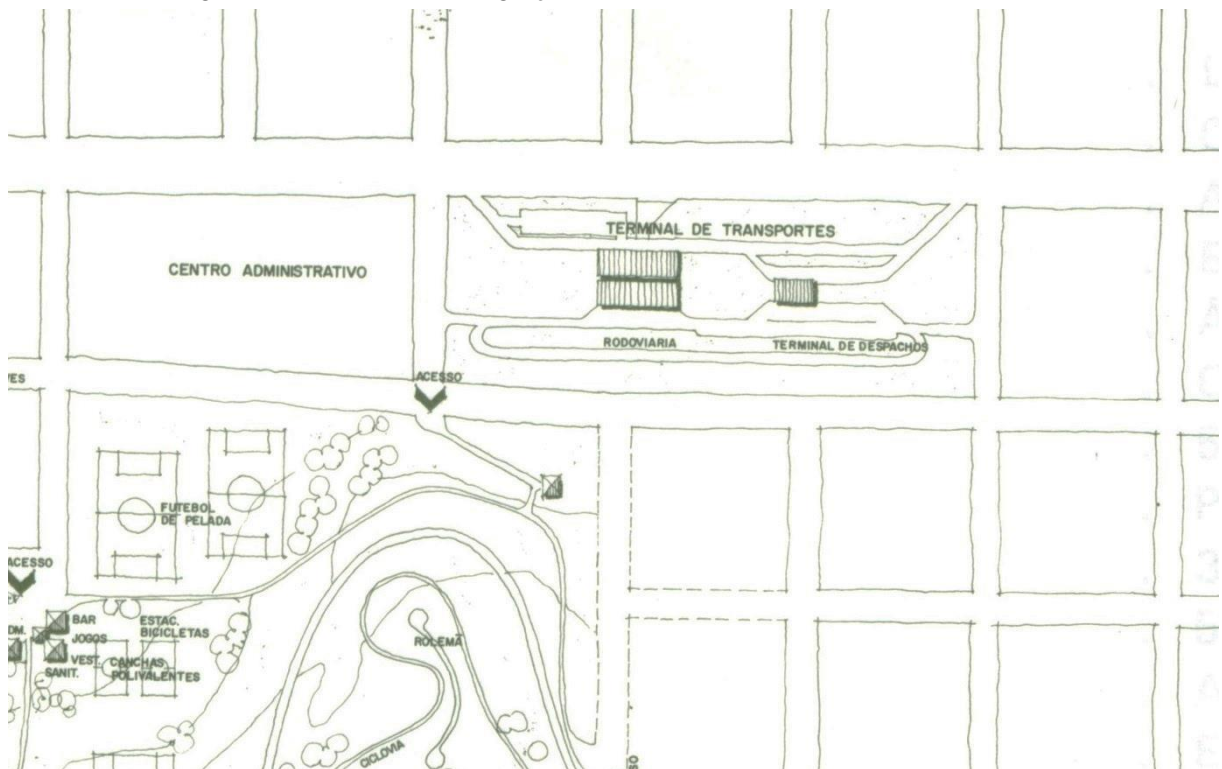
Sede/Distrito	População		
	Urbana	Rural	Total
Dourados	25.977	5.551	31.528
Angélica (*)	1.036	10.941	11.977
Bocajá	200	3.478	3.678
Douradina	1.242	3.765	5.007
Guaçu	91	5.925	6.016
Itaum	161	1.117	1.278
Panambi	481	2.435	2.916
Picadinha	179	1.063	1.242
São Pedro	507	2.324	2.831
Serraria	882	7.483	8.365
Vila Vargas	843	3.509	4.352
TOTAL	31.599	47.591	79.190
%	40	60	100
Fonte: FIBGE - VII Recenseamento Geral - 1970 / Série Regional			
(*) Posteriormente desmembrado do Município de Dourados			

Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados*: estrutura urbana, p. 10.

Considero ainda que, a Reserva Indígena de Dourados, no contexto da interligação com a cidade, passa pelas mesmas dificuldades que os distritos do município, em especial quando comparado àqueles sem pavimentação asfáltica. Assim, embora a MS 156, que liga Dourados a Itaporã atravessando a Reserva, o transporte coletivo não adentra essa área; os indígenas deslocam-se até a rodovia para pegar o ônibus, o que torna o deslocamento ainda mais difícil em dias de chuva.

O projeto de integração proposto no Plano de Complementação Urbana é apresentado graficamente na Figura 58. Previam-se, assim, um terminal de transporte, integrado em três níveis: o primeiro e segundo níveis integrariam o terminal urbano dotado de linhas urbanas e linhas municipais, de ligação aos distritos e; o terceiro nível, através da rodoviária completaria a estrutura de transporte coletivo interligando-se às linhas intermunicipais e interestaduais. Também comporia o sistema de transportes um terminal de despachos, conforme Figura 58.

Figura 58: Terminal de integração das linhas urbanas e terminal rodoviário



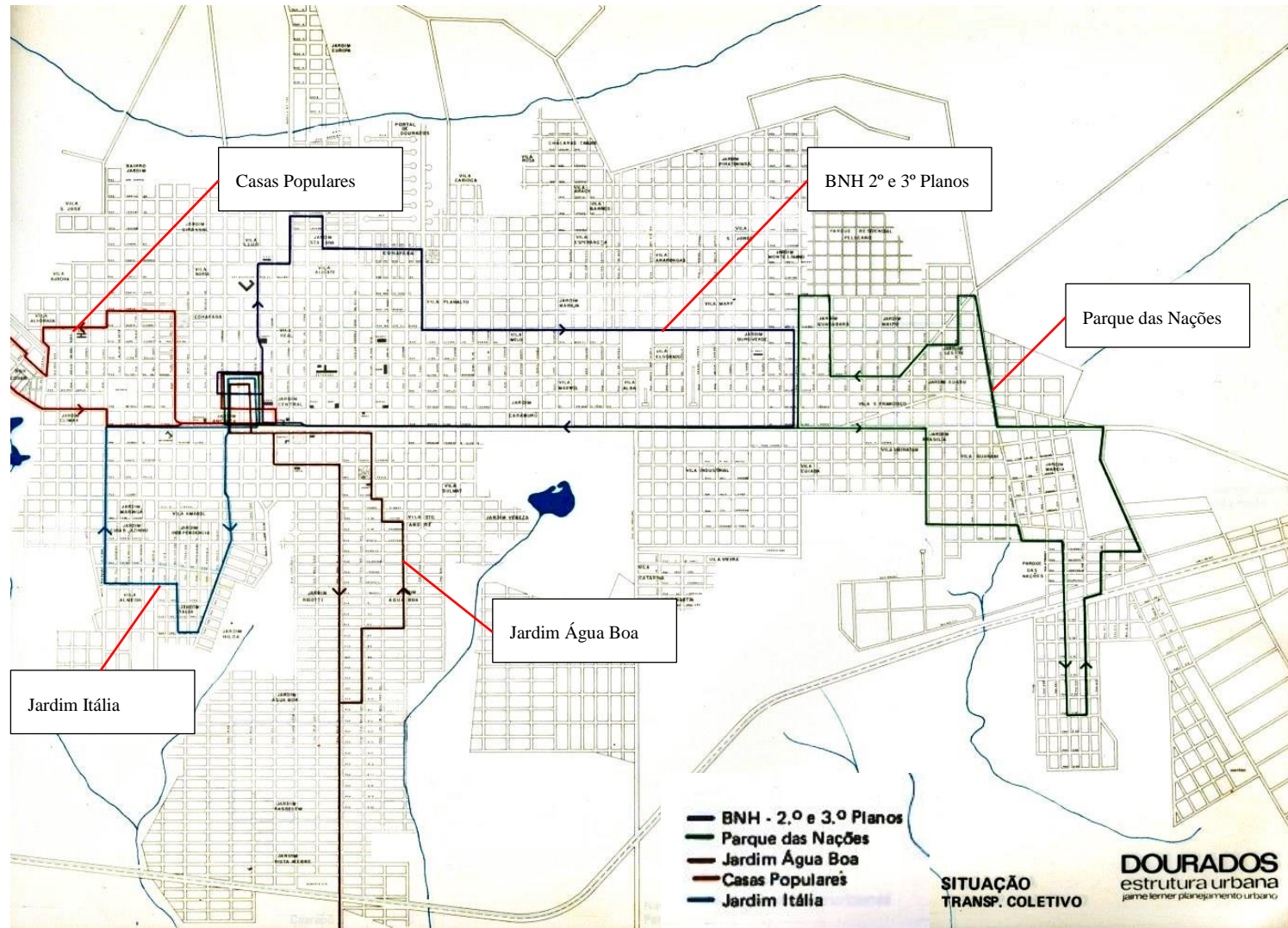
Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 31

O Plano propunha, sobretudo, a racionalização dos itinerários das linhas urbanas no estágio daquele momento da cidade. “No estágio atual, propõe-se apenas uma racionalização de itinerários das linhas urbanas e a melhoria do grau de atendimento das linhas municipais.”³⁸⁸

Conforme o levantamento realizado pela equipe do Plano, em 1979 existiam cinco linhas de ônibus: BNH 2º e 3º Planos, Parque das Nações, Jardim Água Boa, Casas Populares e Jardim Itália, conforme Figura 59.

³⁸⁸ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*. Curitiba, 1978, p. 28

Figura 59: Transporte coletivo em Dourados em 1978



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 28

Destaco que, conforme Figura 59, das cinco linhas de transporte coletivo urbano existente em Dourados em 1978, quatro ligavam individualmente os bairros a um ponto comum, o Mercado Municipal, que se localizava na quadra delimitada pelas ruas Albino Torra e Quitino Bocaiuva (leste oeste), e Oliveira Marques e Major Capilé (norte sul). Dessa forma, um morador do BNH 3º Plano, para deslocar-se até o Jardim Água Boa, teria que trocar de ônibus no Mercado Municipal, pagando outra passagem. O morador do Parque das Nações, por sua vez, para acessar o Jardim Água Boa, deveria pegar o ônibus em seu bairro, trocar para a linha do BNH 2º e 3º Planos, para depois pegar o coletivo que acessaria seu destino final, gastando três passagens para este percurso. O Mercado Municipal citado é apresentado na Foto 59.

Foto 59: Vista aérea do Mercado Municipal no final dos anos 70



Fonte: Arquivo pessoal de Manoel Frost Capilé

O estudante Emanuel Oliveira Santos, residente no Parque das Nações II, em outubro de 1979, teve uma entrevista publicada pelo jornal *O Progresso*, ocasião em que criticou o horário de funcionamento do transporte coletivo e a mudança do itinerário dos ônibus nos dias de chuva.

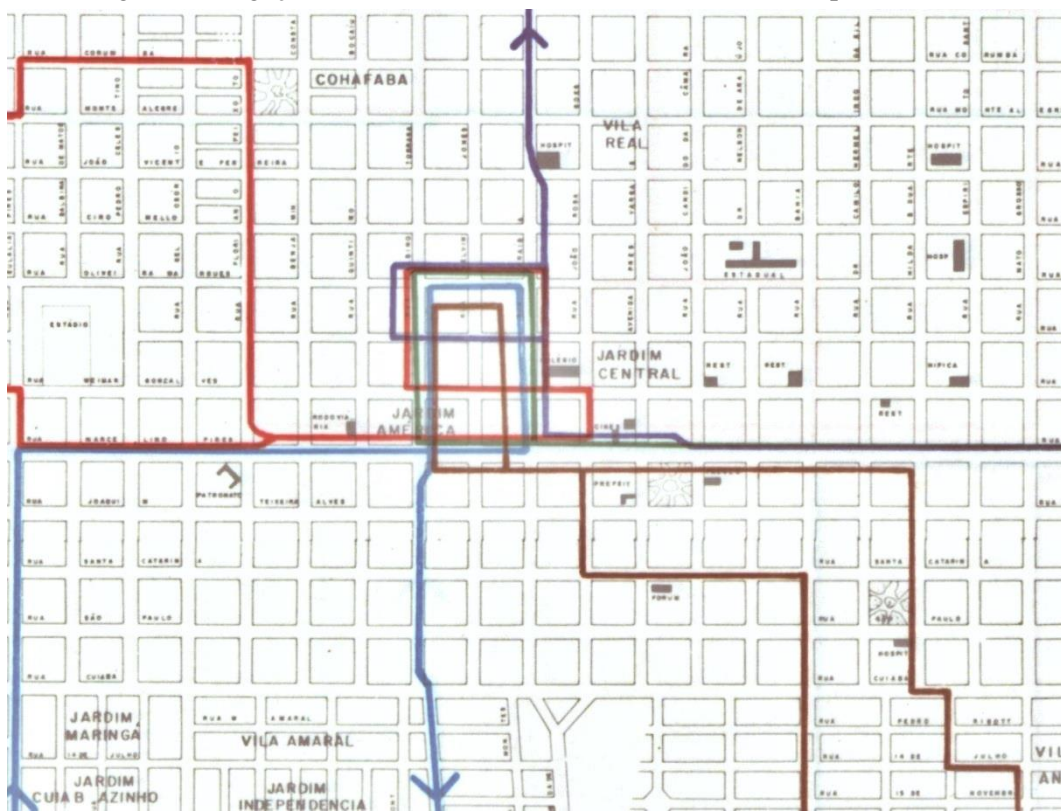
Não há um horário certo, e, eu acho que, os serviços devem encerrar-se somente após as 24 horas, ao contrário de como está sendo feito: no máximo e eles funcionam até às 11 horas. Se o cara é estudante, mora longe, e sai atrasado da Escola está [...]. Quando chove, o ônibus não faz a volta

completa no Parque das Nações, só vai até determinada altura, e nós temos que continuar a pé.³⁸⁹

Eu me lembro de quando o ônibus parava no Mercado Municipal – era o começo e o ponto final das linhas. Havia, no Mercado Municipal, um grande barracão com barracas de verduras e frutas; os passageiros aguardavam sob uma cobertura, que os protegia da chuva e do sol, até a chegada do ônibus.

A partir da Figura 60, observo que, o ponto de interligação entre as quatro linhas urbanas, o Mercado Municipal, localizava-se a cinco quadras da Praça Antônio João. Em 1979, esse ponto foi deslocado do Mercado Municipal para a Praça Antônio João.

Figura 60: Ligação entre as linhas urbanas no Mercado Municipal em 1979.



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: estrutura urbana*, p. 28

O jornal *O Progresso*, no dia 31 de outubro de 1979, noticiou a mudança do local do ponto principal de ônibus. Na matéria, a moradora criticava a estrutura de espera dos passageiros na Praça Antônio João, a falta de abrigo e banheiros em condições de uso, Foto 60.

³⁸⁹ Jornal *O Progresso*, 31 de outubro de 1979.

Elena Brito, residente na Vila Popular, que usa a “circular” há 35 anos, acha que: “o ponto central da circular deve voltar para o Mercado”. Aqui na Praça, no dia que chove não temos como “pegar” o ônibus, graças à falta de abrigo. Os banheiros não têm condições de uso.³⁹⁰

Foto 60: Pessoas esperando transporte coletivo na Praça Antônio João em 1979



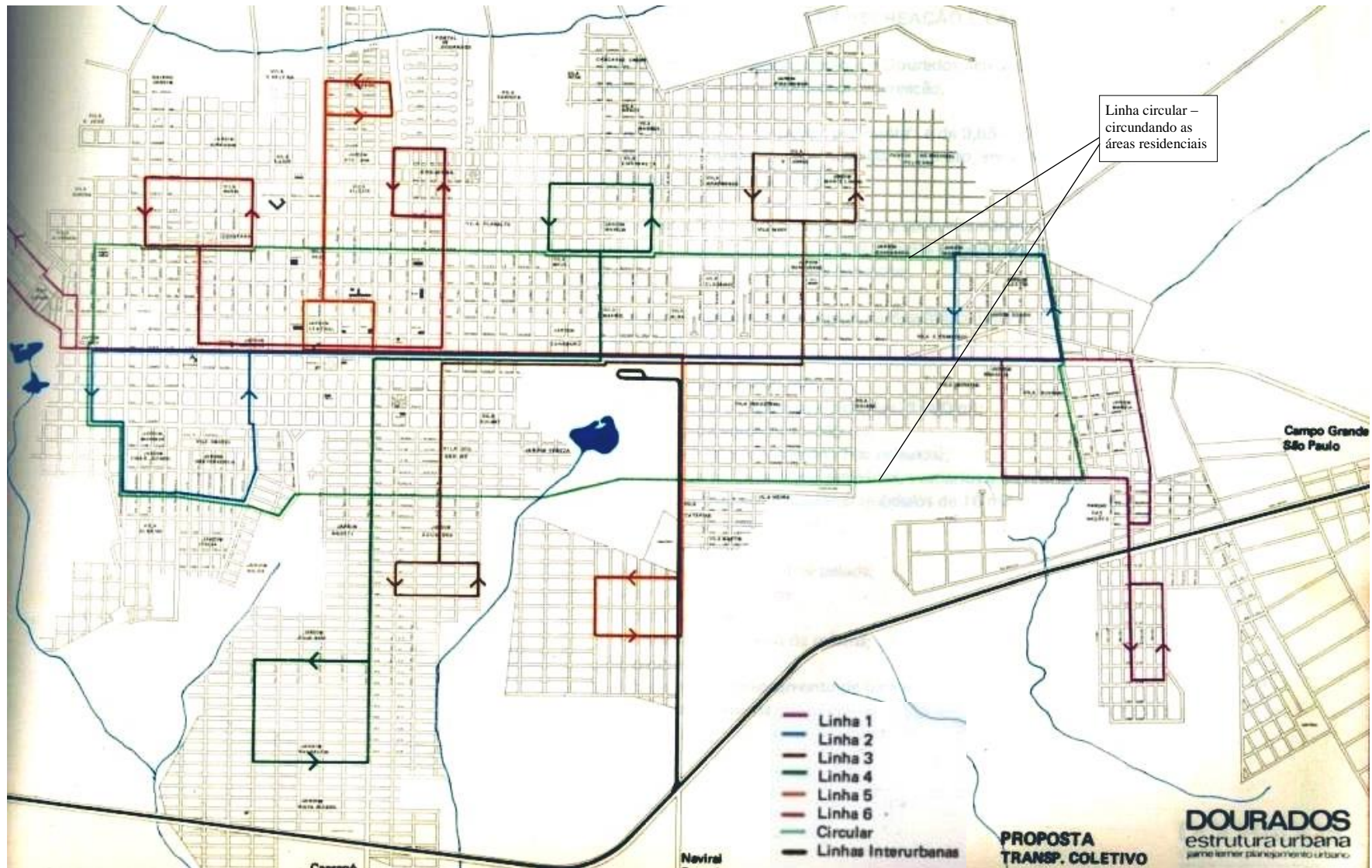
Fonte: Jornal *O Progresso*, 31/10/1979.

A racionalização de itinerários das linhas, proposta no Plano de Complementação Urbana, ampliava para sete as linhas urbanas e alterava os seus itinerários. A nova estrutura do transporte coletivo constituía-se de seis linhas, cada uma interligando dois bairros com seu trajeto passando pelo eixo de serviços da Avenida Marcelino Pires. Duas linhas interligavam os bairros mais distantes: Parque das Nações II a Casas Populares, e Jardim Leste a Vila Maringá. O projeto proposto, por fim, criava a linha urbana (circular), que passaria pelas residências sem, no entanto, passar pelo eixo de serviço da Av. Marcelino Pires, Figura 61.

Destaco que, na nova estrutura de transporte coletivo urbano projetado apresentado na Figura 61, o fluxo de passageiros concentrava-se na ligação do bairro para o eixo de serviço da Avenida Marcelino Pires; os itinerários priorizavam as regiões mais adensadas nos bairros; os itinerários atendidos, em sua maioria, limitavam o deslocamento a pé em 300 m; o acesso ao eixo de serviço se daria utilizando-se somente uma passagem e, a qualquer ponto, através de duas linhas; a criação da linha circular demandaria a abertura de novas ruas na malha urbana; a maior concentração de linhas encontrava-se na Avenida Marcelino Pires e, por último, as linhas interurbanas acessavam a rodoviária através do anel viário.

³⁹⁰ Jornal *O Progresso*, 31 de outubro de 1979.

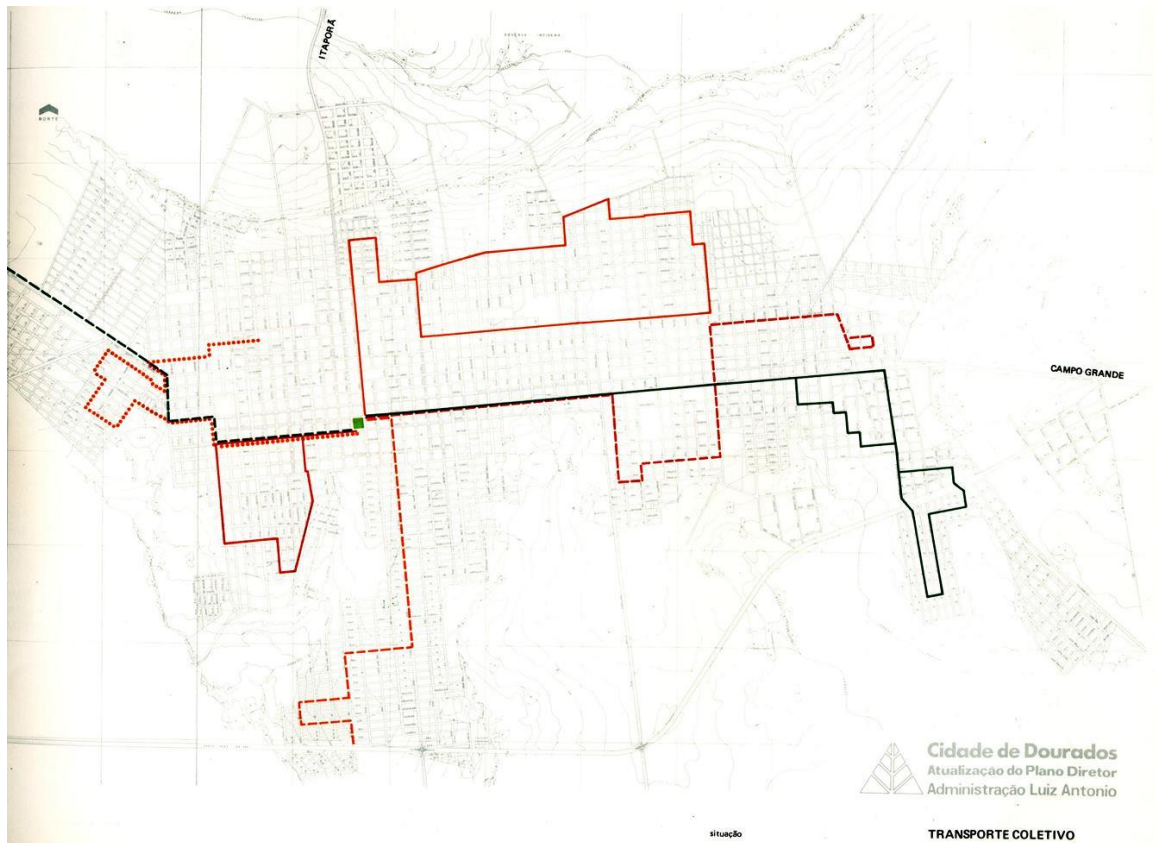
Figura 61: Linha e itinerários do transporte coletivo urbano do Plano de Complementação Urbana



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: estrutura urbana*, p. 29

Quando na Atualização do Plano Diretor em 1984, as linhas e itinerários do transporte coletivo encontrado pela equipe do projeto são apresentados na Figura 62.

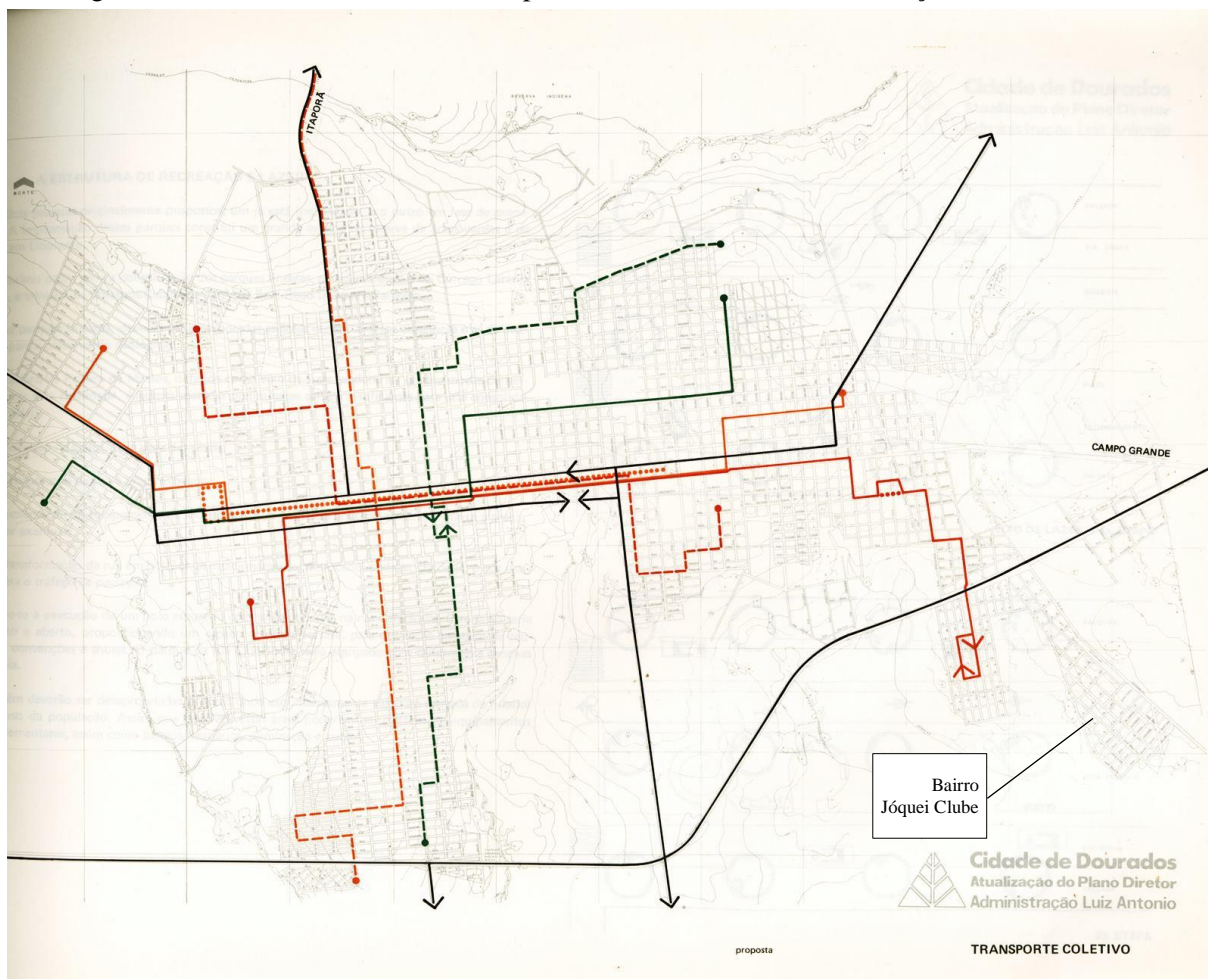
Figura 62: Transporte coletivo em Dourados em 1984



Fonte: CIDADE de Dourados: *atualização do Plano Diretor*: Administração Luiz Antônio, [s.n]

A proposta apresentada na Atualização do Plano Diretor pouco muda da estrutura disposta no Plano de Complementação Urbana. Observo, sobretudo, a retirada da linha urbana circular, e ampliação das rotas para o atendimento dos novos bairros como o Parque Alvorada, o Campo Dourado, bem como a interligação a loteamentos não alcançados pelo transporte coletivo como, por exemplo, o Jardim Itália. Destaco, ainda, que o bairro Jóquei Clube permanecia sem transporte coletivo, Figura 63.

Figura 63: Linhas e itinerários do transporte coletivo urbano da Atualização do Plano Diretor



Fonte: CIDADE de Dourados: *atualização do Plano Diretor*: Administração Luiz Antônio, [s.n]

A Sr.^a Luiza de Souza, que trabalhou como cobradora na empresa de transporte coletivo nos anos 70, saiu e depois retornou nos anos 90, lembra-se das novas linhas e itinerários acrescentados.

A do jardim Itália descia pela Independência e subia pela Tietê. Aquele tempo não tinha a linha do Hayde Piratininga, Cachoeirinha. Antes a gente não ia no Cachoeirinha, e depois, quando eu voltei para segunda vez, tinha o Cachoeirinha, ela vai pela Eulália Pires e sobe pela General Osório, e tem outra que desce perto da Seller, passa no Jardim Itália e também passa no Cachoeirinha. Ela fazia só o Parque I e o Parque II. Não tinha o Jóquei Clube e daí, na segunda vez ela ia até no Jóquei Clube. As linhas que eram mais longas demoravam mais para passar, porque era só dois um indo e o outro vindo; um ia e o outro vinha era dois ônibus na linha, sempre dois. Carro e moto era pouco, era mais ônibus. Quem morava longe do ponto naquela chuva tinha que descer. Eu falava “oh, meu Deus, que sofrimento!”³⁹¹

³⁹¹ Luiza de Souza silva. Entrevista realizada em 22/10/2016.

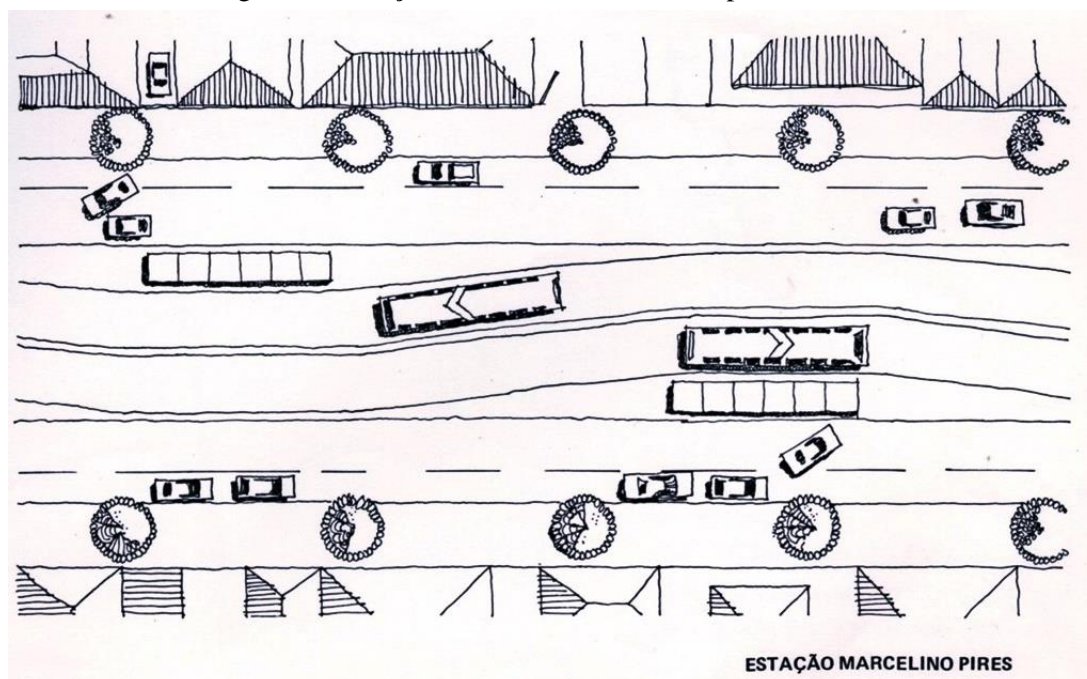
Os cobradores não tinham uma linha fixa, a cada dois dias eram trocados de itinerário, assim, conheciam toda a cidade.

Muita gente que não tinha condução para ir, vinha de ônibus, dependia do ônibus, até hoje eu encontro uma velhinha que pegava o ônibus todo dia. Uma linha que eu gostava era o pessoal do Parque das Nações, eu gostava do Jardim Itália, eu gostava. Uma linha que eu não gostava era do Parque Alvorada era um pessoal metido, ninguém gostava, eu mesmo não gostava do Parque Alvorada; agora do Parque das Nações eu gostava, era uma gente muito boa. Todo mundo ia de ônibus ou bicicleta, mas era muito ônibus, tinha uma circular que chamava deizinho, era a de número dez, era boa de trabalhar aquela lá.³⁹²

A Sr.^a Luiza de Souza Silva ainda se recorda das pessoas, das rotas e dos bairros que conheceu quando trabalhava na empresa de transporte coletivo urbano. Ela até se lembra dos passageiros “exibidos”; e relata que se identificava com os moradores “simpáticos” que, segundo ela, moravam em bairros mais populares, como o Parque das Nações e Jardim Itália.

Um diferencial observado na Atualização do Plano Diretor para a melhoria no transporte coletivo urbano é a instalação de calhas exclusivas para ônibus, que fariam uso do canteiro central da Avenida Marcelino Pires, conforme apresento na Figura 64. Na Figura 65 apresento uma ilustração de uma cidade com corredor de ônibus no canteiro centra.

Figura 64: Estação Marcelino Pires de transporte coletivo.



Fonte: CIDADE de Dourados: *atualização do Plano Diretor*. Administração Luís Antônio, p. 17

³⁹² Luiza de Souza Silva. Entrevista realizada em 22/10/2016.

Figura 65: Ilustração do corredor de ônibus proposto para Avenida Marcelino Pires



Fonte: Sistema Viário Urbano. Disponível em http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/420_06-sistema_viario_urbano.pdf Acesso em: junho de 2016

No eixo de estrutural, também se instalariam um serviço rápido e exclusivo de transporte coletivo composto por duas calhas para ônibus no canteiro central, e estações abrigadas na Avenida Marcelino Pires para embarque e desembarque de passageiros. Essa via ainda comportaria duas pistas de rolagem para automóveis e duas de estacionamento.

Os pontos de ônibus distribuídos em todo o seu itinerário eram uma madeira pintada de azul com a inscrição “ônibus” em branco; não existia abrigo nas paradas. O Plano de Complementação Urbana previa os abrigos nos pontos de ônibus, e a Atualização do Plano Diretor detalhava esses abrigos: “os pontos de parada na cidade receberiam abrigos adequados, o mesmo acontecendo com os principais pontos de parada das linhas que servem os distritos.”³⁹³

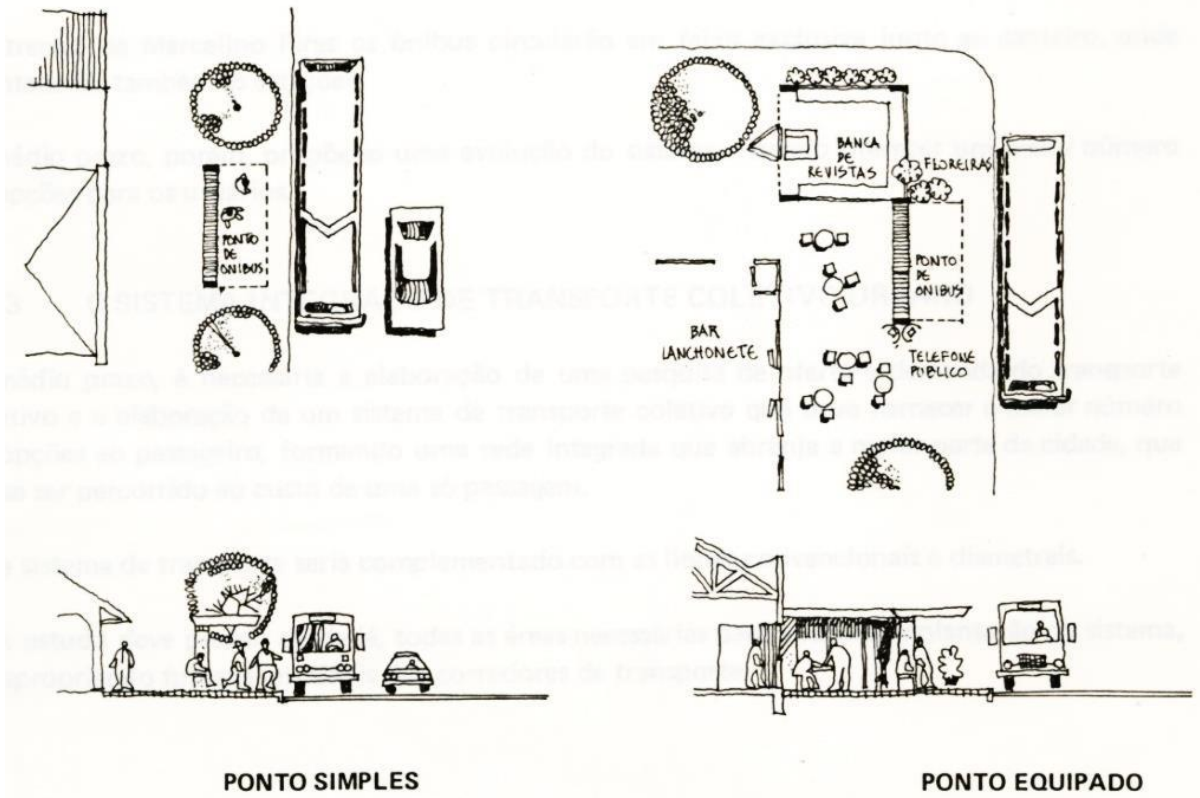
O ponto simples constituía-se uma cobertura com um banco, Figura 66 e Foto 61, enquanto que o ponto equipado integrava-se a uma lanchonete, banca de revista, mesas e cadeiras, floreiras, telefone público, além da cobertura. Enquanto essas estruturas não eram construídas, o Secretário Municipal de obras, Sr. Valdemir Barbosa, justificava que dependiam da liberação dos recursos do CURA.

Por sua vez, o secretário municipal de Viação e Obras, Valdemir Barbosa Vasconcelos, assinalou ontem que os abrigos em todos os pontos de circular estão previstos dentro do Plano de Complementação Urbana do Município – o Projeto Lerner – dependendo somente da definição dos recursos oriundos do Projeto de Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada (CURA).³⁹⁴

³⁹³ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*. Curitiba, 1978, p. 28

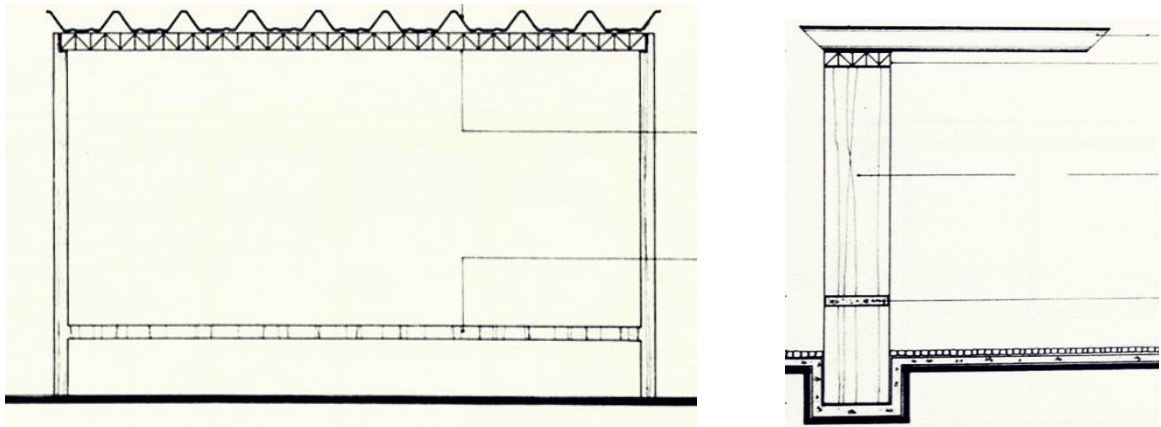
³⁹⁴ Jornal *O Progresso* 31 de outubro de 1979.

Figura 66: Ponto de ônibus simples e equipado na Atualização do Plano Diretor



Fonte: CIDADE de Dourados: *atualização do Plano Diretor*. Administração Luiz Antônio, p. 17.

Figura 67: Projeto do abrigo de parada de ônibus



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 28

Foto 61: Abrigo na parada de ônibus na área central de Dourados em 1986



Fonte: Coleção Luiz Antônio Alvares Gonçalves. CDR/FCH/UFGD.

Lembro-me, ainda que, pelos bairros que eu passava, utilizando o transporte coletivo urbano nos anos 80, as linhas e itinerários propostos na Atualização do Plano Diretor não se concretizaram. Quanto aos abrigos, somente os simples foram implantados, e estes, por sua vez, podiam ser observados na região central da cidade.

A falta de asfalto ainda impedia o tráfego do transporte coletivo urbano pelos bairros, o que dificultava o deslocamento dos moradores dessas regiões. O Sr. José Barbosa da Silva lembra-se como esse problema foi resolvido: "...daí, naquele tempo que o Braz foi prefeito, no primeiro ano, ele fez muita coisa, asfaltou a rua da circular."³⁹⁵

O Sr. Roberto Wagner Barros Bezerra Lopes, secretário de obras do Sr. Braz Melo, descreve a pavimentação asfáltica das ruas dos ônibus e a implantação dos abrigos como um avanço, como uma significativa melhoria à cidade na segunda metade dos anos 80: "Olha naquela época, eu falo, pavimentar as linhas de ônibus, o ônibus não trafegava, você atolava era um rolo danado, não tinha ponto de ônibus, você entendeu, são coisas assim, a cidade vivia uma situação muito difícil."³⁹⁶

O asfalto nas linhas de ônibus, além de resolver o atolamento dos veículos nos dias de chuva, também contribuía para reduzir a sujeira da cidade, como explica o ex-prefeito Antônio Braz Genelhu de Melo.

[...] eu tinha alguns desafios. Primeiro, Dourados era tida como a cidade mais suja do Brasil [...]. No asfalto o que é que nós fizemos? Eu sabia que não tinha dinheiro para asfaltar toda a cidade, nós conseguimos recurso pela

³⁹⁵ José Barbosa da Silva. Entrevista realizada no dia 09/05/2002.

³⁹⁶ Roberto Wagner Barros Bezerra Lopes. Entrevista realizada no dia 20/11/2015.

Caixa Econômica para asfaltar a região do Ouro Verde, asfaltamos, porque era uma maneira de limpar a cidade, porque a sujeira toda vinha para Marcelino Pires pelo Ouro Verde, e o resto nós fizemos as linhas de ônibus, onde nós tivemos condições de atender até o Jôquei Clube e o Flórida. Todos os bairros da periferia foram atendidos com asfalto; com isso nós tivemos condições de limpar a cidade porque quem trazia o barro era os ônibus, as pessoas, e as linhas de ônibus era o lugar onde as pessoas passavam mais, e traziam o barro para cidade, então nós fizemos as linhas de ônibus, atendendo todas as linhas de ônibus de Dourados.³⁹⁷

O jornal *O Progresso*, dos dias 10 e 11 de junho de 1989, noticiou a reivindicação de recursos para a obra proposta junto ao secretário de Transportes Urbanos do Ministério dos Transportes, Walter Luna, em visita a Dourados.

Durante a visita, nesta semana, do secretário de Transportes Urbanos do Ministério dos Transportes, Walter Luna, a Dourados, o prefeito Braz Melo reivindicou a viabilização de recursos para a pavimentação das linhas de transporte coletivo. Ele acredita que com o asfaltamento desses percursos, o sistema melhoraria significativamente, pois ofereceria maior conforto e segurança aos usuários.

Nos anos 90 foi construído o Terminal de Transbordo junto a Praça Mário Correia, integrando as linhas de transporte coletivo e, permitindo, assim, o deslocamento para qualquer ponto da cidade pagando apenas uma passagem, Foto 62.

Foto 62: Terminal de Transbordo



Fonte: <http://www.fatonews.com.br/2015/08/06/dois-novos-terminais-de-transbordo-serao-construidos-em-dourados/>, Acesso em: 6 de agosto de 2015.

³⁹⁷ Antônio Braz Genelhu de Melo. Entrevista realizada dia 23/11/2015.

5.2. As ruas e o Automóvel: hegemônico e questionável

O Sr. José Alves atribui ao Sr. José Elias Moreira a abertura de novas ruas de acesso aos bairros e a saída da cidade, lembrando o que ele considera algumas benfeitorias,

Quando foi o Zé Elias o prefeito que tinha aqui, o Dr. José Elias Moreira entrou, daí abriu mais avenidas, abriu a Joaquim Teixeira Alves, já ficou três ruas de acesso pra Cabeceira Alegre que é onde tem hoje o Supermercado Panelão, Atacadão e INPS (*Instituto Nacional de Previdência Social* – atual Sistema Único de Saúde, SUS) e outras coisas, mais muitas firmas grandes ali. Naquele tempo era só pela Marcelino... e hoje tem muitas avenidas que dão acesso ao centro de Dourados.³⁹⁸

O Srs. Cosme da Silva Rodrigues e Damião da Silva Rodrigues, que nasceram em Dourados, lembram-se da abertura de diversas ruas e bairros na cidade, como relataram na entrevista.

Damião – essa Cuiabá aqui mesmo, daqui pra lá não existia, ali nós que abriu. Cosme – nós que abriu, vinha só até aquele barzinho que tinha lá em cima, só vinha até ali, dessa estrada para lá não existia, daí nós foi ali comprou um fusquinha, e daí tava embarreado essa estrada que nós tinha te falado, que ia lá para sair naquela outra. Daí ele falou, vou ataiar esse brejo aqui, daí ele meteu o fusquinha ali e daí começou a virar estrada, fica o trio da roda do carro. Damião – na época era tudo brejo começou a meter o carro e daí foi virando estrada, tinha um velho ali embaixo que tinha uma charrete, ele começou a passar e foi abrindo também.³⁹⁹

Os Srs. Cosme e Damião contam que foram deixando batido o chão da saída de sua residência onde, posteriormente, foi construído o acesso pela Rua Cuiabá. O Sr. Valter Figueiredo dos Santos também relata sobre a ligação existente entre o Jardim Itália e o Jardim Água Boa.

Eu lembro ali, aquela ruinha ali, onde é a Monte Castelo ali, o antigo carreiro, antigamente ali para passar ali naquela ruinha era bem estreitinho você passava assim cai não cai. Ali a gente andava muito na Rua Tietê, na Cuiabá.⁴⁰⁰

Também sobre a inexistência de ruas, a Sr.^a Cláudia Carvalho Santos relata: “quando a gente vinha do Água Boa para cá (Vila Cachoeirinha), não tinha rua, a gente passava por uma ponte, não tinha rua, quando estava chovendo a gente passava por dentro da água, se molhava

³⁹⁸ José Alves dos Santos. Entrevista realizada no dia 07/08/2002.

³⁹⁹ Cosme da Silva Rodrigues e Damião da Silva Rodrigues. Entrevista realizada em 23/06/2016.

⁴⁰⁰ Valter Figueiredo dos Santos. Entrevista realizada em 23/06/2016.

tudo, passava por cima das pedras”.⁴⁰¹ O acesso mais perto entre a Vila Cachoeirinha para o Jardim Água Boa era um trilheiro no meio da plantação de soja e do mato; passavam por uma ponte de madeira improvisada ou pelas pedras que tinha no rio.

Em trabalho realizado sobre as ruas de Dourados, Elaine Musculini destaca grandes mudanças no uso das ruas a partir da década de 1970: "a cidade passa a sofrer transformações que vão modificar significativamente as ruas do centro urbano, bem como seus usos. É no decorrer dos anos 1970 que o centro urbano de Dourados passa a ser definido como o lócus do comércio, dos serviços – não exclusivamente – porém intensificando-se gradativamente."⁴⁰²

A análise realizada pela equipe técnica de desenvolvimento do Plano de Complementação Urbana observou a falta de hierarquização do sistema viário e o superdimensionamento das vias.

A falta de hierarquização do sistema viário existente levou a abertura de vias superdimensionadas para a escala da cidade. Assim, ruas com 20 e 30 metros de caixa são comuns, exigindo volume considerável de recursos para a sua pavimentação.⁴⁰³

A Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, em seu Art. 60 e 61, apresenta a classificação e a velocidade máxima permitida para as vias urbanas.

Art. 60. As vias abertas à circulação, de acordo com sua utilização, classificam-se em: I - vias urbanas: a) via de trânsito rápido; b) via arterial; c) via coletora; d) via local; [...] Art. 61. A velocidade máxima permitida para a via será indicada por meio de sinalização, obedecidas suas características técnicas e as condições de trânsito. § 1º Onde não existir sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de: I - nas vias urbanas: a) oitenta quilômetros por hora, nas vias de trânsito rápido; b) sessenta quilômetros por hora, nas vias arteriais; c) quarenta quilômetros por hora, nas vias coletoras; d) trinta quilômetros por hora, nas vias locais;⁴⁰⁴

Monica Fiuza Gondim explica o sistema viário, constituído de “vias de diferentes características físicas e operacionais que são classificadas de acordo com a importância dada a cada usuário: pedestre, bicicleta, automóvel, caminhões de cargas ou transporte público de passageiros.”⁴⁰⁵

⁴⁰¹ Cláudia Carvalho Santos. Entrevista realizada em 26/08/2015.

⁴⁰² MUSCULINI, Elaine Cristina. *A rua como lugar dos viveres e fazeres: transformações e persistências na área central de Dourados-MS*, p. 110.

⁴⁰³ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*. Curitiba, 1978, p. 18.

⁴⁰⁴ Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

⁴⁰⁵ GONDIM, Monica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*, 2010, p.30-31.

Vias expressas: [...] sem controle semafórico. Normalmente, apresentam duplo sentido de tráfego, com pistas separadas por canteiro central. Para evitar acidentes, retornos e travessias de pedestres são feitos em desnível, assim como o acesso aos lotes lindeiros ocorre por faixas laterais paralelas.

Vias arteriais: Têm como função principal atender às necessidades de um tráfego mais pesado, composto por automóveis, ônibus e caminhões. [...] Por ser uma via de passagem tende a atrair um grande número de estabelecimentos de comércio e serviços que colaboram para intensificar o fluxo de ônibus e automóveis, como também de pedestres e bicicletas.

Vias coletoras: São vias principais de ligação entre duas vias arteriais e de penetração nos bairros. Servem ao tráfego de passagem e local, sendo utilizadas para o itinerário de ônibus.

Vias locais: São vias de tráfego de caráter essencialmente local, com espaços destinados à circulação de pedestres separados dos veículos automotores. Conforme a cidade, as vias locais são bastante solicitadas por pedestres que fazem dela um espaço de lazer coletivo, principalmente onde as edificações residenciais foram projetadas com áreas destinadas à recreação e sem muros.⁴⁰⁶

O sistema viário de Dourados foi planejado com oito diferentes vias, com distintos desenhos, conforme sua finalidade no conceito de mobilidade urbana. As vias foram hierarquizadas como: rodovias, vias estruturais, de serviços, coletoras, locais, residenciais, de eixo de lazer e vias de pedestre.

Na estrutura viária apresentada no Plano de Complementação Urbana não há proposição de vias expressas e as vias arteriais estão caracterizadas como vias estruturais e de serviço. Assim, a hierarquização citada consiste na caracterização física, principalmente pela definição na largura da faixa de rolamento, considerando-se a sua finalidade: via arterial, via coletora ou via local. Na Tabela 14, apresento a faixa de domínio existente em Dourados, as faixas de rolagem e os espaços destinados ao calçamento e aos canteiros.

Monica Fiuza Gondim sugere que a diferença entre a faixa de domínio e de rolagem, identificada na Tabela 14 como canteiros e calçadas, seja analisada para a transferência deste espaço ao transporte não motorizado, o que traz otimização ao sistema viário e economia nos recursos públicos utilizados na pavimentação asfáltica.

A análise criteriosa das dimensões de cada elemento da via permite verificar se existem espaços ociosos nas pistas de rolamento que possam ser transferidos para o transporte não motorizado, possibilitando desta maneira a otimização do sistema de circulação e do emprego dos recursos públicos. A composição da via e seu dimensionamento vão ter influência sobre a fluidez, o conforto e a segurança de todos os modais⁴⁰⁷.

⁴⁰⁶ GONDIM, Monica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*, 2010, p.30-31.

⁴⁰⁷ GONDIM, Monica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*. 2010, p. 30-31.

Tabela 14: Estrutura viária proposta para Dourados

TIPOS DE VIAS	Faixa de domínio mínima (m)	Faixa de rolamento mínima (m)	Canteiros e calçadas (m)
Rodovias	A critério do órgão competente		
Vias estruturais	30	12	18
Vias de Serviço	20	12	8
Vias coletoras	20	10	10
Vias locais	20	10	10
Vias Residenciais	20	6	14
Eixo de lazer: Rua Santa Catarina (atual Onofre Pereira de Matos)	30	8	22
Eixo de Lazer: Rua Major Capilé	20	8	12
Vias de Pedestres	20	-	20

Fonte: Adaptado de JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*. Curitiba, Dezembro, 1978,

Por fim, na Figura 68, e na descrição a seguir, está apresentada a estrutura viária do projeto urbanístico proposta para Dourados.

Rodovias – BR-163 (São Paulo/Campo Grande, BR-463 (Ponta Porã), Contorno Sul, MT-748 (Caarapó), MT-743 Itaporã e MT-741 (Itahum).

Vias Estruturais – Norte: Rua Weimar Gonçalves Torres, Rua Oliveira Marques. Sul: Rua Joaquim Teixeira Alves, Rua São Paulo (ambas as vias delimitadas entre os parques).

Vias de Serviço – Constituídas pelas vias que definem os eixos de serviços: Av. Presidente Vargas, Rua Bahia e Rua Coronel Ponciano (acesso à BR-163, em direção ao Paraná).

Vias Coletoras – Destinadas à distribuição do tráfego, proveniente ou destinado a outras vias.

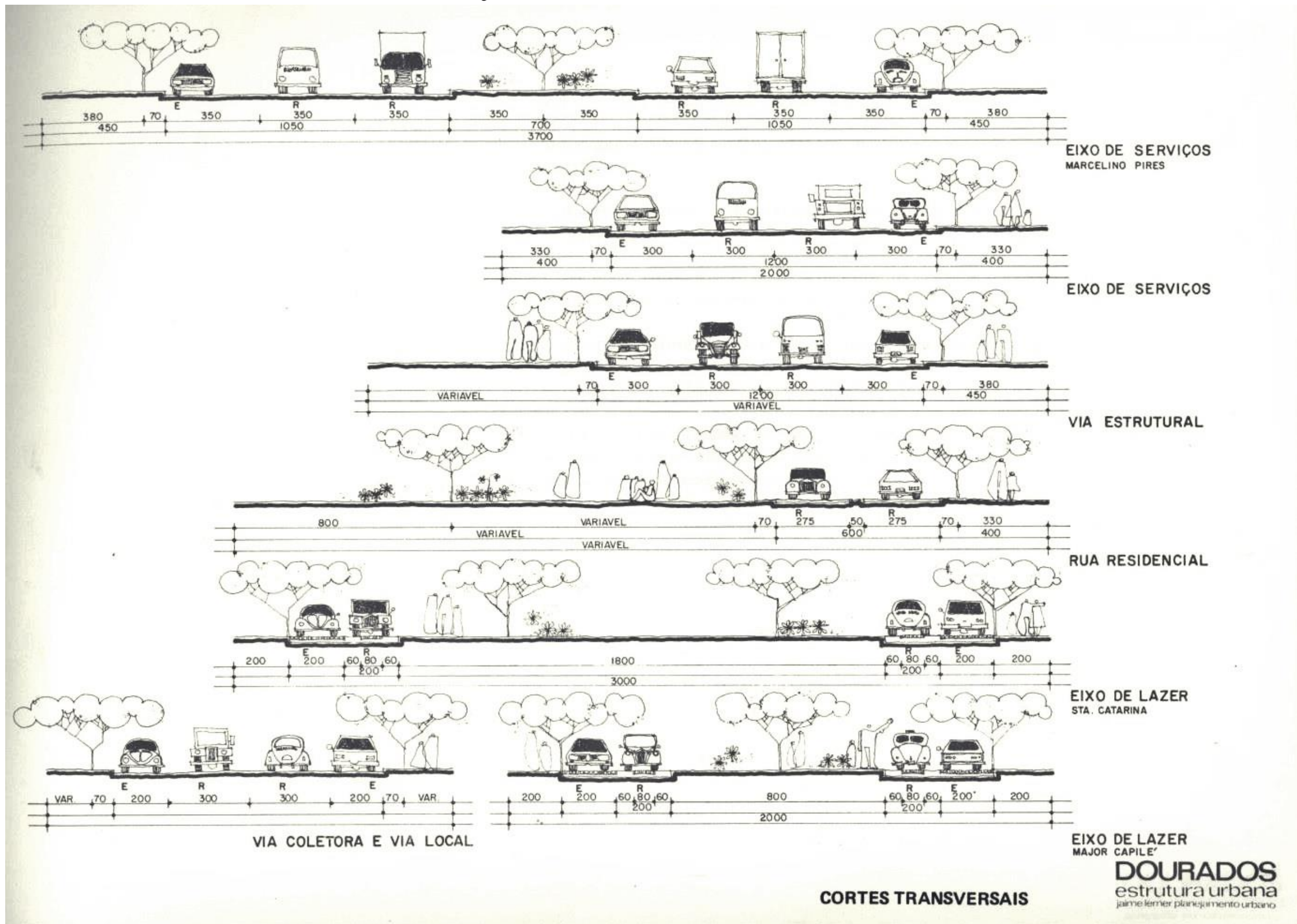
Via de Recreação – São aquelas no interior dos conjuntos de quadra, tratadas paisagisticamente e dotadas de equipamentos de lazer ao nível de vizinhança.

Vias Locais – São as ruas de acesso local.

Vias de Pedestres – São aquelas de uso preferencial dos pedestres, dotadas de equipamentos de animação.⁴⁰⁸

⁴⁰⁸ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*. Curitiba, 1978, p. 22.

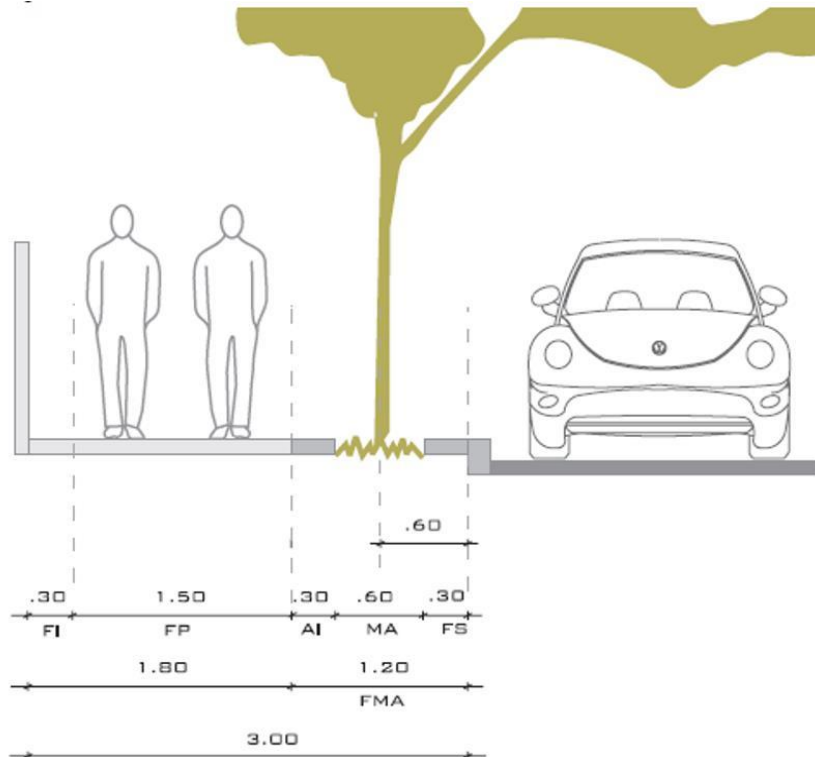
Figura 68: Cortes transversais do sistema viário de Dourados



Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 27.

No dimensionamento de um sistema viário “a largura mínima de uma calçada deve incentivar o percurso confortável dos pedestres e, para tanto, toda a calçada deveria ter um espaço suficiente para a passagem simultânea de, no mínimo, duas pessoas em sentido contrário.”⁴⁰⁹

Figura 69: Dimensionamento da largura mínima de uma calçada



Fonte: GONDIM, Monica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*. 2010, p. 41

Assim, a calçada é composta por quatro faixas distintas: “1 - Faixa de interação com as edificações (FI); 2 – Faixa de mobiliário urbano e arborização (FMA); 3 - Faixa de passeio (FP) e 4 – Faixa de segurança (FS) [...] que corresponde ao afastamento mínimo que devem ter pedestres, ciclistas e mobiliário da pista de veículos”⁴¹⁰

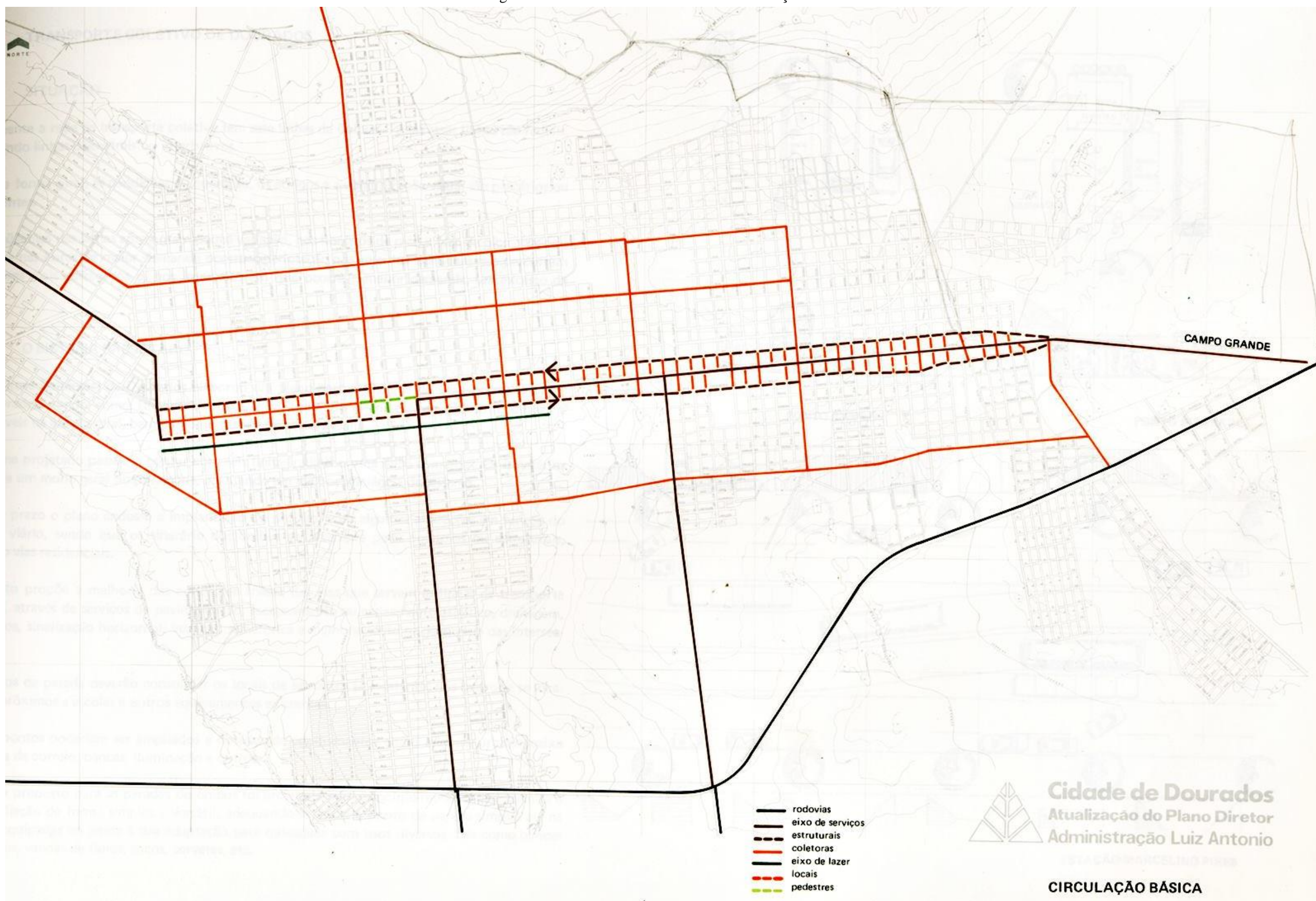
Considerada a constatação do superdimensionamento das vias, o urbanista projetou uma solução: a execução das áreas de lazer em nível de vizinhança, e os eixos de lazer, apresentados no Capítulo 4.

A estrutura viária de Dourados formava-se, então, pela circulação básica, Figura 70, e o sistema viário básico, Figura 71.

⁴⁰⁹ GONDIM, Monica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*. 2010, p. 40.

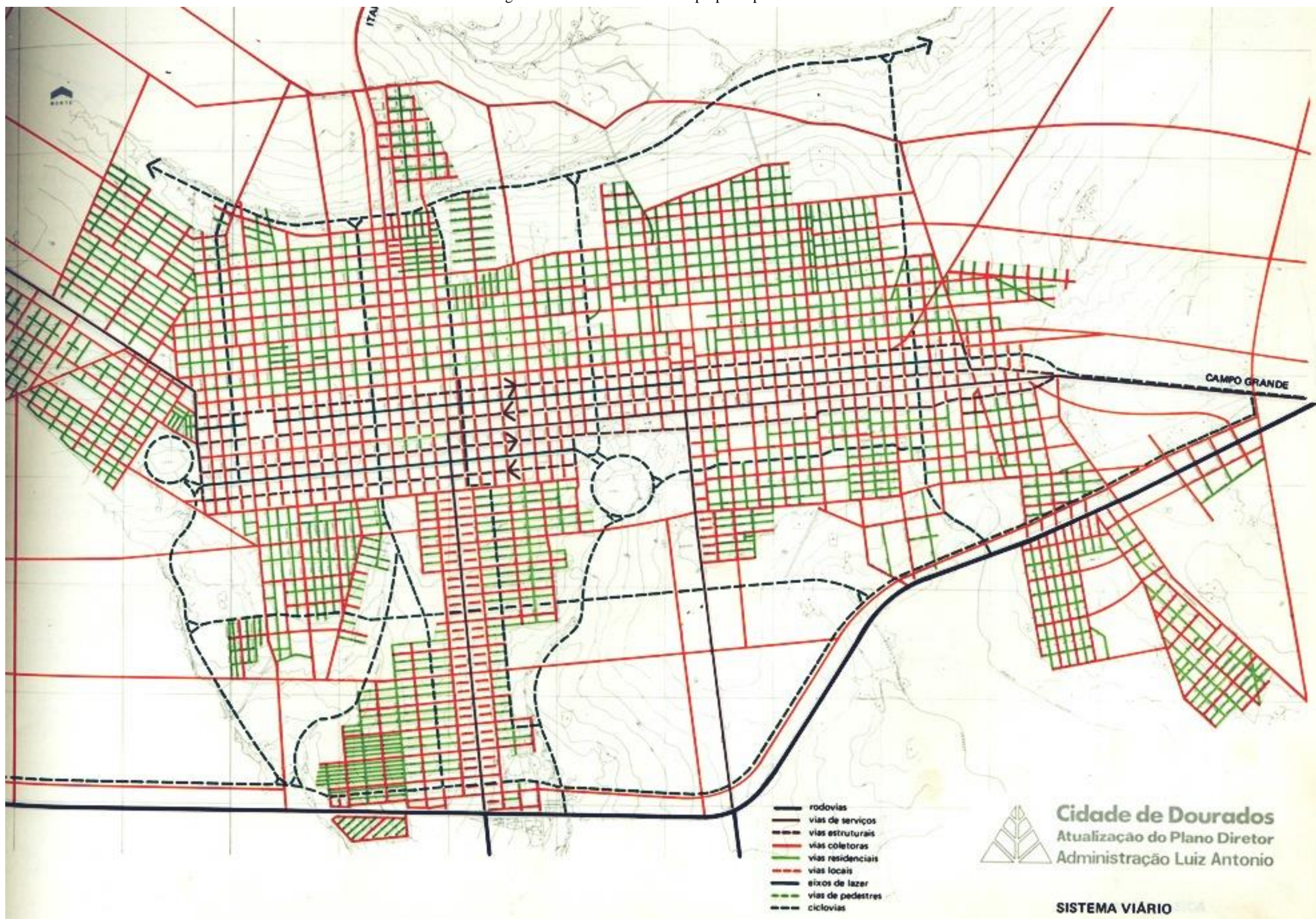
⁴¹⁰ GONDIM, Monica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*. 2010, p. 38.

Figura 70: Sistema viário de Dourados – circulação básica



Fonte: CIDADE de Dourados: atualização do Plano Diretor: Administração Luiz Antônio, p. 16.

Figura 71: Sistema viário básico proposto para Dourados



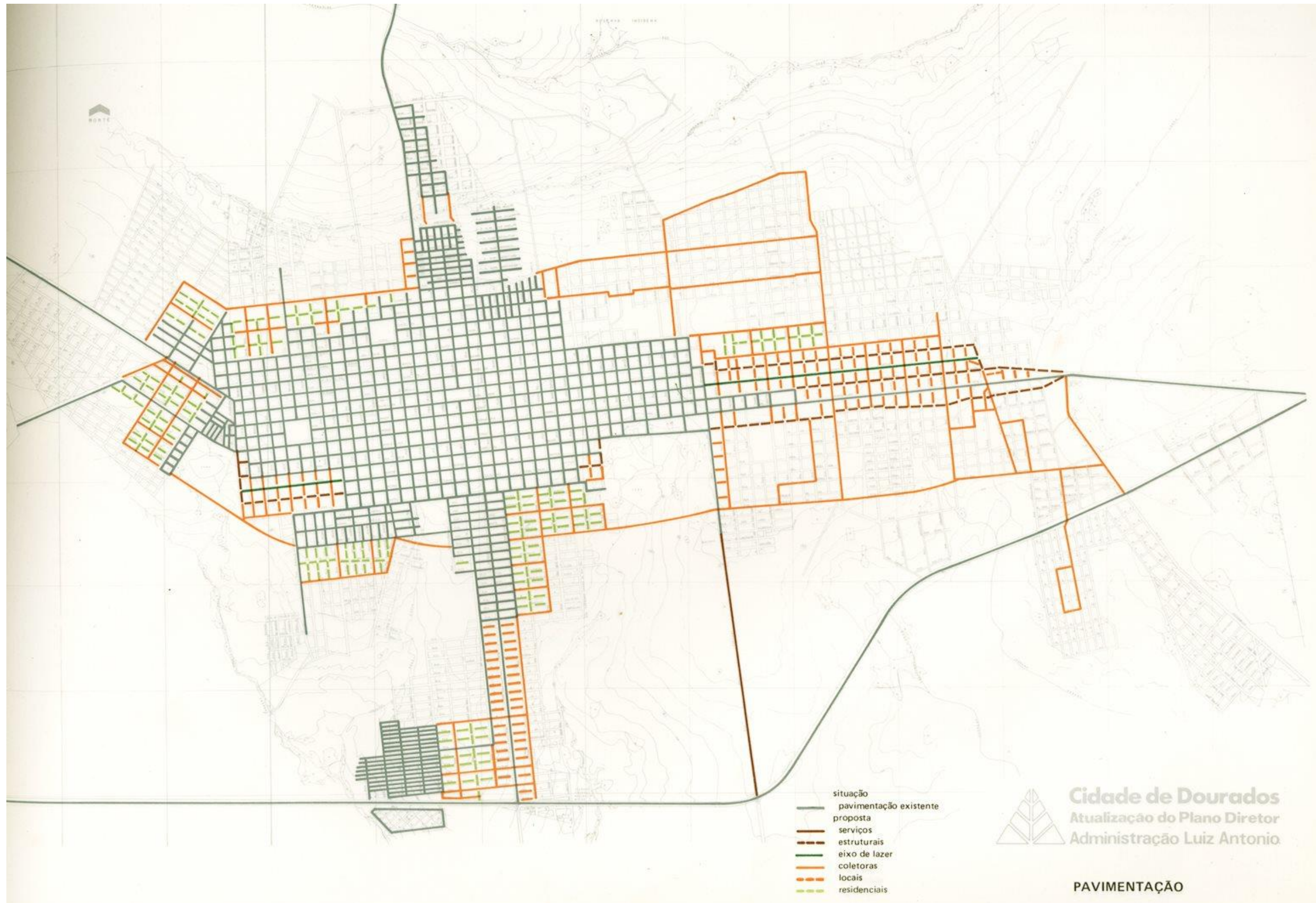
Fonte: JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 23.

A redução dos custos no sistema viário de Dourados consistia, e consiste, em fator importante para a expansão das vias pavimentadas na cidade. Considerando os investimentos no Projeto CURA, (Tabela 10 citada no capítulo 3), os valores atualizados representavam 77,7 milhões de reais para a pavimentação, drenagem e obras de paisagismo, passeio e iluminação em 36,7 km do sistema; o que representava 58,6% do total dos investimentos nesse Projeto. Por outro lado, a falta de asfalto era preocupação dos moradores e dos gestores, conforme a Figura 72, onde apresento a pavimentação existente, na cor azul e proposta em 1984, as demais cores.

Considerando o sistema viário da cidade, no dia 26 de julho de 1984, o jornal *O Progresso*, publicou a matéria "Prefeitura lança obras para dinamizar sistema viário e manter a urbanização". A reportagem apresentava a ampliação do sistema viário no trecho entre as ruas Toshinobu Katayama, Melvin Jones e Avenidas Joaquim Teixeira Alves e Weimar Torres, e afirmava que um programa semelhante seria desenvolvido posteriormente por toda a cidade. O jornal também comunicava que seriam instaladas placas de orientação nas esquinas contendo a numeração da quadra e o nome da rua.

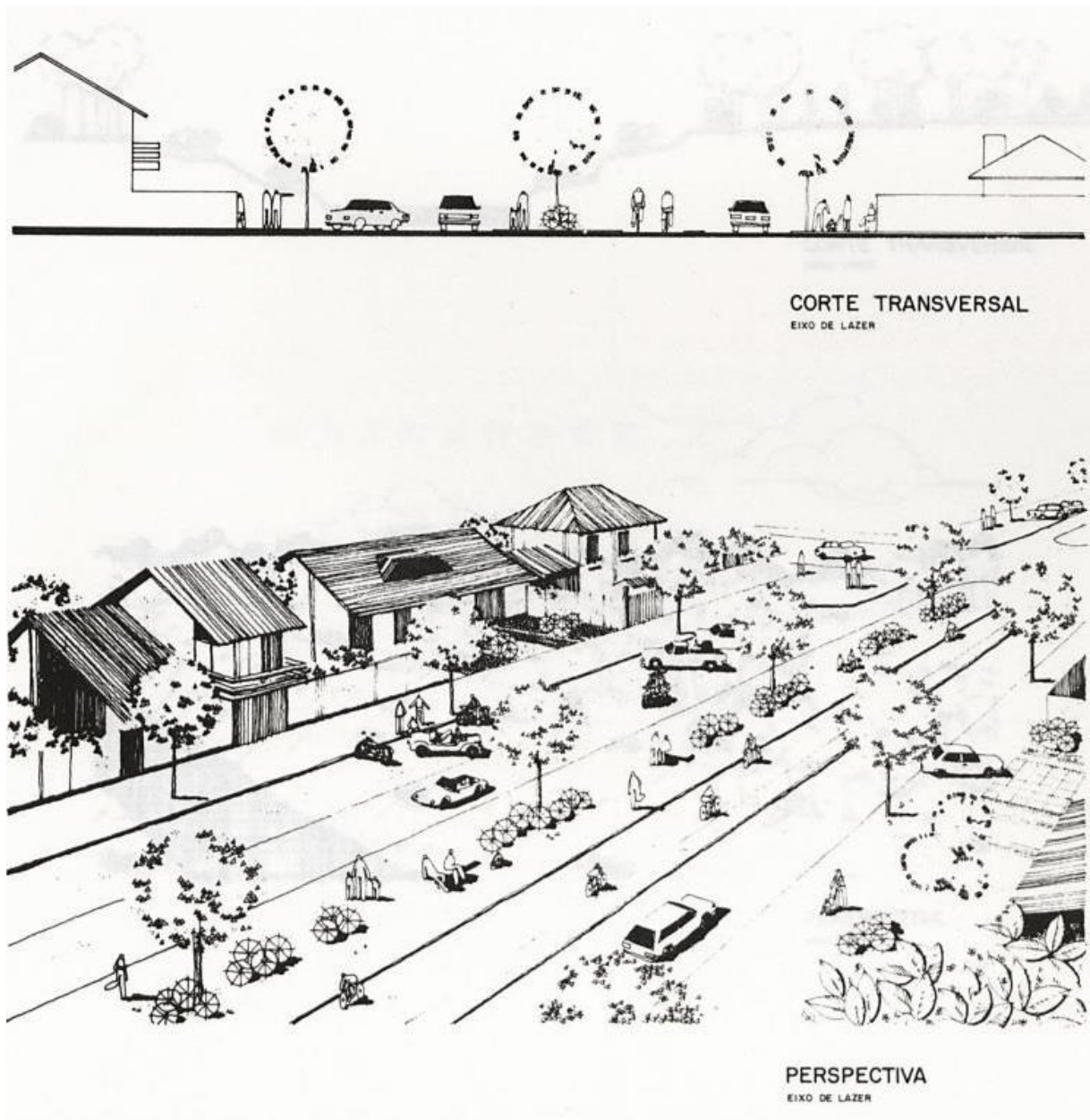
Outro detalhamento apresentado na Atualização do Plano Diretor foram os estacionamentos. O urbanista projetou estacionamentos que seriam executados nos eixos de lazer e outro desenho para as vias locais e avenidas. Para o primeiro, os automóveis seriam dispostos a 45° em somente um lado da via, Figura 73, enquanto que esse espaço seria reservado à ciclovia no outro sentido do tráfego.

Figura 72: Pavimentação existente e proposta para Dourados em 1984



Fonte: Cidade de Dourados: atualização do Plano Diretor: Administração Luiz Antônio. p. 36.

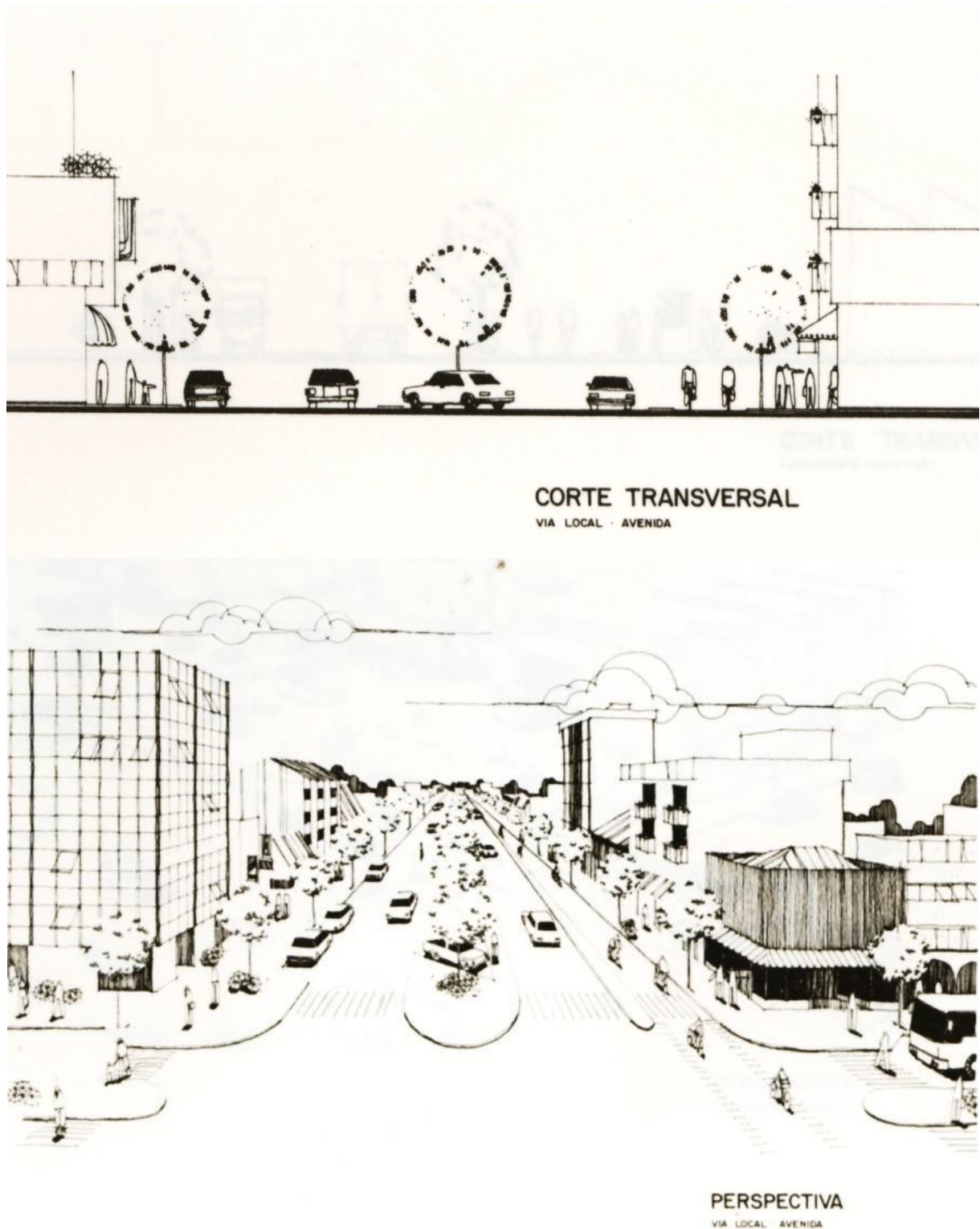
Figura 73: Proposta para estacionamento nos eixos de lazer



Fonte: CIDADE de Dourados: *atualização do Plano Diretor*: Administração Luiz Antônio, p. 39.

Nas vias locais e avenidas, por sua vez, os estacionamentos seriam executados paralelamente ao fluxo em um dos sentidos e à 45° no canteiro central, Figura 74; a ciclovia também foi projetada e ficaria no outro sentido do tráfego.

Figura 74: Proposta para estacionamento nas vias locais e avenidas



Fonte: Cidade de Dourados: atualização do Plano Diretor: Administração Luiz Antônio, p. 39.

Nas Fotos 63 e 64, apresento a obra da construção dos estacionamentos no canteiro central da Rua João Rosa Góes e da Avenida Joaquim Teixeira Alves. Nas referidas fotos,

destaco a utilização das laterais das ruas para o estacionamento alinhado ao fluxo e à charrete, que também fazia parte dos meios de transporte em Dourados.

Foto 63: Construção de estacionamento na Rua João Rosa Góes



Fonte: Arquivo pessoal José Elias Moreira

Foto 64: Construção de estacionamento na Avenida Joaquim Teixeira Alves



Fonte: Arquivo pessoal José Elias Moreira

O Sr. José Barbosa da Silva já utilizava seu automóvel para deslocar-se ao trabalho nos anos 70 e 80.

Quando eu cheguei aqui eu tinha um carrinho velho, eu peguei um serviço lá no Parque das Nações, eu ia, e daí quando chegava lá no Parque, em certa rua, a circular tava atolada, daí eu tinha que voltar e pegar outra rua para eu ir pro meu serviço. Eu peguei um serviço lá em frente do Parque de Exposições, um barracão bem grande ali, e daí eu já tinha o carro, eu ia de carro, pegava os peões, colocava as coisas em cima. Um pouco vinha do Parque das Nações, esses iam de bicicleta, quando acabava ia embora. Eu usava o carro mais para trabalhar, tinha uma gaiola assim em cima, eu colocava um tamborzão em cima dele, eu colocava as ferramentas, enxada as coisas⁴¹¹.

Com o aumento do movimento de automóveis no centro, o entrevistado diz que agora prefere andar de ônibus ou a pé nessas ruas. Todavia, nos atos 70 e 80, ele ia trabalhar de carro, levava os funcionários e também as ferramentas para a construção em seu veículo. Os outros trabalhadores que moravam perto se dirigiam ao serviço de bicicleta, pois tinham liberdade para ir para casa logo quando cumpria seu horário.

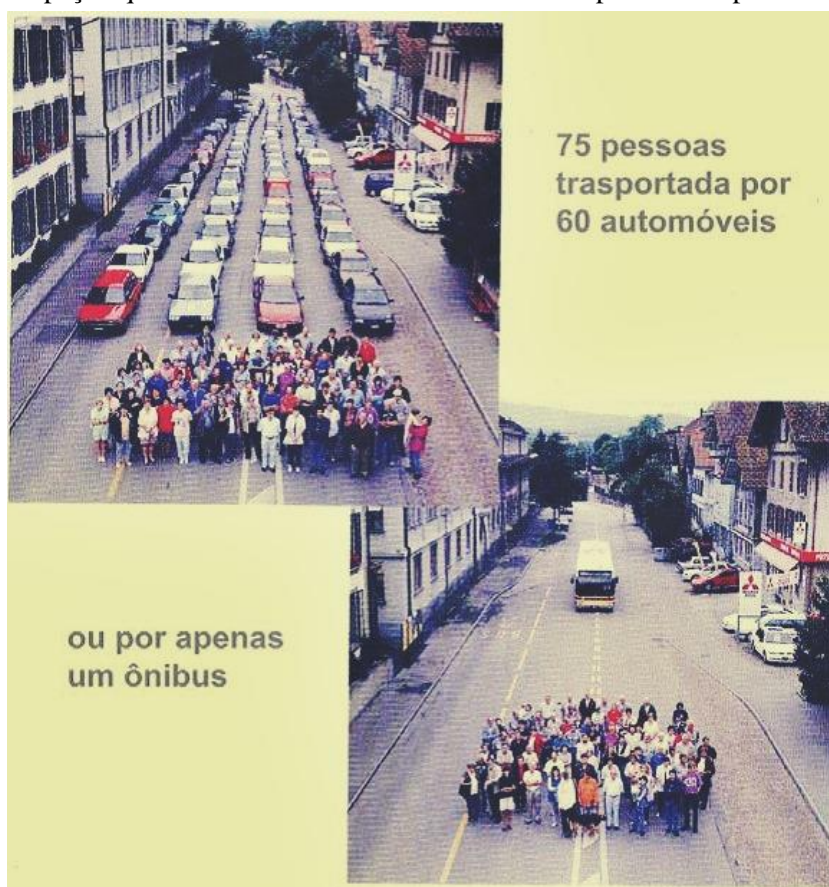
Com a intensificação do uso do automóvel, este meio de transporte vem sendo questionado quanto ao espaço utilizado nos sistemas viários da cidade, como registra Alexandre Gomide. Destaco, nesse sentido, o espaço equivalente para o deslocamento de 75 pessoas utilizando-se o automóvel e o ônibus na Figura 75.

O carro, máquina criada para dar agilidade e rapidez aos deslocamentos humanos, começa a ter suas funções questionadas a partir da mudança de alguns paradigmas sociais. “Hoje, existe um conflito no uso do espaço, que é um recurso escasso”, diz Alexandre Gomide, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).⁴¹²

⁴¹¹ José Barbosa da Silva. Entrevista realizada em 03/07/2016.

⁴¹² URBS – Temas urbanos. Mobilidade Urbana. *Caminhos para São Paulo*. Reportagem. 2008. p.47

Figura 75: Espaço equivalente entre o automóvel e o ônibus para o transporte de 75 pessoas



Fonte: PlanMob, Construindo a cidade sustentável, 2007, p. 76.

5.3. A mobilidade não motorizada, andar a pé, de bicicleta e de carroça

A Sr.^a Cláudia Carvalho Santos vai ao trabalho de bicicleta. Todos os dias ela desloca-se da Vila Cachoeirinha até a Vila Planalto.

[...] eu gosto de andar de bicicleta... é tranquilo, sempre foi para mim, tem a ciclovia mas eu não uso, uma porque o povo não sabe andar na ciclovia, tem que andar tudo em uma mão só, o povo que anda a pé anda na ciclovia eles não saem, você tem que se jogar no meio da rua. Tem que se jogar no meio porque não sai. Eu, ciclovia pra mim tem que ir certo mesmo que tá indo de carro na sua mão, eles não sabem, são mal educados. O pessoal anda, eu não ando por causa disso, tá vendo que você tá vindo e eles não saem da rua, você vai se jogar no carro? Cinco horas da tarde é um sacrilégio, é perigoso.⁴¹³

⁴¹³ Cláudia Carvalho Santos. Entrevista realizada em 26/08/2015.

O seu deslocamento de bicicleta é de aproximadamente 8,6 km. Embora reconheça a existência da ciclovias em parte do trajeto, que no caso trata-se da ciclofaixa da Rua Eulália Pires, observa que as pessoas fazem uso desorganizado dessa via.

O Sr. Severino Nunes, morador do Bairro Canaã relata que desde os anos 70 utiliza a bicicleta como meio de transporte.

Hoje em dia tá difícil porque o trânsito é grande, naquele tempo tinha mais bicicletas do que carro em Dourados, chegava, assim, à tarde, cinco horas, você via aquela nuvem de bicicleta, e parecia uma maloca doida, era o pessoal que vinha do serviço. Naquele tempo você andava com ela nas costas dia de barro até pegar um lugar bom pra andar. Hoje em dia é mais moto e carro e a cidade vai ficando apertada. Ando mais de bicicleta do que ônibus, o ônibus não tem hora, pego a bicicleta e vou lá e volto. Eu pego a bicicleta e vou de bicicleta mesmo.⁴¹⁴

Com relação às ciclovias, ele lembra: “Era bom aquilo, lá na Rua João Vicente Ferreira, melhorou muito não sei por que terminaram.”⁴¹⁵

A Sr.^a Maria Siqueira Campos da Silva, que também mora no Canaã, lembra-se de como era difícil se deslocar nos anos 90.

Só bicicleta, meus filhos foram criados andando de bicicleta, o meu marido trabalhava lá naquele hotel perto do aeroporto, e ia de bicicleta. A circular você tinha que pegar lá no começo do Canaã, porque pra cá não tinha circular... Muitas vezes você tinha que erguer, porque não aguentava a maioria das vezes, você tinha que ir empurrando a bicicleta pelo meio do mato até chegar um asfalto e ir embora.⁴¹⁶

Para a Sr.^a Luiza de Souza e Silva, o barro também era um problema "quando eu ia trabalhar, eu ia de bicicleta, a bicicleta não andava assim, a roda enroscava no barro, dava vontade da gente deixar lá e voltar a pé".⁴¹⁷

O Sr. José Carlos de Souza, antes de adquirir moto e carro, nos anos 80 e 90, sempre andou de bicicleta: “eu trabalhei muito de bicicleta, eu casei, fui morar no Terra Roxa, lá perto do Estádio Douradão, e trabalhava no centro, trazia minhas duas filhas e deixava na creche, ia trabalhar”.⁴¹⁸

Nos anos 80 o Sr. Manoel Gonçalves Neto morava no Jardim Flórida e todos os dias deslocava-se de bicicleta até o centro para trabalhar. Ele relata o seu trajeto.

⁴¹⁴ Severino Nunes. Entrevista realizada em 22/04/2016.

⁴¹⁵ Severino Nunes. Entrevista realizada em 22/04/2016.

⁴¹⁶ Maria Siqueira Campos da Silva. Entrevista realizada em 22/04/2016.

⁴¹⁷ Luiza de Souza e Silva. Entrevista realizada em 22/10/2015.

⁴¹⁸ José Carlos de Souza. Entrevista realizada em 06/03/2016.

Eu andava sempre pela Marcelino, pela Joaquim Teixeira Alves. Tinha uma passagem por cima do lago ali e a gente passava ali por cima, já tinha o parque, todo mundo que andava de bicicleta ali no Flórida, passava por cima da parede do açude ali, ele é uma represa né, cortava caminho por dentro, passava por ali. No caminho do bairro para o centro, seguia um trieiro pelo meio do parque para cortar caminho.⁴¹⁹

O Sr. Manoel Gonçalves refere-se ao Parque Antenor Martins, os moradores do Jardim Flórida passavam sobre a barragem do lago para acessar as Avenidas Marcelino Pires e Weimar Torres ou a Rua Joaquim Teixeira Alves.

Para os Srs. Cosme da Silva Rodrigues e Damião da Silva Rodrigues, que passeiam por toda a cidade, andar de bicicleta dá uma sensação de liberdade; eles gostam de olhar para as pessoas e para o movimento da rua, Foto 65. Eles falam de suas preferências:

Damião – nós andamos mais nas ruas mais movimentadas do que nas mais mortas, não sou chegado em andar em rua abandonada não. A gente não usa andar um atrás do outro, a gente anda emparelhado, nos ocupamos um pedaço das vagas do carro lá. Cosme – nunca gostamos de andar de ônibus, prefiro andar a pé do que de ônibus; nunca gostamos de andar de ônibus. Damião – de bicicleta a gente anda bem mais tranquilo, se tivesse de carro não dá para cuidar nada, só a frente, não dá para olhar pro lado nem para trás, de bicicleta a gente olha até para trás, carro a gente tem que ter uma responsabilidade violenta para andar com ele.⁴²⁰

Foto 65: Cosme e Damião andando de bicicleta na Avenida Marcelino Pires, 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora

⁴¹⁹ Manoel Gonçalves Neto. Entrevista realizada em 23/06/2016.

⁴²⁰ Damião da Silva Rodrigues e Cosme da Silva Rodrigues. Entrevista realizada em 23/06/2016.

Os gêmeos Srs. Cosme da Silva Rodrigues e Damião da Silva Rodrigues chamam a atenção por onde passam nas ruas porque estão sempre vestindo roupas iguais – lembro-me de vê-los andando de bicicleta pelas ruas da cidade desde os anos 80. Diferentemente dos demais entrevistados que utilizam a bicicleta para deslocarem-se ao trabalho, eles relatam que, quando não estão trabalhando, passeiam pela cidade quase todos os dias, Foto 66. Damião relata os trajetos preferidos e suas experiências neles:

Nós vamos direto na Cuiabá, chegamos lá naquela do ABV (Supermercado), subimos ali, vamos direto até na Marcelino e descemos lá para o centro. Às vezes a gente vem pela Weimar, e às vezes subimos lá pelo 3º Plano, a rua do Hospital da Vida e voltamos pela Ponta Porã. Vemos esse povo andando de qualquer jeito, esses motoristas atravessando na frente da gente, tem alguns que querem dar uma de bom, são cheios de querer, tem uns motoristas que são educados, eles respeitam bem o nosso jeito de andar.⁴²¹

Foto 66: Cosme e Damião andando de bicicleta pela Rua Cuiabá, 2016.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

O Sr. Cosme analisa a ciclovia da Avenida Marcelino Pires.

Acho até bom a ciclovia, mas é bom se colocar do lado certo né, eles só colocam ao contrário, você só tem que andar na contramão, por exemplo, aquela ciclovia que o Braz fez lá na Marcelino, do Atacadão pra lá, aquela lá, se vai andar, nas travessas tem que parar, eles que tinham que esperar. Nas ruas, a gente anda mais bem sossegado do que naquele troço. Ciclovia,

⁴²¹ Damião da Silva Rodrigues.

ela ficava boa se fosse que nem essa que fizeram ali oh (aponta para rua a frente da sua casa, Foto 67), porque aquelas tartarugas que colocaram lá na Eulália Pires e lá na Cafelândia, que só tem aquelas tartaruguinha não tem segurança, essa daí ficou boa, as outras não ficou boa, na Eulália Pires só tem aquela faixa.⁴²²

Foto 67: Ciclovía na Rua Joaquim Távora – em frente à residência dos Srs. Cosme e Damião em 2016



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Por isso, eles preferem mesmo andar nas ruas sem às ciclovias: há muitas paradas nos cruzamentos, e as ciclovias que possuem somente a marcação na pista ou as tartarugas são inseguras. Eles acham que quando as ciclovias são instaladas nas laterais das vias e separadas com guias de concreto propiciam ao ciclista mais segurança.

Na Atualização do Plano Diretor, em 1984, foi apresentada uma proposta para a construção das ciclovias.

O sistema de ciclovias da cidade de Dourados visa atender a crescente população que usa este meio de locomoção, e incentivar a economia de combustível resultante. A tradição do uso, a topografia e o clima adequados, mais a baixa densidade de alguns bairros – que ainda não viabilizem o seu atendimento por linhas regulares de transporte coletivo – constituem vantagens significativas para a implantação de um sistema ciclovário.⁴²³

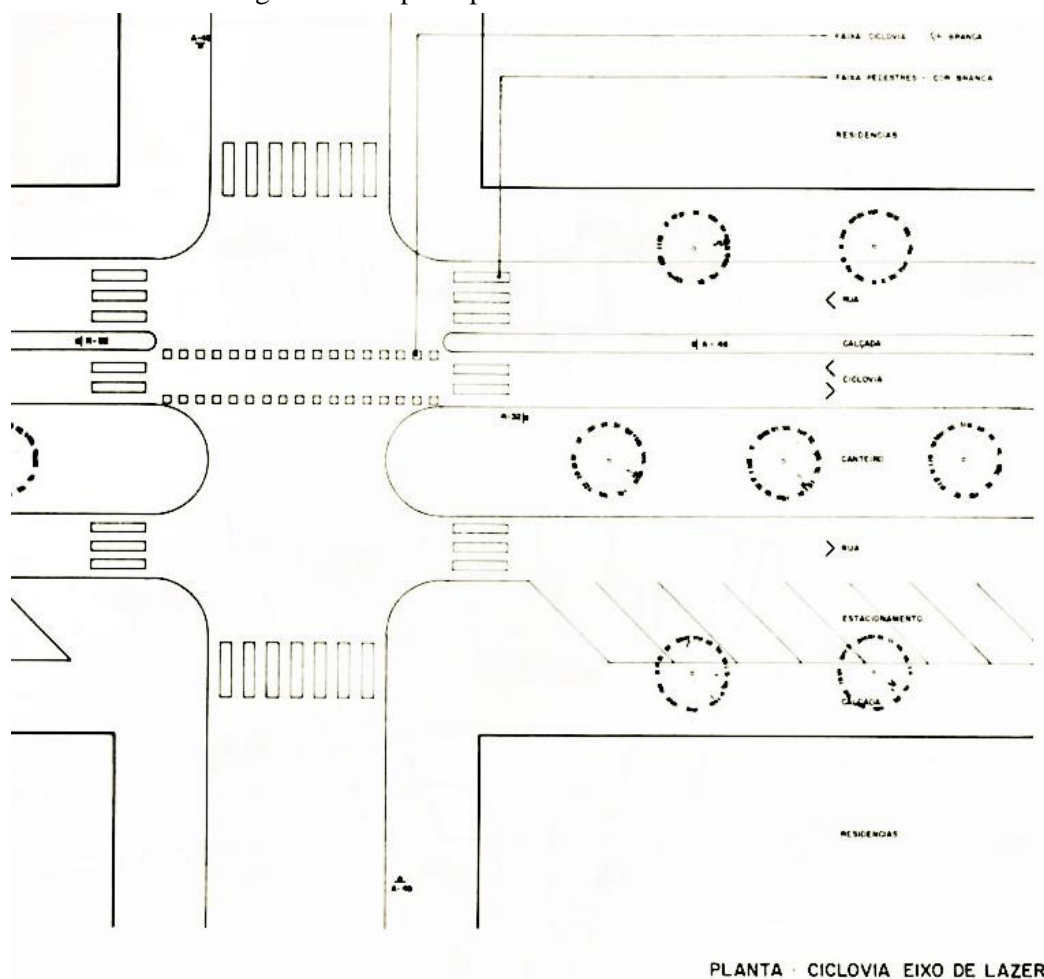
⁴²² Cosme Rodrigues da Silva. Entrevista realizada em 23/06/2016.

⁴²³ Cidade de Dourados. Atualização do Plano Diretor. Administração Luiz Antônio. Agosto de 1984. p. 38

Esse projeto, denominado de “Sistema de transporte não motorizado” seria composto de “uma malha cicloviária; sinalização adequada; execução de estacionamentos; iluminação; educação de trânsito.”⁴²⁴

No “Plano de Complementação Urbana e na Atualização do Plano Diretor”, as ciclovias foram detalhadas, tanto o seu trajeto pela cidade, quanto suas características de projeto. No eixo de lazer a ciclovia ficaria junto ao canteiro central, na via oposta ao estacionamento, conforme Figura 76.

Figura 76: Proposta para ciclovia nos eixos de lazer

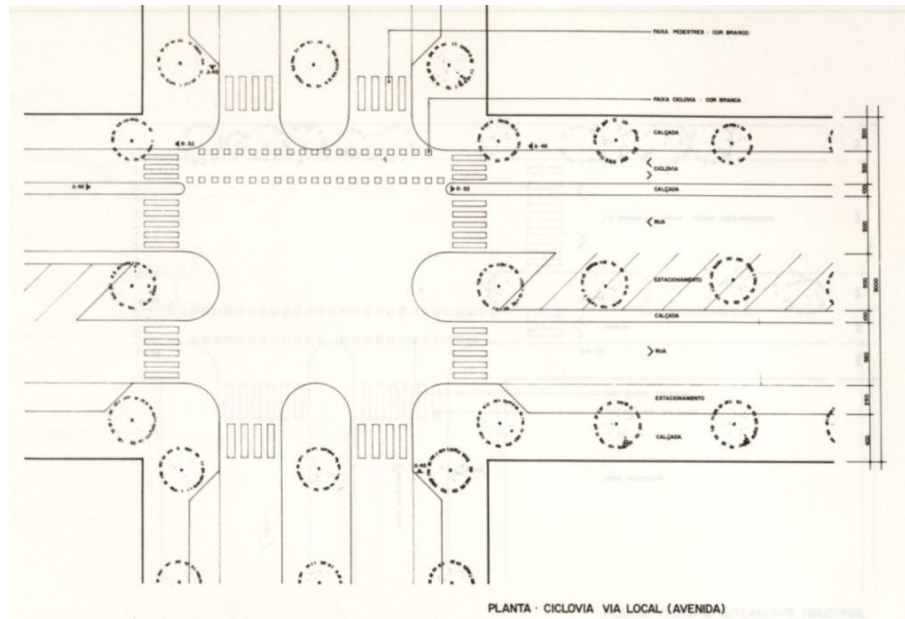


Fonte: Cidade de Dourados: atualização do Plano Diretor: Administração Luiz Antônio, p. 39.

Quando a ciclovia passasse por uma via local, e esta fosse avenida, seria instalada na lateral da pista, também em lado oposto à via de estacionamento, Figura 77.

⁴²⁴ Cidade de Dourados. Atualização do Plano Diretor. Administração Luiz Antônio. Agosto de 1984. p. 38.

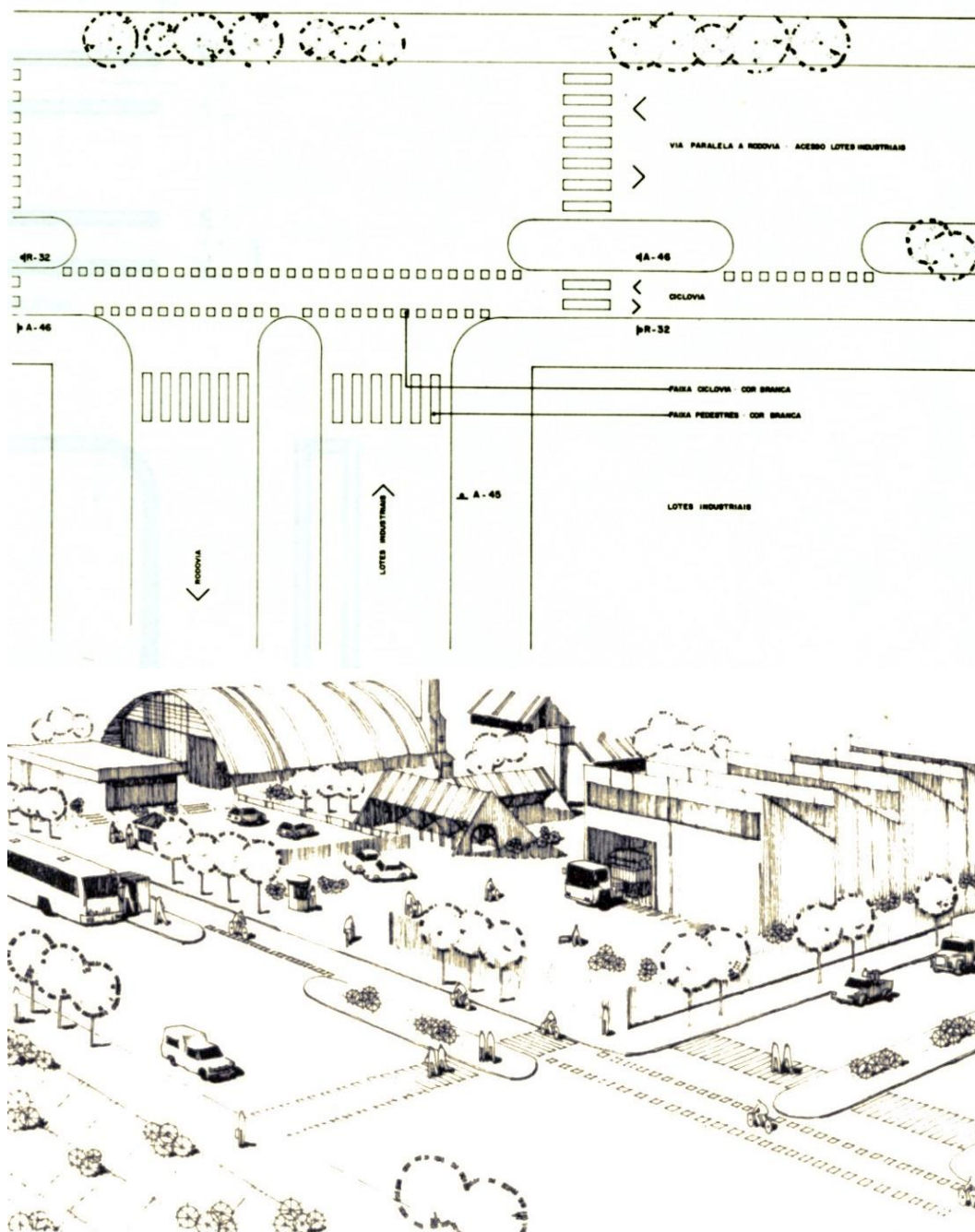
Figura 77: Proposta para ciclovia nas vias locais - avenidas



Fonte: Cidade de Dourados: atualização do Plano Diretor: Administração Luiz Antônio, p. 39.

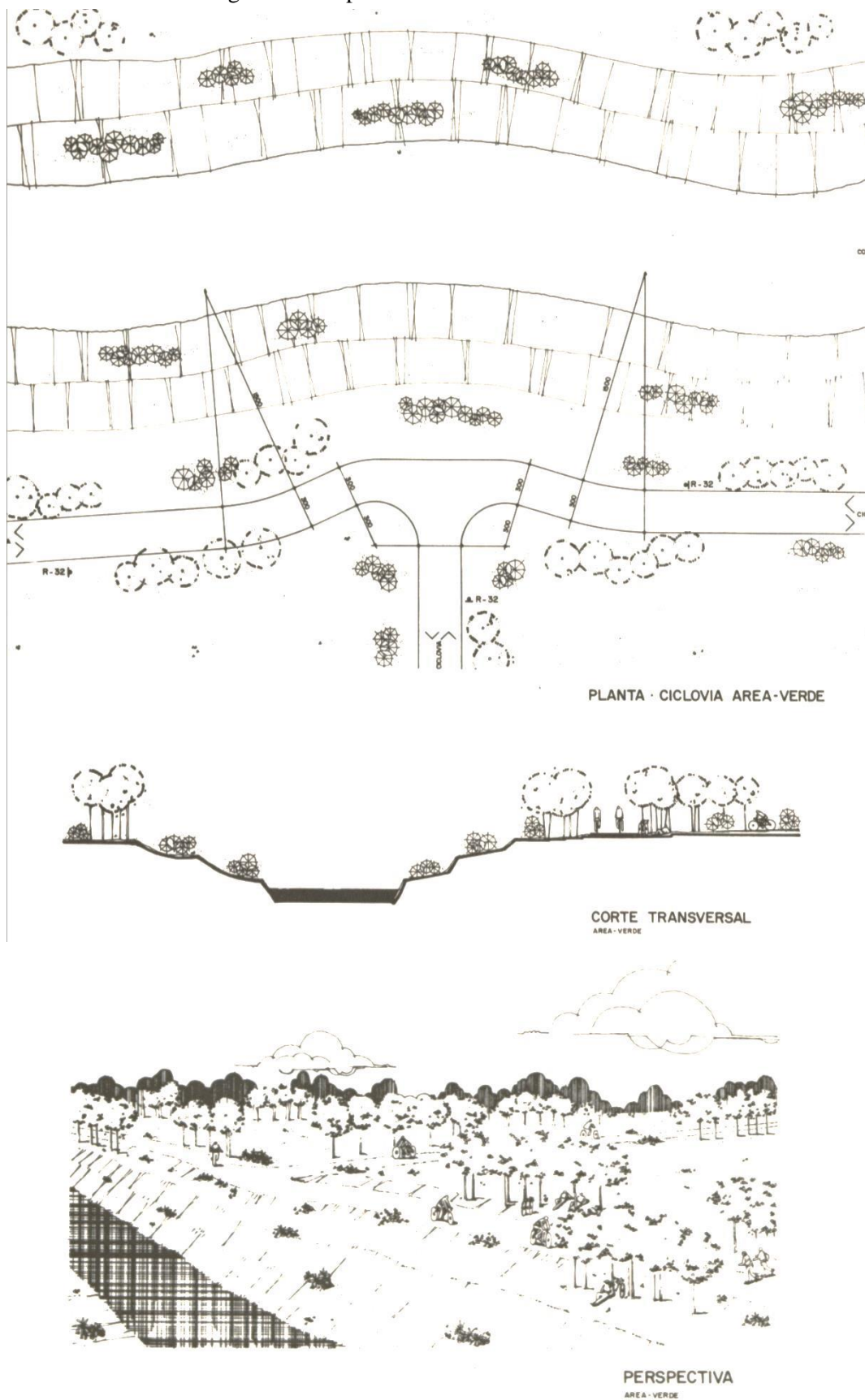
Passando pelo loteamento industrial, a ciclovia seria instalada na via paralela à rodovia, instalando-se ainda um canteiro de 3,0 m até o rolamento para garantir a segurança do ciclista. A seguir, nas Figuras 78 e 79, apresento o projeto das ciclovias para o loteamento industrial e para as áreas de proteção ambiental conforme a Atualização do Plano Diretor de 1984.

Figura 78: Proposta da ciclovia no loteamento industrial



Fonte: CIDADE de Dourados: *atualização do Plano Diretor*: Administração Luiz Antônio, p. 40.

Figura 79: Proposta da ciclovia nas áreas verdes



Fonte: Cidade de Dourados: atualização do Plano Diretor: Administração Luiz Antônio, p. 40.

As ciclovias passavam pelos eixos de lazer das Ruas Major Capilé e Onofre Pereira de Matos, pelas vias residenciais, coletoras. Nas áreas verdes, a ciclovia passaria pelo Rio Laranja Doce, Córregos Água Boa, Rego d'água, Paragem; a ciclovia também contornaria os lagos dos Parques Antenor Martins e Arnulpho Fioravante. Além disso, era proposta uma ciclovia que acompanharia a rodovia, conforme apresento na Figura 80.

As ciclovias projetadas na Atualização do Plano Diretor não foram executadas. Houve, no entanto, um estudo e a implantação de ciclovias em trechos na cidade. O jornal *O Progresso*, em 9 de junho de 1988, divulgou o processo de pesquisa de opinião para a implantação de ciclovias em Dourados.

Uma equipe de pesquisadores permanecerá durante todo o dia de hoje na Avenida Hayel Bon Faker e suas paralelas (Bela Vista e Rio Brilhante) para coletar dados sobre o fluxo de bicicletas nestas vias, principalmente no horário do “Rush”, quando o movimento, na rua Bela Vista, por exemplo, é bastante intenso. O objetivo dessa pesquisa, segundo o arquiteto Angel Walter Bernal, que presta assessoria para a Prefeitura na área de planejamento urbano, é ter noção do número de ciclistas que transitam diariamente pelas referidas vias, com vistas a definição de um projeto de ciclovia a partir da discussão do assunto com a própria comunidade.⁴²⁵

A pesquisa buscava informações sobre o melhor trajeto para a ciclovia para acesso ao Jardim Água Boa e demais bairros do sul da cidade. A Foto 68 apresenta o grande número de ciclista que utilizam a Rua Bela Vista.

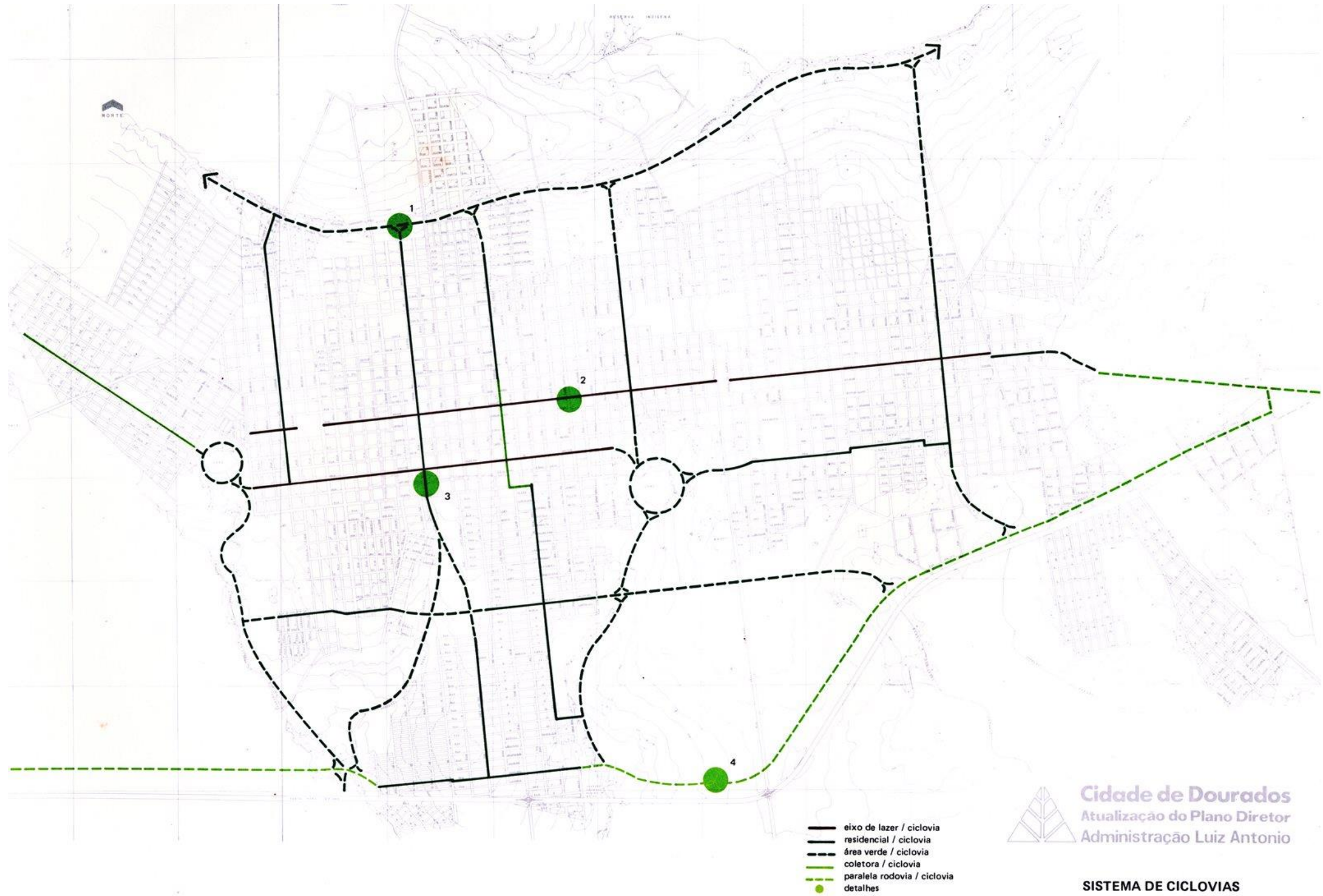
A matéria veiculada pelo jornal *O Progresso*, de 30 de janeiro de 1990, alerta sobre o elevado índice de acidentes com ciclista e a necessidade da criação de ciclovias como uma forma de melhorar a convivência entre motoristas, ciclistas e motoqueiros.

Da mesma forma, a cidade já comporta muito bem ciclovias, principalmente nas vias que fazem a ligação bairro-centro, como o caso da rua Bela Vista, chamada de “rua das bicicletas” devido ao grande número de ciclistas que transitam por ela nos horários de “rush”. A humanização do trânsito, mesmo na opinião de leigos, entende-se ter, entre outras finalidades, o objetivo de melhorar a convivência entre as pessoas e conseqüentemente entre motoristas, ciclistas e motoqueiros. Os acidentes envolvendo ciclistas e motoqueiros ainda apresentam elevado índice em Dourados. E esse quadro precisa urgentemente ser contido, sob pena de poupar vidas humanas.⁴²⁶

⁴²⁵ Jornal *O Progresso*. 9 de junho de 1988. p. 1

⁴²⁶ Jornal *O Progresso*. 30 de janeiro de 1990. p. 2

Figura 80: Projeto do sistema de ciclovias em Dourados



Fonte: CIDADE de Dourados: *atualização do Plano Diretor*: Administração Luiz Antônio, p. 61.

Foto 68: Ciclistas trafegando pela rua Bela Vista em 1988.



Fonte: Jornal O Progresso, 11 e 12/06/1988, p. 2

Em 17 de julho de 1991, há nova matéria sobre a ciclovia: “A Prefeitura volta a estudar a construção da ciclovia na rua Cafelândia, tirando, assim, os ciclistas que trafegam pela rua Bela Vista. É mais uma promessa a ser cumprida pelo prefeito vamos aguardar”.⁴²⁷ Os projetos de implantação de ciclovias só começam a se viabilizar a partir do ano dois mil e um, cujo projeto será analisado no próximo Capítulo.

Outro meio de transporte não motorizado são as carroças. Em Dourados, devido principalmente à proximidade da Reserva Indígena, região em que moram os principais proprietários de carroças, é comum encontrar pessoas utilizando este meio de transporte, Foto 69.

Foto 69: Carroças com indígenas na Avenida Presidente Vargas



Fonte: Panoramio – Paulo Yuji Takarada - <http://www.panoramio.com/photo/13101435>. Acesso: junho de 2016.

⁴²⁷ Jornal *O Progresso*. 17 de julho de 1991.

A Sr.^a Lindalva Alves de Carvalho relata que nos anos 70, quando existiam poucos carros, havia uma maior valorização de carroças e charretes como meio de transportes.

Eu trabalhava de frete, trabalhava assim, vendendo as coisas, tudo quanto era bagunça que eles arrumavam pra fazer, carregava muita lenha que naquele tempo não tinha fogão a gás. Eu mesmo carreguei muita lenha, eu tinha carroça, trabalhava na feira, quando eu vinha de lá já vinha com quatro ou cinco encomendas... tinha ponto de carroceiro, tinha ponto de charreteiro... naquele tempo não tinha tanto carros aqui, mais era carroça e charrete. A carroça carrega mantimento, carrega coisas né, e a charrete carrega gente. É o papel de um táxi. Ah! A prefeitura acabou, acabou, a prefeitura acabou com tudo né... impediu, pra poder dar lugar aos carro né, acabou tudo. Charrete mesmo não se vê uma mais, nem pra remédio, e os carroceiros tá diminuindo.⁴²⁸

A Sr.^a Lindalva Carvalho, que se deslocava pela cidade de carroça, foi percebendo as mudanças na política de uso dos sistemas viários, bem como a desvalorização deste meio de transporte com o aumento dos automóveis em Dourados. Ela trouxe à memória o uso da lenha para o cozimento, enquanto poucos eram os fogões a gás, os serviços de carroças e charretes eram essenciais para a cidade. As percepções de Sr.^a Lindalva Carvalho advêm da cidade praticada. Embora não tenha conhecimento dos projetos para Dourados, sabe o que mudou no seu cotidiano à medida que a cidade foi crescendo.

A Sr.^a Edite Martins lembra-se de quando não existia a rodovia asfaltada; nessa época o acesso à cidade era por um carreador. Ela relata que a estrada foi aberta nos anos 70, "quando abriu ficou a coisa mais linda, por causa daquelas árvores grandes, tinha as árvores, a madeira, ficou encopada no meio da estrada, você olhava lá da rotatória pra cá só via um buraco, era a coisa mais linda, gente! tinha mato, mato."⁴²⁹ Neste momento da entrevista ela olhou para rodovia que fica ao lado da sua casa e disse : “ Era lindo observar o corredor de árvores que se fechava sobre a passagem da rua. Hoje, às suas margens, praticamente não há mais árvores”.

A construção da MS 156,⁴³⁰ rodovia que liga a cidade de Dourados a Itaporã, passando pela Reserva trouxe melhor acesso ao urbano, todavia agravaram-se os problemas com atropelamento de indígenas que trafegam a pé por essa via, Foto 70. Marina Wenceslau destaca este fato.

⁴²⁸ Lindalva Alves de Carvalho entrevista realiza em 25/01/2003.

⁴²⁹ Edite Martins. Entrevista realizada em 13/05/2014.

⁴³⁰ Trabalhos citados fazem referência a essa rodovia como BR no entanto trata-se de uma rodovia Estadual.

Esta estrada já causou vários incidentes é chamada *Rodovia da morte* pelos índios do posto Indígena de Dourados. Ela ceifou do seio da comunidade muitos indígenas, vítimas da velocidade e dos motoristas inconscientes que transitam pela Rodovia Dourados-Itaporã (BR – 156). Em determinado trecho, cruza bem no centro da Reserva Indígena de Dourados. Revoltados com a selvageria das máquinas e de sua velocidade, que está dizimando seus entes, os índios Kayowás, Terenas e Nhandevas do posto indígena de Dourados, no início do ano de 1979, arrastaram grossas toras de madeira para o meio da rodovia, nas proximidades do local onde um garoto foi atropelado, para obrigarem os motoristas a diminuir a velocidade.⁴³¹

Foto 70: Indígena caminhando na rodovia MS 156 em 1979



Fonte: Jornal *O Progresso*, 16/02/1979. CDR/FCH/UFGD.

Somente em 2011, com a reestruturação da MS-156⁴³² foram construídas vias paralelas para veículos lentos. Na Foto 71 apresento o corredor sendo utilizado por um carroceiro trafegando no sentido centro de Dourados.

⁴³¹ WENCESLAU, M. E., *O índio kaiowá e a comunidade dos brancos*, p. 149.

⁴³² Esta rodovia foi aberta nos anos 70 e passou por um processo de duplicação no ano de 2011 encontrando-se no ano de 2014 da forma como se apresenta na foto.

Foto 71: Tráfego na via secundária da MS-156, trecho que liga a Reserva a área urbana



Fonte: arquivo pessoal da autora

O Sr. Alicio Lopes lembra-se de quando trabalhava com a carroça: "naquela época, a gente andava de carroça no centro, agora é proibido, trabalhava bem naquela época".⁴³³ Embora não haja uma legislação que proíba o tráfego de carroça pelo centro da cidade, o Sr. Alicio Lopes, devido ao grande movimento de carros nos centros, sente-se intimidado de trafegar por essa região. Ele se lembra dos anos 70, quando fazia frete e tinha tranquilidade para andar com sua carroça por todos os lugares da cidade e conclui, que, com a redução do transporte de madeira para lenha e dos fretes, quase não há mais serviço para o carroceiro.

O Sr. Cassimiro Cabrera quando fala dos riscos da rodovia conta. Ele compara o carro de hoje com os animais selvagens de antes, pois para ele tanto um quanto o outro mata.

Essa rodovia aqui, mais era feia viu, era perigosa, tinha muita onça, essa estrada mesmo, por aqui tinha muito perigo, cobra cascavel, tinha que andar com muito cuidado, e agora acabou, o mais perigoso é o carro mesmo... de primeiro era pouco carro né, era seguro.⁴³⁴

A Sr.^a Onorina Cavalheiro era carroceira, hoje é aposentada. Ela relata como faz para receber o seu benefício:

eu vou de carroça, eu vou lá ao mercado ABV, deixo a minha carroça, amarro lá a minha carroça e vou ao banco, levo a chave, prendo a roda da

⁴³³ Alicio Lopes entrevista realizada em 30/09/2014.

⁴³⁴ Cassimiro Cabrera entrevista realizada em 28/10/2014.

carroça, só quando vou receber que eu vou, ele vai de bicicleta (se referindo ao marido que estava com ela na hora da entrevista).⁴³⁵

Ainda hoje é possível encontrar carroceiros que suportam as dificuldades de andar de carroça pela cidade. Há indígenas que utilizam a carroça para vender mandioca, e outros produtos da Reserva. Carroceiros não indígenas são encontrados fazendo fretes de material e carregando entulhos de construções, podas de árvores e sujeiras de terreno.

O Sr. Valter Figueiredo dos Santos é um não índio que ainda trabalha como carroceiro. Ele lembra-se de como era o trabalho nos anos 70.

A gente começou assim com parte de pedreiro, depois passou para carroceiro né, mas mudou muito, mudou tudo né, antigamente tinha serviço para você trabalhar, assim era mais fácil, tinha um lugar para você descarregar um lixo, antigamente, nessa época aí mais ou menos, tinham serviço de parte de construção, o pessoal comprava material, você entregava, não tinha essas caçamba, areia, cascalho, e tudo vai acabando né. Hoje em dia tem pouco, principalmente quem mexe com carroça, quase não tem mais. Antigamente tinha lugar para você jogar um lixo, hoje não tem mais; antigamente tinha uns ponto para você jogar, ali perto da usina velha,. Tinha uma época que tinha um ponto ali perto da praça Paraguai, e a gente jogava entulho lá, tinha uma época que tinha uma associação dos carroceiros.⁴³⁶

O Sr. Valter Figueiredo dos Santos lembra-se da profissão e acredita que vai acabar os serviços do carroceiro.

Tinha bastante, se uniram, depois vai acabando, acaba por que é difícil manter o animal na cidade, o serviço. Antigamente você andava tranquilo não tinha tanto carro, movimento, a estrada era de chão, hoje muito carro, tudo asfaltado, se não for um animal bem manso é perigoso. Naquela época andava no centro, o nosso ponto de carroça era ali perto do Mercado da Construção. A carroça quase não tá tendo mais e, futuramente, vai acabar, vai acabar porque o que acontece, o serviço já fica mais difícil, não tem lugar para você descarregar um lixo, ainda tem muito servicinho, antigamente tinha muito entulho, depois que entrou a caçamba mudou bastante. O material de construção, a gente entregava cimento cinco saco, vinte sacos, hoje tem mais assim jardinagem, uma árvore, grama. Futuramente, vai acabar, daqui um tempo não vai ter mais. Não pode andar nas três rodovias Weimar torres, Marcelino Pires e Joaquim Teixeira Alves, disse que é proibido porque é perigoso, o animal não sei o que, do tempo que eu ando de carroça eu nunca bati num carro, nunca tive um acidente⁴³⁷

O Sr. José Carlos de Souza ainda se lembra do tempo que tinha taxi de charrete.

⁴³⁵ Onorina Cavalheiro. Entrevista realizada em 24/10/2014.

⁴³⁶ Valter Figueiredo dos Santos. Entrevista realizada em 23/06/2016.

⁴³⁷ Valter Figueiredo dos Santos. Entrevista realizada em 23/06/2016.

Eu andava a pé. Antigamente o taxi aqui era charrete, e daí logo que nós mudamos para cá minha mãe se perdeu, e daí ela chegou em casa de charrete Pegou um táxi que era charrete e chegou em casa de charrete, estava procurando a escola para nós que era lá no Reis Veloso.⁴³⁸

A Sr.^a Sandra Aparecida Fernandes, em sua entrevista também relata como era a atividade do seu avô que por muitos anos trabalhou como carroceiro,

O meu avô, quando ele fechou a garapeira, ele tinha uma carroça, ele fazia entrega de madeira, você vê que não tinha caminhão de frete, o meu vô fazia frete o dia inteiro com a carroça dele, em frente ao cemitério tinha uma serraria bem grande, e, lá no Água Boa tinha, o Mandiocão. Ele entregava, levava nas casas, levava nas firmas e depois o tempo foi passando, dez anos depois começou a ficar perigoso as ruas aqui, começou a parar a madeira, a serraria foi diminuindo, foi aparecendo o caminhão de frete, e daí o meu vô começou vender pão e fruta na carrocinha dele, todo dia cedo ele ia nas casas, o meu vô vendia pão e fruta.⁴³⁹

Ela também se lembra de outras atividades de carroceiros e charreteiros dessa época.

Tinha charrete, o leiteiro nosso era uma charrete, eu achava muito bonito quando a minha tia morava já no asfalto e o barulho do cavalo toc, toc, toc, fazia barulho no asfalto eu achava tão bonito, e daí chegava, batia no alumínio, olha o leite, e nós vinha com a caneca de alumínio brilhando para pegar o leite, e depois tinha o bucheiro também, era uma carrocinha que era tipo de alumínio, era toda fechada eles vendiam carne, vendiam bucho e a gente chamava eles de bucheiro; vendia cabeça, mocotó, em cima daquele negócio todo fechado tinha um banco, era uma carroça adaptada para eles.⁴⁴⁰

Outra forma de deslocamento pela cidade é a caminhada.

Caminhar, além de ser a forma mais antiga e básica de transporte humano, constitui-se no modo de transporte mais acessível e barato. Com exceção dos equipamentos necessários para melhorar a mobilidade das pessoas com deficiência, caminhar não exige nenhum equipamento especial.⁴⁴¹

A Sr.^a Sandra Aparecida Fernandes descreve as caminhadas que fazia nos anos 70 e começo dos 80.

E a gente ia a pé, saía daqui ia lá, parava lá no W-13, tinha a minha tia que morava lá, parava descansava, as vezes almoçava, daí a tarde falava: vamos lá na casa da Keila e ia, ali onde é o 4º Plano era tudo mato, a gente ia por umas estradinhas ali por dentro, saía lá na entrada do Campo Dourado. Eu

⁴³⁸ José Carlos de Souza. Entrevista realizada em 06/03/2016.

⁴³⁹ Sandra Aparecida Fernandes. Entrevista realizada em 08/07/2016.

⁴⁴⁰ Sandra Aparecida Fernandes. Entrevista realizada em 08/07/2016.

⁴⁴¹ MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política nacional de mobilidade urbana sustentável. 2004, p. 37.

sei que a gente andava viú, tinha pé de guavira a gente ia brincando, a gente ia lá pro Água Boa a pé, minha vó, eu, minha mãe, não era todo mundo que tinha carro, a minha família, que era grande, eu acho que só dois tios meus tinham carro. Eu trabalhei de doméstica ali no 2º Plano, e eu ia a pé trabalhar todo dia, ia e voltava a pé, hoje em dia todo mundo vai de ônibus, eu ia e voltava todo dia a pé, comecei a trabalhar com 14 anos. À noite, eu ia a pé sozinha para o Menodora estudar (escola da estadual da cidade), era um breu, às vezes pra voltar eu voltava com uma amiga, se não eu voltava sozinha, era tranquilo. Ia no centro e voltava a pé.⁴⁴²

A Sr.^a Tereza de Souza Santos morava no Jardim Ouro Verde costumava caminhar até o centro nos anos 80. Ele ia pela Avenida Marcelino Pires e voltava pela Avenida Weimar Torres e, como relata, lembra-se de tudo o que via no seu caminho.

[...] eu sempre comprava arroz de um japonês. Na Marcelino tinha várias máquinas, ali na frente da rodoviária tinha uma máquina de arroz bem grande, antes da rodoviária tinha e daí passava aquelas quadras vazias, lá na frente tinha outra, depois quando acabou a máquina fizeram vários comércios lá, onde eram as máquinas, era tudo de arroz. E daí, nesse trajeto, depois das máquinas de arroz não tinha quase comércio não, a gente andava vários lugares sem ter comércio, onde começava o centro já era ali no bar do ponto, que tinha ali pra cá da Bahia. Ali no centro tinha a Pernambucana que é onde tem a Tecelagem Avenida, a Riachuelo era na outra esquina de baixo, era um prédio velho bem acabado, era uma coisa bem simples assim, e era as duas lojas, e tinha uma que chamava Kitergal.⁴⁴³

De acordo com Monica Fiuza Gondim,

A cidade deve oferecer percursos prioritários para bicicletas e pedestres interligando bairros, áreas de lazer, escolas, centros comerciais e de serviços, assim como terminais de transportes. Os trajetos selecionados dentro da rede viária devem receber projetos de adequação para proporcionar segurança e conforto a seus usuários.⁴⁴⁴

Para a autora, a distância que um jovem está disposto a caminhar até o seu objetivo é decisivo na definição dos percursos preferenciais para pedestres, Tabela 15.

O raio de alcance de percurso do pedestre, geralmente, não ultrapassa 1 km ou 1,5 km, trajeto máximo que um jovem estará disposto a percorrer a pé para acessar um equipamento de lazer ou um adulto para acessar uma estação ferroviária ou de metrô. Distâncias maiores podem ser cobertas por bicicleta.⁴⁴⁵

⁴⁴² Sandra Aparecida Fernandes. Entrevista realizada em 08/07/2016.

⁴⁴³ Tereza de Souza Santos. Entrevista realizada em 30/06/2016.

⁴⁴⁴ GONDIM, Monica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*. 2010, p. 23.

⁴⁴⁵ GONDIM, Monica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*. 2010, p. 23.

Tabela 15: Distâncias máximas de percurso de pedestre

Destino	Distância máxima (m)
Escola infantil e escola primária	600
Escola fundamental	1000
Compras diárias	600
Compras semanais	1000
Instalações para a terceira idade	600
Garagens de transporte público	600
Estação	1000
Campo de jogos	500 a 1000
Instalações esportivas	1000 a 1500
Local de Trabalho	1000 a 1500

Fonte: PRINZ, D., 1980

Fonte: GONDIM, Monica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*. 2010, p. 22

No entanto, para que seja estimulado o percurso de pedestre, é necessário que as calçadas apresentem condições de caminhada.

Porém, apesar da infra-estrutura de passeios públicos ser relativamente barata, a maioria das cidades brasileiras não se preocupa em acomodar os pedestres com o mesmo empenho dedicado aos veículos. Os passeios públicos e as áreas de uso compartilhado, planejados para acomodar os pedestres em seus deslocamentos, poderiam constituir elementos de cidades mais humanas. Mas, ao longo do tempo, esses espaços foram sendo cedidos para a ampliação do viário, dos estacionamentos, ou simplesmente invadidos pelos veículos e pelo comércio informal.⁴⁴⁶

No projeto apresentado na Atualização do Plano Diretor havia a calçada verde, construída de tal forma que, parte dela era impermeabilizada para o passeio do pedestre, e parte era reservada para arborização e gramado, Foto 72. A árvore escolhida para a calçada verde foi a sibipuruna; o jornal *O Progresso* do dia 18 e 19 de agosto de 1979 reporta esse projeto.

A Prefeitura de Dourados através de sua Secretaria Municipal de Viação e Obras, está desenvolvendo os tipos de calçadas adequadas para Dourados recomendadas pelo plano de Complementação Urbana. Um dos sistemas elaborados pela Prefeitura já está sendo adotado em larga escala, pela sua funcionalidade e baixo custo, é o denominado de “calçadas verdes”⁴⁴⁷

⁴⁴⁶ MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política nacional de mobilidade urbana sustentável. 2004. p. 37.

⁴⁴⁷ Jornal *O Progresso*, 18 e 19 de agosto de 1979, p. 3

Foto 72: Modelo de calçada verde implantado em Dourados nos ano setenta.



Fonte: Jornal *O Progresso*, 18 e 19/08/1979, p. 3

Monica Fiuza Gondim aponta que condições de amenidades estimulam o percurso do pedestre.

As boas condições de pavimento, arborização e iluminação nas rotas contribuem para estimular as caminhadas e o ciclismo e garantir sua sustentabilidade. A colocação de mobiliário adequado oferece apoio ao usuário nas suas necessidades de descanso, comunicação e informação. O plantio de árvores ao longo das vias reduz o impacto da velocidade, do ruído e da fumaça produzida pelos veículos. A colocação de canteiros e a escolha da pavimentação podem tornar mais agradável a paisagem, assim como a seleção de vias para a implementação de rotas, de acordo com a qualidade da arquitetura e do uso do solo, pode contribuir para tornar o percurso mais atrativo, estimulando a transferência do transporte motorizado para o deslocamento a pé ou de bicicleta.⁴⁴⁸

O projeto urbanístico disposto na Atualização do Plano Diretor, de 1984, estimulava o percurso de pedestres a partir da criação do eixo de lazer, dos setores de pedestre, das áreas de recreação próximas às residências e das calçadas verdes. Por fim, as calçadas verdes foram se difundindo em Dourados e, em 1985, já era possível observa a arborização na cidade, conforme apresento na Foto 73.

⁴⁴⁸ GONDIM, Monica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*. 2010, p. 23.

Foto 73: Arborização da cidade no ano de 1985.



Fonte: Coleção Luiz Antônio Alvares Gonçalves, acervo do CDR/FCH/UFGD.

Destaco, ainda, a mudança do paradigma da mobilidade urbana, que passa a ser pensado nas diversas formas de deslocamento: a motorizada, o transporte coletivo e o não motorizado, com prioridades sendo dada aos dois últimos no Plano Diretor.

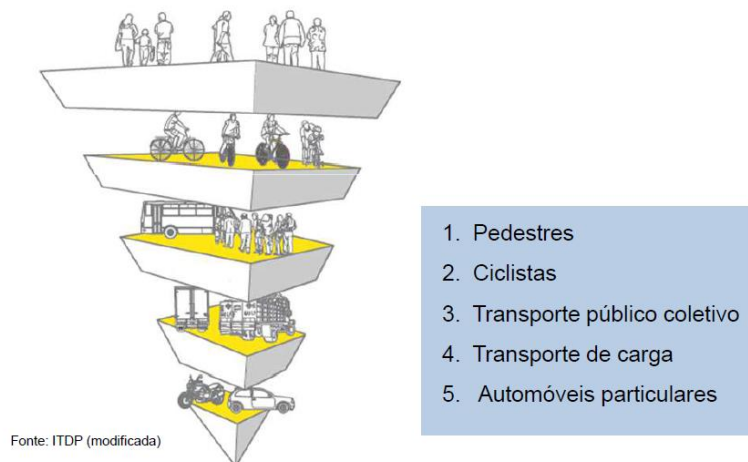
No Plano Diretor Urbano o tema da Mobilidade, dada sua importância para a estruturação das cidades e nas estratégias de desenvolvimento municipal, constitui-se como item indispensável, independentemente do porte do município, para o planejamento das atividades urbanas no espaço físico. Em especial, trata-se de priorizar a “cidade para os cidadãos”, em oposição a uma prática em que o espaço construído privilegia a circulação dos veículos, especialmente o automóvel, em detrimento das pessoas – abordagem que vem contribuindo para conformar o desenho urbano das nossas cidades, muitas vezes com soluções caras e pouco eficazes.⁴⁴⁹

A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, em seu Art. 6º, inciso II, por sua vez, orienta a “prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado.”⁴⁵⁰ conforme ilustrado através da Figura 81.

449 BERGMAN, Lia. RABI, Nidia Inês Albesa. (coordenadoras). *Mobilidade e política urbana: subsídios para uma gestão integrada*. 2005. p. 6.

⁴⁵⁰ Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Figura 81: Hierarquia segundo a Política Nacional de Mobilidade Urbana

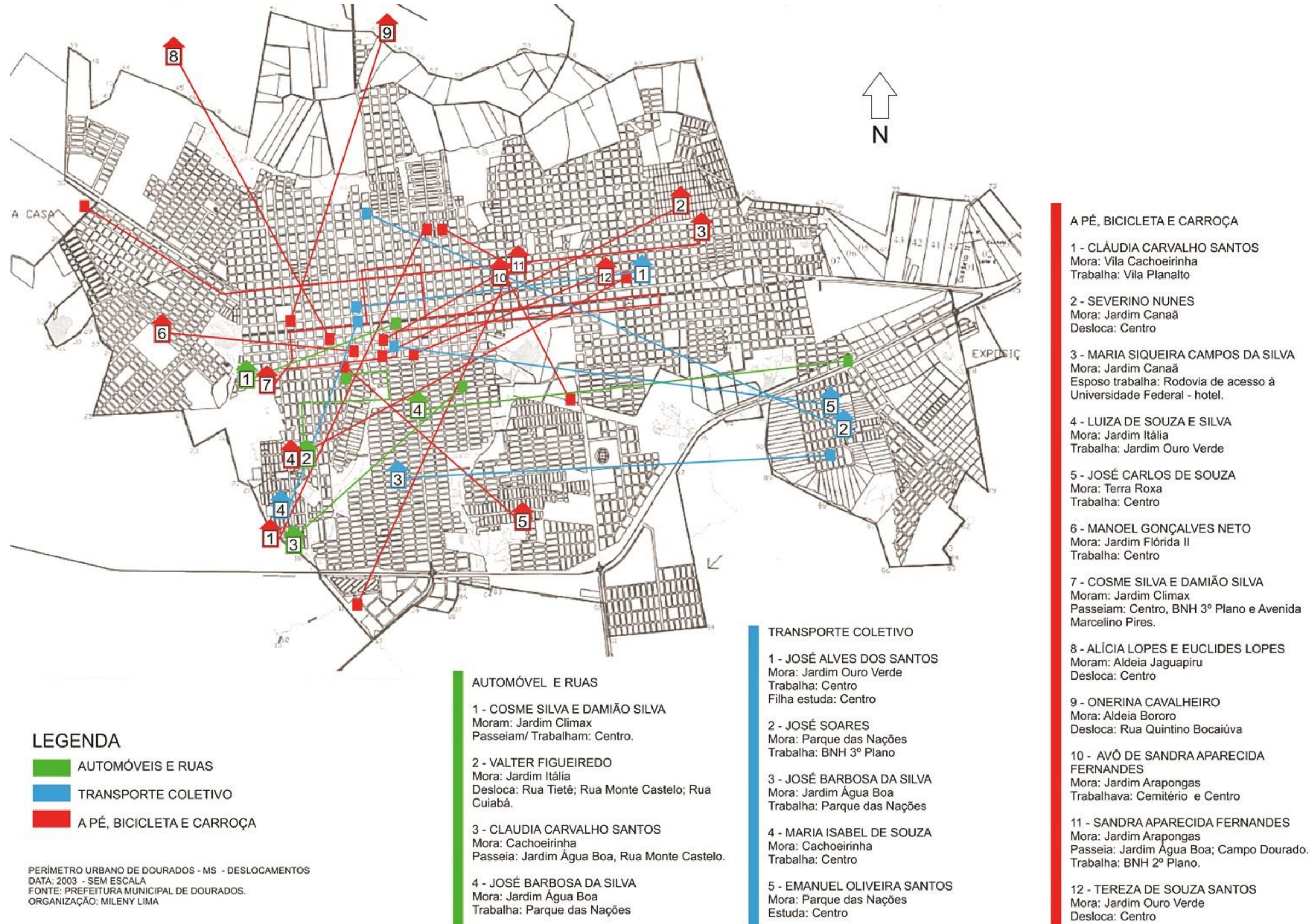


Fonte: Ministério das Cidades. SeMOB - Secretaria Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana. Política nacional de mobilidade urbana.

A Figura 81 representa a hierarquia de prioridade na mobilidade: primeiro os pedestres, depois os ciclistas para, então seguirem os meios motorizados. Para esses, sua hierarquia está estabelecida a partir do transporte coletivo, o transporte de carga para, por último, darem espaços aos automóveis.

Na Figura 82 apresento os deslocamentos utilizando o transporte coletivo, o automóvel e os veículos não motorizados: a pé, de bicicleta e em carroça, relatados pelos entrevistados neste Capítulo.

Figura 82: Deslocamentos dos entrevistados para o trabalho, estudo e recreação



Fonte: Adaptado de DOURADOS. Prefeitura de – *GeoDourados Banco de Ddados Multifinalitário* – Disponível em: <http://geo2.dourados.ms.gov.br/geodourados/map.phtml>, Acesso em: Julho de 2016

CAPÍTULO 6

NOVOS OLHARES SOBRE A CIDADE: VIVER, RECREAR E MOVER-SE EM DOURADOS NO INÍCIO DOS ANOS DOIS MIL

No começo dos anos dois mil me ausentei da cidade e quando retornei em dezembro de 2003, haviam se formado novos bairros, e outros se consolidado. Próximo ao Jardim Água Boa, existiam novas ruas abertas, observei o início das obras do Parque Rego d'Água, e ao lado era a Vila Brasil 500 que estava formada. Os Parques Arnulpho Fioravante e Antenor Martins estavam diferentes, agora havia cerca em toda a sua área, novas ciclovias foram construídas, enfim, Dourados continuava a mudar. Em 2003, o Plano Diretor tinha acabado de ser aprovado.

6.1. Na virada do século XXI, o Plano Diretor de Dourados

Embora a necessidade do planejamento seja premente na ordenação das ações urbanística de uma cidade, foi a Constituição Federal de 1988 que estabeleceu, em seu Art. 182, a obrigatoriedade da elaboração do Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.⁴⁵¹

A Lei Orgânica do Município de Dourados, aprovada em abril de 1990, em seu Artigo 159, estabelece o Plano Diretor como instrumento para a definição das normas de edificação, loteamento, zoneamento e expansão urbana.

⁴⁵¹ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: junho de 2016.

O Município, de acordo com seu Plano Diretor, estabelecerá normas para edificação, loteamento e zoneamento urbanos ou para expansão urbana, atendidas as peculiaridades locais e respeitadas as legislações federal e estadual especialmente as de proteção ao meio ambiente.⁴⁵²

A política de desenvolvimento urbano, estabelecida no Plano Diretor, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, como postula a Constituição Federal de 1988.

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.⁴⁵³

Depois do Plano de Complementação Urbana e de sua atualização em 1984, houve uma primeira tentativa para o estabelecimento de um Plano Diretor em 1996. Nesse ano, um folheto de divulgação motivava a população à discussão: “Século XXI Dourados do jeito que nós queremos: Plano Diretor ao alcance de todos.”⁴⁵⁴

O Plano Diretor de Dourados que está sendo elaborado pela Prefeitura, através da Secretaria de Planejamento, introduz uma nova lógica de ocupação no território da cidade para uma melhor distribuição e ocupação de áreas nos vários setores existentes. Os instrumentos propostos são apresentados numa linguagem simples para que todos possam participar da discussão do Plano e da transformação da cidade.⁴⁵⁵

A referida proposta do Plano Diretor de 1996 foi submetida para apreciação e aprovação na Câmara dos Vereadores como anteprojeto em 18 de novembro de 1996. Em entrevista, o Sr. Humberto Teixeira relata a elaboração desse documento.

Em Dourados, o Plano Diretor foi feito no governo do Zé Elias pelo Jaime Lerner. É um Plano Diretor muito bom, Dourados cresceu, surpreendeu todo mundo inclusive eu; eu me surpreendi com o tanto que Dourados cresceu, então nós entendemos, que o plano diretor que o Jaime Lerner fez estava ficando ultrapassado... resolvemos elaborar um Plano Diretor, mas era muito parecido com o do Jaime Lerner, fizemos umas adaptações e mandamos para Câmara e foi aprovado, isso foi em 96. Chegou a ser aprovado lá na Câmara,

⁴⁵² Lei Orgânica do Município, Abril de 1990.

⁴⁵³ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: junho de 2016.

⁴⁵⁴ DOURADOS. Prefeitura Municipal. Secretária de Planejamento. Departamento de Planejamento Urbano e Rural. *Século XXI Dourados do jeito que nós queremos: Plano Diretor ao alcance de todos.*

⁴⁵⁵ Op. Cit.

tem quem pode te informar lá na Câmara, é o vereador Beбето, eu não me lembro, mais foi aprovado sim. Nós fizemos respeitando o que tinha de bom e era muita coisa no Plano do Jaime Lerner, mas como Dourados cresceu muito, era muita coisa, teve muita reunião com a associação comercial arquitetos, associação de moradores, ficamos uns seis meses ouvindo as pessoas inclusive as pessoas entendidas, os arquitetos que mexem nisso daí.⁴⁵⁶

Mario Cezar Tompes da Silva, por sua vez, avalia que os prefeitos anteriores ao Sr. José Laerte Cecílio Tetila (2001 – 2008), politicamente conhecido como Tetila⁴⁵⁷, não buscavam o planejamento de longo prazo para a cidade.

Eram administradores intuitivos que agiam com a sua intuição política, sem um respaldo de iniciativas de longo prazo. O planejamento não estava muito no horizonte dessas administrações política, havia um imediatismo em fazer as coisas, não havia um projeto de futuro, do que desejavam, de onde queriam chegar.⁴⁵⁸

Jaime Lerner define a cidade sem planejamento como um acampamento, um câncer descontrolado.

Uma cidade sem desenho é um acampamento, metástase de um crescimento irregular, descontrolado. É uma cidade sem prioridade, a antítese de uma cidade criativa.⁴⁵⁹

Com o término do mandato do então prefeito Sr. Humberto Teixeira em dezembro de 1996, a proposta de Plano Diretor encaminhada à Câmara dos Vereadores não seguiu para a aprovação. Desse modo, demorou 25 anos desde a elaboração do Plano de Complementação Urbana em 1978, até a publicação do primeiro Plano Diretor de Dourados em 2003. Ainda que a Lei do Uso do Solo nº 1.040 de 11 de julho de 1979 estabeleça a ordenação dos espaços da cidade e, dessa forma, possa ser entendida como Plano Diretor, esse termo não apareceu na legislação municipal até a Lei nº 72 de 30 de dezembro de 2003 que “institui o Plano Diretor de Dourados, cria o Sistema de Planejamento Municipal e dá outras providências.”⁴⁶⁰

Aprovada no mesmo dia da Lei nº 1.040, a Lei nº 1.041 estabelece que, a partir daquela data, “todo loteamento deverá ser previamente submetido à Prefeitura Municipal,

⁴⁵⁶ Humberto Teixeira. Entrevista realizada em 11/12/2015.

⁴⁵⁷ Adoto para este trabalho Laerte Tetila maneira pela qual também é conhecido na cidade.

⁴⁵⁸ Mario Cezar Tompes da Silva. Entrevista realizada em 12/12/2005.

⁴⁵⁹ LERNER, Jaime. Qualquer cidade pode ser criativa. In: REIS, Ana Carla Fonseca, KAGEYAMA, Peter. (orgs.). *Cidades Criativas – Perspectivas*, p. 39.

⁴⁶⁰ Lei nº 72 de 30 de dezembro de 2003.

para estudo de viabilidade e aprovação, amoldando-se às exigências da lei e da saúde pública.⁴⁶¹ O proprietário ou loteador deve apresentar

[...] o projeto de loteamento em quatro vias, assinadas por profissional habilitado e memorial descritivo com as seguintes indicações: a) vias de comunicação e praças, bem como áreas de recreação; b) divisão de quadras e lotes; c) dimensões lineares, bem como perfis do loteamento; d) indicação precisa de marcos de alinhamentos; e) projeto de distribuição de água, com a indicação do volume e da fonte abastecedora, aprovado previamente pela respectiva concessionária desse serviço público; f) projeto de distribuição de energia elétrica e de iluminação pública, com indicação da capacidade e da fonte abastecedora, aprovado previamente pela respectiva concessionária desse serviço público.⁴⁶²

Assim, a partir dessa referida Lei, a Prefeitura responsabilizava-se pela aprovação dos loteamentos, impondo, agora, o controle sobre a ordenação dos espaços da cidade. Constatei essa exigência através das diversas solicitações de aprovação de projetos de loteamentos constantes nos documentos pesquisados no arquivo do Sr. Airthon Barbosa Ferreira⁴⁶³, assessor jurídico no governo do Sr. Luís Antônio (1983-1988).

A Lei nº 1.041 de 11 de julho de 1979 teve um impacto positivo na criação dos novos loteamentos, uma vez que define a infraestrutura básica para cada projeto.

Art. 10 - A aprovação de projetos de loteamento em terrenos baixos e alagadiços será condicionada à execução de obras de drenagem e aterragem, por parte do loteador. Art. 11 - Serão respeitados, no loteamento, os fundos de vales e áreas em que haja vegetação de porte. Art. 12 - O proprietário ou loteador deverá executar, à sua própria custa, a abertura de vias de comunicação, a implantação da rede de distribuição de energia elétrica e de iluminação pública, bem como fornecer a linha de distribuição de água potável a todos os lotes.⁴⁶⁴

A Lei nº 1.304 de 11 de julho de 1984, em seu Artigo 4º, de acordo com a Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, estabelece características dos terrenos para fim de loteamento.

Não será permitida a regularização de loteamentos: I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta

⁴⁶¹ Lei nº 1041, de 11 de julho de 1979. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

⁴⁶² Lei nº 1041, de 11 de julho de 1979. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

⁴⁶³ Arquivo pessoal Airthon Barbosa Ferreira. Acervo do CDR/FCH/UFGD.

⁴⁶⁴ Lei nº 1041, de 11 de julho de 1979. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;⁴⁶⁵

A Lei Orgânica do Município de 1990, por sua vez, estabelece os objetivos do Plano Diretor.

Art. 160. Para atendimento ao disposto no artigo anterior, lei municipal fixará requisitos, dimensões das áreas e todas as características essenciais, objetivando: I - o estímulo à construção de unidade e conjuntos residenciais de caráter popular; II - a reserva de áreas verdes em proporção mínima de doze metros quadrados por pessoa; III - a formação de centros comunitários rurais e centros sociais urbanos; IV - a instalação de ciclovias para transporte; V - o incentivo à criação de áreas de recreação e lazer e construção de clubes e áreas esportivas; VI - a preservação das áreas de interesse ecológico, histórico, paisagístico, turístico, paleontológico e arqueológico. Parágrafo único. Deverão ser controladas a qualidade e a adequação das edificações, evitando com isto a construção de edificações precárias destinadas a uma subutilização em relação ao potencial, do terreno.⁴⁶⁶

O Secretário de Planejamento do governo do Sr. Laerte Tetila, Sr. Mario Cezar Tompes da Silva, lembra-se que em 2001, a equipe de governo debateu sobre importância da constituição de um Plano Diretor para Dourados.

Então estava muito claro para gente que deveria ser feita uma intervenção grande nesta área da legislação do planejamento urbano da cidade. Tinham três coisas que precisavam de uma intervenção imediata, primeira coisa dotar a cidade de um Plano Diretor, se nós queríamos apostar no planejamento nós tínhamos que fazer isso começando por elaborar um documento legal, onde as diretrizes que norteariam esse planejamento urbano fossem explicitadas e isso era exatamente o papel de um Plano Diretor. Então estava muito claro que nós teríamos que fazer esse esforço para dotar a cidade de um Plano Diretor, e pioneiramente, porque nós tínhamos aquele Plano do Lerner, mas aquilo não produziu um Plano Diretor e deixou a cidade sem essas grandes diretrizes que iriam orientar o processo de crescimento, então as decisões tomadas foram no sentido de concentrar todos os esforços para elaborar esse plano para cidade.⁴⁶⁷

Em consonância com o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 2001, a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais, foi desenvolvido o primeiro Plano Diretor de Dourados. No Artigo 29 desse Plano, ficam

⁴⁶⁵ Lei nº 1.304 de 11 de julho de 1984. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

⁴⁶⁶ Lei Orgânica do Município, abril de 1990.

⁴⁶⁷ Mario Cezar Tompes da Silva. Entrevista realizada em 12/12/2005.

definidas as Diretrizes da Política Urbana para Dourados, dentre as quais apresento os Incisos I e VI.

A Política Urbana deverá atender às seguintes diretrizes: I – garantia do direito a uma cidade sustentável, entendido como um direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; gestão democrática, por meio da participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade, na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; VI – compatibilização do uso e ocupação do solo ao interesse da coletividade no que se refere à utilização da infra-estrutura urbana e do sistema viário básico, à preservação, conservação e melhoria da qualidade ambiental e promoção da justiça social; regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas mediante o estabelecimento de normas especiais de uso e ocupação do solo, de parcelamento e de edificação.⁴⁶⁸

Assim, as diretrizes do Plano Diretor estabelecem-se em torno do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. O Plano Diretor formula-se para o desenvolvimento de uma cidade sustentável para todos os cidadãos da geração presente e das gerações futuras, onde sua construção, execução e acompanhamento consolidam-se pela participação da comunidade através de consultas e das equipes representativas das comissões que compõem o Plano.

O Sr. Mario Cezar Tompes da Silva ainda contextualiza o momento do desenvolvimento do Plano Diretor, o ano de 2003.

Esse momento do planejamento urbano é fortemente influenciado por uma necessidade de você combater as injustiças sociais na cidade. Então nosso Plano Diretor é um filhote do movimento nacional da reforma urbana, um dos mais importantes instrumentos desse movimento nacional pela reforma urbana é o Estatuto da Cidade. O Estatuto da Cidade é uma regulamentação de artigos da Constituição que tratam do desenvolvimento urbano. O nosso Plano Diretor, na verdade foi o primeiro Plano Diretor no Mato Grosso do Sul a ser desenvolvido em sintonia fina com o Estatuto da Cidade, isso antes que o Ministério da Cidade desenvolvesse aquela campanha do Plano Diretor participativo. Nosso Plano Diretor, pelos instrumentos que ele apresenta, tem esse perfil social muito presente.⁴⁶⁹

Enquanto gestor público, ora como Secretário da Indústria e Comércio e, ora como Secretário de Planejamento, o Sr. Mario Cezar Tompes da Silva participou do

⁴⁶⁸ Lei n.º 72 de 30 de dezembro de 2003. Arquivo Prefeitura Municipal de Dourados.

⁴⁶⁹ Mario Cezar Tompes da Silva. Entrevista realizada em 12/12/2005.

desenvolvimento do conjunto de leis que denomina tripé para o planejamento de uma cidade: Lei verde, Plano Diretor e Lei de Uso do Solo.

E, por fim, também estava muito evidente que não dava mais para continuar com aquela Lei de Uso do Solo de 1992. A cidade de Dourados era outra em 2001, o problema era muito maior do que os do início da década de 90. Então tínhamos que centrar os nossos esforços para produzir uma nova Lei de Uso do Solo. Então, o planejamento urbanístico se centrou nesse tripé: a Lei verde, Plano Diretor, e a nova Lei de Uso do Solo; além disso, foram feitas outras alterações, mas de sentido complementar, o que importava eram esses três documentos que pautaram o planejamento urbano da cidade naquele momento.⁴⁷⁰

Há que se ressaltar que, naquele momento, a administração municipal, ao se preocupar com os instrumentos de planejamento e gestão da cidade, encaminhou a elaboração da legislação (Lei verde, o Plano Diretor e a nova Lei de Uso do Solo). Esse três documentos permitiriam aos gestores públicos realizar o planejamento urbano e executar novos projetos tendo o horizonte de referenciais necessários para obter o ordenamento necessário ao desenvolvimento sustentável e com qualidade de vida aos seus cidadãos.

6.2. A cidade, um espaço de preservar, recrear e sociabilizar

O Plano de Complementação Urbana, em 1979, estabelecia a proteção dos Fundos dos Vales: “Deverão ser adotados, em lei, medidas para a preservação dos fundos de vale e dos mananciais (em especial, o Rio Laranja Doce).”⁴⁷¹ A Lei de Uso do Solo, de 11 de julho de 1979, o Art. 18, por sua vez, define a faixa de proteção, “Entende-se por fundo de vale toda a faixa não edificável, no sentido da proteção dos cursos de água, cuja largura terá um mínimo de 50 (cinquenta) metros em cada margem.”⁴⁷²

Neste contexto, a Reserva Indígena de Dourados e os seus moradores também ficam dispostos no Plano Diretor de 2003. Assim como na Atualização do Plano Diretor de 1984, fica definida a Zona de Restrição Urbana, Artigo 32, Inciso III, conforme apresento na Figura 83.

⁴⁷⁰ Mario Cezar Tompes da Silva. Entrevista realizada em 12/12/2005.

⁴⁷¹ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*, p. 20

⁴⁷² Lei de Uso do Solo, de 11 de julho de 1979.

Zona de Restrição Urbana é a zona demarcada dentro do perímetro urbano que corresponde à zona de transição, assim denominada na Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano de Dourados e ainda toda a área rural que contorna a Reserva Indígena situada no território de Dourados. Letra a- A zona de Restrição Urbana deverá conter o processo de ocupação urbana para que haja distanciamento entre a Reserva Indígena e a área urbanizada da cidade, sendo proibida qualquer atividade industrial/comercial/serviços ou ainda de impacto sócio ambiental. B - A área abrangida na zona rural pela zona de restrição é aquela que limita 500 metros da linha divisória da Aldeia. C - na zona de restrição dentro do território urbano, denominado zona de transição, somente poderão ser aprovados loteamentos com lotes contendo dimensões mínimas de 1500 metros quadrados.⁴⁷³

O artigo 5º, da seção Dos Princípios Fundamentais, pela primeira vez, define os objetivos do desenvolvimento municipal relacionados ao indígena nos Incisos XI a XII.

XI - respeito e proteção da cultura indígena expressas na melhoria da qualidade de vida, no acesso à educação e à saúde, na demarcação das áreas de reserva e na integração racial com respeito à integridade de suas comunidades. XII - incentivo a agricultura orgânica, principalmente na reserva indígena, utilizando-se da criação de um selo de qualidade dos produtos indígenas. XIII - fomento à assistência técnica agrícola aos indígenas e incentivo à exploração econômica de atividades como o artesanato, a dança, a crença, entre outras que possam resgatar a valorização da sua cultura.⁴⁷⁴

Observo, por fim, que o Plano Diretor de 2003 marca um novo momento para o planejamento urbanístico inclusivo, participativo e com vista à qualidade de vida e a preservação ambiental em Dourados. Um importante exemplo desta marca apresentada pela gestão municipal de 2001-2008, bem como das regulamentações do Plano Diretor, é a criação dos loteamentos sociais e a preservação ambiental.

⁴⁷³ Lei Complementar nº 72, de 30 de dezembro de 2003. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

⁴⁷⁴ Lei Complementar nº 72, de 30 de dezembro de 2003. Arquivo Prefeitura Municipal de Dourados.

Figura 83: Zona de Restrição Urbana – limite com a Reserva Indígena



Fonte: Lei complementar nº 72 de 30 de dezembro de 2003

6.3. Os loteamentos sociais, as áreas de preservação, o perímetro e o zoneamento urbano – desafios persistentes

A criação e a estruturação de loteamentos sociais consistiram-se uma marca da política de governo do Sr. Laerte Tetila. O ex-prefeito destaca que, antes de tudo, buscou se preparar para tornar-se gestor da cidade. Geógrafo, ele fez mestrado e doutorado na USP (Universidade de São Paulo) na área de geografia física, e atuou, durante seis anos, como vereador em Dourados, o que lhe permitiu conhecer os problemas da cidade.

Na condição de geógrafo, a gente já vinha analisando. Passei pela USP, aprofundi mais os estudos nessa área de planejamento, para obter uma visão melhor. Antes de ter sido prefeito, eu tive o cuidado de ser vereador por seis anos... Busquei aprofundar o entendimento a respeito do ordenamento urbano, tive muito cuidado com a questão da expansão urbana e quais as providências a serem tomadas no sentido de corrigir os erros que já estavam estabelecidos. Por exemplo, havia erros de concepção do que é uma cidade polo.⁴⁷⁵

O ex-prefeito relata a formação de favelas e as ocupações em regiões alagadiças, que eram seus grandes desafios. Nas Fotos 74 e 75 apresento ocupações irregulares em área alagável e de preservação ambiental.

Nós pegamos Dourados com 25 favelas, estrangulava a expansão urbana. E nós, então, planejamos 25 conjuntos habitacionais, e foram todos construídos, não deixamos uma favela para trás, nenhuma família morando em lona preta no brejão; o brejo é bom para pernilongo, cobra e anfíbios, mas não para o ser humano. Nós não só sensibilizávamos com o problema, como colocamos isso no planejamento estratégico e fomos planejando e eliminamos esse problema, até porque, bastava dar uma chuva pequena de trinta milímetros, você já tinha que alugar vinte, trinta ônibus ou mais para pegar o pessoal, por exemplo, desse fundão do Cachoeirinha para levar lá para o Douradão, que a água batia quase no teto da casa. Isso já tinha sido incorporado na cidade, todo mundo vivia com isso daí como se fosse normal, e nós demos um jeito de resolver esse problema.⁴⁷⁶

⁴⁷⁵ Laerte Tetila. Entrevista realizada em 11/12/2015.

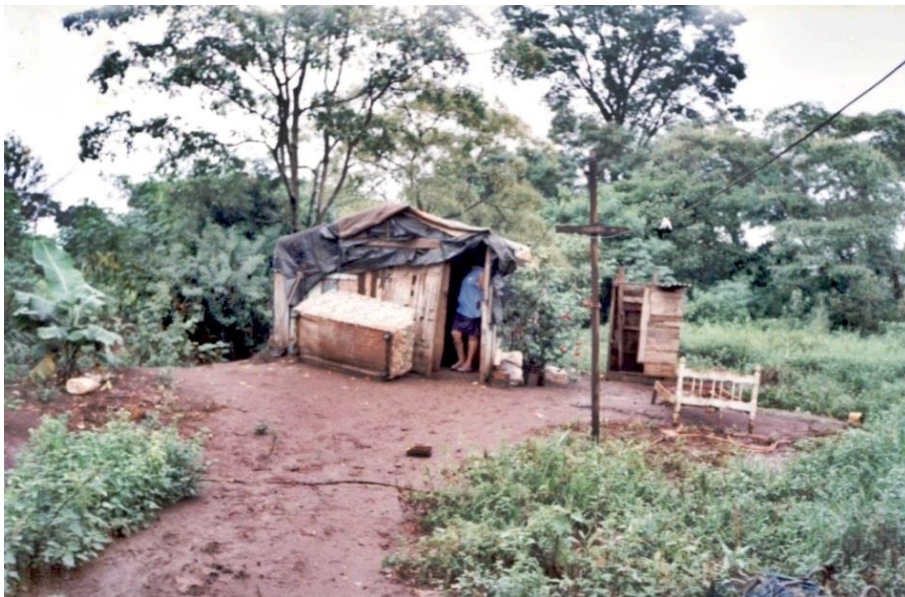
⁴⁷⁶ Laerte Tetila. Entrevista realizada em 11/12/2015.

Foto 74: Ocupação irregular em área alagável na região do Parque Arnulpho Fioravante



Fonte: Coleção Prefeitura Municipal de Dourados, fotografia, acervo do CDR/FCH/UFGD

Foto 75: Ocupação irregular na reserva ambiental na região da Vila Cachoeirinha.



Fonte: Coleção Prefeitura Municipal de Dourados, fotografia, acervo do CDR/FCH/UFGD

O Sr. Astúrio Dauzacker, quando se lembra do crescimento de Dourados nos anos 80, destaca que a ocupação irregular já era um problema desde aquela época.

[...] a única coisa que Dourados não se preocupava muito, por exemplo, era a ocupação irregular nestes fundos de vale, só que o Prefeito não quer tirar, vai ficando, vai ficando, o cara fica morando num fundo de vale com água luz e esgoto, é proibido, mas a pessoa entrou.⁴⁷⁷

⁴⁷⁷ Astúrio Dauzacker. Entrevista concedida a autora em 01/12/2015.

Para se compreender o contexto que, em parte, explica a situação de moradia precária de famílias de trabalhadores/as de baixa renda, cabe lembrar o histórico da elaboração de legislações anteriores. Por exemplo, o veto ao Parágrafo 2º do Artigo 4º do Projeto da Lei 1.040 de julho de 1979, Lei do Uso do Solo, contida no Plano de Complementação Urbana, que estabelecia a responsabilidade da Prefeitura pelas melhorias das áreas destinadas aos operários e às classes de baixa renda, posteriormente nominadas loteamentos sociais.

Art. 4º A Prefeitura Municipal, por convênio com proprietários ou por desapropriação, delimitará áreas nos extremos do perímetro urbano, destinados à implantação de loteamentos para atender aos operários e às classes de baixa renda. [...]. § 2º Estes loteamentos obedecerão à lei específica quanto à sua organização, porém correrão por conta da Prefeitura as melhorias exigidas pela Lei do Uso do Solo, sem, todavia ser computada esta despesa no preço do lote. (vetado o parágrafo)⁴⁷⁸

O veto do Parágrafo 2º do Artigo 4º eximia a Prefeitura da responsabilidade pela melhoria dos loteamentos sociais. Sobretudo, as áreas destinadas ao loteamento para os operários e as pessoas da classe de baixa renda localizar-se-iam nos extremos do perímetro urbano e, dessa forma, afastadas das regiões com infraestrutura e equipamentos.

Observo que, naquele momento, tanto a Prefeitura quanto os Vereadores concordaram em desonerar os cofres públicos dos investimentos em melhorias nos bairros destinados a atender operários e pessoas da classe de baixa renda. Não obstante, com a despreocupação da criação e o investimento em loteamentos para esse grupo de pessoa, sem que haja outra opção, eles acabam por ocupar irregularmente fundos de vales e terrenos não edificados pela cidade. Esse efeito, sobretudo, veio provocando pressões sociais na cidade, de forma que gestores públicos viam-se obrigados da criação de grandes conjuntos habitacionais.

Com a desobrigação de investimentos em melhoria nesses bairros pela Prefeitura, essas áreas permaneciam sem drenagem de água pluvial e pavimentação asfáltica; sendo atendidas, ainda que depois de longo período de espera, por redes de água potável, energia elétrica, iluminação pública. Ora, se os custos das melhorias não seriam por conta da prefeitura, quem assistiria esse grupo?

Ressalto, ainda, que as melhores áreas para a moradia na cidade encontravam-se em propriedade de investidores ou especuladores imobiliários, em especial aqueles lotes mais próximos ao centro e assistidos por infraestrutura e equipamentos, e que continham, sobretudo, características topográficas mais favoráveis à habitação. Por outro lado, as áreas

⁴⁷⁸ Lei 1.051 de 10 de setembro de 1979. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

nos extremos do perímetro urbano, destinavam-se à implantação de loteamentos para atender aos operários e às classes de baixa renda, uma vez que esses imóveis possuíam menor valor, todavia, localizavam-se cada vez mais distantes da região central da cidade. Destaco ainda que essa situação pressionava a expansão do perímetro urbano da cidade, e os loteamentos iam surgindo em regiões sem infraestrutura e distantes dos equipamentos comunitários existentes; havia ainda aqueles bairros que se formavam em regiões em condições topográficas desfavoráveis à moradia.

As ocupações irregulares adentravam os fundos de vales, as regiões alagáveis, e as matas ciliares de proteção ambiental dos Córregos Água Boa e Rego D'Água na região da Vila Cachoeirinha. Maria Amabili Alves de Castro analisa o Projeto Renascer em Dourados, que retirou 409 famílias de ocupações irregulares em áreas de risco para a realocação em loteamentos sociais dotados de infraestrutura e equipamentos comunitários.

[...] além do projeto de regularização fundiária, o poder público municipal objetivou também desenvolver um trabalho de “inclusão social” com as famílias que foram removidas, construindo na área receptora um complexo com infra-estrutura como, por exemplo: uma escola, um posto de saúde, um CRAS (Centro de Geração de Emprego e Renda) e um CEIM (Centro Educacional Infantil). O procedimento adotado pelo poder público, para a remoção das famílias, deu-se por intermédio de um levantamento, feito por uma equipe técnica, composta por profissionais de diversas áreas, como, arquitetos, geógrafos, sociólogos, assistentes sociais, etc, que trabalharam na elaboração do projeto.⁴⁷⁹

As 409 famílias removidas passaram a habitar “[...] os conjuntos habitacionais construídos, Estrela Porã I, II e III e Estrela Yvatê, loteamento nas proximidades do Parque do Lago II, que encontra-se em uma região alta da cidade, parte oposta ao Córrego Água Boa”⁴⁸⁰. Restabelecida a área de preservação ambiental, foi criado na região o Parque Ecológico do Cachoeirinha e uma rua de acesso com infraestrutura básica de asfalto, drenagem pluvial e esgoto.

A Prefeitura beneficiou aproximadamente 409 famílias com a transferência para o conjunto habitacional Estrela Porã onde cada família recebeu uma casa de 43,7 m² em terreno de 220 m² e depois removeu os barracos em pontos de invasão e demarcou a área do Parque (2.500 metros separando a Avenida do Parque) que terá cerca de oito hectares, galerias de águas pluviais, pavimentação (Rua Barão do Rio Branco 2,5 metros lineares) e saneamento básico. O Parque Ambiental e a via marginal estarão

⁴⁷⁹ CASTRO, Maria Amabili Alves de. *Tramas e dramas no urbano. O projeto renascer em Dourados-MS e o processo de (re) produção socioespacial*, p. 49-50.

⁴⁸⁰ Op. Cit., p. 51.

beneficiando mais de 3 mil famílias que moram na região, além das transferidas para os conjuntos habitacionais o qual procurou-se fazer primeiro uma pesquisa socioeconômico e conscientização antes das remoções.⁴⁸¹

Em comemoração aos 500 anos do descobrimento do Brasil no ano 2000, a Prefeitura criou a Vila Brasil 500, reorganizando uma região próxima ao Córrego Rego D'Água. Na Foto 76, apresento as ocupações irregulares que se encontravam os moradores dessa área.

Foto 76: Moradores das proximidades da região de implantação da Vila Brasil 500 em 2001



Fonte: Coleção Prefeitura Municipal de Dourados, fotografia, acervo do CDR/FCH/UFGD

A ocupação irregular apresentada na Foto 76 adentrava a área de preservação ambiental do Córrego Rego d'Água. A Sr.^a Celina Campuzano ocupava esse área; ela veio do Paraguai com o seu marido para trabalhar em Dourados; sem casa e dinheiro para pagar o aluguel, instalou-se em barraco até que pudesse adquirir sua própria casa.

A gente não tinha casa própria, viemos morar com a dona, né?, com a patroa os dois. Daí terminou o serviço, ele queria ir embora, e daí os amigos dele que já conhecia ele falou: “não, aqui a gente arruma um terreno, constrói fica aqui”. Porque lá serviço era mais difícil. E aí esse amigo dele, que já conhecia, falou:” Tem uma invasão. Você não quer enfrentar? Tem que entrar lá e ficar lá e construir um barraco e ficar lá”. Eu falei: “Topo”. É ali onde é o Parque. Era tudo mato, nós ficávamos bem em frente ao campo ali da Erundina. O campo de futebol ficava ali bem em frente o campinho, ali. Eu falei: “Se for pra ficar aqui, eu já gosto, eu já gostei do lugar”. Se ele

⁴⁸¹ SILVA, Ênio Alencar da. *Problemática Ambiental em Dourados/MS: Análise das Políticas Públicas nas zonas de interesse ambiental*, p.58.

falasse: “Não, vocês têm que fazer inscrição para ganhar essa casa”. Outros falavam: “Essas casas só ganha bem longe da cidade, bem longe, e daí você tem que pagar circular, essas coisas tudo”. E daí quando a gente entrou ali, eu já gostei do lugar achava tudo perto, e daí ficamos um ano.⁴⁸²

Seu marido havia construído duas peças e eles já estavam contentes com o lugar que era próximo ao centro da cidade. A possibilidade de morar na região, ganhar uma casa e a urbanização do novo bairro que se criaria, seria muito melhor. Após um ano de ocupação, a Prefeitura apresentou uma proposta.

Entramos em dois mil, no mesmo ano que a gente chegou já entramos ali, e daí a Prefeitura foi lá falou que o terreno ali não era próprio para construir casa, que era terreno ambiental, que ia conseguir um terreno pra nós e tirar-nos de lá, um terreno já pronto para cada um. Daí ficamos esperando, esperando, depois de um ano saiu aqui, o terreno aqui, 2001 já, lá a gente ficou um ano. Era o Tetila ia lá, conversava com nós, ele não deixou a gente lá.⁴⁸³

A Sr.^a Celina Campuzano lembra-se que o próprio Prefeito Sr. Laerte Tetila esteve lá explicando sobre o deslocamento da área de preservação ambiental para o novo loteamento. Na Foto 77 apresento a obra de construção da Vila Brasil 500.

Aí graças a Deus conseguimos aqui pertinho de novo, conseguimos a casinha até conseguir reformar a casa, a prefeitura deu o material e mandou fazer também, o terreno o material e mandou construir também, enquanto isso a gente ficava também no fundo, cada um no seu terreno, enquanto estava construindo a casa, porque lá tinha um prazo para sair de lá, chegou esse prazo, a gente já veio tudo para cá, depois foi fazendo e entregou.⁴⁸⁴

A construção da Vila Brasil 500 iniciou-se no final de 2001 e foi concluída no começo do ano seguinte. Diferente dos demais loteamentos sociais, a Vila Brasil 500 integrava-se a loteamentos já implantados, como o Jardim Água Boa que, naquele momento, já possuía infraestrutura e equipamentos comunitários; assim o novo conjunto integrava-se a uma estrutura viária existente, contando ainda com equipamentos de educação, saúde e lazer nas circunvizinhança do bairro. A Sr.^a Celina Campuzano reforça sua satisfação em morar naquele lugar.

Acho que aqui tem cinquenta e seis famílias, era mais gente, quase cem, só que daí mandaram para outro lugar, o Estrela Porã, o Estrela Verá – tirou

⁴⁸² Celina Capuzano. Entrevista realizada em 27/05/2016.

⁴⁸³ Celina Capuzano. Entrevista realizada em 27/05/2016.

⁴⁸⁴ Celina Capuzano. Entrevista realizada em 27/05/2016.

todo mundo e deu casa para todo mundo, para nós caiu do céu. Eu gostei daqui, tranquilo tudo perto, já tinha a Escola Loide, igreja, ônibus, eles não deixaram ônibus aqui porque ninguém usou: ia até lá, fazia a volta e voltava vazio. Tem o que já tinha mesmo, o pessoal daqui que usava ônibus, usava só aquele, e daí tiraram de novo.⁴⁸⁵

Foto 77: Fase de construção do Bairro Brasil 500, Dourados, 2002.



Fonte: Coleção Prefeitura Municipal de Dourados, fotografia, acervo do CDR/FCH/UFGD

Esse bairro tem apenas 56 casas, que ocupam dois quarteirões. Ele une-se a uma estrutura existente de escola, posto de saúde, igreja, mercado, ônibus. Isso reduziu a necessidade de investimentos, por parte da Prefeitura, em equipamentos e, sobretudo, possibilitou a integração dos novos moradores ao bairro já existente. Esse conceito foi expandido a outros bairros, de forma a evitar a criação de bolsões de pobreza. O Sr. Mário Cezar Tompes da Silva destaca que o objetivo era

[...] evitar transformar esses conjuntos habitacionais nestes quistos de isolamento da pobreza e com o objetivo de fazer com que esses conjuntos habitacionais começassem a ser implantados, se não na área central, pelo menos na área urbanizada.⁴⁸⁶

Quanto a esse aspecto da quantidade de moradias por conjunto habitacional, cabem algumas considerações. Observo que a equipe técnica que elaborou o Plano de Complementação Urbana (1978), ao fazer os levantamentos para obtenção de dados, constatou que os conjuntos habitacionais BNH construídos, ou em projeto até aquele momento, consistiam em extensos loteamentos com 316 (trezentas e dezesseis), 288 (duzentas

⁴⁸⁵ Celina Capuzano. Entrevista realizada em 27/05/2016.

⁴⁸⁶ Mario Cezar Tompes da Silva. Entrevista realizada em 12/12/2005.

e oitenta e oito), 544 (quinhentas e quarenta e quatro) moradias nos BNH 1º, 2º e 3º Planos respectivamente e 1000 (um mil) no BNH 4º Plano, assim como 386 (trezentas e oitenta e seis) casas no Campo Dourado. Considerando o efeito urbanístico na cidade, de conjuntos habitacionais com essas proporções, e apresentando a justificativa da necessidade de se “amenizar a paisagem”⁴⁸⁷, o Projeto Lerner propunha que os loteamentos seriam limitados a 200 unidades habitacionais, mantendo uma distância de 500 metros entre conjuntos.

Contudo, o Projeto da Lei nº 1.040 de 1979, enviado à Câmara dos Vereadores, teve seu Parágrafo Único, do Artigo 15, vetado por essa Casa de Lei. Posteriormente, através da Lei nº 1.051 de 10 de setembro de 1979, o Parágrafo torna-se Lei quando é vedada a sua supressão, no entanto, definem-se 250 unidades residenciais. A Lei nº 1.092 de 22 de dezembro de 1980, por sua vez, aumentou essa quantidade para 500 casas.

Dessa forma, a legislação não acompanhou a proposta elaborada pela equipe de Jaime Lerner, e os loteamentos, nas décadas seguintes, foram implantados em desacordo com o previsto inicialmente no Plano de Complementação Urbana, localizando-se com distâncias inferiores a 500 m ou com número de lotes superiores a 200.

A retomada daquela diretriz proposta pela equipe de Lerner veio com o Plano Diretor de 2003, em seu Artigo 99, Inciso V, que estabelece novos limites para a distância entre os loteamentos e o número máximo de lotes:

Implantar conjuntos habitacionais de pequeno porte com distâncias mínimas de 400 (quatrocentos) metros um do outro, com infra-estrutura necessária, composto de no máximo 150 (cento e cinquenta) lotes;⁴⁸⁸

Assim, 24 anos após o veto do Parágrafo 2º do Artigo 2º da Lei do Uso do Solo, o Plano Diretor de 2003 retorna à legislação sobre os loteamentos e casas destinadas à população desprivilegiada economicamente.

A localização dos loteamentos sociais e seu adensamento também foram objetos de regulamentação. O capítulo V do Plano Diretor de 2003, que trata dos instrumentos de planejamento e ordenação do espaço urbano, na Seção III, estabelece critérios para as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social. Em seu Art. 39 estabelece que

[...] as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são áreas selecionadas para a acomodação, adequação e readequação da população de baixa renda de maneira a possibilitar melhor qualidade de vida aos cidadãos. § 1º Nas ZEIS serão incentivados as edificações de habitações multifamiliares,

⁴⁸⁷ JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO, *Dourados: Estrutura urbana*, p. 20.

⁴⁸⁸ Lei complementar nº 72 de 30 de dezembro de 2003. Arquivo Prefeitura Municipal de Dourados.

contribuindo para a otimização da infra-estrutura por meio do adensamento que a moradia coletiva proporciona. § 2º A densidade demográfica líquida das ZEIS não deve ultrapassar a 500 habitantes por hectare e o gabarito máximo das edificações deve ser de 4 pavimentos, obedecendo as diretrizes de uso e ocupação do solo. § 3º A lei de uso e ocupação do solo deverá estabelecer diretrizes urbanísticas especiais e diferenciadas para cada ZEIS, conforme suas peculiaridades.⁴⁸⁹

O Plano Diretor de 2003 divide as ZEIS em três grupos: as ZEIS 1 são áreas de loteamentos sociais existentes; as ZEIS 2 referem-se à área com disfunção urbanística tipo irregularidade nos lotes ou ocupação em locais impróprios; as ZEIS 3, por sua vez, são áreas urbanas vazias, de interesse para a implantação de loteamentos sociais para a população de baixa renda, Figura 84.

Destaco, sobretudo, que, a exemplo da ZEIS 1, fica estabelecida, como responsabilidade do Poder Público Municipal, a instalação de infraestrutura e de equipamentos urbanos, conforme Art 41, § 2º e §3.

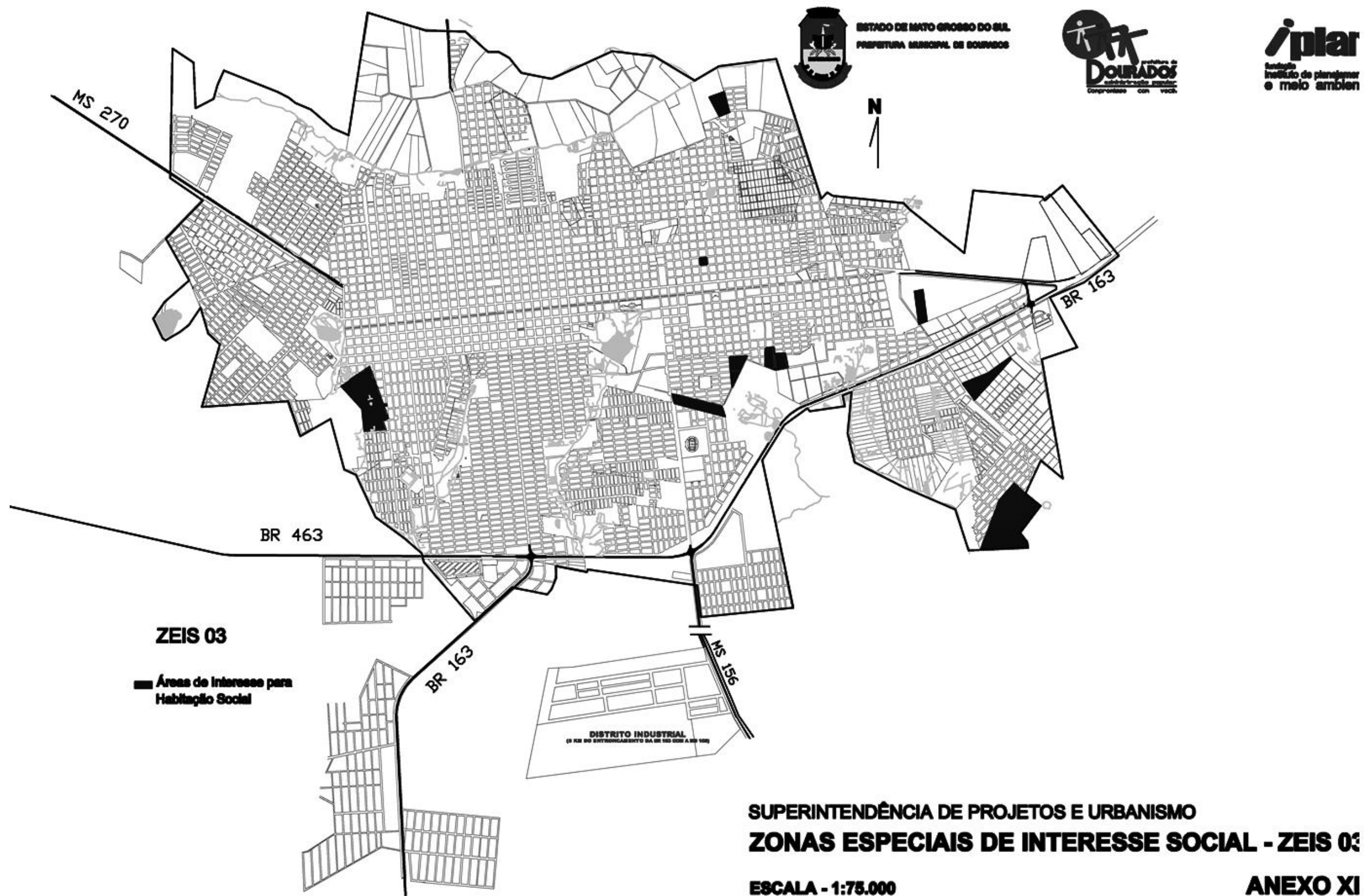
§ 2º A prioridade das ZEIS 1 é a instalação de infraestrutura e de equipamentos urbanos comunitários por parte do Poder Público Municipal bem como o incentivo a empreendimentos de interesse coletivo, como fossas sépticas individuais ou coletivas, praças, monumentos, reformas em escolas, postos de saúde, entre outros. § 3º Fica o Poder Público Municipal obrigado a implantar pavimentação asfáltica prioritariamente nas ZEIS 1 – anexo VIII A, por estar sua população já estabelecida antes de 2001.⁴⁹⁰

Assim, os conjuntos habitacionais foram pensados com no máximo 150 unidades, no entanto, sua viabilização técnica não foi possível em todos os projetos. Na Tabela 16 apresento os loteamentos sociais implantados entre 2001 e 2004, na gestão do Sr. Laerte Tetila; na Figura 85 localizo estes loteamentos no mapa da cidade de Dourados.

⁴⁸⁹ Lei complementar nº 72 de 30 de dezembro de 2003. Arquivo Prefeitura Municipal de Dourados.

⁴⁹⁰ Lei complementar nº 72 de 30 de dezembro de 2003. Plano Diretor. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

Figura 84: Plano Diretor de 2003 – Zonas Especiais de Interesse Social



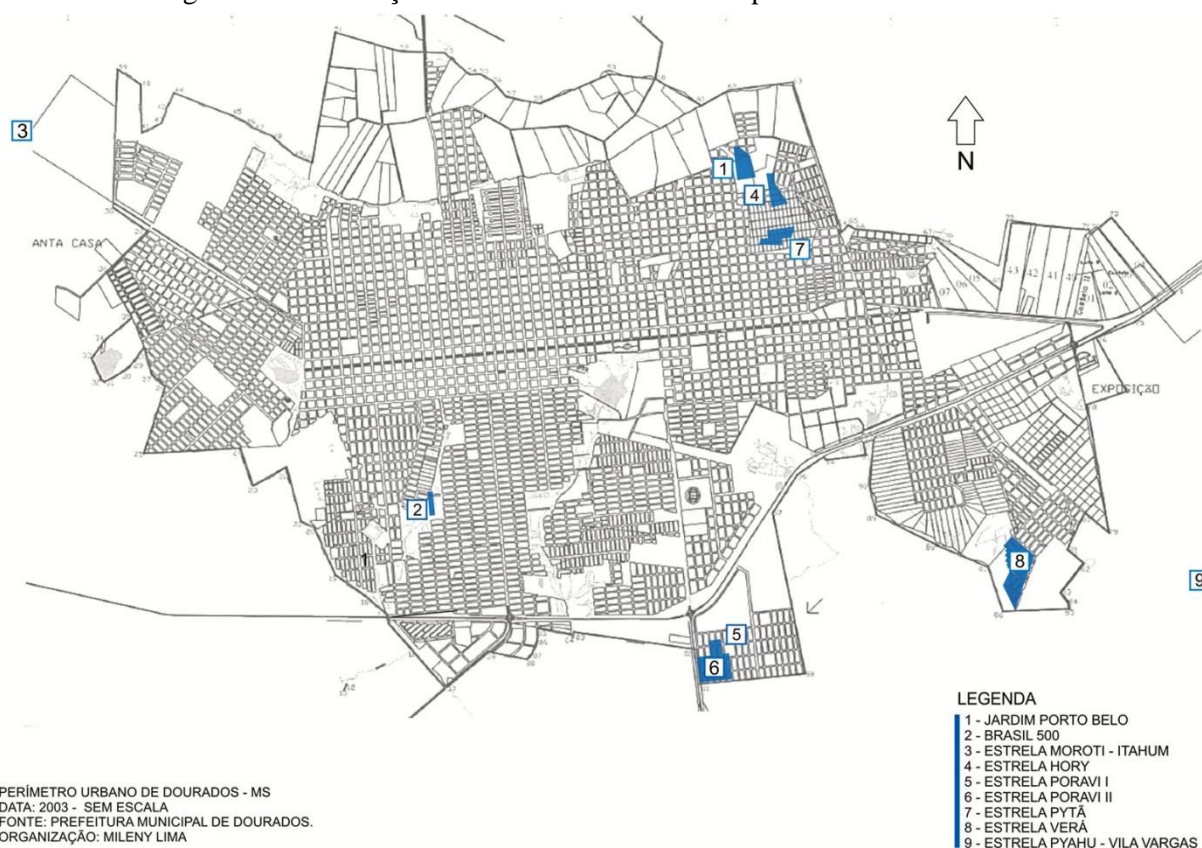
Fonte: Lei complementar nº 72 de 30 de dezembro de 2003. Arquivo Prefeitura Municipal de Dourados

Tabela 16: Loteamentos sociais edificados entre 2001 e 2004

PROGRAMA	LOTEAMENTO	UNIDADE	ANO
Tijolo por Tijolo	Porto Belo	132	2002
Tijolo por Tijolo - Mutirão	Brasil 500	56	2002
Morar Melhor - Itahum	Estrela Moroti	17	2002
PSH*	Estrela Hory	96	2003
PSH*	Estrela Poravi I	56	2003
PSH*	Estrela Poravi II	241	2003
PSH* – Distrito de Itahum	Estrela Moroti	11	2003
PAR**	Estrela Pytã	131	2004
PSH*	Estrela Verã	235	2004
PSH* – Distrito de Vila Vargas	Estrela Pyahu	18	2004
Total =		993	
* Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social			
** Programa de Arrendamento Residencial			

Fonte: QUEIROZ, Francisco da Silva. Análise das desigualdades socioespaciais na distribuição da moradia em Dourados MS: Apontamentos para o estudo de uma cidade média. 2014, p. 84.

Figura 85: Localização dos loteamentos sociais implantados de 2001 a 2004



Fonte: Adaptado de DOURADOS. Prefeitura de – *GeoDourados Banco de Ddados Multifinalitário* – Disponível em: <http://geo2.dourados.ms.gov.br/geodourados/map.phtml>, Acesso em: Julho de 2016

A partir dessa proposta, famílias que habitavam áreas de fundo de vale na Vila Cachoeirinha, nas imediações do Córrego Rego d'Água e na da área do Parque foram deslocadas e assistidas pelo poder público, obtendo casas na mesma região ou em outras áreas da cidade, todavia, em pequenos agrupamentos de residências.

Sobre uma dessas experiências, a Sr.^a Cláudia Carvalho Santos lembra-se de quando foi desapropriada parte da Vila Cachoeirinha para ampliar a área de preservação ambiental. Moradora desde a doação dos lotes, na construção da Vila Cachoeirinha, destaca que o bairro ficou bonito com a ampliação da área de preservação ambiental e a construção da Via Parque, rua que define o novo limite do loteamento.

Era um monte de barraquinha tudo ali. Daí, na época do Tetila, tirou tudo dali, derrubou as casas construídas, cozinha de azulejo, derrubou tudo, e deu outras casinhas lá em outro lugar. Ele derrubou e deu outras casas, mas eram pequenas, eles ficaram bravos. Aqui ficou bonito, lá, e ali também.⁴⁹¹

Além da definição das Zonas Especiais de Interesse Social, outra dimensão fundamental do Plano Diretor é o estabelecimento do perímetro urbano da cidade. Estabeleceu-se, em 2003, um perímetro urbano de 7.381 ha, Figura 86. Tratava-se de um perímetro 43% maior se comparado com a proposição do Plano de Complementação Urbana, definido pela Lei nº 1.040 de 11 de julho de 1979, que era de 5.148 ha e apresentava a seguinte justificativa:

A proposta de uso do solo em Dourados procura estimular a ocupação dos espaços vazios existentes dentro da malha urbana, evitando a multiplicação de loteamentos em áreas inadequadas que venha a onerar a Administração Municipal na execução de obras de infra-estrutura e de equipamentos.⁴⁹²

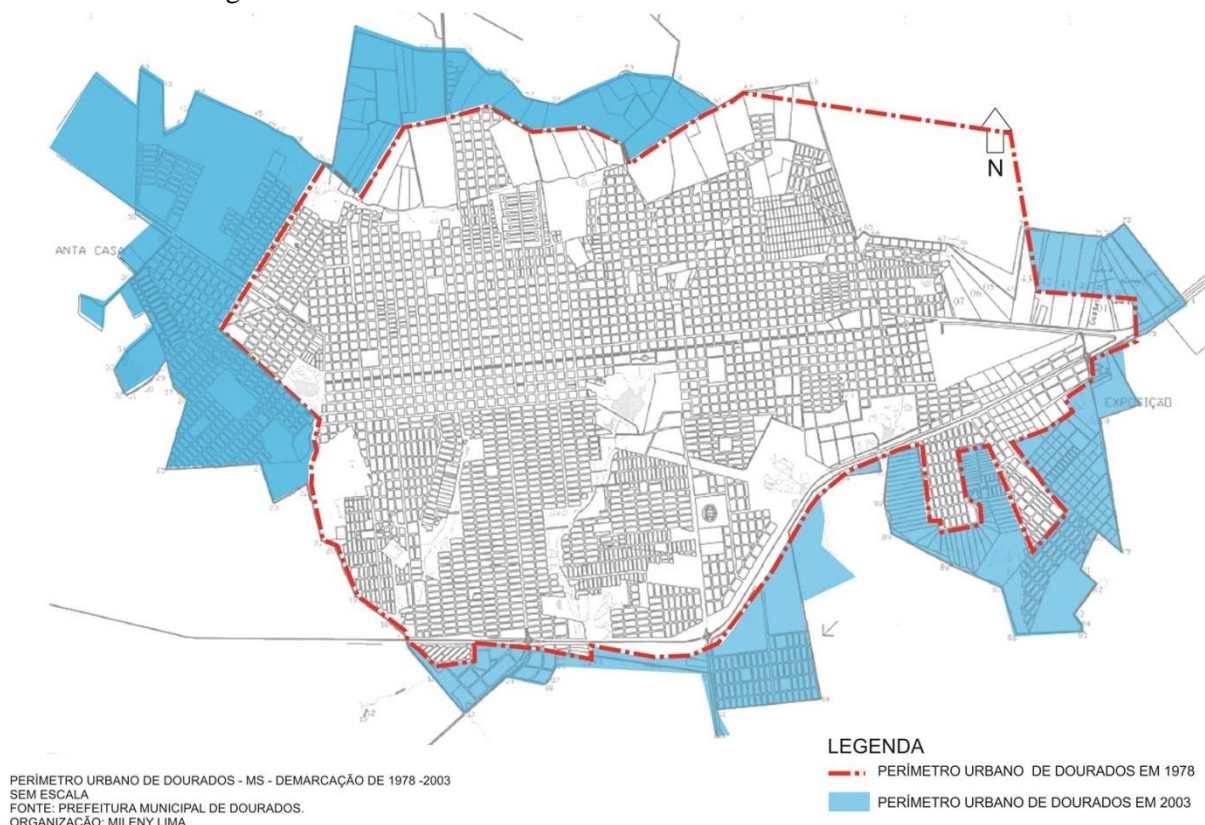
Para exemplificar a influência do perímetro urbano na definição da densidade populacional e, vice-versa, apresento uma simulação considerando as alterações na área urbana da cidade. Para a população urbana de Dourados no ano 2000 igual a 149.928 habitantes⁴⁹³, obtemos a densidade populacional de 20 hab/ha; a expectativa do Projeto de Jaime Lerner, por outro lado é, na média, igual a 136 hab/ha, Tabela 17.

⁴⁹¹ Cláudia Carvalho Santos. Entrevista realizada em 26/08/2015.

⁴⁹² Jaime Lerner. *Dourados Estrutura Urbana. Jaime Lerner Planejamento Urbano*, Curitiba, dezembro de 1978, p 20.

⁴⁹³ Censo Demográfico 2000, disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=50&letra=D,

Figura 86: Perímetro Urbano de Dourados no ano 1979 e no ano 2003.



Fonte: Adaptado de DOURADOS. Prefeitura de – *GeoDourados Banco de Ddados Multifinalitário* – Disponível em: <http://geo2.dourados.ms.gov.br/geodourados/map.phtml>, Acesso em: Julho de 2016

Tabela 17: Variação no Perímetro Urbano e na Densidade Demográfica de Dourados entre 1979 e 2003

Ano	População urbana		Perímetro urbano		Densidade populacional	
	(hab.)	Variação (%)	(ha)	Variação (%)	(hab/ha)	Variação (%)
1979	54.000		5.148		10,5	
2003*	149.928	178	5.148	0	29,1	178
2003**	149.928	178	7.381	43	20,3	94
Projeto***	700.128	1.197	5.148	0	136,0	1.197
Alterado****	1.003.830	1.759	7.381	43	136,0	1.197

* Mantendo-se o perímetro urbano definido em 1979 e utilizando-se a população de 2000
 ** Utilizando-se o perímetro urbano definido em 2003 e a população de 2000
 *** Projetado para maturidade da cidade: 700.128 hab em 5.148 ha com 136,0 hab/ha
 **** Alterado para maturidade da cidade: 136,0 hab/ha para 7.381 ha levaria a 1.003.830 hab

Fonte: Organizado pela autora, a partir do Plano de Complementação Urbana e Censo Demográfico 2000

Destaco que, analisando-se a Tabela 17, 24 anos após o Plano de Complementação Urbana, o perímetro aumentou 43%, enquanto que a densidade populacional que era de 10,5 hab/ha passou para 20,3 hab/ha, ou seja, 94%. Caso se mantivesse o Perímetro Urbano inicial de 5.148 ha, a densidade populacional em 2003 seria igual a 29,1 hab/ha.

É bom retomar aqui o que a equipe de Jaime Lerner projetou como expectativa para o futuro da cidade. Seria o aumento da densidade populacional de 10 hab/ha para 136 hab/ha, e este índice ocorreria quando a cidade atingisse 700.128 hab, desde que mantivesse o Perímetro Urbano proposto. Observo que a política de ampliação do perímetro urbano tem se afastado, cada vez mais, do objetivo proposto no Plano de Complementação Urbana. Outra projeção pode demonstrar tal situação, ao se considerar o novo Perímetro Urbano de 2003 e o adensamento projetado por Jaime Lerner de 136 hab/há. Dourados só atingiria esse índice quando tivesse 1.003.830 (um milhão e três mil e oitocentos e trinta) habitantes.

Por fim, com o aumento do perímetro urbano, as densidades populacionais inicialmente planejadas no Plano de Complementação Urbana encontravam-se, em 2003, subdimensionados. No artigo *As armadilhas da definição do zoneamento e das densidades populacionais urbanas* são citados os problemas gerados quando as densidades estão subdimensionadas:

Espalhamento excessivo da cidade, uma vez que menores densidades demandam mais área para acomodar um mesmo número de pessoas; Aumento artificial do preço da terra, que se torna escassa e por isso encarece; Possível “expulsão” de comunidades tradicionais e/ou de baixa renda, por causa da valorização do preço da terra; Conversão desnecessária de áreas rurais em áreas urbanas; Possível destruição de áreas verdes para transformação em área urbanizada; Imposição de maiores distâncias aos deslocamentos; Possível inviabilização de uma série de equipamentos comunitários, uma vez que a quantidade de pessoas talvez não seja suficiente para viabilizar o investimento necessário. O mesmo vale para as linhas de ônibus, que por causa da baixa densidade provavelmente terão que deixar grandes porções do território não atendidas.⁴⁹⁴

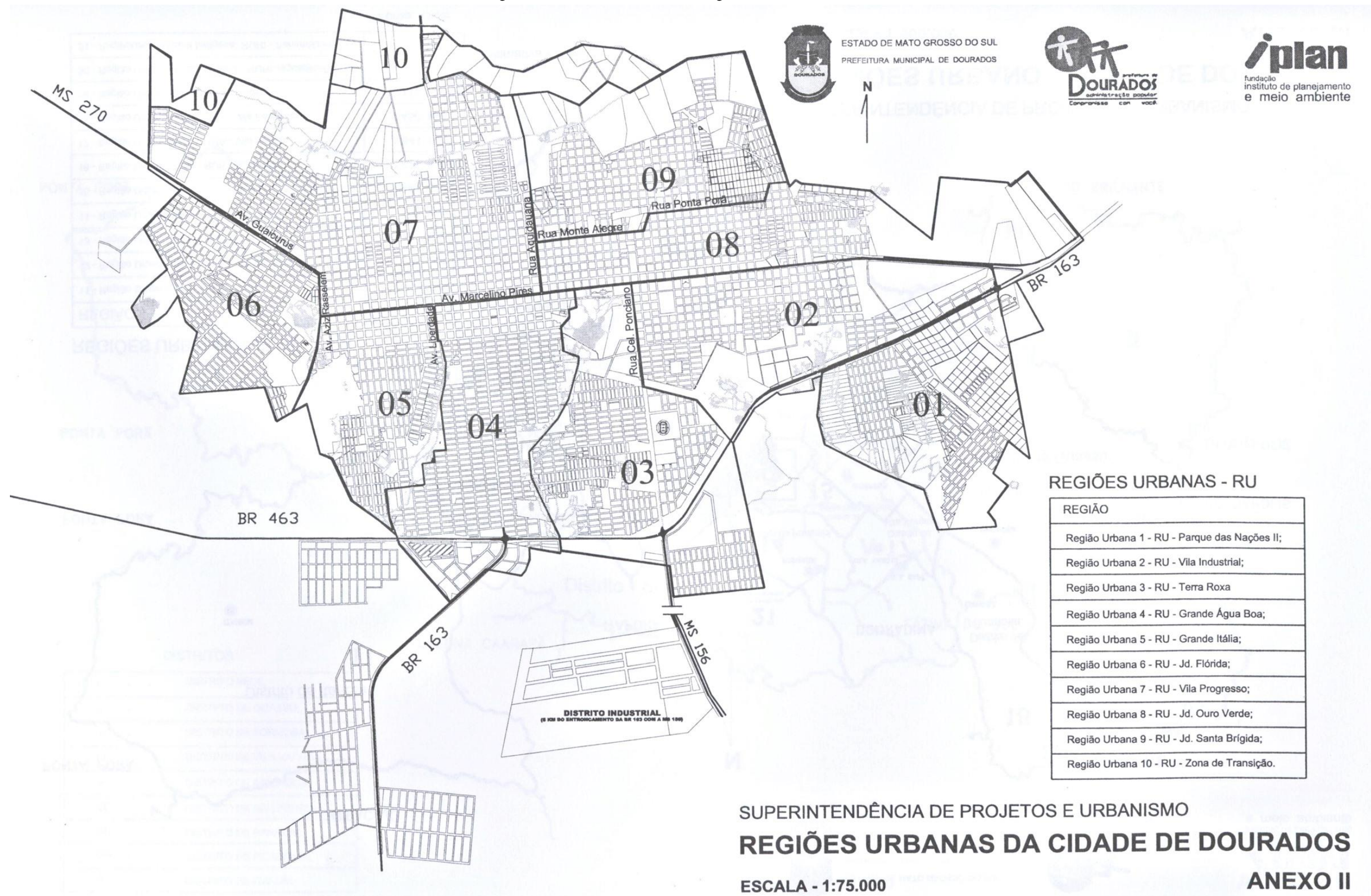
Todos esses efeitos do adensamento subdimensionado eram sentidos, em maior ou menor grau, naquele início da primeira década do século em Dourados, apesar de quase ter dobrado o índice de adensamento entre 1979 e 2003. Um dos fatores mais sentidos na gestão pública, em relação ao espalhamento excessivo da cidade, estava relacionado às dificuldades

⁴⁹⁴ SABOYA, Renato. *As armadilhas da definição do zoneamento e das densidades populacionais urbanas*. 2010. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/>

de se manter equipamentos e serviços necessários ao atendimento da saúde, educação e transporte.

Assim, o novo zoneamento do município, definido no Plano Diretor de 2003, divide Dourados em quatro áreas: Zona Urbana, Zona de Expansão Urbana, Zona de Restrição Urbana e Zona Rural. A Zona Urbana, por sua vez, foi subdividida em dez regiões, conforme Figura 87.

Figura 87: Plano Diretor de 2003 – regiões no urbano de Dourados



Fonte: Lei complementar nº 72 de 30 de dezembro de 2003

Por fim, é no Plano Diretor de 2003, que fica previsto, no Art. 59, o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória para a redução dos espaços vazios no perímetro urbano.

O parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios são instrumentos urbanísticos aplicados pelo Poder Público Municipal, através de lei específica, para as áreas urbanas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas, previstas no anexo XVI desta lei, com a finalidade de promover um adequado aproveitamento da propriedade e induzir a ocupação e o desenvolvimento das funções sociais da cidade. § 1º Parcelamento Compulsório é a divisão obrigatória de áreas ociosas do solo urbano, em unidades juridicamente independentes, na forma de loteamentos, desmembramentos e fracionamentos; § 2º Edificação Compulsória é a edificação obrigatória em áreas urbanas ociosas já parceladas; § 3º Utilização Compulsória é a utilização obrigatória de áreas urbanas ociosas já parceladas e edificadas.

Destaco, por outro lado, a preocupação do Urbanista com adensamento nos eixos da cidade, no equilíbrio da paisagem da cidade e, também, a distribuição espacial das edificações. O Sr. Manoel Frost Capilé lembra-se do início da implantação da Lei do Uso do Solo, em especial destaca a resistência de grupos da sociedade a manutenção do limite do número de pavimentos, de forma que este número foi sendo alterado ao longo dos anos conforme apresento na Tabela 18.

Foi feito esse plano pela equipe do Jaime Lerner, mostra ali as intervenções que seriam feitas e deveriam ser feitas e tem muita coisa que não foi obedecida, uma parte do plano que era a Lei do Uso do Solo, ela começou a ser implantada em 79, houve uma rejeição muito grande por parte da população, principalmente a equipe da prefeitura, porque a equipe veio de fora, então os coronéis daqui os donos de áreas e loteamentos e tal não aceitavam certas imposições da Lei e foi uma briga tremenda, e foi com muito sacrifício que foi possível fazer cumprir a Lei. 79 ela começou. O gabarito para edifício, por exemplo, foi estabelecido que era seis andares no máximo, eles (os investidores) insistiam que era inviável era antieconômico fazer prédios de seis pavimentos tinha que ter dois elevadores, economicamente não era viável, forçaram tanto a barra que a câmara dos vereadores acabou aceitando algumas alterações, houve alguma mudança e foi liberado prédios mais alto.⁴⁹⁵

⁴⁹⁵ Manoel Frost Capilé. Entrevista realizada em 17/09/2014.

Tabela 18: Limite de pavimentos do Plano de Complementação Urbana ao Plano Diretor

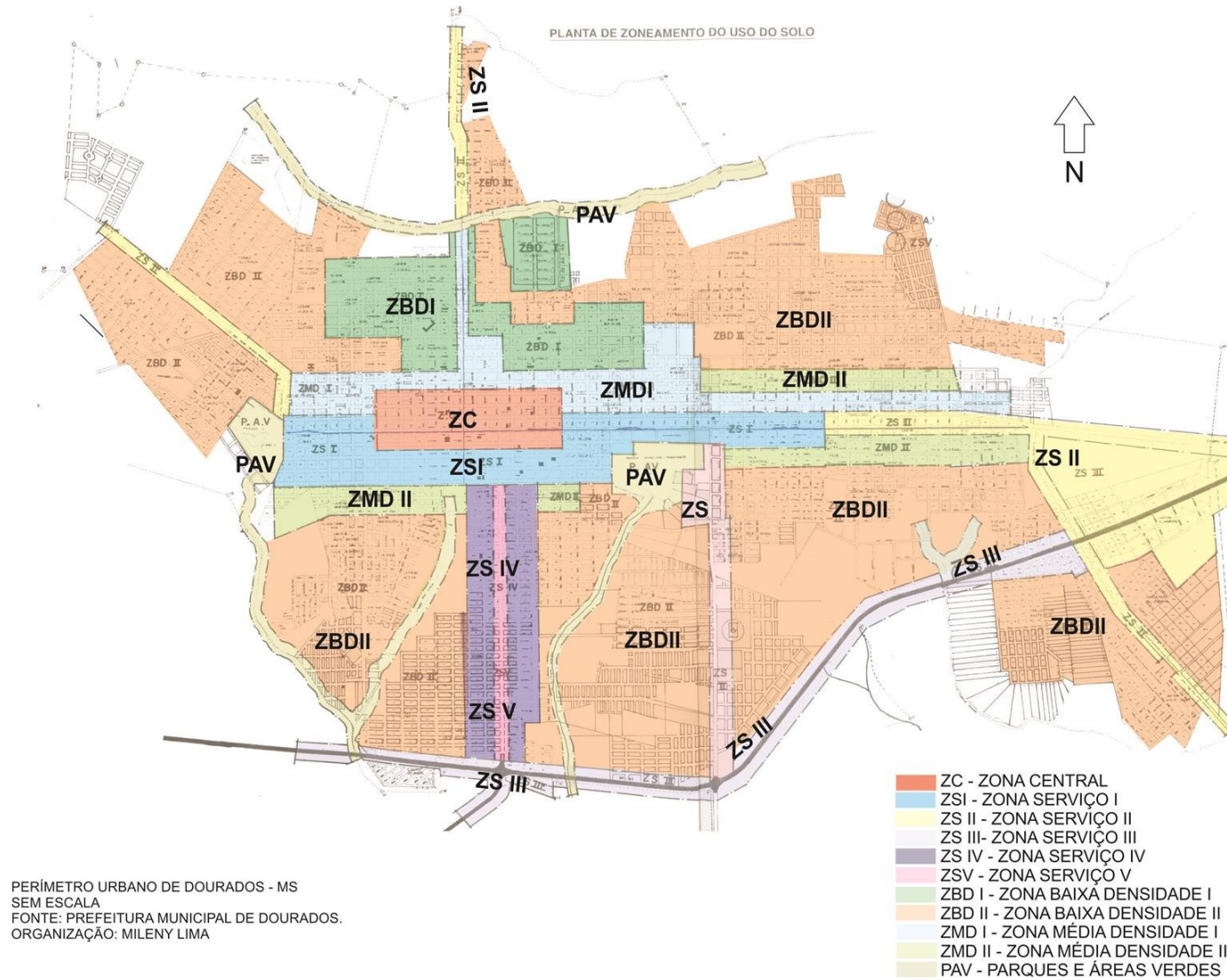
ZONAS		NÚMERO MÁXIMO DE PAVIMENTOS					
		Projeto de Lei	Proposição da Lei	Lei 1.040 de 11/07/1979	Lei 1.051 de 10/09/1979	Lei 1.376 de 13/06/1986	Lei Complementar 08 de 5/11/1991
I	Zona de Média Densidade I	4	livre	vetado	6	12	12
II	Zona de Média Densidade II					4	12
III	Zona de Baixa Densidade I		livre	vetado	2	2	4
IV	Zona de Baixa Densidade II	2	livre	vetado	6	2	4
V	Zona de Serviço I	4	livre	vetado	6	12	12
VI	Zona de Serviço II	2*	livre	vetado	2*	7	12
VII	Zona de Serviço III					2	4
VIII	Zona de Serviço IV						4
IX	Zona de Serviço V						4
X	Área Central	4	6	6	6	12**	12
XI	Zona - Parque - Verde e Fundo de Vale						
		* Com exceção de construções especiais justificadas tecnicamente;					
		** Excluindo o terreo.					

Fonte: Dados obtidos nas Leis referenciadas e no documento *Dourados Estrutura Urbana. Jaime Lerner Planejamento Urbano*, Curitiba, dezembro de 1978.

O zoneamento urbano, por sua vez, definido pela Lei Complementar nº 08 de 5 de novembro de 1991, conforme apresento na Figura 88, encontrava-se alterado da proposta inicial do Plano de Complementação Urbana. Há, agora, a inclusão da Zona de Média Densidade II e as Zonas de Serviços III, IV e V; observa-se, sobretudo, que as áreas dos zoneamentos encontram-se disposta em regiões diferentes da proposta original.

Destaco, por fim, que a definição de eixos de serviços e, paralelamente, a disposição das Zonas de Média Densidade e Baixa Densidade I, previstas inicialmente por Jaime Lerner, não mais fica caracterizado.

Figura 88: Zoneamento urbano definido pela Lei Complementar nº 08 de 5 de novembro de 1991



Fonte: Lei Complementar nº 08 de 05 de novembro de 1991

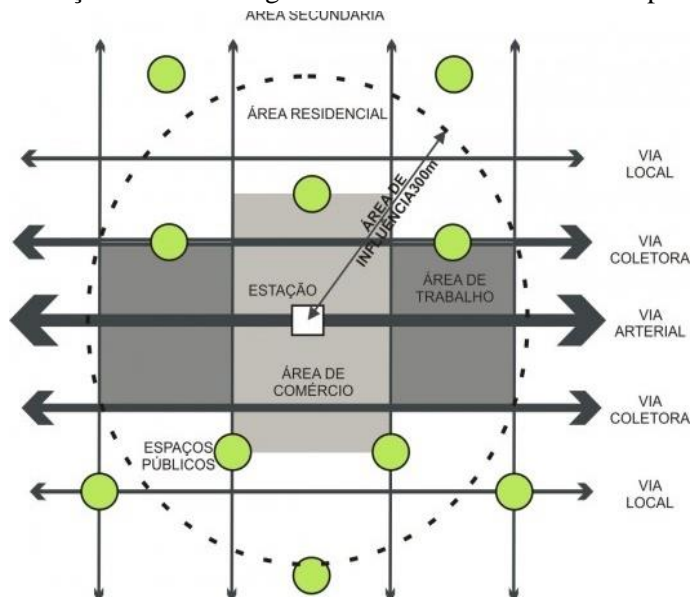
6.4. A cidade, um espaço de vida, trabalho e mobilidade integrados – projeções

O projeto urbanístico apresentado por Jaime Lerner fundamenta-se em uma metodologia de utilização dos espaços urbanos integrada de morar, trabalhar e mover-se, sobretudo, determinada por este último. O desenho da cidade estruturava-se em um eixo concentrador de serviços, servido por um sistema de transporte coletivo rápido onde ficaram previstos os maiores adensamentos nas proximidades desse eixo. Essa estrutura urbana, representada na Figura 89 e descrita por Patrícia de Amorim Hidalgo, é chamada Desenvolvimento Orientado pelo Transporte (DOT).

Dentre alternativas metodológicas ligadas às redes de mobilidade urbana, o conceito apresentado por Calthorpe (3), possui como principal aspecto conceitual o desenvolvimento do espaço urbano em função do pedestre, estimulando assim viagens a pé. A tendência é que se reduza a necessidade de viagens feitas em veículo privado e permita que a comunidade esteja mais integrada. Os conceitos DOT baseiam-se em estratégias de organização de crescimento regional de alta densidade, nos de corredores de sistema de transporte de alta capacidade e nos principais nós de centralidade. Nos entornos das estações, prevê-se calçadas amplas que favoreçam os percursos feitos a pé e a elaboração de zonas mistas, com edificações que disponibilizam os primeiros pavimentos para atividades comerciais e serviços, e os pavimentos superiores disponíveis para habitação.⁴⁹⁶

⁴⁹⁶ HIDALGO, Patrícia de Amorin. Desenvolvimento Orientado pelo Transporte – DOT. Minha cidade. Cidades brasileiras, Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.183/5749> Acesso em: junho de 2016.

Figura 89: Ilustração da metodologia Desenvolvimento Orientado pelo Transporte



Fonte: HIDALGO, Patrícia de Amorin. Desenvolvimento Orientado pelo Transporte – DOT. Minha cidade. Cidades brasileiras, Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.183/5749> Acesso em: junho de 2016

Com um raio de influência de 600 metros, ou ainda, definido por uma faixa lindeira a um eixo de serviços, o Desenvolvimento Orientado ao Transporte apresenta significativas vantagens, como também evita diversos problemas associados à mobilidade urbana, como apresenta Patrícia de Amorim Hidalgo.

As grandes distâncias entre as áreas de moradia e dos destinos diários da população (equipamentos, serviços e trabalho), tomam árduas horas dos dias com locomoção. Maiores deslocamentos tendem a gerar congestionamentos, principalmente se estes são realizados com automóveis particulares individuais, os quais produzem emissão de gases prejudiciais à saúde, como monóxido de carbono e hidrocarbonetos, acidentes de trânsito, além de subutilizar o tráfego em relação à capacidade das vias.⁴⁹⁷

Paralelamente ao sistema viário arterial, distribuem-se as fontes geradoras de emprego e, contíguas a estas, consolidam as áreas residenciais em uma zona mista de trabalho e moradia, também permeada por áreas públicas.

Os atributos espaciais deste conceito são de áreas onde se localizam linhas de transporte público; concentração de atividades de comércio, serviços e/ou de produção; características físicas favoráveis ao acesso regional e local por

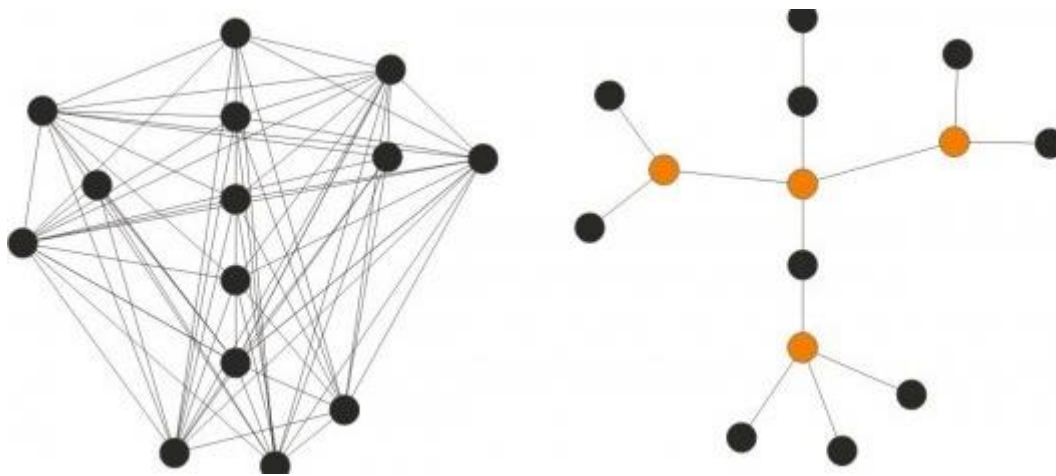
⁴⁹⁷ HIDALGO, Patrícia de Amorin. Desenvolvimento Orientado pelo Transporte – DOT. Minha cidade. Cidades brasileiras, Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.183/5749> Acesso em: junho de 2016.

vias coletoras, arteriais e expressas; e características físicas favoráveis ao adensamento do espaço edificado, graças à topografia plana ou pouco acidentada.⁴⁹⁸

Na Figura 90, à esquerda, apresento a ilustração de uma rede fictícia, onde todas as suas conexões são diretas, de ponto a ponto. Na direita, por sua vez, a ilustração demonstra a concentração dos deslocamentos dispostos sob uma condição hierárquica de mobilidade utilizando-se dos mais variados meios de deslocamento: viagens a pé, de bicicleta, de carroça, de transporte coletivo e, por último de automóvel.

A construção de bairros compactos e de alta densidade, vinculados a uma rede de transporte público de qualidade, proporciona poucos e menores deslocamentos, propicia melhor acessibilidade aos serviços, além de maiores interações sociais à população, em função da maior qualidade dos espaços públicos (2). Com isso espera-se qualificar o desenvolvimento econômico, social e a qualidade de vida da população de forma sustentável.⁴⁹⁹

Figura 90: Diagramas baseados na estrutura proposta por Smets – à esquerda uma rede de conexões diretas e à direita o sistema DOT



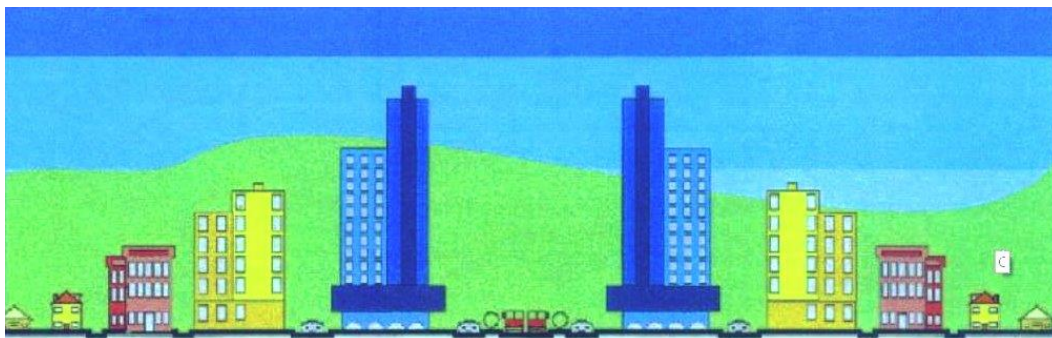
Fonte: HIDALGO, Patrícia de Amorin. Desenvolvimento Orientado pelo Transporte – DOT, 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.183/5749> Acesso em: junho de 2016.

Destaco que a metodologia apresentada foi projetada no Plano de Complementação Urbana, constitui-se em um conceito estrutural de cidade para Jaime Lerner, conforme apresento na Figura 91.

⁴⁹⁸ Op. Cit., 2015.

⁴⁹⁹ Op. Cit., 2015.

Figura 91: Ilustração da distribuição espacial das densidades populacionais em função do setor estrutural.



Fonte: Jaime Lerner Arquitetos Associados. *Preparando el futuro en tiempos de incertidumbre*, 2009.

No artigo *Qualquer cidade pode ser criativa*, Jaime Lerner descreve o que se esperar de uma cidade. O arquiteto destaca que construir uma cidade é concentrar esforços para realizar um sonho e, que ao final, tudo que se espera é qualidade de vida para os moradores.

Eu diria que embora nem todas as cidades sejam criativas, todas têm potencial para sê-lo. Para mim, a própria essência da cidade criativa depende de sua habilidade para construir um sonho coletivo e mobilizar os esforços de seus cidadãos, para transformar esse sonho em realidade – um esforço que pode ser realizado por qualquer cidade, pequena ou grande. No final, a concretização dessa visão de futuro pode ser traduzida como qualidade de vida. Qualidade de vida que é expressa em alguns conceitos fundamentais para qualquer cidade: sustentabilidade, mobilidade e solidariedade, temas aliás que mobilizaram ideias inventivas em todo o mundo. Viver perto de seu trabalho, ou trazer seu trabalho mais próximo à sua casa é um dos pilares da sustentabilidade. Reduzir o uso do automóvel [...]⁵⁰⁰

Somando-se ao transporte público, rápido e conduzido em calhas exclusivas, cujo eixo estrutura todo o sistema, o Desenvolvimento Orientado ao Transporte prioriza, antes de tudo, a mobilidade não motorizada obtida pelo morar próximo ao trabalhar, como também, em seu entorno, servir-se das demais demandas de habitação, educação, saúde e recreação e lazer.

Favorecer a mobilidade não motorizada com o desenvolvimento de espaços priorizados a pedestres e ciclistas contribui com a dinâmica dos térreos, acessibilidade e funcionalidade dos espaços públicos. Os percursos de pedestres e ciclistas devem conectar diversos núcleos de interesse e de atração, e destinos-chave às moradias. Ativando espaços públicos, economia local e a conectividade do bairro.⁵⁰¹

⁵⁰⁰JAIME LERNER ARQUITETOS ASSOCIADOS. *Preparando el futuro en tempos de incertidumbre*. Foro Internacional de Reflexion sobre el futuro. Madrid, 28 Mayo 2009, p 39.

⁵⁰¹HIDALGO, Patricia de Amorin. Desenvolvimento Orientado pelo Transporte – DOT. Minha cidade. Cidades brasileiras, ano 16, out. 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.183/5749>

Contudo, essa metodologia não desconsidera o automóvel, por outro lado, propõe-se restringi-lo aos trajetos eventuais, ou que não possam ser servidos, sob a condição requerida de tempo e acesso, pelos demais meios de deslocamento.

É importante ressaltar que na implantação do DOT, este sistema não eliminará completamente o uso do automóvel privado, para que efetivamente haja redução do tráfego nas vias públicas é necessário que o investimento em transporte de massas resulte em viagens mais rápidas, como principal forma de atrair o usuário do sistema que fará viagens mais distantes.⁵⁰²

Jaime Lerner ainda descreve a estrutura da mobilidade de uma cidade mais saudável.

O sistema de superfície tem a vantagem de, com as condições certas (tais como faixas exclusivas, embarque de nível e pré-pago, e alta frequência), alcançar um desempenho muito parecido ao do trem subterrâneo, a um custo que é acessível a virtualmente todas as cidades, de modo muito mais ágil. Uma cidade mais saudável surge onde o carro não é a única opção confortável de transporte; onde a energia de deslocamentos desnecessários é poupada; onde se estimula a caminhada por suas ruas, parques e avenidas.⁵⁰³

Por último, o princípio estruturante do projeto, fundamentado no Desenvolvimento Orientado para o Transporte, enquanto não se obtém a integração do trabalho e moradia, sobretudo, dispostos nas proximidades do eixo de transporte coletivo estruturado, através de uma alta densidade populacional, fica desestruturado, não consumando suas vantagens precípuas apresentadas no Projeto Lerner.

O eixo da Rua Marcelino Pires define uma Zona de Serviços do tipo 1, permitindo-se nas duas quadras lindeiras, a instalação de hotéis, edifícios públicos, estabelecimento de saúde e de ensino, editoras, tipografias e gráficas, postos de abastecimento de veículos e pequenas oficinas, não incômodas. Nas zonas estruturais, definidas por uma faixa de ambos os lados da Rua Marcelino Pires, abrigariam usos mistos de habitação e seus serviços configurando uma Zona de Média Densidade, com altura máxima de edificações, de até 4 pavimentos na escala de casarão, definindo o setor melhor equipado da cidade.⁵⁰⁴

Esse fato trouxe graves consequências para todo o projeto urbanístico desenvolvido, uma vez que impactou na distribuição espacial das moradias, na distância entre o morar e o trabalhar, no custo da disponibilização da infraestrutura e dos equipamentos comunitários e, até mesmo, na capacidade do município de atender essas demandas. Não menos importante, o

⁵⁰² Op. Cit., 2015.

⁵⁰³ JAIME LERNER ARQUITETOS ASSOCIADOS. *Preparando el futuro en tempos de incertidumbre*. Foro Internacional de Reflexion sobre el futuro. Madrid, 28 Mayo 2009, p 40.

⁵⁰⁴ Jaime Lerner. *Dourados Estrutura Urbana. Jaime Lerner Planejamento Urbano*, p 20.

aumento do custo e do tempo para o deslocamento contribuíram negativamente na qualidade de vida do morador douradense.

Pensando, no entanto, na cidade como um espaço de vida, trabalho e mobilidade, Aline Martins da Silva, apresenta a compatibilidade entre as vias locais de tráfego lento com as atividades recreativas nas calçadas.

Conforme identificado por Basso (2001), a calçada adequada para o uso, de fato, intensifica a frequência de uso das ruas e interfere na forma de apropriação. Por exemplo calçadas percebidas como propícias para a prática de exercícios podem ser apropriadas para tal fim. Constatou-se que o movimento veicular e de pedestres não são necessariamente incompatíveis. De acordo com os resultados, a adaptação da rua para que os veículos circulem vagarosamente (estreitamento da pista, menor velocidade permitida, entre outros) numa via de intenso uso diário e noturno, por exemplo, pode favorecer a boa convivência de veículos e pedestres e contribuir para a atratividade da via.⁵⁰⁵

Aline Martins da Silva também observou que as ruas podem se tornar atrativas quando oferecem oportunidades aos usuários. Assim, a partir da disponibilização de comércios, equipamentos de recreação e lazer e, sobretudo, pelo próprio movimento das pessoas que vivem nas proximidades e também se apropriam desses espaços, passam a mantê-los sempre frequentadas.

As ruas pesquisadas têm como principal atrator as atividades que oferecem aos usuários. [...] De modo que seja para o uso comercial, seja para o lazer noturno ou para a prática de atividades físicas, estas ruas têm sua imagem atrelada às atividades que oferece. O uso comercial mostrou-se importante para a intensidade de apropriação das ruas investigadas, [...] Quando as ruas oferecem recantos confortáveis, que favorecem a permanência (restaurantes, bares), tendem a apresentar maior intensidade de uso. O movimento de pessoas no espaço público confirmou-se como um importante atrator, principalmente para as ruas, [...]. Concorda com o entendimento de Lefebvre (2001), de que os usuários também vão às ruas para consumir o espaço e que o aglomerado de objetos nas lojas e vitrines e de pessoas nas calçadas torna-se razão e pretexto para reunião das pessoas.⁵⁰⁶

Destaco ainda que, para privilegiar as viagens a pé, a organização espacial baseada no Desenvolvimento Orientado ao Transporte deve garantir distâncias compatíveis com esse meio de deslocamento e, de uma forma geral, vias atrativas para o pedestre. Assim, a estruturação de calçadas regulares, dimensionadas adequadamente ao fluxo de pedestre sob

⁵⁰⁵ SILVA, Aline Martins. *Atratividade e Dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo*. 2009, p. 231.

⁵⁰⁶ SILVA, Aline Martins. *Atratividade e Dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo*, p. 230.

condições de amenidade torna atrativo o deslocamento a pé em um raio de até 1500 m. Em um espaço como esse, as pessoas deverão encontrar as necessidades pertinentes à habitação: educação, saúde, recreação e comércios em geral.

De acordo com Mônica Fiuza Gondim, a bicicleta pode suprir distância de até 3 km, podendo chegar até 6 km quando tratar-se do deslocamento ao trabalho.

De acordo com o manual do Geipot (1983), a distância ideal para o transporte de bicicleta é de 800 m a 3 km, sendo normal uma viagem de casa-trabalho de 5 a 6 km. Como grande parte das viagens, realizadas em área urbana, é para distâncias menores do que 3 km, elas poderiam ser realizadas por bicicleta, caso houvesse uma infra-estrutura que oferecesse segurança e conforto para o ciclista.⁵⁰⁷

Assim, esse meio de transporte, quando estimulado através de ciclofaixas e ciclovias adequadas, dispostas com amenidades, com a instalação de estacionamentos apropriados pode ser uma alternativa utilizada com mais frequência e por mais pessoas no deslocamento urbano.

O transporte coletivo, por sua vez, projetado na Atualização do Plano Diretor de 1984 tinha papel importante para o sucesso do Projeto Lerner. O redesenho das rotas dos ônibus e o terminal de transporte, instalado ao lado do centro administrativo do município, traria, certamente, um diferencial à mobilidade em Dourados. Esse terminal integraria os distritos de Dourados, através das linhas municipais, às linhas urbanas, e estas as linhas intermunicipais e interestaduais. Enquanto que o tráfego das linhas destinadas a outros municípios e estradas seria desviado para o anel viário, as linhas urbanas seriam conduzidas no eixo estrutural da cidade através de calhas exclusivas para ônibus, aumentando a rapidez e a segurança no transporte coletivo e, dessa forma, a atratividade aos usuários.

O automóvel, desta forma, seria menos utilizado uma vez que uma parte significativa do deslocamento estaria sendo realizado a pé, de bicicleta e de transporte coletivo, sem esquecer ainda da carroça, veículo de tração animal utilizado na cidade. Ao automóvel, o Plano de Complementação Urbana e a Atualização do Plano Diretor, dedicaram uma hierarquização entre as vias, definidas por velocidades e finalidades diferentes na mobilidade urbana: via expressas, arteriais, coletoras e locais.

No entanto, há que se observar que esse cenário planejado não se concretizou. As moradias foram sendo dispostas distantes dos locais de trabalho, exigindo maiores

⁵⁰⁷ GONDIM, Mônica Fiuza. Caderno de desenhos: Ciclovias, 2010, p. 72.

deslocamentos; o transporte coletivo e a bicicleta, por sua vez, não obteve a atração necessária através da instalação da infraestrutura projetada e as pessoas que tinham condições de optar, decidiram pelo uso do automóvel ou da motocicleta, assim, o projeto urbanístico inicialmente proposto desestruturou-se.

6.5. As ciclovias em implantação, tensões e maior mobilidade para população

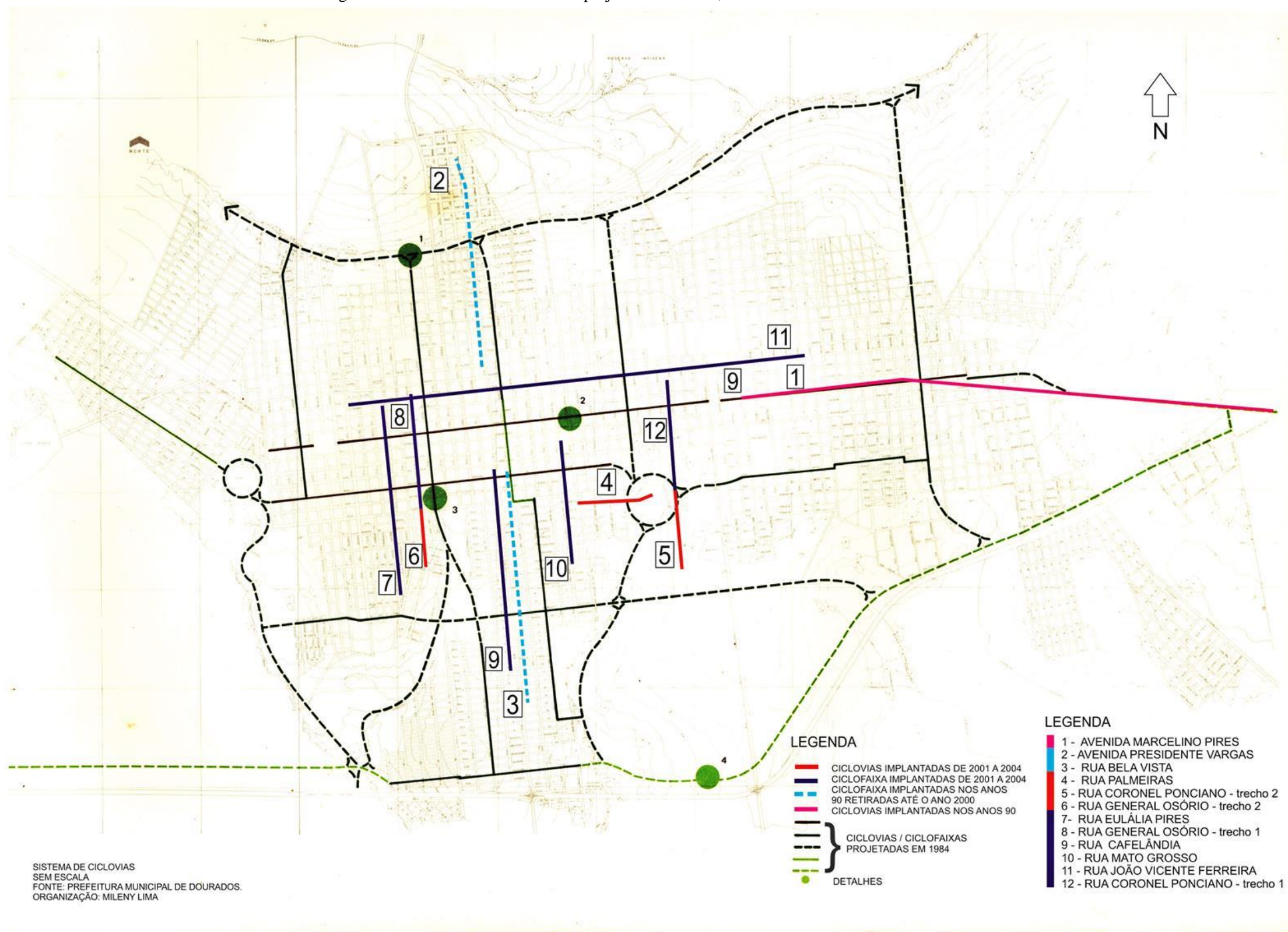
No começo dos anos dois mil, no mandato do Sr. Laerte Tetila foi criada a Superintendência de Transporte e Trânsito na Secretária de Serviços Urbanos. O superintendente, Sr. Oslon Carlos Estigarribia Paes de Barros, apresenta as ruas onde foram implantadas ciclofaixas e ciclovias em Dourados no período de sua gestão.

Na época, quando a gente começou a implantar, a gente chegou a ser a terceira cidade no Brasil em extensão de ciclovia, ciclofaixa. Nós tínhamos 30 quilômetros de ciclovia. A gente implantou aqui na Eulália Pires, que era uma rua essencial, onde moravam trabalhadores, na Rua General Osório, na Rua Coronel Ponciano, que eram os grandes corredores, e na Cafelândia, que eram grandes corredores no sentido norte-sul da cidade. No sentido leste-oeste, implantamos também na João Vicente Ferreira; na Marcelino Pires já tinha lá no final, na Rua Palmeira nós colocamos também no sentido leste-oeste. Primeiro foi uma ciclofaixa, depois virou uma ciclovia.⁵⁰⁸

Na Figura 92 apresento as ciclovias e ciclofaixas propostas na Atualização do Plano Diretor de 1984, as vias que foram executadas e permaneceram ou foram retiradas nos anos 90 e, aquelas que foram implementadas na gestão do prefeito Laerte Tetila, até o ano 2004.

⁵⁰⁸ Oslon Carlos Estigarribia Paes de Barros. Entrevista realizada em 11/07/2016.

Figura 92: Ciclovias e ciclofaixas em projetadas em 1984, instaladas e retiradas até o ano 2004

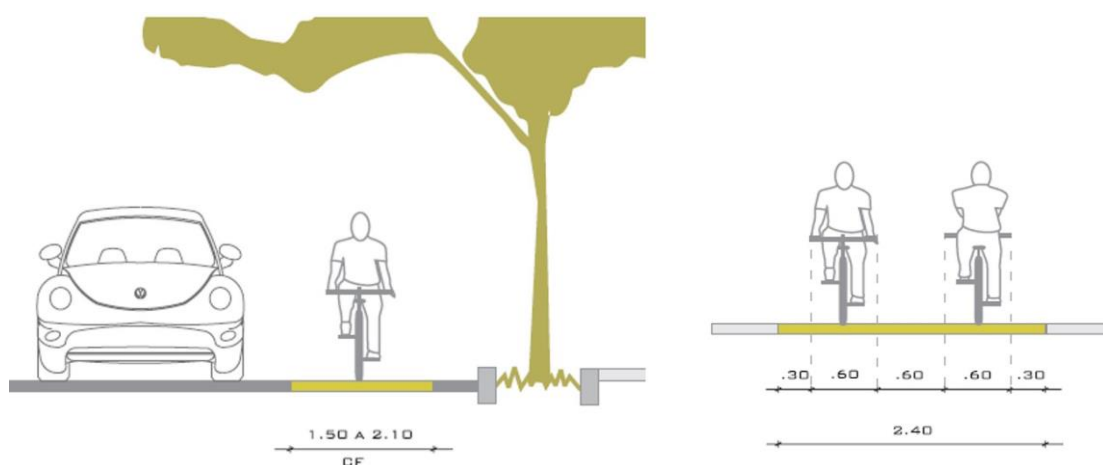


Fonte: Adaptado de CIDADE de Dourados: atualização do Plano Diretor: Administração Luiz Antônio, p. 61.

Mônica Fiuza Gondim detalha três diferentes espaços para bicicletas no urbano da cidade: as ciclofaixas na pista, Figura 93, as ciclofaixas na calçada e as ciclovias.

As ciclofaixas na pista podem ser unidirecionais ou bidirecionais. Dependendo das condições de uso e ocupação do solo e do trânsito, a bicicleta pode ser colocada entre: a calçada e a faixa de tráfego; a calçada e a faixa de estacionamento; a faixa de estacionamento e a faixa de tráfego; as faixas de circulação de veículos.⁵⁰⁹

Figura 93: Ciclofaixa unidirecional e bidirecional instalada entre a calçada e a faixa de tráfego ou estacionamento



Fonte: GONDIM, Mônica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*, 2010, p 71.

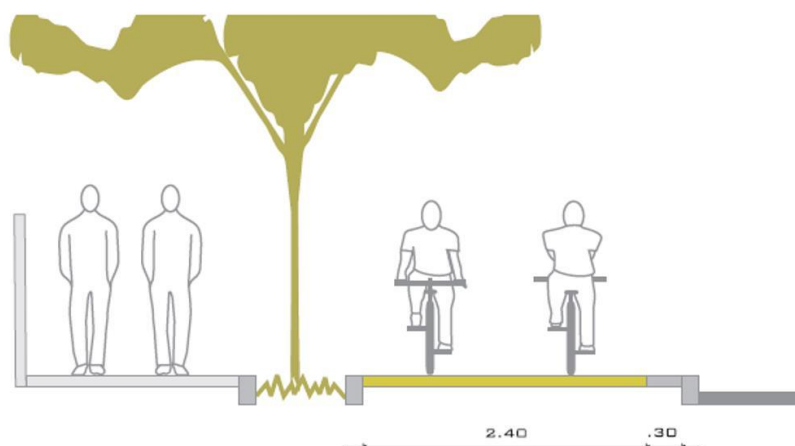
As ciclofaixas instaladas nas faixas de tráfego devem ter piso diferenciado e serem separadas através de tachões. Essas ciclofaixas podem ser implantadas conforme a Figura 94.

A ciclofaixa na pista, sempre que possível, deve ter um piso diferenciado da faixa de veículos ou ser definida por meio de sinalização horizontal representada por uma linha branca de 0,10 m a 0,20 m sobre a qual poderão ser colocados tachões.⁵¹⁰

⁵⁰⁹ GONDIM, Mônica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias* p 70.

⁵¹⁰ Op. Cit. p. 72

Figura 94: Ciclofaixa bidirecional na calçada

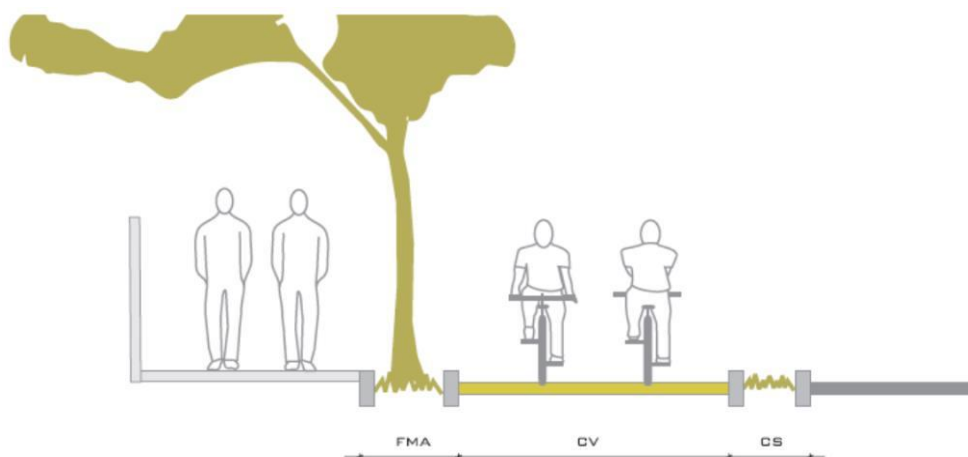


Fonte: GONDIM, Mônica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*, 2010, p 72.

A ciclovia, por sua vez, apresenta maior segurança no trajeto devido à segregação obtida pela instalação de uma guia separadora em concreto. Para dois ciclistas em sentidos contrários, instalada na lateral da via de veículo deve ter largura mínima de 2,7 m, conforme Figura 95.

As ciclovias oferecem maior segurança durante o trajeto ao longo da via, já que a segregação impede a invasão de veículos sobre o espaço de circulação de bicicletas. A calçada separadora também amortiza o impacto da passagem do veículo próximo ao ciclista. [...] Elas requerem um maior custo de construção e de manutenção, em parte devido à drenagem.⁵¹¹

Figura 95: Ciclovia bidirecional na lateral da via de veículo



Fonte: GONDIM, Mônica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*, p 92.

⁵¹¹ Fonte: GONDIM, Mônica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*, 2010, p 90.

O Sr. Oslon Barros descreve e localiza as ciclovias e ciclofaixas que ainda permanecem instaladas na cidade. Na Foto 78 apresento a ciclofaixa instalada na Rua Eulália Pires, identificada através de tachões.

A ciclovia tira uma parte da via do rolamento do veículo ou do estacionamento, e a ciclofaixa você pega uma faixa; a ciclovia tem uma proteção maior, a ciclofaixa tem só os tachões. As ciclovias agora têm em frente à prefeitura, na Rua Palmeira tem uma ciclovia, na Via Park também foi feito ciclovia. A General Osório tem um pedaço de ciclovia e o resto é ciclofaixa; a Cafelândia, e a Eulália Pires eram ciclofaixa. A população que usa, o usuário dessas vias, eles usam porque tem muita sombra, é uma via arborizada, nós pensamos nisso, não tem muita subida e descida, ele vai trabalhar, é o seu meio de transporte.

Foto 78: Ciclofaixa na Rua Eulália Pires com tachões



Fonte: Arquivo pessoal de Oslon Carlos Estigarribia Paes de Barros

Através do seu artigo publicado no jornal *O Progresso* do dia 25 de novembro de 2003, no período da implantação das ciclofaixas e ciclovias, o Sr. Oslon Barros demonstra através do aumento do tráfego de bicicletas nas ciclovias a aprovação desse projeto pela população. Na Foto 79, apresento a ciclovia na Rua João Vicente Ferreira.

Os próprios ciclistas que são a maioria da nossa população, cada dia que passa, se conscientizam cada vez mais da importância da faixa exclusiva para bicicletas. Não é por outra razão, que pela Rua João Vicente Ferreira, uma das que mais recebeu críticas quando da implantação da ciclofaixas. É bom lembrar que antes da implantação das mesmas, transitava no horário de pico (06h às 07h de segunda à sexta-feira) cerca de 700 ciclistas. Após a implantação da ciclofaixa, nesse mesmo horário, mais de mil ciclistas passam por essa mesma via nesse horário. Isto demonstra que os ciclistas aprovaram as ciclofaixas; o segundo exemplo, no maior bairro da nossa

cidade (Jardim Água Boa) na Rua Cafelândia, a última contemplada com este benefício, transitam mais de mil ciclistas horário de pico dia, lembrando que o percurso corresponde a aproximadamente a metade da extensão da Rua João Vicente Ferreira.⁵¹²

Foto 79: Ciclovía na Rua João Vicente Ferreira



Fonte: Arquivo pessoal de Oslon Carlos Estigarribia Paes de Barros

O Sr. João Barbosa de Souza relata que utiliza a ciclovía de ligação leste-oeste da cidade, instalada na Rua João Vicente Ferreira.

Andava por ali, eu pego, ali que é uma mão só, é uma mão só compensa, porque só vai (refere-se à Rua João Vicente Ferreira). Para voltar eu venho pela Monte Alegre. Depois que o pessoal sai do colégio, do serviço, passa o movimento, às vezes quatro horas eu venho embora, antes deles saírem para não pegar o movimento, agora quando eu estou trabalhando, aí sou obrigado a esperar passar o movimento. Eu vou na Ponta Porã agora né, na Ponta Porã eu pego para descer para o Sando André, eu vou na Rua Aquidauana e depois vou na Cuiabá e, da Ediberto Celestino de Oliveira, eu desço para minha irmã, de lá eu vou para o trabalho do meu irmão... no centro, agora eu não ando não, antigamente andava, deixo a bicicleta na casa da minha irmã e vou a pé, não dá para andar de bicicleta no centro não, é muito perigoso.⁵¹³

Hoje aposentado, ele conta que para ir à casa de sua irmã utilizava a ciclofaixa da Rua João Vicente Ferreira. Com a demolição dessa ciclofaixa, o entrevistado utiliza-se da Rua Ponta Porã para ida, sentido ao centro, e Rua Monte Alegre para a volta para sua residência no

⁵¹² Jornal *O Progresso*, 25 de novembro de 2003.

⁵¹³ João Barbosa de Souza. Entrevista realizada em 01/05/2016.

Canaã I. Ele reclama do grande movimento do centro, afirmando que não passa mais por lá de bicicleta.

O Sr. Oslon Estigarribia também descreveu a oposição à permanência da ciclofaixa na Rua Cafelândia. Lembra que moradores e o vereador do Jardim Água Boa protestaram arrancando os tachões que separavam a ciclofaixa da faixa de tráfego: “o conflito que teve foi aqui na Cafelândia com um vereador que era do Água Boa. O vereador Valter Hora se opôs, andou arrancando umas ciclovias, ciclofaixas”⁵¹⁴, que pode ser observado na Foto 80.

Foto 80: Protesto contra a permanência da ciclofaixa na Rua Cafelândia



Fonte: Arquivo pessoal de Oslon Carlos Estigarribia Paes de Barros

A Sr. Tereza de Souza Santos, que morava à Rua Bela Vista, lembra-se da grande quantidade de bicicleta que trafegava pela sua rua, bem como, de quando foi retirada a ciclofaixa.

O pessoal que vinha pro centro sempre subia ali, naquele tempo era mais bicicleta, o pessoal que trabalhava era mais de bicicleta, não tinha tanta moto, tanto carro, era mais bicicleta, eles subiam e desciam de bicicleta. Eles começaram a colocar uma ciclovia, mas, eles arrancaram, o Valter Hora (vereador) e outros arrancaram tudo, e daí arrancaram de lá e fizeram aqui na Cafelândia. Era no mandato do Tetila quando construíram ali na Cafelândia. A da bela vista quase não ficou, não chegou a funcionar não, o pessoal protestou.⁵¹⁵

A Sr.^a Celina Campuzano descreve como usa a ciclofaixa da Rua Cafelândia: “eu não tenho problema para andar de bicicleta, eu até agora uso a Cafelândia, vou até a Cuiabá e daí

⁵¹⁴ Oslon Carlos Estigarribia Paes de Barros. Entrevista realizada em 11/07/2016.

⁵¹⁵ Tereza de Souza Santos. Entrevista realizada em 30/06/2016.

pego outra, se desvio para lá e para cá e pronto, é muito boa, você vai com segurança, tranquilo ali.”⁵¹⁶

Outro cuidado expresso pelo ex-superintendente do governo do Sr. Laerte Tetila foi o aumento da segurança dos ciclistas. Assim, juntamente com a criação das ciclofaixas e ciclovias, implantaram o projeto *Bicicleta Sinalizada*:

Devido ao grande número de bicicletas existentes em nossa cidade, cerca de 140.000, numa média de 100.000 circulando diariamente, o projeto bicicleta sinalizada visa uma proposta alternativa para uma melhor segurança ao ciclista, no sentido de locomoção e identificação no contexto da mobilidade urbana e rural, no intuito da preservação da vida... Então, aderimos ao kit de película refletiva ao sol e a luz, no qual aumenta o foco de visibilidade, localizando o ciclista, evitando atropelamentos.⁵¹⁷

Nesse projeto desenvolveram-se campanhas de conscientização, quando também foram distribuídos os kits de película refletiva junto às ciclovias e ciclofaixas, expandindo esses trabalhos à Reserva, bairros e rodovias rurais. Um projeto similar, para segurança no trânsito, abrangeu também as carroças, cujos objetivos destaco.

Colocação de refletivos nas carroças e conscientização da segurança do condutor da carroça, bem como os usuários do trânsito em geral; Cadastrar os condutores de carroças de tração animal, fornecendo placas de identificação “refletivas”; efetivar o cumprimento das Leis de Trânsito relacionadas aos veículos de tração animal.⁵¹⁸

Os carroceiros receberam ainda treinamento para o trânsito seguro pelas ruas da cidade, como relata o Sr. Oslon Carlos Estigarribia Paes de Barros.

A gente fez um projeto específico para os carroceiros, sinalizando as carroças, a gente dava um curso para os carroceiros de quatro horas, a gente dava uma carteirinha para eles e sinalizava as carroças. Estava tendo muito acidente com moto e carroça, e o carroceiro não via a moto, a gente tinha uma preocupação com isso, sinalizou duas mil carroças e deu curso para dois mil carroceiros, grande parte indígena, uma outra parte menor eram os que trabalhavam cortando árvores, entregando leite. A ideia era mostrar para eles que eles tinham que sinalizar a sua intenção no trânsito, se vai virar sinalizar com o braço, se tem um carro estacionado, tem que sinalizar, hora que tiver uma placa pare, tem que parar e olhar para os dois lados para atravessar, ensinar essas coisas básicas e sinalizar as carroças com umas

⁵¹⁶ Celina Campuzano. Entrevista realizada em 27/05/2016.

⁵¹⁷ DOURADOS. Prefeitura Municipal de, Superintendência de Transporte e Trânsito. Coordenação de educação para o Trânsito. *Projeto Bicicleta Sinalizada*, 2008.

⁵¹⁸ DOURADOS. Prefeitura Municipal de Dourados. Superintendência de Transporte e Trânsito. Coordenação de Educação para o Trânsito. *Projeto Carroceiro*, 2008.

placas luminosas, colocava com rebite nas carroças, rebitava o fundo, era de alumínio e nos lados uma faixa luminosa.⁵¹⁹

Criou-se ainda, ao longo do mandato do Sr. Laerte Tetila, o Projeto Trânsito Humanizado, que buscava sensibilizar para o respeito e a disciplina no trânsito a todos que se deslocam pela cidade, nas diversas formas de mobilidade: motoristas, ciclistas, veículos de tração animal e pedestres. Através de palestras e distribuição de panfletos, a campanha abrangia os espaços educacionais, desde as crianças nas fases iniciais, até os adultos na formação universitária, “através da conscientização das pessoas, podemos mudar o perfil do trânsito da nossa cidade, porém devemos aprofundar a orientação e a conscientização nas crianças desde as séries iniciais até a formação universitária.”⁵²⁰

Buscava-se a conscientização para o uso da faixa de pedestre, o correto tráfego dos ciclistas, a sinalização no trânsito dos carroceiros; enfim, o respeito, o comportamento correto, seguro e humano no trânsito. Eram objetivos do *Projeto Trânsito Humanizado*:

Disciplinar o trânsito de Dourados com ações educativas que provoquem a humanização de conduta de todos os seus usuários, sejam motoristas, ciclistas, veículos de tração animal ou pedestres. Diminuição dos índices de acidentes com e sem vítimas fatais. Despertar na comunidade o interesse para interpretar e respeitar os sinais de trânsito e às normas básicas que dão segurança no seu dia-a-dia. Sensibilizar a população em relação às pessoas com necessidades especiais no trânsito, orientando atitudes corretas e mais humanas. Melhorar os hábitos do motorista e pedestre no ambiente urbano, diminuindo os índices de acidentes, principalmente nos cruzamentos de ruas. Desenvolver campanhas educativas permanentes, voltadas para a mobilização do jovem, para que este seja protagonista de ações preventivas de segurança e de cidadania no trânsito.⁵²¹

O Projeto visava, sobretudo, a redução dos acidentes de trânsito através do convívio harmonioso entre todas as formas de mobilidade. Ainda lembrou o Sr. Oslon Barros que, em sua gestão, foram realizadas ações para deslocamento das pessoas com mobilidade reduzida, “daí, na época, a gente implantou 250 rampas de acesso nas avenidas, não tinha nenhuma.”⁵²²

No Artigo 102, Inciso II do Plano Diretor de 2003, o sistema ciclovitário encontra-se estabelecido nas diretrizes fundamentais da Política de Trânsito e Transporte Urbano e Rural.

⁵¹⁹ Oslon Carlos Estigarribia Paes de Barros. Entrevista realizada em 11/07/2016.

⁵²⁰ Oslon Carlos Estigarribia Paes de Barros. Entrevista realizada em 11/07/2016.

⁵²¹ Prefeitura Municipal de Dourados. Superintendência de Transporte e Trânsito. Coordenação de Educação para o Trânsito. Projeto Trânsito Humanizado.

⁵²² Oslon Carlos Estigarribia Paes de Barros. Entrevista realizada em 11/07/2016.

II - quanto ao sistema cicloviário: a - criar projetos de ciclovias urbanas; b - fomentar junto à sociedade o uso responsável da bicicleta instigando o seu uso nas ciclovias projetadas; c - adotar um sistema de emplacamento de bicicletas, assim como o cadastramento dos ciclistas.⁵²³

Observo, por fim, que o Plano Diretor de 2003 marca um novo momento para o planejamento urbanístico inclusivo, participativo e com vista à qualidade de vida e a preservação ambiental em Dourados. A atualização do Plano Diretor de 1984, por sua vez, propunha que, além da preservação, essas áreas recebessem equipamentos de recreação e fossem acessadas por ciclistas através das ciclovias conforme foi apresentado no Capítulo 5. Esse Plano define, ainda, a implantação dos parques lineares ao longo dos córregos da cidade. "Nestes parques lineares, deverão ser incorporadas as áreas verdes, as áreas alagadiças e as de interesse para a preservação ecológica".⁵²⁴ Aparece, então, a preservação e revitalização, que abrangeria também os sítios históricos, rios, córregos e fundos de vales, áreas verdes, edificações de valor arquitetônico e, principalmente, a memória da cidade.

A preservação – aqui entendida segundo uma conceituação ampla - deveria contemplar sítios históricos, rios, córregos e fundos de vales, áreas verdes, edificações de valor arquitetônico e, principalmente, a memória da cidade. A revitalização desses setores compreenderia atividades de restauração, conservação, proteção, reciclagem de usos, ocupação e, finalmente, animação. É através de uma estrutura de animação que se estimula a valorização desses documentos de preservação, o reavivamento da cultura autóctone e a manifestação de novos sentimentos culturais⁵²⁵.

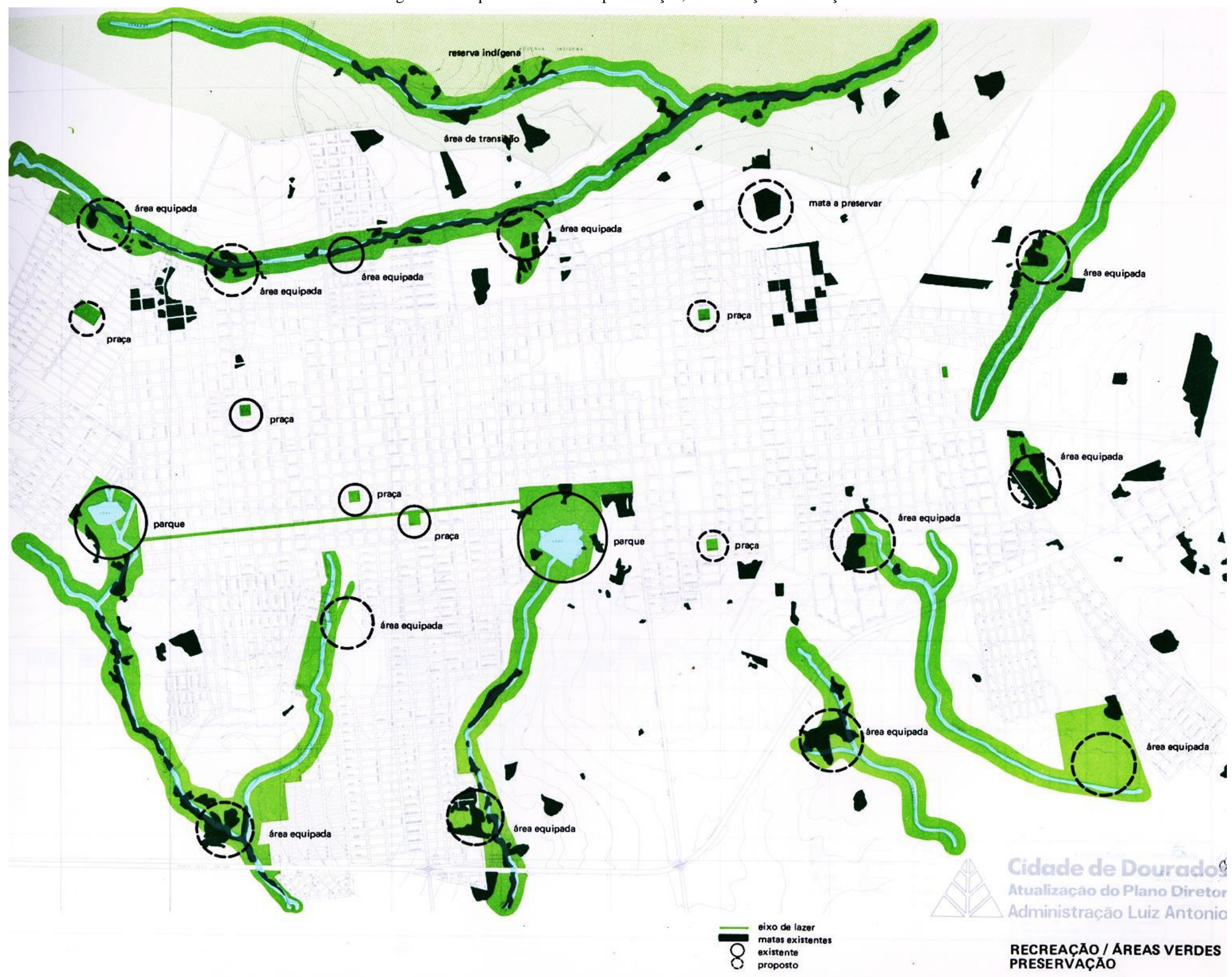
Embora a Atualização do Plano Diretor de 1984 apresentasse a conceituação ampla de preservação e revitalização, somente ficaram caracterizadas as praças, os fundos de vale, as matas a preservar, a área de transição e a Reserva Indígena, conforme apresento na Figura 96. Na Figura estão representados os Parques Antenor Martins, do Jardim Flórida I, e Arnulpho Fioravante, localizado próximo à rodoviária. Também está referenciada a Praça Antônio João, a Praça Mário Corrêa, o CEPER do BNH 1º Plano e o CEPER do BNH 3º Plano, dentre outras áreas de preservação.

⁵²³ Lei complementar nº 72, de 30 de dezembro de 2003.

⁵²⁴ Cidade de Dourados. Atualização do Plano Diretor. Administração Luiz Antônio. Curitiba, 1984, p. 21.

⁵²⁵ Cidade de Dourados. Atualização do Plano Diretor. Administração Luiz Antônio. Curitiba, 1984, p. 22

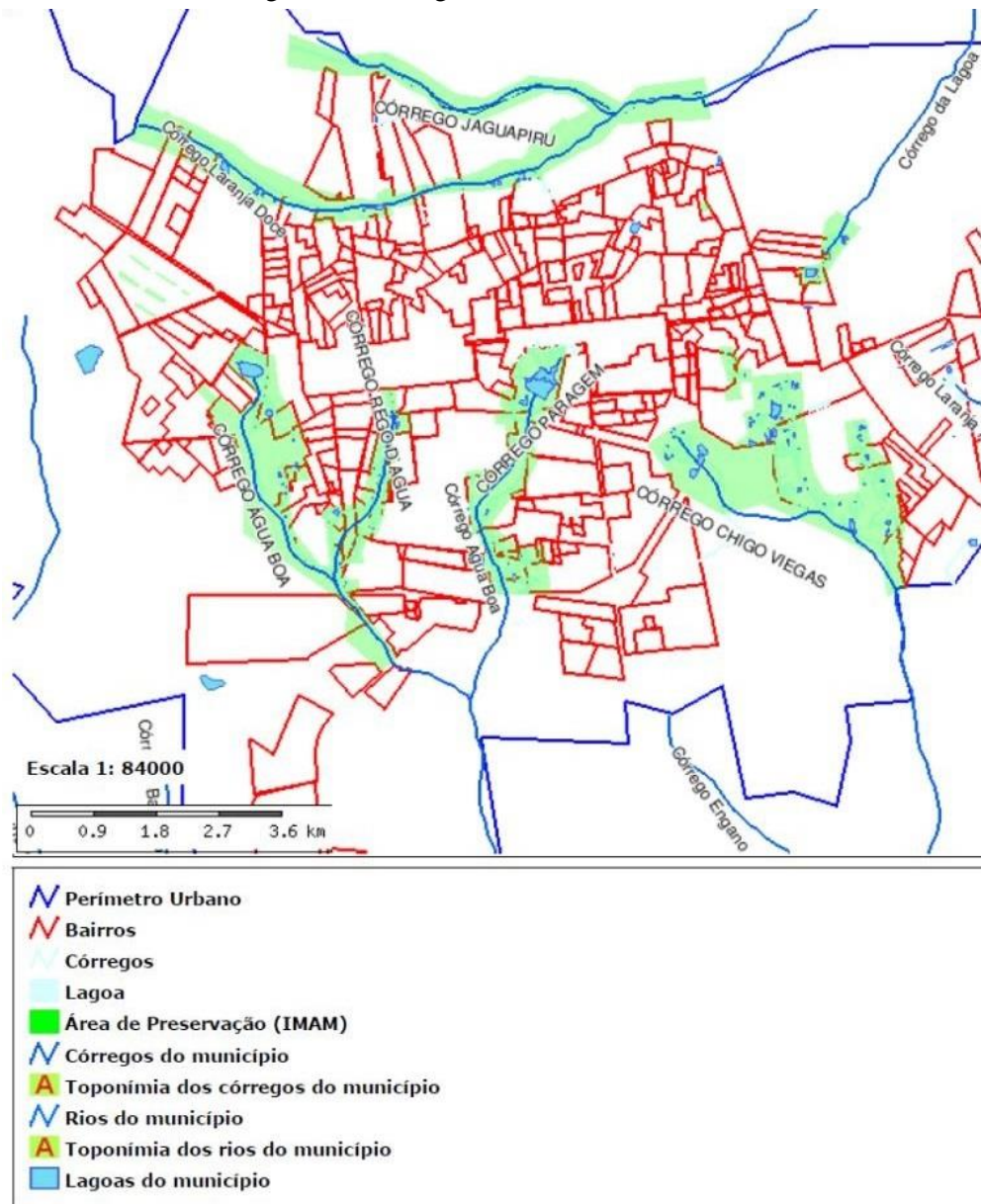
Figura 96: Proposta das áreas de preservação, revitalização e recreação



Fonte: CIDADE de Dourados. Atualização do Plano Diretor. Administração Luiz Antônio, p. 23

Os fundos de vale do urbano de Dourados podem ser identificados através do mapa da Prefeitura Municipal de Dourados, OpenGEO (programa da prefeitura municipal de Dourados de acesso livre para representação geográfica da cidade), Figura 97. Assim, no mapa podemos observar os Córregos Laranja Doce, Jaguapiru, da Lagoa, Laranja, Chico Viegas, Paragem, Água Boa, Rego D'Água.

Figura 97: Córregos no urbano de Dourados



Fonte: <http://geo2.dourados.ms.gov.br/geodourados/map.phtml> Acesso em: julho de 2016

O Sr. Luiz Carlos Ribeiro, arquiteto, urbanista e ambientalista de Dourados, é quem iniciou a defesa para a criação e implantação de quatro Parques Ambientais e Ecológicos para a cidade.

O Parque Laranja Doce, proposto na Atualização do Plano Diretor de 1984, começa ser defendido pelo arquiteto no início dos anos 90. Ele caracteriza esse Parque como um grande projeto ambiental que garantiria maior qualidade de vida aos moradores da cidade.

Como arquiteto que tem o ofício de planejar espaços e como cidadão que tem a cidade pra viver e legar aos que virão, apresento neste trabalho um projeto que permita no futuro uma cidade humana e integrada aos melhores aglomerados urbanos do mundo em termos de preservação ambiental e qualidade de vida. Por tratar-se de uma empreitada de longo prazo, o projeto não é, como de costume, um projeto de uma só administração. Neste sentido tomei a liberdade de chamá-lo DOURADOS SÉCULO XXI, dentro do qual se insere o que denominei de PARQUE ECOLÓGICO LARANJA DOCE.⁵²⁶

O arquiteto e a Sociedade de Defesa Ambiental (SALVAR), criada por ele em 1998, desenvolveram diversas atividades pela preservação de fundos de vales em Dourados. Uma delas foi a implantação do Parque Ecológico Laranja Doce e Córrego Rêgo D'Água, que se contrapunha ao crescimento descontrolado da cidade. À época, a Prefeitura dispunha-se unicamente em executar a canalização do córrego, como descreve o arquiteto.

Em 1997 ele propôs o Parque Ambiental Rego D'Água e condenou a ideia de simplesmente se emparedar esse córrego como pretendia a prefeitura e em 13 de maio escreveu no Jornal *O Progresso*: A solução para o Rego D'Água depende não de obras de engenharia imediatistas, de curto prazo, mas de um estudo mais aprofundado em termos de impacto ambiental e urbanístico, além é claro, da preservação e recuperação, isto sim, imediata da área em seu entorno.⁵²⁷

O Parque Rego D'Água, ao final, teve a sua obra iniciada no começo dos anos 2000, sendo paralisada por diversas vezes até a sua entrega parcial em 2014. Até o início das obras, famílias já haviam invadido a área e moravam às margens do córrego, em condição de risco.

Para que se iniciassem as obras no Parque Rego D'água, a Prefeitura Municipal de Dourados removeu as famílias ribeirinhas de fundos de vale (área alagadiça) ao entorno do córrego rego D'água da área próxima a Vila Adelina onde viviam 122 (cento e vinte e duas) famílias divididas em três áreas de favela (vivendo em condições sub-humanas) ao longo do córrego. 19 famílias foram removidas para o conjunto Estrela Poravi, 47 (quarenta e sete) famílias para o conjunto Estrela Hory e 56 (cinquenta e seis) famílias para o conjunto habitacional Brasil 500, localizado próximo à área de remoção.⁵²⁸

⁵²⁶ LUCIANO, Luís Carlos. *Ribeiro: arquitetura, urbanismo e meio ambiente: exercício de cidadania*, p.144.

⁵²⁷ Op. Cit. p. 183-184.

⁵²⁸ SILVA, Ênio Alencar da. *Problemática Ambiental em Dourados/MS: Análise das Políticas Públicas nas zonas de interesse ambiental*. 2008, p. 60.

O ex-prefeito Sr. Laerte Tetila, desde o início de seu mandato, preocupou-se com as questões sociais e ambientais da cidade, buscando, sobretudo, projetos para a proteção do meio ambiente e a assistência à população em ocupação irregular. Ele afirma que a questão ambiental passa também pela melhoria da qualidade de vida do cidadão. E assim prosseguiram as propostas para os parques nas áreas de fundo de vale nos anos dois mil, como descreve Ênio Alencar da Silva.

Dos oito córregos localizados no perímetro urbano, está situado ao Norte, o córrego Laranja Doce, o qual existe a proposta de projeto para a implantação do Parque Ecológico Laranja Doce; ao Sul tem pelo menos três córregos em áreas caracterizadas como de fundos de vale (Córrego Água Boa, Rego D'água e Paragem) que da mesma forma existe projetos e propostas de projetos para a implantação de Parques Ambientais/Ecológicos tendo a possibilidade de serem conservados⁵²⁹.

O Sr. Mário Cezar Tompes da Silva, por sua vez, relata as ações estruturantes, e em longo prazo, em direção ao planejamento urbano e a preservação do meio ambiente desenvolvidas pela Prefeitura Municipal no início dos anos dois mil, principalmente com a criação do Instituto de Planejamento e Meio Ambiente (IPLAN).

Uma das coisas que eu penso que se destaca na administração do Tetila é exatamente essa preocupação de pensar a cidade a longo prazo, que se distingue na administração do Tetila das administrações anteriores que pensavam a curto prazo. Tinha essa preocupação de pensar a cidade mais a frente de longo prazo que não fosse um projeto de uma administração, mas que fosse um projeto do município. Então, foi exatamente essa preocupação que, por exemplo, estimulou o Tetila a, quando assumiu, fazer uma reforma administrativa na prefeitura e nessa reforma administrativa e que surge então o IPLAN, Instituto de Planejamento e Meio Ambiente, que na época foi pensado como o instituto que estaria focado no planejamento urbano e também no meio ambiente porque essas duas coisas andam juntas.⁵³⁰

No ano de 2002 foi criada a Lei nº 55, que estabelece a Política Municipal de Meio Ambiente (PMMA), a primeira Lei ambiental municipal específica, cujos objetivos estão expressos no Capítulo II, Artigo 4º.

I. induzir, por meio de estímulos e incentivos, a adoção de hábitos, costumes, posturas e práticas sociais e econômicas aptas a não prejudicar o meio ambiente, compatibilização as metas de desenvolvimento sócio econômico com a conservação dos recursos ambientais e do equilíbrio ecológico. [...] IV. adotar obrigatoriamente no Plano Diretor do Município normas relativas ao

⁵²⁹ Op. Cit. p.42.

⁵³⁰ Mário Cezar Tompes da Silva. Entrevista realizada em 12/12/2005.

desenvolvimento urbano que levem em conta a proteção ambiental estabelecendo entre as funções da cidade prioridade para aquelas que deem suporte no meio rural, ao desenvolvimento de técnicas voltadas ao manejo sustentável dos recursos naturais cerceando os vetores de expansão urbana em áreas ambientalmente frágeis ou de relevante interesse ambiental. [...] IX. Preservar as áreas protegidas do Município e criar outras necessárias ao equilíbrio ecológico e ao bem estar da população, com ênfase para as áreas de mananciais, recuperando corpos hídricos poluídos ou assoreados e sua mata ciliar.⁵³¹

Fica expressa a definição de um desenvolvimento socioeconômico com a conservação dos recursos ambientais e a manutenção do equilíbrio ecológico, através do estabelecimento de normas específicas no Plano Diretor do Município para a preservação e recuperação das áreas dos mananciais. O Sr. Mário Cezar Tompes da Silva ainda destaca a preocupação do governo com a questão ambiental,

Depois estava muito claro que contexto novo nós estávamos, já em 2001, neste contexto não era concebível uma cidade do porte de Dourados sem um documento legal do município para regulamentar a questão ambiental, então também ficou patente que nós tínhamos que centrar esforços no sentido de produzir esse documento legal, foi implementado na forma da Lei Verde, que é a Lei 055 de 2002 ou 2003 se eu não me engano, e que também, pioneiramente, foi disponibilizado para o município. Não tinha nada, o que havia era algumas passagens da Lei do Uso do Solo que estabelecia que não poderia edificar a 50 metros de fundo de vale.⁵³²

Nesse contexto, depois de mapeadas e definidas as regiões, foram criados 62 Marcos Verdes, identificando áreas de preservação ambiental através da implantação de placas específicas, Foto 81. Era uma iniciativa simples, todavia trazia ao conhecimento as áreas de preservação ambiental que, na maioria das vezes, inibia o depósito de entulhos e lixo no local e alertava quanto à ocupação irregular para moradia. O Troféu Marco Verde, também criado, premiava o morador por atitudes de preservação ambiental.

⁵³¹ Lei Complementar nº 055 de 19 de dezembro de 2002. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

⁵³² Mario Cezar Tompes da Silva. Entrevista realizada em 12/12/2005.

Foto 81: Implantação de placa de área de preservação ambiental



Fonte: Coleção Prefeitura Municipal de Dourados, fotografia, CDR/FCH/UFGD

Apresentando problemas de ocupação irregular, de segurança e com frequentes acidentes nos lagos, o ex-prefeito Sr. Laerte Tetila promoveu o cercamento das áreas dos parques de recreação e lazer Antenor Martins e Arnulpho Fioravante.

[...] nós então fizemos o cercamento, havia uma série de problemas ali, eram 24 mortes por afogamento nos lagos, a solução viria com o cercamento mas não só o cercamento, por exemplo, além de cercar colocar policiamento.⁵³³

Destaco que a imagem negativa associada aos afogamentos no lago e outros problemas vinculados aos parques pode contudo, ser revertida a partir da requalificações desses espaços.

Os resultados indicam que descaracterizações sofridas por um espaço público podem promover o afastamento dos usuários, impedindo, muitas vezes, a formação de laços por familiaridade pelo uso continuado, considerado. Destaca-se ainda que a imagem negativa de um espaço público pode ser revertida a partir da requalificações e demais intervenções que tragam melhorias para o local. Verificou-se que espaços públicos mais qualificados, principalmente com boa aparência, tendem a ter um importância maior entre os usuários, devido a forte imagem positiva que carregam, mesmo que não seja tão intensamente utilizados.⁵³⁴

⁵³³ Entrevista realizada com o Sr. Laerte Tetila em 11/12/2015.

⁵³⁴ SILVA, Aline Martins. *Atratividade e Dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo*, p.231.

Enquanto a imprensa mantinha oposição ao cercamento dos parques, o maior desafio para a Prefeitura ainda era a realocação das famílias que ocupavam irregularmente as áreas de preservação ambiental do Parque Arnulpho Fioravante.

[...] o maior problema foi o Arnulpho Fioravante, um parque bem maior, ali já havia 66 famílias morando, lá dentro fizeram casas, era invasão. Quando foi criado não tinha, mas aos poucos as famílias foram chegando quando eu cheguei para administrar, já estavam lá contabilizados 66 famílias morando lá dentro. E o que vou fazer com essas famílias? Então nós fizemos várias reuniões com eles e fizemos um acordo, e todos aceitaram o acordo da gente repassar para eles um terreno para cada família para eles escolher nos bairros populares onde eles gostariam de se localizar e eles então aceitaram muito bem a proposta, e ainda de quebra nós repassamos dois mil e quinhentos reais para cada família para fazer a mudança.⁵³⁵

Segundo o ex-prefeito Sr. Laerte Tetila, o trabalho de remover as famílias daquele local era urgente, além de ser uma área de preservação ambiental, os moradores viviam em condições precárias, em barracos sem infraestrutura. O gestor ainda afirma que, "se não tirasse essas famílias, que nós negociamos democraticamente, não tiraria mais, hoje você teria mais de trezentas famílias e teria se transformado num condomínio de loteamento social, e a cidade perderia um espaço extraordinário".

O Sr. Mário Cezar Tompes da Silva também se lembra desse processo para a realocação das famílias do Parque Arnulpho Fioravante.

[...] tivemos um outro problema, e esse mais grave, de pessoas que já possuíam um certo recurso e construíram casas com um certo padrão dentro da área do parque, não é uma casinha qualquer eram casas grandes muito bem construídas e tal, uma parte desse pessoal nós conseguimos tirar, outra parte não dava, então nós tivemos que redesenhar os limites do parque, tivemos que entrar em negociação para essas pessoas indenizar as áreas do município, não existe usucapião, eles tiveram que indenizar, tivemos que fazer alguns ajustes ali na área do parque e conseguimos fazer o cercamento.⁵³⁶

O Parque Arnulpho Fioravante passou por reformas em 2002, foi cercado e sua área registrada como área de preservação ambiental.

No ano de 2002 o Parque começou a ser revitalizado, sendo delimitada e cercado, o lago e as "dezenas" de nascentes do córrego Água-bona "foram despoluídos". Na primeira etapa, foram feitos trabalhos como cercamento,

⁵³⁵ Entrevista realizada com o Sr. Laerte Tetila em 11/12/2015.

⁵³⁶ Mário Cezar Tompes entrevista realizada em 12/12/2015.

roçada, limpeza, melhoria da iluminação pública, sinalização do lago, colocação de aves palustres e peças ornamentais da fauna pantaneira.⁵³⁷

A Prefeitura de Dourados está realizando as obras de revitalização do Parque Arnulpho Fioravante que, ao lado do Parque Antenor Martins, é uma das principais áreas de preservação ambiental do perímetro urbano... Os serviços estão concentrados na instalação de cerca em toda a extensão do local que tem 3.600 metros lineares. Entre as obras previstas, serão recuperados quiosques, todas as praças de esporte, a pista de Cooper, entre outros serviços que visam reaproximar a comunidade do local⁵³⁸.

O Parque Antenor Martins também foi cercado e revitalizado em 2002, conforme registro do momento em que homens trabalhavam nesse projeto Foto 82.

Foto 82: Cercamento do parque Antenor Martins, 2002.



Fonte: Coleção Prefeitura Municipal de Dourados, fotografia, acervo do CDR/FCH/UFGD.

A Rua Joaquim Távora, na lateral do Parque Antenor Martins, em 2002 teve seu córrego canalizado, o estacionamento foi ampliado e aberto outro acesso ao parque ao final da Avenida Joaquim Teixeira Alves, Foto 83. A portaria principal de acesso ao Parque localiza-se na esquina da Rua Liberato Leite de Farias Laguecho com a Avenida José Roberto Teixeira.

⁵³⁷ SILVA, Ênio Alencar da. *"Problemática Ambiental" em Dourados/MS: Análise das Políticas Públicas nas zonas de interesse ambiental*, 2008.

⁵³⁸ Prefeitura Revitaliza o Parque Arnulpho Fioravante. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/prefeitura-revitaliza-o-parque-arnulpho-fioravanti/>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

Foto 83: Obra de canalização da Rua Joaquim Távora em 2002.



Fonte: Coleção Prefeitura Municipal de Dourados, fotografia, acervo do CDR/FCH/UFGD

Com o Parque cercado e revitalizado, amplia-se a recreação e o lazer nesse espaço, e as famílias voltam a frequentá-lo. Além disso, a Prefeitura passa a promover eventos, evidenciando esse espaço, como é o caso da Festa do Peixe, instituída em 2003.

[...] revitalizamos as pontes, fizemos as pistas de caminhada e os lagos. Colocamos toneladas e toneladas de peixe para fomentar, a gente queria colocar esse marketing de cidade do peixe por conta daquele espaço que já tinha lá... e tem também a outra parte, das aves palustres. Colocamos ali dezenas e dezenas de aves palustres para dar aquele ar de encantamento para as pessoas que vão ao parque, foi por aí que nós trabalhamos, a gente procurou fazer com que a comunidade se apropriasse daquele espaço e acabou sendo praticamente o orgulho para toda aquela região ali do grande Flórida.⁵³⁹

Foto 84: Festa do Peixe no Parque Antenor Martins



Fonte: <http://www.progresso.com.br/dia-a-dia/festa-do-peixe-no-rego-d-agua-irrita-moradores-do-jardim-florida>.

⁵³⁹ Laerte Tetila. Entrevista realizada em 11/12/2015.

Aline Martins da Silva observou que a realização de eventos nos espaços públicos oferece relevante atratividade e ainda concede uma identidade a essas áreas.

A realização de eventos programados nos espaços públicos mostrou-se relevante para atratividade e para a formação de uma imagem do local. [...] Constatou-se que os eventos e demais atratores (com um centro cultural ou um equipamento de lazer específico) sediados nos espaços público podem ainda conceder uma identidade, criar um marca para o local, fazendo com que os espaços passe a ser reconhecido por estes atratores.⁵⁴⁰

A partir daquelas ações, o Parque Antenor Martins tornou-se referência de recreação e lazer em Dourados, famílias e amigos passam a se encontrar para tomar tereré, passear com as crianças, andar de pedalinho, namorar, jogar bola, ou simplesmente para se sentar à sombra e descansar.

Observo que a Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, em seus Artigos 4º e 5º, estabelece as áreas a serem transferidas ao patrimônio público para fins de abrigarem os equipamentos urbanos e comunitários.

Art. 4º. I - as áreas destinadas a sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo [...]; § 1º - A percentagem de áreas públicas prevista no inciso I deste artigo não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, salvo nos loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores do que 15.000 m² (quinze mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida. § 2º - Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares. Art. 5º. O Poder Público competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa *non aedificandi* destinada a equipamentos urbanos. Parágrafo único - Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.⁵⁴¹

Considero ainda que, enquanto a área destinada ao sistema de circulação refere-se aos arruamentos, as áreas dos equipamentos comunitários públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares são denominadas áreas institucionais. Os equipamentos urbanos públicos, a saber, de abastecimento de água, de serviços de esgotos, energia elétrica, coletas de águas

⁵⁴⁰SILVA, Aline Martins. *Atratividade e Dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo*, p.231.

⁵⁴¹ Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras Providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm, Acesso em: fevereiro de 2016.

pluviais, rede telefônica e gás canalizado são identificados como infraestrutura do loteamento e, os espaços livres de uso público, por sua vez, são as áreas verdes.

3) área verde – destinada aos espaços de domínio público que desempenhem função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade ambiental, funcional e estética da cidade, sendo dotados de vegetação e espaços livres de impermeabilização, admitindo-se intervenções mínimas como caminhos, trilhas, brinquedos infantis e outros meios de passeios e divertimentos leves.⁵⁴²

Aline Martins da Silva analisa que a maior intensidade do uso das praças ocorre quando elas estão localizadas próximas a áreas mistas de habitação e comércio, onde são oferecidas variadas atividades, assim como projetado na Atualização do Plano Diretor de 1984.

De acordo com os resultados, a localização de uma praça numa zona mista (comercial e residência) garante maior intensidade de uso do que a localização em uma zona estritamente comercial ou residencial. Também a variedade de atividades numa praça tornou-se importante para a intensidade de uso e diversidades de usuários. Isto é, quanto maior a variedade atividades, maior a quantidade e a diversidade de indivíduos pertencente a diferentes grupos com estilos de vida específicos, que se apropriam de determinados locais dentro das praças [...]⁵⁴³

Assim, considerando que o objetivo do urbano seja melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes e a interferência destes no meio ambiente, o Sr. Jaime Lerner estabelece três questões fundamentais que devem ser abordadas: a sustentabilidade, a mobilidade e a solidariedade.

Morar perto do trabalho ou trabalhar perto de casa é um dos princípios da sustentabilidade. Reduzir o uso do automóvel, separar o lixo orgânico do reciclável, dar múltiplos usos durante 24 horas por dia para os equipamentos urbanos, economizar o máximo e desperdiçar o mínimo. Sustentabilidade é uma equação entre o que é economizado e o que é desperdiçado. Quanto mais se economiza e menos se desperdiça, mais sustentável é a equação.

Em termos de mobilidade, cada cidade deve utilizar da melhor forma possível todas as modalidades de transporte que tiver disponível, sejam na superfície ou no subsolo. A chave reside em não ter sistemas competindo no mesmo espaço e usar tudo que a cidade possui da maneira mais efetiva. O sistema de superfície tem a vantagem de, com as características adequadas (tais como faixas exclusivas, embarque pré-pago em nível e intervalos

⁵⁴² MINISTÉRIO PÚBLICO. Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente. *Guia do parcelamento do solo urbano: perguntas e respostas: consultas e modelos*, p. 33.

⁵⁴³ SILVA, Aline Martins. *Atratividade e Dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo*. 2009, p. 228.

curtos), atingir um desempenho muito similar ao do metrô por um custo acessível a praticamente todas as cidades, com uma implantação muito mais rápida. Uma cidade mais saudável é aquela onde o carro não é a única alternativa confortável de transporte; onde a energia de deslocamentos desnecessários é economizada; onde o caminhar pelas ruas, parques e avenidas é encorajado.

Cidades são o refúgio da solidariedade. Elas podem ser as salvaguardas das consequências desumanas do processo de globalização; podem nos defender da extraterritorialidade e dos efeitos da perda de identidade. Por outro lado, as guerras mais ferozes estão acontecendo nas cidades, nas periferias marginalizadas, no confronto entre guetos ricos e pobres. Uma cidade deve promover em seu território a integração entre funções urbanas, níveis de renda, faixas etárias, etnias. Quando maior a mistura, mais humana a cidade será. Sociodiversidade é a chave para a coexistência.⁵⁴⁴

Ao que o urbanista conclui, “Minha experiência profissional me ensinou que cidade não é problema, cidade é solução”.⁵⁴⁵

⁵⁴⁴ JAIME LERNER ARQUITETOS ASSOCIADOS. Disponível em <<http://www.jaimelerner.com/escrit%C3%B3rio.html>>. Acesso em: dezembro de 2015.

⁵⁴⁵ JAIME LERNER ARQUITETOS ASSOCIADOS. Disponível em <<http://www.jaimelerner.com/escrit%C3%B3rio.html>>. Acesso em: dezembro de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Dourados foi criado pelo Decreto nº 30 de 20 de dezembro de 1935. O traçado embrionário da cidade e o primeiro mapa datam de 1934; elaborado por Theodoro S. Mello, o traçado urbano constituía-se de ruas de 20 m e 30 m que separavam uma formação regular das quadras de 100 m por 100 m, resultando em um perímetro urbano com 172 quadras, ou, ainda, 3,13 km², 312 ha.

Em 1950, Dourados apresentou um crescimento urbano que se repetiu nos anos 70, e foi marcado pela migração do campo para a cidade. Pessoas atraídas pelas oportunidades proporcionadas pelas terras férteis do município vinham tanto de cidades próximas como de outras regiões do país. Esse fato provocou uma inversão da concentração populacional do município de Dourados: a área urbana passou a ter mais moradores que a área rural. O crescimento populacional provocou uma sobrecarga para o município, em uma época em que os serviços básicos de energia, água, esgoto e telefonia da cidade ainda se encontravam precários. Somente com a intervenção do Governo Federal, a partir de 1970, esses serviços começaram a ser estruturados.

Foram vários os programas de investimentos do governo federal que beneficiaram a cidade e a região da Grande Dourados nesse período, como, por exemplo, o PRODOESTE, o PLADESCO, o PRODEGRAN. Observei que o aumento da população urbana na década de 70 deu-se também pelas oportunidades de trabalho e renda e pelo desenvolvimento da região devido aos investimentos federais, não sendo uma consequência exclusiva do uso intensivo de maquinários no campo e da escassez da demanda de mão de obra no rural.

Esse novo cenário, de rápido crescimento populacional, aumentou a demanda de moradias, comércios e escolas em Dourados ou ainda, de uma forma geral, de infraestrutura de drenagem de água pluvial, de asfalto, de energia, de água potável e de equipamentos comunitários de educação, saúde, recreação e lazer. Na década de 70 também se encontravam disponíveis linhas de créditos do governo federal para essas finalidades e, assim, o Sr. José Elias Moreira, enquanto presidente da Cooperativa Habitacional dos Funcionários Públicos e

Bancários de Dourados Ltda. (COHAFABA), viabilizou financiamento para a construção de 1.148 casas nos BNH 1º, 2º e 3º Planos, bem como para a urbanização das regiões circunvizinhas a esses bairros que atendiam a um grupo específico de migrantes, sobretudo, de profissionais técnicos agrícolas, engenheiros, médicos, professores, e outros profissionais relacionadas ao novo modelo agrícola. Ainda nesse período, outro grupo de migrante se destaca, este, movendo-se do campo para a cidade, com pouco ou nenhum recurso financeiro, sem as devidas qualificações exigidas pelo mercado de trabalho local, vão se instalando em loteamentos periféricos, distantes do centro e também da pouca infraestrutura. Assim foram criados os bairros Parque das Nações, Jardim Itália e Jardim Flórida.

Foi nesse contexto de crescimento desordenado que surge o Projeto CURA, programa de financiamento do governo federal que exigia, dentre sua documentação, o Plano de Complementação Urbana. Esse projeto, de responsabilidade de um urbanista, estabeleceria o ordenamento espacial da cidade, de forma que os recursos investidos corroborassem para a estruturação da cidade. Com esse objetivo, o então prefeito, Sr. José Elias Moreira, convida o ex-prefeito de Curitiba, engenheiro civil, arquiteto e urbanista, Sr. Jaime Lerner para o desenvolvimento desse projeto; compromisso que concluiu em dezembro de 1978.

A partir de um detalhado trabalho de levantamento, a equipe de desenvolvimento do Plano de Complementação Urbana constatou uma situação não diferente da cidade reconstruída neste trabalho. Dourados consistia-se, naquele momento, em uma cidade com potencial para tornar-se polo regional, todavia, marcava-se pela formação de bairros periféricos e com tendência de favelamento, consequência do acelerado processo de crescimento e da representativa migração vinda do rural.

Concretamente, a equipe observou a formação de numerosas áreas desocupadas nas proximidades da região central, enquanto que a cidade se esparramava por bairros cada vez mais distantes. Constatou a construção de grandes conjuntos habitacionais que promoviam a homogeneização da população nas áreas de moradia, e a carência da infraestrutura de drenagem pluvial, asfalto, energia e água potável, assim como de equipamentos de educação, saúde e recreação, principalmente em locais descentralizados. Verificou ainda uma completa desintegração entre o sistema viário e o uso do solo naquele momento, uma vez, que as áreas destinadas às moradias encontravam-se distantes das regiões de trabalho e, dessa forma, a estrutura do transporte coletivo não atendia as necessidades de deslocamento dos usuários.

Constatei que o Plano de Complementação Urbana de 1978 e a Atualização do Plano Diretor de 1984 apresentaram os projetos necessários para a solução dos problemas

observados. Definindo o perímetro urbano adequado para uma cidade de 700 mil habitantes, com densidade populacional média de 136 hab/ha, a cidade deveria continuar seu crescimento em um espaço delimitado, e se evitaria o surgimento de outros bairros. Projetando-se eixos de serviços e zonas de média densidade na Avenida Marcelino Pires e Hayel Bon Facker, o urbanista definia o Desenvolvimento Orientado para o Transporte e, dessa forma, minimizaria as distâncias entre a moradia e o trabalho.

Criando-se áreas de recreação e lazer a nível local e eixos de lazer, Jaime Lerner apresentava uma solução criativa que disponibilizava equipamentos de recreação necessários e propiciava a hierarquização entre vias estruturais, coletoras e locais, reduzindo ainda os gastos públicos com a pavimentação dessas vias. Com a implantação de dois parques, o Arnulpho Fioravante e o Antenor Martins, resolveria o problema de drenagem das águas pluviais da cidade evitando-se os riscos com enchentes, e ainda aumentaria os espaços verdes de recreação na cidade. Definiu ainda a conservação dos fundos de vale e sua utilização para fins de recreação.

Com o sistema integrado de transporte proposto, seria interligado o urbano aos distritos do município, bem como a outras cidades e estados. Enfim, a proximidade entre o morar e trabalhar estimularia o deslocamento a pé e de bicicleta enquanto que o estabelecimento de calhas exclusivas para ônibus e novos itinerários proporcionaria a redução da necessidade da utilização do automóvel. O fechamento de trechos de tráfego de veículo e a disponibilização de serviços e lazer propiciariam a sociabilização dos moradores no centro nas áreas de pedestre.

O projeto ainda limitaria a migração dos distritos valorizando essas regiões através da criação do “rurbano” – uma estrutura urbanística que integrava o rural ao urbano nos distritos do município, projeto que não foi objeto de estudo neste trabalho.

Destaco, sobretudo, que a Reserva indígena de Dourados e a mobilidade dos indígenas não fizeram parte do Plano de Complementação Urbana, todavia, a Atualização do Plano Diretor de 1984 definiu uma área de transição entre o urbano e a Reserva. Assim, destaco que não houve proposta nesses planos para o uso das carroças no urbano, ou qualquer projeto que definisse áreas de descanso para os condutores e animais que normalmente passam o dia todo em trânsito na cidade.

Tão logo houve a aprovação do Projeto CURA, iniciaram-se os investimentos na região central da cidade, com a execução integrada de obras de infraestrutura e de equipamentos. O Plano de Complementação Urbana, todavia, permaneceu como instrumento

urbanístico orientativo, enquanto que houve o desdobramento legislativo somente com a aprovação da Lei do Uso do Solo nº 1.040 em 11 julho de 1979. Essa primeira Lei já foi aprovada com alterações na proposta original, enquanto que as Leis que se seguiram cada vez mais distanciava a regulamentação da proposta inicial do Projeto Lerner.

Em 1984 houve a Atualização do Plano Diretor que, embora nenhum dos projetos consistisse em um Plano Diretor, esse documento foi assim denominado por seus idealizadores. Essa atualização buscava enfrentar a nova realidade da cidade e do país que, atravessando uma crise econômica, tornava-se necessária uma reavaliação de prioridades na cidade naquele momento. Sem a concretização dos Projetos CURA 3 e 4, o novo gestor público focalizava os recursos municipais para a ampliação da pavimentação asfáltica nas vias estruturais da cidade e no atendimento emergencial dos equipamentos de educação e saúde.

O que se concretizou, das obras inicialmente propostas no Plano de Complementação Urbana, foram os Parques Arnulpho Fioravante e Antenor Martins, ainda que com alterações na proposta inicial, o terminal rodoviário sem a integração das linhas de ônibus prevista e parte da redução da faixa de rolagem das vias propostas, obras que destaco como relevante legado do Projeto Lerner. A Lei do Uso do Solo, ora aprovada, impunha o ordenamento dos espaços para edificações da cidade.

Restou, sem a devida execução, o eixo de recreação da Rua Onofre Pereira de Matos, as áreas de lazer a nível local nos bairros e as áreas de pedestre. O perímetro urbano da cidade inicialmente limitado foi sendo ampliado nos anos 80 e 90. De 5.148 ha chegou a 7.381 há, e a hierarquização das vias pouco foi priorizada, enquanto que, sem a expansão das calçadas verdes e das ciclovias, a cidade não estimulava os percursos a pé e de bicicleta. A falta de uma legislação indutora específica resultou em um inexpressível adensamento das zonas de média densidade, enquanto que pouco se expandiram os eixos de serviços projetados ao longo da Avenida Marcelino Pires e da Rua Hayel Bon Facker. Sem um transporte coletivo atrativo para a comunidade e o afastamento da moradia com relação ao trabalho, premissas do Plano, a proposta original do urbanista Jaime Lerner desestruturou-se. Não obstante, os percursos tornaram-se maiores, intensificou-se o uso do automóvel, surgiram outras ocupações irregulares e os novos loteamentos mantinham-se grandes, formando bolsões de população de baixa renda.

Com a gestão do Partido dos Trabalhadores, no período entre 2001-2008, sob o governo do prefeito Sr. José Laerte Cecílio Tetila, o planejamento urbanístico da cidade se

realizou. Foi elaborado o primeiro Plano Diretor para cidade em 2003, e aprovada a Lei Verde e uma nova Lei do Uso do Solo.

Os loteamentos sociais, criados sob um novo modelo, resolvem os problemas das moradias em ocupações irregulares. Observando-se ao inicialmente proposto no Plano de Complementação Urbana, os novos loteamentos sociais integram-se às áreas urbanizadas e limitam-se a 200 unidades residenciais. Dessa forma, evitam a formação de bolsões de pobreza.

Novos projetos de ciclovias e ciclofaixas foram criados e implementados ainda no início dos anos dois mil. Programas incentivam o trânsito humanizado, da mobilidade compartilhada por pedestres, ciclistas, carroceiros e motoristas. Os Parques Arnulpho Fioravante e o Antenor Martins foram cercados, o segundo revitalizado. O Parque Rego d'Água começa a ser construído, é prevista a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade e, ainda, registram-se diretrizes para a melhoria da qualidade de vida do indígena no Plano Diretor de 2003. Observo, sobretudo, que o Plano Diretor em 2003, recorte deste trabalho, ainda estava longe de sua consolidação, uma vez que se encaminhava a efetiva formação e participação dos órgãos e conselhos, assim como a proposição e a aprovação das Leis complementares específicas.

Por fim, considero que o Plano de Complementação Urbana, a Lei do Uso de Solo nº 1.040 de 1979 e a Atualização do Plano Diretor de 1984 foram decisivos na ordenação da cidade e, sobretudo, propiciaram um conjunto de obras que transformaram e estruturaram o urbano de Dourados. Por outro lado, o desinteresse político, a falta de regulamentações das proposições do projeto, aliado à carência de políticas indutivas, levou à desestruturação da premissa básica do Plano: vida, trabalho e mobilidade integrados. Isso resultou na obtenção de pouco, ou, em alguns casos, de nenhum dos benefícios esperados do projeto urbanístico de Jaime Lerner.

Quando o prefeito Laerte Tetila assume a administração do município de Dourados, sua equipe técnica constata que não era possível a manutenção da Lei de Uso do Solo de 1992, uma vez que a cidade de Dourados apresentava outras necessidades em 2001. O Governo Municipal centra seus esforços no desenvolvimento do tripé do planejamento urbanístico: a Lei verde, o Plano Diretor e a Lei de Uso do Solo. Para além das demandas do município, formaram-se, ao longo dos anos 80 e 90, novas exigências legislativas, a Constituição Federal de 1988, a Lei Federal nº 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade), as alterações na Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais que deveriam ser

reguladas nessa Lei – construiu-se, assim, o contexto para a criação do primeiro Plano Diretor de Dourados.

Destaco, sobretudo, que os instrumentos de planejamento e gestão da cidade, ora desenvolvidos, Lei verde, Plano Diretor e Lei de Uso do Solo, permitiriam aos gestores públicos conduzir a cidade sob um horizonte referencial estabelecido e fundamentado na sustentabilidade e na qualidade de vida dos seus cidadãos.

Assim, considero que as propostas implementadas do Plano de Complementação Urbana e da Atualização do Plano Diretor de 1984 trouxeram relevantes benefícios à Dourados; a realização das propostas que não foram executadas ou, nem mesmo induzidas, trariam um diferencial positivo para a preservação ambiental e a qualidade de vida dos douradenses; sobretudo, a manutenção da concepção urbanística, a exemplo da proposta por Jaime Lerner, e do Plano Diretor de 2003, com a participação da comunidade, revisões e acompanhamento das políticas públicas para as pessoas, espaços e patrimônio, impulsionariam Dourados a um destaque nacional em sustentabilidade, mobilidade e solidariedade urbana.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de. Cidades: espacialidades e temporalidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (orgs.) Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KOURY, Yara Aun. História oral e memórias entrevista com Alessandro Portelli. In: *História e Perspectiva*. Uberlândia/MG. Universidade Federal de Uberlândia nº 25 e 26 Jul./dez. 2001/jan./jun. 2002.

ANDRADE, Adriana Brito de. *Movimento de uma ocupação urbana: territórios, territorialidades e trajetórias socioespaciais de “sem-tetos” de ocupação no jardim dos Estados (Dourados-MS)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. Tradução Pier Luigi Cabra. 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; e MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único – Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Editora UEMS: Dourados-MS, 2008.

AZEVEDO, A. A. de. Uso desconforme com a destinação do bairro. IN: SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. 6ª Edição, revista e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

BARROS, José D' Assunção. *Cidade e história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BERGMAN, Lia; RABI, Nidia Inês Albesa. (coordenadoras). *Mobilidade e política urbana: subsídios para uma gestão integrada*. Rio de Janeiro: IBAM; Ministério das Cidades, 2005.

BETONI, Walteir Luiz. *Dourados: entre a memória e a história*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, Roberto, *Política urbana e gestão ambiental; considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano*. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/rbraga08.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2016.

BRAND, Antônio. *O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

_____. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*. 1997. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

BRASÍLIA. Secretária Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana – SeMob. *PlanMob: Construindo a cidade sustentável*. Caderno de referência para Elaboração de plano de mobilidade urbana. Ministério das Cidades, Brasília, 2007

BRESCIANI, Maria Stella M. História e Historiografia das Cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Cidade objeto de estudo e experiência vivenciada. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; editor responsável Henri Acelrad - A Associação, v. 6, n.2, 2004.

BRITO, Márcia Aparecida de. *Os vazios urbanos e o processo de redefinição socioespacial em Dourados-MS*. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CALVO, Célia Rocha. *Muitas memórias e histórias de uma cidade: experiências e lembranças de viveres urbanos, Uberlândia 1938-1990*. 2001. Tese (Doutorado em História) - PUC, São Paulo.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. O papel exercido pelo poder público local na (re)definição do processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano em Dourados-MS. 2000. Tese (Doutorado em Geografia). FCT/UNESP, Presidente Prudente.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007. (Repensando a Geografia).

CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (orgs.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

CARVALHO, Pompeu F. de; BRAGA, Roberto (orgs.). *Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias*. 2001.

CASTRO, Maria Amabali Alves de. *Tramas e dramas no urbano. O projeto renascer em Dourados-MS e o processo de (re) produção socioespacial*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano*. 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CREMONESE-ADAMO, Camila. *Fronteira, mitos e heróis: A criação e apropriação da figura do tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

CYMBALISTA, Renato. Um olhar além das fronteiras. In: *URBS – Temas urbanos. Mobilidade Urbana*. Uma publicação da Associação Viva o Centro. Ano XII, nº 47 jul. ago. set. 2008.

CREMONESE-ADAMO, Camila. *Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

DANTAS, Sandra Mara. Entre o real e o ideal: a cidade que se tem e a cidade que se quer Uberlândia (1900-1950). In: *História e Perspectivas*, Uberlândia, (25 e 26): 167-192, Jul./Dez. 2001/Ja./Jul.2002. Edufu. Revista dos cursos de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense: (1920 a 1990)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

ESCADA, Maria Isabel Sobral. *Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo*. 1992. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto). INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. São José dos Campos, SP.

FENELON, Déa Ribeiro (org.). *Cidades*. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Série: Pesquisa em História. PUC-SP. Olho d'água. Novembro 1999.

FENELON, Déa R.; MACIEL, Laura A.; ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara A. (orgs.) *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, maio de 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FEST, Fausto Delanne de Campos. *Projeto CURA – complementação urbana e mudanças espaciais*. 2005. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GOMIDE, Alexandre de Ávila. *Mobilidade urbana, iniquidade e políticas sociais*. Brasília: Ipea, Políticas sociais-acompanhamento e análise. Fevereiro, 2006.

GOMES, EdvâniaTôrres Aguiar. A dimensão socioambiental na gestão dos espaços liminares – o trivial embate entre conteúdo e processo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (orgs.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

GONDIM, Mônica Fiuza. *Caderno de desenhos: Ciclovias*. COPPE – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GUIMARÃES, Daniela Miranda. *Parque Linear: Perspectivas e Realidades – o estudo de caso do Parque Linear Rio Verde, Itaquera*. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) -PUC - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: SP.

HIDALGO, Patrícia de Amorin. Desenvolvimento Orientado pelo Transporte – DOT. *Minha cidade*. Cidades brasileiras, ano 16, out. 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.183/5749>. Acesso em: junho de 2016.

INAGAKI, Edna Mitsue. *Dourádossu: caminhos e cotidiano dos nikkeis em Dourados (décadas de 1940, 1950 e 1960)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: Plano de Complementação Urbana*. Curitiba, Novembro de 1978.

JAIME LERNER PLANEJAMENTO URBANO. *Dourados: estrutura urbana*. Curitiba, Dezembro de 1978.

JAIME LERNER ARQUITETOS ASSOCIADOS. *Preparando el futuro en tempos de incertidumbre*. Foro Internacional de Reflexion sobre el futuro. Madrid, 28 Mayo 2009.

KLIASS, Rosa Grena; MAGNOLI, Miranda Martinelli. Áreas verdes de recreação. Documentos. *Paisagem Ambiental: ensaios* – n. 21 São Paulo, 2006.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*. PUC-SP, (22), jun. 2001.

KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991. Tradução de Rubens Eduardo Frias.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Edunicamp, 1992.

LERNER, Jaime. Qualquer cidade pode ser criativa. In: REIS, Ana Carla Fonseca; KAGEYAMA, Peter. (orgs.). *Cidades Criativas – Perspectivas*. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010

- LUCIANO, Luís Carlos. *Ribeiro: arquitetura, urbanismo e meio ambiente: exercício de cidadania*. Dourados, MS: Edição do Autor, 2008.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Contexto, 2014.
- MATEU, Miriam Cristina Franco. *Metamorfoses no mundo do trabalho: caso do setor bancário em Dourados (1990-2000)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- MEDEIROS, Joana Prado. *O Eldorado de Dourados: a colônia dos Baianos e a colônia café-porã – 1950 a 1960*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Política nacional de mobilidade urbana sustentável*. Cadernos Mcidades Mobilidade Urbana. Nº 6, Brasília, Novembro de 2004.
- MINISTÉRIO PÚBLICO. Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente. *Guia do parcelamento do solo urbano: perguntas e respostas: consultas e modelos*. Florianópolis: MPSC, 2010.
- MINELLA, Ricardo. Um Norte para cidade. *Revista Atual*. Ano 2. nº 3, abril/95, Dourados-MS.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. Outras fronteiras: novas especialidades na urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.
- MOREIRA, Regina Heloiza Targa. *Memórias fotográficas de Dourados*. Campo Grande, MS: UFMS, Centro Universitário de Dourados, 1990.
- MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. *Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. [tradução Neil R. da Silva]. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MUSCULINI, Elaine Cristina. *A rua como lugar dos viveres e fazeres: transformações e persistências na área central de Dourados-MS*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aunhoury. *Projeto História*, PUC-SP, n.10, dez/93.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

OLIVEIRA, Antônia Maria de Fátima (coord.) [et al]. *O desafio da mobilidade urbana*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, (Série estudos estratégicos; n. 7) 2015.

PASSERINI, Luisa. Memória e utopia em um mundo global. In: SHANTIAGO, Ricardo e MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. (orgs.) *Depois da Utopia: a história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e voz: Fapesp, 2013.

PEREIRA, Juliana dos Santos. *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

PEREIRA, Levi Marques. *A atuação do órgão indigenista oficial Brasileiro e a produção do cenário multiétnico da Reserva Indígena de Dourados, MS*. Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs. GT 21 – Metamorfoses do rural contemporâneo. Caxambu, MG, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: *Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH, vol. 27, nº 53, jan. – jun.; 2007.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. IN *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, vol.1 n.2, 1996.

_____. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro. *Projeto História*, PUC-SP, n. 14, p. 7-24, fev/97.

_____. O que faz a História oral diferente. Trad. Maria Therezinha. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*. PUC-SP, n15, pp. 13-49, abr/97.

_____. *Ensaio de História oral*. São Paulo: Letra e voz, 2010. (Coleção Ideias)

POSSAMAI, Zita Rosane. Narrativas fotográficas sobre a cidade. In: *Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH, vol. 27, nº 53, jan. – jun.; 2007.

QUEIROZ, Francisco da Silva. *Análise das desigualdades socioespaciais na distribuição da moradia em Dourados MS: apontamentos para o estudo de uma cidade média*. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

RIBEIRO, Wagner Costa. Entre prometeu e pandora – sociedade e natureza no início do século XXI. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (orgs.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Edunicamp, 2007.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Produção e consumo do e no espaço. Problemática ambiental urbana. Editora Hucitec, 1998.

ROLNIK, Rachel. *História Urbana: História na cidade?* In: Anais Seminário de História da cidade e do urbanismo. V.2, n.1, Salvador UFBA, 1993.

ROMERO, Hamilton. O papel do shopping Avenida Center no processo de redefinição da centralidade urbana e das práticas socioespaciais em Dourados-MS: 2010.. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SABOYA, Renato. As armadilhas da definição do zoneamento e das densidades populacionais urbanas. *Urbanidades: urbanismo planejamento urbano e planos diretores*. 22 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/>. Acesso em: dezembro de 2015.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (orgs.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Aline Martins. *Atratividade e Dinâmica de apropriação de espaços públicos para o lazer e turismo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

SHANTIAGO Ricardo; MAGALHÃES Valéria Barbosa de. (orgs.) *Depois da Utopia: a história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e voz: Fapesp, 2013.

SAMUEL, Raphael . Teatros da Memória. In: *Revista Projeto História*.PUC-SP, n. 14, fev., 1997.

_____. História Local e História Oral. *Revista Brasileira de História*. PUC-SP, v.9 n°19 set.89/fev.90.

SANTOS, Marina de Souza. *Memórias, trajetórias e viveres: a experiência de ser nordestino(a) em Dourados-MS (1940-2002)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA – SeMob. *PlanMob: Construindo a cidade sustentável*. Caderno de referência para Elaboração de plano de mobilidade urbana. Ministério das Cidades, Brasília, 2007.

SILVA, Ênio Alencar da. *"Problemática Ambiental" em Dourados/MS: Análise das Políticas Públicas nas zonas de interesse ambiental*. 2008. Monografia (curso de Geografia) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. 6ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

SILVA, Mário Cezar Tompes da. *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Valéria Ferreira da. Sob a perspectiva do novo: um olhar sobre a dinâmica intraurbana de Dourados-MS e seu processo de urbanização. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n.34, v.2, p.97-119, ago./dez.2012.

_____. *Os papéis de Dourados-MS no contexto regional: apontamentos para análise de uma cidade média*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SOUZA, João Carlos de. *Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá(1872-1918)*. São Paulo: Alameda, 2008.

SOUZA, José Carlos de. A identidade do migrante paraguaio e de seus descendentes radicados em Dourados (1989-1999). 2001.. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

SOUZA, Roney Salina de. *Uma vida entre dois mundos: imigrantes sírios e libaneses em Dourados (1910-1980)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

STEIN, Ataulfo Alves Neto. *A ilegalidade na produção do espaço urbano em Dourados-MS*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (orgs.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Projeto História*. PUC-SP, n15, p. 51-84, abr/97.

ULIANA, Marcia Bortoli. *Reler páginas e interpretar falas: Pato Bragado – Cidade, Identidade e Memória (1985-2005)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

URBS – Temas urbanos. Mobilidade Urbana. Uma publicação da Associação Viva o Centro. Reportagem. *Caminhos para São Paulo*. Ano XII, nº 47 jul. ago. set. 2008.

VARGAS, Heliana Comin. *(I) mobilidade urbana*. URBS, São Paulo, nº 47, ano XII, p. 7-11, jul-ago-set, 2008.

VILLAÇA, Flávio. A urbanização contemporânea no Brasil. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

VITTE, Claudete de Castro Silva. Inovações e permanências na gestão de cidades e na gestão do desenvolvimento local no Brasil: Novas contradições, novos conteúdos? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (orgs.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WENCESLAU, Marina Evaristo. *O índio kaiowá e a comunidade dos brancos*. 1990. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *O índio kaiowá: suicídio pelo tekoha*. 1994 Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

WENCESLAU, Marina Evaristo; RASSLAN, Irene Nogueira. *O índio e a comunidade de Dourados*. UFMS – CEUD. Dourados – MS. 1991.

YÁZIGI, Eduardo. Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (orgs.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

Fontes orais⁵⁴⁶

Adão José de Carvalho – 71 anos. Aposentado. Reside no Jockey Clube. Entrevista concedida à autora em 06/03/2016.

Alicio Lopes – 69 anos. Índio Guarani. Entrevista concedida à autora em 30/09/2014.

Ana Liria Capilé de Souza – 55 anos. Doméstica. Reside no Canãa I. Entrevista concedida a autora em 01/05/2016.

Ana Rose Vieira. Arquiteta da Prefeitura Municipal de Dourados. Entrevista concedida à autora em 13/07/2016.

Anisia Francisca da Silva. 59 anos. Aposentada. Reside no Jardim Santa Maria. Entrevista concedida à autora em 06/08/2002.

Antônio Braz Genelhu Melo – 68 anos. Prefeito de Dourados pelo PMDB, nos períodos de: 1989-1992 e 1997-2000. Chegou a Dourados em 1973. Entrevista concedida à autora em 23/11/2015.

Aparecida do Carmo Almirão – 69 anos. Índia Terena. Entrevista concedida à autora em 28/10/2014.

Aroldo Diniz – 42 anos. Construtor. Reside no bairro Cachoeirinha. Entrevista concedida à autora em 06/03/2016.

Asturio Dauzacker –. 61 anos. Topógrafo. Reside no Jardim Marabá. Entrevista concedida à autora em 01/12/2015.

Celina Campuzano. 49 anos. Costureira. Reside no bairro Brasil 500. Entrevista concedida à autora em 27/05/2016.

⁵⁴⁶ Os dados como idade e local da residência são referentes à data da realização da entrevista.

Claudia Carvalho Santos Oliveira. 49 anos. Empregada doméstica. Reside no bairro Cachoeirinha. Entrevista concedida à autora em 26/08/2015.

Cassimiro Cabrera – 54 anos. Índio Kaiowá. Entrevista concedida à autora em 28/10/2014.

Cosme da Silva Rodrigues – 53 anos. Pedreiro. Reside no Jardim Clímax. Entrevista concedida a autora em 23/06/2016.

Damião da Silva Rodrigues – 53 anos. Reside no Jardim Clímax. Pedreiro. Entrevista concedida à autora em 23/06/2016.

Donizete Pereira da Silva – 48 anos. Empresário. Reside na Vila Adelina Rigotti. Entrevista concedida à autora em 03/07/2016.

Doralia Rocha Saldanha. 71 anos. Aposentada. Reside no BNH 4º Plano. Entrevista concedida à autora em 24/06/2016.

Edite Martins – 60 anos. Índia Guarani. Entrevista concedida à autora em 13/05/2014.

Esthér Alves da Silva – Funcionária Pública. 53 anos. Entrevista concedida à autora em 07/11/2015.

Euclides Lopes – 71 anos. Índio Terena. Entrevista concedida à autora em 28/10/2014.

Gilce de Oliveira Soares – 63 anos. Escriturária. Reside no BNH 1º Plano. Entrevista concedida à autora em 24/06/2016.

Humberto Teixeira – 77 anos. Pecuarista foi prefeito de Dourados pelo PRN no período de 1993-1996. Entrevista concedida à autora em 11/12/2015.

João Barbosa de Souza - 66 anos. Aposentado. Reside no Canãa I. Entrevista concedida à autora em 01/05/2016.

João Ferreira Santos - 58 anos. Aposentado. Entrevista concedida à autora em 16/10/2002.

José Alves dos Santos - 60 anos. Barbeiro. Reside no Adelina Rigotti - tendo residido, antes, no Jardim Ouro Verde e no Jardim São Pedro. Entrevista concedida à autora em 07/08/2002.

José Barbosa da Silva. 68 anos. Aposentado. Reside no Adelina Rigotti, tendo residido antes no Jardim Água Boa. Entrevista concedida à autora em 09/05/2002.

José Carlos Silva – 48 anos. Entregador de compras de mercado. Reside no bairro Cachoeirinha, tendo residido antes no Jardim Itália, no Jardim Flórida e no Terra Roxa. Entrevista concedida à autora em 06/03/2016.

José Elias Moreira. 73 anos. Prefeito de Dourados no período de 1977-1982. Engenheiro Agrônomo, chegou a Dourados em 1958 vindo de Poços de Caldas - Minas Gerais. Passou um tempo fora estudando, retornou à cidade em 1968. Reside no bairro Jardim Planalto. Entrevista concedida à autora em 09/11/2013.

José Laerte Cecílio Tetila – 68 anos. Professor universitário aposentado, foi prefeito de Dourados pelo período de 2001-2008. Reside na Vila Progresso. Entrevista concedida à autora em 11/12/2015.

José Soares de Mora – 74 anos. Aposentado. Reside no Parque das Nações II. Entrevista concedida à autora em 04/02/2016.

Lauro Joppert Swensson – 72 anos. Professor universitário aposentado, empresário. Reside no bairro BNH 3º Plano. Entrevista concedida à autora em 22/10/2014.

Lindalva Alves de Carvalho – 58 anos. Aposentada. Reside no Jardim Caramuru. Entrevista concedida à autora em 17/10/2002.

Luiza de Souza Silva – 69 anos. Aposentada. Reside no bairro Jardim Flórida II. Chegou a Dourados em 1975. Entrevista concedida à autora em 22/10/2015.

Maria Isabel de Souza – 44 anos. Funcionária Pública. Reside no bairro Cachoeirinha. Entrevista concedida a autora em 06/03/2016.

Maria Lucineide Paes Lopes – 43 anos. Administradora. Reside no bairro Jardim Ouro Verde. Entrevista concedida à autora em 05/11/2015.

Maria Siqueira Campos da Silva. 50 anos. Doceira. Reside no Canãa I. Entrevista concedida à autora em 22/04/2016.

Mário Cezar Tompes Silva. Professor Universitário. No período de 2001 a 2008 ocupou os seguintes cargos no governo Municipal: 2001-2003 – Secretário de Indústria, Comércio e Turismo. 2003-2004 – Diretor-Presidente do Iplan; 2005-2008 – Secretário de Planejamento e Meio Ambiente. Entrevista concedida à autora em 12/12/2015.

Mario Crispim Marim. 53 anos. Construtor. Reside no Brasil 500. Entrevista concedida à autora em 27/05/2016.

Manoel Gonçalves Neto. 59 anos. Aposentado. Reside no Parque Alvorada. Entrevista concedida à autora em 23/06/2016.

Manoel Frost Capilé – 79 anos. Arquiteto. Ocupou vários cargos na Prefeitura de Dourados durante o período de 1983-1988, sendo por um período o secretário de obras. Reside no bairro Girassol. Entrevista concedida à autora em 17/09/2014.

Onorina Cavalheiro – Índia Kaiowá. Entrevista concedida à autora em 24/10/2014.

Oslon Carlos Estigarribia Paes de Barros - 50 anos. Professor da rede Estadual. Exerceu o cargo da Superintendente de Transporte e Trânsito na Prefeitura Municipal de Dourados no período de 2001-2008. Reside no BNH 4º Plano. Entrevista concedida à autora em 11/07/2016.

Ozeias Marcondes de Alencar - 37 anos. Agente Patrimonial. Reside no Bairro Vila Mary. Entrevista concedida a autora em 02/11/2015.

Pedro Gomes Sobrinho Filho - 69 anos. Carpinteiro. Reside no Jardim Ouro Verde. Entrevista concedida à autora em 02/03/2013.

Roberto Wagner Barros Bezerra Lopes. 52 anos. Funcionário Público. Exerceu alguns cargos na Prefeitura de Dourados no período de 1989-1992; 1997-2000; dentre estes o de secretário de obras. Entrevista concedida à autora em 20/11/2015.

Sandra Aparecida Fernandes. 46 anos. Cabelereira. Entrevista concedida à autora em 08/07/2016.

Sandra Maria de Lima Santos – 60 anos. Professora aposentada. Reside no Jardim Marabá. Entrevista concedida à autora em 21/02/2016.

Severina Garcia – 59 anos. Índia Guarani. Entrevista concedida à autora em 30/09/2014.

Severino Nunes – 70 anos. Aposentado. Reside no Canaã I. Entrevista concedida à autora em 22/04/2016.

Suzana Arakaki. 54 anos. Professora Universitária. Reside no Jardim Girassol. Entrevista concedida à autora em 01/03/2013.

Valter Figueiredo dos Santos. 46 anos. Carroceiro. Reside no Parque Alvorada. Entrevista concedida à autora em 23/06/2016.

Jornais

O Progresso. Acervo do CDR/FCH/UFGD.

Folha de Londrina. Coleção Harrison de Figueiredo, acervo do CDR/FCH/UFGD.

Gazeta Popular. Suplemento Especial. Dourados 12, de junho de 1991. Folhetos sobre Dourados. Acervo do CDR/FCH/UFGD.

Outras fontes

CIDADE de Dourados: *atualização do Plano Diretor*: Administração Luiz Antônio. Curitiba: [s.n], 1984.

Código Tributário Nacional, Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm. Acesso em: 06 de maio de 2016.

Coleção Prefeitura Municipal de Dourados, acervo do CDR/FCH/UFGD.

Coleção Temas Indígenas, acervo do CDR/FCH/UFGD.

Coleção Documentos Originais, acervo do CDR/FCH/UFGD.

Coleção Câmara Municipal de Dourados, acervo do CDR/FCH/UFGD.

Coleção Dourados-Histórias, acervo do CDR/FCH/UFGD.

Coleção Fontes primárias para História de Dourados, acervo do CDR/FCH/UFGD.

Coleção Memória Fotográfica de Dourados, acervo do CDR/FCH/UFGD.

Coleção José Henrique Marques, acervo do CDR/FCH/UFGD.

Coleção Luiz Antônio Alvares Gonçalves, acervo do CDR/FCH/UFGD.

Coleção Ayrthon Barbosa Ferreira, acervo do CDR/FCH/UFGD

Coleção Harrison de Figueiredo, acervo do CDR/FCH/UFGD

DIAGNÓSTICO Econômico da Grande Dourados – *Prefeitura Municipal de Dourados* – Administração: José Elias Moreira “Trabalhando com você” Maio/1979.

DOURADOS 50 anos: *Capital Econômica de Mato Grosso do Sul*. Administração Luiz Antônio, 1985.

DOURADOS. Lei Complementar nº 72, de 30 de dezembro de 2003. Arquivo Prefeitura Municipal de Dourados.

DOURADOS. Lei nº 766 de 1971. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

DOURADOS. Lei 1394 de 02 de outubro de 1986. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

DOURADOS. Lei do Uso do Solo, nº 1.040 de 1979. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

DOURADOS. Lei nº 1.871, de 23 de setembro de 1993. Arquivo Câmara Municipal de Dourados.

DOURADOS. Prefeitura Municipal. *Relatório de atividades*: exercício de 1987. Dourados: Assessoria Especial do Gabinete, 1987. Coleção Ayrthon Barbosa Ferreira. Acervo do CDR/FCH/UFGD.

DOURADOS. Prefeitura Municipal. *Dourados 60 anos de emancipação 1935-1995*. Elaborado por Lori Alice Gressler. Dourados, 1995.

DOURADOS. Prefeitura Municipal. Superintendência de Transporte e Trânsito. Coordenação de Educação para o Trânsito. *Projeto Carroceiro*. [Dourados], 2008.

DOURADOS. Prefeitura Municipal. Secretária de Planejamento. Departamento de Planejamento Urbano e Rural. *Século XXI Dourados do jeito que nós queremos*: Plano Diretor ao alcance de todos. [Dourados], 1996.

DOURADOS. Prefeitura Municipal. Superintendência de Transporte e Trânsito. Coordenação de educação para o Trânsito. *Projeto Bicicleta Sinalizada*. [Dourados], 2008.

DOURADOS, Prefeitura Municipal. Superintendência de Transporte e Trânsito. Coordenação de Educação para o Trânsito. *Projeto Trânsito Humanizado*. [Dourados], 2008.

DOURADOS. *Dourados: A tarefa de todos*. Edição comemorativa do 39º aniversário de emancipação – 20/dezembro/1974. Coleção Harisson de Figueiredo. Acervo do CDR/FCH/UFGD. Não paginado.

ESTATUTO da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2ª ed. Brasília, 2002.

PRODEGRAN. *Desempenho do PRODEGRAN, 1976-1978*. Coleção da SUDECO. Acervo do CDR/FCH/UFGD.

PROGRAMA de Governo. Diretrizes. Administração Braz Melo. Coleção Harrison de Figueiredo. Acervo do CDR/FCH/UFGD.

RELATÓRIO Anual da Secretaria Municipal de Obras. 1993. [Dourados]: Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Dourados. Administração Humberto Teixeira.

Sites citados

Blog Professor Gilberto A. Cantu - <http://profgilbertocantu.blogspot.com.br/2015/09/dorados-80-anos-primeiros-passos-em-seu.html> Acesso em: 05 de março de 2016.

Diário MS - <http://diarioms.com.br/tocha-olimpica-chega-a-dourados-no-dia-26-de-junho/> Acesso em: 10 de junho 2016.

Diocese de Dourados - <http://www.diocesededourados.com.br/pg/12/catedral.html> Acesso em: maio de 2016 Acesso em junho de 2016.

Dourados News - < <http://www.douradosnews.com.br/dourados/serie-retratara-80-anos-de-dourados-em-momentos-curiosos>> Acesso em: 03 de dezembro de 2015.

Dourados News - <http://www.douradosnews.com.br/noticias/parques-feitos-no-meio-do-nada-livraram-dourados-de-ter-buracao-na-rua-cuiaba> Acesso em: 03 de dezembro de 2015.

Dourados News - <http://www.douradosnews.com.br/cultura-lazer/praca-do-cinquentenario-sedia-1-evento-da-programacao-de-natal> Acesso em: julho de 2015.

Dourados Agora - <http://www.douradosagora.com.br/dourados/virtual-cartao-postal-parque-dos-ipes-pede-revitalizacao> Acesso em: julho de 2016.

DOURADOS. Prefeitura de – *GeoDourados Banco de Ddados Multifinalitário* – Disponível em: <http://geo2.dourados.ms.gov.br/geodourados/map.phtml>, Acesso em: Julho de 2016.

DrCalc.net - <http://drcalc.net/correcao.asp>. Acesso em: maio de 2016.

Jaime Lerner Arquitetos Associados - <http://www.jaimelerner.com/escrit%C3%B3rio.html>, Acesso em: 14 de Abril de 2016.

Jornal *O Progresso* - <http://www.progresso.com.br/especiais/edicoes-especiais/de-juscelino-kubitschek-a-praca-do-cinquentenario>. 19/12/2013. Consultado em 17/11/2015.

Presidência da República – Casa Civil - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm. Acesso em: maio de 2015.

Presidência da República – Casa Civil - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Acesso em: julho de 2016.

Presidência da República - Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras Providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm, Acesso em: fevereiro de 2016.

Panoramio – Paulo Yuji Takarada - <http://www.panoramio.com/photo/13101435> Acesso em: 08 de junho de 2016.

Prefeitura Municipal de Dourados - <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/centro-de-convivencia-da-pessoa-idosa/>

Prefeitura Municipal de Dourados - <http://www.dourados.ms.gov.br/index.php/prefeitura-revitaliza-o-parque-arnulpho-fioravanti/> Acesso em: 10 de novembro de 2015.

Prognun – www.prognun.com.br - <http://www.prognun.com.br/legislacao/leis/BNH-RES-50-80.htm#.V3GC2RLdn1U> Acesso em: maio de 2016.

Sistema viário urbano. http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/420_06-sistema_viario_urbano.pdf Acesso em junho de 2016.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 29 de agosto de 2016.

Marina de Souza Santos